

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

MAICON MAURICIO VASCONCELOS FERREIRA

“SINISTROS VERMELHOS”:
ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE LUTA ARMADA EM PERNAMBUCO
DURANTE A DITADURA (1968-1974)

RIO DE JANEIRO

2021

MAICON MAURICIO VASCONCELOS FERREIRA

“SINISTROS VERMELHOS”:

atuação das organizações de luta armada em Pernambuco durante a ditadura (1968-1974)

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales

RIO DE JANEIRO

2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F383? Ferreira, Maicon Mauricio Vasconcelos, 1987-
"SINISTROS VERMELHOS": ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE
LUTA ARMADA EM PERNAMBUCO DURANTE A DITADURA (1968
1974) / Maicon Mauricio Vasconcelos Ferreira. - Rio
de Janeiro, 2021.
373 f.: il.

Orientador: Jean Rodrigues Sales.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, História, 2021.

1. Luta Armada. 2. Violência Insurgente. 3.
Revolução. 4. Ditadura Civil-Militar. 5. Pernambuco.
I. Sales, Jean Rodrigues , 1972-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. História
III. Título.

A quem, ontem e hoje, sonha acordado e age
pela aurora de um mundo justo, fraterno e
igualitário.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 1339 / 2021 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.091329/2021-37

Seropédica-RJ, 17 de dezembro de 2021.

MAICON MAURICIO VASCONCELOS FERREIRA

TESE submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de DOUTOR, no Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA, Área de Concentração em RELAÇÕES DE PODER E CULTURA

APROVADA EM 16 de dezembro de 2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Professor Doutor JEAN RODRIGUES SALES - orientador - UFRRJ

Professor Doutor REGINALDO BENEDITO DIAS - UEM

Professora Doutora LUCILEIDE COSTA CARDOSO - UFBA

Professora Doutora IZABEL PRISCILA PIMENTEL DA SILVA - UERJ

Professor Doutor PAULO GIOVANI ANTONINO NUNES - UFPB

(Assinado digitalmente em 17/12/2021 09:34)

JEAN RODRIGUES SALES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1720605

(Assinado digitalmente em 17/12/2021 12:27)

LUCILEIDE COSTA CARDOSO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 309.051.175-49

(Assinado digitalmente em 25/01/2022 12:14)

REGINALDO BENEDITO DIAS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 468.772.669-00

(Assinado digitalmente em 18/12/2021 10:05)

IZABEL PRISCILA PIMENTEL DA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 087.116.597-00

(Assinado digitalmente em 18/12/2021 12:24)

PAULO GIOVANI ANTONINO NUNES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 361.593.014-20

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1339**, ano:
2021, tipo: **TERMO**, data de emissão: **17/12/2021** e o código de verificação: **2360bf3301**

“A paz prospera em terreno capitalista como um
cordeiro no matadouro”

(Ernst Bloch)

O que é que pode fazer o homem comum
neste presente instante senão sangrar?
Tentar inaugurar a vida comovida,
inteiramente livre e triunfante?

(Belchior, 1979)

AGRADECIMENTOS

“Vês! Ninguém assistiu ao formidável enterro de sua última quimera. Somente a Ingratidão – esta pantera – foi tua companheira inseparável!”. Quem passou dos 30 provavelmente aprendeu por experiência o quão dolorosa e amarga é a ingratidão, essa pantera no dizer do poeta paraibano Augusto dos Anjos em seus *Versos Íntimos*. Não poderia ser mascarado e, covarde, negar a coletividade desta pesquisa de doutorado, devedora profunda a pessoas e instituições, para que fosse possível ao autor dar-lhe início, prosseguimento e conclusão.

Nascido no C (São Caetano do Sul) do ABC paulista, sou, na verdade, nordestino, mas precisamente sertanejo da cidade de Tabira, Pajeú pernambucano. Foi lá que há muitas gerações meus ascendentes deitaram raízes. Filho orgulhoso de pai e mãe sertaneja. O código ético-moral do sertão aprendi mimeticamente, na idade adulta preservei algumas de suas normas comigo, a gratidão e o reconhecimento de quem me prestou auxílio está entre eles. Neste sentido, venho cá agradecer aos vivos e também aos mortos que contribuíram positivamente na trajetória de minha pesquisa e de minha vida destes últimos anos, garantindo as condições acadêmicas, físicas, econômicas, psíquicas e emocionais para que a investigação ganhasse formato, sentido e consistência documental, teórica e metodológica.

Primeiro agradecer às pessoas vivas, minha mãe, Maria do Socorro, meu pai, Masciano Agostinho, minhas irmãs, Marcela e Milani, minha querida companheira Patrícia Félix. Ao dileto amigo e parceiro de tantas batalhas Aurélio Britto, bem como Pedro Jânio, Ismael Botelho, Jorge Beat, Diego de Moraes e Gutemberg Miranda.

Agradeço também a amizade, o acompanhamento, o apoio e a partilha de conhecimentos do meu orientador Jean Rodrigues Sales.

A todos e todas as minhas entrevistadas que, gentilmente, concederam seus depoimentos, levando-os a sofrer mais uma vez nesta tarefa dolorosa de rememoração, agradeço e peço perdão.

À Associação Pernambucana de Anistiados Políticos (APAP) e seus/suas integrantes, da qual faço parte desde 2008, em especial ao saudoso [Antônio De] Campos, à Lourdinha, Lenise, Rosa, a Maurílio e Adilson.

Em Pernambuco, há outras pessoas (e também instituições) a agradecer. Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), às/aos colegas do Grupo de Estudos Pobreza, Trabalho e Lutas Sociais (POPULUS) e do Núcleo de Estudos Eleitorais, Partidários e da Democracia (NEEPD). Na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), ao Grupo de Estudos e Pesquisas Teoria Crítica (GTC). Aos que compõem o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), maiormente, o corpo de funcionários do fundo SSP-DOPS. À Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, com maior ênfase à sua secretária, Lilia Gondim.

Agradecer aos pertencentes às terras fluminenses. Da Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), ao Grupo de Estudos Estado, Grupos Econômicos e Políticas Públicas (ECOPOL) e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Lutas Sociais (NELUTAS). Da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), agradecer ao professor Renato Lemos, coordenador do Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP) e às/aos colegas do Coletivo Mais Verdade. Igualmente agradecer às/aos integrantes do Centro de Ação Comunitária (CEDAC), do Arquivo Nacional, particularmente do projeto “Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas, 1964-1985”, às bibliotecas da UNIRIO e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a colegas do doutorado.

Muitas pessoas a agradecer, desta lista mencionada, correndo o risco do esquecimento, poderia citar entre elas, João Roberto, Marcos André, Lorena Lira, Rodolfo Noronha, Marcos, Rosinha, Carmem, Felipe Tito, Fernando Jr., André Barros, Alessandra Valle, Aline Najara, Elaine Ventura, Alexa, Gustavo, Daniel Henrique, Vitória.

Além do camarada e amigo Campos, também há outras pessoas que pereceram antes do final da caminhada desta pesquisa, algumas delas tiveram suas vidas ceifadas em decorrência da pandemia de COVID-19, que assola o mundo desde inícios de 2020, outras por causas diferentes. Apesar da partida estão presentes para mim, as homenageio e agradeço suas contribuições. Presentes! Ontem, hoje e sempre, presentes. Meus tios João e Manoel, meu cunhado e amigo Thiago, meu primo Wélío, meus amigos Pedro, Severino, Berenice e Rildo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

Esta obra investiga as organizações clandestinas de violência insurgente, seus membros e sua atuação no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil, durante a última ditadura. Esses grupos atuaram, no campo e na cidade, nos anos de 1968 a 1973, com o objetivo de deflagrar a revolução brasileira e de combater o regime ditatorial instalado desde abril de 1964. As organizações referidas foram: Ação Libertadora Nacional (ALN), Frente de Libertação do Nordeste (FLNE), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Partido Comunista Revolucionário (PCR) e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). No trato dessa temática basilar, abordaram-se outras, correlatas, integrantes de processos que margeiam ou mesmo compõem o cenário básico para a compreensão do fenômeno. A adoção da luta armada, em sua proposta de guerra de guerrilhas, como via revolucionária, é caracterizada como uma tendência terceiro-mundista e, também, sul-americana, do período e, como todo projeto social, indeterminado em seu desfecho. Toma-se como categoria central a dimensão utópico-concreta (conforme o conceito do filósofo alemão Ernst Bloch, que a diferencia da utopia abstrata) do projeto de luta armada no Brasil, levado a efeito nas décadas de 1960 e 1970. Para entendimento do sentido histórico-social dos movimentos (revolucionários) armados em Pernambuco, realiza-se uma rápida exposição comparativa entre o levante armado de novembro de 1935 — liderado pelo Partido Comunista Brasileiro, primeiro momento em que a violência insurgente foi posta como caminho para a revolução brasileira — e o projeto armado que viria somente após o golpe de 1964. Foi tecido um panorama, de longa duração, do exercício sistemático da violência na História do Brasil e, especialmente, do Nordeste, empreendido pelo Estado, em parceria com as elites e em dependência delas, fazendo o diálogo dessa trama com a categoria de uso da violência como ação política coletiva, demonstrando a excepcionalidade histórica do uso da violência revolucionária, se comparada à estatal. O processo de revisão do caminho armado promovido pelos insurgentes, nas prisões (Casa de Detenção do Recife, Colônia Penal Bom Pastor e Penitenciária Professor Barreto Campelo), é um dos elementos analisados, dentro do fechamento do projeto de luta armada. Quanto a esse processo de revisão, pudemos concluir que a tortura sistemática teve papel-chave na reconsideração da via armada, não apenas como incidência individual, mas coletivamente, como fator de ruptura com o ideal de conduta militante do agente revolucionário alinhado à luta guerrilheira.

Palavras-chave: luta armada, violência insurgente, revolução, ditadura civil-militar, Pernambuco.

ABSTRACT

This thesis investigates the clandestine organizations of insurgent violence, their members and their performance in the state of Pernambuco, Northeastern Brazil, during the last dictatorship, precisely the activities they developed in the countryside and in the city from 1968 to 1973, with the aim of trigger the Brazilian revolution and fight the dictatorial regime installed since April 1964. These organizations were: National Liberating Alliance (ALN), Northeast Liberation Front (FLNE), Brazilian Revolutionary Communist Party (PCBR), Revolutionary Communist Party (PCR) and Revolutionary Armed Vanguard – Palmares (VAR – Palmares). In dealing with this fundamental theme, other correlated, and members, of processes that border or even make up the basic scenario for understanding the phenomenon were addressed. The adoption of armed struggle, in its proposal for guerrilla warfare, as a revolutionary path, is characterized as a third-world and also a South American trend of the period and, like any social project, undetermined in its outcome. Taken as a central category, the utopian-concrete dimension (according to the concept of the German philosopher Ernst Bloch, who differentiates it from the abstract utopia) of the project of armed struggle in Brazil, carried out in the 1960s/70s, is one of the aspects discussed . In order to understand the historical social meaning of the armed (revolutionary) movements in Pernambuco, a quick comparative exposition of the armed uprising of November 1935 – led by the Brazilian Communist Party, the first moment in which insurgent violence was set as the path to revolution Brazilian - and the armed project that would come only after the 1964 coup. A long-lasting panorama was woven of the systematic exercise of violence in the History of Brazil and, especially, in the Northeast, undertaken by the State, in partnership with and dependence on with the elites. In this thesis, this plot was discussed, dialoguing this plot with the category of use of violence as a collective political action, demonstrating the historical exceptionality of the use of revolutionary violence, if compared to state violence. The process of reviewing the armed path promoted by the insurgents in prisons (Recife Detention House; Bom Pastor Penal Colony and Professor Barreto Campelo Penitentiary) is one of the elements analyzed within the closure of the armed struggle project. As for this review process, we can conclude that systematic torture played a key role in the reconsideration of the armed route, not only as an individual impact, but collectively, as a factor of rupture with the ideal of militant behavior of the revolutionary agent aligned with the guerrilla struggle.

Keywords: armed fight, insurgent violence, revolution, civil-military dictatorship, Pernambuco.

LISTA DE ABREVIACÕES

AEL	Arquivo Edgar Leuenroth
AI-2	Ato Institucional nº2
AI-5	Ato Institucional nº5
AIB	Ação Integralista Brasileira
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNM	Projeto Brasil Nunca Mais
BOC	Bloco Operário e Camponês
CC	Comitê Central
CCE	Comissão Central Executiva
CE	Comissão Executiva
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CR	Comitê Regional
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central de Estudantes
DI's	Dissidências do Partido Comunista Brasileiro
DI-GB	Dissidência da Guanabara
DI-MG	Dissidência de Minas Gerais
DI-RJ	Dissidência do Rio de Janeiro
DI-RS	Dissidência do Rio Grande do Sul
DI-SP	Dissidência de São Paulo
DOI-CODI	Departamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ESG	Escola Superior de Guerra
FALN	Forças Armadas de Libertação Nacional
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMP	Frente de Mobilização Popular
FUA	Frente Única Antifascista
GTA	Grupo Tático Armado
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IML	Instituto Médico Legal
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPMs	Inquéritos Policiais Militares
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LSN	Lei de Segurança Nacional
MAR	Movimento de Ação Revolucionária
MCI	Movimento Comunista Internacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MNR	Movimento Nacional Revolucionário
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
MR-21	Movimento Revolucionário 21 de Abril
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
OPP	Organização Para-Partidária

ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCCh	Partido Comunista Chinês
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PCs	Partidos Comunistas
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PEG	Política Educacional do Governo
POC	Partido Operário Comunista
POR (T)	Partido Operário Revolucionário (Trotskista)
PSD	Partido Social Democrático
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
STM	Supremo Tribunal Militar
STF	Supremo Tribunal Federal
UEP	União dos Estudantes de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNE	União Nacional dos Estudantes
UR	Universidade do Recife
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development
USIS	Serviço de Informação dos Estados Unidos
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

INTRODUÇÃO: UMA NOVA MIRADA EPISTEMOLÓGICA. UTOPIA, HISTÓRIA ABERTA E LUTA ARMADA	15
1 A ESQUERDA E A LUTA ARMADA NO BRASIL: ENTRE REVOLUÇÃO E RESISTÊNCIA.....	38
1.1 Pacifismo e Reformas ou Violência e Revolução.	40
1.2. Violência: Entre o Estado e a Sociedade Civil	43
1.3. Translados entre o Pré e o Pós-Golpe de 1964 na Esquerda Brasileira.....	51
1.4. Estado Terrorista e Insegurança Nacional	68
2 NORDESTE INSURGENTE: VIOLÊNCIA, REIVINDICAÇÃO DOS MORTOS E O QUE-AINDA-NÃO-VEIO-A-SER	75
2.1 Nordeste: Formação social e permanências.....	75
2.2 Coronelismo e Violência	81
2.3 Violência insurgente pós-golpe	93
2.3.1 Ceará.....	93
2.3.2 Paraíba	100
3 SINISTROS VERMELHOS EM AÇÃO: A ESQUERDA ARMADA EM PERNAMBUCO.....	115
3.1 Entre a Aliança (1935) e a Ação (1968-1974) para Libertação Nacional: Duas trilhas do caminho armado para a Revolução Brasileira.....	117
3.2 O PORT e a Via da Violência Insurgente em Pernambuco: Aproximações possíveis.....	129
3.3 A Cultura do Medo e o Terrorismo de Estado.....	141
3.4 O Início da Luta Armada em Pernambuco: O atentado à bomba no Aeroporto Guararapes (1966) — Entre o Mito e a Mistificação	166
3.5 Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).....	187
3.6 Partido Comunista Revolucionário (PCR)	194
3.7 Ação Libertadora Nacional (ALN).....	206
3.8 Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-PALMARES).....	218
4 (RE)VISÕES DA LUTA ARMADA: ENTRE O SALTO DO TIGRE E O SONO DO ENCARCERADO	227
4.1 Entre Quedas e Tropeços	229
4.2 Tortura, Tra(u)mas e Redefinições Identitárias	239
4.3 Violência Insurgente: Um caminho reavaliado	253
4.4 Aberturas e Fechamento de um Projeto.....	272
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A MARCHA FÚNEBRE PROSSEGUE.....	295
REFERÊNCIAS	310
DOCUMENTAÇÃO BÁSICA CONSULTADA	326
ANEXOS	335

INTRODUÇÃO: Uma Nova Mirada Epistemológica. Utopia, História Aberta e Luta Armada

O que é que eu posso fazer com a minha / juventude – quando a máxima saúde hoje / é pretender usar a voz? / O que é que eu posso fazer – um simples / cantador das coisas do porão? (Deus fez / os cães da rua pra morder vocês que sob a /luz da lua, os tratam como gente – é / claro! – a pontapés.)¹

Organizar o passado em função do presente é aquilo que poderíamos chamar a função social da História, conclui Lucién Febvre em seu *Combates pela História*,² e, nesse sentido, creio que, na esteira do conceito de história-problema consagrado por ele e Marc Bloch, esta pesquisa nos permite pensar a atualidade brasileira e latino-americana de consolidação de uma nova onda conservadora,³ considerada a conjuntura atual como resultante de uma cadeia de desdobramentos de um processo ainda inconcluso: o fechamento do ciclo das ditaduras do Conesul e a redemocratização de suas instituições. No caso do Brasil, isso também está associado a uma cultura autoritária latente na sociedade brasileira, a qual teve suas raízes fincadas a partir do crepúsculo do século XV, quando da invasão europeia e do início do encobrimento do outro fundado em um dito “Mito da modernidade”.⁴ Cultura essa que foi forjada durante vários séculos, menos de 100 anos sob hostes republicanas.

No Brasil pós-2018, com a ascensão da extrema direita ao governo, foi engrossado, com cavalari pragmatismo, o tradicional misto de anticomunismo com seguidismo ao discurso estadunidense de combate global ao terrorismo. Tal combate em andamento desde governos anteriores e, desdobrado em países da América Latina — com maior ênfase no Chile,

¹ BELCHIOR. “Conheço o meu lugar”. In LP **Era uma vez um homem e o seu tempo**, WEA, 1979.

² FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Trad. Leonora M. Simoes; Gisela Moniz. Lisboa: Presença, 1989, p.258.

³ Encerrando o ciclo da chamada “Maré Rosa”, que se caracterizou pela chegada, ao governo, de candidatos identificados com a esquerda em diversos países latino-americanos, a partir de 1998, com Hugo Chávez, seguindo-se por Chile (1999), Brasil (2002), Argentina (2003), Uruguai (2004), Bolívia (2005), Equador (2006), Paraguai (2008), e, ainda, alastrando-se por países da Centroamérica, a exemplo de Nicarágua (2006) e El Salvador (2009). Figuram como água no moinho da evanescência dos governos progressistas na América Latina a ascensão à presidência de Mauricio Macri (Argentina, 2015), Sebastián Piñera (Chile, 2017), Lenín Moreno (Equador, 2017), Iván Duque (Colômbia, 2018), Mario Abdo Benítez (Paraguai, 2018), bem como, no Brasil, a queda da presidenta Dilma Rousseff, devido a um controvertido processo de *impeachment*, em inícios de 2016, e posterior vitória, em 2018, do candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro, e seu vice, o general do exército, Hamilton Mourão.

⁴ DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do outro: A origem do “mito da Modernidade: conferências de Frankfurt**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

Guatemala e Brasil⁵ — em uma criminalização dos movimentos sociais e dos ativistas políticos por parte do Estado, enquadrando-os legalmente como terroristas, a partir de ditas “Leis Antiterrorismo”, as quais tem como foco primeiro a figura do inimigo interno. Tendo isso em vista, não seria desmedido dizer que consiste em um processo de atualização, para os novos tempos e para os limites democráticos, da Lei de Segurança Nacional (LSN). Terroristas, essa mesma rotulação foi dada, pela última ditadura brasileira, aos grupos da esquerda armada que lutaram por transformação social naquele período, imbuídos de um projeto revolucionário para o Brasil, comum às utopias⁶ daquela geração.

“Que doce ditadura tivemos em nosso país”⁷, disse ironicamente em março de 2004, o então deputado federal e depois presidente, Jair Bolsonaro, buscando desqualificar o período de 1964-1985 como de vigência de um regime ditatorial. Neste mesmo mês, antes de se ajoelhar na Câmara dos Deputados, no dia 31, após 40 anos do golpe, Bolsonaro protagonizou, como era seu hábito, uma homenagem “para reverenciar a memória dos militares que, em 1964” - segundo ele, teriam evitado que “fosse instalada no País ditadura totalitária de esquerda”. A genuflexão era o encerramento do panegírico aos militares.

Como era previsível com a subida de Bolsonaro a presidência houve também um fortalecimento, inédito no plano institucional, do fenômeno do Negacionismo, não somente da ditadura, mas também do golpe e da tortura durante o regime. Não é, pois de se estranhar, que o ministro da defesa, do governo Bolsonaro, o general do exército Walter Souza Braga Netto, tenha se manifestado, em 17 de agosto de 2021, na mesma Câmara dos Deputados da seguinte maneira: “Não, não considero que tenha havido uma ditadura”, e complementado, “houve um regime forte, com excesso dos dois lados, mas isso tem que ser analisado na época da história, de Guerra Fria e tudo mais... Execuções, ditadura, como disse um dos deputados, são em outros países”.⁸

⁵ Em um processo excepcionalmente célere para os “padrões” do Congresso Nacional brasileiro, foi aprovada e sancionada pela presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, em 17 de março de 2016, a Lei Antiterrorismo (13.260), de implicações tais ainda difíceis de vislumbrar para as já parcas “liberdades democráticas”. Juntando-se ao entulho autoritário legado da ditadura e que permaneceu na Constituição de 1988. Sobre esse aspecto, cf. ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição de 1988. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

⁶ Cf. BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: UERJ: Contraponto, 2005.

⁷ Jair Messias Bolsonaro. Em discurso na Câmara dos Deputados, em 04/03/2004, às 14h40min. Disponível na íntegra em <https://www.camara.leg.br>.

⁸ Walter Souza Braga Netto. Em sessão da Câmara dos Deputados. “Na Câmara, Braga Netto diz que não houve ditadura no Brasil quando militares comandaram país”. Disponível em:

Seguindo a linha do Negacionismo, agora incrustado abertamente na institucionalidade e no discurso do mandato presidencial, estes *assassinos da memória*, conforme nominou o historiador Vidal-Naquet⁹, têm promovido diversas ações com o objetivo claro de construir uma nova narrativa sobre o passado da última ditadura, de modo que esta contemple seu projeto de poder, afinal o Negacionismo é uma das armas do arsenal político de que lançam mão certos grupos inscritos na dinâmica da luta de classes. Apesar de se manifestarem prediletamente no plano do discurso partindo de apriorismos e recusando provas e evidências, estes grupos têm alcançado grandes efeitos na realidade social concreta.

Semelhante aos negacionistas do holocausto, os que negam a existência da ditadura brasileira tem dedicado muitos esforços e meios para “destruir não a verdade, que é indestrutível, mas a tomada de consciência da verdade.”¹⁰ Numa repetição obstinada, contando com o apoio da máquina estatal, quando é possível a chancela do presidente ou seus prepostos, e gozando com capital investido de seus apoiadores, o movimento tem gestado frutos amargos para a recomposição da verdade sobre o período, impondo, através da desinformação, uma derrota ao árduo trabalho historiográfico realizado durante mais de meio século por historiadores e historiadoras. A história pública sobre o período têm sido duramente atingida.

Entre as vias escolhidas para aprofundamento do projeto negacionista estão: a intervenção na direção e atividades do Arquivo Nacional¹¹ (órgão que custodia o maior acervo sobre o período da Ditadura) e o desmonte e desvirtuamento da Comissão Nacional da Anistia. Na Comissão de Anistia, as vítimas da ditadura, ou seus familiares, diante das mudanças operadas pelo governo quando do pedido de anistia e reparação, são novamente

“<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/08/17/na-camara-braga-netto-diz-que-nao-houve-ditadura-no-brasil-quando-militares-comandaram-pais.amp.htm>. Acesso em 18 de agosto de 2021, às 17h.

⁹ VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os Assassinos da Memória**: Um “Eichman de Papel” e outros ensaios sobre o Revisionismo. Tradução Marina Appenzeller. Capinas, SP: Papyrus, 1988.

¹⁰ Idem, p.9.

¹¹ Paulo Motoryn; Alex Mirkhan. “Troca no Arquivo Nacional intimida servidores e ameaça acervo da ditadura, dizem especialistas”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/03/troca-no-arquivo-nacional-intimida-servidores-e-ameaca-acervo-da-ditadura-dizem-especialistas>. Acesso realizado em 20/12/2021, às 8h30min. Destaque-se do artigo: “O Ministério Público Federal (MPF) anunciou, em 24 de novembro, a abertura de uma investigação para apurar a nomeação de Ricardo Borda D’Água Braga para o cargo de diretor-geral do Arquivo Nacional, órgão federal vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com sede no Rio de Janeiro. A decisão é contestada por entidades ligadas à arquivologia, ciência da informação e história, que alertam para o descumprimento de um decreto que exige experiência na área para ocupar o cargo, além de possíveis interferências em documentos sobre a memória recente do Brasil, como os acervos do período da ditadura militar (1964-1985) e sobre as populações indígenas... [sobre de Ricardo Borda D’Água Braga] sabendo-se apenas que possui uma empresa de consultoria e treinamento em segurança, além de participar de torneios de tiro esportivo.”

violentadas e convertidas grotescamente em “terroristas” - por sua participação de organizações guerrilheiras-, mais uma vez, assim apontadas por militares que compõem a Comissão, após a demissão da maioria dos conselheiros do órgão.¹² O epíteto terrorista em outras ocasiões foi estendido por militares, que integrantes da citada Comissão, a todas as pessoas anistiadas.¹³ O percentual das concessões da anistia foi reduzido muitíssimo, para lá dos 80%.¹⁴ Esta tese também de inscreve, como trabalho especializado, nas disputas por essa memória e contribuição para a história pública do período. Apesar do reconhecimento, e por isso mesmo, de que em regimes que praticam o Terrorismo de Estado é normalmente constatável uma estruturação de mecanismos e artifícios para uma cultura da impunidade para beneficiamentos de seus perpetradores, é mais que necessário um implacável e competente combate.¹⁵

O historiador necessita de sensibilidade para exercer seu ofício, negando sempre o caminho da coisificação — que é a morte da dialética — do seu objeto de estudo. A partir disso, ele será capaz de compreender o documento e a história não como cadáveres do quais ele será legista, mas aquele que sentirá a vívida pulsação do passado no presente, ainda que como um amontoado de ruínas, no qual estão contidos as dores, as incertezas, os fracassos, os medos, mas também a existência de esperanças, alegrias, vitórias, utopias etc.

¹² Talita Machado. “Sob Bolsonaro, Comissão de Anistia muda critérios e vítima vira terrorista”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/08/10/anistiando-terrorista-e-decisao-com-base-em-infancia-militar-as-decisoes.htm>. Acesso realizado em 15/08/2019, às 14h.

¹³ Um dos novos membros da Comissão, nomeado pela Ministra Damares Alves, é o General Luiz Eduardo Rocha Paiva, o qual prefaciou o livro *A Verdade Sufocada* do coronel Carlos Alberto Brillante Ustra, ex-comandante do DOI-CODI do II Exército (São Paulo). Ele é um dos apontados em rotular os anistiados e pleiteantes a anistia de Terroristas.

¹⁴ Afonso Benites. “Governo quer fim da Comissão de Anistia em 2022 e nega 90% dos pedidos de reconhecimento de anistiados”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-10/governo-quer-fim-da-comissao-de-anistia-em-2022-e-nega-90-dos-pedidos-de-reconhecimento-de-anistiados.html>. Acesso realizado em 20/05/2021, às 10h. Destaque-se do conteúdo do artigo: “Inicialmente, Bolsonaro retirou a comissão do guarda-chuva do Ministério da Justiça e o transferiu ainda em 2019 para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Assim, a deixou sob o comando da representante da ala ideológica do Governo, a pastora e advogada Damares Alves. Esse colegiado tem caráter consultivo e a decisão final sobre quem deve receber ou não reparações financeiras cabe à ministra. Como um de seus primeiros atos, Damares decidiu que entre os 27 membros da comissão, sete seriam militares ou teriam algum vínculo direto com a família Bolsonaro. Dentre eles, o atual presidente da comissão, o advogado João Henrique Nascimento de Freitas, que já assessorou Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) quando ele era deputado estadual no Rio e atualmente é assessor-chefe adjunto no gabinete do vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB). Também já advogou para o presidente Bolsonaro. Em sua atuação independente da família Bolsonaro, Freitas foi o autor de pedidos polêmicos envolvendo anistiados. Foi ele quem pediu e conseguiu na Justiça por meio de uma ação popular a suspensão do pagamento da pensão à viúva do guerrilheiro de esquerda e antirregime militar Carlos Lamarca (1937-1971), assim como a do veto às reparações dadas a 44 camponeses, torturados na Guerrilha do Araguaia (1967-1974).

¹⁵ TERNON, Yves, “Genocídios y negacionismo”, en SECRETARÍA DE DERECHOS HUMANOS DE LA NACIÓN, La Shoá, los genocídios y crímenes de lesa humanidad: Enseñanzas para los juristas, Buenos Aires, 2011, disponible em: http://www.jus.gob.ar/media/1129148/30-la_shoa.pdf.

Assim, o historiador deve estar disposto a partir na busca pelo fio do relato particular das redes que o ligam e o tecem à totalidade maior, ainda que em forma de negação. No caso da esquerda em armas durante a ditadura, é fundamental compreendê-la dentro de um prisma processual, em que os indivíduos que integrariam as organizações armadas tinham suas histórias particulares, mas, naquele interregno, encontraram-se unidos por um projeto comum: a revolução brasileira, ou seja, a transformação radical da sociedade. O combate à ditadura impunha-se como o primeiro imperativo categórico. Desse modo, confrontar o regime instalado em 1964 foi também um dos motores para a adesão à violência insurgente, mas só isso seria insuficiente para explicar o fenômeno, estivessem essas pessoas, em sua grande maioria jovens, “preparadas” ou não para a revolução, com maior ou menor clareza teórica de sua opção política naquele momento histórico e naquele cenário.

Consideramos, pois, que foi o “campo comum” de compartilhamento de experiências, medos, anseios etc., mas sobretudo da utopia, que encadeou a complexa construção de uma cultura coletiva entre os integrantes das organizações da esquerda armada brasileira. O funcionamento dessa cultura coletiva, que se engendrou na relação dos militantes consigo, com os outros e com a sociedade em geral, tem muito a dizer ao profissional da História no decurso do seu estudo cientificamente conduzido.¹⁶

Se quisermos ler os testemunhos históricos contra as intenções de quem os produziu, é imprescindível reconhecer que todo texto detém elementos incontrolados,¹⁷ e esse princípio torna-se ainda mais fundamental quando as fontes são de polícia política e do judiciário em períodos de estado de exceção, como em realidades de ditadura. Todavia, somente compreendendo a complexidade de suas questões é que podemos instaurar, a partir das lutas sociais do presente, a contramemória dos oprimidos,¹⁸ operar a partir de uma *História vista de baixo*.¹⁹

¹⁶ FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Tradução de Leonora M. Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Presença, 1989. p. 30.

¹⁷ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire D’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 11.

¹⁸ Cf. BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

¹⁹ Sobre a perspectiva da história vista de baixo, cf. entre outros: BENJAMIN, *ibid.*; HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992; THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e boteco**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.²⁰

Não se deve escamotear a distinção entre juízo de fato e juízo de valor — este que é o limite do relativismo. Nesse sentido, sem incorrer em uma falsa neutralidade científica, salienta-se, na pesquisa histórica, a observação atenta das “relações de força”, as quais estão presentes nos discursos e nos documentos. Como sustenta categoricamente a proposta do paradigma indiciário do historiador italiano Carlo Ginzburg, “encontrar a verdade é ainda o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores”.²¹ Mas, claro, que a verdade — até onde seja possível alcançá-la —, e o próprio fato histórico, são sempre um ponto de chegada e não um de partida para o procedimento da análise histórica com lastro nas evidências²² e guiado por problemas. Sobre este último aspecto, valiosa é a contribuição da Antropologia para a História, como destacou o historiador Edward Thompson,²³ “o estímulo antropológico se traduz primordialmente não na construção do modelo, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistemas de valores) e em rituais”. E completou, em outro trecho:

Na minha própria atividade, descobri que não posso lidar com as congruências e com as contradições do processo histórico mais profundo sem observar os problemas revelados pelos antropólogos. Estou bem ciente do fato de outros historiadores terem chegado à mesma conclusão, muito antes de mim, sem terem enxergado a necessidade de justificar a ampliação dos métodos e das fontes históricas com esse tipo de dissertação teórica. Apenas a esbocei devido à minha impressão acerca da relutância dos historiadores da tradição marxista em acrescentar esse alargamento necessário, parecendo-me que essa resistência deriva de uma

²⁰ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. (Tese VII) In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 225.

²¹ GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. Tradução de Jonatas Batista Neto. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002. p. 61.

²² SCHAFF, Adam. **História e verdade**. Tradução de Maria Paula Duarte. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 240.

²³ THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e história social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001. p. 229.

contrariedade teórica subterrânea, fundamentada na noção altamente restritiva do que seja “a economia” e numa analogia infeliz.²⁴

Todos esses elementos são fundamentais para refletirmos sobre o trato e a apreciação documental, mas para penetrarmos nas especificações complexas das organizações da esquerda armada, faz-se necessário uma *nova mirada epistemológica do ser e do tempo*, uma nova abordagem do sujeito com seu contexto, isto é, uma nova concepção do mundo, fora do quadrante da ideologia do progresso ou do fatalismo histórico. O filósofo Ernst Bloch nos oferece o aporte para essa nova mirada epistemológica, sobretudo, em sua obra *Princípio Esperança*. “[...] Expectativa, esperança e intenção voltadas para a possibilidade que ainda não veio a ser: Este não é apenas um traço básico da consciência humana”, mas retificado e compreendido concretamente, [é] uma determinação fundamental em meio à realidade objetiva como um todo”.²⁵

Orientado neste sentido, o método histórico carece adotar uma concepção do ser que dê conta de inseri-lo na dinâmica ontológico-existencial de processualidade do real e de si mesmo²⁶. Negando, pois, como aludiu Nietzsche, “a doença histórica que conduz a admiração beata do resultado e à idolatria dos fatos”²⁷, aquela mesma em que “o evento torna-se história; o acontecimento, rememoração; a festividade, comemoração do que já ocorreu”²⁸, um mundo compreendido historicamente como local da repetição ou do grande sempre-outra-vez, “um palácio de fatalidades, como Leibniz o denominou sem romper com ele”²⁹. Nesta compreensão, de ontologia do que-ainda-não-veio-a-ser, o por-vir está no aqui e agora. O futuro é parido pelo presente do ainda-não-realizado, mas já inserido no campo da possibilidade. “Esperança é princípio, porque o mundo ainda não está concluso, porque os homens estamos sempre em caminho e esperamos o melhor ainda esteja por chegar”³⁰. O

²⁴ *Ibid.*, p. 263.

²⁵ BLOCH, Ernst. *Op. cit.*, p. 17.

²⁶ “Em relação com a filosofia clássica, Bloch parte da categoria da ‘possibilidade’, indagando algo até agora prenunciado: a ideia de que não há nada concluso, que a realidade é processo, que o possível está sempre surgindo do real” (SERRA, Francisco. “La Actualidad de Ernst Bloch”. Prologo a edição espanhola de BLOCH, Ernst. **El Principio Esperanza**, Madrid, Editorial Trotta, 2004, p. 15, tomo 1).

²⁷ ABENSOUR, Miguel. **O novo espírito utópico**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 279.

²⁸ BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 16. v. 1.

²⁹ *Idem.*

³⁰ SERRA, Francisco. “La Actualidad de Ernst Bloch”. Prologo a edição espanhola de BLOCH, Ernst. **El Principio Esperanza**, Madrid, Editorial Trotta, 2004, p. 14, tomo 1.

homo utopicos, explicaria assim, na concepção de Bloch, o desenvolvimento histórico da humanidade.³¹

O que distingue a obra de Bloch é “a consideração antropológica do homem como ‘ser utópico’”, considerando-o, desse modo, “como expressão de uma realidade ainda não conclusa e que se trata de ir transformando”³². Em suma, uma concepção em que o homem não mais seja considerado como um objeto, mas que se situe, como agente ativo, no centro da história. Trata-se, em última instância, da consideração axiológica do humanismo real, concreto, tratado por Marx na tese 10 sobre Feurbach: “o ponto de vista do antigo materialismo é a sociedade ‘burguesa’; o ponto de vista do novo materialismo, a sociedade *humana* ou a humanidade socializada”³³. Essa categoria de transformação do mundo se daria somente “num mundo da *reversibilidade qualitativa, da modificabilidade mesma*, e não da repetição mecânica, da pura quantidade, do de balde histórico”³⁴. Na visão de Bloch, para o marxismo:

o ponto arquimédico (para a história) é o homem trabalhador, (...) relação dos homens com homens e com a natureza. E justamente porque o materialismo histórico, diferentemente do materialismo unilateral da ciência natural, não era contemplativo, ele descobriu no local específico de seu ponto arquimédico não só a chave da teoria, mas também a alavanca da práxis.

Há uma diferença fundamental entre as representações da fantasia de afirmação do já existente e as que carregam o novo. “O que distingue a fantasia da função utópica da mera fantasia quimérica é o fato de apenas a primeira ter a seu favor um ainda-não-ser do tipo que pode ser esperado, isto é, que não gira nem se perde em torno de uma possibilidade vazia, mas antecipa psiquicamente um possível real”³⁵, isto é, os elementos objetivos e subjetivos dever ser enredados e compreendidos “em sua constante interação dialética, interação indivisível, não isolável.”³⁶

Coerente com estes princípios basilares, situados na tensão entre a identidade (ser) e a utopia (dever ser), a compreensão dos movimentos revolucionários armados e sua atuação são

³¹ AÍNSA, Fernando. “El principio esperanza desde América Latina”. In MENESES, José Manuel; ANDRADE, Luis Martínez (comp.). **Esperanza y Utopía: Ernst Bloch desde América latina**. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, 2011, pp.16-17.

³² Idem, p.13.

³³ BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 282. v. 1. (grifos do autor)

³⁴ BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 282. v. 1. (grifos do autor)

³⁵ BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 144. v. 1.

³⁶ BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 147. v. 1.

compreendidos nesta investigação como uma *práxis* que propôs a contestação de uma totalidade além da ditadura, a qual era o obstáculo imediato. Fenômeno e sujeitos inseridos num quadro particular de suas realidades imediatas, e que, igualmente, compartilhavam tendências de seu tempo e do seu lugar, inclusive da realidade latino-americana, numa tentativa de ruptura da dominação, no interior da luta de classes, do presente e que-repete-o-passado, inscrita numa mediação recíproca entre sujeito e objeto. Através do *Principio Esperanza*, a função utópica é “motor essencial da História da América Latina”³⁷, no anverso e reverso da [sua] realidade continental, o componente desiderativo resultava essencial para a compreensão da própria dinâmica histórica”³⁸. Os lutadores e lutadoras armadas foram movidos por um *otimismo militante*, mas que não pairava na contemplação trivial, pois “a esperança no futuro não significa meramente confiança nele [no futuro], senão trabalho no sentido da construção desse horizonte emancipador”³⁹.

Como esclarece Ernst Bloch no tópico “A transformação do mundo ou as *Onze teses* sobre Feuerbach”, no qual “resume e fundamenta a sua concepção de utopia concreta, de antecipação, de esperança, pois o problema da transformação permeia a própria situação do homem no mundo”⁴⁰. É aí, neste tópico, que adverte “o que para ele é decisivo, que o Marxismo é uma ‘utopia concreta’, a forma de entender a utopia que lhe a liberado da mera ensonação quimérica e lhe há convertido em um instrumento transformador”⁴¹.

Ao tratar da tese 3 sobre Feuerbach, Bloch analisa que Marx estaria neste texto lutando em duas frentes, primeiro contra a teoria mecanicista do ambiente, que resvalaria no fatalismo do ser, e de outro lado contra a teoria idealista do sujeito, que conduziria ao gompismo ou, minimamente, no otimismo ativista exacerbado. Segue a tese 3:

A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado. Ela acaba, por isso, necessariamente, por separar a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima da sociedade (por exemplo, em Robert

³⁷ AÍNSA, Fernando. “El principio esperanza desde América Latina”. In MENESES, José Manuel; ANDRADE, Luis Martínez (comp.). **Esperanza y Utopía: Ernst Bloch desde América latina**. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, 2011, p.14.

³⁸ Idem, p.15.

³⁹ SERRA, Francisco. “La Actualidad de Ernst Bloch”. Prologo a edição espanhola de BLOCH, Ernst. **El Principio Esperanza**, Madrid, Editorial Trotta, 2004, pp. 14-15, tomo 1.

⁴⁰ VIEIRA, Antônio Rufino. A Filosofia Marxiana: uma Análise das Teses de Marx sobre Feuerbach. **Princípios: Revista de Filosofia** (UFRN), [S. l.], v. 3, n. 04, p. 27-50, Natal, jan-dez, 1996, p.29.

⁴¹ SERRA, Francisco. “La Actualidad de Ernst Bloch”. Prologo a edição espanhola de BLOCH, Ernst. **El Principio Esperanza**, Madrid, Editorial Trotta, 2004, p. 15, tomo 1.

Owen). A coincidência do mudar das circunstâncias e da actividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como práxis revolucionante.⁴²

Para melhor compreender esta tese, Bloch recorre a uma passagem de *A Ideologia Alemã* que, segundo ele, abordaria a questão tratada “com base no movimento recíproco do tipo mais salutar possível, entre homens e circunstâncias, da mediação “sujeito-objeto” do tipo permanentemente recíproco, permanentemente dialético”⁴³. Eis a passagem de Karl Marx reproduzida pelo autor do *Princípio Esperança*:

[na história] encontra-se, em cada etapa, um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação historicamente produzida com a natureza e com os indivíduos uns com os outros, que é transmitida a cada geração por sua predecessora, uma classe de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, por um lado, até chega a ser modificada pela nova geração, mas que, por outro lado, também lhe prescreve suas próprias condições de vida e lhe confere um determinado desenvolvimento, um caráter específico – portanto, que as circunstâncias fazem os homens tantos quanto os homens as circunstâncias.⁴⁴

Um lampejo na direção de quebrantar com a cadeia de reprodução das relações sociais de dominação, assim, pois, os integrantes da esquerda armada, quando considerados coletivamente, almejavam um projeto de instituição de um novo tempo, um tempo de descontinuidade, usando a aceção do filósofo e crítico alemão Walter Benjamin. “A consciência de fazer explodir o *continuum* da história é própria às classes revolucionárias no momento da ação⁴⁵. Pretendiam, com seu movimento de vanguarda, serem pela sua *praxis*, propaganda revolucionária e crítica social redentora, o corisco que quebrantaria a alienação do povo brasileiro e o conduziria a protagonizar sua emancipação.⁴⁶ As *onze teses* em seu conjunto anunciariam que “é a humanidade socializada, aliada a uma natureza mediada por ela, que permite a transformação do mundo, visando fazer dele um lar, isto é, o lugar de identidade consigo mesmo e com as coisas”, o desfecho histórico não estaria nunca dado

⁴² MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. Lisboa: Editorial Avante, 1982.

⁴³ BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 257. v. 1.

⁴⁴ MARX *apud* BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 257. v. 1.

⁴⁵ BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 230.

⁴⁶ Os porquês e a constatação do malogro do projeto são outras questões, ainda que diretamente relacionadas. Mas, se partirmos daí, o norte será mais uma análise anacrônica, do que a compreensão do fenômeno inserido em seu contexto e cotidiano históricos.

naturalmente, pois, “o acontecimento não está encerrado, pois ele próprio é um constante para diante no mundo que implica sorte sorte passível de mudança”⁴⁷.

Os militantes da esquerda em armas, munidos de um furor utópico-revolucionário, tentaram cumprir um papel messiânico de construção de um mundo novo com justiça e igualdade, inscrevendo sua história na tradição das lutas do povo para que esse viesse a subverter sua condição de subalternidade na luta de classes. Pretendiam transformar as estruturas sociais do seu presente, mas, para tal, era condição *sine qua non* a ressignificação histórica da memória coletiva, ou, mais precisamente, de certo tipo de construção social do passado internalizada pela classe trabalhadora, mola-mestra da engrenagem do conformismo.⁴⁸ A partir da recusa radical à mera contemplação ou à principalidade das tratativas de formulações teóricas na ação política, buscaram derribar as divisões entre futuro e passado. O filósofo Ernst Bloch⁴⁹ nos ajuda a esclarecer melhor esse entendimento:

[...] o futuro que ainda não veio a ser torna-se visível no passado; o passado vingado, herdado, mediado e plenificado torna-se visível no futuro. O passado compreendido isoladamente e assim registrado é mera classificação de mercadoria, isto é, um *factum* coisificado sem consciência de seu *fieri* e de seu processo contínuo. Mas a ação verdadeira no próprio presente ocorre unicamente na totalidade desse processo inconcluso tanto para frente como para trás.⁵⁰

Nos idos da segunda metade da década de 1960, a opção pelas armas pôs os integrantes dessas organizações, jovens em sua maioria, como instauradores de um paradigma no seio da esquerda brasileira, um cisma entre os grupos comunistas e socialistas em geral: os que escolheram o caminho armado como via para a revolução brasileira e para o enfrentamento à ditadura⁵¹ e os que não. Significaram, ainda que não tenham alcançado

⁴⁷ BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 282. v. 1.

⁴⁸ “Em cada época é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como vencedor do Anticristo.” (BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. (Tese VI) In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.224.)

⁴⁹ “A filosofia de Ernst Bloch é elaborada no período mais obscuro da História Moderna. É o período da Primeira Guerra Mundial, o surgimento do nazismo na Alemanha, a aparição do stalinismo na União Soviética e da Segunda Guerra Mundial. É o período no qual um novo niilismo faz-se patente, e no qual a desesperança transforma-se na referência mais observada à vida humana. No período, a renúncia à esperança é transformada numa esperança do vir a morte. Nesse contexto, aparece o pensamento de Bloch, com sua insistência na esperança e sua recuperação da utopia. Reabilita uma categoria básica da tradição judaico-cristã: a esperança. O título do seu livro mais fundamental o expressa: *O princípio esperança*.” (HINKELAMMERT, Franz J. La Filosofía de Ernst Bloch. Disponível em: <http://coleccion.uca.edu.sv/franz-hinkelammert/items/show/1821>).

⁵⁰ BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 19. v. 1.

⁵¹ Ainda que não pretendessem tão somente o retorno ao Estado democrático de direito anterior ao golpe de 64.

sucesso no seu intento, uma força de contestação ao Estado e ao sistema capitalista: uma contestação de hegemonia, não somente das elites brasileiras, mas também do capital multinacional e associado, o qual foi o grande articulador do golpe de 1964.⁵²

Acreditavam estar seguindo a tendência maior da época. Como tantos vizinhos latino-americanos, optaram por trilhar o caminho da luta armada, linha que acreditaram ser a mais passível de sucesso para edificar a Terra da Liberdade, o socialismo, em supressão ao reino da necessidade. Jovens radicais não são apenas rebeldes sem causa ou seres atormentados, tomados pelo imediatismo e pelo espontaneísmo de sua condição biológico-pulsional. É equivocada a sentença que julga essa escolha como algo similar a um roubo juvenil, ao dito “rebelde sem causa”. Normalmente, eles têm uma causa, e, para os de nosso estudo, essa era mudar o mundo, a começar pelo deles. Desde muito tempo, a juventude é relacionada como sinônimo de período de intranquilidade, associando-a ao desvio por propensão da idade.⁵³ Esse juízo esvazia a pessoa jovem de sua capacidade crítica e autonomia, tornando-a, irremediavelmente, cativa de supostas determinações congênicas do organismo. Tal teoria é utilizada inclusive no sentido de desclassificar a ação da juventude, utilizando para elucidação o fato da mudança de comportamento em idade mais avançada, vista como positiva e madura, ao adotar posturas diferentes, normalmente conservadoras, distantes das de outrora, o que marcaria, segundo os pensadores dessa linha, a chegada da prudência e do bom senso.

No entanto, há outro ângulo para a análise do fenômeno, como a realizada por Octávio Ianni, em 1968.⁵⁴ É sobejamente conhecido casos de jovens revolucionários que, chegando à idade adulta, seriam irreconhecíveis em suas posturas, tamanho o distanciamento de sua visão de mundo quando comparada àquela assumida outrora, uma vez que, normalmente, abraçam posições conservadoras ou até mesmo de direita, as quais estão mais bem afinadas em proveito de sua classe, quando ricos, ou contra sua classe, quando pobres. Entretanto, é um

⁵² Sobre esse aspecto, consultar a obra do cientista político René Armand Dreifuss: **1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 2006.

⁵³ Um dos expoentes e pioneiros dessa visão é o psicólogo e educador estadunidense Granville Stanley Hall, com sua obra, publicada em 1904, *Adolescência: sua psicologia e suas relações com a fisiologia, antropologia, sociologia, sexo, crime, religião e educação* (*Adolescence: Its psychology and its relation to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education*). Ele partiu das características físicas e psicológicas da puberdade para criar uma concepção biológica de juventude, associando o período compreendido entre 14 e 24 anos de idade como uma fase de imane tensão e desalinhamento emocional, bem como marcada pela caoticidade interna e pela ceticidade, o que tornava o jovem, além de instável, propenso até mesmo à criminalidade.

⁵⁴ IANNI, Otávio. O jovem radical. In: BRITTO, Sulamita de (org.). **Sociologia da Juventude, I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

engodo crer que essa constatação aparente basta para relegar ou automatizar a juventude a uma condição menor de atores políticos, a “rebeldes sem causa”.

Em seu contrário, esse fenômeno explica, destacou Octávio Ianni, a metamorfose do ideário da pessoa, advinda da mudança de sua situação real, ou mesmo, a cessão às várias pressões sociais para compatibilizar-se com o padrão normativo de socialização imposto pelo *status quo* e abandonar o comprometimento com a *praxis* da causa revolucionária, postura identificada como “germe de indisciplina”⁵⁵ orientada para a transformação social, agente que representa uma ameaça permanente à ordem. Assim, pois a “[...] reorganização do comportamento humano em outras bases” seria produto da “[...] mobilidade social e [d]o funcionamento dos mecanismos de controle social, particularmente os de repressão drástica e sistemática da ação revolucionária”.⁵⁶

Na década de 1960, esse “germe de indisciplina” orientado para a transformação social, sempre historicamente gestado, e com sua manifestação ditada pelas condições espaço-temporais específicas, extrapolou para além dos limites de uma mera conjuntura efêmera que seria rapidamente arrefecida pela reação. Elaborado e publicado em 1963, quando se desenhava uma maior radicalização da juventude no Brasil catalisada pelo movimento estudantil, *o Jovem Radical* de Ianni foi republicado sob o impacto dos acontecimentos de 1968, que condensou as tendências daquela década. Nesse ensaio, Octávio Ianni chegou a afirmar⁵⁷ que “[...] o jovem que não se ‘rebela’ não realizou a conscientização da condição alienada do homem na sociedade capitalista”, e isso porque “[...] ou foi amplamente envolvido e integrado pela ordem estabelecida ou por não ter condições intelectuais para formular a própria condição real”.

Na verdade, esses tempos forjaram o espírito de uma época,⁵⁸ a qual estava entranhada inquietamente no ser dos inconformistas que povoaram esse cenário, os quais, de forma

⁵⁵ Termo tomado de empréstimo do estudo BRITTO, Aurélio de Moura. “O Germe da Indisciplina”: negociações, embates e enfrentamentos coletivos na Casa de Detenção do Recife (1930-1935). Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2019.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 239.

⁵⁷ IANNI, Otávio. O jovem radical. In: BRITTO, Sulamita de (org.). **Sociologia da Juventude, I:** da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 240.

⁵⁸ “Em épocas de mudança o clima é abafado, parece que uma nuvem carregada está presa dentro dessas épocas. Por isso, categorias de tempo e nascimento sempre foram aplicadas a elas: como calma antes de uma tempestade ou como uma primavera histórica ou, na sua forma, mais forte e concreta, como uma sociedade que está grávida de outra. Épocas como a nossa entendem muito bem o estado de mudança. Até os inimigos, os fascistas na Itália e na Alemanha, só conseguiram enganar se disfarçando como revolucionários, o marasmo como sol de primavera. As próprias épocas de mudança são os períodos da juventude histórica, isto é, estão objetivamente diante dos portões de uma sociedade em ascensão, assim como a juventude se sente

simbiótica, nutrem-se e, igualmente, deram corpo a um *sonho-diurno não burguês*, buscando ultrapassar a realidade dada “tanto nas ações como no sonhar”, revolucionários que munidos de esperança e teimosia não capitularam ao “chamado destino”⁵⁹, conforme o conceito blochiano:

O sonhador não-burguês também aprecia coisas que pertencem aos outros. Mas o que ele imagina essencialmente é uma vida sem exploração, uma vida que deve ser ganha. Ele não é um molusco colado à pedra que precisa esperar por aquilo que o acaso irá lhe levar: ele ultrapassa a realidade dada, tanto nas ações como no sonhar. A existência feliz que antecipa situa-se atrás de uma cortina de fumaça, atrás da fumaça de uma tremenda transformação. [...] os valores da felicidade baseada no conforto deslocam-se para as perspectivas do sonho ideal revolucionário, já que a felicidade não decorre mais da infelicidade do outro nem se mede por ela. Isto porque a pessoa ao lado não é mais barreira para a própria liberdade, mas o lugar em que ela se concretiza. Em lugar da liberdade para comprar, brilha a liberdade resultante do comprar; no lugar da imaginada alegria do vigarista na guerra econômica, a imaginada vitória na luta de classes proletária. E, ainda acima desta, resplandecem a paz distante, a oportunidade distante de ser solidário com todos os seres humanos, ser amigável com todos, ocasião que constitui o alvo distante da luta.⁶⁰

Os militantes brasileiros, movidos por uma imagem pulsional da revolução própria de seu tempo, que a despeito e, ao mesmo tempo, propelidos pelo golpe de 1964, converteram-na em desejo, contagiados por essa revelação histórica revigorante de que a construção de um mundo novo, sem a exploração capitalista, era não somente uma utopia possível em um horizonte concreto, mas propriamente uma utopia concreta, a qual se distanciava do caráter de abstração pura e, simplesmente, inscrevia-se nas possibilidades latentes da História. Em seu *otimismo militante*, convictos estavam de estarem seguindo as tendências reais de sua atualidade. Era um projeto utópico que não parecia distante no ideal do futuro dos lutadores armados. Esse *sonho diurno*⁶¹ seria, para eles, a *consciência antecipadora* desse novo tempo que *ainda-não* havia se consumado, mas estaria no por-vir do amanhã.

subjetivamente diante do limiar de um dia de vida que até aquele momento ainda não foi inaugurado.” (BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 14. v. 1).

⁵⁹ BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 417. v. 1).

⁶⁰ *Ibid.*, p. 41-42.

⁶¹ “O sonho desperto, ou seja, aberto para o mundo, sabe não se abster. Ele se recusa a se saciar ficticiamente ou ainda espiritualizar desejos. A fantasia diurna, assim como o sonho noturno, tem os desejos como ponto de partida, mas vai com eles até o fim, quer chegar ao lugar da realização [...] Composições significativas da fantasia do sonho diurno não produzem bolhas de sabão: elas abrem janelas e, por trás destas, o mundo do sonho diurno é no mínimo uma possibilidade a que se pode dar forma. Há, portanto, diferenças suficientes entre esses dois tipos de sonho também no que se refere a esse fim. Neles, modo e conteúdo da realização do desejo divergem indistintamente. Disso decorre, de maneira reiterada, que o sonho noturno se passa em regressão, sendo atraído a esmo para dentro de suas imagens, enquanto o sonho diurno projeta à suas imagens

Uma aplicação categórica de que

[...] o ser que condiciona a consciência, assim como a consciência que trabalha o ser, compreendem-se, em última instância, a partir de onde e para onde tendem. A essência não é o que foi, ao contrário: a essência mesma do mundo situa-se na linha de frente.⁶²

Como manifestou um militante da esquerda armada em Pernambuco,

[...] em cada um desses momentos, agi por necessidade psicológica. Como devem agir aqueles que tem paixões ou, talvez, convicção religiosa. Em muitos casos, tinha a intuição das derrotas, mas agia sempre com a expectativa de que o objetivo era alcançável.⁶³

Avaliação sobre a permanência — e o imperativo moral da revivescência da esperança; da resistência da possibilidade mesmo em situações de aparente fracasso; a aposta máxima — sua vida — no futuro a ser edificado a partir do seu comprometimento com a causa revolucionária, isto nos traz o trecho do testemunho do insurgente. Visão que contradita a versão de um suposto suicídio revolucionário por parte dos militantes da esquerda armada brasileira, a mesma em linhas gerais realizada por Jorge Nahas, que integrou o Colina (Comando de Libertação Nacional):

[...] eu acredito que quando o sujeito acredita que não há saída, que ele vai morrer, pelo menos eu vi isso na minha experiência, ele não parte para o suicídio. O problema é que ele acredita que ainda há uma possibilidade mínima e que isso depende dele, e que se ele não fizer, ele não está cumprindo com o dever dele. Isso eu acho mais importante, eu pelo menos era assim, eu não tomo outro por acaso, eu poderia ter voltado para o Brasil e ter sido assassinado igual à Pauline Reichstul, que era uma menina que convivia comigo há anos e eu estive com ela uns três meses antes de ela morrer, igual ao Eudaldo, igual ao Sérgio, os três que morreram em Recife⁶⁴ e que pertenciam ao meu grupo lá em Cuba e que voltaram. A concepção

em coisas futuras, de forma alguma a esmo, mas passível de ser direcionado, por mais intempestiva que seja a imaginação, podendo ser intermediado pelo objetivamente possível. *O conteúdo do sonho noturno está oculto e dissimulado, enquanto o conteúdo da fantasia diurna é aberto, fabulante, antecipador, e seu aspecto latente se situa adiante.* Ele mesmo provém da expansão de si-mesmo para frente e do mundo para frente, é um querer-viver-melhor, muitas vezes um querer-saber-melhor. O anseio é comum aos dois tipos de sonho, pois ele é, como foi observado, a única qualidade sincera de todos os homens. Mas o *desiderium* do dia, diferentemente do *desiderium* da noite, pode também ser sujeito e não apenas objeto de sua ciência. O sonho desejante do dia não necessita de qualquer escavação ou interpretação, mas de correção e, na medida em que esteja capacitado para isso, de concretização. Em suma, se em sua origem o sonho desejante desconhece qualquer medida, tal qual o sonho noturno, por outro lado, ao revés dos espectros noturnos, ele tem um alvo, e vai em sua direção.” BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 97-100. v. 1.

⁶² *Ibid.*, p. 28.

⁶³ PONTES, Paulo. **Memória da resistência na ditadura e depois**. Recife: MMM Produtos Culturais, 2018. p. 353.

⁶⁴ Refere-se à execução, entre os dias 8 e 9 de janeiro de 1973, planejada e promovida pelos órgãos de repressão de seis militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) - Eudaldo Gomes da Silva, 26 anos; Evaldo Luiz, Ferreira de Souza, 31 anos; Jarbas Pereira Marques, 24 anos; José Manoel da Silva, 33 anos; Pauline Reichstul, 26 anos; e Soledad Barrett Viedma, 28 anos. Foi um episódio que manifestou a política de

deles era essa: estava tudo fodido, mas tinha uma tarefa a ser feita, que era renascer, a esperança, aquele sentimento de que as coisas dependem de você. Você tem uma missão, você não pode falhar, se isso vai custar a sua vida, ossos do ofício, mas o caminho deliberado para uma situação de desespero eu não acredito. Eu acho que o Lamarca foi para o campo porque ele achava que tinha uma saída. Ele poderia juntar, ficar ali, difícil, muito complicado, muita pouca possibilidade de êxito, mas se ele desistisse... Agora porque que ele achava isso, se era por uma imposição, eu acho muito mais plausível aquela questão do imperativo moral, eu não posso fazer isso senão eu estou desistindo, estou abandonando a luta por um problema pessoal. Mas aqueles que chegaram à conclusão de que não tinham saída, esses eu acho que largaram. [...] acho que isso acontecia com a gente, não se importar com a vida, a sua vida está, você está jogando a sua vida numa causa, você é uma pessoa que está lutando por alguma coisa futura, que você acha que vale a pena e que você está disposto a dar até a sua vida, não é isso? Isso é correto. Isso é diferente de você dizer que numa situação desesperada, você mata, mesmo sabendo que você não vai fazer nada, que aquilo não vai ter nenhuma repercussão, você vai morrer mesmo. Eu não acredito que seja esse o problema. No caso aí do militante cercado por polícia, por exemplo, houve casos, a própria Iara, mulher do Lamarca, cercada, ela acabou se matando, houve casos desse tipo. Isso aí é outra discussão.⁶⁵

Utopia concreta é aquela oposta à utopia abstrata⁶⁶. Era um *sonho diurno* que não se punha fugidio em sua consistência, o qual foi partilhado por toda uma geração, estava claro e brilhante como a luz candente do relâmpago em noite escura. Guiados pela sólida confiança de que “[...] nenhum objeto poderia ser reelaborado conforme o desejo se o mundo estivesse encerrado, repleto de fatos fixos ou até consumados”,⁶⁷ no lugar desses fatos irremediáveis, haveria “[...] apenas processos, ou seja, relações dinâmicas, nas quais o existente dado ainda

eliminação adotada pela ditadura, conhecido como “Massacre da Granja São Bento”. A VPR pretendia rearticular-se a partir do Nordeste, especificamente de Pernambuco, tendo vários militantes com treinamento em Cuba descolados para a região. Essa operação, nomeada de “Kimble”, contou com o auxílio do infiltrado cabo Anselmo, e teria seus óbitos justificados falsamente como mais um tiroteio entre os militantes e as forças da repressão. VPR não chegou a realizar ações armadas em Pernambuco. Para maiores detalhes sobre o episódio, conferir: PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: **Relatório Final**: volume I. Recife: CEPE, 2017. p. 257-310; VIANA, Gilney. **Mortos e desaparecidos - II**: Massacre da Chácara São Bento. Brasília: [s. n.], 1996; CAMPOS, Luiz Felipe. **O Massacre da Granja São Bento**: a história de como um traidor e um torturador se aliaram em um dos crimes mais brutais da ditadura militar no Brasil. 2. ed. Recife: CEPE, 2017; SOUZA, Percival de. **Autópsia do medo**: vida e morte do delegado Sergio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000.

⁶⁵ Jorge Nahas, militante do COLINA, em depoimento concedido a Marcelo Ridenti, em Belo Horizonte, a 15 de agosto de 1985. Arquivo Edgard Leuenroth, Coleção Militância Política e Luta Armada.

⁶⁶ “Resta, todavia, a pergunta se e em que medida a palavra e a provocação *utopia* devem ser transpostas, sem mal-entendidos desnecessários, também para intenções e interesses de que forma alguma pertencem ao passado, situando-se, completamente novos e atuais, dentro da elevação da utopia à ciência ocorrida no socialismo. É verdade que a história da terminologia conhece várias dessas ampliações do sentido de um termo, com a subtração parcial dos significados negativos que aderiam a ele. A palavra *romântico*, por exemplo. Uma diferenciação bem maior foi efetuada entre os significados do conceito *ideologia*. Com base nessa diferenciação, Lênin pôde chamar o socialismo *ideologia do proletariado revolucionário*. E, apesar disso, principalmente o poder de antecipação com o seu espaço aberto e seu objeto a ser realizado para a frente, que acima foi chamado de *utopia concreta* – para diferenciá-lo do utopístico e da mera utopização abstrata –, ficou excluído da correção e da ampliação terminológicas, nos moldes em que estas ocorreram, por exemplo, com o romântico no *romanticismo revolucionário*, com o ideológico na *ideologia socialista*.” (BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 156. v. 1.

⁶⁷ BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 194. v. 1.

não é completamente vitorioso.”⁶⁸ No real, está a mudança. E o real “é processo e processo é a mediação vastamente ramificada entre o presente, o passado pendente e sobretudo o futuro possível.”⁶⁹

Geração, essa que é “[...] o lugar em que dois tempos diferentes — o do curso da vida, e o da experiência histórica — são sincronizados. O tempo biográfico e o tempo histórico fundem-se e transformam-se criando desse modo uma geração social.”⁷⁰ Poderíamos dizer que nas décadas de 1960 e 1970 houve mesmo uma *geração armada*⁷¹ na América Latina, mas não só, estendendo-se pela Centroamérica, África e outras regiões do chamado *Terceiro Mundo*. Depoimento emblemático desse espírito é o de Dulce Chaves Pandolfi, militante da ALN em Pernambuco no período, e hoje historiadora: “Nascida e criada em Recife, fiz parte de uma geração que sonhou e lutou muito. Queríamos romper com as tradições, acabar com a miséria e com as injustiças sociais, reformar a universidade, derrubar a ditadura, enfim, queríamos transformar o Brasil e o mundo.”⁷²

Hoje é-nos flagrante o desencontro entre o espírito de utopia e a ação revolucionária dos/das militantes da luta armada e, de outro lado, aquele que povoava as pessoas que eles pretendiam representar: mulheres e homens pobres, explorados pelo sistema capitalista e atropelados secularmente pelo Estado e pela classe dominante. Em nenhum dos casos, houve sucesso na empreitada de capilarizar-se em uma representação como outrora foi o movimento camponês que se espalhou pelo Brasil. A obstrução brutalizada, promovida pela ditadura, das

⁶⁸ *Ibid.*

⁶⁹ *Ibid.*, p. 24.

⁷⁰ FEIXA, Charles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 192, maio/ago. 2010.

⁷¹ Termo tomado de empréstimo de: RUIVO, Marina. **Geração armada**: literatura e resistência em Angola e no Brasil. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2015. A autora estabelece uma análise comparativa entre as obras *Geração da utopia* (de narrativa focada na atuação do Movimento Popular de Libertação de Libertação de Angola) do escritor angolano Pepetela, e *Viagem à luta armada*, do brasileiro (e ex-militante da Ação Libertadora Nacional) Carlos Eugênio Paz. Ambos os enredos vêm irmanados pelo cenário e pelo projeto de violência insurgente e busca de libertação nacional em seus países, separados pelo Atlântico, mas também unidos na luta por um mundo melhor. Nas palavras de Ruivo (pp. 20-29): os dois textos estudados tecem íntima relação com a história dos movimentos revolucionários e de resistência dos anos 1960-1970 (...) tanto por parte da ALN quanto do MPLA havia desejo de irmanar de alguma forma tais processos, pois para além das conjunturas internas a cada nação existia também um contexto internacional de luta revolucionária e de rebelião contra a ordem instituída. Diante desse contexto – em que por algum momento pelo menos e para uma parcela da humanidade, o mundo parecia estar efetivamente à beira de grandes transformações –, não é de se estranhar que os movimentos de libertação nacional em Angola e no Brasil buscassem expressar a solidariedade entre suas lutas (...) *Geração armada* não faz referência apenas ao dado mais óbvio de que essa geração – em especial a parte dela que é representada nas obras – lutou de armas na mão para alcançar o que sonhava (ainda que esta seja uma característica fundamental dela, não há dúvida). Mas a geração armada também de sonhos, de ideais, de conceitos, de pré-conceitos ... Tão diferentes dos que vieram depois, mas, ao mesmo tempo, sempre tão iguais, na busca de um ser humano de um melhor, mais solidário, mais justo.”

⁷² Testemunho de Dulce Chaves Pandolfi à UFRJ e à Comissão de Anistia, em 25 de maio de 2011. Arquivo CNV, 00092.002472/2014-29

vias de transmissão de experiência e dos espaços públicos do debate político e livre e o desenvolvimento do trauma coletivo daí advindos são elementos-chave para desatar os nós desse complexo processo social. Todavia, não devemos perder de vista que “a promessa da luta armada apontava para a possibilidade de um futuro diferente. Um futuro possível. Se perdeu a batalha, porém não por isso foi necessariamente um equívoco empreendê-la (...) tampouco esteve condenada a derrota desde o começo”⁷³.

Não conseguiram, ao final, empreender, naquele momento histórico, uma massificação da luta, seja no campo ou na cidade, a despeito das impressões nessa direção timbradas no ano de 1968. Todas as organizações de violência insurgente que realizaram ações armadas em Pernambuco (ALN, PCBR, PCR, VAR-Palmares, FLNE) contaram, em suas fileiras, ou vinculação de apoio, com antigos militantes das Ligas Camponesas na tentativa de lançar a tão sonhada guerrilha rural. Apesar dos vários matizes existentes na esquerda armada, a guerrilha rural, como a via conseqüente para a deflagração da revolução brasileira, era um ponto que unificava os diversos agrupamentos atuantes não somente em Pernambuco, mas no Brasil. Foram as Ligas que, primeiramente, na década de 1960 (em 1962), por meio do Movimento Revolucionário Tiradentes, elaboraram um plano de deflagração de guerrilhas no Brasil.

Acreditamos que somente é possível apreender os matizes da esquerda armada, em Pernambuco, a partir de uma mirada triangular, isto é, um prisma que esteja atento às particularidades nesse estado, mas essas compondo um todo que se completa, em sua unidade, com a dimensão regional do Nordeste⁷⁴ e com os elementos mais globais, seja em nível de país ou internacionais, nunca perdendo de vista o caráter de inacabamento do processo e seu movimento dialético trigonal. Adotando essa premissa, esta tese, para efeito da didática expositiva do estudo, foi dividida em três momentos: o primeiro (Capítulo 2) aborda o fenômeno da luta armada no Brasil; o segundo capítulo (Capítulo 3) fita a região Nordeste; no terceiro (capítulos 3 e o 4), encaro o tema nuclear da investigação: a luta armada em Pernambuco.

Confiando que a tendência objetiva para acelerar o moinho da revolução era, necessariamente, o caminho da luta armada, os insurgentes armados lançaram-se audaciosamente na ação política de confronto, certos de estarem compondo, objetivamente, a

⁷³ BEVERLEY, John. “Balance de la lucha armada, cincuenta años después”. **Revista Casa de las Américas**. No. 254 enero-marzo/2009, p.21.

⁷⁴ Sobretudo com seus estados limítrofes.

única tendência histórica claramente definida de seu tempo que os conduziria à realização do sonho coletivo do socialismo.⁷⁵ Seu pensamento buscava apreender a realidade do seu presente, transpor a máscara enganosa do aparente, de modo que aquilo que “estava aí” não fosse omitido ou ocultado, seja na sua necessidade, seja no movimento para sua superação, isto é, “[...] nem nas causas da necessidade, nem mesmo no princípio da virada do que nela está amadurecendo”⁷⁶.

Por essa razão, a transposição efetiva não vai em direção ao mero vazio de algum diante-de-nós, no mero entusiasmo, apenas imaginando abstratamente. Ao contrário, ela capta o novo como algo mediado pelo existente em movimento, ainda que, para ser trazido à luz, exija ao extremo a vontade que se dirige para ela. A transposição efetiva conhece e ativa a tendência de curso dialético instalado na história. Em primeiro lugar, todo ser humano, na medida em que almeja, vive do futuro: o que passou vem só mais tarde, e o presente autêntico praticamente ainda não está aí. O futuro contém o temido e o esperado e, estando de acordo com a intenção humana, portanto sem malogro, contém somente o esperado. A função e o conteúdo da esperança são incessantemente acionados e difundidos. [...] A esperança sabedora e concreta, portanto, é a que irrompe subjetivamente com mais força contra o medo, a que objetivamente leva mais habilidade à interrupção causal dos conteúdos do medo, junto com a insatisfação manifesta que faz parte da esperança, porque ambas brotam do não à carência.⁷⁷

A despeito das etimologias, o objetivo de toda história é o de compreender e não o de saber “tal qual aconteceram” os fatos, como pregava a corrente positivista da história, salientando-se, primariamente, a fórmula “como se explica que”. É esse o princípio vital que deve conduzir o historiador em suas análises dos testemunhos e das testemunhas que circundam seu objeto de estudo. Assim buscou ensinar Lucien Febvre em seus textos sobre o método histórico. Esse foi o fio condutor na interpretação que cá ensaiamos sobre a esquerda em armas em Pernambuco, até onde as fontes e nossa imaginação, amparada nos indícios, puderam nos levar. Adverta-se nesta direção que, apesar de julgarmos legítimo o empreendimento, não foi nossa intenção nesta pesquisa construirmos um catálogo, ou mesmo inventariar, os acontecimentos e ações que envolveram a esquerda armada em Pernambuco durante sua atuação e existência nas décadas de 1960 e 1970. Nosso objetivo esteve mais próximo de buscar compreender as origens e traços essenciais do movimento de insurgência armada, e seus/suas integrantes, no campo das potencialidades de uma história aberta e em disputa naquele interregno histórico.

⁷⁵ “A destacada militância dos jovens nos partidos de esquerda após 1964 deve ser compreendida em relação direta com a ímpar participação juvenil nos movimentos sociais do período, favorecida pelo clima político e cultural dos anos 1960.” (RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993. p. 121.)

⁷⁶ BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. p. 14.

⁷⁷ *Ibid.*

Os capítulos foram ordenados da seguinte maneira:

O primeiro, “Luta armada no Brasil: entre revolução e resistência”, é eminentemente historiográfico. O objetivo foi o de inserir o leitor no contexto geral da época em que está ambientado o nosso objeto de análise (1968-1974), mas, sobretudo, no debate sobre o tema das esquerdas brasileiras nos anos 1960 e o lugar que a esquerda armada ocupava segundo diversos autores especialistas no assunto, situando minhas posições nos aspectos centrais suscitados na discussão, quais sejam: as cisões do PCB, o caráter (não) democrático da esquerda armada; se isso consistiu em um movimento de resistência ou não; a participação/o apoio das camadas populares no/ao projeto da luta armada, entre outros. Para tanto, lançamos mão, além da vista nas especificações distintas da região, de uma mirada mais global, na qual também foi agregado ao mote o tema da crise do modelo revolucionário insurrecional, sagrado pela Revolução Russa de 1917, mas, naqueles tempos dos anos 1960, em franca decaída, com o deslocamento do espaço de deflagração da revolução social da cidade para o campo. Daí, em um movimento dialético, a virada no imaginário das esquerdas do terceiro mundo e da América Latina, influenciadas pela Revolução Cubana, Chinesa, Guerra do Vietnã, lutas de descolonização na Ásia e África e os diversos Movimentos Armados em países da América Latina (Peru, Argentina, Chile, Colômbia, Bolívia, Uruguai).

Já no capítulo dois, “Nordeste insurgente: violência, revolta e revolução”, trataremos um breve balanço da formação da espacialidade do Nordeste, bem como sua tradição de revoltas populares e movimentos sociais, encadeando-a e buscando compreender a gestação e o desenvolvimento das esquerdas armadas nessa região brasileira em suas particularidades, além da “eleição” da via da guerrilha rural e da violência insurgente (ou revolucionária) como caminho para a revolução brasileira. Dispomos também, neste capítulo, em primeiro plano, das relações sociais na estrutura agrária brasileira e das lutas dos trabalhadores rurais. O fenômeno do coronelismo, com ênfase nas Ligas Camponesas e sua radicalização, lampejos de uma opção pelas armas que somente se definiu no seio das esquerdas brasileiras após o golpe de 1964. Ademais, abordamos, sucintamente, a atuação de organizações de luta armada em alguns dos estados do Nordeste pós-1964, os quais tiveram relação direta com a dinâmica desenrolada em Pernambuco.

No capítulo terceiro, “Sinistros vermelhos: a esquerda armada em Pernambuco”, buscamos desnudar traços comuns no cotidiano urbano de militantes das organizações da esquerda armada que atuaram em Pernambuco, identificando intersecções do vivido por esses

personagens e suas inserções na sociabilidade da classe trabalhadora de seu tempo. Para tanto, trouxemos algumas faces da atuação dos grupos de violência insurgente em Pernambuco. No entanto, o apontamento de modelos rígidos, que demonstrem um feixe de itens bem delimitados e concretos que compuseram o cotidiano desses atores, não é algo fácil de determinar pela especificidade da vida dessas mulheres e desses homens em sua luta política, maiormente na clandestinidade. Nesse escopo, a partir de cenas autorreconhecíveis, em seu torso geral, à toda esquerda armada em Pernambuco, tivemos a pretensão de compreender seu cotidiano de atuação e, por meio de uma aparente unidade, apreender os antagonismos idiossincráticos daquela geração que mergulhou no caminho armado para a revolução brasileira. De outro lado, procuramos também alçar um voo aéreo, isto é, trazer análises mais estruturais e de síntese contextual, nas quais a macrolente é o amparo. No entanto, é evidente que tais movimentos são seguidos na dependência direta dos caminhos que as fontes nos permitiram trilhar.

Pretendemos estudar o fenômeno das *esquerdas em armas* ao tempo que também apresentamos cenas de atuação das esquerdas armadas compostas por diversos elementos comuns, tais como pichações, panfletagens, passagens em salas-de-aula, discursos-relâmpago, passeatas, gritos, correria, encontros clandestinos, reuniões veladas, ajuntamentos dispersados, confrontos com a polícia, risco permanente de serem presos/as, clandestinidade, ações armadas, prisões, assassinatos de companheiros/as de luta. Tais referenciais compuseram o cotidiano dos lutadores armados nas diversas batalhas travadas por suas reivindicações, na resistência à ditadura e pela transformação social rumo ao socialismo. Seguimos alguns fios biográficos de atores daquele período, trazendo à tona essa realidade condensada em diversos eventos e acontecimentos simbólicos de uma cadeia de repetição-regularidade-multiplicidade, que procuramos costurar a partir do vai-e-vem da micro-macro análise histórica, construindo a configuração do que julgamos ser a trama geral da história de vida da esquerda armada em Pernambuco, durante a última ditadura.

No último capítulo, “(Re)Visões da luta armada”, objetivou-se investigar as dinâmicas relacionais desenvolvidas na década de 1970, após a prisão dos militantes, e os elementos carregados para a reavaliação, ou não, do caminho armado para a revolução, com vistas à nova realidade de encontrarem-se atrás das grades, após terem passado pelo calvário da tortura, experienciado pela maioria, e que terá um efeito visceral no processo de reavaliação da ação política. Por isso, nosso ponto de partida espacial para análise será as prisões masculinas, a Casa de Detenção do Recife (Centro da Capital) e, após fevereiro/março de 1973,

Penitenciária Professor Barreto Campelo (na Ilha de Itamaracá), e, em menor grau — visto a limitação das fontes que tivemos acesso —, a prisão feminina, Colônia Penal Bom Pastor. Foi objetivo, também, apreender como se deu o processo de balanço da luta armada, sobremaneira, na operação de abandono do caminho armado, comparando-o com o que se realizou em escala nacional.

As fontes primárias que utilizamos foram diversas:

1) Policiais - prontuários individuais (de militantes) e funcionais (das organizações de esquerda armada) produzidos pelo Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco, DOPS-PE, e custodiados no Arquivo Estadual Jordão Emerenciano, APEJE; informações, informes, relatórios, dossiês etc. produzidos pelos órgãos de repressão em seus vários dispositivos e centralizados no Sistema Nacional de Informações, SNI, esses disponíveis em vários fundos do arquivo nacional, hospedados no seu sítio virtual (<https://sian.an.gov.br>) e também no banco de dados do Projeto Memórias Reveladas (<http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br>) também sob responsabilidade do mesmo Arquivo Nacional.

2) Depoimentos orais – coletados por mim; concedidos à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, de Pernambuco (<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br>); Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (<https://cev.pb.gov.br>); Comissão Nacional da Verdade (<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>); Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/>); e Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (<http://www.comissaodaverdade.ufrn.br/>); depoimentos constantes nos documentários *A mesa vermelha* (<http://www.amesavermelha.com.br/>) e *Vou contar para meus filhos* (<https://vimeo.com/439152016>); além de depoimentos publicados em livros diversos.

3) Obras Memorialísticas.

4) Documentos e jornais das organizações de violência insurgente produzidos e circulados em Pernambuco durante o período estudado (1968-1973).

5) Diário de militante e correspondência missiva estabelecida pelos militantes entre si e com suas respectivas organizações quando estavam presos.

6) Balanço político realizado por militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (Luciano Almeida, Alberto Vinicius de Melo Nascimento, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, Marcelo Mário Melo) nos anos de 1976/77, quando se encontravam presos na Penitenciária Professor pelo, na Ilha de Itamaracá, Pernambuco, depois publicado no livro *A esquerda em questão*.⁷⁸ Quanto aos referenciais e às categorias teórico-metodológicas que nos nortearam, auxiliaram-nos no percurso e na consecução do estudo, vão na mesma direção de multiplicidade contributiva de várias vertentes, todavia destacando-se as perspectivas da “História Vista de Baixo”, “Micro-História”, “História Social” e “Teoria Crítica”.

Afastando-me da função de comentador (químico), tentei cumprir o papel de um crítico (alquimista) do fenômeno, inspirando-me, nesse sentido, na acepção benjaminiana, segundo a qual “[...] poderia considerar-se a obra no seu crescimento (*das wachsende Werk*) como um monte de lenha em chamas diante do qual o comentador postar-se-ia como um químico; e o químico, como um alquimista.”⁷⁹ Ao passo que “[...] para o primeiro, a madeira e a cinza são os únicos objetos de sua análise; para o segundo, somente a chama conserva um enigma (*Rätsel*): o do vivente (*des Lebendigen*).”⁸⁰

É inseguro, para qualquer estudioso social, certamente ainda mais para o historiador que pretende aportar sua imaginação em tempos passados, navegar nas margens caudalosas do rio da glorificação ou tampouco nas águas da demonização dos sujeitos na história. Em contrapartida, não devemos, em nosso ofício, omitir-nos diante do perigo da supressão da memória, antes do fascismo, insuspeito em sua tamanha dimensão catastrófica.⁸¹

“Não se pode nunca exigir do historiador a imparcialidade no sentido estrito deste termo. Apenas o fato histórico que o historiador estuda pode ser imparcial. Quanto ao historiador, se quer avaliar esse fato, tem de tomar posição”, pois, ainda que possa e deva ser científica, “[...] será sempre uma posição, um ponto de vista.”⁸²

⁷⁸ALMEIDA, Luciano de. **A esquerda em questão**: do socialismo científico ao anarquismo. Natal: Coojornat, 1991.

⁷⁹BENJAMIN, Walter *apud* GAGNEBIN, Jeanne Marie. Comentário filológico e crítica materialista. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 34, ed. esp. 2, p. 143, 2011.

⁸⁰BENJAMIN, Walter *apud* GAGNEBIN, Jeanne Marie. Comentário filológico e crítica materialista. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 34, ed. esp. 2, p. 143, 2011..

⁸¹TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**. Indagações sobre o século XX. Tradução de Joana Angélica D’Avila Melo. São Paulo: Arx, 2002. p. 135.

⁸²SCHAFF, Adam. **História e verdade**. Tradução de Maria Paula Duarte. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 274.

1 A ESQUERDA E A LUTA ARMADA NO BRASIL: ENTRE REVOLUÇÃO E RESISTÊNCIA

Era uma vez um homem e seu tempo... / (Botas de sangue nas roupas de Lorca). / Olho de frente a cara do presente e sei / que vou ouvir a mesma história porca. / Não há motivo para festa: ora esta! Eu / não sei rir a toa! / Fique você com a mente positiva que eu / quero a voz ativa (ela é que é uma boa!) / pois sou uma pessoa. / Esta é minha canoa: eu nela embarco.⁸³

O teatro épico-dialético do dramaturgo alemão Bertold Brecht, parte da principalidade de ruptura com a condição de mero consumidor, tradicionalmente desempenhada pelo expectador do teatro. Retratando a realidade das classes populares, Brecht buscou em sua obra delegar ao expectador poderes de interferência na peça teatral, a partir de uma visão crítica de estranhamento. Já no Brasil, Augusto Boal construiu o seu “teatro do oprimido”, cuja construção guarda semelhanças e inspirações do método *brechtiano*, visto seminalmente em sua peça chamada *Revolução na América do Sul*. Tal peça foi apresentada no Teatro de Arena em 1960, enquanto que o teatro do oprimido foi somente amadurecido no início da década de 1970, momento em que estavam constituídos integralmente todos os seus elementos característicos. Boal avançou o método do dramaturgo alemão, pois diferente deste, em que o expectador apenas interferia, no seu (Boal) o expectador assume o protagonismo, não mais circunscrito aos personagens pré-moldados na obra. “O espectador não delega poderes ao personagem para que atue nem para que pense em seu lugar: ao contrário, ele mesmo assume um papel protagônico, transforma a ação dramática inicialmente proposta, ensaia soluções possíveis, debate projetos modificadores: em resumo, o espectador ensaia, preparando-se para a ação real.”⁸⁴ Nesse sentido, quando Boal compreende que “o teatro é uma arma e o povo deve manejá-lo”, buscou “devolver ao povo, o que é do povo”.⁸⁵ Sob a mesma insígnia da dialética e do estranhamento o filósofo judaico-alemão Walter Benjamin cunhou o conceito de “Tempo do Agora” (*Jetztzeit*), que “resume todos os momentos messiânicos do passado, toda a tradição dos oprimidos e concentrada, como uma força redentora, no momento presente, o do historiador - ou o do revolucionário”⁸⁶.

⁸³ BELCHIOR. “Conheço o meu lugar”. In LP **Era uma vez um homem e o seu tempo**, WEA, 1979.

⁸⁴ BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.9.

⁸⁵ BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 182.

⁸⁶ LOWY, Michael. **Walter Benjamin**: Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de historia”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. - São Paulo: Boitempo, 2005, p.53.

Assim, seria o trio de exemplos, Brecht, Boal e Benjamin, em certa medida, uma negação radical da História como idolatria do fato consumado. Estes três arquétipos podem nos servir como metáfora para compreender o surgimento e a atuação das Esquerdas Armadas no Brasil das décadas de 1960 e 1970, bem como nos possibilitar compreender seu caráter e seus detonadores. Aqueles que viriam a integrar as esquerdas armadas, críticos e impacientes com o pacifismo do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sua linha política de revolução em etapas e em aliança com a burguesia nacional, debitaram a este, por deter hegemonia no movimento de esquerda, a derrota sem reação ao golpe de direita operado em 1964, e, conseqüentemente, recrudesceram o processo de debate interno no interior da organização, e depois, juntar-se-iam a cisões anteriores do PCB (que formaram a POLOP e o PCdoB, em 1961 e 1962) e no desencadeamento da luta armada. Dado que a “imersão geral na luta armada”⁸⁷, ocorreu em princípios de 1969, se aglutinariam militantes mais jovens que não necessariamente compunham, neste momento do golpe, o PCB, sendo muitos deles egressos das fileiras do movimento estudantil. Por isso, é preciso compreender estes atores a partir do seu tempo.

O ofício do historiador mudou bastante desde os escritos dos gregos Heródoto e Tucídides, marcos de origem do conceito ocidental de História. Desde então, muitos foram os debates e amadurecimento do método histórico, mas nunca é demasiado enfatizar, como o fez Febvre, que o verdadeiro objeto da história é o humano, e, este, considerado em sua completude. “Não se pode partir esse homem em bocados, é matá-lo: então o historiador terá senão bocados de cadáveres (...) o objeto dos nossos estudos não é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da atividade humana – mas o próprio homem, entendido no seio dos grupos de que faz parte.”⁸⁸

Na escrita da história do regime da ditadura brasileira, inaugurada pelo golpe de 1964, tais considerações são por certo salutares, inclusive como sinal de alerta contra o “pecado capital” de qualquer história que se proponha cientificamente conduzida, o anacronismo. Essa expressão se refere à tendência de conduzir a narrativa e analisar os processos históricos sob um viés retrospectivo, ou seja, avaliar o passado e seus processos a partir de seu futuro, do seu desfecho. Nesse sentido, independentemente da abordagem escolhida pelo historiador, a opção deve ser por uma história aberta, como disse Braudel: “Para mim, a história é a soma de

⁸⁷ GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, p. 153.

⁸⁸ FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Trad. Leonora M. Simoes; Gisela Moniz. Lisboa: Presença, 1989, p. 30-31.

todas as histórias possíveis, - uma coleção de misteres e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã. O único erro, a meu ver, seria escolher uma dessas histórias com exclusão das outras.”⁸⁹

Nesta linha de raciocínio, buscamos tecer algumas considerações teóricas e historiográficas sobre a esquerda que pegou em armas contra a ditadura. Compreendendo, como bem preveniu o historiador Jean Sales, que esta esquerda

tinha um projeto político e que suas ideias podem ser compreendidas à luz tanto das condições históricas do Brasil e do mundo como de suas trajetórias e debates internos. O fato de ter sido derrotada não deve impedir que a história da luta armada contra a ditadura seja retomada e debatida.⁹⁰

Neste sentido, é fundamental reconhecer a esquerda armada, em seus erros e acertos, como constituinte do conjunto de projetos de oposição à ditadura militar e civil que vigia, sem categorizá-la como pior ou melhor, mais ou menos válido que os demais projetos.⁹¹ O historiador deve sim tentar captar, até onde as fontes permitirem, a singularidade desta esquerda que optou pelo caminho armado, perscrutando em sua investigação as várias experiências e trajetórias compartilhadas por seus integrantes, buscando compreendê-la e não a levar a um julgamento ou realizar a necropsia de seu cadáver.

1.1 Pacifismo e Reformas ou Violência e Revolução.

Assim, devemos escolher a Utopia. Devemos escolher a crença que o mundo pode ser radicalmente melhorado; devemos sonhar socialmente e devemos permitir que nossos sonhos sociais afetem nossas vidas. A escolha pela Utopia é uma escolha pela possibilidade de mudança radical do mundo.⁹²

(Choosing Utopia, Lyman Sargent)

O historiador inglês Eric Hobsbawm chama a atenção em sua consagrada obra *“Era dos Extremos: O breve século XX”* para dois fenômenos que uniram o terceiro mundo enquanto vigorou a “era de ouro” do capitalismo, o interregno histórico entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a crise do petróleo em 1973. “Terceiro mundo”, termo cunhando

⁸⁹ BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, p. 53.

⁹⁰ SALES, Jean Rodrigues. **A Luta Armada Contra a Ditadura Militar**: A esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007, p. 107.

⁹¹ Idem, p.109.

⁹² TOWER, Sargent Lyman. "Choosing Utopia: Utopianism as an Essential Element in Political Thought and Action." *Utopia Method Vision: The Use Value of Social Dreaming*. Vol. 1 of *Ralahine Utopian Studies*. Ed. Tom Moylan and Raffaella Baccolini. Oxford: Peter Lang, 2007, p. 302. Tradução livre.

na década de 1950, definia-se como um agrupamento de nações (algumas surgidas no Pós-Segunda Guerra Mundial) historicamente dependente de Estados do Velho mundo, alternativo aos países de capitalismo desenvolvido (“Primeiro Mundo”) e dos países comunistas desenvolvidos (“Segundo Mundo”). Com o decorrer nos anos, *Terceiro Mundo* passou a significar muito mais os países pobres do globo, com todas as suas mazelas daí decorrentes, do que qualquer outra coisa.

O primeiro fenômeno que uniu todo o Terceiro Mundo neste período, segundo o historiador britânico, com exceção dos regimes comunistas da época (Coreia do Norte, China, repúblicas indochinesas, Índia e Cuba), foi a predominância ou a tendência de vigência, ainda que episódicos, de regimes militares, “foi cada vez mais comum os homens de armas irem se envolvendo na política [...] havia mais espaço na política para os homens dos tanques do que jamais antes.”⁹³ Isto, segundo o autor, decorrente da política intervencionista dos Estados Unidos, justificada por um pretense combate ao Comunismo (sob a batuta da União Soviética) e limitar a todo custo o alargamento do seu raio de influência. Os números apresentados são espantosos, “antes do colapso do sistema soviético, estimava-se que cerca de 19 – talvez 20 mesmo - milhões de pessoas haviam sido mortas em mais de cem ‘guerras maiores e ações e conflitos militares’ entre 1945 e 1983. Praticamente todas no terceiro mundo.”⁹⁴

Paralela a essa tendência há outra apontada pelo autor. O segundo fenômeno que comungavam os países do *Terceiro Mundo* foi o seu potencial revolucionário, temperado e parido por intensa instabilidade social e política, pois neste momento “se tornava o pilar central de esperança e fé dos que ainda acreditavam na revolução social.”⁹⁵ Dado a seu grande crescimento demográfico o Terceiro Mundo possuía a maior parte da população mundial, “parecia um vulcão global prestes a entrar e erupção, um campo sísmico cujos tremores anunciavam os grandes terremotos futuros.”⁹⁶

Estas duas tendências, que irmanavam o *Terceiro Mundo*, apontadas por Hobsbawm se juntam dialeticamente a outra. Esta última seria uma guinada do paradigma ou modelo revolucionário no mundo. Nos anos pós-1945, sob a hegemonia dos países terceiro-mundistas instaurou-se uma nova estratégia, no seio das esquerdas, para a tomada de poder como

⁹³ HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: O breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 422

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: O breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 423.

⁹⁶ HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: O breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.424.

método privilegiado ou mesmo básico da luta revolucionária, do modelo insurrecional consagrado pela Revolução Russa, deslocou-se para a guerra de guerrilhas. Da cidade para o campo⁹⁷.

Esta mudança de paradigma está inserida nos rotores condicionados pelas disputas da Guerra Fria e no movimento comunista internacional, em que o conflito sino-soviético tem lugar de síntese geral. Os Partidos Comunistas, já em crise nos anos 1950, após o XX Congresso do PCUS (1956), têm um panorama de instabilidade recrudescido diante das denúncias de Nikita Kruchev dos crimes praticados por Joseph Stálin. Mesmo cenário de guerras de guerrilhas no decorrer desta década, contando com Mao Tsé-tung (após dissidência com a URSS) como seu incentivador, é somente no seu fechamento, em 1959, que se consolidou o lastro e grande propagador do novo modelo revolucionário que irá inspirar revolucionários do mundo todo e pôs “a estratégia da guerrilha nas primeiras páginas do mundo”⁹⁸: A Revolução Cubana.

Integrando a cena da crise do movimento comunista mundial⁹⁹, ou sua renovação, partindo-se de outro ponto de vista, devem constar, ademais as lutas anticoloniais de libertação nacional levadas a efeito no terceiro mundo, tendo na Guerra da Argélia sua maior expressão, e o multifacetado ano de 1968. Estes elementos formaram as bases de desintegração do movimento comunista articulado em torno de Moscou. Segundo Hobsbawm, que, diga-se de passagem, não era lá muito simpático ao modelo da Guerra de Guerrilhas:

Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a Esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude — os mais velhos mal tinham passado dos trinta —, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária.

Na verdade, era mais provável que fosse saudada pelos críticos de Moscou, há muito insatisfeitos com a prioridade dos soviéticos para a coexistência pacífica entre ela e o capitalismo. O exemplo de Fidel inspirou os intelectuais militantes em toda parte da América Latina, um continente de gente ligeira no gatilho e com gosto pela bravura desprendida, sobretudo em posturas heróicas. Após algum tempo, Cuba passou a estimular a insurreição continental, exortada por Che Guevara, o defensor da revolução latino-americana e da criação de “dois, três, muitos Vietnãs”. Uma ideologia adequada foi fornecida por [Regis Debray] um brilhante jovem esquerdista

⁹⁷ Igualmente no Brasil, apesar de deflagração de guerrilhas urbanas localizadas, o objetivo almejado como precípua pelas diferentes organizações armada era, na verdade, o lançamento da Guerrilha Rural.

⁹⁸ HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: O breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 425.

⁹⁹ Para aprofundamento de análise sobre o contexto da crise do Movimento Comunista Internacional e o lugar ocupado pela Revolução Cubana no cenário ver: SALES, Jean Rodrigues. A Revolução Cubana e o Debate do Movimento Comunista Internacional nos Anos 1960: Europa e América Latina. **Diálogos**, v. 15, n. 1, p. 91-109, 2011.

francês (quem mais?), que sistematizou a idéia de que, num continente maduro para a revolução, só se precisavam importar pequenos grupos de militantes armados para as montanhas adequadas e formar “focos” para a luta de libertação em massa.¹⁰⁰

É ambientado nesta conjuntura em nível mundial que se inseriu o surgimento e atuação das esquerdas armadas brasileiras. É importante destacar que, quando o monolitismo da liderança Soviética do movimento comunista internacional foi posto em cheque pela China de Mao Tsé-tung os partidos comunistas (e moscovitas) do Terceiro Mundo prosseguiram com uma política de paciente moderação. Para eles, os alvos centrais a combater eram os mesmos definidos pelo VI Congresso da III Internacional Comunista em 1928, isto é, o Imperialismo e as formas pré-capitalistas nacionais (resíduos feudais). Longe do caminho das armas, a via escolhida para desencadeamento da revolução brasileira continuava sendo a aliança com a burguesia nacional para impulsionar as reformas necessárias, de modo a garantir o desenvolvimento das forças produtivas, e, portanto, o socialismo viria somente numa segunda fase.

A manutenção desta linha de pacifismo e reformas, a despeito das mudanças históricas e internacionais e do golpe civil-militar de 1964, custou muito caro ao Partido Comunista Brasileiro. Já antes do golpe o partido, que vivia seu auge na vida política nacional, havia sofrido cisões e perdido membros de suas fileiras, mas após o golpe, seria inaugurada uma sangria irreversível de seus quadros. Do golpe de abril até 1968, ano que se desenvolve mais fortemente o desencadeamento da luta armada no país, o PCB perderia para as organizações armadas metade dos seus integrantes. Diferente do PCB, estas propunham o uso da violência para a resistência armada imediata e via para a deflagração da Revolução Brasileira.

1.2. Violência: Entre o Estado e a Sociedade Civil

E, por outro lado, digo os homens. Os homens, únicos objetos da história – de uma história que se inscreve no grupo das disciplinas humanas, de todas as ordens e de todos os graus, ao lado da antropologia, da psicologia, da linguística, etc.; uma história que não se interessa por não sei que homem abstrato, eterno, de fundo imutável e perpetuamente idêntico a si mesmo, mas pelos homens tomados no quadro das sociedades de que são membros, pelos homens membros dessas sociedades numa época bem determinada do seu desenvolvimento, pelos homens dotados de funções múltiplas, de actividades (sic) diversas, de preocupações e de aptidões variadas, que se mesclam todas, se chocam, se contrariam, e acabam por

¹⁰⁰ HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 422; 428.

concluir entre si uma paz de compromisso, um *modus vivendi* que se chama a vida.¹⁰¹

Na iconoclastia de uma concepção monumental da história que rastreia como seu foco de análise tão somente a reprodução social, o estudo das esquerdas armadas deve passar, incontornavelmente, pela apreensão das imagens do desejo e manifestações utópicas produzidas no imaginário social daquela coletividade da década de 1960. Tal década ficou marcada pela imaginação, ladeada pela rebelião e contestação.¹⁰² Sendo assim, nos interessa saber em que acreditavam e no que pensavam o conjunto dos integrantes da Esquerda, que pegou em armas contra à ditadura.

Nada do que foi está perdido para a história.¹⁰³ Como convenientemente escreveu Fernando Pessoa em seu poema Pecado Original: “Ah, quem escreverá a história do que poderia ter sido? Será essa, se alguém a escrever, a verdadeira história da humanidade. O que há é só o mundo verdadeiro, não é nós, só o mundo. O que somos nós. E a verdade está aí”. Um dos primeiros passos para uma operação historiográfica deste tipo é considerar a *paixão* e a *utopia*, mediadas pela ação direta, como elementos-chaves de interpretação, inscritas, como não poderia ser diferente, num cenário de indeterminação histórico-social, mas profundamente marcado pelo signo do internacionalismo dos sonhos diurnos coletivos.

O sonho desperto, ou seja, aberto para o mundo, sabe não se abster. Ele se recusa a se saciar ficticiamente ou ainda espiritualizar desejos. A fantasia diurna, assim como o sonho noturno, tem os desejos como ponto de partida, mas vai com eles até o fim, quer chegar ao lugar da realização.¹⁰⁴

Ideário plasmado na letra e na voz de John Lennon¹⁰⁵ (tradução livre):

Imagine que não existe paraíso

É fácil se você tentar

Nenhum inferno sob nós

Acima de nós apenas o céu

Imagine todas as pessoas

¹⁰¹ FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Trad. Leonora M. Simoes; Gisela Moniz. Lisboa: Presença, 1989, p. 30.

¹⁰² PAES, Maria Helena Simões. **A Década de 60**. Rebeldia, contestação e repressão política São Paulo: Editora Ática, 2004. p. 8.

¹⁰³ Cf. BENJAMIN, Walter. “Sobre o Conceito de História”. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

¹⁰⁴ BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. v. 1, Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 2005, p. 97.

¹⁰⁵ LENNON, John. Imagine. Disponível em: <https://www.beatleshp.com/traduz23.htm>

Vivendo o presente
Imagine que não há países
Não é difícil de fazer
Nada por que matar ou morrer
E nenhuma religião também
Imagine todas as pessoas
Vivendo a vida em paz
Você pode dizer que sou um sonhador
Mas eu não sou o único
Tenho esperança de que um dia você se unirá a nós
E o mundo será um só
Imagine que não existe propriedades
Será que você consegue?
Sem ganância ou fome
Uma fraternidade do Homem
Imagine todas as pessoas
Compartilhando o mundo inteiro
Você pode dizer que sou um sonhador
Mas eu não sou o único
Tenho esperança de que um dia você se unirá a nós
E o mundo será um só.

É o inconformismo com o seu presente apresentado como tempo de repetição da luta de classes em que a classe trabalhadora prossegue oprimida e perseguida que incitará homens e mulheres, em sua grande maioria jovens abaixo dos vinte e cinco anos, à luta por um futuro que virasse de ponta-cabeça aquele presente, derrubando-se a ditadura (inaugurada em 1964) e abrindo caminho para a edificação do socialismo no Brasil.

Não à toa esses foram os elementos que unificavam toda à esquerda, inclusive o PCB. A maneira de como se chegar lá, através de que meios e o que deveria ser realizado após a conquista do poder era uma constelação de divergências. As várias organizações de esquerda discordavam em três tempos. Quanto à tática (linha de ação política imediata), programa

(partindo-se de um diagnóstico da sociedade de então, quais deveriam ser as mudanças) e às estratégicas (qual a linha geral para a conquista do poder e galgar tais mudanças). Mas o principal elemento que dividiu o arco das organizações de esquerda na resistência ao regime militar implantado em 1964 ou mesmo na construção do socialismo, foi o uso ou não da violência de confronto para tais fins.

Neste sentido, uma pedra de toque no debate historiográfico sobre a Esquerda e sua opção pelo caminho armado, durante a última ditadura brasileira (1964-1985), é a questão do uso da violência (ou não) em sua prática política. Isto é, a utilização da violência armada como meio de confronto à ditadura instituída pelo golpe de 1964 e como via para desencadeamento da revolução brasileira. Não é demasiado enfatizar que “a luta das esquerdas em armas após o golpe de 1964 tinha como projeto, em geral, não só derrubar a ditadura, mas caminhar decisivamente rumo ao fim da exploração de classe”.¹⁰⁶ Tema de mútuas complexidades e não poucas opacidades. Trata-se, mais precisamente, do exercício da violência por organizações não estatais ou violência civil coletiva na política.

A defesa do uso da violência de confronto como necessária e como expediente legítimo para edificação do socialismo, visão destoante da linha do PCB, já aparecia posta mesmo antes de 1964, ainda que não defendida como a via principal para a Revolução Brasileira. Por exemplo, nos discursos do POR-T, da POLOP e do MRT (das Ligas Camponesas), o qual chegou a tentar o lançamento de uma guerrilha rural no interior de Goiás e do Maranhão, ainda no governo Goulart. Nenhuma delas formulou a defesa pública da violência insurgente como método principal de luta, nem tampouco, provavelmente contaria com a adesão necessária para nacionalizar com maior determinação este horizonte propositivo, e assim, avançar para além da teoria. O MRT foi a organização que chegou mais próximo disso, mas não decolou. Esse contexto, de aceitação mais contundente de luta armada imediata, somente viria após o golpe de 1964 e, mais flagrantemente, no calor das mobilizações de 1968.

Por outro lado, do ponto de vista histórico não é razoável endossar a interpretação de bloqueio institucional, que concebe que a eclosão do projeto de luta armada ocorreu somente na condição de recurso derradeiro daqueles que se viram privados de uma atuação política institucional após o golpe (1964) e diante das restrições do AI-5. Nessa lógica, seria pela inexistência de vias legais de atuação contra a ditadura que as mulheres e homens daquele

¹⁰⁶ RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 63.

período teriam aderido à luta armada. Sob essa ótica, as esquerdas armadas seriam enquadradas tão somente como um polo de resistência à ditadura, que o foram, é verdade, mas não somente isto.

Como já enfatizado, os armados de esquerda pretendiam muito mais do que o retorno ao regime anterior ao Golpe de Abril. Com isso, não pretendo sombrear que o golpe e o AI-5 foram fatores de grande relevo para a opção de muitas mulheres e homens pela via armada, mas o processo certamente não está condicionado unilateralmente por eles. “As lutas de classes, de que as organizações de esquerda foram uma das expressões, não podem ser explicadas pela ação repressiva do regime civil-militar”, nem também “pelas falhas das instituições desse regime, ou das anteriores ao golpe de 1964, senão teríamos subjacente a ideia de que, se não houvesse falhas nas instituições, não haveria lutas de classes.”¹⁰⁷

Exercício da violência por organizações não estatais ou violência civil coletiva *na* política. Esta delimitação é fundamental como critério de análise, pois, as organizações violentas não estatais ou violências civis, inclusive as de matriz política de esquerda, não inovaram em nada que os Estados Nacionais já não o tenham realizado. “A única diferença é que não são estados”.¹⁰⁸ Na busca de uma maior precisão adotamos o conceito do historiador espanhol Eduardo González Calleja que a define como “o emprego consciente (ainda de nem sempre premeditado), ou a ameaça do uso, da força física por parte de indivíduos, entidades, grupos ou partidos que buscam o controle dos espaços de poder político, a manipulação das decisões em todas ou parte das instâncias de governo, e, em última instância, a conquista, a conservação ou a reforma do Estado”.¹⁰⁹

No caso de nosso estudo, dada a tamanha extensão e contornos que a abordagem do tema da violência pode tomar, concentrar-me-ei fundamentalmente em trazer a discussão sobre os pontos mais sensíveis travados no debate historiográfico sobre as esquerdas armadas e sua atuação na última ditadura, buscando contribuir com o debate também em ângulos que considero poucos explorados ou ainda nebulosos, como é o caso da polarização corrente Esquerda Armada-Democracia.

¹⁰⁷ RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p.62.

¹⁰⁸ TILLY, Charles. Organizaciones Violentas. **Revista Sociedad y Economía**, núm. 7, octubre, Universidad del Valle Cali, Colombia, 2004, p.1.

¹⁰⁹ CALLEJA, Eduardo González. **La Violencia en La Política**. Perspectivas teóricas sobre el empleo deliberado de la fuerza en los conflictos de poder. Madrid: CSIC, 2002, p. 270-271. Tradução livre.

Para tanto, buscando desenvolver a interpretação que trouxesse luz a novos elementos interpretativos sobre o fenômeno da violência política na história do Brasil e da Esquerda Armada em particular, antes de tudo elementos para compressão do fenômeno, julguei necessário historiar muito brevemente essa violência no decorrer da história brasileira, através de uma visão de longa duração, “essa estrada essencial da história”¹¹⁰, impondo por força do método para apreensão dos largos processos estruturais¹¹¹, grandes generalizações. Como o fez Charles Tilly, em seu estudo sobre a dinâmica de formação dos Estados europeus.¹¹²

Na verdade, a formação do Estado brasileiro, como todos os demais, está eivada em sua dinâmica mesma de constituição de sangue e suor de civis, pobres, em via de regra. Nesta medida, “a história diz respeito ao capital e a coerção.”¹¹³ No caso do Brasil, historicamente a violência exerceu papel decisivo e fundador na configuração de nossos sistemas sociais, seja o colonial, imperial ou o republicano. A violência foi sempre instrumento político da classe dirigente, que normalmente, se alinhava como classe dominante. A violência política não foi um estado de exceção senão a regra.

Munido de conhecimento dos processos históricos de formação das sociedades e seus Estados, não há de se espantar com o uso generalizado da violência nos processos políticos. A classe dominante se utiliza da violência secularmente, segundo seus interesses, para a implementação e manutenção da ordem. Em seu texto *Crítica da Violência – Crítica do*

¹¹⁰ BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, p. 8.

¹¹¹ Sobre a palavra estrutura, fundamental na análise proposta, aludem Braudel: “Boa ou má, ela domina os problemas da longa duração. Por estrutura, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento. Outras estão mais prontas à se esfarelar. Mas todas são ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos. Obstáculos, assinalam-se como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais o homem e suas experiências não podem libertar-se. Pensai na dificuldade em quebrar certos quadros geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade, até mesmo, estas ou aquelas coerções espirituais: os quadros mentais também são prisões de longa duração. O exemplo mais acessível parece ainda o da coerção geográfica. Durante séculos, o homem é prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode desviar-se sem o risco de pôr tudo novamente em jogo. Vede o lugar da transumância na vida montanhosa, a permanência de certos setores de vida marítima, enraizados em certos pontos privilegiados das articulações litorâneas, vede a durável implantação das cidades, a persistência das rotas e dos tráficos, a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações. As mesmas permanências ou sobrevivências no imenso domínio cultural.” (BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, pp.49-50).

¹¹² TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1996.

¹¹³ TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1996. p. 61.

Poder^{114*}, Walter Benjamin indica que a violência é o fundamento maior do Estado, do Direito e do próprio poder. Exerceria a violência, então uma dupla função: de instauradora e mantenedora do direito. Para uma crítica da violência, diz Benjamin, a tarefa é a de apresentar as relações da tríade: violência, direito e justiça.

Benjamin em suas considerações manifesta que a violência seria o fundamento maior do próprio contrato social, pois da mesma maneira que em seu desfecho, igualmente em sua origem inclinar-se-ia para a violência. Mesmo não estando imediatamente posta no contrato como instauradora do direito, está nele representada, à proporção em que o poder que assevera o contrato de direito é, por seu turno de origem violenta, ainda que tal poder não tenha sido principiado no contrato pela violência, “quando não é, no próprio contrato, legitimamente instituída pela violência. Quando a consciência da presença latente da violência dentro de uma instituição jurídica se apaga, esta entra em decadência.”¹¹⁵ Em última instância seu poder repousa no controle sobre a vida e morte dos indivíduos.

O emprego da violência armada era generalizado nas relações políticas e sociais no Brasil Império. Assim, é a partir deste problema de pesquisa, da formação do Estado brasileiro, que o historiador Adilson José de Almeida, chega à conclusão que o emprego da violência armada era algo generalizado na vida política e social brasileira. E não como casualidade, mas como mecanismo intrínseco de sua dinâmica histórica de constituição. Configurava-se, pelas suas características de organização ao longo da história, como uma sociedade armada.¹¹⁶ *Sociedade Armada* seria aquela sociedade com capacidade para obter e empregar armas independente das instâncias governamentais.

Segundo a tipologia elaborada por Almeida, haveria três modos de atuação armada que atravessaram o período colonial e imperial brasileiro: O *Modo Militar de Atuação Armada*, que é aquele desenvolvido pelo Estado português para a formação de suas forças armadas, posto em funcionamento com a aplicação da legislação militar no período colonial; *Modo Senhorial de Atuação Armada*, assim denominado “porque foi desenvolvido pelo

¹¹⁴ BENJAMIN, Walter. “Para uma Crítica da Violência” In: **Documentos de cultura. Documentos de barbárie**: Escritos escolhidos / seleção e apresentação Willi Bolle; tradução Celeste H.M. Ribeiro de Sousa ... I et al. I. - São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo. 1986. pp. 160-175.

* Significativamente, para fins de reflexão epistemológica, não por acaso, em alemão a palavra Gewalt pode significar, simultaneamente, violência e poder. O título do ensaio de Benjamin no original é “*Zur Kritik der Gewalt*”.

¹¹⁵ Idem, p. 167.

¹¹⁶ ALMEIDA, Adilson José de. **Modos de atuação armada do exército brasileiro no império, 1842-1870**. (Tese). Doutorado em História. Universidade de São Paulo, 2014, p. 18 e ss.

segmento dos senhores para formar seus grupos armados e que se aproveitava da aprendizagem doméstica ou comunitária dos homens para lutar e empregar armas, sem fornecer treinamento para eles”; e o último, *Modo Dependente de Atuação Armada*, que era o que vigorava no Exército brasileiro. O Estado não arregimentava sua capacidade de atuação armada tão somente com seus recursos próprios, “ele lançava mão dos senhores e das forças que eles organizavam. O Estado se armava por meio das relações que se estabeleciam entre os dois modos de atuação armada, o militar e o senhorial, ele dependia da combinação de ambos.”¹¹⁷ A população com armas compôs elemento-chave e fundamental na organização armada para a segurança, conquista e expansão do território.

A violência física era recurso utilizado nas disputas por poder governamental do país em suas mais diversas esferas, da local à central, sendo mobilizada, inclusive, durante as eleições. A difusão de armas entre os civis para atender aos interesses do nascente estado colonial está rigorosamente presente no próprio “sentido da colonização”¹¹⁸, de conquista e manutenção do novo território para fins de produção econômica e lucro metropolitano. “A política de segurança policial e militar da Coroa portuguesa, seguida mais tarde pelo Império brasileiro, mobilizava a população e exigia o seu armamento.”¹¹⁹ De modo que a força militar no Estado era composta majoritariamente por homens que integravam milícias privadas e outras tropas auxiliares. Somente uma pequena parcela era, de fato, mantida e recrutada pelo Exército e Marinha.

A violência contra a classe trabalhadora era incentivada e lançada mão pelo Estado segundo seus ditames, desde os primórdios de sua conquista, obedecendo primeiramente as dinâmicas e acomodações da luta de classes, mas também as dissensões e conflitos dentro das próprias elites dominantes para exercício de poder. Um exemplo dessa última determinação – das lutas intraclasse para gerenciamento do Estado - é a repressão que foi direcionada contra os monarquistas após a proclamação da república¹²⁰, mas nada comparado, em sua sistematicidade e ostensividade, à que a pobreza foi e é alvo. “O Brasil oligárquico-imperial transformou-se em Re(s)Pública... mas continuou como ‘coisa privada’ das elites dirigentes e classes dominantes.” Tendo se estruturado “num processo de *convergência político-*

¹¹⁷ ALMEIDA, Adilson José de. **Modos de atuação armada do exército brasileiro no império, 1842-1870.** (Tese). Doutorado em História. Universidade de São Paulo, 2014, p. 4 e ss.

¹¹⁸ Cf. Sentido da Colonização In PRADO Jr, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo:** Colônia. 17ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹¹⁹ ALMEIDA, Adilson José de. **Modos de atuação armada do exército brasileiro no império, 1842-1870.** (Tese). Doutorado em História. Universidade de São Paulo, 2014, p. 7

¹²⁰ Cf. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os Subversivos da República.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

ideológica dos grupamentos dominantes, seria consolidado como patrimônio exclusivista de elite e excludente da representação popular.”¹²¹

Os casos da Guerra de Canudos (1896-1897) e do Contestado (1912-1916) são emblemáticos para figurar a ostensividade deste processo, que se estendeu até o período republicano. República que em sua primeira fase caracterizava-se pela preservação do poder das oligarquias rurais, capitaneado desde a colônia. Mesmo com a ascensão de Vargas ao poder, momento que o aparelho de Estado tem modernizadas algumas de suas estruturas, a conformação fundiária brasileira e o poder dos latifundiários daí advindo não apresenta qualquer ruptura substancial, tanto que a classe trabalhadora rural ficou excluída da Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1943. Um dos símbolos da conquista de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras urbanas no Brasil, em parte condensada a partir dos ganhos obtidos nas lutas da década de 1920 no governo de Arthur Bernardes (1922-1926) e, em menor grau, de Washington Luís. Lutas sociais articuladas pelo movimento anarco-sindicalista, mas também pelo nascente Partido Comunista do Brasil.

1.3. Translados entre o Pré e o Pós-Golpe de 1964 na Esquerda Brasileira

Vida clandestina compulsória em quase toda a sua história. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), até a década de 1960 havia permanecido poucos anos na legalidade. Fundado em 1922, conseguiu atuação legal em alguns anos desta década e apenas dois anos (1945-1947) após o término da 2ª Guerra Mundial, sendo, logo em seguida (em 7 de maio de 1947), novamente posto na clandestinidade por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no mandato do General Eurico Gaspar Dutra.

Entre 17 de julho e 1º de setembro de 1928, se encontravam na cidade de Moscou, os brasileiros Leôncio Basbawm, Paulo Lacerda e Heitor Ferreira Lima, na condição de representantes do Partido Comunista do Brasil no VI Congresso da III Internacional Comunista. Foi neste espaço que a III Internacional apresentou pela primeira vez, desde seu nascimento em 1919, um relatório dedicado ao trato da questão latino-americana e quais seriam as estratégias revolucionárias a serem adotadas pelos respectivos países comunistas

¹²¹ DREIFUSS, René Armand. **O Jogo da Direita**: Na Nova República. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1989, pp. 10-11.

desta região, desde logo enquadrada como área “colonial ou semicolonial” na qual existiriam, segundo o tal relatório, resíduos feudais e relações econômicas pré-capitalistas. Países como o Brasil que se caracterizou como Colônia de exploração compunha uma dinâmica em que os interesses das burguesias imperialistas “ao fim e ao cabo travam o desenvolvimento das forças produtivas das respectivas colônias.”¹²², convertendo-lhes em meros apêndices econômicos dos países centrais do capitalismo, para onde seriam sugadas as riquezas, frutos do trabalho da classe trabalhadora destes países explorados, os quais em igual medida viam-se impedidos, devido a esta dinâmica processual de alçar um desenvolvimento autônomo.

Partindo destas constatações-base, na concepção da III Internacional caberia aos (partidos) comunistas destes países “tomar parte ativa e geral do movimento revolucionário de massa dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo, inclusive onde este movimento estiver sob a direção da pequena burguesia.” Este entendimento e orientação foram referendados no III Congresso do jovem PCB, que ocorreu cerca de três meses dali, entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929. No qual, em análise da situação nacional ponderou: “O Brasil é um país ‘semifeudal’, e ‘semicolonial’: Penetrando nele o imperialismo, adaptando a economia do país ao seu próprio interesse, apoia-se nas formas de exploração feudais e semi-escravagistas, baseadas no monopólio da terra.”¹²³

A orientação política do PCB a partir deste momento até a eclosão do golpe em abril de 1964, em regra geral, pode ser definida pela adoção de uma linha programática que prezou por uma revolução em etapas. Sob esta diretiva, a primeira etapa seria de libertação nacional, prescindindo para tal de uma aliança entre os trabalhadores e a burguesia nacional progressista, os quais juntos e alinhados nos mesmos objetivos combateriam o imperialismo e o latifúndio, principais inimigos da classe operária brasileira. E, assim, superado o regime de dependência do Imperialismo e os restos feudais que ainda existiam, seria possível a progressão das forças produtivas do país e daí o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Afora o curto período do levante comunista de 1935 e das orientações, que não vingaram, do seu IV Congresso (ocorrido em 1954), o PCB continuamente defendeu a

¹²² VI Congresso da Internacional Comunista, Informe y Discusiones”, Cuadernos de Pasado y Presente 67, apud ANTUNES, Ricardo. A Primeira Inflexão Stalinista no Brasil: As repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista no III Congresso do PCB. In XV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 15 a 18 de outubro de 1991, CAXAMBÚ, MG. GT: Movimentos e Partidos de Esquerda. p. 10.

¹²³ Resoluções do III Congresso do PCB apud ANTUNES, Ricardo. A Primeira Inflexão Stalinista no Brasil: As repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista no III Congresso do PCB. In XV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 15 a 18 de outubro de 1991, CAXAMBÚ, MG. GT: **Movimentos e Partidos de Esquerda**. p. 21.

bandeira da Revolução em etapas e, por conseguinte, a transição pacífica para o socialismo. A Revolução Brasileira na visão do PCB além de anti-imperialista e anti-oligárquica, seria nacional e democrática.

É em coerência com esta linha e contando com uma hegemonia no movimento popular e sindical construída em mais de quatro décadas de luta e organização que, no início da década de 1960, o PCB apoiou intensamente as Reformas de Base, propostas pelo presidente gaúcho João Goulart (Jango), ao passo que atacava abertamente e em todas as frentes que lhe era possível as alas mais radicalizadas da esquerda, desde as Ligas Camponesas, passando pelos grupos trotskistas (Partido Operário Revolucionário Trotskista e Organização Revolucionária Marxista – Política Operária) e Maoistas (PCdoB) e, igualmente, os de inspiração brizolista, a exemplo dos comandos nacionalistas “Grupos de Onze Companheiros”.

Mesmo atestada por várias análises sobre a eminência concreta de a direita protagonizar um golpe de Estado, os dirigentes do PCB diziam não acreditar nesta possibilidade, bem elucidativo desta visão são as declarações de [Luiz Carlos] Prestes às vésperas do 1º de abril, manifestando taxativamente que não havia tal perigo [de golpe] e caso a direita ousasse dar passos nessa direção teria suas cabeças cortadas.

Ocorrido o Golpe, os dirigentes do PCB e seus militantes, ainda aturdidos, mas apressando-se para fugir e buscar esconderijo das perseguições que já haviam se iniciado, não tiveram condições de alçar qualquer resistência, a despeito da tentativa de alguns de seus quadros, a exemplo do líder pernambucano Gregório Bezerra, que buscou chances de uma reação armada entre os camponeses da Zona da Mata, mas debalde foi a intenção. Gregório foi preso e torturado no desabrochar do golpe, sendo arrastado por um jipe com uma corda presa a seu pescoço sob espancamentos de militares, coordenados pelo coronel Darcy Ursmar Villocq Vianna, na praça pública de Casa Forte, no Recife. Em conhecido episódio do ensaio da crueldade da ditadura que se iniciava e que no dia anterior, 1º de abril, já havia fuzilado dois jovens naquela cidade que participavam de manifestação pacífica contra o golpe, Ivan da Rocha Aguiar e Jonas José de Albuquerque Barros.

Juntamente aos integrantes das Ligas Camponesas e sindicatos (urbanos e rurais), o PCB foi um dos alvos primeiros da repressão que se seguiu imediatamente ao golpe, levada a cabo pelos militares golpistas e seus apoiadores civis armados. Muitos dos militantes do PCB foram presos e processados (através dos Inquéritos Policiais Militares – IPMs). Os que

possuíam cargo público foram sumariamente demitidos. Um conjunto de ações contra toda e qualquer possível oposição ao movimento golpista que buscava se consolidar e legitimação.

Passado este primeiro momento de “caça às bruxas” que encetou um brutal desbaratamento de sua estrutura partidária, o PCB foi, em certa medida, poupado nos anos que se seguiram de uma perseguição mais intensa dos órgãos repressivos, ocupados que estes estavam com outros grupos que ofereciam, em análise desses, maior perigo imediato, como, por exemplo, o movimento estudantil e, a partir de 1968, as manifestações de massa, greves (de Osasco e Contagem) e as organizações armadas de esquerda.

Mas, descendido e controlado o movimento de massas, aniquilados ou sufocados os agrupamentos em armas, entre 1968 e 1974, via utilização indiscriminada de um combinado de dispositivos ilegítimos (legais e extralegais, típicos de ditaduras), tendo no AI-5 sua máxima expressão, o PCB (de 1974 a 1976) voltou a ser alvo da repressão, no entanto, desta vez de forma muito mais violenta, pois, além das muitas prisões, seus militantes foram trucidados sob utilização sistemática da tortura, já institucionalizada como política de estado desde muitos anos, mais enfaticamente após 1968. Contra o PCB foram empregados os mesmos bestiais expedientes aplicados aos grupos ditos “mais violentos”, a defesa pública dos métodos pacíficos e reformistas, não eximiu o partido das represálias.

Mesmo assolado por uma intensa luta interna, a maior de sua história¹²⁴, agudizada após o golpe, mas iniciada ainda na segunda metade da década de 1950 (sobretudo após o XX congresso do Partido Comunista da União Soviética – PCUS, ocorrido em 1956), a qual havia gerado em fins de 1961 e inícios de 1962 a cisão de importantes dirigentes (Maurício Grabois, João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara, Aluizio Palmar e outros) que criariam o PC do B reclamando para si a tradição de lutas do partido criado em 1922, o Partidão (como viria a ser chamado após o golpe pelos egressos da organização) manteve suas orientações gerais, anteriores ao 1º de abril, intactas.

Falta de previsibilidade, pacifismo e imobilismo frente ao golpe e à instauração da ditadura, substitutismo da classe operária pelo governo e pela burguesia nacional, dos quais teria ficado a reboque, iludindo-se com um perfil progressista da burguesia que nunca teria existido. Estas foram algumas das críticas direcionadas ao PCB por parte de seus militantes de base, mas também de importantes dirigentes, como Joaquim Câmara Ferreira, Jover Telles,

¹²⁴ RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 28.

Mário Alves, Orlando Bonfim, Giocondo Dias, Jacob Gorender, Carlos Marighella, Apolônio de Carvalho e outros.

Críticas estas que sintetizavam as razões fundamentais do descontentamento e oposição política existente dentro do aparelho partidário do PCB e que seriam as bases fundamentais das muitas cisões que não tardaram a ocorrer. Em linhas gerais, o conteúdo destas críticas ficou plasmado no “Esquema para Discussão”¹²⁵, primeiro posicionamento da Comissão Executiva do PCB, redigido em maio de 1964 por alguns de seus membros, críticos à linha política adotada pelo Partido. Somente alguns membros, porque, diante da clandestinidade imposta pelo golpe, Prestes e outros membros do Comitê Central não puderam, por questões de segurança, comparecer as primeiras reuniões da executiva.

Importante é a análise deste documento pelo seu caráter de apreensão da crise que se abateu sobre o PCB e como peça de discurso político embrionária das esquerdas que pegariam em armas, alguns anos após o golpe. Não se vê ainda neste documento a defesa, apesar de ser apontada a possibilidade do uso da violência de confronto, o emprego da violência premeditada contra o aparelho de Estado. Observa-se, na verdade, a defesa da violência como recurso de defesa, acompanhada de uma preocupação reiterada de atuação no movimento de massas. As orientações para a prática vão nesta direção.

O ponto oitavo do documento, referente às formas de luta, é muito emblemático do pensamento da ala dissidente do PCB, que mais tarde lideraria a formação de algumas das várias organizações que optaram pelo caminho das armas. Podemos perceber no texto a latência da adesão às armas para enfrentamento à ditadura, mas neste momento muito preocupados em não “descolarem-se” do movimento de massas com a utilização, tanto quanto fosse possível, das vias pacíficas. O recurso armado aparece muito mais como um recurso a ser utilizado quando esgotadas as demais vias de diligência política, fala-se cautelosamente em utilizar “sempre que necessário, a auto-defesa armada de massas”, na necessária preparação “para a possibilidade de ter de enfrentar a reação no terreno da luta armada” e na “possibilidade de choques armados”.

O trabalho de massas ocupa, decerto, grande centralidade no sentido geral do documento, em vários trechos fica patente este posicionamento: “Manter por todos os meios a ligação do P. com as massas. Por mais dura que seja a clandestinidade, os comunistas devem

¹²⁵ Em anexo.

estar junto ao povo. Mais do que nunca, atuar nas organizações de massas, participar das assembleias e das eleições”, “defender e fortalecer as organizações de massa”; “cada comunista tem o dever de manter-se em seu posto de honra junto às massas, nas fábricas e fazendas, nas escolas, nos quartéis, nos navios, nos bairros e nas ruas”. A indicação geral deste ponto, *Das Formas de Luta* é “combinar o trabalho legal com o trabalho ilegal. Utilizar todas as possibilidades legais existentes” para a atuação política. Como podemos observar a seguir:

Lançar mão de todas as formas de lutas de massas, de acordo com condições concretas de cada momento e de cada lugar. Ter sempre em vista que os comunistas não devem lutar isolados, mas juntamente com as massas, em ampla unidade com as outras forças.

Empregar desde as formas mais elementares de luta (defesa jurídica, solidariedade, protestos pela imprensa, denúncias nas assembleias e câmaras municipais, etc.) até formas mais elevadas, como as greves, as manifestações de rua, os comícios e, sempre que necessário, a auto-defesa armada de massas.

Utilizar amplamente todas as formas pacíficas de luta e, ao mesmo tempo, preparar-se para a possibilidade de ter de enfrentar a reação no terreno da luta armada. Como P. revolucionário devemos dominar todas as formas de luta e estar preparados para passar rapidamente de uma forma à outra, de acordo com as exigências da situação. Ter em vista, sobretudo, no campo, a possibilidade de choques armados com a reação.¹²⁶

As bandeiras prioritárias elencadas no *Esquema para Discussão*, além das já citadas, foram: concentrar os esforços na luta entreguista pelas liberdades democráticas, contra os atentados da reação; Comover a consciência nacional, denunciando as perseguições da ditadura; defender as organizações do povo, os sindicatos operários e dos trabalhadores agrícolas, os diretórios acadêmicos e demais organizações estudantis; exigir a liberdade imediata dos presos políticos; organizar amplos movimentos de solidariedade aos encarcerados ou perseguidos, bem como às suas famílias; lutar pela liberdade de cátedra e de manifestações de pensamento; pelo direito de reunião, de organização e de greve; intensificar a luta pelas reivindicações imediatas dos trabalhadores; em defesa da soberania nacional; pelas reformas de base; mobilizar todo o povo na luta contra a carestia; os operários para a luta pelo aumento de salários e pela liberdade sindical; os camponeses e trabalhadores agrícolas para a luta pela reforma agrária e contra a exploração dos latifundiários; os estudantes e intelectuais para a luta pela cultura e liberdade de pensamento; os funcionários para a luta contra as perseguições da ditadura e aumento de vencimentos; impedir que se

¹²⁶ Esquema para Discussão, *In Processo*. nº 7735/69, BNM 279, p. 15.128 e ss.

realizem novas concessões aos trustes e uma política externa prejudicial aos interesses da nação; exigir que sejam reatadas as relações com Cuba.

Seu conteúdo denunciava que “o governo de GOULART era um governo de conciliação entre a burguesia nacional e a reação latifundiária e pró-imperialista.” Com base nesta conciliação, “a extrema direita continuava ocupando cargos nas forças armadas e conspirando. Ao mesmo tempo, as forças reacionárias utilizavam sua maioria no congresso e sua participação no governo para impedir as reformas de base”. Na análise dos autores, as forças nacionalistas e populares haviam alimentado “ilusões de uma vitória fácil sobre a reação. Não se prepararam para as lutas em todos os terrenos, inclusive para enfrentar pelas armas um golpe de forças reacionário”.¹²⁷ No entanto, este documento “tratou-se de uma conjuntura muito efêmera”, no dizer de Jacob Gorender, pois tão logo (em fevereiro de 1965) Prestes e os demais membros puderam retornar às reuniões “o *Esquema* foi revogado”¹²⁸, e o entendimento que prosperou oficialmente no Partido foi o de que o golpe teria sido causado, sobretudo, por um aventureirismo da esquerda e excesso de radicalidade. Abaixo o ponto quatro do documento, em que é realizada análise crítica do papel do partido no contexto do golpe e da luta de classes no Brasil:

1. nosso partido foi colhido de surpresa pelo golpe, não estava preparado para enfrentá-lo e deve assumir uma séria posição autocrítica.

a. Incorremos em uma grave subestimação da força do inimigo e não estávamos preparados para enfrentar o golpe da direita. Esta subestimação decorria, de um lado, das ilusões que nutríamos em relação ao dispositivo militar de GOULART, que considerávamos capaz de rechassar (sic) qualquer investida golpista. De outro lado, não víamos o reagrupamento de forças no campo inimigo, seus preparativos ostensivos para o golpe. Não compreendemos que, como consequência dos avanços do movimento nacionalista e democrático, as forças reacionárias se uniram e tramaram febrilmente uma ação armada. Não percebemos que movimentos como dos sargentos e marinheiros, refletindo um sério agrupamento de luta, deveriam ter consequências graves no terreno político e militar. Embora percebendo que a situação se agravava, a direção do P. foi incapaz de compreender o rumo real que os acontecimentos tomavam e de traçar a orientação adequada que eles impunham.

b. O P. em seu conjunto e, particularmente, a direção estavam dominados por ilusões de classe, alimentando uma confiança excessiva na disposição de luta da burguesia nacional, na sua capacidade de enfrentar os golpistas. Acreditávamos em uma vitória fácil sobre a reação através de um simples pronunciamento do dispositivo militar de GOULART, secundado pelo movimento de massa. Nossa compreensão não era a de que a vitória sobre o inimigo ia depender principalmente da luta de massas e, em particular, do movimento operário e camponês. Ao invés disso, depositamos esperança sobretudo no dispositivo militar da burguesia nacional. Não nos preparamos para uma luta dura, nem para enfrentar com independência, as

¹²⁷ Esquema para Discussão, *In Processo*. n° 7735/69, BNM 279, p. 15.128 e ss.

¹²⁸ GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, p. 86.

vacilações e tendências conciliadoras de GOULART e dos generais que o seguiam. Não tivemos, portanto, uma posição independente, de classe.

c. Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação. Embora nos documentos do P. se afirmasse que um dos caminhos possíveis para a conquista de um governo nacionalista e democrático era a ação armada do povo e de parte das Forças Armadas, em resposta a uma tentativa golpista, estávamos inteiramente despreparados para isto no terreno político, ideológico e prático (apesar das sucessivas crises e ameaças de golpe, não havíamos discutido a situação militar, não tínhamos meios para assegurar o funcionamento do P. em quaisquer condições etc.).

2. É necessário examinar as causas da vitória da reação e assumir uma posição autocrítica a fim de traçar uma orientação acertada. Essa autocrítica deve ser feita com equilíbrio. Não devemos ocultar os erros cometidos, nem cair no negativismo.

Nos últimos anos, obtivemos importantes êxitos com a aplicação da linha política traçada no V congresso. Mas a vitória do golpe reacionário, sobretudo nas condições em que se deu, colhendo-nos de surpresa sem qualquer resistência, impõe-nos um exame auto-crítico de nossa atividade.

Neste esquema, cujo objetivo é orientar o P. para a ação prática imediata, damos o primeiro passo no sentido de examinar as causas dessa derrota. Com a contribuição do conjunto do P. será possível aprofundar a análise autocrítica e avançar no caminho da compreensão e superação de nossos erros.¹²⁹

Silenciada a crítica neste momento, ela foi apenas um ensaio, um primeiro capítulo da torrente de debates em torno das mesmas questões que se seguiria no interior do PCB e que seriam a musculatura política de inúmeros fracionamentos e cisões que estariam por vir, desde as Dissidências Estudantis (1966), até a Corrente Revolucionária (1967) que abrigou os principais líderes e fundadores da ALN e PCBR, duas das principais organizações armadas que despontarão no cenário brasileiro em 1968, e as quais mais subtraíram membros do Partidão.

Neste momento, 1967/68, os militantes que aqueceram os debates internos do PCB, já não mais acreditavam no caminho pacífico, nem tampouco numa possível reabilitação dos erros do partido, então, optaram pela via armada para enfrentamento da ditadura e como caminho da Revolução Brasileira. Mesmo o *Esquema para Discussão* tendo sido elaborado nas primeiras semanas após o golpe, ao passo que indicava a crise no interior do PCB, já anunciava de modo seminal a possibilidade do caminho armado. “A derrubada da ditadura dependerá da unidade das forças democráticas e do vigor de suas lutas. O desenrolar da luta

¹²⁹ Esquema para Discussão, *In Processo*. n.º 7735/69, BNM 279, p. 15.128 e ss.

política permitirá determinar se esta derrubada se dará através da ação armada ou por meios pacíficos. Em qualquer caso, deve resultar da luta de massas.”¹³⁰

O PCB fez “ouvidos moucos” às alas discordantes e foi partidário de primeira hora da atuação parlamentar, através do MDB, no pós-golpe. Professava que seria pela “resistência democrática” que a ditadura seria derrotada. Mas foi somente no VI Congresso, realizado em dezembro de 1967, que os críticos serão definitivamente vencidos no interior do Partido, isto porque a quase totalidade fora expulsa durante o trajeto. A insistência do PCB no caminho pacífico não impediu a marcha dos que acreditavam que o caminho das armas era o único possível para o enfrentamento à ditadura e via para Revolução Brasileira.

Em 1965 havia sido publicado o livro “Porque Resisti a Prisão”, de Carlos Marighella, relatando o episódio de sua prisão pela repressão em um cinema no Rio de Janeiro. Este escrito nos interessa na medida em que avança nas proposições deste militante comunista na elaboração de uma linha política de defesa do caminho armado. No entanto, não traz em suas palavras, ainda a sugestão decidida da luta armada, na verdade, ele reforça a necessidade da luta de massas, apesar de ser categórico em suas manifestações sobre a necessidade de resistência à ditadura, fazendo inclusive menção ao Levante Comunista de 1935, o qual haveria sido, em sua caracterização, uma insurreição militar contra o fascismo e um protesto do povo contra a atuação do imperialismo no Brasil. A ausência de qualquer resistência ao golpe de 64 é conferida à política de conciliação levada à efeito pelo PCB, um “erro tático de confiar na capacidade de direção da burguesia, sem o apelo ao movimento de massas e a ação e vigilância independentes”. Cito:

os brasileiros estão diante de uma alternativa. Ou resistem à situação criada com o golpe de 1º de abril, ou se conformam com ela. O conformismo é a morte. No mínimo viver de joelhos. Sofrer humilhações sem fim. Amargar o espezinamento ante os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e seus inquisidores-chefes.

(...) não há outro caminho para nosso povo senão a luta de massas contra seu principal inimigo interno, isto é, a ditadura. (...) o conteúdo desta luta é de oposição popular e de combate cerrado à ditadura. E somente com este conteúdo a luta das forças populares e nacionalistas terá êxito. (...) o que se pode esperar como questão central é o problema das liberdades democráticas. O sistema político brasileiro atual deve deixar de ser uma ditadura para ser uma democracia, onde imperem as liberdades públicas e seja feita uma abertura para o progresso.¹³¹

Em 1966, ululam as dissidências estudantis do PCB (do Rio de Janeiro – DI-RJ; da Guanabara – DI-GB e do Rio Grande do Sul – DI-RS), sobretudo as bases universitárias, de

¹³⁰ Esquema para Discussão, *In Processo*, n.º 7735/69, BNM 279, p. 15.128 e ss.

¹³¹ MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. Editora e Livraria Livramento: São Paulo, 1979. p. 9 e ss.

militantes que desesperançados em ganhar no terreno do debate interno preferem criar seus próprios grupamentos, além de outras organizações armadas surgidas do interior de grupos de “rachas” já ocorridos (como é o caso do Partido Comunista Revolucionário e da Ala Vermelha, ambos provenientes do PCdoB) e de articulação autônoma, fora do escopo da orientação necessariamente marxista, com inspiração maior no nacionalismo de Esquerda, que teve como tronco o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) no Pós-1964, são eles: o Movimento Revolucionário 21 de Abril (MR-21) e Movimento Revolucionário 26 de Março. O último também congregou militantes egressos do PCdoB.

É também em 1966 que veio a se constituir o Grupo Corrente no interior do PCB, abrigando tanto militantes vinculados à Marighella, que criaria a ALN no ano seguinte (com o nome de Grupamento Comunista de São Paulo), quanto os fundadores do PCBR, que se originaria em abril de 1968. Neste ano de 1966, Marighella veio a publicar o texto *A crise brasileira*, no qual concluía que “a nova situação política não podia ser resolvida segundo a formula anterior (‘caminho pacífico e apoio à burguesia n luta pelas reformas’). Nesse sentido, Marighella se esforçaria em traçar uma nova forma de atuação política cuja característica central será a tentativa de união entre luta de massas e luta armada”¹³²

Mas é em julho de 1967, quando viaja para Cuba para participar do Congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que se realizaria naquele país entre 31 deste mês e 10 de agosto, que Marighella irá romper definitivamente com PCB, ao qual encetou críticas no espaço do congresso. O PCB ao ser informado da participação de Marighella neste congresso – que, pensado pelos cubanos, buscava ser um difusor da revolução no Terceiro Mundo e, especialmente nas Américas – expulsou-o do partido. Em sua estadia em Cuba, na segunda metade de 1967, Carlos Marighella elaborou dois importantes documentos determinantes na linha política da luta armada que seria aplicada a ALN, a *Carta ao Comitê Central e Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil*, sobretudo o último, que “pode ser tomado como a primeira elaboração feita por Marighella de uma teoria geral de como se poderia desencadear a guerrilha no Brasil, vindo permeada de clara influência cubana.”¹³³ Ao voltar ao Brasil, Marighella inicia, de fato, a criação da ALN (inicialmente chamado de Agrupamento Comunista de São Paulo) e imediata passagem da teoria para a

¹³² SALES, Jean Rodrigues. **A Luta Armada Contra a Ditadura Militar**: A esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007, pp.58-59.

¹³³ SALES, Jean Rodrigues. **O Impacto da Revolução Cubana sobre as Organizações Comunistas Brasileiras (1959-1974)**. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: 2005.

prática da luta armada. As primeiras ações, já seriam realizadas neste mesmo ano. Mas será no ano de 1968 que o fenômeno da luta armada irá adquirir uma abrangência nacional.

Em 1968, assiste-se a uma radicalização da política e da violência política nos movimentos de massas, iniciados com as manifestações estudantis, mas que ganharam adesão e força de outros setores sociais, inclusive do movimento operário que deflagrou duas greves de massiva participação, em Osasco (SP) e Contagem (MG). Fatores sintomáticos de uma rearticulação das forças de esquerda no Brasil, também contagiado por uma efervescência em nível mundial¹³⁴. Forças que começaram surpreendentemente, a despeito da repressão que proibiu as manifestações estudantis em junho daquele ano, a contar com operários e uma massa maior de simpatizantes, isto é, não somente vinculados à atuação do Movimento Estudantil, protagonista maior que garantira nos primeiros anos pós-golpe uma resistência à ditadura.

1968 foi um ano em que múltiplos movimentos e potencialidades transcenderam seu curto período temporal, pois “apesar de breve 1968 não foi transitório nem efêmero. Pelo contrário, se eternizou com intensidade na memória dos que viveram”, tampouco foi “fugaz, já que ficaram marcados nos corpos dos estudantes que iniciaram outros caminhos, alguns com resistência sub-reptícia nas universidades. Outros assumiram o enfrentamento armado, a morte e o exílio. Porém sem dúvidas se há algo que não foi é frágil. Também foi cenário dos jovens que encararam com coragem as ditaduras “maquiadas de ordem constitucional”¹³⁵.

Esse ano foi determinante no desfecho dos debates internos do PCB que se arrastavam desde antes de abril de 1964 e intensificados após. Numa crise orgânica desencadeada em torno do processo de “desestabilização”, muito traumático para a organização partidária, visto que, como tantos outros partidos comunistas sob a órbita de Moscou, o PCB durante muitas décadas nutriu adoração à figura do líder máximo soviético, tanto que pela passagem do seu 30º aniversário de fundação do partido manifestou em seu principal veículo de imprensa:

¹³⁴ Sobre a radicalização e violência no Movimento Estudantil brasileiro em 1968, ver VALLE, Maria Ribeiro. **O Diálogo é a Violência: Movimento Estudantil e Ditadura Militar em 1968**. Campinas, 1997. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1997. VALLE, Maria Ribeiro. **O debate teórico sobre a violência revolucionária nos anos 60: “Raízes e polarizações”**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2002.

¹³⁵ BONAVENTA, Pablo; MILLAN, Mariano. **Los 68 Latinoamericanos - Movimientos estudiantiles, política e cultura en México, Brasil, Uruguay, Chile, Argentina y Colombia**. 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. Instituto de Investigaciones Gino Germani - UBA, 2018, p. 135. Tradução Livre. Obra panorâmica e diversa do ponto de vista interpretativo e metodológico. Do trabalho ficaram de fora, no trato específico, os casos de países latino-americanos, que também protagonizaram intensa mobilização estudantil: Bolívia, Cuba, Venezuela, Nicarágua e Peru.

“reafirmamos nosso amor, nossa gratidão, nossa dedicação e fidelidade ilimitadas ao camarada Stálin, ao glorioso Partido Bolchevique e à doutrina do Marxismo-Lêninismo-Stálinismo. Estudemos Stálin, aprendamos com Stálin, imitemos Stálin, agradeçamos a Stálin o que ele tem feito pelo nosso povo, e assim estaremos glorificando os 30 anos de lutas do nosso querido e amado Partido Comunista do Brasil”¹³⁶.

Partidos Comunistas do mundo todo imergem em profundo debate sobre o legado do stalinismo e os desafios do processo de “desestalinização” das estruturas partidárias, algo que não era ponto pacífico entre os membros das direções, como não foi no Brasil. 1968 é o ponto alto, em nível mundial, da contestação do partido e modelo soviético de revolução, guiado durante décadas pelo autodenominado Stálin “homem de ferro”, mas, para além disso, é uma crítica visceral inclusive a instituição partido. O Maio francês sendo emblemático desse movimento nos países europeus, nos países da periferia do capitalismo a ideia do foco guerrilheiro inspirado na Revolução Cubana e na figura de Che Guevara, é um dos elementos centrais. Pode-se falar inclusive de um dorso imagético castro-guevarista, que seria, como apontou o historiador Jean Sales:

o conjunto de ideias oriundas de escritos de Che Guevara e discursos de Fidel Castro, que foram sistematizadas por Régis Debray em seu livro “Revolução na revolução”. Em resumo, tratava-se de mostrar que a luta armada, através da guerra de guerrilhas, era o método que deveria ser utilizado na América Latina dos anos sessenta para se fazer a revolução, o que podia prescindir da presença de um partido comunista e de outras condições preconizadas pelos marxistas.¹³⁷

É imprescindível, para acesso aos fatos que gestaram a cultura política dessa nova esquerda latino-americana, a reconstrução do cenário da época e a caracterização geral de quem foram os atores que compuseram a esquerda armada no Brasil, rastreando as questões mais candentes e de influxo no cotidiano e imaginário daquele período para esses atores e

¹³⁶ Jornal A Classe Operária, 5 de Abril de 1952, p.4. O professor livre-docente de Literatura Russa da USP (Universidade de São Paulo), tradutor e ensaísta, Paulo Bezerra, nos traz em uma de suas publicações uma piada - que mesmo com um certo humor sombrio mas com fundo de grande seriedade - bastante reveladora e emblemática para se compreender a gravidade do que ocorria à época do Stalinismo e sua pérfida lógica operacional: “Três trabalhadores soviéticos estão conversando em um campo de trabalhos forçados, e surge entre eles a curiosidade de saber as razões que os levaram àquele local. Trava-se entre eles o seguinte diálogo. Primeiro trabalhador. — Eu era um trabalhador exemplar, sempre chegava ao meu emprego meia hora antes do início, acabei sendo acusado de espião da produção socialista e condenado a alguns anos de prisão. Segundo trabalhador. — Eu era de uma pontualidade exemplar, chegava sempre na hora exata de começar a trabalhar, fui acusado de comodismo pequeno burguês e condenado a alguns anos de prisão em regime de trabalho forçado. Terceiro trabalhador. — Eu sempre chegava atrasado, fui acusado de sabotador da produção socialista e condenado a alguns anos de prisão.” (BEZERRA, Paulo. “O Mito e seus Escorbos”. *Revista USP*, São Paulo (36): 210-217, dezembro/ Fevereiro. 1997-98. p. 211).

¹³⁷ SALES, Jean Rodrigues. **O Impacto da Revolução Cubana sobre as Organizações Comunistas Brasileiras (1959-1974)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005, p. 46.

essas atrizes. Em sua pesquisa de doutorado, já citada, *O Fantasma da revolução brasileira: raízes sociais das esquerdas armadas, 1964-1974*¹³⁸, o sociólogo Marcelo Ridenti dedicou-se, já na segunda metade da década de 1980 (a tese foi defendida em agosto de 1989) a construir uma radiografia de quem foram as pessoas que compuseram a esquerda que pegou em armas contra a ditadura.

Seu trabalho de grande fôlego interpretativo – que publicado como livro em 1993 viria a ser firmado como um clássico do tema – através do cruzamento de dados e tabelas do Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM)¹³⁹ trouxe importante contribuição nesse sentido mapeando detalhadamente a inserção social dos militantes por grau de instrução, idade, ocupação, origem regional, sexo, etc. O que lhe permitiu traçar valiosas conclusões sobre as organizações armadas e seus integrantes.

Um primeiro dado importante a mencionar é a divisão conforme o sexo. Nas organizações de esquerda no Brasil processados judicialmente nos anos 1960 e 1970 (sempre de acordo com os dados do Projeto BNM) conforme o sexo (quando conhecido) 16% (660) era composta por mulheres e os outros 84% por homens (3.464). Quando analisamos este fator nas esquerdas armadas a um pequeno acréscimo de participação feminina, subindo para 18,3% (387) contra 81,7 (2.112) de homens.

Os dados também deixam clara a presença notável de estudantes nos grupos de esquerda em geral, a qual chegava a quase um quarto dos membros desses grupos (24,5%), dos que pegaram em armas a cifra é ainda mais alta, chegando a 30,7% dos participantes. Também chama a atenção para o crescimento deste setor na composição dos movimentos de Esquerda antes e depois de 1964, inaugurando uma crescente. Na caracterização da faixa etária dos que participaram de algum grupo guerrilheiro ou eram simpatizantes, os números confirmam uma tendência que era também mundial, mas não por isso deixa de impressionar. Mais da metade dos que integraram a esquerda armada (51,76%) possuía menos de 25 anos, acima de três quartos contava até 30 anos (75,33%) e 85,88% não passava dos 35.

¹³⁸ RIDENTI, M. S. *O Fantasma da revolução brasileira: raízes sociais das esquerdas armadas, 1964-1974*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo.

¹³⁹ Do *Projeto Brasil: Nunca Mais* (PBNM), que microfilmou – no período de 1979 a 1984 – processos tramitados na justiça militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, totalizando ao final da tarefa mais de um milhão de páginas. Além de inúmeros processos incompletos, conseguiu copiar 707 processos integralmente. Os quais, a partir de 2005 - através de uma parceria entre o grupo Armazém Memória, o Ministério Público Federal (Procuradoria Regional da República – 3ª Região) e o Arquivo Público do Estado de São Paulo - começaram a ser disponibilizados pela internet e em 2013 foi garantido o acesso total a todos os processos através do endereço eletrônico <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>

Os dados também permitem avançar na definição de que a participação dos jovens nas esquerdas armadas era claramente superior a da sociedade em geral. Quanto à instrução dos integrantes das esquerdas armadas, mais da metade deles eram estudantes do ensino superior (universitário), egressos da escola ou cursando o ensino médio. Conclui-se, por conseguinte, que

a análise da participação dos estudantes na luta contra o regime militar deve ser considerada peça-chave para compreender as esquerdas armadas urbanas, ainda que elas tenham tido inúmeras facetas sociais além da estudantil, com destaque principalmente à participação dos trabalhadores intelectuais, dos militantes profissionais antigos, rompidos com o PCB, e dos militares subalternos e suboficiais, que também foram componentes muito significativos dos grupos em armas, ao menos qualitativamente (sem esquecer que os estudantes, como categoria social, são também cortados por distintas inserções de classe).¹⁴⁰

É fundamental na análise sobre as esquerdas armadas ter clareza da tamanha importância dos jovens e estudantes no processo. O emblemático ano de 1968 no mundo em geral e no Brasil em particular é privilegiado para observarmos a ascensão e força dessa categoria. A partir do final da Segunda Guerra Mundial há um crescimento espantoso do número de estudantes na França, por exemplo, onde anterior a esse conflito existiam menos de 100 mil e em quinze anos esse número saltou para 651 mil. Um volume de estudantes que as universidades não estavam preparadas intelectual e estruturalmente para receber, nem tampouco suas influências contestadoras.¹⁴¹

Assim, partindo de sua dinâmica constitutiva e de atuação, o movimento estudantil deve ser considerado como um movimento social pluriclassista¹⁴², ou seja, que aglutina diferentes classes sociais, apesar de sabermos que a classe média se sobrepõe às demais. No entanto, o fato de situarem-se neste estrato social não é o bastante para estabelecer uma linha determinista de sua atuação, como muitos analistas o fazem depreciativamente quando insistem em sua inferioridade política.

Esse ponto de vista, dizia o filósofo Herbert Marcuse, é uma ofensa aos muitos que sacrificaram suas vidas e aos que continuam na luta contra os poderes estabelecidos. E são estes, os jovens estudantes detentores de uma consciência radical, que naquele momento ocupam, segundo Marcuse, a posição de vanguarda revolucionária no Terceiro Mundo,

¹⁴⁰ RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 121.

¹⁴¹ HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991** – São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 295.

¹⁴² Ver CAMACHO, Daniel. Movimentos Sociais: Algumas discussões conceituais. In: KRISCHKE, Paulo J.. SCHERER-WARREN, Ilse. **Uma Revolução no Cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

lutando pela libertação e articulando diretamente a insurgência popular, num processo de denotaria a revolução global.¹⁴³

Como sabemos o debate sobre o potencial revolucionário do movimento estudantil (e membros de estratos da classe média) é uma polêmica nas Ciências Humanas, de modo ainda mais agudo neste momento histórico, visto que são elaboradas teorias que retiram, daquele momento específico, o protagonismo do clássico proletariado, deslocando-o para outros setores sociais. Nem estudantes, nem tampouco a classe média compõe o *lumpesinato* marxiano, porém igualmente estão muito distantes de ser consenso quanto à possibilidade de protagonizarem um processo revolucionário. Para se estudar a oposição à ditadura brasileira, e mais especificamente a esquerda armada que propunha, para além da derrubada da ditadura, o avanço e a instalação do socialismo.

E neste ponto chegamos a outras questões que a historiografia brasileira tem se debruçado há muitos anos sem que se alcance um “meio-termo” na comunidade histórica. O que haveria mais agudamente caracterizado o significado histórico das esquerdas armadas pós-golpe de 1964, sua resistência à ditadura ou seu projeto da Revolução Brasileira? Marcelo Ridenti defende em *A Revolução Brasileira*, e enfatiza em trabalhos posteriores, que

independentemente da vontade revolucionária das esquerdas armadas, pode-se constatar que elas eram pequenas e frágeis demais para tomar o poder. Fizeram parte do arco amplo e heterogêneo de oposição à ditadura, que pode ser chamado de “resistência”. As oposições nunca chegaram a se unificar, por vezes havia divergências irreconciliáveis entre elas, pois a única afinidade existente era o fim da ditadura. (...) O fato é que se instalou aqui uma ditadura e a ação dos grupos armados constituiu-se efetivamente numa resistência contra ela, mesmo que o projeto guerrilheiro fosse anterior e pretendesse ser muito mais que isso.¹⁴⁴

Já Daniel Aarão Reis Filho, discorda de que a esquerda revolucionária tenha composto a resistência à ditadura, segundo ele o entendimento da esquerda armada como resistência somente veio no período da anistia como uma memória apaziguadora politicamente eficaz para o projeto da conciliação nacional, a luta revolucionária contra a ditadura teria sido “reinterpretada como uma forma de resistência ao absoluto fechamento do regime, uma tentativa imposta pela ausência de brechas institucionais que viabilizassem, de algum modo, as lutas democráticas, uma reação desesperada à falta de alternativas”¹⁴⁵.

¹⁴³ Ver MARCUSE, Herbert. **Contra Revolução e Revolta**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 58-60.

¹⁴⁴ RIDENTI, Marcelo. Resistência e Mistificação da Resistência Armada Contra a Ditadura: Armadilhas para pesquisadores. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: Quarenta Anos Depois (1964-2004)**. Bauru-SP: Edusc, 2004, p. 57.

¹⁴⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p. 8. Compreensão semelhante, consistindo numa mesma linha historiográfica, tem

Aarão Reis debita os descaminhos e a coesão das organizações de luta armada à sua intrínseca ambiguidade interna de funcionamento, argumentando que não foi falta de preparo para a revolução que sequenciou seu fracasso, pois, contrariamente, os militantes estavam prontos para liderar a revolução, mas a conjuntura não foi simétrica com esse momento, “a Revolução teria faltado ao encontro”, o insucesso corresponderia em forte grau à falta de coesão interna e estrutural entre os grupos revolucionários e não a fatores externos. Diz ele: “autoritários e soberbos, generosos e audaciosos, no limite da arrogância, equivocaram-se de sociedade e de tempo histórico – e pagaram com a existência, física e política, pelos erros cometidos.”¹⁴⁶

No outro oposto, há autores que tendem a concluir que as violências perpetradas pela oposição e pela ditadura se equivaleriam, ainda que cada um lutando pelo que “acreditava”. O exemplo mais emblemático é a coleção “ditadura envergonhada”, “ditadura encurralada”, “ditadura derrotada”, “ditadura escancarada” e “ditadura acabada” do jornalista Elio Gaspari. Estes textos enveredam por uma lógica argumentativa em que a violência do regime é tomada na realidade como um mecanismo reativo ou de defesa ao terrorismo de esquerda¹⁴⁷.

Ele diz que, assim como na esquerda, ter-se-ia desenvolvido

a ideia segundo a qual o dever do revolucionário era fazer a revolução, criou-se à direita o entendimento de que os revolucionários de 1964 tinham o dever de erradicar o terrorismo, a subversão e até mesmo aquilo que denominavam (sem terem conseguido jamais definir) de “contestaçao ao regime”^{148*}.

as historiadoras Denise Rollemberg e Janaina Cordeiro, ver em especial, respectivamente, ROLEMBERG, Denise. “Esquecimento das Memórias” In MARTINS FILHO, João Martins (org.). **O Golpe de 1964 e o Regime Militar**: Novas perspectivas. São Carlos: EDUFSCAR, 2008; CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o Passado, Festejar o Presente**: As comemorações do sesquicentenário da independência entre consenso e consentimento (1972). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2012.

¹⁴⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Faltou ao Encontro**. Os comunistas no Brasil, Brasiliense, São Paulo, 1990, p. 71. Em contraposição Ridenti tentou demonstrar “com base no que se passara com as esquerdas armadas, que, ao contrário, esses grupos tendem a esfacelar-se quando perdem as raízes sociais.” (RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 226.

¹⁴⁷ Termo usado pelo autor nos dois volumes de sua obra *As Ilusões Armadas - A ditadura envergonhada*.

¹⁴⁸ GASPARI, Elio. **As Ilusões Armadas - A ditadura envergonhada**. v.1, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 196.

* A questão da democracia, ou mais especificamente, a falta de compromisso dos atores envolvidos nos lutas sociais (sobretudo à esquerda e à direita) com os valores democráticos institucionais no período anterior ao golpe, sobremodo no mandato de Jango, ou mesmo pós-1964, é outra discussão acalorada na historiografia e que divide os especialistas, este debate ganhou força e relevância nacional somente em 2004, nos debates sobre os 40 anos do golpe, a partir deste momento a obra que seria mais revisitada, escrita em 1986-1987 e publicada no Brasil em 1993, é da Cientista Política Argelina Figueiredo FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993, reconhecida como obra que inaugura uma operação revisionista à interpretação do Golpe de 1964 como um golpe de classe, tendo como maior referência nessa interpretação o livro de René Armand Dreifuss, *A Conquista do Estado*. A consideração desse dito “déficit democrático” como fator fundamental para compreensão do golpe será, de uma forma ou de outra, observada em vários autores, entre eles, Jorge Ferreira (2003), Daniel Aarão Reis Filho

Elenca a hipótese de que as organizações de luta armada teriam fracassado devido a sua meta de “transformar o Brasil numa ditadura, talvez socialista, certamente revolucionária. Seu projeto não passava pelo restabelecimento das liberdades democráticas.”¹⁴⁹

O historiador Marco Antonio Villa vai em direção diferente das posições de Gaspari, o qual, como os títulos de suas obras manifestam, considera que desde 1964 havia sido implantada uma ditadura no Brasil. Villa defende que a estrito rigor não houve ditadura no Brasil entre 1964 a 1985. Dos 21 anos de regime apenas os 10 anos de vigência do AI-5 “merecem ser definidos como ditadura, mas mesmo assim, com algumas ressalvas”.¹⁵⁰ No seu entender, a categoria mais apropriada para entendimento e conceituação do regime seria a de Autoritarismo, pois este no Brasil, ainda conforme Villa, “faz parte de uma tradição antidemocrática solidamente enraizada e que nasceu com o Positivismo, no final do Império. O desprezo pela democracia foi um espectro que rondou o nosso país durante cem anos de República”.¹⁵¹ Quanto à luta armada, para ele “não passou de ações isoladas de assaltos a bancos, sequestros, ataques a instalações militares e só.”¹⁵²

A Revolução Cubana, e sua guerra de guerrilhas, foi o maior exemplo e inspiração para a esquerda latino-americana e do Terceiro Mundo, anunciando com maior vigor uma tendência que estava se estabelecendo e duraria até fins da década de 1970: o deslocamento da cidade para o campo, como locus privilegiado e fundamental para ser desenvolvida a revolução social. No dizer de Hobsbawm, “curiosamente, foi um movimento relativamente pequeno — sem dúvida menor que a insurgência malaia —, atípico mas bem-sucedido, que

(2000), Denise Rollemberg (2008), Janaina Cordeiro (2012), Marco Antonio Villa (2014) e outros, quase os mesmos autores que também defendem a interpretação elaborada por Aarão Reis que nessa memória confortável que se estabeleceu na sociedade brasileira, também foi apagado o significativo apoio civil à ditadura, assim ela passa por Aarão e outros historiadores a ser nominada de civil-militar, não na acepção apregoada por Dreifuss – esta mais próxima de empresarial-militar – mas para denotar uma pretensa forte base social que haveria sustentado a ditadura, este apoio somente desapareceu no momento da resignificação do passado, no momento da construção da “nação de democratas”, nas palavras dele “a sociedade brasileira, depois que aderiu aos valores e às instituições democráticas, enfrenta grandes dificuldades em compreender como participou, num passado ainda muito recente, da construção de uma ditadura, que definiu a tortura como política de Estado” (REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e Sociedade: As Reconstruções da memória” In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: Quarenta Anos Depois** (1964-2004). Bauru-SP: Edusc, 2004, p. 49.

¹⁴⁹ GASPARI, Elio. **As Ilusões Armadas** - A ditadura envergonhada. v.1, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 198.

¹⁵⁰ VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à Brasileira**. 1964-1985: A Democracia Golpeada à Esquerda e à Direita. São Paulo: LeYa, 2014, p. 183. As ressalvas, segundo ele, seriam: “Entre 1968 e 1978, ocorreram três eleições municipais para a escolha de prefeitos e vereadores em todo o país, com as exceções já citadas. Para a renovação do Congresso Nacional, também foram realizadas três eleições (1970, 1974 e 1978). Se a eleição de 1970 foi marcada pelo medo – e pelas abstenções e votos em branco – e a eleição de 1978, pela vigência da Lei Falcão; em 1974, com direito ao horário gratuito no rádio e na televisão – criado pelo regime militar, registre-se –, o MDB teve liberdade para fazer a sua propaganda.

¹⁵¹ Idem, p.7.

¹⁵² Ibidem.

pôs a estratégia da guerrilha nas primeiras páginas do mundo: a revolução que tomou a ilha caribenha de Cuba em 1º de janeiro de 1959.”¹⁵³

Outro fator salutar no processo, também de força capital, é a crise dos partidos comunistas e a crítica dentro deste próprio espectro político à sua linha pacífica de atuação. No Brasil, grande parte das organizações armadas foi fruto de cisões com o PCB e o desencadeamento das ações armadas em seu território está em estreita vinculação com as ligações estabelecidas com Cuba, e não digo de um modo mecânico de comando, mas sim como estopim de detonação de uma avaliação que já vinha se desenvolvendo no seio das esquerdas brasileiras há muitos anos. Provavelmente, o caso mais emblemático é o de Carlos Marighella e da Ação Libertadora Nacional (ALN). Não por acaso Che Guevara converteu-se no grande símbolo imagético-utópico daquela geração.

1.4. Estado Terrorista e Insegurança Nacional

Em “*Estado e Oposição no Brasil*”, Maria Helena Moreira Alves busca investigar que espécie de Estado foi implantado pelos que assaltaram o poder em 1964 e como este veio a desenvolver-se. A autora objetiva com isto revelar como se deu a institucionalização de um “Estado de Segurança Nacional” no Brasil, uma forma autoritária de capitalismo de Estado, construído sobre a sombra, ou com base, numa Ideologia/Doutrina de Segurança Nacional, que podem ser entendidas, segundo Alves, como “um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar por meios não democráticos um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente”.¹⁵⁴

Este modelo, ou sistema, dependente capitalista já vigorava no Brasil desde a segunda metade da década de 1950. Com a crescente organização da classe trabalhadora do campo e da cidade, seja através da estrutura oficial do Estado, a exemplo dos sindicatos urbanos e rurais, seja via instituições paralelas como as Ligas Camponesas e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), aumentaram as tensões sociais classistas e o “sistema democrático que vigorava no país desde o fim do Estado Novo, em 1945, passou a sofrer constantes crises

¹⁵³ HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991 – São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 424.

¹⁵⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: RJ: Editora Vozes, 1984, p. 23.

institucionais. A maior participação dos setores da sociedade até então marginalizados pôs em confronto exigências e interesses irreconciliáveis, num sistema de desenvolvimento dependente-capitalista”, foi com a “manifestação desses interesses irreconciliáveis, [que] as instituições da democracia formal mostraram-se cada vez mais incapazes de resolver as contradições”¹⁵⁵

Alinhada e com apoio nas teses do cientista político uruguaio René Dreifuss, Moreira Alves defende que o golpe e a tomada do poder em 1964 foram precedidos de uma política de desestabilização do governo Goulart, envolvendo “corporações multinacionais, o capital brasileiro associado dependente, o governo dos Estados Unidos e militares brasileiros – em especial um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra – ESG”.¹⁵⁶ Tendo lugar estratégico na conspiração para derrubada do governo eleito o Complexo IPES-IBAD, estando à testa do movimento a ESG, força anticomunista que usaria a Doutrina de Segurança Nacional como justificativa ideológica da tomada do poder. Bradando no discurso oficial, a exemplo dos vizinhos latino-americanos, a ameaça de subversão interna e de guerra revolucionária.

Na avaliação de Alves, é no ano de 1969, durante a atuação das Esquerdas Armadas, que se consolida no Brasil o que ela intitula de “dialética da violência”*, violência contra violência. O Estado de Segurança Nacional materializa o quadro legal garantidor de viabilidade e sucesso do “Milagre Econômico”. Este momento teria se caracterizado por um tipo novo de legitimidade do Estado de Segurança Nacional, lastreado no crescimento econômico contínuo e acelerado, ainda que as benesses deste crescimento somente alcançassem as classes dos andares superiores da pirâmide social.

As trabalhadoras e trabalhadores foram submetidos a um brutal achatamento do valor real dos seus salários, sustentado por uma brutal repressão, justificada sob a alegação de que “comunistas ameaçavam o país e o próprio desenvolvimento econômico”, e dado os ganhos concretos para as classes médias, essas tinham sobrados motivos para evitarem qualquer oposição à ditadura. “De um modo geral, elas se mostram inclinadas a concordar com a

¹⁵⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: RJ: Editora Vozes, 1984, p. 22 e ss.

¹⁵⁶ Idem, p. 24.

* Ver capítulo VI, *A Luta Armada e o Estado de Segurança Nacional (1969-1974)*, pp. 141-183. In: ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: RJ: Editora Vozes, 1984.

repressão durante aqueles anos. Em consequência, o governo Médici desfrutou, entre os grupos de elite, de legitimidade maior que a dos governos anteriores”.¹⁵⁷

O apelo de apoio das classes médias [e altas] por parte da Ditadura não se constituiu em prática de exceção, nem tampouco recorrer ao uso do legislativo como instrumento político para legitimação do poder instituído. Na verdade, ambos os elementos são complementares. Em face desta opção pelo assentimento de determinados setores sociais prevaleceu, nos pós-1964, um projeto de dominação política complexo e híbrido para viabilizar a implantação da ditadura no País.¹⁵⁸

Seria uma “legalidade autoritária” - como conceituou o historiador Anthony Pereira¹⁵⁹, utilizada para conferir sustentação e legitimidade à repressão e ao próprio Estado. Vale o destaque que esta estratégia de “modus operandi” não era uma unanimidade, como aponta Vasconcelos.¹⁶⁰ Posição reiterada por reconhecido estudo de João Roberto Martins Filho sobre a dinâmica militar das crises políticas da ditadura entre 1964-1969.¹⁶¹

Nesta investigação, Martins Filho defende que na fase de consolidação da Ditadura brasileira, eliminadas as linhas nacionalistas e populares no interior das forças armadas, o que se salienta nos interstícios dos conflitos políticos, mesmo consideradas as diferenças entre os militares do grupo no poder, é a unidade das forças armadas uma “unidade na desunião”.¹⁶² Fazendo parte de um quadro geral do período da Guerra Fria aplicável aos regimes não democráticos, isto é, o estabelecimento da legitimidade democrático-representativa como pré-requisito para aceitação da dominação política. Decorria daí a regra “praticar o autoritarismo no presente prometendo a democracia no futuro”.¹⁶³

¹⁵⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: RJ: Editora Vozes, 1984, p. 150.

¹⁵⁸ VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, p.333-358, jan/abr 2013, p. 335.

¹⁵⁹ PEREIRA, Anthony. **Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

¹⁶⁰ VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, p.333-358, jan/abr 2013.

¹⁶¹ MARTINS FILHO, João Roberto. **O Palácio e a Caserna**. A dinâmica militar nas crises políticas na ditadura (1964-1969). Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.

¹⁶² MARTINS FILHO, João Roberto. **O Palácio e a Caserna**. A dinâmica militar nas crises políticas na ditadura (1964-1969). Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993, p. 49.

¹⁶³ LEMOS, Renato Luís do C. Neto e. Poder Judiciário e poder militar (1964-1969). In: CASTRO, Celso, ZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. (orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Bom Texto, 2004, p. 415.

Na Avaliação de Moreira Alves, a ditadura possuiu três ciclos de repressão, o último teria sido introduzido pelo AI-5. Este terceiro ciclo se caracterizava pelo largo arco de expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informações e no aparato burocrático do Estado, juntamente com manobras militares de grande alcance e com indiscriminado uso da violência contra todas as classes. As perseguições estendendo-se, conforme a autora, aos setores da população até então não atingidos. A edição do Ato Cinco teria marcado o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional, conforme Moreira Alves, que garantiu fragilizar toda e qualquer oposição que consistisse em séria ameaça ao Regime de exceção. “O Ato Institucional nº 5, amarrado à ilharga da Carta de 1967, quis esfriar pelo medo, provocado pela suspensão das garantias constitucionais básicas, todas as possibilidades de mobilização popular.”¹⁶⁴

O primeiro ciclo de repressão, em 1964, havia se concentrado “no expurgo de pessoas politicamente ligadas a anteriores governos populistas, especialmente ao de Goulart. A repressão física direta limitara-se aos trabalhadores e camponeses, numa estratégia de classe destinada a eliminar a resistência naqueles setores da população”.^{165*} Já o segundo (1965-1966), pós-promulgação do AI-2, se propôs a concluir os expurgos na burocracia de Estado e nos postos eleitorais, sem se valer do emprego direto e generalizado da violência. Em que pesem os seus inegáveis aspectos meritórios de formulação e sistematização do Estado nos instrumentos profissionalizados de coação, a abordagem de Moreira Alves, como a de outros que adotam os conceitos de *Estado de Segurança Nacional* e *Ditadura de Segurança Nacional*^{166;167}, são devedores de uma cartográfica histórica que dê conta dos acontecimentos (inclusive do emprego da violência para dominação) situados um quadro de longa duração da História do Brasil, isto é, que nos permita apreender as continuidades e rupturas que se operam lentamente, uma delas é a violência e sua relação com os mecanismos repressivos a serviço da contrarrevolução preventiva, que a ditadura de 1964 apenas recrudescer. Sem ignorar o fato que o uso da violência compõe a própria consubstanciação ao poder político e a

¹⁶⁴ FAORO, Raymundo. **A República Inacabada**. Organização e prefácio Fábio Konder Comparato. – São Paulo: Globo, 2013. p. 140.

¹⁶⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984). Tradução de Clovis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 141.

* Mas há exceções a essa “regra geral”, como por exemplo o caso.

¹⁶⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. **O Palácio e a Caserna**. A dinâmica militar nas crises políticas na ditadura (1964-1969). Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.

¹⁶⁷ PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. TESE (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

própria existência do Estado, torna-se indispensável a investigação de como tais dinâmicas se manifestaram historicamente e sobre as suas transformações, como por exemplo a vinculação entre estratégias repressivas e legitimação do poder estabelecido.

O Estado terrorista é uma sofisticação de processos gestados anteriormente. A abordagem de longa duração é uma das possibilidades mais seguras para compreendermos esta complexidade. As demais também trazem ricos elementos que trazem a conhecer as engrenagens e funcionamento da última ditadura brasileira, inclusive enfatizar que os inimigos do sistema eram inimigos da Ditadura. Como articulou Eduardo Galeano em seu livro que aborda as ditaduras do Cone Sul,

quem está contra, ensina a máquina, é inimigo do país. Quem denuncia a injustiça, comete delito de lesa-pátria. Eu sou o país, diz a máquina. Este campo de concentração é o país: Esta podridão, este imenso baldio vazio de homens. Quem crê que a pátria é uma casa de todos será filho de ninguém.¹⁶⁸

Toda a oposição de esquerda organizada estava suscetível de ser punida, mas tal perigo era ainda maior para quem integrava as fileiras das esquerdas armadas, devido a atuação de confronto aberto e frontal ao estado. O espantinho do comunismo era balançado pela ditadura a toda força para ser apedrejado por quem quer que fosse. O incentivo ao ódio contra todos que representassem alguma crítica ao estado era flagrante. Misturando-se com o medo da própria repressão.

A máquina da Ditadura trabalhou inteiramente dentro do esquema do terror psicológico, como elixir para evitar o que ainda não floresceu, mas que já foi semeado. Para sufocar uma possível raiz de oposição ao Regime, para evitar que a intenção se convertesse em ato. É o louvor ao Medo e a construção de jaulas invisíveis. O medo estava instalado como política de governo e de Estado. Como estratégia psicossocial, a Ditadura se arvorava como a guardiã sagrada da democracia e das famílias brasileiras, com grande “empenho em atestar, a partir de valores sociais, principalmente, que havia uma suposta identidade perfeita entre os militares e o povo”.¹⁶⁹

Um aparente consenso foi forjado via promoção do terror total. O terrorismo de Estado foi uma arma engatilhada e disparada contra todo o povo, contra a oposição, declarada ou não, ou mesmo àqueles que ingenuamente queriam liberdade e, querer liberdade, era opor-se ao

¹⁶⁸ GALEANO, Eduardo. **Dias e Noites de Amor e de Guerra**. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 41.

¹⁶⁹ REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984**. Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 5

governo. Os atingidos pela ditadura não podem ser contabilizados pelo número de presos, torturados, mortos e desaparecidos pela ditadura, que são muitos, os atingidos foram milhões submetidos a um silêncio de concordância forçada.

O projeto da esquerda armada apesar de duramente reprimido nos anos que se seguiram ao AI-5, inaugurando uma crescente de redução de seus membros, seja por prisão ou assassinato pela ditadura, ou ainda exílio, somente em 1974, encerrada a Guerrilha do Araguaia em que as forças da repressão executaram sumariamente quase a totalidade dos membros, é que teve fim a luta armada no Brasil durante a ditadura civil-militar. Alguns resistentes e revolucionários na busca de uma sociedade justa e igualitária sofreram a violência da tortura e dos porões da ditadura enquanto outros não tiveram a dádiva de conservar a vida. Ainda assim, durante a luta, nutriram a crença de que seria possível seguir o exemplo de Cuba, da China, do Vietnã, e de tantos companheiros de luta pela causa que lutavam em países vizinhos. Deviam e podiam avançar. Certamente, inspirados em seu otimismo militante, assaltava-lhes tal convicção. Mesmo isolados, não poucos militantes das organizações armadas acreditavam que ainda havia condições claras para tal. Mesmo em contexto bem diverso daquele das manifestações de 1968, esse era o espírito e as premissas gerais que seduziram os que optaram por trilhar o caminho da luta armada.

Segundo um dos seus mais destacados membros, Carlos Eugênio Paz, foram “jovens Quixotes inflamados pelos anos sessenta e pela sede de liberdade” com “*slogans* maravilhosos, ideais nobres, energia de sobra e a certeza da necessidade e possibilidade de mudar profundamente o país, acabando com a miséria e exploração”.¹⁷⁰ A angústia e uma percepção de impotência diante dos grandes inimigos que enfrentavam viria somente depois. Depois de muitas derrotas, muitas prisões, debreamentos, torturas, assassinatos, desaparecimentos forçados... experiências traumáticas. Uma tensão entre utopia e desesperança, ainda que a última, apesar de espreita e convivendo sem cessar com a melancolia, não prosperou na cabeça da maioria dos armados de esquerda, a julgar pela permanência nas fileiras das organizações. Uma visão pessimista do futuro não era a face revelada nos panfletos e manifestos, mesmo na fase de descenso. Mas aí também estava o compromisso e o peso moral de solidariedade aos que se foram, à sua causa. A questão ética. Amigos, amores, projetos. Semelhante ao impulso para entrada no combate em armas à ditadura, a não saída desse combate também encerrava, além do político, uma dimensão ético-

¹⁷⁰ PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à Luta Armada: Memórias romanceadas**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 56-57.

moral. Nesta fase final do projeto a solidão se manifestou na clandestinidade em sua máxima inteireza, pressionada pela força de um contexto desanimador, mas que não chegou a sufocar a esperança. “Nada pior que a solidão quando se tem o sonho da humanidade”.¹⁷¹

¹⁷¹ TAPAJÓS, Renato. **Em Câmara Lenta**: Romance. 2ª Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977, p. 56.

2 NORDESTE INSURGENTE: VIOLÊNCIA, REIVINDICAÇÃO DOS MORTOS E O QUE-AINDA-NÃO-VEIO-A-SER

Eu sou pessoa! / (A palavra “pessoa” hoje não soa bem – / pouco me importa!) / Não! Você não me impediu de ser feliz! / Nunca jamais bateu a porta em meu nariz! / Ninguém é gente! / Nordeste é uma ficção!¹⁷²

2.1 Nordeste: Formação social e permanências

A espacialidade do Nordeste foi palco de vários movimentos que, de fato, são-lhe próprios e “não se encontram em nenhuma outra parte do Brasil Imperial”:¹⁷³ a Revolução de 1817; a Confederação do Equador (1824); a Revolução Praieira (1848); a Guerra dos Maribondos (Ronco da Abelha, na Paraíba) (1852); os Quebra-quilos (1874-1875). Destacamos, de forma especial, o primeiro.¹⁷⁴ Os revolucionários de 1817 foram os primeiros e únicos a instaurar um governo independente na colônia, estabelecendo um governo que durou 75 dias, com um alcance político e simbólico que atravessou gerações. Deflagraram o movimento, tendo conseguido o feito notável de avançar para além do plano das ideias e da conspiração, como vários movimentos que o antecederam, a exemplo da Inconfidência Mineira (1789), da Conspiração dos Letrados (1794) e da Inconfidência Baiana (1798).

O que há de mais específico na formação social do Nordeste relaciona-se ao modo como se deu o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Nessa região, diferentemente do que ocorreu com a empresa cafeeira, concentrada sobretudo no Sul do país, não foi utilizado contingente de mão de obra imigrante. Não havia esteio financeiro local, por parte dos senhores de engenho, para custear a vinda dos imigrantes, tampouco condições políticas favoráveis de que tais expensas tivessem ficado a cargo do poder central do Império. Essas eram as circunstâncias, aliadas à realidade de que, no Nordeste, abundava mão de obra proveniente da existência de pequenos e médios proprietários, concentrados no

¹⁷² BELCHIOR. “Conheço o meu lugar”. In LP **Era uma vez um homem e o seu tempo**, WEA, 1979.

¹⁷³ BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p. 41-79, 2007.

¹⁷⁴ “A revolução de 1817, que instaurou de fato e pela primeira vez um governo independente no solo colonial, durou pouco mais de dois meses, mas suas consequências ultrapassaram essa curta duração. É fundamental lembrar que tanto a Inconfidência Mineira (1789) e a Conspiração dos Letrados (1794) no Rio de Janeiro, quanto a Inconfidência Baiana (1798) jamais passaram do plano das ideias. Foram reprimidas antes de qualquer ação mais efetiva. Apenas, no caso da Bahia, alguns panfletos foram afixados em locais públicos, mas não provocaram nenhuma ação subsequente.” (*Ibid.*, p. 50).

Agreste e nas terras do Sertão, além de haver um grande conjunto de trabalhadores rurais livres, os quais ainda não haviam sido submetidos diretamente ao trabalho da grande lavoura.

No Nordeste, especialmente na área açucareira, a grande propriedade pôde enfrentar o processo de substituição da mão de obra escrava, preservando o controle da terra e, ao mesmo tempo, submetendo uma grande parte da força de trabalho livre às relações de produção que não implicavam, necessariamente, um assalariamento pleno, mas preservavam ou criavam formas de relações não capitalistas. Contudo, tais relações distinguiam, mas não isolavam, a região das determinações tanto da existência de um espaço econômico e político nacional quanto de sua inserção na economia capitalista em sua dinâmica internacional¹⁷⁵.

No Nordeste,

[...] ao contrário do que afirmam muitos autores, essa transição não significou a passagem de formas pré-capitalistas para capitalistas, nem a substituição da hegemonia de grupos agrários tradicionais pela de grupos burgueses. Houve muito mais continuidade do que ruptura.

O trabalho foi reorganizado, mas o foi “no interior do próprio capitalismo, cujos mecanismos produtivos passaram a se estruturar sobre elementos novos e mais eficientes de controle e disciplina”.¹⁷⁶ O pós-64 no Nordeste forjado pela ditadura também foi uma simbiose do novo com o velho Nordeste.¹⁷⁷

Esse processo de passagem do regime de trabalho escravo para o assalariado é singular na configuração social e dinâmica política do estado de Pernambuco, seja na cidade, seja, sobremaneira, no campo — o que, entre outras tantas questões, é matricial nas mutações do fenômeno do coronelismo e, por conseguinte, da sistemática dos conflitos e violências no campo, que se arrastaria, metamorfoseada, até os dias de hoje, já que “a decomposição do

¹⁷⁵ BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. *Lua Nova*, São Paulo, n. 71, p. 59-61, 2007.

¹⁷⁶ DINIZ, Ariosvaldo da Silva. O trabalhador pobre no imaginário das elites nordestinas. In: *Brasil – Norte e Nordeste: estudos em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1991. p. 18-19.

¹⁷⁷ Houve uma inegável industrialização, com a criação de novos ramos produtivos, cuja localização fez parte de uma pensada geopolítica. Entretanto, uma anterior base industrial, notadamente têxtil, foi, pouco a pouco, eliminada do espaço regional. Parte da agroindústria modernizou-se, sem que se alterasse, todavia, a estrutura da propriedade da terra. Ao contrário, houve mais concentração, e a cana avançou sobre as terras ocupadas pelos posseiros e arrendatários. A agricultura irrigada tem um grande dinamismo, criou um proletariado e inchou as periferias das cidades próximas. Fenômeno novo, mas fundamental, para não ficarmos apenas na visão idílica da nova agricultura. Os efeitos e resultados do novo Nordeste são, por um lado, os novos empreendimentos industriais, os grandes complexos turísticos, a moderna agricultura irrigada; por outro, a expansão de uma miséria que se expõe hoje em todas as aglomerados urbanos da região, seja de qual porte forem. Uma geral favelização, que não atinge apenas as capitais ou cidades maiores.

‘coronelismo’ só será completa quando se tiver operado uma alteração fundamental em nossa estrutura agrária”,¹⁷⁸ o que, resolutamente, ainda não ocorreu.

É contra essa estrutura agrária baseada no latifúndio que, com as Ligas Camponesas, a partir do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão-PE,

[...] a luta camponesa no Brasil ganhou dimensão nacional. As ligas foram organizando, no Nordeste brasileiro, a luta dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata, contra o latifúndio.¹⁷⁹

Na década de 1960, nos campos nordestinos, especialmente os de Pernambuco, a violência milenarista dos fanáticos e a rebeldia primitiva dos cangaceiros dariam lugar à moderna violência revolucionária.¹⁸⁰ Sob a tônica do “Reforma Agrária, na Lei ou na Marra”, as Ligas Camponesas trouxeram para a ordem do dia e o debate público a questão da violência insurgente como instrumento legítimo da classe trabalhadora, antecipando, em alguns traços, o paradigma que dividiu a esquerda brasileira, e somente seria colocado sem reticências em 1968.

No caso do Nordeste, mas também do Brasil, a violência revolucionária, para ser compreendida em suas teias complexas, a partir das quais se manifestou, é fundamental buscar as suas origens e causas não somente nos atores urbanos que irão compor os movimentos estudantis (de 1968 em diante) e os grupamentos armados pós-golpe, mas os atores rurais e anteriores a 1964. Inclusive, foi o “braço armado” das Ligas Camponesas, ou seja, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) que desencadeou, ainda em 1962, no governo de João Goulart, a primeira tentativa de implantar focos guerrilheiros no Brasil e, a partir daí, deflagrar a revolução. Pode, pois, o MRT, “ser considerado como precursor da luta armada no Brasil, cuja estratégia foi influenciada pelo foquismo, que viria a se disseminar entre parte importante das esquerdas após o golpe de 1964”.¹⁸¹

A tentativa de lançamento do foco guerrilheiro pelo MRT ocorreu após a realização, em novembro de 1961, do 1º Congresso Brasileiro de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, onde é aprovada, pela massa de camponeses presentes (1.600 delegados) a

¹⁷⁸LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

¹⁷⁹OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994. p. 30.

¹⁸⁰Cf. BERRIEL, Rosa Maria Vieira. Celso Furtado e o Nordeste no Pré-64: Reforma e ideologia. **Projeto História**, São Paulo, v. 1, n. 29, p. 53-86, dez. 2004.

¹⁸¹SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. p. 127.

Declaração de Belo Horizonte, que manifesta, em seu introito, a “[...] decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical”. Essa reforma, que seria “a completa e justa solução da questão agrária do país”, nada teria que ver com “as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da Nação, cujo objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária”. A bandeira da reforma agrária radical seria a única, na visão da maioria dos camponeses presentes no congresso, “[...] capaz de unir e organizar as forças nacionais que desejam o bem-estar e a felicidade das massas trabalhadoras rurais e o progresso do Brasil”.¹⁸²

Nesse sentido, a violência empreendida pelos vários atores da esquerda, quando motivados por decisões colegiadas de algum dos seus movimentos, o foi, via de regra, como um ato de reação a violências perpetradas anteriormente contra o povo ou integrantes dos seus grupos. Nisso não estamos nos referindo somente às ações repressivas da ditadura, mas à manifestação da violência, contra o povo, anterior ao golpe de 1964. As ações daqueles indivíduos impunham-se contra toda uma estrutura secular de sujeições e violências anteriores, que nunca haviam cessado, no decurso histórico, as quais têm suas origens localizadas em períodos anteriores à inauguração da república, e engendra-se no longo processo de formação da sociedade brasileira, desde seus albores.

A violência revolucionária empreendida após a década de 1950, que tem como protagonista maior (devido a sua proeminência organizativa inovadora e a seu impacto no debate público) as Ligas Camponesas, movimento responsável por nacionalizar a organização do movimento camponês no Brasil. Foram elas, com a voz difusora do deputado Francisco Julião, que encadearam, por sua atuação, um debate público sobre a violência revolucionária, já que os camponeses, com seus instrumentos de trabalho à mão, por estarem unidos e ligados, recusavam-se a prosseguir sendo espancados, seviciados e assassinados pelo grande latifúndio, encarnado na figura do *senhor de engenho* e no *usineiro*.

As Ligas Camponesas, durante a década de 1950 e princípios da de 1960, ganharam as ruas, o espaço urbano. A violência do latifúndio, antes velada — ainda que sabida —, agora era denunciada em grandes avenidas e praças públicas, por massas de trabalhadores, na busca de garantia de seus direitos e de justiça no campo. Nesse caminho, confrontaram-se com a força dos coronéis, personagem secular da história do Nordeste e do Brasil. Precisamos

¹⁸²Para essa união, mesmo reconhecendo que a solução final dependia delas, massas camponesas esclarecem, no manifesto, que “[...] a execução de uma reforma agrária, efetivamente democrática e progressista, só poderá ser alcançada à base da mais ampla e vigorosa ação, organizada e decidida, das massas trabalhadoras do campo, fraternalmente ajudadas em sua luta pelo proletariado das cidades, os estudantes, a intelectualidade e demais forças nacionalistas e democráticas do patriótico povo brasileiro.” (I CONGRESSO NACIONAL DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS. “Declaração de Belo Horizonte”. In JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?**. Cadernos do Povo Brasileiro. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização do Povo Brasileiro, 1962, p.81 e ss.

compreender sua formação para qualificar a dimensão das Ligas, que se originaram no Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, Pernambuco.

Para apreendermos a profundidade e o autêntico sentido histórico da criação e do desenvolvimento das Ligas Camponesas, devemos lembrarmo-nos dos ensinamentos do filósofo e crítico alemão Walter Benjamin, em suas obras *A origem do drama barroco alemão* (1928) e *Sobre o conceito de História* (1940), que nos ajudarão a compreender o nascimento das Ligas Camponesas como um movimento de resgate do passado em ruínas, a ressurreição de um passado que poderia ter sido e não foi. É o horizonte plenificado da vida a partir da ressignificação da morte, da reivindicação dos mortos.

A utopia é parida, no presente, por mediação da melancolia, que vem senão como revelação de um passado-presente, uma repetição que não para, um *continuum* da História que teima em se repetir. “A consciência de fazer explodir o *continuum* da história é próprio às classes revolucionárias no momento da ação”.¹⁸³ Nada está perdido para a História. O que poderia ter sido e não foi pode ser invocado, no momento da instauração do *tempo do agora*, despertando, no passado, a centelha da esperança.

Os mortos do passado podem enviar sua força redentora para o presente, plenificando-se num futuro possível — o futuro que venha para derribar o cortejo triunfal dos dominadores. “Os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.”¹⁸⁴ Ora, igualmente os vencidos do presente são herdeiros dos do passado, “os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes”.¹⁸⁵

Na prática revolucionária do presente, esses exercem o papel messiânico de ressuscitar um passado em ruínas, no caso, a luta pela terra no Brasil e os que tombaram em razão dela. As esperanças dos que foram mortos no passado são as mesmas do presente, e é isso que o habilita a realizar seu resgate. “O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida. Em Marx, ela aparece como sendo a última classe escravizada, como a classe vingadora que consuma a tarefa de libertação em nome das gerações de derrotados.”¹⁸⁶ São parte da história inconclusa:

As percepções, reivindicações e ações dos sujeitos estão inscritas em condições sociais e situações historicamente herdadas. “*Somos a história teimosa que se repete para já não repetir-se, o olhar atrás para poder caminhar para frente*”, dizem os zapatistas de Chiapas. Mais uma vez, o tema da história residual e inconclusa, de

¹⁸³ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 225.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 225.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 228.

tempos superpostos, que, na difícil linguagem de utopias e ideologias híbridas, formula aspirações, temores, rupturas, recusas e projetos. Essa lógica tem como componentes constitutivos as múltiplas naturezas contidas no vivido: a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, as noções de justiça, liberdade e dignidade.¹⁸⁷

Os camponeses das Ligas podem ser encarados como legatários de lutadores do passado, dos sujeitos das revoltas camponesas (de Palmares, Balaiada, Canudos etc.), que poderiam ter quebrantado os grilhões da dominação do latifúndio e do sistema, todavia, não conseguiram. No entanto, a partir das reminiscências desse passado latente, as esperanças daqueles que tombaram podem ser redimidas no presente pelos seus herdeiros de luta. Trechos da “Reivindicação dos mortos”, primeiro capítulo da obra *Sete palmos e um caixão*, do geógrafo Josué de Castro, traz as questões fundamentais dessa linha interpretativa que estamos esboçando. Apesar de longa, vale a citação:

O objetivo inicial das Ligas fora o de defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos. Os interesses dos mortos de fome e de misérias; os direitos dos camponeses mortos na extrema miséria da bagaceira. E para lhes dar o direito de dispor de sete palmos de terra onde descansar os seus ossos e o de fazer descer o seu corpo à sepultura dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto, para com ele apodrecer lentamente pela eternidade afora. Para isto é que foram fundadas as Ligas Camponesas. [...] A larga experiência de mais de quatro séculos de um regime agrário de tipo feudal — ali implantado pelos colonos portugueses sob a forma do latifúndio escravocrata, produtor de açúcar (1) — e a resistência invencível deste regime em ceder a qualquer exigência ou reivindicação dos camponeses para melhorar um pouco suas trágicas condições de vida acabaram por dar a esta gente o sentimento da inutilidade de qualquer esforço para sair do atoleiro de sua miséria. A poesia popular, os a-bê-cês dos cantadores, a tradição e a História sempre se referiram às antigas revoltas camponesas como a “Balaiada”, “A República de Palmares”, “Canudos”, nas quais camponeses desesperados lutaram inutilmente contra os senhores prepotentes. [...] Deixando de serem escravos de um dono, para serem escravos de um sistema: escravos do latifúndio açucareiro. Para serem triturados como bagaço pela engrenagem deste sistema econômico, dos mais desumanos que ainda perduram na superfície da Terra. [...] Os antigos escravos, que então viviam na senzala, agora espalhados pelas choças e pelos casebres no campo e nas aldeias, ou amontoados nas favelas dos mocambos das cidades, verdadeiras senzalas remanescentes, fraccionadas em torno das novas casas-grandes, os palacetes dos novos senhores da terra. Nenhuma força fora capaz de quebrar o sistema opressor do latifúndio, que vem pesando há séculos, como uma fatalidade sobre a vida do camponês. [...] Foi tratando dos problemas da morte que os camponeses do Engenho Galiléia abriram seus olhos para a vida. E viram melhor, e melhor compreenderam as injustiças da vida e quais eram os autores destas injustiças. Era a tomada de consciência da sua realidade social, fenômeno que vem ocorrendo em nossos dias por todo o mundo chamado subdesenvolvido — mundo escravizado e espoliado — e que naquele dia se cristalizava como uma força nova na sociedade fechada e primitiva dos moradores do Engenho Galiléia. E com esta força eles enfrentaram o patrão. Não se submeteram como faziam até então, com sua

¹⁸⁷VARGAS NETTO, Sebastiao Leal Ferreira. **A mística da resistência**: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 33.

costumeira docilidade, às suas ordens absurdas. [...] foi assim que as Ligas Camponesas começaram a se espalhar por toda a região, com a criação de novos núcleos, que se constituíram sob a pressão das circunstâncias — da violência e da opressão desbragadas do latifundiarismo — num instrumento de ação política libertadora, esgrimindo a ideologia, o proseletismo, a doutrinação. Nesta fase de acesa luta, a imprensa começou a tomar conhecimento das escaramuças mais importantes, relatadas sempre com violentos ataques aos "terroristas" na página policial dos jornais. Depois o assunto passou para a página política, fornecendo matéria para os artigos de fundo. E as Ligas camponesas foram assim tomando corpo e ganhando nova alma. Começaram a assustar seriamente o Nordeste inteiro, como se fossem uma espécie de dragão ameaçando engolir toda a terra dos grandes proprietários do Nordeste e destruir a paz, a ordem e a riqueza de que sempre gozaram esses proprietários tão amantes da ordem. Nessa onda de violências, de mistificações e de falsas interpretações no choque entre as aspirações populares e as resistências conservadoras, ambas radicalizadas ao extremo, as Ligas foram criando raízes, projetando a sombra de suas verdes esperanças e de suas negras ameaças, pelo país inteiro.

2.2 Coronelismo e Violência

Para os conservadores, as Ligas “eram uma ameaça de subversão das antigas relações de deferência e obediência entre os senhores de engenho e os pobres do campo”.¹⁸⁸ O tema do coronelismo sempre suscita discussões polêmicas, por se tratar de um assunto de alta complexidade, principalmente devido a sua consensual característica de adaptação e mutabilidade, ao longo de sua existência. Para possibilitar uma compreensão mais ampla, é imprescindível examinar com atenção o fenômeno, a partir de suas origens, para trabalhar de forma criteriosa sua evolução e seus desdobramentos, e, para tanto, é preciso retroceder ao período do Brasil Colônia, pois aí estão suas origens.

É sabido que a região Nordeste, nos primeiros séculos da colonização, foi a localidade mais explorada pelos portugueses, por ser a fornecedora, já de início, dos primeiros produtos vegetais extraídos na colônia e comercializados na Europa; mas, sobretudo, pelo desenvolvimento da indústria açucareira, que possibilitou a formação de poderosas elites locais, representadas na figura dos senhores de engenho. Simultaneamente ao desenvolvimento das atividades econômicas, em especial o açúcar, forjou-se toda uma esfera social intrinsecamente vinculada ao processo produtivo e, conseqüentemente, subordinada, em sua maioria, ao detentor patriarcalista dos meios de produção, o senhor de engenho. Sobre ele, Fernando de Azevedo Pontua:

¹⁸⁸PEREIRA, Anthony. O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos. **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, v. 2, n. 26, p. 251, 2008.

Na organização patriarcal (ou se quiserem, patrimonial) não havia lugar senão para a concepção aristocrática de chefe. E chefe de família e de empresa, senhor de bens e de escravos, não um condutor, é o que era o senhor de engenho. Sua autoridade quase soberana, apoiada na disciplina e nos meios de constringer à obediência dos indivíduos, escravos ou não, que ele utiliza como instrumento de poder ou simples peças de sua organização, parecia não sofrer outras limitações além das que lhe inspiravam os interesses de sua família e a consciência implacável das relações entre senhor e servidores.¹⁸⁹

Correlato à expansão econômica do Nordeste colonial está o aumento populacional e a crescente ocupação do território, fatores que impossibilitavam Portugal de manter rigidamente seu sistema de fiscalismo e cobrança de impostos, já que não dispunha de condições financeiras nem de recursos humanos para dar continuidade ao processo. Azevedo expressa que: “nesse imperialismo vital que se manifestou na expansão colonial, na ordem econômica, surgiu o senhor de engenho, que foi o berço de uma nova aristocracia: a aristocracia agrária, que tinha por divisa – a terra, e por brasão – o empreendimento.”¹⁹⁰

E em contraposição a esse possível enfraquecimento da coroa, põe-se a progressão do poderio senhorial dos proprietários de terra, representado na figura do senhor de engenho. Para manter a dominação e o aferimento dos lucros, a saída encontrada pelo governo metropolitano foi a aliança com os tais chefes locais. É nessa configuração situacional que estão as raízes do coronelismo, pois, “impossibilitado de enfrentar o crescente poder local dos senhores de terras, o governo central da colônia adotou uma política de coexistência pacífica que se materializava pela omissão do poder público ao nível local”. Em contrapartida, o poder central “podia contar, em geral, com o apoio do poder local. E é nesse contexto de gigantismo de um poder local, que muitas vezes não correspondia à sua importância nacional, que nasce e se desenvolve o coronelismo.”¹⁹¹

Essa é a estrutura sobre a qual se erigirão todas as demais caracterizações posteriores típicas do coronelismo, incorporando-se a essas já existentes. A atuação desse poder local, concentrado com “mãos de ferro” na pessoa do senhor de engenho, não se encerrava apenas nos domínios territoriais de suas propriedades. As famílias canavieiras tradicionais, normalmente compostas por muitos membros, estendiam-se, por meio de seus filhos e aparentados, aos mais diversos espaços da vida nas províncias — entre esses, além da

¹⁸⁹AZEVEDO, Fernando de. **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969. p. 88.

¹⁹⁰AZEVEDO, Fernando de. **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969. p. 89.

¹⁹¹BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 19.

propriedade do engenho, a magistratura, o clero e os postos mais importantes da administração e da política.¹⁹²

É válido ressaltar que a estrutura paternalista teve suas bases fundamentadas no período colonial ainda na fase do trabalho escravista, e estendeu-se durante o império, quando o senhor de engenho, já ali, estabeleceu relações de dominação e poder em sua esfera de atuação. Diante disso, o trabalhador, em face da situação em que obteve sua condição social de indivíduo livre, não tinha condições efetivas de desprender-se dos tentáculos do seu antigo senhor e, agora, patrão — como veremos a seguir.

Consideremos que a propriedade da terra, em sua forma tradicional, era um fator quase indissociável do fenômeno coronelista, sendo ela o instrumento máximo utilizado na subordinação da mão de obra, processo que foi altamente intensificado com a emergência do trabalho assalariado — subordinação expressa pela dependência pessoal ao patrão, não apenas econômica, mas também política e ideológica. Isso ocorria devido ao estabelecimento de relações de trabalho com moradores, rendeiros, parceiros etc., e o sustentáculo dessa subordinação residia em outros meios que não apenas a compensação pecuniária (ou seja, o pagamento do salário em dinheiro), mas em todo um conjunto simbólico de trocas de favores.

O antropólogo Sidney W. Mintz, com Eric Wolf, quando dissertando sobre o sistema tipo fazenda, em seu artigo “Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas”, elencam pontos que são claramente análogos e aplicáveis ao caso do Brasil em seus aspectos gerais sobre a dominação coronelista:

A fazenda tem assim que vincular a mão de obra por meios outros que não salários em dinheiro. Onde alguns pagamentos em dinheiro são feitos, eles não podem ser considerados, de maneira alguma como medidas do trabalho efetuado. Suas técnicas de pagamento, então, envolvem o uso direto e/ou indireto da coerção. Alguns dos meios pelos quais a fazenda vincula sua mão de obra à terra, na ausência de recursos monetários, podem ser mencionados aqui. Primeiro, a fazenda tenta privar sua força de trabalho de alternativas econômicas. A expressão principal desse intento é o desejo de controlar todas as terras vizinhas. [...] Segundo, a fazenda faz uso de parte de suas terras para prover seus trabalhadores com parcelas para culturas de subsistência e outros benefícios que tomam o lugar dos salários em dinheiro [...] Terceiro, o trabalhador se manterá ligado à fazenda através de mecanismos econômicos específicos, como débitos contraídos na venda ou “barracão” da fazenda ou através de empréstimos obtidos com o fazendeiro. [...] Quarto, o trabalhador e o patrão da fazenda estão ligados por serviços mútuos.¹⁹³

¹⁹²CAVALCANTI, Edward Robinson de Barros. **As origens do coronelismo**: força armada e poder local no Estado patrimonial brasileiro. Recife: Editora da UFPE, 1984. p. 51-52.

¹⁹³WOLF, Eric R.; MINTZ, Sidney Wilfred. Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas. In: MINTZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar**. Produtores escravizados, consumidores proletariados. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003. p. 164.

Além dessa dita e supracitada troca de favores, característica da dinâmica coronelista, são apresentados, nesse texto, aspectos indissociáveis e importantíssimos na constituição histórica do fenômeno, dentre os quais podemos citar o sistema de coerção, configurado como uma das manifestações inerentes a essa dinâmica. Constatou-se que a capacidade de sobrevivência dos coronéis dependia diretamente não somente das alianças que garantia, mas também do numerário de homens que conseguia aliciar para atuação armada, pois a autoridade dos senhores rurais

[...] fundava-se, em última análise, na capacidade de fazer cumprir as suas decisões, ainda que pela força, ou seja, tinha por base o número de homens armados que eram capazes de mobilizar dentre as suas clientelas. Suas milícias privadas eram, por este motivo, o recurso de poder mais visível.¹⁹⁴

Mas havia outras, que também sobreviveram ao tempo. Defere-se a já citada necessidade da terra como instrumento de vinculação do trabalhador ao seu patrão. Ali são gerados mecanismos de dependência econômica específicos, tais como a existência do barracão:

Ao avaliar as condições culturais da fazenda, enquanto derivadas de seu uso de força de trabalho, devemos fazer uma menção especial ao barracão da fazenda. Ele representa um dos mais óbvios mecanismos de vinculação, através do qual a fazenda segura seus trabalhadores. O trabalho realizado é creditado em mercadorias na loja da fazenda, e as mercadorias recebidas são, com frequência, debitadas a valer sobre o trabalho realizado no futuro. Todavia, o barracão representa mais do que o suprimento das necessidades de consumo do trabalhador. Com frequência, isto pode obrigá-lo a comprar bens que ele não compraria de outro modo, acostumando-o assim a um novo comportamento de consumo, que por sua vez, ele só pode satisfazer trabalhando na fazenda.¹⁹⁵

Tal regime de dependência patriarcalista, associado à aliança entre poder central e poder local, foi fortalecido com a criação da Guarda Nacional, consolidando os coronéis como poder militar de direito, além de fato, e reconhecidos pelo Estado. Esse também foi um expediente do governo metropolitano para a manutenção de sua autoridade, mas que obviamente gera todo um conjunto vetorial de efeitos.

O agrupamento de tais fatores já nos dá um panorama prévio das mutações ocorridas no sistema coronelista, ao longo de sua evolução. Entretanto, é válido ressaltar que existe um ponto comum em todas e quaisquer etapas desse processo, o qual é alicerce das adaptações

¹⁹⁴ WOLF, Eric R.; MINTZ, Sidney Wilfred. Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas. In: MINTZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar**. Produtores escravizados, consumidores proletariados. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003. p. 24.

¹⁹⁵ *Ibid.*

temporais, inclusive nos períodos de crise e desgaste. O agente a que me refiro é o sustentáculo do prestígio senhorial ante os trabalhadores, viabilizado por todo um complexo de estruturas psicológicas, com níveis de alto poderio simbólico, expressas na práxis a partir das ações planejadas ou não pelo senhor, seja, ainda, o de engenho, seja o da proeminente indústria da usina. Será por intermédio dessa “fidelidade” dos seus subordinados que o senhor de terras logrará poder de barganha para negociações e manutenção dos laços com o Estado e daí influência política via clientelismo, que será o pedestal para a formação dos “currais eleitorais”, mediados pelo “voto de cabresto”. Sobre todo esse emaranhado, Mintz analisa:

Primeiramente, há uma tendência a desenvolver uma representação coletiva do fazendeiro como um “pai” simbólico, com os trabalhadores da fazenda funcionando como “filhos” simbólicos. Enquanto “locus” de poder, o dono da fazenda emerge como principal fonte de favores especiais, bem como um distribuidor de gratificações. Ele pode ser juiz, empregador, líder militar e possivelmente um parente fictício ou de sangue de seus trabalhadores. Visto que o relacionamento pessoal entre o fazendeiro e o trabalhador toma forma dentro de um sistema hierárquico, baseado na intrínseca divisão do trabalho entre ambos, são produzidos sentimentos de dependência recíproca, carregados no entanto emocionalmente de diversas maneiras para os participantes.¹⁹⁶

Após a Proclamação da República, em que há um fortalecimento do poder central, nota-se uma visível adaptação dos coronéis à nova realidade, a qual punha o voto como agente preponderante para permanência do coronel no cenário político e a garantia da continuidade dos favorecimentos burocrático-políticos por parte do Estado, dos quais já anteriormente gozavam. Inclusive, é comum, nas análises desse fenômeno, atribuir o voto como o aspecto, além de central, único, como característica máxima do coronelismo. Como exposto até aqui, acreditamos que o coronelismo aliado à prática eleitoral é sim um amadurecimento histórico do fenômeno, proveniente de inúmeros fatores preexistentes, mas que não se configura como o marco da origem do sistema coronelista. Contudo, não contestamos aqui a importância do elemento do voto clientelista, como base de sustentação do coronelismo, mas pontuamo-lo como desdobramento, o qual se delineia em um período em que tal sistema já existia. Seria o resultado de uma adaptação temporal do fenômeno. Para Nunes Leal,¹⁹⁷ o coronelismo foi o próprio sistema político da primeira República Brasileira.

O novo cenário das relações entre poder central e local coloca-se como ponto-chave para a análise da maleabilidade do sistema coronelista e sua inegável capacidade de

¹⁹⁶WOLF, Eric R.; MINTZ, Sidney Wilfred. Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas. In: MINTZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar**. Produtores escravizados, consumidores proletariados. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003. p.166.

¹⁹⁷Cf. LEAL, Vitor Nunes Leal. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

renovação. E, nesse processo, um elemento contínuo observado é o paternalismo do Estado para com os senhores locais, sempre associados em seu poder à posse da terra. O Estado prosseguirá concedendo favores aos senhores de terras, no caso do Nordeste, representados sobremaneira nas figuras do senhor de engenho e do usineiro.¹⁹⁸

Para estabelecer os ditos currais eleitorais, o coronel valeu-se de seu prestígio social, derivado do *status* senhorial de que era detentor, sobressaltando que tal *status* senhorial era exercido, mais das vezes, de modo hostil. Quer dizer, é evidente que o elemento do carisma do coronel era real, em alguns deles, mas, para assegurar a dominação, o coronel utilizava-se também de coerção direta, além dos artifícios psicológicos já apresentados. A figura do jagunço é emblemática nesse cenário: o indivíduo que, a partir do mandonismo do senhor, cumpre o papel do justiceiro senhorial — portanto, é notável o alto teor de hostilidade que permeia tais relações. Mesmo com a vigência de toda essa repressão, é importante destacar que, em alguns casos, o trabalhador prosseguia considerando o coronel como um “pai” a quem ele desobedeceu, pois, para contrabalancear esse “castigo”, o mecanismo psicológico do assistencialismo coexistia, de forma a alienar o trabalhador. Mintz expressa de maneira concisa esse aspecto:

Segue-se que estes laços afetivos não serão somente laços de amor e afeição. Mas também de hostilidade. São reforçados pelo fato de serem caracterizados pela prestação de serviços, que são geralmente ligados a necessidades básicas, tais como saúde e subsistência, e não de dinheiro. Se o fazendeiro presta tal serviço, espera-se do trabalhador que ele responda à altura. Assim por exemplo, um trabalhador pode concordar em fazer um trabalho adicional, em troca do direito de coletar mais madeira, ou sentir-se obrigado a votar em favor do candidato político do proprietário da fazenda, em troca do direito de colocar seus animais para pastar nas terras da fazenda. Não importa o quanto extorsivos pareçam estes laços para quem os observa de fora, o fato é que eles são expressos, com frequência, em termos de dependência mútua entre patrão e trabalhador, pelas próprias pessoas. A representação do fazendeiro como um “pai” simbólico, a estreita conexão de serviços recíprocos, efetuados para satisfazer necessidades fundamentais de subsistência, e a formulação

¹⁹⁸Sobre a questão, analisou Bursztyn: “No caso das relações entre estado e poder local, o paternalismo também representa, ao longo da história do Brasil, um instrumento-chave que explica o equilíbrio entre interesses que muitas vezes poderiam ter se manifestado antagônicos. Essa forma de paternalismo passa por todo um processo de evolução, desde os primórdios do período colonial, quando o estado transferia ao poder local quase todas as suas prerrogativas, em troca do reconhecimento da soberania da Coroa sobre a totalidade dos domínios de cada senhor de terras, reconhecimento este que se traduzia sob a forma de pagamento de impostos. Também no período imperial o paternalismo do estado desempenhou papel determinante enquanto fator que permitiu a manutenção de uma unidade nacional que não foi possível na América Hispânica, após a independência. Nesse caso, O paternalismo, que também se materializou através da transferência ao coronel de poderes militares do estado, além de subsídios indiretos que permitiram – via desvalorização cambial – a manutenção do nível de receita dos exportadores, mesmo quando os preços internacionais apresentavam queda, significou o elemento que permitiu a legitimação do poder central nos momentos em que este passou por períodos de crise mais críticos. Durante a primeira república as relações entre Estado e poder local ainda eram fortemente marcadas pela forma de paternalismo que se manifestava através do caráter omissivo do primeiro em relação ao segundo.” (BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 21).

de dependência mútua, por sua vez, tendem a gerar padrões culturais que reproduzem relações familiares onde prevalecem técnicas orais de dominância.¹⁹⁹

A soma de todos esses fatores é mostrada de maneira esplêndida no documentário *Theodorico, o imperador do Sertão*. Essa é a primeira obra-prima do famoso cineasta brasileiro Eduardo Coutinho, o qual apresenta a história real de Theodorico Bezerra, um coronel do Sertão do Rio Grande do Norte que, em fins da década de 1970, ainda mantinha todos esses aspectos supracitados concentrados ao redor de sua pessoa e de sua fazenda, a qual governava sob seus ditames. O caso de Theodorico, apesar de intensificado em seus caracterizantes gerais, a ponto de aparentar caricatural, é a representação de um universo de relações que ainda se mostrava vigoroso àquela época.

Havia, nas terras de Theodorico, um conjunto de “leis” instituídas por ele que devia ser respeitado por todos os seus subordinados, na maioria, moradores de suas terras. Essas regras eram escritas em cadernetas que todos deveriam ter em suas casas e manter obediência a elas, do contrário, seriam sumariamente expulsos. Para exemplificar de forma mais clara e concreta, é válido observar esse fato na fala do próprio Theodorico:

Todos os moradores tem na sua sala, na sua casa, em um quadro, na parede, em moldura, as condições para ele viver na “propriedade”. E tem mais uma caderneta, e essa caderneta ele tem que ter decorado o que está na caderneta. [listagem dos itens presentes na caderneta] É proibido aos moradores dessa propriedade andar armado, seja qual for a espécie da arma; É proibido tomar aguardente ou qualquer bebida alcoólica; Jogar baralho ou qualquer outro tipo de jogo; fazer feira em outra localidade que não seja Irapuru; É proibido caçar; brigar com seus vizinhos ou com qualquer outra pessoa; Fazer quarto a doentes; Fazer baile sem consentimento do proprietário; Criar seus filho (*sic*) sem aprender a ler e a escrever; falar mal da vida alheia; inventar doença para não trabalhar. O morador que não cumprir fielmente as regras será tomado o roçado e terá um prazo de 24 horas para desocupar a casa e ir embora desta propriedade: A riqueza pertence a quem trabalha, se você não trabalha será sempre pobre. Aqui ninguém parado, mesmo na hora da morte, você esteja estrebuchando, mas não pare.²⁰⁰

Correlato a essa mesma problemática, e emblematicamente representativo da prática clientelística associada ao voto, está, em um trecho do documentário, o momento em que Theodorico, em seu discurso dominical para a população da pequena cidade de Irapuru, expressa, em tom afirmativo: “Sabem vocês mesmos que aqui, nessa propriedade, todos são obrigados a ser eleitor e para tirar o título de eleitor eu mesmo é que quero tirar a fotografia de

¹⁹⁹WOLF, Eric R.; MINTZ, Sidney Wilfred. Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas. In: MINTZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar**. Produtores escravizados, consumidores proletariados. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003. p. 166-167.

²⁰⁰THEODORICO, o imperador do Sertão. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Globo, 1978. (48 min.), son., color.

vocês. Pra quê? Para você olhar pra mim e eu ver você.” E completa: “[...] o título será entregue por mim a você. Porque eu só quero que more nessa propriedade aquele que for eleitor. O que não for eleitor não pode morar aqui.” Termina, sem rodeios, destacando a principalidade do voto e a obrigação de todos e todas votarem em sua pessoa:

É como digo mesmo a vocês, já tenho dito tantas vezes, digo sempre e continuarei a dizer: a única coisa que eu posso precisar de você é o seu voto, fora do seu voto outra coisa não vou precisar, você não tem um automóvel para me emprestar, você não tem dinheiro pra me emprestar, você não tem uma vaca pra me dar pra mim tirar leite, você não tem um cavalo pra andar, mas o voto, o voto você tem. Se o voto você não me dá, por que eu quero conversar por você e perder tempo? Eu não perco tempo, por isso é que eu estou lhe avisando.²⁰¹

A aliança entre o poder local e central é tratada, no documentário, com um grande realismo, visto que é o próprio coronel quem narra sua história, e, com uma visível naturalidade, ele confessa:

Na política ficar contra o governo é errado. Porque se eu não conseguir, não arranjar alguma coisa ao lado do governo, quem tem de arranjar? De dar? O que há de se fazer? Ficar contra? Só se [...] a pessoa não for compreensiva.²⁰²

E conclui “A política é feita servindo.”²⁰³

Essa aliança entre Estado e coronéis, a qual esteve presente desde as origens do coronelismo, caracterizado pela troca mútua de favores, garantiu a manutenção dos principais fatores de produção das plantações, bem como a base política e legal para que o sistema pudesse se reproduzir.

As lutas no campo em que as Ligas Camponesas inserem-se estão umbilicalmente vinculadas a este contexto no Nordeste: da permanência do coronelismo e, com ele, a não alteração fundamental da estrutura agrária brasileira. E, até o golpe de 1964, a despeito dos avanços das grandes lutas camponesas, a situação prosseguia, na linha de frente, praticamente igual. Há um reforço de poder para a classe patronal do campo com o golpe de 1964, de modo que desmantela primeiramente o movimento camponês e

[...] o coronelismo reestrutura-se, fazendo com que as relações formalizadas, impessoais e democráticas, sejam substituídas, como padrão básico de relacionamento político, por outras de caráter personalista e autocrático.²⁰⁴

²⁰¹THEODORICO, o imperador do Sertão. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Globo, 1978. (48 min.), son., color.

²⁰²*Ibid.*

²⁰³*Ibid.*

Mas diga-se que não somente as forças da reação tiveram papel importante na desarticulação das ligas, pois tanto a Igreja quanto o Estado e o próprio PCB tiveram seu quinhão de contribuição para as derrocadas das Ligas, que, em 1962, já se encontravam secundarizadas.

A prova de que o governo Goulart via a ameaça de um levante de guerrilha, possivelmente orquestrado pelas Ligas Camponesas, como sério, pode ser encontrada nos comentários do então ministro das relações exteriores, San Tiago Dantas, no dia 27 de abril de 1962. Dantas citou um dos “*mais brilhantes assessores do Presidente Kennedy*”, W.W. Rostow, no sentido de que “*caso forças regulares sejam usadas contra camponeses rebeldes organizados em bandos de guerrilha, é preciso dispor de 17 soldados regulares para combater cada guerrilheiro*”. Do ponto de vista dos ministros federais deste período, um programa judicioso e efetivo de sindicalização rural era vital, precisamente para evitar a possibilidade de uma guerra anti-guerrilha, confusa e difícil, do tipo que os EUA estavam precisamente iniciando no Vietnã. O programa pareceu ter sucesso. Sindicatos apoiados pelo governo que se concentraram na questão salarial rapidamente eclipsaram as Ligas Camponesas e sua demanda por uma redistribuição da terra. Os sindicatos reformistas foram apoiados tanto pela Igreja quanto pelo PCB. É complexo explicar porque não houve uma revolução no Nordeste do Brasil no começo dos anos 1960, entretanto o programa de sindicalização rural promovido pelo governo federal ajuda a dar conta do resultado.²⁰⁵

A ditadura instaurada em 1964, e que perduraria até 1985,

[...] encontrou no Nordeste uma grande base de apoio, entre parte da classe política e a quase totalidade dos proprietários e empresários, de parte do clero, muito da classe média, e de intelectuais. Interesses de classe, agressivo anticomunismo e oportunismo deslavado juntaram-se para louvar a *revolução redentora*.²⁰⁶

A despeito das magnânimas promessas de desenvolvimento e de fim da miséria afiançadas, de um novo Nordeste, o que se realizou?

O Nordeste pós-64, o Nordeste que a ditadura forjou é uma mistura do novo e velho Nordeste. [...] Parte da agroindústria modernizou-se, sem que se alterasse, todavia, a estrutura da propriedade da terra. Ao contrário, houve mais concentração e a cana avançou sobre as terras ocupadas de posseiros e arrendatários.²⁰⁷

²⁰⁴ PALMEIRA, Moacir. Nordeste: violência e política no século XX. **Revista de Ciências Sociais**, v. 37, n. 1, p. 61, 2006.

²⁰⁵ PEREIRA, Anthony. O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos. **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, v. 26, n. 2, p. 253-254, 2008.

²⁰⁶ BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. **Lua Nova, Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 71, p. 41-79, 2007.

²⁰⁷ *Ibid.*, p. 73-74.

O Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) agregou, em suas fileiras, um conjunto de militantes pernambucanos que, após o episódio, tomaram rumos distintos. A maior parte deles (Aibirê Ferreira de Sá, Cleto Campelo, Carlos Montarroyos, Joaquim Ferreira, Gilvan Rocha e outros) compôs, em seguida à sua volta dos campos de treinamento, o Grupo Vanguarda Leninista. Esse era um grupamento com

[...] programa muito influenciado pela Revolução Cubana e defendia o seguinte: organização de sindicatos camponeses, de uma Central Única Camponesa, milícias camponesas, aliança operário-camponesa, liberdades democráticas, revogação da Lei de Segurança Nacional, liberdade de imprensa, reforma urbana nacionalização dos bancos e encampação dos trustes internacionais

E houve os que, posteriormente, após o assassinato de Paulo Roberto Pinto, o Jeremias, passaram a integrar o Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T).

Solucionado o problema do Maranhão (entre mortos e feridos salvaram-se todos) passamos a nos reunir com o pessoal de Pernambuco, que havia participado do MRT, especialmente Joaquim Ferreira, Gilvan Rocha, Carlos Montarroyos e Capivara. Discutimos sobre o fracasso das guerrilhas e sobre o que fazer. Primeiro procuramos, através de Joaquim, que era advogado, pressionar o Julião, para nos defender política e juridicamente, já que todos os que foram citados pela Revista *O Cruzeiro* estavam enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Julião, além de dirigente nacional das Ligas, era advogado e deputado federal. Depois de uma conversa entre ele e o presidente João Goulart, o processo foi finalmente arquivado. [...] procuramos discutir com o Francisco Julião para mudar tudo, especialmente expulsando os corruptos das Ligas. Qual foi a nossa decepção quando Julião não aceitou nenhuma de nossas resoluções. Por isso tivemos que romper com as Ligas e tentamos nos organizar independentemente.²⁰⁸

Alguns dos militantes das Ligas Camponesas que escaparam à sanha repressiva do imediato pós-golpe irão compor as organizações da esquerda em armas, como convidados por elas ou mesmo como fundadores de novas organizações, como foi o caso de Amaro Luiz de Carvalho, um dos criadores do PCR e também integrante do MRT. O fato é que quase todas as organizações armadas que atuaram no Nordeste contaram, em algum momento, com antigos integrantes das ligas em seus quadros, como também da ALN, do PCBR, da VAR-Palmares e do PCR. Trataremos um pouco da atuação desses grupamentos em alguns estados do Nordeste, focando em Ceará, Paraíba e Pernambuco, com maior ênfase para o último. Para tanto, foram destacados alguns aspectos da atuação das organizações nesses estados.

²⁰⁸SÁ, Aibirê Ferreira de. **Das Ligas Camponesas à Anistia**: memórias de um militante trotskista. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007. Sobre balanço do MRT, ver também ROCHA, Gilvan. **Meio século de caminhada socialista**. Fortaleza: Expressão, 2008.

Nos outros estados que não foram diretamente tratados, há particularidades de atuação, ou não, das esquerdas em armas. O Rio Grande do Norte e a Bahia, por exemplo, são os estados em que, afora os que abordaremos, pode ser observada uma maior atuação das organizações em armas. No caso da Bahia, atuaram a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares),²⁰⁹ o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)²¹⁰ e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8),²¹¹ ainda que somente o primeiro defendesse ações armadas de maior porte e conhecimento público, como foi o caso da expropriação, em 25 de maio de 1970, do Banco da Bahia, que foi o abre-alas das ações armadas naquele estado.

Já as outras organizações pretendiam que o estado — sobretudo, Salvador — fosse uma área de estancamento de militantes, e, para tal, não deveriam ser realizadas ações armadas públicas. No fim daquele ano, o PCBR foi alvo de uma série de prisões e, pode-se dizer, encerra suas atividades armadas no estado. Segundo uma estudiosa do tema na Bahia, “após a morte de Lamarca em 17 de setembro, no interior baiano, fica praticamente destruída a possibilidade de reativação da luta armada na Bahia.”²¹²

Quanto à composição social das organizações no estado, como nos demais, todas são integradas majoritariamente por estudantes, provenientes, sobretudo, da dissidência estudantil da Bahia (dissidência do PCB); parte integrou a dissidência da Guanabara (que, depois, viria a se chamar MR-8); outra parcela filiou-se à VAR-Palmares, em 1968. E, em 1969, constituiu-se o PCBR, com alguns militantes da dissidência e com estudantes secundaristas que não tinham vinculação com o grupo. Desse modo, congregaram-se, em suas fileiras, os dois níveis de ensino (o universitário e o básico), todos sob a orientação de “quadros do PCBR de Pernambuco, deslocados para organizar e estruturar a base de Salvador”.²¹³

No Rio Grande do Norte e em Alagoas, temos a atuação do PCR e do PCBR. Quanto ao primeiro, foi a única organização da esquerda em armas que optou, em seus documentos e programas, por uma análise que enxergou a deflagração da revolução brasileira a partir da região Nordeste, ancorada no modelo chinês, que defendeu o modelo de guerra popular e

²⁰⁹ Sobre a VAR-Palmares na Bahia, consultar o processo: 40/70 (BNM 271).

²¹⁰ Sobre o PCBR na Bahia, consultar os processos: 6/71 (BNM 091), 19/71 (BNM 212), 23/71 (BNM 612).

²¹¹ Sobre o MR-8 na Bahia, consultar os processos: 48/71 e 06/78 (BNM 052), 29/71 (BNM 192).

²¹² SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. “**Ousar lutar, ousar vencer**”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. p. 21.

²¹³ *Ibid.*, p. 70. Destaque-se, entre esses militantes, o nome de Paulo Pontes, jovem liderança do PCBR que, devido a sua intensa militância no movimento estudantil secundarista, em 1968, foi perseguido e deslocado, primeiro para o Rio Grande do Norte e, posteriormente, para a Bahia. Cf. PONTES, Paulo. **Memória da resistência na ditadura e depois**. Recife: MMM Produtos Culturais, 2018.

prolongada, tal como outras organizações maoístas no Brasil (a AP e o PCdoB). Seu foco de atuação foi na área rural do Nordeste, “particularmente na Mata Sul dos estados de Pernambuco e Alagoas, com pontos de apoio na Paraíba e Rio Grande do Norte”. Pelos processos e bibliografia disponíveis, pode-se concluir, com certo grau de certeza, que “O PCR teve uma atuação discreta no Rio Grande do Norte. Entre suas ações no estado destacamos expropriações de mimeógrafos, panfletagens e o incêndio na Casa do Maine”.²¹⁴

Sua atuação deu-se “[...] a partir do movimento estudantil secundarista e universitário e de grupos de jovens, sobretudo de uma ‘célula’, no bairro das Quintas, em Natal”.²¹⁵ Os militantes do PCR orbitaram, em deslocamento, entre esses quatro municípios em que atuou, com maior ênfase no destino a Pernambuco. Ainda vale destacar que o PCR, tanto em Pernambuco quanto no Rio Grande do Norte, desenvolvia trabalhos com proximidade à Igreja, caso da alfabetização de adultos, levada a efeito com utilização do método Paulo Freire e legatária do projeto *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, do ex-prefeito de Natal Djalma Maranhão. E como ações armadas do PCR, no Rio Grande do Norte, destacam-se as de propaganda armada, sobretudo a realização de panfletagens.

O PCR disputou, em Natal, a militância com o PCBR, ambos com as mesmas origens, ligadas, sobretudo, ao colégio estadual de Natal, o Atheneu. As figuras de Emmanuel Bezerra dos Santos e Luciano de Almeida foram as principais expressões das duas organizações, no seu período de formação e no imediato depois. O partido de Emmanuel era mais associado ao movimento de massas; do outro lado, estava o PCBR, que tinha uma vinculação maior com a perspectiva de atuação militar. Um dos militantes traz essa perspectiva em entrevista:

[...] diziam que o PCR não era de vanguarda e preferiam o PCBR, mas eu respondi que queríamos fazer um trabalho de base com a classe trabalhadora e que o PCBR defendia o foquismo e por isso não servia para nós. Não éramos contra a luta armada, mas queríamos um trabalho de base.²¹⁶

O PCBR desenvolveu um trabalho de massa no meio operário a partir da cidade de Mossoró, em uma fábrica de Salinas. Descobertos pela repressão, alguns dos militantes foram deslocados para Pernambuco, no Comitê Zonal da Zona Canavieira (CZZC).

²¹⁴CERVEIRA, Neusah Maria. **Luta armada no Nordeste**: Partido Comunista Revolucionário – PCR. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Fortaleza, 2001. p. 63.

²¹⁵CANUTO, Jeane Fialho. **Em Nome da Revolução**: o PCR (Partido Comunista Revolucionário) e a luta contra a ditadura militar (1966-1974). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016. p. 97.

²¹⁶Edilson Freire Maciel *apud* CANUTO, Jeane Fialho. *Ibid.*

Em Alagoas, precisamente em “[...] Maceió, onde o Partido tinha menos militantes em relação a Recife, não há registros que o PCR houvesse realizado alguma ação de caráter militar. As ações limitaram-se à atuação nas escolas, universidades, bairros e fábricas.”²¹⁷ Destaca-se sua proeminência no meio estudantil universitário, tanto que garantiu a indicação para a presidência do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Alagoas, nas gestões de 1971/1972, 1972/1973.

Quanto a Sergipe, não consta menção de atuação nos processos instalados contra as organizações de esquerda armada transcritos e catalogados pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*:

Não obstante os casos dos militantes do movimento estudantil universitário que passaram a atuar na clandestinidade, sobretudo, após o AI-5, não se têm notícias, pelo menos até o atual estágio dessa pesquisa, da participação desses militantes em ações armadas de confronto ou de guerrilha.²¹⁸

2.3 Violência insurgente pós-golpe

Em variadas formas de atuação, no pós-golpe (1969-1973), a esquerda em armas esteve presente em todo o Nordeste: seja como arena de ações armadas (de propaganda ou expropriatórias) de maior ou menor porte; seja como apoio a essas ações, como rota de fuga, como lugar de esconderijo e abrigo temporário, ponto de apoio médico, ou mesmo como base de preparação da tão almejada guerrilha rural. Também houve a ocupação de áreas do Nordeste como ponte e potencial retaguarda para a Guerrilha do Araguaia, como foi o caso do cariri cearense e do Maranhão.

2.3.1 Ceará

O Ceará foi um dos estados do Nordeste em que as organizações defensoras do caminho armado para a revolução mais realizaram ações armadas públicas, isto é, seja na categoria propaganda armada ou de expropriação, houve o objetivo, por parte da organização, de identificação de autoria, por conseguinte, de fixar a meta declaradamente política da ação. As organizações desse tipo que atuaram no estado foram: ALN, PCBR, PCdoB e AP.

²¹⁷ SILVA, Magno Francisco da. **Formação e trajetória do PCR em Alagoas durante a ditadura militar (1966-1973)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017. p. 76.

²¹⁸ CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985**. Salvador: PPGH/UFBA, 2012. p. 375.

Esse fator (da identificação pública da ação armada, promovida por uma organização revolucionária e de assumida oposição à ditadura) é de fundamental observação analítica para apreendermos a dinâmica triangular entre tais organizações, a repressão de Estado e a sociedade civil (organizada ou não), além de também ser sumamente relevante como indicativo da ação política coletiva da organização, seja de suas deliberações, seja mesmo das interações entre seus membros.

Em igual tendência à observada na história geral das esquerdas em armas daquele período, no Ceará desencadeou-se a atuação, no primeiro semestre de 1968, primeiramente pela realização de ações expropriatórias sem nome, ou seja, com o claro objetivo de anonimato de autoria com o seu objetivo político embutido. Esse é o caso da ALN.

Outra tendência nacional verificada na atuação das organizações armadas no Ceará é a intensificação, ou “imersão geral na luta armada”,²¹⁹ no ano de 1969, isto é, após a edição do AI-5 (13 de dezembro de 1968) e do Decreto n.º 477 (26 de fevereiro de 1969). Esses atos legais, que marcaram o fechamento quase total das vias de atuação, legal e relativamente abertas, também serão um dos definidores de uma nova fase da atuação da esquerda em armas.

Diante da sistemática perseguição da ditadura, recrudescida, em muito, pelo AI-5 e completada pelo Decreto n.º 477 — visando atingir mais frontalmente o movimento estudantil, propulsor das manifestações de massa de 1968 —, configurou-se um processo de passagem de volumoso número de militantes à situação de clandestinidade. Em poucos meses, a necessidade de estrutura clandestina das organizações sofre um desproporcional inchaço, nunca observado desde a instauração da ditadura, em 1964 — situação comparável somente à “Operação Limpeza” do imediato pós-golpe. No entanto, ressalve-se que, naquele momento, com a hegemonia do PCB sobre as esquerdas brasileiras, havia não mais do que os dedos de uma mão de organizações que defendiam o caminho armado para a revolução e, mesmo essas, não o faziam com perspectiva de aplicação num curto prazo. Vale o destaque para os pequenos, mas politicamente significantes, PCdoB e Polop.

Diferentemente da maioria das capitais do Nordeste, em que as forças políticas de maior volume no movimento Estudantil eram a Ação Popular e o Partido Comunista do Brasil, em Fortaleza, a organização que galgou maior capacidade política de mobilização estudantil e, por isso mesmo, maior expressividade foi o PCdoB. Foi ele que, em 1968,

²¹⁹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

exerceu papel destacado nas mobilizações estudantis de Fortaleza, compartilhado com outras organizações, a exemplo do POR-T, AP e, em menor grau, PCBR.

A classe estudantil, viveiro histórico de inconformismo com a realidade posta e, a partir da segunda metade da década de 1950, lugar tenente de acolhimento e reprodução das esquerdas jovens no Brasil, será também, no Ceará, um dos espaços privilegiados de recrutamento e atuação das organizações armadas. Em assim sendo, parcela considerável de seus membros foi de jovens estudantes, secundaristas ou universitários, com sobressalência para os últimos.

O movimento estudantil, em Fortaleza, tinha no PCB e na AP as principais organizações de mobilização política. Com o golpe de abril, além da repressão política que foi desencadeada contra muitos dos membros do PCB, o que os obrigou à clandestinidade e ao abandono dos postos de atuação política, seguiu-se uma onda de crítica ao seu despreparo diante do golpe, bem como às suas posições políticas, maiormente direcionadas ao caminho pacífico para a revolução e ao reformismo. Em descrédito político, o PCB, gradativamente, embora não em ritmo lento, perderá muitos de seus filiados, aliados e simpatizantes, o que ocasionará a perda de influência no meio estudantil cearense, mas não só. O quadro era mais geral.

A Ação Popular detinha, como o PCB, grande musculatura política no estado do Ceará e, principalmente, em sua capital, contando para tal com o suporte e apoio, entre seus quadros, da Juventude Estudantil Católica, atuante no movimento secundarista, e da Juventude Universitária Católica (JUC) — ambas de relevantes força e apelo junto à Igreja Católica, além, evidentemente, da estrutura material, daí advinda, para a organização das atividades e articulação.

Em 1966, porém, a AP foi alvo de ação persecutória da repressão, a qual atingiu muitos de seus membros (quase duas dezenas) que haviam liderado as seguintes lutas estudantis em 1964: contra anuidades; contra os excedentes; no combate à Lei Suplicy (Decreto-Lei n.º 4.464); no boicote aos acordos MEC-Usaid; na reestruturação da União Estadual de Estudantes (UEE) do Ceará. A atuação da AP viu-se reduzida no estado. Ainda que os remanescentes da AP que não foram pegos pelas teias da repressão (processados ou presos) prosseguissem com a militância no movimento estudantil, essa investida do aparelho do Estado ajuda a explicar parcialmente a ascensão do PCdoB, e, de igual maneira, auxilia no entendimento do surgimento do POR-T e sua escalada de importância no meio estudantil.

Visto o panorama, podemos afirmar que, em 1968, o PCdoB ocupava, no Ceará, a liderança do movimento universitário, elegendo, naquele ano, para o Diretório Central dos

Estudantes da UFC (a mais importante universidade do estado), o militante José Genoíno Neto. Naquela ocasião, a AP e o POR-T disputavam a hegemonia do movimento secundarista, e, em 1968, estavam na presidência e vice-presidência do Centro de Estudantes Secundaristas do Ceará (Cesc) Mário Miranda de Albuquerque e Vera Maria Pereira, ambos membros do POR-T. Ambos iriam cindir com essa organização para compor o PCBR, a partir do convite do militante pernambucano Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho (FABRF).²²⁰

O PCBR, estruturando-se, no Ceará em fins de 1968, somente no ano de 1970, com o aumento de seus militantes, seja pela adesão de novos membros recrutados em Fortaleza, seja devido aos deslocados de outras cidades (caso do estudante Odijas Carvalho de Souza²²¹ e sua esposa, Maria Ivone de Souza Loureiro, e o marinheiro José Adeildo Ramos),²²² iniciou suas ações armadas em um ritmo muito intenso. Em 16 de março de 1970, promoveu uma das grandes ações de expropriação armada no Ceará — e com conhecimento público de haver sido uma organização armada. Trata-se da expropriação do Bank Of London, do qual foram levados 100 mil cruzeiros.

É importante destacar, nessa ação, a colaboração de Gilvan Rocha, um dos representantes do MCI (Movimento Comunista Internacional) naquele estado, visto que foi ele quem munuiu a organização de algumas informações-chave sobre o banco. Em junho daquele ano, os militantes da organização também expropriaram uma máquina de escrever e um mimeógrafo da Faculdade de Educação do Ceará, com o objetivo de garantir o funcionamento do seu setor de imprensa. Em agosto desse mesmo ano, realizaram duas ações: uma, de propaganda armada, que foi um comício-relâmpago em uma das escolas da cidade (Colégio Castelo Branco); e a outra foi uma tentativa de expropriação da Companhia Souza Cruz, frustrada pela reação armada de um dos seguranças.

²²⁰ Vale mencionar que Chico (Francisco) de Assis, como era chamado, ao vir para Fortaleza devido à prisão de que havia sido alvo em Recife, por sua participação no PCB, contaria com a ajuda e o abrigo do amigo Pedro Albuquerque (irmão de Mário Albuquerque), ex-integrante das Ligas Camponesas e, naquele momento, membro do PCdoB e uma das lideranças estudantis na UFC. Vera e Mário, que se casaram, vieram para Pernambuco como membros do PCBR. Nesse estado, serão presos: ela, em 16 de julho de 1979; ele, em 5 de fevereiro de 1971.

²²¹ Esse militante seria trucidado pela ditadura em começos de fevereiro de 1971, em Recife. Após ser preso em 30 de janeiro de 1971, foi intensamente torturado pelos agentes do DOI-Codi, o que o levou a morte, e isso, como de costume, o Estado não assumiu. Esse é um dos casos investigados pela Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos e Pela Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco, as quais reconheceram a responsabilização do Estado pelo falecimento do militante.

²²² Adeildo é um dos militares que fugiram da Penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro. Foi novamente deslocado, do Ceará para Pernambuco, onde atuou no Comitê Zonal da Zona Canavieira, desfalcado com a saída dos membros do PCBR que irão compor a ALN, em fins de 1969. Foi preso em inícios de 1973, com o último grupo do PCBR a cair. Com a prisão dele e de seus companheiros, cessam, efetivamente as atividades do PCBR em Pernambuco.

No dia 11 de setembro, realizaram uma outra grande ação expropriatória, que foi a do Banco do Brasil, agência de Maranguape, interior do Ceará. Em 15 de outubro, foi o início do fim do PCBR no Ceará, pois, ao realizar uma ação de pichamento (de ônibus) e distribuição de panfletos, pela campanha para a população votar nulo nas eleições daquele ano, foram surpreendidos pela polícia, seguindo-se um tiroteio e a prisão do militante Paulo Fernando Magalhães dos Santos, de 16 anos. O fato gerou uma série de prisões e o deslocamento de militantes para Pernambuco.

Destaque-se que, no PCBR, as ações armadas de maior porte eram realizadas pelo Comando Político Militar (COM), que atuava em dinâmica móvel, no Nordeste. Sob a coordenação de Carlos Alberto Soares, realizou ações na Bahia, no Ceará e em Pernambuco. Entre os militantes que participaram mais diretamente das ações no Ceará, podemos citar: Alberto Vinicius do Nascimento, Carlos Alberto Soares, Célio Miranda Albuquerque, Fernando José Bastos Macambira, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, Jamildo Conserva Tavares, João Alves Gondim Neto, José Gersino Saraiva Maia, José Luis da Costa, José Adeildo Ramos, José Machado Bezerra, José Moreira Lemos Neto, Maria Ivone de Souza, Maria Quintela de Almeida, Mario Miranda Albuquerque, Natur de Assis Filho, Odijas Carvalho de Souza, Paulo Lincoln Leão Sampaio, Pedro Paulo Pinheiro, Vera Maria Rocha Pereira.

Retornando à estruturação do PCdoB no Ceará, diga-se que, além dos fatos vinculados organicamente ao movimento estudantil, a proeminência do PCdoB se explica, por outro lado, também pela relevante migração, em 1965, de muitos dos militantes do PCB para suas fileiras. Na verdade, é em 1965 que podemos situar a estruturação do PCdoB no Ceará. Após uma tentativa frustrada de Diógenes Arruda Câmara, ainda nos primeiros meses seguidos ao golpe, será mesmo no primeiro trimestre de 1965 que o PCdoB irá fincar raízes no estado, sendo auxiliado para tal por Ângelo Arroio e José Duarte. Este último ficou como dirigente regional do partido.

Entre os cearenses que compuseram o PCdoB nesse primeiro momento podemos citar: Ozeas Duarte, José Augusto Menezes, Walton Miranda, Miguel Cunha, José Valdir Aquino, José Ferreira de Alencar, José Sales de Oliveira, Silvio Albuquerque Mota. Os três Josés (Aquino, Sales e Alencar) e Silvio, que haviam rompido com o PCB e passado a integrar os quadros do PC (do B) maoísta, na busca pelo caminho armado para revolução, com o decorrer dos anos, acreditaram haver tardança do partido em lançar-se à prática das ações armadas. Em fins de 1967, articulam contato com membros do Agrupamento Comunista de São Paulo

(depois ALN), com o objetivo de aderirem à organização e formarem um coletivo dessa organização no Ceará, o que, de fato, consumou-se entre final de 1967 e o início de 1968.

As ações armadas da ALN levadas a efeito no Ceará começaram em 1968, mas, como dito, sem reconhecimento público de autoria. Afora os treinamentos de tiro realizados e os levantamentos de possíveis locais para a instalação da guerrilha rural, no que se salientou a Serra do Araripe, pode-se destacar, naquele ano, a colocação de bombas no Instituto Brasil-Estados Unidos (Ibeu) de Fortaleza — no entanto, a ação foi frustrada pela não detonação do estopim. Anterior a essa ação, vale mencionar a libertação da cadeia, e posterior sequestro, devido ao não pagamento acordado inicialmente, do comerciante grego Georgios Joannis Isokiridis, preso por sonegação de impostos e contrabando de mercadorias.²²³

A 4 de janeiro de 1969, os integrantes da ALN realizaram a ação expropriatória de armas da Polícia Militar, que se encontravam expostas na I Feira Nacional do Ceará (Fenace). No entanto, ao adentrarem o local em que estavam as armas, não contavam com a resistência a bala do soldado Waldemar Carneiro de Britto, o qual, durante o tiroteio, ficou gravemente ferido, vindo a falecer.

No fim desse mesmo ano, foi promovida pelo grupamento a primeira ação pública e de maior porte: a tentativa de expropriação do Banco Mercantil, localizado em área mais afastada do centro da capital cearense. Para esse tipo de ação, era comum expropriar um automóvel ou mais (tomar de empréstimo, como se chamava entre os militantes), a fim de despistar a repressão, visto que o veículo utilizado, logo em seguida à ação, era abandonado em algum local, e seus integrantes, transferidos para outro transporte. Nesse caso, também foi utilizada essa modalidade de expropriação. Malgrado seu, a ação foi fracassada devido à reação armada de um dos seguranças do banco, que havia ficado armado, por descuido dos executores da ação. Isso ocorreu mesmo com a presença, na equipe, de integrantes com treinamento militar em Cuba e chegados há pouco no estado: Antonio Carlos Bicalho Lana, Antonio Esperidião Neto e Valdermar Rodrigues Meneses.

Expropriação da empresa de ônibus São Vicente de Paula, na qual foram também expropriados 4 mil cruzeiros, em 31 de janeiro de 1970: essa foi a primeira ação pública da ALN no Ceará com pleno sucesso de execução. Esse sucesso se repetiria em 10 de março, na expropriação da representante, no Ceará, da multinacional Coca-Cola, isto é, a Fortaleza Refrigerantes.

²²³ FARIAS, Airton. **Além das armas**. Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. p. 144 *et seq.*

Em 29 de agosto, na cidade interiorana de São Benedito, realizaram a expropriação e o trágico justicamento do comerciante José Armando Rodrigues, a pedido e com o auxílio de militantes da organização residentes no interior. Esse caso, ainda hoje está envolto em mistério, no que se coloca em pauta a justeza da ação e as motivações aí implicadas, sobretudo dos militantes da organização que moravam na cidade do dito comerciante. No dia subsequente, domingo, 30, foram presos Valdemar Meneses e William Montenegro. A menos de dois meses dessas prisões, e a não tantos quilômetros de onde ocorreram, morreu, executado por agentes da Polícia Federal do Ceará, o militante da ALN Antonio Bem Cardoso, em sua residência (no município cearense de Jati) em 1º de julho. Segundo depoimento de Lucilene Vieira Cardoso, sua esposa, Bem Cardoso, desarmado e sem direito de defesa, foi assassinado pelos policiais que, em seguida, metralharam a casa e a reviraram toda, e “[...] rasgaram o colchão atrás de dinheiro e não encontraram”.

Com a ajuda de José Calistrato Cardoso Filho (JCCF), primo de Bem Cardoso e também militante da organização, a ALN havia recebido 80 mil dólares, e Bem teria cometido o descuido de trocar uma nota de 100 dólares. Esse fato haveria chegado aos ouvidos do delegado (e torturador) João Lucena Leal, que “cerca a casa dele (Bem Cardoso) e metralha ele”.²²⁴ Segundo registrou aquela comissão,²²⁵ os policiais estavam em busca do dinheiro expropriado, pela VAR-Palmares, do cofre do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros — ação realizada em 8 de julho de 1969 e que teve o valor expropriado repartido entre outras organizações armadas, com o fim de financiar o combate à ditadura e o processo revolucionário brasileiro.

Ao que indicam os processos, a ação de São Benedito foi a última da ALN no Ceará. Nesse momento, agosto de 1970, as principais organizações da esquerda em armas que atuavam no Nordeste já haviam sido atingidas mais profundamente pela repressão, vitimadas com prisões, torturas e execuções. É o caso da ALN que, em março, havia sofrido quedas em cascata, a começar pelos militantes Perly Cipriano e Ronaldo Dutra Machado. Ronaldo, ou Júlio (seu nome de guerra), Arnaldo Cardoso da Rocha e Carlos Eugênio Sarmento Coelho Paz foram os principais elos entre o agrupamento do Nordeste da ALN e o Comando Nacional, sob coordenação primeiro de Marighella, e, depois de seu assassinato, de Joaquim Câmara Ferreira. Ronaldo Dutra Machado, ao que nos indicou o panorama das fontes a que tivemos acesso, foi o principal articulador da formação e do desenvolvimento da Ação

²²⁴PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: **Relatório Final**. Recife: CEPE, 2017. p. 154. v. 1.

²²⁵*Ibid.*

Libertadora Nacional no Nordeste do Brasil, com ênfase nos estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba.

2.3.2 Paraíba

Para a compreensão das origens e do desenvolvimento das organizações armadas na Paraíba faz-se necessário novamente adentrarmos o espaço da juventude e do movimento estudantil, categorias fundamentais de análise, no caso desse estado, mas que, como vimos, reflete-se em uma dinâmica de recorrência muito maior. Nesse sentido, podemos apontar a repetição de uma situação observada em vários outros estados, no movimento estudantil secundarista, isto é, um exercício de centralidade e preponderância na capacidade de mobilização política dos colégios estaduais das capitais. Isso ocorreu igualmente em Recife, Natal e Fortaleza, e João Pessoa teve no Colégio Estadual Central (Liceu Paraibano), localizado no centro da cidade, o principal porta-voz dos estudantes do ensino básico, vocalidade compartilhada com o colégio do Roger.

É a partir de 1967, com a criação do Cineclube Linduarte Noronha, que estudantes como José Emilson Ribeiro da Silva, que integravam as fileiras da União da Juventude Comunista, conseguem atrair e recrutar mais estudantes para o movimento. Vale à pena acompanharmos alguns passos de sua biografia, por ser ele um “tipo” que nos permite adentrar as experiências de toda uma geração daquele momento, especialmente da que irá integrar as esquerdas em armas. Sobre o Cineclube Linduarte Noronha, diz ele que:

[...] foi a forma que nós encontramos para aglutinar as pessoas com o pensamento mais avançado, menos conservadores, e daí fazer o recrutamento para o partido, diante dos debates que a gente fazia.

Havia sessões do cineclube todos os sábados, nos quais levavam “críticos de cinema, jornalistas que eram críticos de cinema, para fazer debates e lá a gente ia arregimentando e formando as nossas células partidárias”. Sobre o modo de aproximação e recrutamento, explica que “[...] debatia, via que a pessoa tinha um coeficiente cultural e político mais correto e nós convocávamos para participar do Partido”.²²⁶

O movimento cineclubista era muito intenso à época. Além do Linduarte Noronha, havia o Cineclube Glauber Rocha, o Cineclube Walter Lima Junior e outros, vinculados,

²²⁶José Emilson Ribeiro da Silva (JERS), depoimento ao autor em 4 de junho de 2019.

normalmente, aos grêmios estudantis.²²⁷ Compunham o Linduarte não somente pessoas vinculadas ao PCB, mas também “[...] da AP, quanto do PCdoB e, posteriormente, PCBR”. Nesse momento, Emilson trabalhava, como revisor, no Jornal *A união*, compondo, assim, a Associação Paraibana de Imprensa. Nesse mesmo ano de 1967, Emilson integrou o grupo que buscava restaurar o funcionamento da União Pessoaense de Estudantes Secundários (Upes), que havia sido cassada e posta na clandestinidade após o golpe de 1964. Com esse intento, foram realizadas algumas reuniões. A primeira delas ocorreu na cidade de Bayeur, e a segunda, em uma casa de farinha, situada no Bairro Cristo Redentor, que era de propriedade do então reitor da Universidade Federal da Paraíba, Guilhardo Martins Alves,²²⁸ e foi cedida por seu filho, Júlio Martins.

Essas reuniões foram cruciais para a reativação da Upes. Essa última marcou sua refundação, sendo Emilson eleito seu primeiro presidente, com os vices, por ordem: Antonio Soares de Lima Filho, Washington Alves da Rocha e Eldson Ferreira. Legalizaram a entidade estudantil, “não de direito, mas de fato, porque ela passou a existir, no início com muita perseguição”, que exerceria, com a União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP), papel destacado na rearticulação do movimento estudantil de João Pessoa, golpeado desde os primeiros momentos da abrilada — e não conseguira se reerguer desde então.

A União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP), que teve grande atuação no estado durante a segunda metade dos anos 1950 e no início da década de 1960, inclusive no apoio público ao movimento camponês e no ensaio de formação, na Paraíba, do propalado bloco operário-camponês-estudantil, também havia perdido força diante da perseguição de que foi alvo após o golpe. Similarmente à UPES, também naquele ano de 1967, os universitários da Paraíba realizaram o congresso de reconstrução da UEEP, promovido em outubro, na cidade de Campina Grande. Nele, foram eleitos: como presidente, o estudante de Engenharia Civil Hélcio Lima de Oliveira; João Roberto Borges de Souza,²²⁹ como vice-presidente; e, como diretoras, Maria Lívia Alves Filho, de Medicina, e Maria do Socorro

²²⁷NILTON, José. Membro-fundador do Cineclube Linduarte Noronha. In: ROCHA, Washington A.; FERNANDES, Telma (org.). **O ano que ficou** – 1968: memórias afetivas. João Pessoa: Mídia, 2017. p. 147 *et seq.* v. 1.

²²⁸Guilhardo, oficial do exército e professor de Medicina da UFPB, assumiu a reitoria como interventor por nomeação da ditadura, em substituição a Mário Moacyr Porto, acusado de colaborar com a esquerda.

²²⁹João Roberto, militante preso várias vezes e convidado a colaborar com os órgãos repressivos, o que negou. Foi encontrado morto na cidade de Catolé da Rocha, tendo como versão oficial para sua morte o afogamento, mas, diante das marcas de espancamento, essa versão nunca se sustentou. A CNV reconheceu a responsabilidade de agentes do Estado brasileiro na perpetração do ato.

Fragoso de Moraes, do curso de Serviço Social, todos da UFPB e ligados à Ação Popular (AP).²³⁰

No movimento estudantil universitário de João Pessoa, as forças predominantes eram o PCB — que posteriormente será convertido em PCBR — e a AP, que era a organização de maior peso político naquele momento. Quadro diferente no movimento secundarista, onde o PCB mantinha maior proeminência. No panorama geral das mobilizações, o movimento secundarista exerceu maior capacidade e volume de mobilização à época. Esse fato é atestado por Wasgington Rocha e Eldson Ferreira. O primeiro avalia taxativamente, “[...] quem comandou o movimento estudantil na Paraíba, pelo menos naqueles momentos iniciais das grandes mobilizações, não foram os universitários, mas sim os secundaristas”. Eldson, que também era presidente do grêmio do Liceu, confirma

[...] todo movimento que os universitários queriam fazer, primeiro eles vinham combinar conosco. [...] eles vinham combinar se deveriam fazer naquele dia, se daríamos apoio... e esse apoio nunca foi negado. O movimento estudantil de 68 foi realmente capitaneado pelos secundaristas.”²³¹

A massa de estudantes era secundarista e, no grupo, no qual se situava o pessoal mais atuante era mesmo no Liceu. Liceu é o colégio estadual da Paraíba, e, em toda a vida da Paraíba, o Liceu sempre esteve na vanguarda de todos os movimentos, sendo que até mesmo os grandes intelectuais passaram pelo Liceu. Daí, até a chegada do AI-5, que significou uma verdadeira caça às bruxas, tudo quanto era liderança estudantil, camponesa, operária, começou a ser perseguida, e quem não quisesse ser preso que saísse.

Quantas vezes eu não tive que dormir na casa de outras pessoas porque a minha casa era suspeita e muitos, vários policiais, participavam da vigilância da minha casa, para quando eu chegasse eles me prenderem. Aí nós fazíamos as reuniões, planejávamos as passeatas, que sempre saíam do Liceu ou do local que a gente chamava CÉU, Clube do Estudante Universitário, que funcionava na Lagoa, onde é um restaurante, chamava-se Clube do Estudante Universitário. Era lá onde o pessoal fazia sua alimentação e tudo. O pessoal universitário. Saía desses dois locais. Daí ia circulando pelo centro da cidade e terminando sempre na Praça João Pessoa, ou seja, a Praça dos Três Poderes.²³²

²³⁰SILVA, Waldir Porfírio da. **Um sonho afogado**: ditadura militar e movimento estudantil no estado da Paraíba – o caso de João Roberto Borges de Souza (1958-1969). Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

²³¹ROCHA, Wasgington A.; FERNANDES, Telma (org.). **O ano que ficou** – 1968 – memórias Afetivas. João Pessoa: Mídia, 2017. p. 36. v. 1.

²³²JERS, depoimento ao autor em 04/06/2019.

Na presidência da UPES, Emilson participou da rearticulação do movimento secundarista em João Pessoa e das muitas manifestações realizadas pela sua entidade ou em conjunto à dos universitários, já que congregavam em muitas das pautas de cunho mais geral, como em torno da solidariedade à morte do estudante Edson Luiz de Lima Souto, de apenas 18 anos, assassinado, em 28 de março de 1968, no restaurante Calabouço, durante uma invasão policial ao recinto, na Guanabara.²³³ Nas manifestações em protesto pela morte de Edson Luiz, o PCBR contou com panfleto próprio da organização.

Os universitários organizaram manifestação para o dia 1º de abril, a partir da qual houve grande repressão.²³⁴ Os universitários de João Pessoa, naquele momento, também lutavam pela ampliação e melhoria do seu restaurante universitário (RU), localizado no Clube dos Estudantes Universitários. Aposto em área do centro da cidade, o CEU foi uma das sedes principais de concentração do movimento estudantil naquele ano e nos que viriam, tanto que, devido à sua centralidade na organização dos atos e das manifestações, ele foi ocupado naquele abril durante 10 dias pela polícia militar, que reprimiu violentamente os protestos.

Pichações, panfletagens, passagens em salas de aula, discursos-relâmpago, passeatas, gritos, correria, reuniões veladas, ajuntamentos dispersados, confrontos com a polícia, risco permanente de prisão, eram elementos que compunham o cotidiano desses jovens estudantes na luta por suas reivindicações e pela transformação social. Isso não ocorria somente na Paraíba, pois eram fatos espalhados pelas principais cidades do Brasil. Os militantes que compunham as organizações da esquerda armada que atuaram na Paraíba também integravam o movimento estudantil e, similar ao que ocorreu em escala nacional, após a publicação do AI-5 e do decreto 477, a tendência foi a saída desses estudantes da Universidade, por estreitamento ou mesmo por causa do fechamento dos espaços para atuação política, mas

²³³ É importante enfatizar que “todo o esquema de segurança do governo estava ciente da manifestação dos estudantes no Calabouço, com quase 15 dias de antecedência. Tanto foi assim que, no momento e local do protesto, estavam presentes a Polícia Militar, a Polícia Civil e agentes do DOPS, para impedir a passeata proibida – por ser ‘contra o governo’” (VALLE, Maria Ribeiro do. A morte de Edson Luís e a questão da violência. In: MARTINS FILHO, João Roberto. 1968: faz 30 anos. Campinas: Editora UFSCar: Mercado das Letras, 1998. p. 50).

²³⁴ No dia 2 de abril, o governador, João Agripino, proibiu a realização de manifestações, apoiando-se nas seguintes justificativas: “[...] em face das comunicações recebidas do sul do país, no sentido de que elementos estranhos à classe estudantil, aproveitando-se do seu estado emocional decorrente da morte do colega da Guanabara, para a prática de desordens, depredações, afronta à autoridade e atentando ao regime, faz ciente de que não permitirá concentrações, passeatas ou comícios, neste Estado, a partir de hoje, até novas instruções e mantendo a ordem pública, que permitirá o normal funcionamento do comércio, da indústria, dos estabelecimentos de ensino e demais atividades da sociedade” (*Correio da Paraíba*, 03/04/1968. “Agripino proíbe manifestações estudantis” *apud* NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral do. **Do fragmento à reorganização**: movimento estudantil da UFPB (1975-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.)

também pela crença de que o caminho para a atuação a ser seguida era, antes de qualquer outro, o caminho armado. A crítica das armas seria a resposta à ditadura.

Em 1968, em João Pessoa, começou a funcionar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, tendo convertido alguns dos integrantes do antigo PCB a suas fileiras. Lima Emilson havia sido um desses, compartilhando o mesmo sentimento de desencanto e impaciência: desencanto pelo golpe dado sem resistência e impaciência com a continuidade das mesmas formas pacíficas de luta diante da ditadura instalada:

[...] nós achávamos o PCB muito lento, muito devagar, muito concordante com a situação e nós vivíamos almejando uma forma, uma linha de luta mais aguerrida, até que criou-se, dentro do PCB, a corrente revolucionária, que era um pessoal que defendia a luta armada.²³⁵

A arquitetura de organização e de comando do PCBR estava disposta da seguinte maneira: no topo do organograma, estava o Comitê Central (CC); estavam subordinados a esse todos os Comitês Regionais (CRs), que, por sua vez, subordinavam os Comitês Zonais (CZs); já vinculados a estes estavam os setores. Para cada um deles, existia a figura do assistente, o qual dava orientação política, ideológica e organizativa aos integrantes, além de informar e mediar a relação com as direções superiores, já que, por norma de segurança, os componentes dos diferentes setores deveriam ser compartimentados, ou “estanquizados”, como se costumava dizer à época, isto é, não deveriam conhecer uns aos outros, tampouco ter informações sobre eles, salvo necessidade de realização das ações conjuntas, mas, mesmo nesses casos, não conheciam informações sobre os demais, a exemplo do nome verdadeiro, endereço de residência, filiação etc. Essas normas tinham como objetivo precípuo garantir a segurança dos membros e, sobretudo, da organização contra investidas da repressão do Estado.

Representando a Paraíba na conferência de fundação do PCBR, promovida em outubro de 1967, na cidade de Niterói, esteve Rômulo Araújo Lima, estudante universitário do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba. No entanto, a coordenação do Comitê de Zona ficaria com Eduardo Ferreira. A ele, somavam-se outros militantes, entre os quais podemos citar: Eraldo Fernandes, Eric Jenner Rosas, Emilson Ribeiro e o citado representante. O número de membros foi gradativamente aumentando. As bases constituídas do partido deram-se no movimento secundarista, no Liceu e no Roger. Waldir Porfírio registrou que:

²³⁵ JERS, depoimento ao autor em 04/06/2019.

Na execução das tarefas do PCBR paraibano, Eduardo Ferreira, além de dirigir a organização no estado, tinha a tarefa de formar uma base operária e abrir uma organização de base na Faculdade de Medicina; José Emilson, de contatar com pessoas da zona rural para formar base, distribuição de panfletos, pichação e agitação popular; Eraldo Fernandes, montar a organização em Santa Rita; Rômulo Araújo, montar uma Frente no curso de Direito, com o recrutamento de estudantes para o PCBR (ele tentou trazer para a organização Germana Correia Lima, grande oradora da Faculdade de Direito e do Restaurante Universitário, e Nobel Vita, colega de curso). No movimento secundarista, na cidade de João Pessoa, foram constituídas organizações de base do PCBR no Roger e Liceu. Já no movimento estudantil universitário, apesar de não possuir uma organização de base consolidada, o partido tinha certo poder de intervenção, tendo participado do Congresso Regional da União Nacional dos Estudantes, o qual foi realizado em setembro de 1968 na cidade de Salvador, Bahia, com a presença dos militantes: Rômulo Araújo, Eric Jenner Rosas, Eraldo Fernandes dos Santos.²³⁶

Como tantos, Emilson enxergou o ano de 1968 como “de preparação para a luta armada”.²³⁷ Vale salientar o destaque que fez João Quartim de Moraes, que “comparado a outros processos de mobilização de massas de nossa história social e política, a principal particularidade do ano de 1968 foi a presença decisiva do movimento estudantil”.²³⁸

Outro elemento que põe, em primeiro plano, o espírito estudantil da época foi o fato ocorrido no 1º de abril, quando

[...] os estudantes saíram em passeata pelas principais ruas do centro de João Pessoa conduzindo um ataúde que simbolizava o enterro do capitalismo. O féretro foi destruído enquanto quatro bandeiras dos Estados Unidos da América eram queimadas. Mais de uma dezena de comícios relâmpagos foram realizados.²³⁹

Era corriqueiro, nas passeatas, constarem fotos de Che Guevara, simbolizando, além da figura do guerrilheiro e o caminho armado para a Revolução, a experiência cubana de 1959.²⁴⁰ Nesse mesmo abril, foram promovidos, na capital paraibana, atos de protesto ao assassinato do ativista estadunidense Martin Luther King, contra o racismo naquele país e por uma sociedade de iguais, independentemente da cor.

As mobilizações da UPES também compartilhavam, em suas pautas, desse imaginário geracional. Emilson rememora que

²³⁶ PORFIRIO, Waldir. **A ação do PCBR na Paraíba**. João Pessoa: 2013. Mimeografado. NUNES, Paulo Giovanni Antonino. As experiências de “luta armada” no estado da Paraíba. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2015.

²³⁷ José Emilson Ribeiro da Silva, em depoimento. ROCHA, Washington A.; FERNANDES, Telma (org.). **O ano que ficou – 1968 – Memórias Afetivas**. João Pessoa: Mídia, 2017. v. 1. p. 118.

²³⁸ MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 135-168, 1989.

²³⁹ RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e subversivos: a aventura estudantil (1950-1999)**. João Pessoa: Ideia, 2000.

²⁴⁰ SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

[...] nós denunciávamos as arbitrariedades cometidas pelos Estados Unidos no Vietnã, a perseguição a Cuba, as campanhas que existiam para transformar a universidade gratuita em universidade paga, ou seja, transformar a universidade em mão de obra para as empresas americanas.

A Revolução Cubana estava, naquele momento, na ordem do dia e na cabeça da juventude: “[...] a gente era adepto, defendia a questão e denunciava as perseguições, os boicotes que os Estados Unidos faziam contra Cuba e a recepção do público era boa”, também cita os protestos, da UPES, contra “[...] a campanha para esterilização das mulheres, a questão do DIU”.²⁴¹

Em junho, as ruas de João Pessoa também foram ocupadas pelos estudantes que, em agosto, voltam, com mais intensidade, à luta pelas pautas da educação (contra os acordos MEC-Usaid e Reforma Universitária), contra a repressão da ditadura e contra a prisão de Vladimir Palmeira na Guanabara. Nesses dias, ocupam a Faculdade de Filosofia (Fafi): “A ocupação ao prédio da FAFI durou cinco dias e foi dirigida pelas entidades estudantis UEEP, DCE e UPES”.²⁴² Em outubro, ocorreu em Ibiúna, São Paulo, o XXX Congresso da UNE, no qual foram presos cerca de 700 estudantes. Entre eles, 25 eram da delegação da Paraíba. Anteriormente ao Congresso, os militantes do PCBR haviam realizado reuniões com o objetivo de aprovação de diretivas sobre a atuação no evento. Chegaram até mesmo a formular uma chapa para concorrer à diretoria da entidade. Essas reuniões contaram com militantes de estados vizinhos do Nordeste, sobretudo Pernambuco e Rio Grande do Norte, a exemplo do líder estudantil em Recife, Candido Pinto de Melo (futuro presidente da União dos Estudantes de Pernambuco – UEP)²⁴³ e Luciano Almeida. Ambos eram egressos do PCB de seus respectivos estados.

Esse fato desencadeou um carrilhão de protestos nas principais capitais e cidades brasileiras.

Na Paraíba, os presidentes da União Estadual dos Estudantes da Paraíba, Hércio Lima de Oliveira, e da União Pessoaense dos Estudantes Secundaristas, Emilson

²⁴¹ JERS, depoimento ao autor em 04/06/2019.

²⁴² SILVA, Waldir Porfírio da. **Um sonho afogado**: ditadura militar e movimento estudantil no estado da Paraíba – o caso de João Roberto Borges de Souza (1958-1969). Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

²⁴³ Em 28 de fevereiro de 1969, na Ponte da Torre, em um atentado promovido pelos militares em conjunto ao Comando de Caça aos Comunistas, no momento em que tentavam sequestrá-lo e ele resistiu, acertaram-lhe um tiro que fracionou sua coluna vertebral e o deixou permanentemente paraplégico.

Ribeiro, convocaram manifestações e depois promoveram uma greve geral em protesto às prisões de Ibiúna.²⁴⁴

Ocorreram várias manifestações, em outubro, em clamor pela libertação dos estudantes e, depois, pelas liberdades no sentido amplo, quando os estudantes começaram a ser libertados da prisão.

O cenário de conflito aberto era claro, ao passo que catalisava a agudeza de uma clara escalada de radicalização e violência das partes da ditadura como repressão e de reação pelo bloco estudantil. Foi assim que, no dia 24, como dirigente da UPES, “[...] o jovem líder secundarista Washington Alves Rocha liderou um grupo de estudantes em comícios-relâmpago em João Pessoa, resultando no incêndio de uma viatura do Ministério da Agricultura.”²⁴⁵

A essa altura, a coisa estava muito agitada. Partimos para enfrentar a polícia com pedras. Uma tarde, arrancamos os paralelepípedos do calçamento entre a Avenida Visconde de Pelotas e o Ponto de Cem Réis, em frente ao antigo cinema Plaza, para serem usados no confronto com a polícia. Nesse momento, o exército, já impaciente, interveio, ocupando a avenida com carros pesados — estávamos mesmo cutucando a onça com vara curta. Com as ruas arriscadas demais, partimos para outra estratégia: passamos a ocupar prédios públicos. Os principais prédios ocupados foram a Faculdade de Filosofia (FAFI) e o Restaurante Universitário, ambos da UFPB. Íamos às ruas somente para provocar ocupante de carros de polícia que passassem eventualmente em patrulhas. Aí se davam muitas correrias, principalmente quando a polícia achava um grupo isolado e, portanto, enfraquecido.²⁴⁶

Daí em diante, devido ao recrudescimento da repressão, que tem como marco maior a edição, em 13 de dezembro, do AI-5, as condições para a realização de atos e mobilização tornar-se-iam ainda mais difíceis e perigosas, inclusive com riscos flagrantes à vida, já existentes antes, mas não de modo tão absurdamente alto. O ano paradigmático de 1968 marcou à escalada na radicalização das posições políticas, assim como da violência do Estado e, por conseguinte, a de reação por parte das organizações da esquerda armada.

O ano de 1968, no Brasil, resultou, simultaneamente, em um sentimento de realização de ideias e de desejos e em um sentimento de perda — separação e morte. Em registros distintos e perpassados uns pelos outros, colocava-se a possibilidade da revolução — cuja figura emblemática era o “Che”, “arauto dos sofrimentos de todo o continente” e dos ideais de

²⁴⁴ *Op. cit.*, p. 71.

²⁴⁵ SILVA, Waldir Porfírio da. **Um sonho afogado**: ditadura militar e movimento estudantil no estado da Paraíba – o caso de João Roberto Borges de Souza (1958-1969). Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. p. 72.

²⁴⁶ Depoimento de José Ronald Farias. Militante do PCBR na Paraíba. ROCHA, Washington A.; FERNANDES, Telma (org.). **O ano que ficou** – 1968 – Memórias Afetivas. João Pessoa: Mídia, 2017. v. 1. p. 103-104.

liberdade “fecundadas pelo seu próprio sangue”. Vivia-se, naquele momento, o clima embriagante das assembleias e das passeatas estudantis, faziam-se as manchetes dos jornais. A revolução também era cultural, no plano do comportamento e da sexualidade, na música, no teatro e na poesia. Significativamente, a morte do “Che” antecipava os tempos da violência, a violência que parte do Estado e das organizações paramilitares — a implantação do terror — e a violência que parte da sociedade por meio da luta armada. Esses tempos foram marcados por experiências-limite do ponto de vista existencial. Para os que optaram pela luta armada, isso resultou na clandestinidade, na adoção de uma identidade outra e no colocar-se em uma situação existencial limite entre a vida e a morte. Resultaram, ainda, “na vivência do terror: a tortura, as prisões, os exílios, os desaparecimentos, as mortes”.²⁴⁷

Nos primeiros meses de 1969, haverá um racha no PCBR da Paraíba, momento em que alguns dos seus integrantes irão passar às fileiras da ALN. É o caso destacadamente de Emilson Ribeiro e Eduardo Ferreira Lima. No entanto, anteriormente, já haviam feito um conjunto de ações de propaganda e algumas expropriações de pequeno porte como militantes do BR. Foram panfletagens, pichamentos e expropriação de dois mimeógrafos e dois cálices de uma catedral da cidade, além de automóveis para realizar ações que, por um motivo ou outro, não chegaram a se realizar.

Como supramencionado, o desligamento dos quadros do PCBR deveu-se ao contato com Ronaldo Dutra Machado, figura importante da Ação Libertadora Nacional (ALN), o qual chegara ao estado da Paraíba nesse período, objetivando constituir um grupamento da organização de Marighela no estado. Será Ronaldo o elemento-chave de ligação entre o grupo da ALN de Pernambuco e os dirigentes nacionais da organização, mesmo papel que ocupou em Pernambuco e no Ceará em um primeiro momento.

A organização de Mário Alves, como vimos, começara a estruturar-se há cerca de um ano, mas desde então não havia realizado ainda nenhuma ação de maior porte. No momento dessa cisão, já havia sido planejada, dentro do PCBR, uma ação de expropriação, qual seja, da Cia de Cigarros Souza Cruz. Essa, de fato, foi realizada, mas não pelos que a planejaram, os dissidentes, e sim pelos militantes do PCBR de Recife. Essa foi, efetivamente, a primeira ação de maior envergadura promovida pelo PCBR na Região e mesmo no Brasil. Também foi essa ação que gerou, dali a alguns meses, o primeiro processo contra o PCBR devido à realização de ações armadas.²⁴⁸

²⁴⁷ CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Memória de 68: terror e interdição do passado. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2., n. 2., p. 101-112, 1990.

²⁴⁸ Proc. 70/69 (BNM 469). 7º CJM.

Essa primeira ação armada de maior significação foi promovida pelo recém-criado Comando Político Militar (CPM), responsável por realizar as operações armadas do partido. Da expropriação ao Banco da Lavoura de Minas Gerais, resultou a importância de 56 mil cruzeiros novos (NCR\$ 56.000). Participaram dessa ação os militantes Luciano de Almeida, Grivaldo Tenório, Carlos Alberto Soares e João Maurício de Andrade Baltar, o último ocupando a função de comandante militar da operação. Desse montante, 36 mil foram enviados ao comitê central, e o restante foi distribuído entre o CPM e as Zonais do Partido, gastos, sobretudo, com aluguéis de aparelhos, manutenção dos militantes e compra de munições e armamentos. Emilson narra com mais detalhes a operação realizada no contexto da cisão:

Ainda na legalidade, nós planejamos outra ação, a expropriação da Souza Cruz, e como nós ainda estávamos na fase de PCBR, já travando discussões com o PCBR, porque a gente tinha determinadas divergências. Eu tinha que prestar contas de minhas atitudes, de minha direção política e militar, ao companheiro [João Mauricio Bezerra] Baltar do Recife, que era o comandante do PCBR do setor militar na região. E ele viu que todo o planejamento, inclusive teve uma atitude de concordância total, mediante o mapa da área onde se daria a ação e a forma como seria feita. Só que nesse ínterim, houve o desenlace e nós passamos a ocupar a ALN com a chegada do Ronaldo Dutra. Essa ação da Souza Cruz que nós fomos realizar, desistimos de fazer no momento por conta de mudanças no ambiente, porque nós tínhamos feito todo o projeto em cima de uma ação em que os caminhões da Souza Cruz estariam guardados já dentro do depósito, mas no momento em que chegamos lá, os caminhões estavam fora, então nós resolvemos adiar a operação para outra oportunidade. Para isso, nós já tínhamos tomado um carro no “motel calango”, e que gerou uma onda de denúncias dentro de João Pessoa, de que João Pessoa estaria se tornando uma nova São Paulo, e o pessoal [do PCBR] de Recife achou que esse carro teria sido tomado para fazer a ação da Souza Cruz. Então, eles se anteciparam, vieram e fizeram a ação antes que nós tomássemos, novamente, o início da operação.²⁴⁹

Mesmo nesse curto período, os poucos militantes da ALN, na Paraíba, participaram de ações de panfletagem, de pichamentos, de comícios-relâmpago, de propaganda de fins específicos do movimento estudantil ou da causa revolucionária e do caminho da luta armada. Além disso, em meados de 1969, também participaram de uma ação que, como tantas em outros estados, e no cotidiano da política em armas, acabou não sendo realizada em razão, sobretudo, de um imprevisto com um dos militantes que também comporia a ação na função de motorista, trata-se do sequestro do embaixador alemão em Recife.

²⁴⁹ Depoimento de José Emilson Ribeiro da Silva ao autor. Dessa ação, que acabou sendo realizada por integrantes do PCBR do Recife, participaram João Maurício de Andrade Baltar — no comando da operação — com Luciano de Almeida, Grivaldo Tenório e Carlos Alberto Soares, que viria a ser o comandante militar do PCBR na região Nordeste.

Como uma modalidade de ação armada, o sequestro de representantes diplomáticos tornar-se-ia uma das grandes armas das organizações armadas para a libertação de seus integrantes das prisões, via de regra submetidos à intensa tortura. Essa estratégia fora iniciada com o caso do embaixador estadunidense Charles Elbrick, sequestrado em ação conjunta da ALN e da Dissidência da Guanabara (que daí em diante assinará como MR-8), em 4 de setembro de 1969. Segundo nos contou José Emilson, essa seria uma ação conjunta da ALN com o PCR, organização da qual fazia parte (como dirigente, em Pernambuco, do Comitê de Luta Operária) após entrar na clandestinidade, ou seja, da primeira metade de 1970 até agosto de 1973, quando foi preso pelo Delegado Sérgio Parranhos Fleury e somente libertado com a anistia no final da década de 1970.²⁵⁰

Em fins de julho de 1969, ocorreu a prisão de um aparelho da organização, na Av. Olinda, 400, bairro de Tambaú. Com isso, foi instaurado inquérito e dado início ao processo persecutório dos envolvidos. A partir das prisões realizadas e das informações dos depoimentos coletados, a polícia descobriu que se tratava do mesmo grupo que tinha a autoria do “assalto” à Companhia Souza Cruz. Todos foram enquadrados como membros do PCBR. Mesmo havendo a abertura da informação de que alguns deles já haviam abandonado esse partido para compor a ALN, como era o caso de Emilson, tal informação não consta nos relatórios dos autos de acusação da atuação do grupo de Marighella no estado. E, entre os processados, estava o dirigente Ronaldo Dutra Machado.

Esse foi o golpe de morte na atuação tanto do PCBR quanto da ALN na Paraíba, pois ao ser imposta a clandestinidade aos membros que não foram presos e com o reduzido número de militantes com que contava, suas atividades foram encerradas. Foram indiciados, além de Emilson, Romulo de Araújo Lima, Eraldo Fernandes dos Santos, Eduardo Ferreira Lima, Eric Jenner Rosas, Newton Veloso Pimentel, Ronaldo Dutra Machado, Juliano Homem de Siqueira, Antonio Soares de Lima Filho, Marcos Guilherme de Miranda Batista, José Maria Gomes da Silva, Adauto Trigueiro Bezerra, Alberto Magno Gondim de Vasconcelos, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, João Baltar, Severino Gomes da Silva, Mário Alves e Francisco de Paula Barreto Filho.²⁵¹ Todos foram acusados de vários crimes políticos “atentatórios à Segurança Nacional”. Segundo a denúncia, teriam constituído “uma vasta e perigosa rede de subversão no Estado da Paraíba”, como podemos ler a seguir:

²⁵⁰ JERS, depoimento ao autor em 04/06/2019.

²⁵¹ Nome incorreto, trata-se de Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, militante do PCBR em Recife, que nem sequer participou da ação. (Depoimento ao autor em 6/12/2018).

Os denunciados envolveram-se em atividades subversivas levadas a efeito no Estado da Paraíba, quasi (sic) todas durante este ano de 1969, sobretudo de julho em diante, havendo sido instaurado inquérito que instrui a presente denúncia a 12 de agosto último. Fatos outros, contudo, foram praticados no ano de 1968, mais precisamente em abril, como pichamentos levados a efeito em Jaguaribe, Torre e Tambaú, e greves políticas e subversivas. Todos os elementos são elementos do PCBR, da Paraíba, e, como ficou apurado, reuniam-se, clandestinamente, em diversos imóveis onde eram montados os APARELHOS, tais como os da Avenida Olinda, 400, em Tambaú, Rua São Sebastião, 125, Torre, Rua Joaquim Silveira, 745, na Cidade dos Funcionários, Rua Professor Paredes, 703, e Rua Desembargador Novais, 305, além de outros locais não levantados no inquérito policial, tentando, com isso, dar existência à associação política com atividades prejudiciais à segurança nacional. Segundo declarações de indiciados, o PCBR tinha por objetivo a luta armada, a prática de atos de terrorismo, assaltos, sequestros etc., visando a derrubada do regime e a implantação de um governo popular revolucionário. Das diligências efetuadas, realizaram-se várias apreensões nas residências de alguns dos indiciados. As ações executadas pelos denunciados, e apuradas no inquérito policial, demonstram que a pretensão deles (sic) era a conturbação da ordem pública e a destruição do país, com a implantação de um governo popular revolucionário. [...] verifica-se que todos os acusados supramencionados tornaram-se subversivos, incursos na Lei de Segurança. A perícia procedida, à fl. 270, conclui que “em face dos trechos cotados de algumas publicações e documentos apreendidos e acima transcritos, é evidente que a doutrinação ideológica e o incitamento à prática de atos atentatórios à segurança nacional, digo segurança interna. Os acusados, todos eles, constituíam uma vasta e perigosa rede de subversão no Estado da Paraíba”²⁵²

Quanto às acusações a Emilson, constantes da denúncia da procuradoria militar, foram também diversas, incluindo atividades desenvolvidas em 1968 no movimento estudantil:

[...] ser membro do PCB e componente de um CZ (Comitê de Zona) do PCBR da Paraíba, sendo o encarregado da área rural; Alugar as casas que serviram de aparelho, situadas em Cruz das Armas e Torre; Fabricar, em conjunto de dois outros denunciados, cerca de vinte (20) bombas Molotov, para serem usadas quando de uma passeata ilegal para afugentar a polícia; Em companhia de Marcos Guilherme, mimeografar panfleto sobre guerrilhas e problemas estratégicos; Distribuir panfletos no bairro de Cruz das Armas, alusivos ao Dia do Trabalhador; Promover pichamento de igreja, na Cidade dos Funcionários; Decidir, em reunião, no Bairro da Torre, furtar valores, assaltar bancos e empresas particulares, para angariarem fundos para o PCBR; Furtar, em companhia de Alberto Magno, dois cálices da Catedral de João Pessoa; Realizar, juntamente com outros, levantamento da empresa de Ônibus Varjão, para futuro assalto, que não se consumou por não disporem de um veículo para a ação; Realização, juntamente com Alberto Magno, da saída de veículos na sede do Moinho Teone, na Cidade de Cabedelo, local que seria assaltado e não o foi por vários motivos; Projetar, juntamente com outros companheiros de seu grupo, o assalto à Cia. Souza Cruz, não se efetuando o assalto por circunstâncias alheias à sua vontade e de seus companheiros; Assaltar, juntamente com Eduardo Ferreira Lima e outro, uma casa na Praia de Manaíra, no Estado da Paraíba, roubando-lhe o carro, a fim de possibilitar que seu grupo ficasse motorizado; Promover treinamento de Guerrilha, na região do Cabo Branco.

Seu companheiro Antônio Soares de Lima Filho, primeiro vice-presidente da UPES, já aí foi acusado de “Integrar o PCBR de Pernambuco e Paraíba”, além de:

²⁵² Denúncia da procuradoria da 7ª Auditoria da Região Militar. Proc. 70/69, BNM 649, fls. 8 *et seq.*

Ser membro de Organização de Base (OB) do Colégio Estadual do Roger, ocupando o cargo de secretário da organização. Fazer e distribuir panfletos no Colégio Estadual do Roger; Fazer pichamento no Colégio Estadual do Roger; Participar de treinamento guerrilheiro, organizado por Emilson Ribeiro.

Note-se a relevância que ocupam, nessa denúncia, os atos de panfletagem e pichação, os quais estão presentes na acusação de vários dos denunciados no processo. É importante notar que, para além de demonstrar que essas atividades constituíam em prática comum de propaganda para algumas organizações da esquerda armada, também indica a origem social e o espaço de atuação de seus membros, ainda vinculados, nesse momento, ao movimento estudantil. Essa proximidade com o ME teria sofrido uma inflexão no decorrer deste 1969, devido ao recrudescimento da repressão no interior das escolas e das instituições de ensino superior, desencadeando, além de muitas prisões, a imposição da clandestinidade a uma grande maioria. Isso inviabilizava, enormemente, o trabalho no setor estudantil, nos mesmos moldes de outrora.

Nesse processo, sejam os pontos acolhidos pela procuradoria militar ou da fase de investigação policial, podem ser observadas várias acusações em torno de atividades desenvolvidas com certo grau de normalidade em 1968 e que denota a intensificação da vigilância e da criminalização mais sistemática aos ativistas por parte dos órgãos repressivos nos *campi* e nas escolas. É deveras importante, como dado de análise, termos pormenorizadas as muitas acusações, por vezes repetitivas, de que foram alvo os jovens que atuaram em 1968, nos muitos processos que foram abertos neste ano e, sobretudo, no de 1969, a exemplo do processo 70/69, no qual estamos nos debruçando. Isso nos auxilia igualmente a municiar com substrato a configuração dos elementos que compunham o cotidiano desses jovens naquele momento, exarado que essa dinâmica e o mote de acusações não se circunscrevem à Paraíba, ou mesmo ao Nordeste, mas é um processo verificado nacionalmente, com ênfase nas capitais e nas cidades de maior concentração urbana do país.

A partir desses dados, pode-se objetivar apresentar elementos que contribuam para a formação de uma radiografia genealógica dos integrantes das organizações armadas e o *modus operandi* de seu cotidiano. Da mesma forma, podemos também apreender o momento de viragem ou de transição das atividades dos grupamentos políticos que optaram pelo caminho das armas para a revolução brasileira.

Igualmente à similitude das atividades desenvolvidas por esses jovens, as características de recrutamento e reconfiguração de atuação decorrente do cerco da repressão,

resguardadas exceções, compõem um quadro não somente estadual — da Paraíba —, mas que engloba a região Nordeste e o Brasil. Claro que há as particularidades observadas caso a caso, mas é regra geral o ingresso de grande parte de jovens estudantes nas organizações armadas no ano de 1968, o que é agudizada após a decretação do AI-5 e do 477. Do segundo semestre de 1968 em diante, inaugurou-se um novo ciclo de repressão à oposição à ditadura, inclusive com a institucionalização da tortura como política de Estado. Empurrou-se para a clandestinidade e afastamento do movimento estudantil centenas de militantes que haviam protagonizado as lutas de 68. Esse fato foi decisivo para minguar ou mesmo fechar, em alguns casos, a principal via de recrutamento de novos membros para a luta armada: o meio estudantil. A seguir, listamos as acusações constantes no processo 70/69, no qual José Emilson é um dos indiciados, excetuando as dele e de Antônio Soares, já supracitadas:

Compor o CZ (Comitê de Zona) do PCBR na Paraíba; Confecção de bombas Molotov para uso em manifestações e passeatas; Organização de uma organização de base (OB) do PCBR; Produção e distribuição de panfletos; Aliciamento de pessoas para o PCBR; Participação no congresso regional da UNE, em Salvador; Proclamar a mudança do regime, através da luta armada; Rodar panfletos para o Congresso da UNE; Distribuição de panfletos no Restaurante Universitário; Distribuição de panfletos da Frente Ampla; Proceder pichamentos na área central de João Pessoa; Furto de Mimeógrafo na cidade de Areia e de placas de automóveis na cidade de Campina Grande; Roubo de Carro na Praia de Tambaú para ser usado em assaltos; Participar de tentativa de assalto à Cia. Souza Cruz de João Pessoa em um sábado de abril de 1969; Levantamento da Fábrica Portela para realização de assalto; Participação na greve política, de caráter ilegal, do Colégio Estadual Central; Redação e distribuição de panfletos sobre a “Frente Ampla” e a morte do estudante Edson Luiz; Chefiar a Organização de Base (OB), do PCB, no Colégio Estadual Central; Obtenção criminosa e subversiva de um fuzil que foi apreendido no “Aparelho” de Tambaú; Participação no planejamento e na preparação do assalto à Cia. Souza Cruz, em João Pessoa; Participação no roubo de veículo de propriedade do sr. José Jorge de Lima Filho, gerente da firma “CASA SEM NOME”, para utilizá-lo, em assalto, com fins subversivos, e que não chegou a se concretizar; Participar de Greve, de caráter política, e por conseguinte ilegal, levada a efeito no Colégio Estadual Central; Datilografar panfletos sobre a morte do estudante Edson Luiz, distribuindo-os no Restaurante Universitário; Distribuição de panfletos na Faculdade de Medicina, protestando contra a prisão de estudantes, participantes do Congresso de Ibiúna; Participar de Greve, de caráter política, e por conseguinte ilegal, levada a efeito no Colégio Estadual Central; Datilografar panfletos sobre a morte do estudante Edson Luiz, distribuindo-os no Restaurante Universitário; Distribuição de panfletos na Faculdade de Medicina, protestando contra a prisão de estudantes, participantes do Congresso de Ibiúna; Ajudar no furto do Mimeógrafo da Escola de Agronomia do Nordeste; Auxiliar em mimeografar panfletos sobre guerrilhas e problemas estratégicos; Imprimir, com outros companheiros, no aparelho da Cidade dos Funcionários, o “*Diário de Guevara*”, na Bolívia, para ser vendido e revertida a importância em favor do PCBR; Auxiliar José Emilson a distribuir cerca de 500 exemplares de panfletos subversivos alusivos ao Dia do Trabalhador; Ser aliciador de elementos para o movimento subversivo; Participar do GEPS — Grupo de Estudos Políticos e Sociais — de caráter subversivo; Distribuir, com outros, panfletos subversivos no Shopping Plaza; Mimeografar o boletim, “A Linha Política do Partido” no aparelho da Torre; Distribuir panfletos nas proximidades da Catedral, durante passeata levada a efeito no ano de 1968 em João Pessoa; Colaborar com José Emilson no fabrico de bombas Molotov no aparelho da

torre, para serem utilizadas em conflitos com a polícia; Participar do furto de um mimeógrafo da Escola de Agronomia do Nordeste e de uma máquina de escrever e outro mimeógrafo da Faculdade de Medicina, da qual era aluno, utilizando inclusive viatura de sua família; Afixar cartazes na escola de medicina com os dizeres: “Liberdade Para os Estudantes da Une”; Ser membro atuante do PCBR na Paraíba, compondo a Organização de Base do Colégio Estadual do Roger; Realizar pichamentos de muros, juntamente com outros, escrevendo frases como: “Abaixo a política educacional do governo”, “Abaixo Diretor Fascista”, “Morte aos Assassinos de Edson Luiz”, “Queremos a Saída do Diretor”, “Abaixo o Acordo MEC-Usaid” e “Abaixo a Lei Suplicy de Lacerda”; Participar, com outros, na cidade de João Pessoa, de passeatas tidas como ilegais, em que se fizeram ataques ao governo; Distribuir panfletos, no Colégio Estadual do Roger, sobre a morte de Edson Luiz; Elaborar, rodar e distribuir, em João Pessoa, panfletos criticando a política educacional do governo, o não comparecimento dos professores nas aulas e crítica ao governo estadual; Efetuar pichamentos, juntamente com outros, nas áreas dos bairros da Torre, Jaguaribe e Tambiá; Ser Expositor do sistema de Guerrilhas; Integrante da Frente Guerrilheira do Sul do País; Integrar o PCBR do Recife; Participar de assalto a um casal na Praia de Manaíra para o assalto da Cia Souza Cruz; Integrante do PCBR do Rio Grande do Norte; Ser elemento de ligação entre os diversos PCBR do Nordeste; Tentar reorganizar um partido político que exerce atitudes prejudiciais à segurança nacional, e com isso tentando implantar um governo popular revolucionário.²⁵³

“Saí daqui para Recife a pé. Uma caminhada que durou mais de dois dias.” Procurado e diante da iminência de ser preso, Emilson vê-se obrigado a sair da Paraíba, rumando para o Recife; de lá, com Eduardo Ferreira Lima,²⁵⁴ ruma para o estado do Rio de Janeiro e, depois, para o de São Paulo. Esses são estados nos quais não participou de atividades políticas, provavelmente devido ao contexto do momento em que lá chegou. É nesse final de 1969 que há um conjunto de prisões de militantes da ALN no Sul do país e, em novembro, ocorre o assassinato de Carlos Marighella.

²⁵³ Proc. 70/69. 7ª Auditória da Região Militar. BNM 649.

²⁵⁴ Companheiro e dirigente do PCBR na Paraíba, que também havia rompido com essa organização para compor a ALN.

3 SINISTROS VERMELHOS EM AÇÃO: A ESQUERDA ARMADA EM PERNAMBUCO

Nordeste nunca / houve! / Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos! / Não sou da nação dos condenados! / Não sou do sertão dos ofendidos! / Você sabe bem: / Conheço o meu lugaaaaaaaaaaaaar!²⁵⁵

Não renunciaram à utopia concreta. Negaram radicalmente o estado de contemplação e partiram para a ação direta de confronto. As reavaliações posteriores não podem ser base para analisarmos a realidade e a intenção desses militantes e de suas organizações, quando ainda estavam em atividade, ou seja, antes de suas prisões ou do desbaratamento de seus agrupamentos, ou mesmo a reavaliação posterior do projeto da luta armada. O que os animou à luta e a suportar as agruras da clandestinidade e da repressão foi o signo da revolução e não da democracia. Isso, evidentemente, não conduz à conclusão equivocada de que essa esquerda armada era antidemocrática.

Não. Somente é possível fazer tal avaliação se essa for restringida a critérios demasiadamente formais e à custa do empobrecimento teórico do conceito de democracia. No entanto, é importante salientar o signo da revolução como norte maior que incitou tantas mulheres e tantos homens a abraçarem um projeto de mundo a ser construído com muitos sacrifícios, com tantos deles sendo assassinados ao longo do percurso. Discordamos, sob essa perspectiva, que os militantes envolvidos nas organizações armadas, “abandonaram suas casas, famílias, namoradas e namorados, transferiram seu dia a dia para a execução das atividades políticas, modificando completamente o seu cotidiano com o fim de derrubar a ditadura militar, objetivo maior das suas organizações.”²⁵⁶ O objetivo foi a revolução. O erótico²⁵⁷ sonho diurno de construir uma sociedade de iguais ao derribar o sistema capitalista. Por mais ficcional que isso possa parecer-nos no presente, esse *romantismo revolucionário e/ou utópico*,²⁵⁸ a *estrutura de sentimentos*²⁵⁹ daquelas pessoas era outra, como podemos

²⁵⁵ BELCHIOR. “Conheço o meu lugar”. In LP **Era uma vez um homem e o seu tempo**, WEA, 1979.

²⁵⁶ SILVA, Sandra Regina Barbosa da. “**Ousar lutar, ousar vencer**”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003, p.120.

²⁵⁷ O conceito de erótico aqui alinha-se com o entendimento de Herbert Marcuse, para o qual a nova esquerda desenvolvera uma *nova sensibilidade* capaz de demolir os bloqueios repressivos da imaginação, edificados pelo sistema capitalista, incluindo o modo aparentemente democrático deste sistema numa dita “tolerância repressiva”. Essa crítica radical, no entendimento do filósofo, alçou-os à possibilidade de uma utopia concreta no horizonte da emancipação individual, mas também coletiva. MARCUSE, Herbert. **Um ensayo sobre la liberación**. Traducción de Juan García Ponce. México: Editorial Joaquín Mortiz, 1969.

²⁵⁸ Aquele o qual “[...] recusando tanto a ilusão de um retorno puro e simples às comunidades orgânicas do passado quanto à aceitação resignada do presente burguês ou seu aprimoramento por meio de reformas, aspira

observar em suas produções escritas de então. Somente a partir de sua reconstituição geral aproximada é possível chegarmos a um bafejo consistente de compreensão do fenômeno da luta armada naquele período e avançar nesse complexo debate sem recair em binarismos inférteis. Quando perguntado se “[...] seria correto tratar como resistência armada a luta armada no Brasil”, Cesar Benjamin, militante do MR-8, respondeu o seguinte: “Não sei, porque, na verdade, os grupos armados reivindicavam uma estratégia que era algo mais do que resistir à ditadura. Era, no contexto, fazer a revolução socialista.” Replicado se “[...] seria uma libertação nacional que acabaria no Socialismo?”, disse:

Era uma revolução de qualquer maneira. Então, tem o aspecto da resistência, mas tem o aspecto... por exemplo, quando você resiste ao regime militar, você tem, na democracia, uma trincheira muito clara, você tem uma política de alianças de outras natureza. Embora, na verdade, fosse uma resistência, era também um projeto que guardava uma certa autonomia do regime militar. Não no sentido de que ele existiria sem o regime militar, mas que a dinâmica dele não era (mesmo porque a gente considerava que o regime militar era uma forma permanente de dominação). Então, era sair dele por uma revolução. A nossa estratégia política também tinha que ter uma vigência maior do que uma simples resistência.²⁶⁰

Os e as integrantes da esquerda em armas, que atuaram em Pernambuco, estiveram imersos e, ao mesmo tempo, do outro lado do cenário de medo implantado pela ditadura. Não do lado dos que não tiveram medo, pois, obviamente, sentiram-no; mas não em sua face imobilizadora, contemplativa, na espera angustiada do futuro, impulsionados/as na luta pela construção de um outro amanhã, nunca acontecido, definiram-se pelo confronto. Enfrentar a violência com violência, partindo para a luta de choque sem esperar pela chegada das condições perfeitas ou mais favoráveis para o embate direto, como argumentavam, à época, as organizações de esquerda que não aderiram à luta armada imediata, o que era o caso do PORT, da Ação Popular e do PCB. Essas organizações arrazoavam que era necessário aguardar uma conjuntura que garantisse reunião de forças com a entrada das massas no conflito. Para eles, a hora seria de preparar e organizar as massas, a partir das vias possíveis, ainda que essas

— de uma maneira que pode ser mais ou menos radical, mais ou menos contraditória — à abolição do capitalismo ou o advento de uma utopia igualitária em que se recuperariam certos traços e valores das sociedades anteriores” (LOWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade**. 1. ed. Tradução de Nair Fonseca. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 102).

²⁵⁹O conceito de Raymond Willians busca dar conta de “[...] significados e valores tal como são sentidos e vividos ativamente [...] do pensamento tal como sentido e do sentimento tal como pensado: a consciência prática de um tipo presente, numa continuidade viva e inter-relacionada (WILLIANS, Raymond *apud* RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 86).

²⁶⁰Cesar Queiroz Benjamin, militante do MR-8, em depoimento concedido a Marcelo Ridenti no Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1986. (Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. Coleção Militância Política e Luta Armada).

fossem realmente precárias. Além dessas táticas, o PCB defendia também a luta parlamentar como uma das trincheiras privilegiadas para a derrubada da ditadura.

A presença da ditadura era tão totalizante que, de fato, sua existência teve um peso decisório na escolha da linha de atuação como caminho ao socialismo. No entanto, é importante não perdermos de vista os objetivos políticos e programáticos da esquerda em armas: “Tudo pela Revolução”. Aliás, tudo pela construção de uma sociedade sem exploração. No cumprimento dessa missão, derrubar a ditadura era um dos obstáculos primeiros. Os militantes das organizações da esquerda armada nunca pretenderam tão somente destruir a ditadura e garantir o retorno à democracia formal anterior, apesar da presença da ditadura ser um dos motivos para decidirem trilhar o caminho armado. Queriam muito mais, sonhavam e lutavam pela transformação radical da sociedade. Não comungavam com a conciliação com o reformismo institucional, por mais avançado que pudesse parecer para outras organizações, destacadamente o PCB. Esse ponto é notório e ululante em seus manifestos e programas.

Dessemelhante à tese de que a região Nordeste foi a área resguardada, durante o período de atuação da esquerda armada (1968-1974), tão somente para fins de recuo tático das diversas organizações que atuaram na luta contra a ditadura, ou seja, para o esconderijo e para a preservação de militantes perseguidos pelo regime, o que os escritos das organizações, a documentação processual dos fatos relativos a esse estado, nos indicou foi que, na fase de agonia da esquerda armada no Brasil, o Nordeste — e Pernambuco em particular — foi eleito, por mais de uma organização, como uma área privilegiada para envidar esforços políticos para a (re)estruturação e para o avanço da revolução brasileira, por meio da deflagração da guerrilha rural.

3.1 Entre a Aliança (1935) e a Ação (1968-1974) para Libertação Nacional: Duas trilhas do caminho armado para a Revolução Brasileira

A ideia de deflagração da luta armada, por meio da guerra de guerrilhas, como caminho para a revolução não era de todo estranha à esquerda pernambucana, ou mesmo do Brasil. A experiência mais próxima e direta do fenômeno, nós podemos buscar na década de 1930, forjada na tensão entre fascistas e comunistas (com sua máxima em 1934) e a formação e o encaminhamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL). É contemporâneo à “Revoada

das Galinhas Verdes”, isto é, no contexto de ascensão do nazismo, em que ocorreu, em São Paulo, a “Batalha da Praça da Sé”, como ficou conhecido o enfrentamento ocorrido em 7 de outubro de 1934 entre membros da Ação Integralista Brasileira (AIB) e integrantes da Frente Unida Antifascista (FUA), a qual havia unido comunistas, trotskistas, anarquistas e sindicalistas. Desse embate, resultou a morte de seis pessoas, além de ter havido outras 36 feridas. Foi nesse mesmo mês de outubro que aconteceu, em Moscou, um encontro entre representantes dos PCs da América Latina e da Internacional Comunista, como reunião preparatória para o VII Congresso da Internacional Comunista, já que esse havia sido adiado, mas os latinos não tinham sido avisados.

Para aproveitar a presença dos dirigentes estrangeiros, a esse encontro foi dado o nome pomposo de III Conferência dos Partidos Comunistas da Área Meridional e do Caribe. Como representação da IC, do lado latino-americano, vieram representantes do Uruguai, Paraguai, Bolívia e México. Podemos citar o comparecimento de Eudósio Ravines (Peru); Vittorio Codovilla e Rodolfo Ghioldi (Argentina); e, pelo Brasil, Antônio Maciel Bonfim (Miranda ou Queiroz), José Caetano Machado (Alencar ou Almeida), Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), Elias Reinaldo da Silva (Sousa ou André) e Valdevino de Oliveira (Marquez, Divino, Loureiro ou Barbosa). Além desses, participaram do encontro Dimitri Manuilsky, Giorgi Dimitrov, Vasil Koralov, Maurice Thorez, Raymond Juyot, Klement Gottwald, Wilhelm Pieck, Otto Kuusinen, Ho Chi-Min, Palmiro Togliatti e Van Minh. Outro brasileiro que compareceu ao encontro foi Luís Carlos Prestes, que já se encontravam na União Soviética no momento.²⁶¹

Nessa conferência, foi determinada a linha de insurreição armada como caminho para a revolução no Brasil, mesmo havendo a orientação do IC nesse sentido, a qual foi encabeçada por Dmitri Manuilsky (presidente do comitê executivo da Internacional Comunista) e tendo os informes da realidade brasileira, repassados por Miranda (secretário-geral do PCB, no momento), sido um tanto inflacionados e baluartistas, na verdade, a deliberação somente vinha a confirmar, em linhas gerais, o que já fora aprovado na Conferência Nacional do Partido, realizada em julho daquele ano. O “cavaleiro da esperança” voltaria ao Brasil para dirigir o processo revolucionário que teria, como palavra de ordem

²⁶¹ Cf. PRESTES, Anita Leocádia. A Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe e os levantes de novembro de 1935 no Brasil. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.22, 2006, p.132-153; VIANNA, Marly de Almeida Gomes. “O PCB: 1929-1943”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 331-363. v. 1.; DEL ROIO, Marcos Tadeu. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB, 1928-1935, ensaio histórico-político*. Ciência Política. Dissertação 1989.

“por um Governo Popular Nacional Revolucionário, com Luiz Carlos Prestes à frente”, contando, para tal, além dos militantes brasileiros, com o apoio do Secretariado Sul-Americano do IC, o qual se mudaria para o Rio de Janeiro para prestar assistência ao PCB. Os que vieram com essa missão foram: os alemães Arthur Ernst Ewert (Harry Berger) e sua esposa; o ucraniano Pavel Vladimirovitch Stuchevski (Jules Leon Vallée) e sua esposa Sofia Semionova (Alphonsine Vallée); o argentino Rodolfo Ghioldi e o estadunidense Victor Allan Barron.²⁶²

Com a ANL já constituída em torno da tríade *anti-imperialista, anti-latifundiária e pelas liberdades democráticas*, e tendo Prestes como seu presidente de honra, podemos ver a orientação da conferência nacional e a de Moscou postas em prática na edição de 30 de setembro de 1935²⁶³, do *Classe Operária*, jornal oficial do partido, onde podemos encontrar o artigo do secretário-geral do PCB, Antonio Maciel Bonfim, intitulado “Lutemos pela unidade e pela disciplina em nosso partido”. Nele, podemos ler que para se chegar à revolução

[...] precisamos ser o Partido que, desde já, ponha-se à frente e desencadeie possantes lutas grevistas, amplas lutas populares, lutas e lutas armadas, em todo o interior do Brasil, pela Revolução Popular Nacional Libertadora. Esta é a grande tarefa do nosso Partido. E, para cumprir as diretivas da I.C. e do Comitê Central neste sentido, nada de vacilações. Essa é a convicção que deve ter todo membro do Partido, neste momento, e a disposição que deve nos animar no cumprimento das nossas tarefas.²⁶⁴

No mesmo número do periódico, encontramos outro escrito: “Como preparar e desencadear as lutas no campo: o caminho para insurreição”,²⁶⁵ esse do militante norteriograndense Bangú, que segue o mesmo espírito e traz elementos demasiadamente próximos das diretivas do foquismo da década de 1960. Orienta a “autodefesa armada” como via para os movimentos camponeses e grevistas, mas, diz ele,

²⁶² VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB: 1929-1943. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 331-363. (Coleção As esquerdas do Brasil, v. 1).

²⁶³ Em 11 de julho de 1935, a ANL é empurrada, via decreto, para a ilegalidade. Enquadrada na Lei de Segurança Nacional, aprovada em abril daquele ano. Neste mês a radicalização da ANL era visível no manifesto de Prestes (pronunciado dia 5) em que conclamava as massas a não somente preparar-se para o enfrentamento ao fascismo, mas também para “o momento do assalto” e a derrubada do “governo odioso de Vargas. Por um governo popular nacional revolucionário!”.

²⁶⁴ BOMFIM, A. Maciel. Lutemos pela unidade e pela disciplina em nosso partido. **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 191, 30 set. 1935.

²⁶⁵ ROCHA, Lauro Reginaldo (Bangu). Como preparar e desencadear as lutas no campo: o caminho para insurreição. **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 191, 30 set. 1935. No número anterior, em julho do mesmo ano, temos a primeira parte deste escrito de Bangu, contendo, em seu teor geral, a mesma matriz argumentativa que o de setembro supramencionado.

[...] não se trata, naturalmente, só de adquirir as armas. Trata-se de, uma vez iniciada a luta, passar à ofensiva, pôr os grupos armados em ação, evitando que a massa desarmada seja atacada pela polícia. As armas podem ser mesmo expropriadas de fazendeiros e coronéis, os últimos devendo ser alvo das investidas do movimento. Começando aí, por obter uma victoria, a massa enthusiasma e os outros procurarão se armar também. E ahí está iniciada a guerrilha. Uma vez iniciada a luta, não abandonar as armas, continuar a luta com decisão, procurando alastrá-la. Tomar logo posição estratégica para combates, procurando as regiões montanhosas de difficil acesso às tropas reaccionárias.

Aconselha, também, emprender grande mobilidade em pequenos grupos, fustigando o inimigo de surpresa. Com essas ações, “[...] os êxitos da primeira guerrilha servirão de exemplo e surgirão, infalivelmente, novos fôcos de guerrilheiros”.

Figura 1 – Página do jornal *A Classe Operaria*

CLASSE OPERARIA 86v

Como Preparar e Desencadear as Lutas no Campo

O CAMINHO PARA A INSURREIÇÃO Por BANGÚ

Qualquer movimento que se prepare, especialmente no campo, deve-se, antes de tudo, cuidar da auto-defesa armada.

Sem preparar a auto-defesa armada, os movimentos camponeses (tambem as grêves) estão destinados ao fracasso, salvo raras excepções.

Não se trata, naturalmente, só de adquirir as armas. Trata-se de, uma vez iniciada a luta, passar á offensiva, pôr os grupos armados em acção, evitando que a massa desarmada seja atacada pela policia.

O movimento de Assú é um exemplo. Havia muitos camponeses armados. Mas, envez de irem ao encontro da policia, botando-lhe emboscadas, deixou-se que a policia tomasse a iniciativa pegando os camponeses de surpresa (1).

O principio fundamental para as guerrilhas e para as lutas em geral é a offensiva. Nunca se deixar ser atacado de surpresa pelo inimigo. E, como todos o sabem, qualquer movimento que surge actualmente, por menor que seja, provoca logo a reacção da policia.

Preparar uma grêve ou um protesto que seja, sem primeiro armar uma parte dos grévistas contra os ataques da policia, é um crime. E' entregar as massas indefesas á mercê da reacção.

Supponhamos que no lugar tal os camponeses estão descontentes. Varios camponeses já foram despejados e outros ameaçados, pelos impostos ou arrendamentos, de seguir o mesmo caminho. E' preciso reempossar um camponez que foi despejado ou resistir a um pagamento de renda ou impostos.

Tratar, então, de armar pelo menos uma parte dos camponezes.

—Mas, onde ir buscar armas? Perguntarão certamente.

Não é muito difficil. Em geral os fazendeiros tem armas guardadas ou distribuidas com seus capangas. Atacar de surpresa e tomar as armas. Tambem ha destacamentos de policia por toda parte. Estes tambem podem fornecer armas. O fundamental é ir buscar as armas aonde houver.

Arranjadas as armas, iniciar o movimento (a resistencia ao despejo, a grêve, etc.). Mas nunca esperar ser atacado. Ir ao encontro dos capangas do Coronel e dar-lhes uma boa lição.

Será melhor mesmo começar pelo Coronel, liquidando-o.

Começando por obter uma victoria, a massa se enthusiasma e os outros procurarão se armar tambem. E ahí está iniciada a guerrilha.

Uma vez iniciada a luta, não abandonar as armas; continuar a luta com decisão procurando alastrá-la. Tomar logo posição estratégica para combates, procurando as regiões montanhosas, de difficil acesso às tropas reaccionárias.

Procurar sempre obter victorias, mesmo pequenas. Evitar grandes combates, poupando nossas forças. Dividir a tropa em pequenos grupos que possam se locomover com rapidez.

Os exitos da primeira guerrilha servirão de exemplo e surgirão, infalivelmente, novos fôcos de guerrilheiros.

Si os chefes dos guerrilheiros sonberam conduzir bem suas tropas, dando-lhes victorias, fazendo justiça em favor do povo, resolvendo suas reivindicações immediatas (distribuindo roupas, alimentos, etc., aos necessitados), devolvendo as terras roubadas aos camponezes — o numero de guerrilheiros progredirá vertiginosamente.

E, na base dessas guerrilhas, com esses movimentos de massas no campo, com o impulso grevista e com as lutas populares nas cidades, crearemos as condições necessarias para a insurreição victoriosa em todo o paiz.

Não ha outro caminho.

Tanto mais depressa iniciarmos as lutas parciais nas cidades e no campo — caminho para as grandes lutas de massas — tanto mais depressa iniciarmos as guerrilhas, mais proximo será o dia da alverada pelo qual tanto temos lutado e que tão ardorosamente almejamos.

Nas condições actuaes do Brasil, uma luta camponeza armada, bem dirigida, poderá ser o fogo no estopim para grandes movimentos insurreccionaes no campo e, consequentemente, para as lutas decisivas para a instauração em todo o paiz do Governo Popular Nacional Revolucionario, com Luiz Carlos Prestes á frente — governo que abrirá caminho ao povo brasileiro para uma nova vida.

(1) Segundo informes pessoas, recebidos posteriormente.

Da mesma maneira que as organizações de esquerda armada pós-golpe de 64 direcionavam seus militantes, em suas áreas de atuação, a pesquisar quais eram as reivindicações mais sentidas e urgentes da população do campo, para, a partir daí, desenvolver as ações com vistas ao desencadeamento da guerrilha rural, também o indica Lauro em seu texto, quando diz:

Si os chefes dos guerrilheiros souberam conduzir bem suas tropas, dando lhes victorias, fazendo justiça em favor do povo, resolvendo suas reivindicações immediatas (distribuindo roupas, armamentos etc. aos necessitados, devolvendo as terras roubadas aos camponeses — o numero de guerrilheiros progredirá vertiginosamente. E, na base dessas guerrilhas, com esses movimentos de massas no campo, com o impulso grevista e com as lutas populares nas cidades, crearemos as condições necessárias para a insurreição victoriosa em todo o paiz.

E sentencia: “Não há outro caminho”. Até mesmo a impaciência, com a qual alguns caracterizam o ânimo impetuoso das organizações armadas que lutaram contra a ditadura de 1964, pode ser vista na fala do dirigente comunista naquela década de 1930, com vistas à inaugurar a aurora da sociedade socialista no Brasil : “Tanto mais depressa iniciarmos as lutas parciais nas cidades e no campo — caminho para as grandes lutas de massa — tanto mais depressa iniciarmos as guerrilhas, mais próximo será o dia da alvorada pelo qual tanto temos lutado e que tão ardorosamente almejamos.”

Se substituírmos o personalismo dirigido a Prestes pela ANL como o grande timoneiro do processo revolucionário armado pelo protagonismo das diversas vanguardas em armas, “condutoras da revolução”, teremos também outra semelhança, não apenas como movimento vanguardista, antes messiânico²⁶⁶. Sob a bandeira inarredável da luta armada, desencadear-se-ia a revolução e, assim, abriria “o caminho ao povo brasileiro para uma nova vida”. A ANL, conduzida pelo partido (PCB) seria o corisco incendiário. Vejamos a seguir:

Nas condições actuaes do Brasil, uma luta camponesa armada, bem dirigida, poderá ser o fogo no estopim para grandes movimentos insurreccionaes no campo e, consequentemente, para as lutas decisivas para a instauração em todo o paiz do Governo Popular Nacional Revolucionário, com Luiz Carlos Prestes à frente — governo que abrirá caminho ao povo brasileiro para uma nova vida.²⁶⁷

²⁶⁶Na leitura de Lowy sobre a tese II de W. Benjamin [em *Sobre o Conceito de História*], lemos que “a redenção messiânica/revolucionária e uma tarefa que nos foi atribuída pelas gerações passadas. Não a um Messias enviado do céu: somos nós o Messias, cada geração possui uma parcela do poder messiânico e deve se esforçar para exercer-la”. (LOWY, Michael. **Walter Benjamin**: Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de historia”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. - São Paulo: Boitempo, 2005, p.53.)

²⁶⁷ ROCHA, Lauro Reginaldo (Bangu). Como preparar e desencadear as lutas no campo: o caminho para insurreição. **A Classe Operária**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 191, 30 set. 1935.

O exemplar da *Classe Operária* que contém os textos apresentados foi encontrado, entre outros, “[...] diversos papéis de propaganda do partido comunista”, onde trabalhava “o indivíduo José Vicente de Souza Monte, agitador e comunista”,²⁶⁸ então funcionário da Great Western e secretário do Sindicato dos Ferroviários de Jaboatão dos Guararapes, Município de Pernambuco. À parte o fato de o Recife haver sido, com o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Norte, um dos estados que se levantou em armas, em novembro de 1935, essa relação da penetração das diretivas da ANL, entre os trabalhadores daquela corporação ferroviária então em greve, ajuda-nos a elucidar a influência que teve a diretiva do caminho armado na ação política dos militantes comunistas em Pernambuco, inclusive para além dos setores militares. Isto é, a relação da linha propugnada pelo PC com o movimento grevista da Rede Ferroviária Great Western, movimento que, na época, contou com o apoio de alas militares (29º Batalhão de Caçadores) e certo apoio popular de outras categorias. Esse fato chegou a entusiasmar o comitê regional do PCB, sediado em Recife, que tinha, entre seus membros, José Caetano Machado, o qual estivera na Conferência de Moscou, com a IC, no ano anterior. O diretório estadual da ANL chegou a publicar um manifesto “[...] ao proletariado e às massas populares de Pernambuco”, a poucos dias da deflagração do movimento armado, conclamando: “[...] cerremos fileiras ao lado dos heroicos ferroviários em luta contra o salário de fome e a exploração imperialista dos magnatas da Great Western”.

O movimento ferroviário grevista, segundo analisava o citado diretório estadual da ANL, tinha, ao seu lado, “[...] o proletariado e as massas populares do Nordeste e de todo aquele que luta pelo Governo Popular Nacional Revolucionário” e, ao final, após o chamamento de apoio à causa por parte dos aliancistas, “[...] a toda massa explorada da cidade e dos campos”, conclui com o tom da luta política do período e com a palavra de ordem da ANL empreendida pelos comunistas: “Abaixo a reação fascista! Abaixo a concentração integralista! Pela vitória da greve dos Ferroviários e do Proletariado do Nordeste! Pelo Governo Popular Nacional Revolucionário com Prestes à Frente! Recife, 10/11/935.”²⁶⁹

Pois bem, consta, nas anotações do prontuário policial, que José Vicente, em 22/10/1935, que foi preso “[...] por exercer atividades contra a ordem social, tendo sido

²⁶⁸PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Investigador n.º 6. **Relatório**. Inspeção de Ordem Política e Social de Pernambuco. José Vicente de Souza Monte. Prontuário Individual 0172, DOPS-PE. Recife, 22 dez. 1935.

²⁶⁹PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Diretório estadual de Pernambuco da Aliança Nacional Libertadora. Ao proletariado e às massas populares de Pernambuco: Cerremos fileiras ao lado dos heróicos ferroviários em luta contra o salário de fome e a exploração imperialista dos magnatas da Great Western. José Vicente de Souza Monte. **Prontuário Individual 0172**, DOPS-PE. Recife, 10 nov. 1935.

encontrado documentos extremistas em seu poder”, tendo sido posto em liberdade no dia seguinte. Isto é, cerca de um mês antes da insurreição em Recife, que se desencadeou no alvorecer do dia 24 e foi de todo reprimida em sua ofensiva militar até o final de 25/11. Tendo sido liderada, sobretudo, pelo capitão Otacílio Alves de Lima; Lamartine Coutinho Correia de Oliveira, Alberto Bomílcar Besouchet (ambos tenentes) e Gregório Bezerra (sargento), além de comandantes menores que não chegaram a três dezenas. Do mesmo modo, a adesão em massa que esperavam do povo e o apoio das bases militares não ocorreram da dimensão planejada. Assim narrou, sucintamente, um historiador o levante armado em Recife:

Na manhã de Domingo 24 de novembro, uma vanguarda sublevada do vigésimo-nono BC [Batalhão de Caçadores] sediado na vila militar de Socorro, distante 18 quilômetros de Recife, marchou sobre a capital. As tropas eram comandadas pelo Capitão Otacílio Alves de Lima e pelo Tenente Lamartine Coutinho Correia de Oliveira, este último sobrinho de Rodolfo Coutinho, ex-membro do PCB. O Tenente Alberto Besouchet, o mais moço dos irmãos Besouchet, participou da revolta. A força rebelde precedente de Socorro, acrescida em sua avançada por grupos civis armados, ao atingir o Largo da Paz, ponto de acesso ao Recife, encontrou pela frente uma força legalista mobilizada pela Polícia Estadual e decidida a barrar a progressão dos revoltosos. De suas posições, os dois lados entraram num combate que perduraria até a tarde do dia seguinte. Um cabo da força rebelde guarneceu uma metralhadora aninhada na torre de uma igreja, de onde varria as entradas do Largo da Paz. Além de controlar o corredor que ia do Largo da Paz a Socorro, os rebeldes asseguraram outros focos isolados na área do Recife e Olinda. O Secretário de Segurança Pública, Malvino Reis Neto, prendeu o Secretário de Justiça, irmão de Rodolfo e tio do Tenente rebelde Lamartine Correia de Oliveira. Como o Secretário de Fazenda se recusasse a expedir verbas em auxílio da Polícia Estadual enquanto Nelson Coutinho estivesse detido, Malvino Correia prendeu o Secretário da Fazenda. O deslocamento do vigésimo BC de João Pessoa e do vigésimo BC de Maceió selou o destino dos revoltosos. O levante finalmente foi contido na noite de 25 de novembro (...) um número de insurrectos foram batidos e capturados nas estradas do sertão. Escorraçados do Lago da Paz, os revoltosos retiraram-se em direção a Socorro, onde muitos depuseram armas. Os presos foram conduzidos em caminhões para a cadeia do Recife, entulhada de prisioneiros. Os cabeças do movimento, entre eles o Sargento Gregório Bezerra, um comunista que insuflara o motim no QG [Quartel General] da sétima Região Militar, no Recife, foram capturados. Alberto Besouchet foi um dos que conseguiu escapar. Sufocada a rebelião no Recife, as tropas legalistas foram acionadas em direção de Natal.²⁷⁰

Fracassado o levante armado, desenrolou-se uma forte repressão aos militantes do PCB e à esquerda em geral, tendo o ferroviário Vicente sido novamente alvo de prisão, em 24 de dezembro, “[...] por medida de repressão ao comunismo”.²⁷¹ Além disso, a insurreição seria utilizada para instaurar um estado de sítio e, depois, com o PCB já quase que completamente esmagado — dada a dispersão geral devido às prisões, aos assassinatos e à clandestinidade de seus militantes — Getúlio Vargas, ajudado por alguns de seus próceres

²⁷⁰ DULLES, John W. F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1930-1935**. Tradução de César Parreiras Horta. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p.424-425.

²⁷¹ PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Anotações. José Vicente de Souza Monte. **Prontuário Individual 0172**, DOPS-PE. Recife.

sicários (entre eles Francisco Campos, Filinto Muller e Eurico Gaspar Dutra), forjou, perante a opinião pública e o parlamento, um suposto e bem comprovado plano do PC, em avançado estado de andamento, para tomar o poder no Brasil. E esse foi o bode expiatório para um autogolpe e a instauração, a 10 de novembro de 1937 (data da outorga da nova constituição), da Ditadura do Estado Novo e também viabilizou a sofisticação repressiva e a prática da primeira Lei de Segurança Nacional, a prática da tortura pelos órgãos policiais foi regra enquanto durou a caça às bruxas e mesmo depois. “Leis, estado de guerra e de sítio, poderes excepcionais e máquina repressiva são condições exigidas pelas classes dirigentes para julgar um grupo de 1000 pessoas, mas na verdade, o que pretendem é silenciar todas as formas de liberdade e direitos conquistados”, e, não por acaso, “a máquina de propaganda anticomunista continua a ser a arma usada para amedrontar e justificar os futuros atos discricionários”.²⁷²

Também foi apreendido, em posse de Vicente, exemplares da *Folha do Povo* (7, 8, 11 e 16/11/1935), Jornal do PCB em Pernambuco, que fazem uma análise da situação do campo e nos põe mais íntimos desse contexto de tensão entre os comunistas e os integralistas (“galinhas verdes”) no Brasil do período, bem como a linha adotada pelo PCB de combate e, ao mesmo tempo, de revolução pela via armada e sua visão dos “restos feudais”²⁷³, ao mesmo tempo que elucida a visão animadora que parecia aos olhos do PCB de Pernambuco o movimento grevista da Great Western. Na edição do dia 8 de novembro, estampava, em sua primeira página, a manchete “O Movimento da Great Western cada vez mais firme”. No dia 11, “De ontem para hoje os grevistas receberam numerosas adesões” e “Os ferroviários voltaram ao trabalho, atendidos nos pontos principais de suas reivindicações”. No texto é dito que:

De ontem para hoje, o movimento vinha tomando enormes proporções, com o apoio concreto da população em geral. Hoje, pela manhã, os carvoeiros, empregados em transportes terrestres e a Resistência paralisaram os serviços, aderindo à parede da Great Western.²⁷⁴

Noutra, afirma “O Governo Prestigia o movimento integralista”.²⁷⁵

VITORIA, 6 (Do correspondente especial) Como em todos os feudos. Vitória [de Santo Antão] possui também os seus usineiros “verdes”. Embora não vistam a camisinha “vilipendio”, os conhecidos senhores de terras: Tomé e Zé Sabino tentam convencer os seus explorados e trabalhadores rurais para lutarem contra os seus

²⁷² CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1937)**. 3ª Ed. – São Paulo: Difel, 1982, pp.358-359.

²⁷³ Podemos observar claramente a definição, dada pelo PCB, de latifúndio como feudo, e seus proprietários seriam os senhores feudais.

²⁷⁴ **Folha do Povo**, Recife, ano 1, n. 102, 11 nov. 1935.

²⁷⁵ **Folha do Povo**, Recife, ano 1, n. 106, 16 nov. 1935.

companheiros trabalhadores da cidade, em luta por um governo popular-nacional revolucionário. O segundo senhor feudal, o Zé Sabino, é sogro do “chefe” integralista local. O moço da Tombola mantém a sede dos galináceos transformada em verdadeiro quartel. Há armas de todos os calibres um “exército” adextrado para correr com o primeiro tiro... Os trabalhadores dos senhores feudais, “futuros” batalhadores da contra-revolução, como creêm os mesmos senhores, ganham \$500 por dia. É de admirar, ou melhor, parece mentira, que numa cidade que dista tão pouco de Recife, um homem alugue seus braços numa enxada, horas seguidas, para ganhar \$500. Os foreiros também sofrem miseravelmente nas mãos dos financiadores integralistas. Antigamente pagavam de foro 100\$000 e hoje pagam 700\$000. Isso acontece no Engenho Cacimba. Os foreiros ainda são forçados a cortar cana. Os donos da terra pagam por cento: 300 réis. Quem não se submeter a isso é posto para fora dos terrenos. Porisso, pelas grandes explorações de que são vítimas, os trabalhadores rurais estão unidos com os trabalhadores da cidade, em luta por um Brasil melhor, um Brasil livre dos senhores feudais, um Brasil com Luiz Carlos Prestes. Não temem os arreganhos dos financiadores do movimento galináceo nem tampouco cairão no cacarejo dos plumitivos da Tombola.²⁷⁶

No prontuário de Souza Monte²⁷⁷, o qual foi apreendido pela Inspetoria de Ordem e Política Social, encontramos o documento assinado pelo “Diretório Nacional da Aliança Nacional Libertadora”, cujo título era “O governo popular nacional revolucionário e seu programma”²⁷⁸. Nele, é dito que

[...] com o objectivo de desfazer malentendidos, assim como responder às interrogações de muitos companheiros aliancistas, passamos a dar algumas informações concretas sobre o character do GOVERNO POPULAR REVOLUCIONÁRIO, pela implantação do qual nos batemos como libertadores do Brasil e verdadeiros democratas, isto é, como membros activos da Aliança Nacional Libertadora”

O objetivo do documento era também de esclarecer que a ANL não seria somente “[...] uma simples mascara do Partido Comunista”. Na verdade, a organização era “[...] uma ampla frente única nacional de todos que no Brasil querem lutar pela independência nacional, contra o capitalismo estrangeiro que nos escraviza e contra o fascismo”, não se confundindo, pois, o Governo Revolucionário objetivado pela ANL com “[...] um governo soviético, com a ditadura democrática dos operários e camponeses, soldados e marinheiros.”

Esse Governo Popular preconizado pela ANL, “[...] representante das grandes massas da população”, só poderia ser exercido “[...] sob o controle direto do povo, praticado a democracia no seu sentido mais largo, pela pratica da mais completa liberdade de pensamento é de palavra, de imprensa, de organização, religiosa, racial, etc.” Terão direito, diz o

²⁷⁶Em Vitória, os senhores de engenho tentam convencer seus explorados trabalhadores a lutar contra seus irmãos de classe. **Folha do Povo**, Recife, ano 1, n. 99, 7 nov. 1935.

²⁷⁷PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. José Vicente de Souza Monte. **Prontuário Individual 0172**, DOPS-PE. Recife.

²⁷⁸ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. DIRETORIO NACIONAL DA ALLIANCA NACIONAL LIBERTADORA. “*O Governo Popular Nacional Revolucionário e Seu Programma*”. Vicente de Souza Monte. Prontuário Individual 0172, DOPS-PE, APEJE.

documento, à representação e à participação todas as camadas sociais, “[...] inclusive a burguesia nacional, pelos seus elementos realmente anti-imperialistas e antifascistas”. Mesmo reafirmando essa abertura, devido ao caráter plural e frentista inicial da organização e a coerência com sua perspectiva de aliança com a burguesia nacional, o entendimento de quais seriam os meios para o encaminhamento são: “governo do povo, surgido do povo em armas”. Diante do “Imperialismo”, o governo instituído afirma que “[...] será realmente nacional revolucionário, profundamente, radicalmente, energicamente revolucionário”. Contando com um líder (no caso Luís Carlos Prestes) que será capaz de “[...] exercer a mais dura ditadura contra os imperialistas e seus agentes”.²⁷⁹

O que nos interessa sublinhar é o caminho armado, inclusive a perspectiva do uso da guerra de guerrilhas como via para se alcançar a libertação nacional, que estaria esculpida no “Governo Nacional, Popular e Revolucionário”. Nesse sentido, tendemos a concordar que os levantes armados de novembro de 1935 foram um movimento de plataforma “[...] nacional-libertadora, denunciava a exploração do Brasil pelo capitalismo internacional, lutava por reforma agrária e pela democracia: por Pão, Terra e Liberdade”. No entanto, discordamos de que “[...] a plataforma do movimento nada tinha de comunista” e de que “[...] obedeceram às tradições de lutas armadas da sociedade brasileira, das lutas que vem ocorrendo no Brasil desde 1922.”²⁸⁰

Primeiro, porque claramente, apesar do aveludado das palavras, o que o PCB está pragmaticamente defendendo é um regime comunista, mas que contaria com uma fase intermediária de governo. Segundo, porque, mesmo que ambos os movimentos compreendessem o traço comum da aproximação entre comunistas e militares (especialmente os tenentes) houve, sem dúvidas, uma quebra de paradigma, da Revolta Armada de 1935 em relação ao Movimento Armado Tenentista de 1922. Em 1935, contou-se com a agência declarada do PCB que, ainda que atuando, a princípio, de modo movediço em consonância com o discurso de unidade da ANL, radicalizava-se com a dinâmica do processo, sobretudo, após o discurso de Prestes de “Todo Poder à ANL”, quando foi declarada sua ilegalidade, mas inclusive antes, em menor grau. Basta observarmos as medidas defendidas pela ANL em seu

²⁷⁹ ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. DIRETORIO NACIONAL DA ALLIANCA NACIONAL LIBERTADORA. “*O Governo Popular Nacional Revolucionário e Seu Programma*”. Vicente de Souza Monte. Prontuário Individual 0172, DOPS-PE, APEJE.

²⁸⁰ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB: 1929-1943. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 349. (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 1).

programa, entre as quais podemos citar²⁸¹: 8 horas de trabalho e menor número para os menores; igual salário para igual trabalho; salário mínimo de acordo com as condições de vida em cada localidade, mas determinado pelas organizações operárias; descanso semanal obrigatório e remunerado; férias anuais renumeradas; condições de higiene nos locais de trabalho; dois meses de repouso antes e depois do parto, com salário garantido; comitês operários para controle da legislação, em cada local de trabalho; seguro social para os sem trabalho; caixas de pensões e aposentadorias; barateamento da vida; diminuição ou mesmo extinção de impostos sobre artigos de primeira necessidade e sobre o pequeno comércio; diminuição dos fretes ferroviários e marítimos para os artigos de grande consumo; garantia de instrução popular, elevação do nível intelectual da população; ensino gratuito e obrigatório; liquidação do analfabetismo; garantia de saúde popular; aumento do número de clínicas e hospitais; distribuição gratuita de medicamentos; garantia de condições de habitação ao povo, por meio da apropriação dos edifícios pertencentes aos imperialistas e seus associados nacionais; nacionalização dos bancos; desapropriação e nacionalização de empresas estratégicas que estiverem nas mãos das multinacionais; garantia da terra para os que nela trabalham; extinção das relações feudais de produção; impor impostos sobre a renda das grandes companhias estrangeiras e nacionais, dos grandes capitalistas nacionais, liquidando com todos os impostos pagos, naquele momento, pelo governo; constituição do grande exército popular nacional revolucionário.

Isso tudo seria, segundo o Diretório Nacional da ANL,

[...] a democracia praticada pela primeira vez em nosso país, será realmente um governo do povo, por que em tal governo o povo intervirá com suas sugestões e exigências, participando também praticamente na execução das medidas que lhe interessam.

Para um programa inicial, que seja revolucionário e comunista, em acareação com o de outras organizações, é-nos difícil, até mesmo inverossímil, concluir que essas medidas propostas e, por conseguinte, os levantes armados promovidos em seu nome, em novembro de 1935, no Recife, Rio de Janeiro e Natal, não tenham sido comunistas e que seus militantes não tenham sido motivados à luta por essa ideia, particularmente os jovens. O papel do historiador vai muito além da idolatria dos fatos consumados. O que poderia ter sido compõe a história das pessoas, mas também de um tempo.

²⁸¹ ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. DIRETORIO NACIONAL DA ALLIANCA NACIONAL LIBERTADORA. “*O Governo Popular Nacional Revolucionário e Seu Programa*”. Vicente de Souza Monte. Prontuário Individual 0172, DOPS-PE, APEJE.

É fundamental buscar essa genealogia da adoção da via armada pela esquerda brasileira, não se restringindo a uma análise de base retrospectiva àquela que age como tribunal da história, julgando o passado pelo seu desfecho. O Levante Armado de 1935, levado a efeito pelo PCB em nome da ANL, compôs, inegavelmente, esse quadro, ainda que a opção tenha sido uma excepcionalidade na linha política geral adotada pela organização ao longo de sua história, e mesmo por isso, torna-se mais necessário seu estudo. Considerando a teoria adotada pelo PCB sobre a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas brasileiras para o avanço do capitalismo nacional a níveis mais elevados, o que, por sua vez, abriria a possibilidade concreta da revolução burguesa no Brasil, quando o partido delineia a luta armada como tática revolucionária, isso conduz a uma principalidade da luta no campo para a deflagração da revolução brasileira sob o paradigma da *Nacionalização contra o Entreguismo*, o qual deu o tom do debate e dos rumos da ação política.

No prontuário do militante ferroviário Souza Monte, já aqui citado, também pudemos encontrar um *Boletim de Agitação e Propaganda*, de agosto de 1935, dividido em quatro seções:

1- Desenvolvamos as lutas de massas contra a guerra imperialista e em defesa da União Soviética; 2 - Preparemos melhor as greves, pelas conquistadas reivindicações parciais mais sentidas e mais imediatas; 3 - Diretivas para o trabalho no campo; 4 - Trabalho de agitação e propaganda no terreno nacional.

Interessa-nos mais, para o debate sobre a luta armada, precipuamente o ponto 3, não obstante, vale mencionar que, no primeiro tópico, diz-se que a “[...] melhor forma de lutar realmente contra as guerras imperialistas e em defesa da U.R.S.S. é canalizar todas as nossas lutas para o triunfo da revolução nacional-libertadora em nosso paiz”. No item 4, vê-se a confissão de haver uma grande preocupação no estudo e na publicação das questões referentes ao campo, com o claro objetivo de que os militantes munidos desse conhecimento pudessem ter atuação mais consequente na linha defendida pelo Partido.

Aliás, essa é uma das precariedades constatadas pela organização após o malogro do Levante Armado:

A “Classe”, ainda que com debilidades, começa a se tornar o órgão vivo, veículo da linha e das resoluções do Partido, ligado às massas das cidades e dos campos. Uma de suas falhas, que era a pouca atenção dedicada aos problemas e à vida dos campos, está ultimamente sendo corrigida. Já encontramos em A CLASSE OPERÁRIA duas e mais páginas dedicadas à vida e às questões do campo.

No ponto “Preparemos melhor as greves, pela conquista das reivindicações parciais mais sentidas e mais imediatas”, percebe-se uma crítica ao pacifismo em sua associação ao reformismo. Além disso, “Em alguns desses panfletos, encontramos mais de uma referência ao ‘caráter passífico’ da greve, preocupação essa devido à influência de algum elemento reformista”.

A seguir, nas diretivas gerais para o trabalho no campo, salta-nos aos olhos a semelhança com o discurso das organizações de esquerda armada dos anos 1960, quando o Partidão estaria do outro lado, do lado dos que defendiam o caminho pacífico. No entanto, é essencial, para sermos justos com sua história e a de suas e de seus integrantes não tornar opaca a verdade que, nesse específico momento da década de 1930, o PCB defendeu a via armada e a promoção de guerrilhas no campo, como via para a revolução brasileira e, para tal, buscou utilizar-se da estrutura da Aliança Nacional Libertadora.

A ultima reunião do C.C. já referida [ocorrida em agosto] deu a palavra de ordem de guerrilhas nos campos. Para levar a prática esta palavra de ordem — que, em vários pontos, no Nordeste sobretudo, as próprias massas tem applicado expontaneamente — esses activos, a preparação das brigadas, o reforçamento do trabalho nos pontos principaes das zonas camponezas não se concorrerão immensamente, como também, constituem o único caminho seguro para garantir a realização desse objectivo. Com toda a audácia e decisão revolucionaria, devemos marchar para as greves e levantamentos armados nos campos, organizar o dirigir as guerrilhas camponesas, unir as lutas dos campos com as lutas das cidades. Por esse caminho revolucionário, lançaremos as bases indispensaveis e indestructiveis para a solução revolucionaria da crise, soldando pela base e atravez de lutas operarias, camponezas, de todas as camadas oprimidas e exploradas, a mais ampla e combativa frente popular anti-imperialista, anti-feudal e anti-fascista já iniciada com a Alliança Nacional Libertadora, e que deve continuar estendendo-se a todos os sectores populares e democraticos da população do Brasil, pela defesa das liberdades democráticas, pela conquista de pão, da terra e da liberdade, pelo estabelecimento do Governo Popular, Nacional Revolucionario. Nesse trabalho camponez tambem é opportuno aconselhar com a máxima atenção para as lutas parciais, pelas mais pequenas e sentidas reivindicações diárias das massas. Essas lutas, em muitos casos, poderão constituir o ponto de partida para grandes e decisivas lutas.

3.2 O PORT e a Via da Violência Insurgente em Pernambuco: Aproximações possíveis

O paradigma dualista entre *Nacionalismo contra Entreguismo* manteve-se vigoroso até a década de 1960 plasmado sob a bandeira do anti-imperialismo, ainda que o PCB já tivera abandonado a defesa da Insurreição Armada. Nesta década de sessenta este dualismo consistia em explicar que “as estruturas econômicas e sociais do Brasil se caracterizariam pela

coexistência de dois modos de produção diferentes — o capitalista e o feudal, podendo este apresentar-se sob diferentes matizes (semifeudal, em forma de “restos” ou “vestígios”)²⁸².

Em resumo: “[...] o setor moderno, ao qual caberia levar avante a tarefa do desenvolvimento, compunha-se da ‘burguesia nacional’ em oposição às empresas estrangeiras instaladas no país (o imperialismo), às classes médias urbanas e ao proletariado.” Quanto ao âmbito do arcaico, lido como obstáculo do desenvolvimento, “[...] era ele composto dos ‘feudais latifundiários’” e dos grupos relacionados com o comércio internacional (importação e exportação em aliança com o imperialismo) e, ainda, dos camponeses (aspiração à terra)”. Ao campesinato estaria a tarefa de participar da aliança popular e democrático-burguesa pela transformação do país (reformas de base).²⁸³ Essas mesmas premissas gerais estarão contidas no projeto político-doutrinário da *ideologia nacional-desenvolvimentista* empreendida pelo ISEB, mas também profundamente presentes nas fileiras do PCB, organização hegemônica na esquerda brasileira até o golpe de 1964.

Caio Prado Jr. foi uma exceção notável aos ideologistas do etapismo e da dita “revolução democrático-burguesa”, em vista de sua elaboração em contrário a tal interpretação. As discordâncias a essa linha de pensamento já aparecem em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, na qual escrutina “O sentido da colonização”, mais precisamente, os primórdios do capitalismo brasileiro, e assinala, desde logo, a vinculação, e mesmo a integração, da empresa colonial à expansão do capital mercantil encabeçado pelos europeus, particularmente pelos portugueses. Suas críticas estarão amadurecidas quando da publicação, em 1966, de *A revolução brasileira*, que inspirou alguns agrupamentos políticos armados em Pernambuco, especialmente o PCBR.

A bandeira da “Reforma Agrária na Lei ou na Marra” preconizada pelo movimento das Ligas Camponesas foi a vencedora no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Rurais, ocorrido em 1961, na cidade de Belo Horizonte, sob a organização maior da ULTAB, que era dirigida pelo PCB. Na sua declaração final²⁸⁴, podemos ler que “após os debates travados durante todo o período de sua realização, [o Congresso] definiu os elementos básicos que caracterizam a situação das massas camponesas e fixou os princípios

²⁸² CASTRO, Ana Celia e outros. **Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira**: síntese das transformações. Brasília: BINAGRI, 1978. p. 37.

²⁸³ CASTRO, Ana Celia e outros. **Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira**: síntese das transformações. Brasília: BINAGRI, 1978. p. 37.

²⁸⁴ I CONGRESSO NACIONAL DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS. “Declaração de Belo Horizonte”. In JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?**. Cadernos do Povo Brasileiro. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização do Povo Brasileiro, 1962, p.81 e ss.

gerais a que deve subordinar-se uma reforma agrária radical”. Os quais estariam assentados na solução “indispensável e urgente” de duas questões centrais: 1- Radical transformação da atual estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal; 2- Máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar, à base da venda, usufruto ou aluguel a preços módicos das terras desapropriadas aos latifundiários e da distribuição gratuita das terras devolutas.²⁸⁵

O Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T), que estaria representado no congresso de Belo Horizonte. Entre um desses observadores trotskistas, estava Paulo Roberto Pinto, jovem metalúrgico, que seria enviado pelo seu partido para o Recife, com o objetivo de entrosar-se entre as Ligas e ali desenvolver uma atividade política sob os desígnios de sua organização política. Tal fato demarcaria um divisor de águas na história daquela

²⁸⁵ Além do apontamento dos problemas centrais, o Congresso propôs, em sua Declaração de Encerramento, algumas soluções para melhoria “das condições de vida e de trabalho das massas camponesas”: Respeito ao amplo, livre e democrático direito de organização independente dos camponeses, em suas associações de classe; Aplicação efetiva da parte da legislação trabalhista já existente e que se estende aos trabalhadores agrícolas, bem como imediatas providências governamentais no sentido de impedir sua violação. Elaboração de Estatuto que vise a uma legislação trabalhista adequada aos trabalhadores rurais; Plena garantia à sindicalização livre e autônoma dos assalariados e semi-assalariados do campo. Reconhecimento imediato dos sindicatos rurais; Ajuda efetiva e imediata à economia camponesa sob todas as suas formas. Como medidas parciais para encaminhamento da “realização de uma eficaz e inadiável política agrária”, indicaram as seguintes: a) Imediata modificação pelo Congresso Nacional do artigo 141 da Constituição Federal, em seu parágrafo 16, que estabelece a exigência de “indenização prévia, justa e em dinheiro” para os casos de desapropriação de terras por interesse social. Esse dispositivo deverá ser eliminado e reformulado, determinando que as indenizações por interesse social sejam feitas mediante títulos do poder público, resgatáveis a prazo longo e a juros baixos; b) Urgente e completo levantamento cadastral de todas as propriedades de área superior a 500 hectares e de seu aproveitamento; c) Desapropriação, pelo governo federal, das terras não aproveitadas das propriedades com área superior a 500 hectares, a partir das regiões mais populosas, das proximidades dos grandes centros urbanos, das principais vias de comunicação e reservas de água; d) Adoção de um plano para regulamentar a indenização em títulos federais da dívida pública, a longo prazo, e a juros baixos, das terras, desapropriadas, avaliadas à base do preço da terra registrado para fins fiscais; e) Levantamento cadastral completo, pelos governos federal, estaduais e municipais, de todas as terras devolutas; f) Retombamento e atualização de todos os títulos de posse da terra. Anulação dos títulos ilegais ou precários de posse, cujas terras devem reverter à propriedade pública; g) O imposto territorial rural deverá ser progressivo, através de uma legislação tributária que estabeleça: 1.º) forte aumento de sua incidência sobre a grande propriedade agrícola; 2.º) isenção fiscal para a pequena propriedade agrícola; h) Regulamentação da venda, concessão em usufruto ou arrendamento das terras desapropriadas aos latifundiários, levando em conta que em nenhum caso poderão ser feitas concessões cuja área seja superior a 500 hectares, nem inferior ao mínimo vital às necessidades da pequena economia camponesa; i) As terras devolutas, quer sejam de propriedade da União, dos Estados ou Municípios, devem ser concedidas gratuitamente, salvo exceções de interesse nacional aos que nelas queiram efetivamente trabalhar; j) Proibição da entrega de terras públicas àqueles que as possam utilizar para fins especulativos; k) Outorga de títulos de propriedade aos atuais posseiros que efetivamente trabalham a terra, bem como defesa intransigente de seus direitos contra a grilagem; l) Que seja planejada, facilitada e estimulada a formação de núcleos de economia camponesa, através da produção cooperativa. (JULIANO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?**. Cadernos do Povo Brasileiro. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização do Povo Brasileiro, 1962, p.81 e ss.)

organização, que, tradicionalmente, havia se dedicado, no Brasil, às massas trabalhadoras urbanas.²⁸⁶

A radicalidade das Ligas entusiasmou o POR-T por sua potencialidade revolucionária, que, a depender da feição que assumisse, poderia ser uma organização-chave no caminho para a revolução brasileira. Na visão da organização, para levar a efeito a reforma agrária, isso teria mesmo de ser na marra. Desse modo, a partir de milícias armadas, realizar-se-ia o processo de ocupação das terras.²⁸⁷

A organização obreira seria mais uma força política a compor a miscelânea de grupos que atuavam dentro das Ligas Camponesas, ainda que sob a proeminência do advogado e parlamentar Francisco Julião. Ambos se juntaram a Jeremias (nome de guerra assumido por Paulo Roberto no exercício de sua missão política), outros militantes do seu Partido, que também vieram com o mesmo intuito, ainda que somente Jeremias atuasse diretamente na frente política com os camponeses, por essa razão passou a morar em També.

O POR constituiu-se em um dos grupos de esquerda mais radicais em atuação nos Campos de Pernambuco e contaria com a adesão de alguns jovens de Pernambuco e Paraíba que haviam se articulado como “Vanguarda Leninista”, alguns de seus membros — e esse é um dos aspectos que quero destacar — haviam composto a malograda experiência do braço armado das Ligas Camponesas, o Movimento Revolucionário Tiradentes, MRT, que propunha a deflagração da guerrilha rural no Brasil. Esses eram Carlos Montarroyos, Aybirê Ferreira de Sá, Cláudio Cavalcanti, Joaquim Ferreira e Gilvan Rocha, os dois últimos haviam se instalado no “acampamento” de São João de Patos, no Maranhão,²⁸⁸ e os primeiros em Dianópolis, Goiás.²⁸⁹

A Vanguarda teve como objetivos, segundo um de seus membros “[...] fundar um partido revolucionário e partir para organizar os sindicatos camponeses, uma Central Única camponesa e, no futuro, milícias camponesas para defender os sindicatos, ocupar e defender as terras com armas na mão.” De onde vinha a inspiração para tais pontos? Do “[...] programa político dos trotskistas, que começavam a aparecer em Pernambuco, vindos de São Paulo”. No entanto, vale enfatizar que mesmo malfadado, o projeto do MRT, antes de partirem para

²⁸⁶PEREIRA NETO, Murilo Leal. **Outras histórias**: contribuições à história do trotskismo no Brasil — 1952/1966 — O caso do POR (Partido Operário Revolucionário). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

²⁸⁷ **Jornal Frente Operária**, n. 39, jul. 1960.

²⁸⁸ Para maiores informações: AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962; SÁ, Aibirê Ferreira de. **Das Ligas Camponesas à Anistia**: memórias de um militante trotskista. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007.

²⁸⁹ROCHA, Gilvan. **Meio século de caminhada socialista**. Fortaleza: Expressão, 2008. MONTARROYOS, Carlos. O tempo de Arraes e o contratempo de março. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982.

um outro programa, os jovens militantes buscaram articular-se em torno do mesmo projeto, com as devidas correções dos “desvios”.²⁹⁰ Conforme Gilvan:

A experiência, em Goiás, rendeu manchetes na imprensa nacional sendo natural que o chamado Partido Comunista do Brasil procurasse os quatro egressos do Movimento revolucionário Tiradentes – MRT para levá-los às suas fileiras. Uma parte atendeu ao chamado do PCdoB. Tarzan de Castro, Cabral, Luiz Antero, Roosevelt e outros companheiros de Goiás aceitaram o convite. No Rio de Janeiro, um grupo liderado por Diniz, dirigente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas — UBES e militante do MRT, também entrou para o PCdoB. No Rio Grande do Sul, quem puxou o pequeno bloco foi Carlos Araújo. Somente nós, do Nordeste, nos negamos a entrar nas fileiras do “novo Partido”.²⁹¹

Importa-nos enfatizar que o ideário e a disposição para pegar em armas pela revolução não se esvaneceu após o malogro, mas não houve contexto nem organizações desse perfil para que embarcassem nessa ideia. As condições que colocaram o projeto armado na ordem do dia viriam com força somente após o Golpe, ainda que o timbre da violência revolucionária já houvesse sido colocado de maneira mais ou menos latente pelas Ligas Camponesas.²⁹²

Em 8 de agosto de 1963, Jeremias é assassinado pelo Capangas do Dono do Engenho Oriente, quando juntamente aos outros camponeses foi cobrar o pagamento dos salários atrasados e o 13º salário. Uma greve camponesa foi organizada em solidariedade à Jeremias e a luta e organização dos sindicatos em que o POR atuava continuou. Para tal, contaram com a assistência e o apoio de algumas lideranças do local: Joca (João Zeferino da Silva) e Chapéu de Couro (Antonio Joaquim Medeiros) e Júlio Santana, que articulavam e dirigiam os sindicatos da área Sirinhaém, Rio Formoso e Barreiros. Júlio Santana foi preso e, como presidente destituído do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sirinhaém, “nomeou”, após fazerem um acordo, Aybirê como seu representante do sindicato. Para que ele assumisse os camponeses expulsaram o interventor que havia sido designado pelo governo. Parte dos militantes dos POR são presos, em 22 de setembro de 1963, ainda durante o governo Arraes,

²⁹⁰ SÁ, *op. cit.*, p. 37.

²⁹¹ ROCHA, *op. cit.*, p. 91.

²⁹² “Quanto às razões políticas do fracasso do MRT, concluímos que existiam vários fatores. Primeiro, a inexperiência pessoal, além de suas origens sociais, que eram 60% pequenos burgueses, radicalizados; segundo, o MRT foi um dos movimentos (embora necessário) artificiais, sem nenhum embasamento político, social e material e o pior, sem apoio das massas; terceiro, a luta interna das Ligas Camponesas e no próprio MRT foi um fator que muito contribuiu para esse fracasso; quarto, desonestidade política, oportunismo e corrupção de vários dirigentes; quinto, a sabotagem do PCB, que não admitia luta armada para a tomada do poder em hipótese alguma; sexto, jamais poderia triunfar um movimento que sai de uma região que tem 250 mil assalariados rurais e camponeses, como é a Zona da Mata de Pernambuco, para se instalar no interior do país em regiões quase desabitadas. Não era possível fazermos guerrilhas com as onças. Guerrilha se faz com o povo. Diante dessas conclusões, procuramos discutir com Francisco Julião para mudar tudo, principalmente expulsando os oportunistas e corruptos das Ligas. Qual foi nossa decepção, quando Julião não aceitou nenhuma de nossas resoluções.” (SÁ, Aibirê Ferreira de. **Das Ligas Camponesas à Anistia**: memórias de um militante trotskista. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007. p. 36).

quando da preparação de um congresso camponês que seria sediado em També. São feitas manifestações de apoio ao grupo preso, contando inclusive com a participação de Julião e Amaro Luis de Carvalho, já integrado ao PCdoB.

Quando ocorre o Golpe, haviam sido soltos, há poucos dias, e como se sabe, pela surpresa, não houve qualquer reação que, ao fim, tenha ameaçado a consolidação do Golpe, mas tentou-se e houve pequenas demonstrações. É sobre as tentativas que queremos falar. Aybirê chega a ir à Casa de Detenção do Recife na esperança de libertar Júlio Santana para liderar a resistência.²⁹³ Esse camponês havia se convertido já em uma figura mitológica, conhecida pela sua ousadia e agressividade. A tentativa foi frustrada, segundo ele, também por indecisão do próprio Júlio Santana. Gilvan também conta essa tentativa de articulação de núcleo de resistência. Relata:

Resolvemos organizar uma comissão encabeçada por Joaquim Ferreira Filho para ir até Arraes. É que tínhamos um navio de guerra atracado no porto do Recife e o Geraldinho, também chamado de “o Neguinho”, que se não me engano, era secretário geral da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, estava nesse navio, havendo todas as condições de se prender os oficiais, levantar ferros e bombardear o quartel de Cinco Pontas, em Recife. Os marinheiros rebelados, porém, não podiam ficar no mar o tempo todo, tornando-se necessário aportar. Então, pedir-se-ia a Miguel Arraes, à época Governador de Pernambuco, que soltasse o líder camponês Júlio Santana. O Navio sublevado aportaria na área do Sirinhaém, onde poderíamos criar um foco de resistência ao Golpe. Júlio tinha muita liderança entre os trabalhadores rurais de Barreiros, Rio Formoso e Sirinhaém, onde poderíamos desencadear um bom nível de resistência com total apoio de massa. Exposto minuciosamente o nosso plano ao Governador Miguel Arraes, este respondeu que o nosso grupo estava querendo precipitar os fatos e que ele mesmo acabara de receber um telegrama do Comandante Justino Alves Bastos, dizendo que estava ao lado da legalidade, em defesa da constituição e o mesmo havia acontecido com o Brigadeiro Comandante da Segunda Zona Aérea, sediada em Recife.²⁹⁴

Maria José Lenise de Sá, esposa de Aybirê e militante do POR, relatou-nos, em depoimento,²⁹⁵ que também tentaram articular uma resistência a partir do interior com a ajuda de Joca e Chapéu de Couro, mas isso não foi levado a efeito. É sobre a figura de Chapéu de Couro que queremos nos centrar em análise, nessa busca da associação, no seio da esquerda em Pernambuco, entre o recurso às armas na luta política não apenas resguardada a seu caráter de defesa, mas também de confronto.

²⁹³ *Ibid.*, p. 96 *et seq.*

²⁹⁴ ROCHA, Gilvan. **Meio século de caminhada socialista**. Fortaleza: Expressão, 2008. MONTARROYOS, Carlos. O tempo de Arraes e o contratempo de março. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982, p.113.

²⁹⁴ SÁ, *op. cit.*, p. 37.

²⁹⁵ Em Barra de Jangada, Jaboatão dos Guararapes, em 29/9/2019.

Após alguns meses do Golpe, a mídia começa a circular, em suas matérias, de modo flagrantemente espetaculoso, o que diz ser “uma caçada” a um cangaceiro/bandoleiro, que seria Antonio Joaquim Medeiros, o Chapéu de Couro. Em uma busca, segundo o Jornal do Comércio, que não se via “[...] desde os tempos de Lampeão”. Honrando a tradição anticomunista, o periódico não deixa de dizer que se trata de “[...] um perigoso agitador” e que estaria ele “[...] espalhando o terror e pânico nos engenhos do interior pernambucano”. Somente faltou dizer que os alvos eram os bonzinhos e indefesos senhores de engenho, mas a mensagem subliminar aí está posta e será veiculada, no mesmo mote, durante meses, já que Chapéu de Couro somente será preso em Fortaleza, nos primeiros meses de 1965.

Para a sua captura, são aventados muitos esforços das forças policiais, tudo com a íntima cobertura da mídia, tudo com o objetivo de desmoralizar não somente a imagem política de Chapéu de Couro e seus companheiros também camponeses, Joca e Júlio Santana, mas de modo a atingir o próprio ideário do uso da violência como expediente político e muito menos insurgente. Essa era a linha que o POR vinha pregando em sua atuação na localidade, mas não abandonando sua tese de aliança operário-camponesa.

No entanto, existiam claras tensões no interior das formulações, que, certamente, eram exponenciadas a julgar pelo histórico de compromisso com a luta armada que alguns de seus militantes tinham. O campo movediço da política (e do humano) não se limita à razão, está, também, eivado de sentimentos, por vezes nem sempre definidos, sobretudo paixão. Isso é dito a partir da análise de duas versões de um documento, o *Manifesto às Massas do Nordeste e do Brasil e especialmente ao Movimento Camponês*. Na versão final, diagramada já em formato de panfleto, é dito que:

Companheiros, a luta guerrilheira encerra em si um perigo real e é errado, no momento atual, acreditar que uma guerrilha sem programa político claro, como parte de um movimento geral, possa sozinha centralizar o movimento de massas, como o fez Cuba e Argélia. A guerrilha não é uma solução mágica. No Equador, no Peru e também na Venezuela, exatamente por ser uma tendência desvinculada do movimento de massas, sem um programa claro.

No entanto, emenda ao dizer, posteriormente, que com as massas e o programa, as ações armadas poder ser um “elemento auxiliar” na organização de estudantes, militares e operários.

Ao final dessa versão do manifesto, logo após conclamar toda a vanguarda revolucionária a reforçar sua organização nas fábricas, nas usinas, nos campos e nas escolas, realizando pichações, promovendo discussões e protestos em repúdio à “[...] intervenção e à

repressão no Campo”, em aparente contradição e em tom um tanto diferente da fala inicial, manifesta que “[...] no momento, é necessário encarar a luta da guerrilha como centro de reorganização e estímulo”, mas logo emenda que essa visão

[...] não pode e não deve substituir a formação da FRENTE ÚNICA NACIONALISTA REVOLUCIONÁRIA capaz de constituir-se em centro político de organização do movimento de massas para a derrubada violenta da ditadura geral.

O POR, pela sua fala final, aparentemente objetivava a direção da dita “Guerrilha de Chapéu de Couro”. Essa versão é deslindada pela existência de uma “[...] resolução dos andares de cima do partido”, citada por um de seus dirigentes regionais, Aybirê:

Depois de uns quatro meses [após o golpe] em João Pessoa, estourou, no Recife, a tentativa de guerrilha de *Chapéu de Couro*, que teve repercussão nacional, não pelo movimento em si, mas porque os golpistas precisavam de um motivo para continuar a repressão em massa no campo contra as direções sindicais e os delegados de engenho. Toda imprensa falada e escrita, inclusive o *Cruzeiro*, noticiou, durante quase um mês, esse movimento. Acontece que a tão falada e discutida guerrilha de *Chapéu de Couro* não passava de um grupo de 16 homens (delegados de engenhos) em desespero de causa, acuados pelos capangas e pela polícia, que resolveram morrer lutando. Foi aí que o POR(t) cometeu seu primeiro grande erro político. Por causa dessa “guerrilha”, veio uma resolução de São Paulo, da direção nacional do Partido, para que o Comitê Regional Nordeste do POR(t) tomasse todas as medidas necessárias para enviar dois camaradas ao encontro de Chapéu de Couro com o objetivo de organizar e dirigir a luta dos guerrilheiros.²⁹⁶

O POR(t), de fato, enviou os militantes com esse objetivo prescrito pela direção nacional, mas o desfecho não foi como planejado. Gilvan conta-nos essa outra parte da história.

O Chapéu de Couro, depois do Golpe, organizou um pequeno grupo armado e iniciou um trabalho de ajuste de contas com os delatores da região de Sirinhaém, Rio Formoso e Barreiros. Chapéu de Couro, investido da condição de guerrilheiro, prendia os delatores e cortava-lhes o dedo indicador como punição, e isso servia de advertência para potenciais delatores, dizia ele.

Quanto ao envio dos agentes,

[...] resolvemos então mandar o Joca e o companheiro Augusto Cirilo, recém-admitido na organização, seguiram a pé pelo litoral e, à noite, dormiram numa praia já perto de Sirinhaém. De manhã, acordaram cercados por pescadores armados de pau e pedras que imaginavam serem, os nossos companheiros, meros marginais. Os pescadores não aceitaram as explicações e entregaram a dupla à polícia. Submetidos

²⁹⁶SÁ, Aibirê Ferreira de. **Das Ligas Camponesas à Anistia**: memórias de um militante trotskista. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007. p. 109.

à tortura, o Augusto Cirilo, em sua fragilidade, deu com ‘a língua nos dentes’. É o começo de uma onda de prisões.²⁹⁷

Aybirê menciona que “[...] resolvida a questão, fizemos um manifesto em nome do POR(t)”, mas não se refere a qualquer uma das tensões existentes sobre seu conteúdo. E elas são flagrantes quando comparamos os documentos, basta lermos o primeiro parágrafo da versão preliminar do manifesto para captarmos a mudança abissal em relação ao conteúdo do segundo, há pouco apresentado. Percebemos que, diferentemente da versão de remate, que sustenta um tom reticente, ou mesmo de negação ao expediente da luta armada e da forma da guerra de guerrilhas com via (ou centro de reorganização) revolucionária e de combate à ditadura, a versão precedente tem outro tom, este simpático e de apoio, sem subterfúgios, ao movimento de violência armada desencadeado por Chapéu de Couro, movimento o qual é encarado pelo POR(t) em Pernambuco, como potencial representação da “vontade revolucionária do povo brasileiro”. Segue:

A luta de Chapéu de Couro, na região sul do Estado (Serrinhaém, Barreiros, Escada, etc.), deve ser compreendida e amadurecida por todos aqueles que querem construir um movimento capaz de centralizar a vontade revolucionária do povo brasileiro que quer derrubar a ditadura militar que nos oprime.

E continua, em denúncia à espetacularização promovida pela mídia no sentido de demonizar o camponês rebelde, ao passo que edifica uma imagem positiva dos “[...] tradicionais agentes do imperialismo, latifúndio e dos golpistas”. E continua, em tom categórico e altivo, “[...] o surgimento de focos de resistência armada e o caso de Chapéu de Couro, em particular, é produto da necessidade imediata que existe sobretudo no movimento camponês de dar uma resposta à repressão dos gorilas. Chapéu de Couro é a expressão empírica dessa necessidade.”

Sucede, apresentando um mote discursivo idêntico ao que seria utilizado como palavra de ordem de toda a esquerda armada após 1968: “Isso significa que existem, concretamente e já, para se encarar, com toda seriedade, a luta guerrilheira”. E completa, condensando o significado do movimento de Chapéu de Couro em uma frase. “Daí que os latifundiários e os golpistas sentem que existe um perigo real de que essa luta, nos campos de Pernambuco, seja o estopim que permita, num futuro muito próximo, ser a base da reorganização revolucionária das massas”. Pariforme aos lutadores armados, reproduz o acautelamento de que dever-se-ia

²⁹⁷ ROCHA, Gilvan. **Meio século de caminhada socialista**. Fortaleza: Expressão, 2008. p. 117.

“[...] ter consciência que eles não vão aguentar por muito tempo reprimindo e torturando o povo, pois o mesmo se revoltará e cobrará um por um todos os crimes que cometeram”.

Podemos dizer que houve regularidades discursivas entre instituições/partidos que normal e tradicionalmente têm sido postas como antagônicas categoricamente em seus programas e ação, caso do PCB/ANL, POR(t) e as esquerdas armadas. Não é possível simples e pobremente relegar essas repetições, mesmo que sejam observadas por um breve lampejo de ruptura com o ordinário em suas trajetórias gerais. É, pois, necessário um processo de educação metodológica de estranhamento. Explico-me:

[...] devemos classificar a fim de entender, e só podemos classificar o desconhecido em termos do conhecido. O risco constante, as tentativas de ampliar nossa compreensão histórica, é então que nossas mesmas expectativas sobre o que alguém deve dizer ou fazer determinem que entendamos que o agente faz algo que ele mesmo não haveria aceitado — ou nem sequer poderia haver aceitado — como a descrição do que estava fazendo.²⁹⁸

Os espaços opacos e cinzentos são, pois, lentes de oportunidades de enxergar para além do medíocre ou do ordinário, desde que não ilhados das circunstâncias e dos atores envolvidos. O elemento contextual é medular no método histórico que se pretende não ceder ao fatalismo positivista, no sentido de uma prática historiográfica que garanta a manifestação da historicidade concreta do gênero humano e não encerre os acontecimentos passados numa forma teleológica, em que “a ação fica à espera de um futuro que lhe confira significado”²⁹⁹ E assim também o é no estudo sobre a esquerda em armas e seus integrantes durante a última ditadura, o historiador não deve ceder ao discurso histórico dominante hegemônico, pois as regras da hegemonia são as regras e a ordem do discurso dominante³⁰⁰, estando ela [a hegemonia] sempre em disputa por configurar-se como “reconhecimento, construído na história e sujeito sempre à discussão, de legitimidade de uma dominação dada dentro da ideologia compartilhada por uma comunidade imaginada ou real”³⁰¹. Como anunciou um crítico, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.”³⁰²

²⁹⁸ SKINNER, Quentin. “Significado y comprensión en la historia de las ideas”. **Prismas**: revista de Historia Intelectual, n.4, 2000 p. 152.

²⁹⁹ SKINNER, Quentin. “Significado y comprensión en la historia de las ideas”. **Prismas**: revista de Historia Intelectual, n.4, 2000 p. 167.

³⁰⁰ GILLY, Adolf. *História a Contrapelo: Una constelación*. México, D.F.: Ediciones Era, 2006, p. 96.

³⁰¹ GILLY, Adolf. *História a Contrapelo: Una constelación*. México, D.F.: Ediciones Era, 2006, p. 26.

³⁰² BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.224.

Figura 2 – Documento do Movimento Nacionalista Revolucionário Partido Operário Revolucionário (Trotskista)

2v

COMPANHEIROS :

A luta guerrilheira encerra em si um perigo real e é errado, no momento atual, acreditar que uma guerrilha sem programa político, classe como parte de um movimento geral, possa sozinho centralizar o movimento de massas, como o fez em Cuba e na Argélia. A guerrilha não é uma solução mágica. Fracassou no Equador, no Peru e também na Venezuela, exatamente por ser uma tendência desvinculada do movimento de massas, sem um programa claro. Em compensação triunfou em toda a linha em outros países, pois colocou-se ao serviço da organização das massas e continha um programa e uma estratégia revolucionária geral. Quer dizer: levar a frente ações armadas e junto com isso fazer apêlos concretos aos camponeses para ocupação e defenderem as terras, suas lavouras, seu salário mínimo, sua estabilidade no emprego; apêlos aos operários a reorganizarem-se nas fábricas e nos sindicatos; aos estudantes e aos militares nacionalistas. É necessário demonstrar que as ações armadas é um elemento auxiliar da organização do camponês, do operário, do militar e do estudante.

"Chapéu de Couro" não encerra a luta dessa forma e nós não o condenamos nem devemos deixar de apoiá-lo por isso. Sabemos que surgirão outros e muito sem dúvida assinalarão o caminho certo. Porém toda luta que vai destinada a desmoralizar o governo contra-revolucionário e o poder da gorilhada, merece o apoio do povo.

Cabe a vanguarda revolucionária tirar as conclusões e atuar já. Promover onde for possível discussões, piquetes, manifestações e protestos repudiando a intervenção e o repressão policial no campo. Reforçar ao máximo nossa organização em grupos de 5: nas fábricas; nos quartéis; no campo, em cada engenho e usina, não deixar de ter um funcionamento e discussão política pois isso será a base que dará confiança para intervir e lutar. Nas Escolas e Universidades reorganizar os diretórios e lutar por todos os meios possíveis contra os gorilhas que estão na direção da UEP e UNE.

No momento é necessário encorajar a luta de guerrilha, como centro de reorganização e estímulo, porém não deve substituir a formação de FRENTE ÚNICA NACIONALISTA REVOLUCIONÁRIA, capaz de constituir-se em centro político de organização do movimento de massas para a derrubada violenta da ditadura gorila.

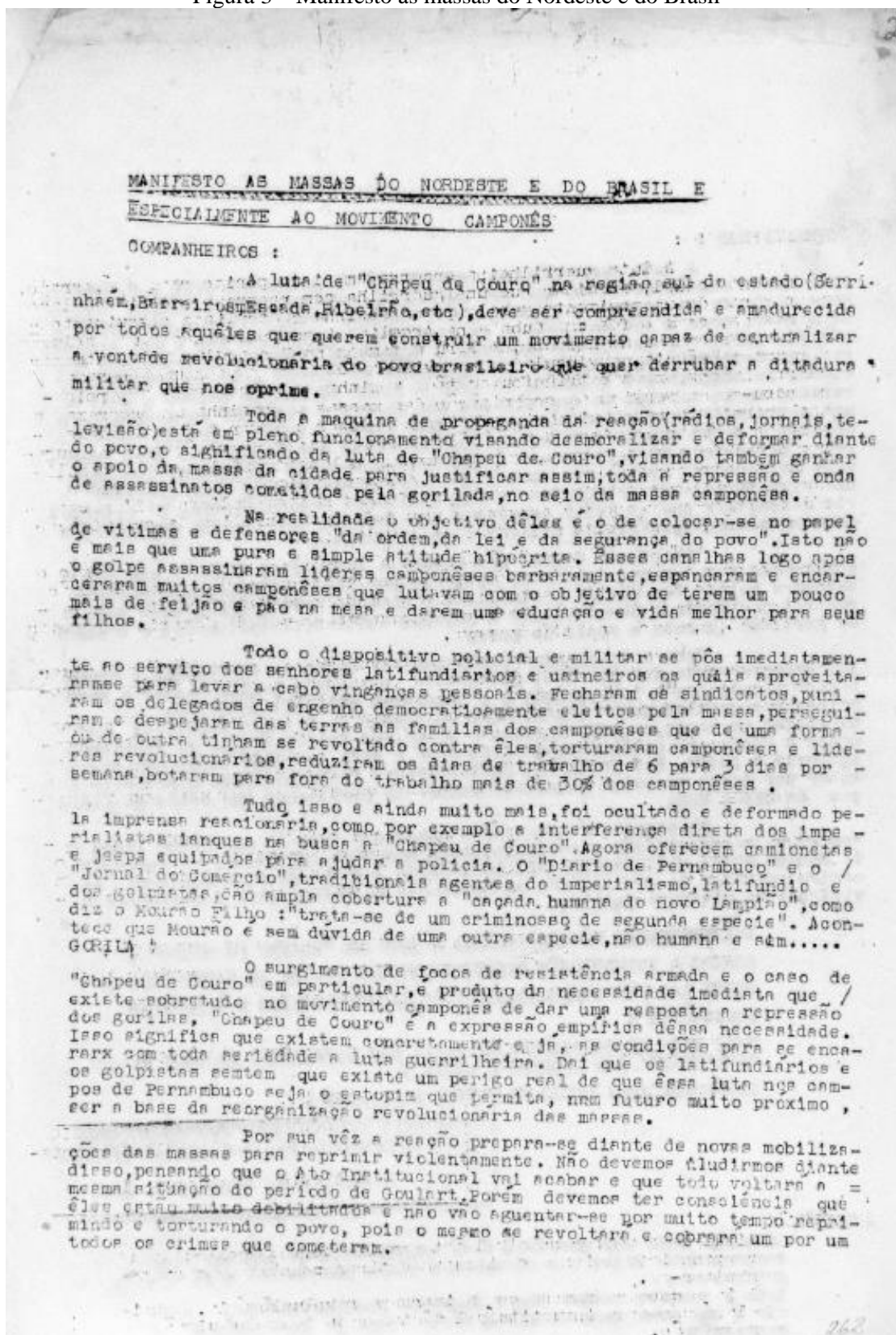
SOLIDARIEDADE REVOLUCIONÁRIA A LUTA DE "CHAPEU DE COURO" !
 ... ABAIXO A INTERVENÇÃO POLICIAL-MILITAR CONTRA OS CAMPONÊSES !
 MORTE AOS TORTURADORES, CAPANGAS, LATIFUNDIÁRIOS E POLICIAIS ASSASSINOS !
 TUDO PELA REORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS CAMPONÊSES APOIADA NA ORGANIZAÇÃO POR ENGENHO E USINA !
 LIBERDADE PARA TODOS OS PRISÓPOLÍTICOS !

MOVIMENTO NACIONALISTA REVOLUCIONÁRIO
 PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (Trotskista)
 Recife, 6 de outubro de 1964

ATENÇÃO :
 Divulgue onde for possível este manifesto, faça com que seus companheiros leiam e o discutam e tirem conclusões para organizar-se.
 Isso é cooperar sempre com a imprensa revolucionária, pois ela é uma arma insubstituível desta época de perseguição e repressão.

Fonte: Prontuário funcional do Partido Operário Revolucionário Trotskista, n.º 7.821. Fundo Departamento de Ordem Político-Social (DOPS). Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE), Recife-PE.

Figura 3 – Manifesto às massas do Nordeste e do Brasil



Fonte: Prontuário funcional do Partido Operário Revolucionário Trotskista, n.º 7.821. Fundo Departamento de Ordem Político-Social (DOPS). Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE), Recife-PE.

3.3 A Cultura do Medo e o Terrorismo de Estado

Em que relatório oficial ou denúncia da oposição figuram os prisioneiros do medo? Medo de perder o trabalho, medo de não encontrá-lo; medo de falar, de escutar, de ler. No país do silêncio, pode-se terminar em um campo de concentração por culpa do brilho do olhar.

*Eduardo Galeano*³⁰³

“José Luis tinha sido um militante de ferro. Tinha sobrevivido aos tiros e à cadeia, e aos anos de fome e clandestinidade. Mas então mordeu o cano e apertou o gatilho”, escreveu Eduardo Galeano em *Dias e noites de amor e de guerra*.³⁰⁴ O pernambucano Marcelo Mário de Melo, militante e dirigente (regional e nacional) do PCBR, entre sua fundação, em 1968, e sua prisão, em março 1971, traz-nos, no mesmo bojo, contribuições a essa discussão, que também é historiográfica, isto é, dos efeitos nefastos, mas nem sempre aparentes, pois subjetivos, de um Estado persecutório à oposição política e a seu povo em geral. Como indicou Francisco Falcon, no prefácio do estudo de Georges Lefebvre sobre o medo no processo da Revolução Francesa, “[...] categorias aparentemente tão abstratas, podem nos remeter a um conjunto maior de problemas que ocorrem durante o período estudado”.³⁰⁵ Cito as palavras de Marcelo Mário: “[...] a crônica dos anos de ditadura ainda não incluiu devidamente a legião dos que, sem terem sido presos ou exilados, tiveram atingidas pelas malhas repressivas a sua dinâmica existencial, os seus projetos de vida e as suas instâncias psíquicas.”³⁰⁶

Consideramos fundamental compreender o clima e imaginário social de medo e de terror que havia se instalado, no Brasil e em Pernambuco, como condição fundamental para melhor problematizar o fenômeno da atuação das organizações da esquerda armada em Pernambuco e sua relação dialética com a ditadura e a população em geral. Isso é necessário, pois foi nesse meio social que os grupamentos armados, os quais estavam em atividade no estado de Pernambuco — PCR, ALN, PCBR, Var-Palmares —, encontravam-se inseridos e onde estabeleceram sua dinâmica de vida e de sobrevivência, entre avanços e recuos, por vezes, aparentemente atomizados no tecido social.

³⁰³ GALEANO, Eduardo. **Dias e noites de amor e de guerra**. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

³⁰⁴ *Ibid.*

³⁰⁵ FALCON, Francisco. Prefácio. In: LEFEBVRE, Georges. **O grande medo de 1789**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

³⁰⁶ Processo n.º 407/01, de Marcelo Mário de Melo. À Comissão Especial de Indenização de Ex-Presos Políticos. Secretaria da Justiça e Cidadania, p. 31.

No mesmo fio da meada que Galeano apontou, Marcelo trouxe a reflexão precedida e com base no relato do caso trágico de um outro José, não apenas irmão de luta, mas também de sangue, José Fortuna. Fortuna, seu irmão mais velho, também havia sido militante político de esquerda durante o pré e pós-64 e, por causa disso, experienciou um cotidiano de clandestinidade, que foi compartilhado pela militância geral de todas as organizações perseguidas por levantarem a voz contra a ditadura: autorreclusão; afastamento do convívio da família, dos amigos e dos companheiros por largos períodos.

[...] foi através da instância psicológica que muitos militantes perseguidos, mesmo sem terem sido presos, se desagregaram, quebraram-se por dentro ou se autodestruíram, até mesmo, muito tempo depois da anistia política. Foi o caso do meu irmão, José Fortuna de Melo, que incorporou uma paranoia insuperável a partir das constantes fugas que teve de fazer, denunciado em processo do PCB, abandonando moradias ou vivendo recluso e afastado do convívio da família, dos amigos e companheiros, por anos e anos seguidos. Sendo obrigado a fugir e a se esconder nos tempos da ditadura, continuou se sentindo perseguido pelos agentes da repressão e vivia sempre correndo desses fantasmas. O desfecho foi o salto mortal de um edifício de dez andares, no dia 08 de março de 1996.³⁰⁷

A paisagem moderna do Recife foi parida durante mais de quatro séculos de aterramento de alagados e manguezais. As ruas da Aurora, Riachuelo, Imperatriz, Princesa Isabel, Saudade, União, todas elas erguidas onde antes era água ou lama. Símbolo de muitas histórias de vida, eivadas de exclusão e melancolia para uns e de privilégios e dominação para outros. “Foi nesses bancos de solo ainda mal consolidado — mistura ainda incerta de terra e água — que nasceu e cresceu a cidade do Recife”. Não por acaso “chamada de cidade anfíbia, como Amsterdã e Veneza, porque assenta as massas de sua construção quase dentro da água, aparecendo numa perspectiva aérea, com seus diferentes bairros flutuando esquecidos à flor das águas”.³⁰⁸ O Capibaribe e seu mangue, testemunhas da fome, do sofrimento e da miséria urbana no Recife, como disse Josué de Castro em *Homens de Caranguejos*, “[...] numa paisagem que é, toda ela, um braço de mar — um longo braço de um mar de misérias”,³⁰⁹ também foi testemunha dos horrendos suplícios a que foram submetidas muitas mulheres e homens pobres, em sua maioria negros, ao longo da História de Pernambuco.

³⁰⁷GALEANO, Eduardo. **Dias e noites de amor e de guerra**. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 80.

³⁰⁸CASTRO, Josué de. **Fatores de localização da cidade do Recife**: um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. p. 15.

³⁰⁹CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968. p. 12. E prossegue ele: “Procuro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo”.

Seja na colônia, no império ou na república, a classe trabalhadora sempre foi vítima da violência do Estado ou de seus emissários, de seus representantes ou mesmo dos adversários de momento, como ocorreu com muitos coronéis. Isso é anterior à abolição, sobretudo na condição de escravos e de libertos. “Tal é a história da escravidão no Brasil e nas outras partes da América. Os pobres pretos eram literalmente devorados pelo chicote, sacrificados pela alimentação insuficiente e pelo excesso de trabalho.”³¹⁰ Um desses trabalhos, no centro do Recife, era descarregar, nas águas do Capibaribe, um barril, levado na cabeça, com os dejetos das pessoas, que com o balanço do andar, sujava as costas negras do condutor com listras da substância, que por isso foi alcunhado de tigre, trigueiro ou tigrado. Esse exemplo nos traz uma dimensão mínima do sofrimento e da violência física, mas também simbólica, a que foram submetidos os escravos. Qualquer insurreição popular de relevo, sobretudo às armadas, foram combatidas com o máximo rigor e força disponível. Não por acaso, salientou Manoel Correia de Andrade, mais de um século depois da Lei Áurea,

[...] movimentos populares liderados por homens do povo, como a reação indígena, os quilombos negros, as revoltas do período regencial e imperial – Cabanada na Amazônia, Balaiada do Maranhão e Piauí, Guerra dos Cabanos de Pernambuco e Alagoas, revolta dos negros Malês da Bahia, Quebra Quilos da Paraíba e Pernambuco, etc. — foram praticamente expulsos ou escondidos das páginas de nossa história. Só recentemente é que se vêm realizando estudos a respeito desses movimentos e se dando cidadania a líderes populares que antes eram classificados como bárbaros e como chefes de bandidos. Mesmo no período republicano, foi necessário que Euclides da Cunha analisasse a chamada Guerra de Canudos, para se compreender que ela não era uma revolta primitiva ou monarquista, mas um movimento da população rural tentando sobreviver e conquistar um espaço na sociedade que ela ajudaria a construir. O episódio do Caldeirão, chefiado pelo beato José Lourenço, em 1945, e esmagado pelo poder público, de desumana e violenta, ainda não mereceu um estudo de profundidade. [...] No período republicano, embora se tenham desenvolvido organizações operárias (anos 1910 e 1920) e camponesas (a partir dos anos 1950) têm sido pouco analisados os movimentos das classes menos favorecidas e que foram esmagados com a maior violência. Foram os membros da classe média, aliados a setores oligárquicos, que fizeram a revolução de 30 e, em seguida, esmagaram – 1935/37 – os grupos que a apoiaram e que tinham uma orientação comprometida com a democracia social, passando a conduzir o país a um regime corporativista, fascizante que culminou com o Estado Novo – 1937/45³¹¹ —; foram setores da burguesia urbana e rural que conduziram o processo de democratização que permitiu o funcionamento de uma democracia relativa, no período de 1946/64; quando as forças populares ganharam maior importância na disputa do poder, novamente os grupos conservadores derrubaram o presidente João Goulart e implantaram um sistema autoritário por mais de 20 anos.³¹²

³¹⁰ BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 83.

³¹¹ No entanto, destaque-se que o governo varguista, mesmo aí, “[...] sem abrir mão da repressão política, combinou clientelismo, cooptação, conflito e consenso.” (NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo. v. 18, n. 1, 2006.

³¹² ANDRADE, Manuel Correia. **O povo e o poder**. Belo Horizonte: Oficina de Livro, 1991. p. 8-9.

Rua da Aurora, 405. Às margens do Capibaribe, localizou-se, em meados da década de 1930 até março de 1990, no número, as dependências do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS),³¹³ como também abrigou ali a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e a Delegacia de Segurança Social (DSS). Como braço armado do Estado, o DOPS, assim como as demais forças policiais, praticou, contra a população pobre, as violências mais vis e cruéis, entre elas a tortura, durante esses vários anos. No período durante o qual vigorou a Ditadura de 1964, houve um fato novo que também caracterizou aquela época: a aplicação de tais violências e expedientes de agentes do Estado contra os filhos e as filhas da classe média brasileira. Devido à sua radicalização após o golpe de 1964, muitos deles haviam se integrado às esquerdas armadas.

Em rua próxima, na Riachuelo, foi instalada, a partir de meados de 1971, a “célula pernambucana” do Destacamento de Operações de Informação — Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Esses foram dois dos vários locais utilizados pela ditadura como centros de tortura em Recife e Pernambuco,³¹⁴ para onde foram conduzidos muitos dos integrantes das organizações de esquerda que optaram pelo caminho armado para deflagração da revolução brasileira. Pela imagem demonizada que o Estado e a imprensa faziam crer,

³¹³ “O DOPS, como é mais conhecido, foi criado pela Lei n.º 71, em 23.12.1935, com sede na rua da Aurora, n.º 405, no bairro da Boa Vista, no Recife. Em 1939, foi transformado em Delegacia Especial de Ordem Política e Social (Deops), sendo instituído o Serviço Secreto/Serviço Especial 179, que cuidaria da espionagem em geral, por ordem do sr. Fábio Corrêa de Oliveira Andrade, 180. Retornou à denominação de Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em 15.4.1961, permanecendo até a sua extinção, em 22.3.1990, pelo Decreto n.º 14.276. A partir daí, foi criado o Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública (CI/SSP) – órgão central da direção, departamento diretamente subordinado ao secretário de Segurança Pública 181. O DOPS sempre teve muito poder e experiência, porque já se exercitava desde o Estado Novo. A partir daí, foi criado o Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública (CI/SSP) – órgão central da direção, departamento diretamente subordinado ao secretário de Segurança Pública 181. (VASCONCELOS, Fernando de *et al.* **Relatório final**: volume II. Recife: CEPE, 2017. p. 98.

Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/9/6/1/9610114fb55fb9a86239711442b6c69f298e44990ec83c6f07587fb76976ba58/66b68431-db76-4dcb-9c06-3effb08da7c5-Relatorio_final_vol_2_web.pdf.)

³¹⁴ Além desses dois locais — a Delegacia de Ordem Política Social e a sede do DOI-Codi, o último localizado no interior do então Quartel General do IV Exército, hoje abrigando o Hospital Geral do Exército, Praça Adolfo Cirne, centro do Recife, e a base aérea do Recife, na avenida Maria Irene, Jordão, Recife — foram apontados vários outros no relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, os quais eram usados para prisões e/ou torturas, a saber: o Quartel do 7º Regimento de Obuzes (7º RO), em Olinda; outro Quartel, situado em Olinda, alcunhado de Colônia de Férias; A Companhia de Guardas do Exército, na avenida Visconde de Suassuna, no Recife, hoje prédio do Ministério Público de Pernambuco. (Cf. PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: **Relatório Final**: volume I. Recife: CEPE, 2017. p. 12). Afora esses sítios, vários outros são referidos como locais de tortura nos depoimentos que compõem o “*Projeto Brasil: Nunca Mais*”, conforme levantamento por mim realizado em trabalho anterior (2014, p.159). No DOI-Codi e DOPS, foram catalogadas 64 e 40 denúncias de torturas respectivamente, seguindo-se: Secretaria de Segurança Pública, 37; 2ª Companhia de Guardas, 11; Polícia Federal, 9; Comissariado da Caxangá, 8; Quartel General do IV Exército, 7; Batalhão da Política da Aeronáutica, 5; Quartel Batalhão Motomecanizado, 3; Hospital do Derby, 3; Quartel de Jacosemi – Olinda, 2; Quartel de Subsistência do Exército, 2; Outros, 9. Dessa forma, totalizaram-se 200 denúncias alistadas.

pertenciam à classe dos subversivos mais perigosos, classificados pelas instâncias policiais e grande mídia como “terroristas”.

De perfil patológico e ameaçador, seria toda aquela ou todo aquele que se insurgia contra a ditadura, especialmente se membro de alguma organização armada. Pintavam os militantes, para a população em geral, como praticantes fanáticos de um terrorismo, com violência desmedida e aberrante, como a mais autêntica antítese da violência legítima, destacando-se, antes de tudo, por seu caráter gratuito, ilegal e imoral, além de “[...] indiscriminado, arbitrário e irracional”,³¹⁵ em um *modus operandi* de negação categórica e irreprimível a limites éticos e jurídicos convencionais. Aí o terrorismo, e seus adeptos, definir-se-ia

[...] como um tipo de violência desesperada dirigida contra não combatentes, civis e inocentes, marcada pela violação das mais elementares normas estabelecidas, com um extremado desejo de infligir violência e com predisposição de aceitar sem crítica a própria violência.”³¹⁶

À margem de outro braço do Capibaribe, não distante da Rua da Aurora, situava-se a Rua da Praia. Eternizada pela existência, naquele logradouro, da sede da tipografia do *Diário Novo*, órgão de imprensa do Partido da Praia, que governou Pernambuco durante o quinquênio 1844-1848. O Movimento Armado da Praieira (novembro de 1848 a fevereiro de 1849), de várias faces, é verdade, o qual fora deflagrado a partir de um conflito intraoligárquico em Pernambuco, envolvendo os *Praieiros* (liberais) e os *Guabirus* (conservadores), mas também manifestou, em seu seio, uma fisionomia revolucionária, ainda que a intenção de seus líderes, a princípio, nunca tenha sido essa. Mas, como observou o historiador indiano Ranahit Guha, “seria difícil citar uma só revolta de alguma escala significativa que de fato não tenha estado precedida seja por tipos de mobilização menos militantes (...) seja por deliberações entre seus chefes para ponderar seriamente os prós e os contras de recorrerem em algum momento às armas.”³¹⁷ Em seu trabalho Guha adverte que não devemos buscar uma consciência ideal dos envolvidos, sob a pena, se o fizermos, de criação de simulacros, que, evidentemente, não tem correspondência com a complexidade do real,

³¹⁵ CALLEJA, Eduardo González. **Asalto al Poder**: la violencia política organizada y las ciencias sociales. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2017. p. 191.

³¹⁶ CORSI *apud* CALLEJA, *ibid.*

³¹⁷ GUHA, Ranahit. “La prosa de la contrainsurgencia”. In DUBE, Saurabh (ed.). **Pasados Poscoloniales**. México: El Colegio de México, 1999, p. 160.

amalgamada de contradições, construindo, ademais, uma classe de história “incapaz de mostrar a contribuição feita pelo povo por si mesmo”³¹⁸

A Praieira foi o movimento que encerrou o ciclo mais vigoroso de revoltas nordestinas durante o Império, desencadeado em terras em que já havia corrido o sangue de muitos combatentes de insurreições anteriores, contando, inclusive, em suas fileiras, com veteranos dessas revoltas que lhes precedeu.

De inspiração libertária, e tendo, no *Manifesto ao mundo*, sua expressão escrita mais radical, a Praieira certamente se inscreveu na história das lutas sociais do povo pernambucano e do Brasil.³¹⁹ Foi redigido pelo republicano Antonio Borges da Fonseca e publicado na aurora de 1949, em 1º de janeiro daquele ano. No manifesto, constavam, como programa dos Praieiros: 1º, o voto livre e universal do povo brasileiro; 2º, a plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa; 3º, o trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro; 4º, o comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros; 5º, a inteira e efetiva independência dos poderes constituídos; 6º, a extinção do poder moderador e do direito de agraciar; 7º, o elemento federal na nova organização; 8º, completa reforma do poder judicial, em ordem de segurar as garantias dos direitos individuais dos cidadãos; 9º, extinção da Lei do Juro Convencional; 10º, extinção do atual sistema de recrutamento.³²⁰

Insuspeito que seja motivado por paixões socialistas ou congêneres, disse Joaquim Nabuco, referindo-se ao movimento praieiro de 1848-49,

[...] os chefes deixavam levar-se pelo instinto das multidões que formavam o seu séquito, em vez de guiá-las e de procurar o modo prático de satisfazer, na medida do possível, o mal-estar que elas sentiam sem o saber exprimir.³²¹

Disse mais:

Não se pode deixar de reconhecer, no movimento praieiro, a força de um turbilhão popular, [...] a verdade é que a Praia era a maioria, era quase o povo pernambucano todo; e o povo julga o seu direito tão extenso como a sua vontade, sobretudo quando luta com as classes que se servem das delongas infinitas da lei para conservarem os seus privilégios e perpetuarem os seus abusos.

³¹⁸ GUHA, Ranahit. **Las Voces de La Historia** y otros estudios subalternos. Prólogo de Josep Fontana. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 35.

³¹⁹ PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1933. p. 86.

³²⁰ QUINTAS, Amaro. Sentido Social da Revolução Praieira. **Revista História**, São Paulo, 1954. Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/36396/39117.

³²¹ MELLO, Evaldo Cabral. **Joaquim Nabuco**: essencial. São Paulo: Penguin Classics: Companhia das Letras, 2010. p. 315.

E concluiu o estadista do império, “[...] muito provavelmente, a Praia representava a queixa de uma população adiantada de instintos contra a sua triste condição.”³²² Caio Prado Jr. foi mais longe e avaliou a agitação praieira como o último espasmo revolucionário antes de instalada a hegemonia da reação no período imperial.

De 1837 a 1949 percorre a política brasileira a mais caracterizada trajetória reacionária de sua história. [...] Os *farrapos* depõem armas em 1845, e em 1846, o último reduto da revolução, Pernambuco, entra numa fase de tranquilidade. O império afinal se estabiliza no seu natural equilíbrio: A monarquia burguesa”.³²³

Foi no Hotel da Praia, situado na rua homônima, a qual é detentora de tão largo espectro simbólico e histórico, onde foram planejadas algumas das ações de maior envergadura levadas a efeito no estado de Pernambuco por integrantes nordestinos da Ação Libertadora Nacional (ALN). Nas décadas de 1960 e 70, aprofundou-se a visibilidade de que a cidade carregava o presente e o passado de lutas em suas ruas e avenidas. A repressão incensava os espaços com uma sensação de vigilância diuturna, refletiva nos possíveis olheiros do regime tirano, mas conjuntamente, sussurravam-se as vozes de conspiração pela sua derrubada. Nos tempos da ditadura, em seus espaços condensados pela presença dos militares e seus cupinchas, institucionalizados ou não, impunha-se a ameaça, respirava o vicejo do medo.

Figura 4 – Soldados do Exército nas proximidades da sede do Governo Estadual de Pernambuco, em 1º de abril



Fonte: Jornal do Comércio, 31/3/2004

Na tarde de 1º de abril, dia consagrado à mentira, a mais trágica verdade acontece em minha vida... minha mãe e meu irmão Carlos, juntos, chegam do Necrotério do Hospital do Pronto Socorro, onde fizeram o reconhecimento do corpo de Jonas. Ele havia sido assassinado com um tiro de fuzil na boca.³²⁴

³²² *Ibid.*, p. 314.

³²³ PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1933. p. 88-89.

³²⁴ BARROS, Marisa. **Jonas! Presente... agora e sempre**. Recife: CEPE, 2009. p. 12.

Após março de 1964, os primeiros fuzilamentos, no espaço urbano de Pernambuco, ocorreram ainda no calor do golpe, que viçava para se impor como ditadura, ou seja, no 1º de abril que inaugurou os mais de vinte anos de arbítrio. Os tiros foram contra uma passeata estudantil que partira da Escola de Engenharia de Pernambuco, na Rua Riachuelo, rumo ao Palácio do Campo das Princesas (sede do governo estadual). Militares, que se encontravam a postos na Rua Dantas Barreto (foto acima), dispararam os tiros de fuzil que mataram dois jovens, um de apenas dezessete anos e o outro de vinte e três, Jonas José de Albuquerque Barros e Ivan da Rocha Aguiar, respectivamente. Além disso, foram feridos um barbeiro e uma vendedora que também se encontravam no local. Dalí para a frente, “A violência da repressão era uma ameaça pessoal a todos os membros da sociedade civil”,³²⁵ particularmente para a classe trabalhadora e os opositores do regime.

Arraes não aceitou renunciar a seu mandato e foi, como tanto outros, apeado pela força das armas do mandato popular que lhe havia sido conferido pelo povo em 1962. Buscou articular, e mesmo escreveu, na noite de 31 de março um *Manifesto dos Governadores do Nordeste em Defesa da Legalidade*, não obstante foi de balde. A partir de sua declaração naquele fatídico 1º de abril, podemos apreender a dramaticidade do momento:

[...] no momento em que falo, o Palácio do Governo está sendo ocupado por tropas do Exército, que se insubordinaram contra o Sr. Presidente da República, tocando o mandato que o povo pernambucano me concedeu, através de gloriosa campanha eleitoral.³²⁶

Naquela manhã, o general do Exército Joaquim Justino Alves, comandante do IV exército, e o vice-almirante Augusto Roque Dias Santos, comandante do 3º Distrito Naval, haviam assinado e feito divulgar um manifesto de adesão de suas bases militares, sediadas em Pernambuco, ao golpe, em termos que marcariam uma tônica cínica do regime que se arrastaria por 21 anos, isto é, arvoravam-se a guardiões da legalidade e dos valores democráticos, missão revestida e justificada no combate ao fantasma do comunismo.

Expressaram, sem titubear, no início do documento que

[...] o IV exército, por seus generais, oficiais, subtenentes, sargentos e praças, cumpre o importante dever de manifestar sua solidariedade aos companheiros da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Infantaria, dos II e III Exército e demais combatentes pela legalidade democrática em nosso País.

³²⁵ ALVES, 1984, p. 221.

³²⁶ Declaração do Governador Miguel Arraes pelo Rádio, no momento em que as Tropas do IV exército cercavam o palácio do governo, em 1º de abril de 1964 (em anexo). In: COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita Volver: O Golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004. p.405.

E completaram: “[...] atitude inteiramente apolítica, e inspirada no mais sincero sentido legalista, saberá respeitar os mandatos de quantos se inscreverem nestes ideais e que assim vierem a colaborar com a segurança e a tranquilidade do povo”.³²⁷

Com a diligência de alguns parlamentares, a convivência de outros e a resistência aberta de quase nenhum, seguiu-se, no dia seguinte ao golpe, a deposição do prefeito Pelópidas Silveira, na Câmara dos Vereadores do Recife³²⁸, e do governador Miguel Arraes, na Assembleia de Pernambuco³²⁹. A cassação do mandato de Arraes contou, em votação secreta, com 45 votos favoráveis, 17 contrários e 1 branco. No caso de Pelópidas, vale mencionar a exceção honrosa de voto contrário ao vereador, e militante do PCB, Jarbas de Holanda Pereira. Nesse mesmo dia, “os industriais do açúcar” faziam publicar no Jornal do Comércio manifesto, dirigindo-se “ao povo pernambucano”, em apoio e “público testemunho de aplauso” ao Golpe, que teria, segundo a classe patronal, “[...] plenamente restabelecido o domínio da paz e do trabalho de que tanto carecia a comunidade brasileira”:

Os Industriais do Açúcar em Pernambuco, ante os acontecimentos, que se desenrolam no país, há vários dias, e que culminaram em atuação enérgica, desassombrada e patriótica das Forças Armadas Brasileiras, aqui dignamente chefiadas pelo eminente general Justino Alves Bastos e almirante Augusto Roque Dias Fernando, restaurando o primado da democracia e da liberdade, sentem-se no dever de manifestar as suas congratulações pela solução adotada. Interessados em produzir, através do trabalho e da boa harmonia entre as categorias que são os fatores da produção, e julgando pelo entendimento e a justiça social se poderia propiciar à Nação o clima indispensável ao seu progresso e desenvolvimento do Povo, os produtores do açúcar estão certos de que as Forças Armadas, mais uma vez, atendendo aos legítimos reclamos do momento nacional, souberam agir segundo lhes ditaram o patriotismo, o bom senso e o desejo de repor à Nação no caminho da democracia e restabelecer a tranquilidade da família brasileira.[...] Dando este público testemunho do seu aplauso à atitude dos responsáveis pela ordem nacional, os produtores açucareiros, confiantes que está plenamente restabelecido o domínio da paz e do trabalho de que tanto carecia a comunidade brasileira, como condição necessária para a condução da nossa terra e da nossa gente aos seus mais elevados designios.³³⁰

³²⁷ Manifesto de Adesão do IV Exército e do 3º Distrito Naval à Rebelião de Juiz de Fora, em 1º de abril de 1964 (em anexo). In: COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004. p. 401.

³²⁸ Ver, em anexo: Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal do Recife, realizada em 02 de abril de 1964. (Cassação do Mandato do Prefeito Pelópidas Silveira).

³²⁹ Ver, em anexo: Ata da 1ª Sessão Extraordinária da Assembléia Legislativa de Pernambuco, realizada em 1º de abril de 1964; Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Assembléia Legislativa de Pernambuco, realizada em 1º de abril de 1964. (Cassação do Mandato do Governador Miguel Arraes) e; Projeto de Resolução Nº 996/64 (Parecer Nº 882) da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

³³⁰ Jornal do Comércio, 2/4/1964.

Tal conjugação de fatos é ainda mais compreensível quando se revela a atuação ostensiva do IBAD em Pernambuco, nas eleições de 1962, que sagraram vencedor, com 264.499 votos, Miguel Arraes de Alencar, em detrimento do empresário João Cleofas, que obteve 251.146 votos. Arraes fora apoiado pela Frente do Recife, composta também pelo PCB. É o próprio Miguel Arraes, em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada para apurar a atuação ilegal do IBAD, que nos traz o panorama dessa atuação no pleito e sua redundância na composição parlamentar das casas legislativas, quando

[...] defende, inicialmente, a tese do direito do voto do analfabeto, acentuando, a propósito que — a democracia é o governo do povo e não de grupos ou de parcelas da população, adiantando que numa cidade de um milhão de habitantes como Recife votam apenas 10% (dez por cento) deixando de participar do processo de escolha exatamente a população mais necessitada.³³¹

No estado de Pernambuco, desde o início dos anos 1960, mas, mais enfaticamente, a partir de 1962, havia um grande investimento social nos movimentos de cultura e educação popular, os quais tinham apoio e alicerce de Arraes desde quando estava à frente da Prefeitura do Recife (1959-1962), a exemplo do Movimento de Cultura Popular (MCP). Tais movimentos buscavam, como punha Paulo Freire naquele momento, uma leitura do texto, mas também uma leitura do mundo, conhecimentos que habilitassem a classe trabalhadora à participação política. O contexto da campanha das eleições de 1962 escancara o poder do capital em sua interferência direta nos pleitos para escolha dos “mandatos populares”, na política nacional e elucida a advertência feita por Marc Bloch, quando disse:

Essa palavra governo, da qual os historiadores fazem tão grande uso, permanece, de fato, uma simples palavra, sem mais, até o dia em que conseguirmos ver, através dessa, as únicas realidades que contam, isto é, os homens, e vê-los por completo: com os governos titulares, os grupos que lhes ditam sua ação.³³²

Certamente, a questão sobre a ação política do empresariado nas eleições, em Pernambuco e no Brasil, especialmente no início da década de 1960, mereceria maior aprofundamento, já que é um tema-chave no desvelo daquela realidade. Embora, não seja o problema de investigação que nos propomos a analisar, ainda que dele sendo peça, vejamos parte do conteúdo da fala de Arraes, em depoimento à CPI, o qual foi publicado pelo jornal

³³¹ Ata da 18ª Reunião, realizada em 22 de agosto de 1963. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos relacionados com o IBAD e IPES. Arquivo da Câmara dos Deputados. p. 1.026. (v. 6). Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>.

³³² BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Bauru: EDUSC, 2001.

Correio da Manhã, em que o governador toca em pontos importantes para a compreensão do quadro geral, quando o Golpe de 64 foi articulado em Pernambuco, inclusive, trazendo à tona o grave problema do analfabetismo e a baixa participação político-eleitoral das camadas empobrecidas em razão das limitações legais e do aproveitamento desse fato pelos representantes do IBAD e por políticos por ele financiados, os quais foram listados por Arraes. Apesar de longo, vale a reprodução da fala por causa de sua força história como um ensaio de ruptura. No entanto, em seguida, o equilíbrio foi retomado, vindo o Golpe e, com ele, havendo o encerramento da CPI e o desnudamento das relações escusas entre o Capital e o Estado, em seus governos e parlamentares:

É bem verdade que nos faltam alguns documentos importantes. O que conseguimos reunir são peças de um “*puzzle*”, de um jogo de armar. Faltam muitas peças. Mas o que possível reunir aí está. Dá uma ideia de como se exercitou a ação corruptora do IBAD. Da tremenda pressão que se exerceu sobre o eleitor. Dos recursos que se mobilizaram para derrotar as forças populares e democráticas de Pernambuco. Valeu tudo contra nós: a calúnia, a injúria e sobretudo o dinheiro. Quero, por fim, chamar a atenção desta CPI, para a relação de firmas contribuintes do IBAD. São 152 ao todo, segundo a relação apreendida. Figuram no documentário empresas de petróleo, como a Texaco e a Shell, grande parte da indústria farmacêutica (Pfizer, Ciba, Gross, Sheringer, Enila, Bayer), a General Electric, IBM, Coca-Cola, Tecidos Lundgreen, Standart Brands, Companhia de Cigarros Souza Cruz, Remington Rand, Siderúrgica Belgo-Mineira, Companhia AEG de Eletricidade, Herm Stolz, Lojas Americanas, empresas de perfumes Coty, Federação do Comércio do Recife, e três estabelecimentos bancários (Novo Mundo, Irmãos Guimarães e Nacional do Norte). Os nomes dos representantes dessas empresas também figuram no documentário apreendido. Em Pernambuco, o mentor do IBAD é o próprio ex-governador Cid Sampaio. Sua atuação nestes seis meses depois que transmitiu o cargo, vem sendo paralela ao IBAD: criar intranquilidade em Pernambuco [...] As forças do IBAD estão tentando, agora, à vista das denúncias, das provas e dos documentos que a cada dia se avolumam, forjar uma estranha teoria, segundo a qual: 1) é legítimo que grupos econômicos, para defender seus interesses, se organizem em instrumentos como o IBAS, IPES etc.; 2) é legítimo que grupos econômicos, através desses instrumentos, financiem candidaturas de vereadores, senadores, prefeitos e governadores, comprometendo-se estes, em troca, a defender os interesses dos grupos econômicos, apresentados como princípios democráticos, que cumpre defender e preservar; 3) é legítimo aos candidatos receber dinheiro para o financiamento de suas candidaturas, pois é cada dia mais caro o preço de uma eleição no Brasil. [...] os forjadores dessa teoria, a quem a corrupção deixou sem brios, sem sensibilidade moral, já não podem nem mesmo perceber que, se os grupos econômicos financiam e compram candidatos, é para deles exigir, uma vez eleitos, favores e privilégios que lhes devolvem, com lucros fabulosos e quase inacreditáveis, o dinheiro empregado nas campanhas eleitorais. E fingem esquecer que é em consequência dessas negociatas que nosso povo, a cada dia, paga mais caro o pão com que se alimenta, a casa em que mora, a roupa que veste. E o que é mais grave: ávidos por dinheiro e mais dinheiro, insensíveis aos problemas de seu povo e à sua soberania de sua pátria, os forjadores e os aproveitadores desses instrumentos e dessa teoria já pouco se importam de vender seus votos e suas consciências — e com isso nossa independência e nossa soberania — a grupos econômicos internacionais que outros não são, nem poderiam ser, os financiadores do IBAD, os promotores da corrupção. Por tudo isso é que é necessário e é urgente, em nome de nossa honra nacional que esta comissão de inquérito diga, com todas as letras, que é crime de alta traição: 1) a organização, no território nacional, de agências

internacionais de pressão econômica sobre nosso processo político e administrativo, tais como o IBAD, IPES etc.; 2) que é crime de alta traição deixar-se subornar, sob qualquer pretexto, por essas agências. E suborno, no caso, é a tradução do eufemismo financiamento, a cuja sombra os traidores querem passar por bons moços inteligentes. Sou democrata e nacionalista. Por isso venho, perante a Comissão de Inquérito, na esperança de que sejam tomadas medidas efetivas para coibir a interferência do poder do dinheiro no processo eleitoral. [...] a grande massa de não votantes, por conseguinte, no país inteiro, é a mais miserável, a que exerce maior pressão social, nas cidades e no meio rural. Não participando do processo de escolha dos representantes nas diversas câmaras, excluída do processo político, fica à mercê do paternalismo de alguns, da razão de outros e da indiferença dos que não veem os problemas sociais, porque não querem ou porque não tem oportunidade de conhecê-lo, em toda sua extensão. [...] Foi, agora, iniciado um processo para apurar a retenção de títulos eleitorais na zona pobre do Recife, onde se acaba de derramar dinheiro, cobertores e sandálias, visando distorcer o pleito municipal que vem de ser realizado. Esse tipo de influência visa, sem dúvida, às camadas semianalfabetas, não esclarecidas, que a extrema necessidade tornou imediata. A mãe de família que tem de resolver naquele dia ou já devia ter resolvido muito antes problemas que angustiam sua família: A falta de roupa para os filhos, o aluguel do mocambo que atrasou alguns meses e toda a série de aflições que não permitem a prolongada espera pelas reformas de base, pela liquidação do desemprego e pela estabilização do custo de vida. [...] Se tudo continuar dessa forma, teremos cada vez mais menos condições de falar, e a democracia se afogará na comoção. Isso é exatamente o que pretendem os golpistas que sempre lutaram contra ela. Na esperança de que a CPI irá apurar, denunciar ao povo e à justiça a interferência do poder econômico nos pleitos, é que aqui me encontro para prestar esclarecimentos de que disponho, sobre o pleito de 62, em Pernambuco. A documentação de que dispomos é incontestável. [...] Do lado do representante do poder econômico, todos os recursos foram utilizados: da intriga à calúnia; da tentativa a calar nossa voz à compra desbragada de consciências. Armou-se, em Pernambuco, nos meses que antecederam a outubro de 1962, a mais brutalmente dispendiosa máquina publicitária de que se têm notícia no estado. [...] dinheiro em larga escala, veículos do último tipo, equipados com altofalantes, contratos fabulosos com jornais, estações de TV e emissoras de rádio, ofertas generosas em dinheiro e vasto material de propaganda a quantos candidatos a deputado federal ou estadual formassem ao seu lado, tudo foi utilizado com prodigiosa liberalidade. Nada se poupou. [...] O superintendente, em Pernambuco, do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, era o sr. Frutuoso Osório Filho, que lá permaneceu durante toda a campanha. Com procuração ampla para atuar em Pernambuco, os srs. Ivan Hasslocker, Carlos Lavínio Reis e Barthelmy Beer, diretores da S.A. Incrementadora de Vendas, com sede à Rua Marechal Câmara, 271, 8º andar, grupo 801, O sr. Frutuoso Osório Filho movimentou, em Pernambuco, entre 30 de maio de 62 a 1º de outubro do mesmo ano, nada menos de Cr\$107.000.000,00, e possivelmente mais Cr\$107.000.000,00, de que temos algumas referências. O coordenado-geral da “Promotion” em Pernambuco, coronel reformado Astrogildo Coutinho Beltrão, movimentou, só no Banco Mineiro da Produção, exatamente Cr\$ 63.357.247,60. Canhotos de 46 cheques encontram-se na documentação reunida. Uma figura secundária, como o sr. Adeildo Coutinho Beltrão, movimentou, só no Banco Mineiro da Produção, Cr\$ 26.720.000,00. Em depoimento anexo, o sr. Adeildo informou que também movimentou recursos financeiros de vulto no Banco Nacional do Norte. Estas são algumas figuras que controlavam os recursos financeiros do IBAD, da “Promotion” e da ADEP em Pernambuco. A ADEP, subsidiária do IBAD, deu ajuda financeira e cobertura publicitária através da imprensa, rádio e TV, e ainda por meio de faixas e cartazes, a sete candidatos a deputado federal e trinta e um candidatos à deputado estadual. Elegeram-se com a ajuda do IBAD, os deputados federais Costa Cavalcanti, Augusto Novaes, Aldo Sampaio, Arruda Câmara, José Maria e Aurino Valois. Não se reelegeu, apesar da ajuda, o ex-deputado federal José Lopes de Siqueira Santos. Elegeram-se para a Assembleia Legislativa, com a ajuda do IBAD, quatorze deputados estaduais: Antônio Correia, Felipe Coelho, Suetone Alencar, Olímpio Ferraz, Francisco Sampaio Filho, Antonio Luiz Filho, Draiton Nejam, Olímpio

Mendonça. Antônio Barreto Sampaio, Elias Libânio, Adauto José de Melo, Antônio Farias e Audemar Ferraz. Não se elegeram, apesar da ajuda do IBAD, os candidatos Aderval Tôrres, Agripino Almeida, Luiz oliveira, Álvaro Costa Lima, Clodomir Moreira, Arnaldo P. Oliveira, José Emídio Lima, Justino Alvez Bezerra, Clóvis Correia, Antônio Pinto Ramalho, Francisco de Assis Barros, Jurandir Barros, Dídimo Guerra, Constâncio Maranhão e Francisco Falcão. Para se ter uma ideia da largueza de recursos que o IBAD ostentava, bastará dizer que o Sr. Lael Sampaio, irmão do governador Cid Sampaio, recebeu de uma só vez, através do cheque n.º 78.43.93, contra o Banco Mineiro da Produção, a importância de cinco milhões de cruzeiros. Cheque emitido em 30 de julho de 62. Até o candidato João Cleofas, pessoalmente, sacou do IBAD: 2 milhões. Cheque ref. 35, série XXVIII, n.º 64.74.02, emitido em 4 de setembro de 1962. As verbas utilizadas na imprensa, na rádio e na TV foram amplas.³³³

Não é factível acreditar que o poder econômico, tão amplamente instalado como dispositivo de pressão ao aparelho de Estado, e com tantos tentáculos já estabelecidos, tenha recuado em sua influência após o sucesso de ruptura com a ordem legal, mesmo porque o Golpe de 1964 foi fruto não somente de solidariedade econômica, mas sim da ação de classe da burguesia traduzida em um ativismo político de seu partido (complexo IPES/IBAD), o qual contou com uma ostensiva campanha político-ideológica precedente para ocupar, após a implantação da ditadura, postos estratégicos na estrutura estatal. Nesse sentido, não limitaria seu caráter ao bonapartismo tradicional, já que, após abril de 1964, “[...] o poder estatal direto transformou-se na mais alta expressão do poder econômico da burguesia industrial multinacional e associada”. Desse modo, estava instaurada sua hegemonia dentro do aparelho de Estado, com o “[...] controle direto das agências de formulação de diretrizes políticas e de tomada de decisão e da presença pessoal de representantes desses interesses econômicos na administração em geral”.³³⁴

Em *Dias e noites de amor e de guerra*,³³⁵ o escritor uruguaio Eduardo Galeano trata de muitos dos aspectos que perpassavam as realidades cotidianas das ditaduras surgidas nas Américas do Sul e Central, durante a segunda metade do século XX. Uma das faces que descerra é a do Terrorismo de Estado (TDE) nesses países:

O TDE, aplicado com pretensões “pedagógicas” através da “violência irradiada”,³³⁶ objetivou a conformação de uma “cultura de terror”, “de medo”, de efeitos devastadores, os quais, em diversos aspectos, se projetaram, inclusive no período posterior à ditadura, como “entulho autoritário”.³³⁷

³³³ Arraes acusa IBAD e documenta. **Correio da Manhã**. 23/08/1963, p. 5.

³³⁴ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, Vozes, 2006. p. 419.

³³⁵ *Ibid.*

³³⁶ ABOS, Álvaro. La racionalidad del Terror. **El Viejo Topo**, Barcelona, n. 39, dic. 1979.

³³⁷ PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** terror de estado e segurança nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 33. tomo I.

Compreendendo, aí, medo como “o hábito que se tem de temer ameaças”.³³⁸

Nutrir o medo no povo, por meio da violência. Foi uma máxima da ditadura desde a primeira hora que os golpistas assumiram o poder. Como estampou no Ato Institucional, de 9 de abril, oficializando a usurpação e buscando legitimidade jurídica: “a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma.”³³⁹ Não ousem desafiar o regime! Essa era a mensagem compreendida por grande parte da população com toda a carga de brutalidade contida em seu conteúdo, a qual era respaldada pela força e pela atuação ameaçadora do aparelho repressivo policial-judiciário-militar da ditadura,³⁴⁰ que compreenderia, entre seus atos persecutórios, prisões “legais”, sequestros (prisões ilegais), uso sistemático da tortura, assassinatos e desaparecimento forçado. Humberto Castelo Branco cuidou, em seu governo, de 1964 a 1967, de desenvolver o corpo da ditadura; e os demais governos militares de garantir sua estabilidade e consolidação. Em uma dinâmica híbrida e multifacetada de várias tendências que, apesar de polarizarem-se quanto à intensidade de força, constituíram-se como um bloco hermético quando se tratava de impingir violência como método persuasivo e dissuasivo ao conjunto da sociedade, mais precisamente unidos no reconhecimento da necessidade de erigir uma dupla articulação da chave obediência-desobediência, a primeira associada à sobrevivência e à paz condicionada; a segunda, ligada ao sofrimento e à morte física e social.

Por meio do estabelecimento de padrões de conduta positivos e negativos reconhecíveis pelo povo e pela divulgação, por meios oficiais e informais, de casos exemplares da execução desses “procedimentos disciplinares”, o bloco instalado no poder buscou reverter a conexão existente e ascendente no pré-64, entre oposição e enfrentamento ao governo e a recompensa dessa agência refletida em melhoria de vida. Isto é, buscou romper com qualquer disposição individual ou de massa à contestação e à luta por direitos e pela realização do sonho de uma vida melhor. A ampliação massificada do entendimento prático de que a desobediência politizada e organizada poderia trazer saldos positivos à vida da classe trabalhadora foi, possivelmente, a essência maior do movimento democrático-burguês e reformista do período Jango e, em geral, do próprio populismo. A radicalização do nível de

³³⁸ DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 24.

³³⁹ Ato Institucional nº 1, de 9 De Abril de 1964.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em 12 set. 2020.

³⁴⁰ LEMOS, Renato. O poder judiciário e o poder militar (1964-1969). In: CASTRO, Celso; IZECKOHN, Vitor. KRAAY, Hendrik (org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

consciência dos oprimidos configurou-se como a ruptura do pacto populista e a consequente intervenção militar que entabulou *um poder dirigente à paisana*.³⁴¹

A intervenção militar assumia sua função ideológica de arbitragem numa sociedade apresentada como “infestada” pelo “caos e a corrupção”, de fato escondendo seu duplo significado: um de movimento de classe, estrategicamente preparado e cuidadosamente desenvolvido em direção a uma contenção das forças populares, e outro de ser uma manobra política de uma fração dominante tentando subjugar as forças socioeconômicas populistas e seu bloco dominante oligárquico. Por intermédio da intervenção militar, o bloco de poder multinacional-associado emergente elevava o nível e a qualidade da luta de classes, impondo soluções próprias para a crise, controlando a sociedade política e produzindo um realinhamento nas relações de domínio através de uma forma de governo militar autoritária.³⁴²

Os mandatários da ditadura, como bloco de poder instalado, objetivaram anular o confronto ao Estado por meio da violência direcionada, o que, como vimos, compõe o cerne da constituição dos Estados, e a história do Brasil não foi exceção à regra. Em uma ditadura, há recrudescimento agudo dessa tendência, tendo como alvo a classe trabalhadora, em seus mais diversos estratos. Observe-se que o ponto modal permanece inalterado: a violência não é produtora de riquezas, ela é o expediente utilizado para a extração e a transferência de posse dos verdadeiros produtores (a classe trabalhadora) para os donos dos meios de produção. Ou seja, ela é o instrumento garantidor de escoamento das riquezas produzidas pelos oprimidos para a mão dos opressores. Opressores esses que não episodicamente são estrangeiros e tem cá fincados seus representantes. A história do Brasil foi, e é, em grande medida, a história da transnacionalização do capital.

O bloco de poder da ditadura civil-militar sabia que

[...] não é necessário despedir um funcionário: basta fazer com que saiba que pode ser demitido sem sumário, e que ninguém lhe dará nunca outro emprego. A censura triunfa de verdade quando cada cidadão se converte no implacável censor de seus próprios atos e palavras.³⁴³

Era preciso converter a casa de cada pessoa em cárcere. O complexo de ameaças foi habilmente edificado pelos militares e seus apoiadores e afiançadores civis, destacadamente o empresariado.

³⁴¹ DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 143.

³⁴² *Ibid.*

³⁴³ GALEANO, Eduardo. **Dias e noites de amor e de guerra**. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 80.

O controle da massa de trabalhadores e trabalhadoras sempre foi uma prioridade. A imprensa também teve papel estruturante na criação e na consolidação dessa cultura do medo. “A evidência da repressão criou uma ‘cultura do medo’, na qual a participação política equiparou-se ao risco real de prisão e conseqüente tortura. Configurava-se, assim, com toda evidência, um poderoso elemento dissuasivo da prática e da participação política”.³⁴⁴ Circulavam histórias de casos que davam conta dessa realidade, que imprimiam a ideia geral de que

[...] por rabiscar em um muro *Viva a liberdade* ou jogar um folheto na rua, um homem passará na cadeia, se sobreviver à tortura, boa parte de sua vida. Se não sobreviver, o atestado de óbito dirá que pretendeu fugir, ou que se enforcou, ou que faleceu vítima de um ataque de asma. Não haverá autópsia, e se houver, será falsificada.³⁴⁵

O uso de expedientes científicos e sofisticados para a construção de uma cultura do medo e de autocensura, por meio dos métodos mais ameaçadores e persecutórios, foi regra e característica fundacional da ditadura brasileira e de suas congêneres na América do Sul, nos idos das décadas de 1960/70, pelo seu uso sistemático e planejado da razão para fins mórbidos, guarda firmes semelhanças com o nazismo, no qual a razão instrumental viabilizou o paroxismo do Holocausto. Qualquer membro das classes subalternas, ou quem quer que falasse em seu nome, deveria temer levar adiante agência de oposição ao governo e ao sistema capitalista, então dirigido, no Brasil, de dentro do estado.

Muito se tem focado sobre esse tema a partir do aspecto da censura a ativistas políticos ou militantes de organizações políticas, sejam comunistas ou não, e as perseguições a que foram alvo, o que é de grande importância, mas “os trabalhadores — sobretudo eles — não tinham qualquer garantia.”³⁴⁶ Em última instância, a montagem do maquinário panóptico³⁴⁷ do estado de terror generalizado tinha, como princípio gerador, imiscuir medo ao povo, à classe trabalhadora, para que não interferissem no fortalecimento das estruturas e das funções

³⁴⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução de Clovis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 204.

³⁴⁵ GALEANO, Eduardo. **Dias e noites de amor e de guerra**. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 80.

³⁴⁶ COELHO, Fernando Vasconcelos. **Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004. p. 202.

³⁴⁷ “No panóptico, cada um, segundo seu posto, está vigiado por todos os demais. Ou ao menos por alguns deles; se está em presença de um aparato de desconfiança total e circulante que carece de um ponto absoluto. A perfeição da vigilância é uma soma de insídias.” (FOUCAULT, Michel. **El Ojo del poder**. Entrevista con Michel Foucault, en Bentham, Jeremías: “El Panóptico”, ed. La Piqueta, Barcelona, 1980. Traducción de Julia Varela y Fernando Alvarez-Uría. Disponível em: institutocienciashumanas.com/wp-content/uploads/2020/04/El-ojo-del-poder.pdf J.-P.)

nacionais de dominação de classe, que vicejavam, via *paz armada*, o capitalismo possível na periferia, a modernidade sem mudança nos trópicos.³⁴⁸

O medo é a base conceitual do terrorismo, que se define como um método para induzir o medo através de ações repetidas. Dirigindo a atenção à indução do medo através da ameaça de atos violentos. [...] O terrorismo entendido como sucessão premeditada de atos violentos e intimidatórios exercidos sobre a população não combatente e desenhados para influir psicologicamente sobre um número de pessoas muito superior às vítimas diretas e para alcançar assim algum objetivo, quase sempre de tipo político, provoca, em efeito, determinadas reações psicológicas sobre uma população submetida a sua ameaça, seja suposta ou real. O terror é uma forma extrema de ansiedade, normalmente acompanhada de agressão, negação, redução de afeto, e seguida de imagens temíveis e de repetidas recordações traumáticas. Além de um meio de controle social, o terror é também um mecanismo que coarctar e condiciona o comportamento do receptor, que numericamente é muito mais amplo que as vítimas diretas da agressão.³⁴⁹

A *Cultura do Medo* converteu-se em um mecanismo rotineiro e eficaz de dominação de classe durante a ditadura. Prescrevia-se — diluindo a mensagem pelos mais diversos meios — quais seriam os comportamentos aceitos e reprovados pelo Estado. Quem seria ou não inimigo da pátria, impondo-se a endoculturação das regras em um ritual difuso de autocensura por internalização, mais ou menos consciente, das normatizações repressivas. A eficiência desse complexo procedimental pode ser

[...] através das respostas que as pessoas e as sociedades deram a essas práticas. Em nível individual, essa dominação foi alcançada quando as pessoas internalizaram as ameaças à vida e, portanto, aprenderam ou desenvolveram comportamentos políticos e sociais aprovados pelo regime, ou seja, passam por um processo de autocensura e regulação.³⁵⁰

Como apontou o historiador argentino Luis Alberto Romero, ao analisar o período da última ditadura em seu país, “[...] o terror cobriu a cidade toda. A maioria aceitou o discurso estatal, justificou o pouco que não podia ignorar da repressão com o argumento do ‘por algo será’ ou mesmo ‘se refugiou’ na deliberada ignorância do que acontecia a vista de todos.” No entanto, ele é categórico em concluir que o mais notável foi

³⁴⁸FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006. p. 424.

³⁴⁹CALLEJA, Eduardo González. **Asalto al Poder**: La violencia política organizada y las ciencias sociales. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2017. p. 175.

³⁵⁰BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civis-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Universitat de Barcelona, Porto Alegre, Barcelona, 2011. p. 72. tomo I.

[...] a ascensão e a internalização da ação estatal, traduzida no próprio controle, na autocensura, na vigilância do vizinho. A sociedade se patrulhou a si mesma [...] desde a família, a vestimenta ou as crenças — revelavam o profundamente arraigado que estava o autoritarismo, potenciado pelo discurso estatal.³⁵¹

O testemunho do sindicalista rural Belmiro do Nascimento Ferreira é elucidativo do início deste processo em Pernambuco:

[...] o fato é que a população de Recife, principalmente, ficou tomada de pânico terrorista, imposto pelos militares, a ponto de as pessoas nas ruas tinham medo de se comunicar, tinham medo de comprar *Jornal Correio da Manhã*, que começou a combater a ditadura, que vinha do Rio de Janeiro.³⁵²

O estudo da violência irradiada para a sociedade em seu conjunto, isto é, aquela indireta, pois transmitida para além do alvo imediato, que era o “subversivo” ou o “comunista” e seu núcleo familiar mais próximo, é fundamental para compreendermos a ditadura enquanto forma de governo e seus mecanismos de funcionamento e sustentação no seio social. Sobre a *violência irradiada*:

Em realidade, se trata da irradiação, que se expande como um espiral crescente, a partir do entorno mais imediato da vítima direta, atingindo seu espaço de atuação e convivência social mais imediato (a família, os amigos, o bairro, o local de estudo ou de trabalho etc.); por sua vez, as pessoas desses meios se tornam potenciais suspeitos e eventuais vítimas. Tanto num caso como em outro, espalham seus medos e inseguranças no interior dos seus próprios espaços particulares de atuação e de convivência, onde essa situação volta a repetir-se e assim sucessivamente, até disseminar-se, concêntrica, por toda a sociedade, como se fosse uma grande “semeadura de medo”. Os integrantes desses círculos são tratados como potenciais culpados de um comportamento “pernicioso” e ilegal, segundo os parâmetros da “legalidade” vigente: o de não se terem afastado do “subversivo” (ou do indivíduo suspeito de sê-lo). Nesse sentido, a violência irradiada, ao expandir-se como ameaça concreta sobre o mundo do perseguido (vítima direta), atinge-o de novo, de rebote, duplamente, pois aumenta o seu isolamento diante de um clima de indiferença, sonegação de solidariedade, delação e escapismo, reforça a pressão sobre ele, ampliando sua mortificação. A irradiação da violência, na medida em que estimula esse clima, gera atitudes que mostram a ampliação da eficiência repressiva, o que Abos avalia como sendo fruto da “rentabilidade” do terror.³⁵³

³⁵¹ ROMERO, Luiz Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina, 1916-2010**. Nueva edición revisada y actualizada. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2012. p. 243.

³⁵² Processo n.º 0852/01, de Belmiro do Nascimento Ferreira. À Comissão Especial de Indenização de Ex-Presos Políticos. Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de Pernambuco, p. 58. Belmiro era militante do PCdoB e atuava, até o golpe, nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Jaboatão, São Lourenço da Mata, Glória de Goitá e Moreno. Após o 1º de abril, entrou para a clandestinidade, até ser preso em 27 de agosto de 1970, condenado pelo Conselho Permanente do Exército, cumpriu um ano de prisão na Casa de Detenção do Recife.

³⁵³ PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... terror de estado e segurança nacional**. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 95. tomo I.

Sem dúvida, os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil foram os mais autênticos vencidos e alvos da imposição do golpe e da brutalidade da ditadura que se instalou em abril de 1964. Todavia, poucos estudos têm se debruçado sobre as táticas utilizadas pela ditadura no campo psicossocial para engendrar um consenso — ainda que instável, e, assim, *pari passu* ao uso direcionado e sistemático de coerção — e garantir o funcionamento e a continuidade do regime. Trata-se da repressão indireta viabilizada pelo medo, convertido em terror, incutido na cabeça das pessoas de que, a qualquer momento, podiam ser elas também alvo das prisões, torturas, humilhações e tudo mais que devassasse sua vida. Afinal, todos eram considerados suspeitos e potenciais inimigos internos. Com a exacerbação operativa do aparelho repressivo após o AI-5, que se seguiu até 1974, o apoio popular já minguido às esquerdas, especialmente às armadas, reduziu-se ainda mais. Isso se deu pelo medo nutrido de ser atingido pelas investidas de coibição promovida pelo Estado.

A diretriz fundamental para fugir da perseguição era enquadrar-se: evitar e distanciar-se de qualquer atividade política de esquerda e, mesmo assim, não haveria garantias de se estar a salvo da repressão direta do Estado. Ao mesmo tempo, o regime cuidava de legitimar e propagar à população a crença de que seus atos eram justos e nobres e somente eram capturadas ou presas as pessoas que representavam uma ameaça ao país, isto é, os desviantes, comunistas e militantes de esquerda em geral.

As pessoas perderam a esperança e se recolheram a suas vidas particulares, tentando esquivar-se à vingança do Estado. Silêncio, isolamento e descrença eram os fortes elementos dissuasivos da “cultura do medo”, que permitiu ao Estado impor-se com poderes quase ilimitados. Os grupos não armados da oposição viram-se paralisados em suas reações.³⁵⁴

Casos de pessoas presas pela polícia que não tinham atividade política ou confissão ideológica de esquerda, muitas vezes motivadas por querelas pessoais, foram uma realidade que não cessou após as primeiras horas do golpe. A prisão de Laércio Ferreira de França, em 1966, é indicativa dessa realidade por ser ele um pequeno comerciante do Recife, com estabelecimento à Av. Caxangá — Bairro Iputinga — que não tinha qualquer envolvimento político, mas foi vítima da repressão. As motivações são esclarecidas a seguir, mas a questão que queremos ressaltar, ao trazer o caso de Laércio, é que mesmo em um primeiro momento motivado por um sentimento anticomunista original do regime militar, o dispositivo persecutório, para funcionar com os efeitos esperados, previa os “desvios” e os “excessos” como mecanismo mesmo de difusão do pavor e da obediência do número máximo de pessoas.

³⁵⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 205.

A sensação de vigilância materializava-se não somente nos entes e nas figuras formais do Estado, como o soldado do exército, o policial militar ou as diversas autoridades executivas — a exemplo de prefeitos, governadores ou indivíduos com cargos institucionalizados em geral —, a sua efetividade estava em plenitude exatamente quando um amigo, um vizinho ou qualquer pessoa mais próxima fazia as vezes de vigilante da ordem. Capturar e reprimir um “inocente”, que, aparentemente, não tinha nada a ver com militância política, em geral, era igual, ou talvez mais eficaz em seus efeitos, do que prender comunistas, claro que se mantido o ato como desvio no plano discursivo e na prática como regra.

Dito em outras palavras, “[...] a arbitrariedade com a que se elege às vítimas está calculada, a imprevisibilidade dos atos é previsível, o aparente capricho geralmente está perfeitamente controlado”, e o que possa parecer, à primeira vista, falta de objetivo, “[...] é a verdadeira finalidade dos atos terroristas que tendem a espalhar o medo e a insegurança e a manter uma constante incerteza.” Claro que, para tal, eram respeitados os ritos procedimentais de suspeição e criação de indícios para culpar e incriminar o sujeito por mais inconsistentes que esses pudessem parecer. Defender quem estava sendo acusado era se colocar no corredor do alvo ou ser encarado como cúmplice. Isso era evitado, a não ser, ordinariamente, por alguns poucos e leais familiares e amigos.

De uma família tradicional, nunca fui simpatizante a qualquer movimento, muito menos o político. Possuía uma vida estável e equilibrada ao lado da minha família, quando em questão de minutos minha vida se transformou em um pesadelo contínuo. Fui preso num dia de domingo do ano de 1966, agosto ou setembro, não me lembro bem. Saí cedo para a praia com minha noiva Socorro Galvão; voltamos perto de 22 horas. Socorro ficou na casa de seus pais, e eu fui para a casa dos meus. Chegando perto, notei um movimento estranho de carros e de pessoas. Entrei em casa, estava meu pai com três pessoas que eu não conhecia. Soube depois que eram Cícero Albuquerque (hoje delegado), Amaro Camarajibe (militar) e Abílio (fotógrafo), que era informante da polícia e a quem meu pai tinha alugado uma sala, sendo posteriormente despejado pela justiça. Fizeram diversas perguntas e me acusaram de estar distribuindo panfletos subversivos na noite anterior, com Diocendir Alves da Mota e Gonçalo Tenório. Respondi que eram infundadas as acusações, pois não gostava de política, nem nunca me envolvi com tais situações. Fui detido com a roupa do corpo e segui com eles para Casa Forte à casa de Diocendir Alves da Mota, com quem saí naquela noite (para uma festa na casa de Sargento Antônio Dias de Araújo). Fomos levados de carro para o Quartel da Polícia do Exército do Cabanga, onde ficamos numa pequena cela a qual tinha outras pessoas. Passamos cinco dias nesta unidade e à noite fui levado por três soldados de metralhadoras para o Quartel de Socorro, em Jaboatão. Andamos muito dentro da mata e fui colocado num buraco como uma casa mata, profundo, sem mínimas condições de higiene, pois não tinha banheiro, água e colchão. Dormia no chão cheio de baratas e ratos. Quando chovia, entrava muita água, e eu tinha que dormir em pé. Por conta disso, até hoje sofro consequências terríveis, pois minha rótula esquerda, quando o tempo esfria, dá-me dores insuportáveis. Sequelas do caso. Começou o sofrimento. Não tinha hora para os interrogatórios. Colocaram lâmpadas fortíssimas nos meus olhos e tinha que dizer todo o roteiro que fiz e mais os endereços dos supostos revolucionários, o que eu nunca poderia responder, já que

desconheço os mesmos. Psicologicamente e moralmente, fizeram tudo que podiam. Fui ameaçado de ser jogado ao mar em Fernando de Noronha com outros presos e ficava numa sala com uma cadeira no meio e sendo torturado de chicote, choque elétrico, tapa no ouvido e pau de arara. A comida e a água, quando sobrava da cantina, eles mandavam, e eu comia porque estava com fome. Não sabia se era noite ou dia, comecei a me desesperar e pedia que eles acabassem logo com aquilo me fuzilando ou outra morte rápida. Fiquei sabendo que minha família estava sendo presa; meu irmão, estudante de Direito, minha empregada, minha noiva Socorro Galvão e suas irmãs. Dr. Gonçalo Tenório dos Anjos foi preso e passou 15 dias detido na Rua do Suape. Passei 20 dias nesse local, depois me levaram de caminhão para outra unidade da PE, um local sujo, imundo e os interrogatórios continuavam. A minha prisão surtiu consequências em toda a minha família. Muitos foram presos por minha causa. Minha esposa e suas irmãs foram obrigadas a depor. Meu pai, já com certa idade, teve um AVC, do qual ficou paralisado do lado esquerdo. Sua recuperação foi muito lenta e gastamos muito dinheiro. Luiz Vital de França, meu pai, desesperadamente, se jogou na Av. Caxangá para que os carros o atropelassem. Porém, fui eu o maior atingido. Aqueles momentos nunca desaparecerão da minha memória e a da minha família. Materialmente, muitas foram as perdas. [...] Gastamos muito dinheiro com os advogados. [...] A Audiência ocorreu — fiquei na sala esperando o veredicto. Resolvi ir para a casa do Dr. Brito Alves, pois, se fosse condenado, teria que fugir. Graças a Deus, fui absolvido, porém as perseguições e as discriminações continuaram. Todo o local aonde ia, tinha pessoas estranhas me olhando, fiquei com complexo de inferioridade, me achando menos capaz do que as outras pessoas. O caso foi tão repercutido na sociedade que foi publicado no Jornal do Comércio, no dia 13/01/67, tendo a minha vida exposta e devassada, e eu acusado e injustiçado publicamente por um crime que não cometi.³⁵⁵

Ser acusado de subversão era abrir possibilidades palpáveis de se cair em desgraça social e econômica. Embutida, mas muito clara, estava a ameaça direta à sobrevivência material da pessoa, por meio da supressão do seu trabalho, ou melhor, do seu emprego, já que ser considerado subversivo pelo Estado — ainda que não fosse verdade — normalmente desencadeava um conjunto de eventos que, seguramente, podiam levar a pessoa atingida e aos seus a uma realidade de fome e privações, face ao isolamento social que normalmente eram submetidas as pessoas acusadas de crime político, um sujeito desviado,³⁵⁶ destino tão mais certo quanto mais pobre fosse a pessoa.

Em Pernambuco, nos meses que se seguiram ao Golpe, foi dado o tom das mudanças na dinâmica social para a consecução de vagas de emprego, bem como para a temporada de demissões. Regras que se mantiveram sem afrouxamento significativo nos anos seguintes, revigoradas com o pacote repressivo de fins de 1968 e condensadas com as atualizações da Lei de Segurança Nacional, em 1969 (Decreto-Lei n.º 898, de 29 de setembro desse ano), permanecendo ativas até o fim da ditadura, ainda que com maior rigidez, pelo menos, até o desenvolvimento do governo do general Ernesto Geisel, a partir de 1974.

³⁵⁵Laércio Ferreira de Franca. Processo n.º 062/01, de Belmiro do Nascimento Ferreira. À Comissão Especial de Indenização de Ex-Presos Políticos. Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de Pernambuco, p. 26 *et seq.*

³⁵⁶BECKER, Howard. **Los Extraños**: Sociología de la desviación. Traducción Juan Tubert. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1971. (Colección Análisis y Perspectivas. Biblioteca de Ciencias Sociales).

As pressões para que fossem afastados dos seus cargos aqueles que tivessem tido ligação com o governo deposto, ou com o movimento sindical independente, chegaram até o setor privado. Facilitava essa ingerência, quando não ao apoio, a dependência ao Estado em que vivia grande parte do empresariado — temeroso de perseguições fiscais ou de restrições nos estabelecimentos oficiais de crédito, nos quais, os que perdiam seus direitos políticos eram proibidos de operar. Trabalhadores presos e, por essa razão, impossibilitados de comparecerem ao serviço, foram sumariamente demitidos, sob o pretexto de abandono de emprego, sem direito à defesa e sem qualquer indenização. Algumas empresas, pelo receio de, desavisadamente, acolherem funcionários considerados subversivos e incorrerem na suspeição de conivência — passaram a exigir, para admissão de empregados, uma carta de apresentação firmada por autoridade policial ou militar, quando não o atestado de ideologia fornecido pelo DOPS. O que praticamente impedia o reingresso dos demitidos, por motivos políticos, no mercado de trabalho local. Profissionais de várias áreas — pelo só fato de sua opção funcional — eram aprioristicamente postos sob suspeição. Assistentes sociais, economistas, sociólogos, historiadores, jornalistas e muitos outros eram tratados como agitadores em potencial e subversivos enrustidos, de altíssima periculosidade. Em certa fase, para fornecerem certidões e outros documentos, sob a orientação do DOPS, algumas repartições passaram a exigir dos interessados — sobretudo de professores universitários, funcionários públicos e intelectuais, que fizessem publicar nos jornais humilhante declaração “abjurando” ideias e posições contrárias às do regime, sem o que não teriam seus requerimentos atendidos. A imprensa da época registra essas notas, que muitos pernambucanos, constringidamente, foram obrigados a assinar.³⁵⁷

Obviamente, a entrada nessa realidade de carência estava resguardada especialmente às pessoas pobres. E, provavelmente, o medo do envolvimento de seu nome com “a política e a subversão” também se graduasse, em certa medida, inversamente às posses do indivíduo. A aceitação das regras emanadas pelo grupo no poder não deve ser interpretada simplisticamente como consentimento por quem as obedecia. Sem a mínima liberdade política e seus instrumentos e, por conseguinte, autonomia básica para decidir, a legitimidade converte-se em nada mais do que uma farsa.

Sem *consentimento participatório*, ausente em todas as autocracias, a legitimidade social jamais poderia ser autêntica, mas os atos persecutórios da ditadura burguesa forçaram uma pseudoconciliação nacional em nome da regeneração dos costumes e da ordem, viabilizaram a recomposição dos mecanismos de acumulação e a aceleração do desenvolvimento capitalista em um modelo de modernização dependente. Teriam sido esses os grandes motores do Golpe de 64.³⁵⁸ Tal obra não foi de autoria somente da classe dominante brasileira, na verdade, contou com a capacidade e o vigilante e interessado auxílio do capital internacional. Foi, pois, empreendimento do complexo multinacional e associado, como fartamente documentado pelo cientista político René Dreifuss. No dizer de Florestan Fernandes:

³⁵⁷ COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004. p. 202.

³⁵⁸ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006. p. 373.

Evoluções similares, ocorridas em outros países (dentro e fora da América Latina) deixaram patente que o movimento autocrático-burguês constitui uma alternativa que conta com um reforço externo bastante forte e estável. A luz desse fato, a duração das ditaduras burguesas preventivas é condicionada por dinâmismos que alcançam muito maior eficiência e continuidade do que as burguesias nativas da periferia poderiam imprimir ao processo, se estiverem confinadas às suas próprias forças.³⁵⁹

Não foram poucos os observadores que perceberam e relataram, anos depois, o clima de medo instalado em Pernambuco. “Quem passar uns dias em Recife, verá ser o medo uma constante na vida da cidade.”³⁶⁰ Isso foi o que constatou o então jornalista e futuro deputado Márcio Moreira Alves em sua visita à Pernambuco, oportunidade em que apurou mais de 40 casos de tortura ocorridos, no estado, somente nos primeiros meses — abril, maio e junho — após o Golpe. Publicou suas conclusões no jornal *Correio da Manhã*,³⁶¹ do qual era correspondente.

Segundo ele, o

[...] general Ernesto Geisel — destacado por Humberto Castelo Branco para apurar as denúncias de torturas em Pernambuco — viu muita coisa em sua rápida passagem [em 1964] por Pernambuco. Ao sair, no entanto, fez uma declaração incompleta. Disse que os presos políticos estavam sendo normalmente tratados, dentro das circunstâncias excepcionais que atravessamos.³⁶²

Ao final, Moreira Alves arrematava: “[...] o IV Exército não cedeu o primeiro lugar a nenhum outro no rigor das macabras torturas aplicadas a milhares de vítimas indefesas”.³⁶³

Desde os primeiros momentos do Golpe de 64, Moreira Alves pôde observar a montagem e o desenvolvimento do Estado terrorista no Brasil, e, de apoiador inicial, converteu-se em crítico do regime, sendo ele mesmo alvo de suas investidas. Em 1968, já como deputado federal desde o ano anterior, protagonizou uma crise parlamentar diante de suas críticas ácidas ao regime após a invasão de várias universidades brasileiras e incitação do povo a boicotarem os militares, não comparecendo às comemorações do 7 de setembro daquele ano, teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5, o que o obrigou ao exílio até a Lei da anistia, em 1979. Foi já como ex-deputado, e de volta ao Brasil, que, referindo-se ao

³⁵⁹ FERNANDES, Florestam. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

³⁶⁰ ALVES, Mário Moreira. **Tortura e torturados**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1996. p. 53.

³⁶¹ O que daria origem, posteriormente, ao livro *Tortura e torturados*.

³⁶² ALVES, *op. cit.* p. 58.

³⁶³ *Ibid.*, p. 84.

Governo Médici, trouxe um oportuno conceito de Estado terrorista para a realidade do Brasil, apesar da ausência de ênfase na seletividade e no caráter de classe do fenômeno:

[...] assenta seu poder sobre a permanente insegurança de todas as classes sociais. Seu instrumento é o medo e faz que este envolva inclusive a burocracia, a elite da administração e o aparato repressivo. Seu código penal é tão sutil que ninguém pode declarar-se inocente ante os tribunais. Um rígido controle, a suspeita, a propaganda, a manipulação e o isolamento são suas armas defensivas; a tortura, a confiscação, o encarceramento ilegal, a execução e o assassinato são suas armas ofensivas.³⁶⁴

Mesma impressão horrenda do medo instalado teve a psiquiatra Rosita Teixeira de Mendonça quando foi, em 1965, a Pernambuco, com o objetivo de investigar supostas irregularidades de internações psiquiátricas compulsórias realizadas por parte de oficiais do exército naquele estado. Essa visita teve seu fim apressado pela perseguição a que ela foi alvo devido ao resultado de suas apurações. Confirmou ela que o Coronel Hélio Ibiapina,³⁶⁵ sem formação alguma na área médica nem tampouco na especialidade psiquiátrica, foi à autoridade que, pela lei da força, estava determinando o encaminhamento de pessoas para internamento compulsório no Hospital Psiquiátrico Ulisses Pernambucano, no bairro Tamarineira.

Quando procurou outros psiquiatras para saber da possibilidade de obter um traslado daquilo que vira (internações assinadas pelo coronel Ibiapina). “Todos, sem exceção, mostraram-se amedrontados. Eu voltaria com os documentos para o sul, e eles? Quem os protegeria contra a prepotência?”³⁶⁶ Havia razões de sobra para o amedrontamento, como mencionou o advogado e ex-deputado pelo MDB de Pernambuco, Fernando Coelho, ao

³⁶⁴MOREIRA ALVES *apud* CALLEJA, Eduardo González. **Asalto al Poder**: La violencia política organizada y las ciencias sociales. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2017. p. 161.

³⁶⁵Sobre esse militar em particular e clima de medo e violência, narra que “há um episódio que ilustra bem o estado de espírito reinante na cidade. Um psiquiatra estava atendendo particularmente um preso político com lesão pulmonar aberta. Surpreendido pelo coronel Ibiapina, foi por este esbofeteado. Quando o coronel se acalmou, explicou ao médico a causa de sua indignação: a mulher ou alguém da família do coronel já fora portadora de tuberculose pulmonar e o coronel considerara criminosa a medicação aplicada pelo doutor. Este se mostrou humilde, justificando-se em seguir o que aprendera na Faculdade de Medicina e preconizado pela Organização Mundial de Saúde: não tivera oportunidade de cursar a Escola Superior de Guerra. Dias após esse incidente, um sargento do Exército se mudou para perto da casa dele. Quando pediu para usar o telefone, o psiquiatra se considerou perdido. Passou a entrar e sair furtivamente de casa. Notou que o sargento o seguia. Um dia o sargento o procurou: soubera do incidente com o coronel Ibiapina e podia falar francamente. O sargento comparecera a uma reunião de classe no Governo anterior, tornando-se um elemento visado. Julgara que o psiquiatra fosse um delator.” (Rosita Teixeira de Mendonça *apud* ALVES, Mário Moreira. **Tortura e torturados**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1996. p. 96-97.)

³⁶⁶Rosita Teixeira de Mendonça *apud* ALVES, Mário Moreira. **Tortura e torturados**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1996, p. 97.

comentar sobre a insegurança que se instalava no pós-golpe, a qual perdurou por muitos anos à frente, “[...] qualquer pessoa podia ser detida a qualquer momento em qualquer lugar, independentemente de qualquer formalidade.”³⁶⁷ Doutora Rosita, perseguida, teve de fugir do estado sem qualquer encaminhamento possível para a resolução da arbitrariedade e das ilegalidades praticadas e por ela confirmadas *in situ*.

Na vida clandestina, em meio a esse clima de medo, era ainda mais fundamental camuflar as atividades políticas, diluindo-se no cotidiano urbano, mais precisamente na rotina da classe trabalhadora da época.³⁶⁸ No entanto, mesmo esses trabalhadores e essas trabalhadoras, sem qualquer envolvimento político ativo, não estavam acima de suspeitas ou livres da ação predatória dos órgãos repressivos da ditadura. Para legitimar sua conduta, o espantinho do comunismo era sacudido pelos agentes e por todo o aparelho estatal de repressão, a começar pelos generais presidentes, que contavam, para tal, com um reforço de um imaginário anticomunista edificado durante muitas décadas. Sob esse pretexto, arrogavam-se como os mais autênticos defensores da democracia.³⁶⁹

³⁶⁷ COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004. p. 202. Nos meses posteriores ao golpe, somente no ano de 1964, além das mais de mil prisões realizadas em abril, as quais, em sua maioria esmagadora, sequer obedeceram ao devido processo legal, saliente-se que, nesses meses, cerca de trezentas prisões preventivas foram efetuadas e formalizadas pelo DOPS-PE. Cf. CORREIA, Raphael Henrique Roma. **Presos em nome da ordem**: as prisões preventivas e suposta solução à subversão pernambucana em 1964. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017; SILVA, José Rodrigo de Araújo. **Colônia de férias de Olinda**: presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

³⁶⁸ ACSELRAD, Henri. **Sinais de fumaça**: uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ, 2015.

³⁶⁹ Cf. REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984. Londrina: UEL, 2001.

3.4 O Início da Luta Armada em Pernambuco: O atentado à bomba no Aeroporto Guararapes (1966) — Entre o Mito e a Mistificação

Figura 5 – Manchetes de jornais: “Atentado ao Aeroporto”



Jornal do Comércio, 26/07/1966



Diário de Pernambuco, 26/07/1966



Diário de Pernambuco, 12/12/1968

O epíteto terrorista era democrático, nas vozes dos generais presidentes, sua camarilha, todos os órgãos de repressão, imprensa e demais apoiadores civis, organizados ou não, a exemplo do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Assim, não raro, estendia-se a qualquer pessoa contrária à ditadura que integrasse alguma organização que fosse declaradamente de oposição ao governo. Suportada somente era a oposição dentro das hostes oficiais parlamentares, e, ainda assim, regra geral, respeitando fronteiras bem delimitadas em suas críticas e atuação. Porém, saliente-se que o retrato de terrorista era empregado mais especialmente a quem integrava as esquerdas em armas.

“Longe de ser autor de ato de terrorismo, fui, isso sim, vítima do terrorismo de Estado.”³⁷⁰ Essas palavras poderiam ser ditas por qualquer integrante da esquerda em armas das décadas de 1960 e 1970, quando vigorava a ditadura no Brasil, e teriam, certamente, força de verdade e comprovação macrossocial com os fatos que se passavam à época. A pintura premeditada, por parte do Estado, dos membros das esquerdas como terroristas foi um dos muitos expedientes do próprio Estado para justificar a repressão às oposições; mas, também, foi usada como tática de formação de consenso e legitimação social do regime militar em torno de suas ações. A frase introdutória são palavras do engenheiro Edinaldo Miranda de Oliveira, em entrevista à edição, de 15 de maio de 1979, do *Jornal do Comércio*, quando se encontrava no exílio em Grenoble, França. Nessa mesma entrevista, ele diz que não descansaria “[...] enquanto não desmistificar não somente este processo como também o tipo de processo político que se fazia no Brasil no momento da minha prisão e nos anos que sucederam o golpe de 1964.”

O processo a que Edinaldo se refere (e a que se relacionam as duas primeiras manchetes de jornal apresentadas na abertura deste tópico) é o da explosão de uma bomba, no saguão do Aeroporto Guararapes, Recife, na manhã de 25 de julho de 1966, momento em que se aguardava a comitiva do ministro do Exército general Costa e Silva, “candidato da ditadura” à sucessão presidencial do país, pela Arena. O general estava percorrendo algumas cidades brasileiras com o objetivo de “popularizar” seu nome e sua candidatura (com vitória já previamente assegurada, por razões — óbvias — de força), e viria a Recife por via aérea, após fazer parada na capital paraibana; mas, devido a uma mudança de última hora, precedeu de João Pessoa por via terrestre e não de avião, como previsto. A explosão da bomba, que foi posta no interior de uma maleta no local, ocasionou a morte de duas pessoas (o jornalista e secretário de administração do governo estadual de Pernambuco, Edson Regis de Carvalho, e o vice-almirante reformado Nelson Gomes Fernandes) e deixou 13 feridas. A pessoa mais gravemente ferida, entre elas, foi o guarda-civil Sebastião Tomás de Aquino, ex-jogador do clube pernambucano Santa Cruz. Próximo das 8h40min daquela segunda-feira de julho, explodiu a bomba no aeroporto, precedida por duas outras, uma na sede da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP) e Serviço de Informação dos Estados Unidos (USIS)

³⁷⁰ Edinaldo Miranda de Oliveira, em entrevista ao *Jornal do Comércio*, 15 de maio de 1979.

Figura 6 – Fachada do Aeroporto dos Guararapes, em 25 de julho de 1966



Fonte: Foto 2. Relatório em Local de Explosão Criminosa. Instituto de Política Técnica – PE. Disponível em: <https://www.acervo.pe.gov.br/index.php/explosao-no-aeroporto-de-guararapes-pdf>.

Figura 7 – Local da Explosão. Hall do Aeroporto dos Guararapes, em 25 de julho de 1966



Fonte: Foto 4. Relatório em Local de Explosão Criminosa. Instituto de Política Técnica – PE. Disponível em: <https://www.acervo.pe.gov.br/index.php/explosao-no-aeroporto-de-guararapes-pdf>.

A narrativa adotada no relatório do IPM para apuração do ato pelo Procurador Militar Francisco de Paula Aciolly Filho, quando referindo-se aos efeitos da explosão, foi a seguinte: “do resultado da violenta explosão, deixando à margem os danos materiais, foram feridas treze pessoas e mortas duas”. Seriam elas: 1) José Severino Pessoa; 2) Tenente Coronel Sylvio Ferreira da Silva; 3) Haroldo Colares da Cunha Barreto; 4) Anete Ferreira de Carvalho; 5) Fernando Ferreira Raposo; 6) Sebastião Tomaz de Aquino; 7) Idalina Maia; 8) José Oliveira Silvestre; 9) Antônio Pedro Moraes da Cunha; 10) Roberto Gomes de Barros; 11) Eunice Gomes de Barros; 12) Ivanci Gonçalves da Rocha Castro; 13) José Leite. “quasi (sic) todos sofrendo ferimentos graves que os impossibilitaram para as ocupações habituais por mais de trinta dias.”³⁷¹ No entanto, continua,

o Coronel Sylvio Ferreira e o guarda civil Sebastião Tomaz de Aquino ficaram para sempre gravados com a perda de membro de importante função, visto que o primeiro sofreu amputação dos dedos da mão esquerda, além de grave ferimento na perna, e o guarda “Paraíba”, teve sua perna amputada, apresentando ainda permanente defeito nas mãos. Quasi todos os feridos foram lesados por estilhaços de bomba e sofreram queimaduras do ácido que integrava sua composição química. Mortos ficaram o Almirante Nelson Gomes Fernandes (...) e o jornalista Edson Régis de Carvalho, à época, Secretário de Administração do Governo Estadual.³⁷²

Esse ato, tomado como uma tentativa de assassinar o candidato Costa e Silva, é considerado, na visão de muitos militares, o primeiro ato da “escalada terrorista”³⁷³ no Brasil ou seu prenúncio.³⁷⁴ Para esses, o episódio plantou as primeiras “sementes do AI-5”, pois, na ótica de partidários corporativos do regime, a “escalada de violência não partiu dos militares”,³⁷⁵ e sim da oposição. A polícia e os militares desencadearam uma verdadeira varredura na busca dos possíveis culpados, com prisões em massa de suspeitos, mas “dos detidos, nenhum deixou dúvida quanto à sua inocência no atentado”. A “investigação dos das atividades de elementos terroristas” foi procedida tendo por base “sugestão de diversos serviços secretos”, obedecia a regra costumeira de se prender indiscriminadamente a partir do fato de a pessoa ser fichada no setor de informações do estado, como “marxista”, “trotskista”

³⁷¹ Francisco de Paula Aciolly Filho. Relatório. 13 de junho de 1969. Proc. 46/70. BNM 160. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

³⁷² Francisco de Paula Aciolly Filho. Relatório. 13 de junho de 1969. Proc. 46/70. BNM 160. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

³⁷³ Cf. General-de-divisão Raymundo Maximiano Negrão Torres. *In*: MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). **1964 – 31 de março**: o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. p. 97.

³⁷⁴ Cf. General-de-divisão Raymundo Maximiano Negrão Torres. *In*: MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). **1964 – 31 de março**: o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. p. 98.

³⁷⁵ Cf. General-de-brigada Egêo Corrêa de Oliveira Freitas. *In*: MOTTA, 2003.

e congêneres. O Coronel encarregado, certamente pelos excessos cometidos pelos agentes, que não o ajudaram no bom andamento da investigação, além das prisões e sua manutenção injustificada, mesmo dentro da ótica anticomunista em que ele trabalhava, chegou mesmo a se queixar:

nosso trabalho foi sobremaneira prejudicado com a detenção de suspeitos, porquanto não recebemos a cooperação esperada, isto é, detida a pessoa a averiguação deveria ser procedida de imediato para comprovação das suas declarações, no caso de confirmadas, deveriam ser soltos os elementos que nada tivessem com o inquérito. O procedimento não foi êste e o encarregado do inquérito teve que tudo apurar para evitar a prisão de inocentes. É necessário te paixão nos inquéritos e é preciso mesmo, em nosso detrimento, procura fazer-se justiça.³⁷⁶

Em dezembro daquele ano, o inquérito teria conclusão, com relatório, sem qualquer avanço consistente no desvendamento do caso, como fez saber no ofício ‘solução de IPM’, o Major Brigadeiro do Ar Manoel José Vinhaes, comandante interino da 2ª Zona Aérea, ao relatar que “apesar das amplas investigações e da colaboração valiosa recebida pelo Sr. Cel. Av. Eng. Encarregado do IPM, não lhe foi possível indicar seu autor material e intelectual”³⁷⁷.

Examinando-se atentamente o presente Inquérito Policial-Militar, verifica-se que no dia 25 de julho do ano de 1966 foi a cidade do Recife abalada por três atentados terroristas, ocasionados pela explosão de bombas de fabricação caseira. Os atentados foram procedidos em três pontos da cidade, ou seja, por ordem das explosões o primeiro, na União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), situada à Rua Gervásio Pires; o segundo na USIS e o terceiro no Edifício da Estação de Passageiros do Aeroporto Guararapes. Os dois primeiros somente ocasionaram danos materiais, mas o terceiro, o do Edifício do Aeroporto, si (sic) provocou leves danos materiais, tirou a vida de duas pessoas e feriu uma dezena delas, ficando entre estas, três gravemente feridas. As bombas explodiram nos seguintes horários: a da UEP, as 08:20 horas; a da USIS às 08:30 e a do Aeroporto às 08:45 horas.

O encarregado, mencionado pelo comandante da zona aérea, foi o Coronel Aviador Engenheiro Alberto Lopes Peres, autor do excerto acima, o qual, realmente, envidou esforços intensos, pela falta de elementos consistentes, poderíamos dizer, talvez, até desesperados, para conseguir encontrar os possíveis perpetradores da explosão, ao detalhar tais esforços, enumera suas diligências: realização de perícia no local da explosão; arrolamento e depoimento de pessoas presentes nos locais; preparação, aplicação e preenchimento de questionários às

³⁷⁶ Coronel Aviador Engenheiro Alberto Lopes Peres. Relatório. 13 de novembro de 1966. Proc. 46/70. BNM 160. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

³⁷⁷ Major Brigadeiro do Ar Manoel José Vinhaes, comandante interino da 2ª Zona Aérea. SOLUÇÃO DE IPM. 16 de dezembro de 1966. Relatório. 13 de junho de 1969. Proc. 46/70. BNM 160. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

peças interrogadas; pesquisa no comércio sobre os componentes do petardo; investigação sobre “elementos terroristas”; reconstituição do petardo; reconstituição do atentado; verificação de todos os títulos eleitorais da cidade do Recife e das cidades circunvizinhas; verificação das fichas do Ministério do Trabalho; pesquisa das fichas dos bancários; verificação das fichas de circunscrição militar; verificação de todas as fichas de faculdades e ginásios do Recife; constituição de um mosaico, em que consta a disposição, quase total, das pessoas presentes no aeroporto no dia do crime; solicitação dos desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral, no sentido de identificar, pelo retrato falado os que comparecessem as urnas e, após verificar os faltosos, para que, pelas fotos, se pudesse comparar o procurado pelas fotos dos títulos; impressão de 1800 cartazes do retrato falado para colocação nas proximidades dos mesários nos locais de votação.³⁷⁸

Os resultados desta primeira fase do inquérito em quase nada avançaram. A não ser a elaboração de um retrato falado (Figura 7) demasiadamente genérico, do homem que supostamente teria posto a bomba para detonação no aeroporto, elaborado a partir dos depoimentos do proprietário do “Ponto de Encanadores”, onde foi confeccionado o involucro do petardo, e seu assistente, que por “sorte” apareceu, como reconhece o encarregado do inquérito. Diante do quadro inconclusivo ou qualquer indicação sólida de pistas, o Coronel engenheiro classifica a elaboração de tal retrato falado como “um regosijo (sic), ademais “obtido com trabalho noturno de uma equipe que não mediu esforços na busca dos terroristas”.³⁷⁹

Será mesmo, é-nos forçoso perguntar, que todo o empenho dos militares e do judiciário decorria mesmo da vontade de garantia da “solução esperada pelo povo brasileiro”³⁸⁰, ou “porque a consciência nacional ficou estarecida com o ato de vandalismo”³⁸¹? Acreditamos que não. Este discurso é do mesmo tipo do constante no texto do Ato Institucional, em que os golpistas, entrincheirados no apoio das armas da caserna e do “comando supremo da revolução” diziam que representar o Povo e em seu nome exercer o Poder Constituinte e que teriam “apoio inequívoco da Nação” para combate a uma suposta bolchevização ou bolsão comunista existente no país. Quando, na verdade, os objetivos eram

³⁷⁸ Coronel Aviador Engenheiro Alberto Lopes Peres. Relatório. 13 de novembro de 1966. Proc. 46/70. BNM 160. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

³⁷⁹ Coronel Aviador Engenheiro Alberto Lopes Peres. Relatório. 13 de novembro de 1966. Proc. 46/70. BNM 160. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

³⁸⁰ Coronel Aviador Engenheiro Alberto Lopes Peres. Relatório. 13 de novembro de 1966. Proc. 46/70. BNM 160. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

³⁸¹ Major Brigadeiro do Ar Manoel José Vinhaes, comandante interino da 2ª Zona Aérea. SOLUÇÃO DE IPM. 16 de dezembro de 1966. Relatório. 13 de junho de 1969. Proc. 46/70. BNM 160. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

de outra espécie. Um cinismo perverso que definirá o discurso da ditadura durante sua existência. Ao analisar o processo e seus relatórios, acreditamos que a persistência na resolução do caso, ou mais precisamente, na eleição de culpados para ocupar o encargo da responsabilidade pelo ato deve-se à questões judiciárias, mas também morais e afetivas da parte dos detentores do poder no país e no estado de Pernambuco. Presentes do dia e no local do atentado e impotentes diante da possibilidade concreta de terem sido elas alvo abatido na guerra que estava em andamento.

Essa suspeita fica mais clara ao lermos o tópico “ENSINAMENTOS” do relatório do primeiro encarregado do IPM da explosão das bombas, Coronel Aviador Engenheiro Alberto Lopes Peres, atentando-se para o fato de que estas palavras são com o objetivo de prestar contas a seus superiores, que, provavelmente, buscavam e cobravam uma resposta nessa direção. A passagem assenta cristalinamente, pelas palavras dispostas, que a preocupação não é com a segurança do povo, dos pequenos, como é a figura do guarda municipal Paraíba, que foi atingido, mas sim com a gente graúda presente. Para além das dificuldades encontradas, como diz o relator militar, o que ele nos conta sub-repticiamente é quais são as origens e motivações verdadeiras para a obstinação em encontrar os culpados, ainda que, como foi o caso, sejam inocentes. Vejamos: “as dificuldades encontradas neste inquérito, poderiam ser reduzidas e talvez permitissem a solução, si (sic) as seguintes medidas sempre fossem tomadas, em benefício da segurança das pessoas de alto prestígio ou de grande popularidade”³⁸²

Seguindo esta hipótese, um dado importante para sua elucidação encontra-se na lista das pessoas presentes no saguão do aeroporto no dia e horário da explosão. Foram levantadas pelo Coronel Alberto um total de 128 pessoas, destas, aproximadamente metade é vinculado ao serviço militar ou policial, precisamente 57, e grande parte do conjunto está situado na alta hierarquia de mando militar, que são os administradores diretos ou os fiéis da balança da administração do país. administração que os cargos são prebendatários, isto é, clientelares, por nomeação direta. julgando pelas informações e patentes constantes na própria relação sem pesquisa adicional, compareceram para receber o “candidato presidencial” no dia 25 de julho: generais, 5; almirante, 1; capitães, 32; coroneis, 9; tenentes, 7; inspetores, 3. Além das “eminências” citadas, constam também no inventário da investigação o comparecimento de outros importantes apoiadores, esses civis, dos quais podemos citar, Etelvino Lins (o ex-titular da delegacia auxiliar, quando da eclosão do levante comunista de 1935, ex-secretário

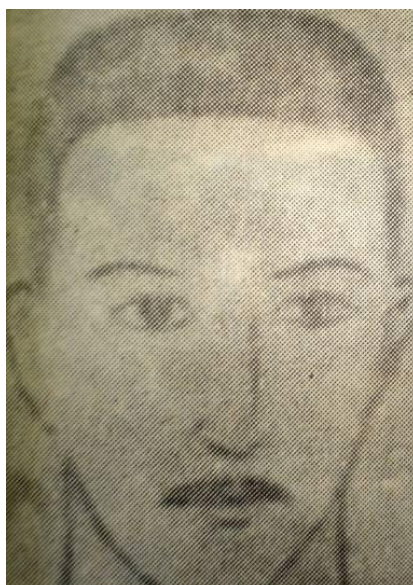
³⁸² Coronel Aviador Engenheiro Alberto Lopes Peres. Relatório. 13 de novembro de 1966. Proc. 46/70. BNM 160. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

de segurança Pública de Pernambuco, interventor federal no estado, em 1945, um dos fundadores do PSD em Pernambuco, governador do estado, 1952-1955, deputado federal, 1959-1963) e o candidato derrotado por Arraes, João Cleofas (que fora deputado federal em várias legislaturas por Pernambuco, 1935-1937, 1946-1951, 1954-1955, 1959-1963 e 1965-1967. Também exerceu o cargo de ministro da agricultura de Vargas, 1951-1954), o padre Alfredo de Arruda Câmara (Deputado federal de 1946-1970); e o Coronel Francisco Heráclito.

Sem qualquer indício ou prova, o *Jornal Diário de Pernambuco*, no seu editorial “Mão Forte para Esmagar a Anarquia” (Figura 8), do dia posterior ao atentado (26 de julho de 1966), apontava os comunistas como culpados e cobrava repressão:

O que, porém, deve ficar bem claro desde já, é que o governo revolucionário tem o dever imperioso de aceitar o desafio da anti-revolução – parta de onde partir, abandonando esta linha de tolerância, de panos mornos, que, em derradeira análise, soam fraqueza e omissão. Na hora em que tanto se luta pelas garantias constitucionais temos de cobrar dos responsáveis por estas torpezas, contas severas, em nome do sangue derramado no Recife, que como o de Abel, clama vingança. Temos de pedir contas aos apátridas do PC, aos inocentes úteis, aos que, direta ou indiretamente, vêm sendo, em toda parte, linhas auxiliares da anti-revolução. A hora não é mais de transigências nem de tibiezas, pois talvez seja isto que esteja açulando os mastins da subversão e da desordem... ou a revolução tem armas para restaurar, no país, o clima de ordem, de justiça de garantia, ou entregue o comando a quem, sem excessos, mas sem acovardamentos, dê a continuidade a segurança que temos direito. Estamos na encruzilhada decisiva e em que toda contemporização é crime e toda transigência soa uma traição.³⁸³

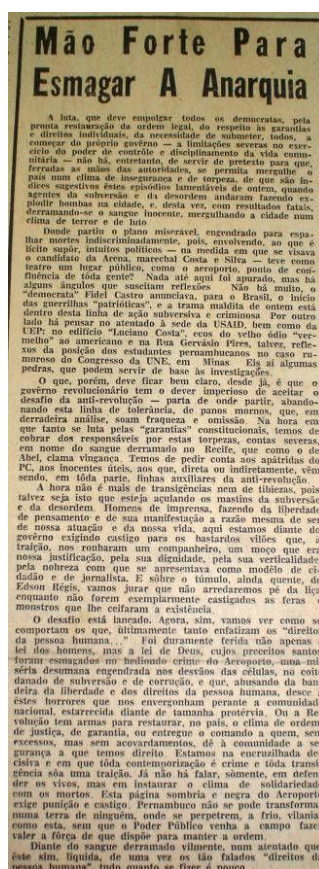
Figura 7 – Retrato falado do suposto responsável pela bomba no aeroporto



Fonte: Proc. 46/70. BNM 160. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais

³⁸³ DP, 26.7.1966.

Figura 8 – Editorial “Mão Forte para Esmagar a Anarquia”, 26 de julho de 1966



Fonte: *Diário de Pernambuco*, 26 jul. 1966.

Mesmo entendimento dos militares citados anteriormente teve o general Agnaldo Del Nero Augusto, em sua obra *A grande mentira*,³⁸⁴ também na condição de “coordenador e um dos autores”³⁸⁵ e até “mãe do Orvil”³⁸⁶ — relatório do Centro de Inteligência do Exército

³⁸⁴ AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

³⁸⁵ Orvil, p. XX. Pondere-se que “[...] enquanto o terrorismo de esquerda mereceu destaque no Oevil, o CIE não gastou um pé de página sequer para descrever os atos de terrorismo patrocinados pelas agentes da repressão, muitas vezes teleguiados desde a cúpula das Forças Armadas. O relato cronológico avançou de 1922 a 1987 sem mencionar, por exemplo, as bombas em teatros (1968), na editora Civilização Brasileira (1976), no semanário *Opinião* (1976), na sede da Cebrap (1976), no carro do bispo de Nova Iguaçu, d. Adriano Hypólito, (1976), em bancas de jornal (1980), nas sedes da OAB e Associação Brasileira de Imprensa (1980) e no Show do 1º de Maio no Riocentro (1981). Em relação a este último, o livro secreto poderia ter registrado que seu Patro, o ministro Leônidas Pires Gonçalves, quando no comando do Exército, posicionou-se contrário à reabertura das investigações do atentado. Outra marcar registrada da ditadura ficou fora do *Orvil*: O desaparecimento de presos políticos, ‘Todos os subversivos presos pelas forças de segurança permaneceram vivos e foram postos em liberdade’, dizia o livro secreto. [...] Além dos casos em que os guerrilheiros não haviam sido encontrados pela repressão (minoría), havia a simples omissão quanto ao destino deles (maioría) ... o cuidado do CIE em contar sua versão da luta sem incriminar os homens do regime militar era imenso. Assim, ao descrever os 21 anos do da ditadura, o órgão foi acometido de pequenos, grandes e enormes lapsos de memória”. (FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por olho*: os livros secretos da ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 115-116).

³⁸⁶ FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por olho*: os livros secretos da ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2009.

(CIE), depois convertido em livro, elaborado pelos próprios militares, entre 1985 e 1987, como resposta ao *Projeto Brasil: nunca mais*.³⁸⁷ No Orvil, o acontecimento da bomba no Aeroporto Guararapes é categorizada como o “marco balizador do início da luta terrorista no Brasil”.³⁸⁸ Por conseguinte, o acontecimento seria, para eles, o estopim da atuação da esquerda em armas no Brasil. Segundo essa leitura, a luta armada no Brasil teria começado no Recife, em 1966. Entretanto, a ativação do ciclo da luta armada, ou seja, do exercício da violência por organizações não estatais ou violência civil coletiva na política, como meio de confronto à ditadura, teve, na verdade, o ano de 1968 como seu marco fundamental.

Há, mesmo entre os militares, quem chegou a afirmar que, antes do atentado no aeroporto, “[...] o país estava normalizado, a tendência era democratizar aos poucos”.³⁸⁹ Até mesmo na obra do jornalista Elio Gaspari, de grande tiragem, publicada quase 30 anos depois do fim oficial do regime militar (1985), reproduz-se a versão e a alcunha dos militares, ao afirmar que foi nesse acontecimento da bomba do aeroporto que “surgira o terrorismo de esquerda”,³⁹⁰ sugerindo, assim, que esse tipo de ação teria se enraizado e convertido em tradição, dentro dos grupos que pegaram em armas. Isso não aconteceu. Na versão oficial dos militares — podemos assim chamar o Orvil, já que foi elaborado nas entranhas do Centro de Inteligência do Exército (CIE) e chancelado por muitos dos seus participantes —, lê-se sobre o atentado de 25 de julho:

Naquela época, em Recife, apenas uma organização subversiva, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), defendia a luta armada como forma de tomada do poder. *Entretanto os inquéritos abertos nunca conseguiram provas para apontar os autores dos atentados*. Dois militantes comunistas, então indiciados, vivem, hoje, no Brasil. Um é professor do Departamento de Engenharia Elétrica de uma

³⁸⁷ O Orvil trata-se, mais propriamente, “[...] de iniciativa de caráter oficial, tomada em um momento no qual os militares já não se encontravam, pelo menos formalmente, no poder. Ela não deriva da iniciativa pessoal de oficiais isolados, e sim de uma sugestão do CIE acatada pelo próprio Ministro. A elaboração do Orvil nos primeiros anos da ‘Nova República’ revela que a mudança de regime não significava uma transformação na visão que as Forças Armadas tinham do Estado e da sociedade brasileiros, e deixava explícita sua pretensão a continuar exercendo uma função de protagonismo na ‘segurança interna’, mesmo no que seria um novo quadro institucional. [...] revela e demonstra a significativa valorização, por parte dos militares, da história enquanto instância de luta política. Em suas páginas, os livros, entrevistas e depoimentos da esquerda aparecem, eles mesmos, como mais uma tentativa de tomada do poder pelos comunistas, tentativa esta que se materializaria no afastamento das Forças Armadas da tarefa da repressão política, através de sua caracterização como promotoras de violações de direitos humanos. Em resposta, o CIE denuncia o que considera serem os crimes das esquerdas, e procura caracterizar a ação dos órgãos repressivos como essencialmente defensiva e patriótica, em uma tentativa de legitimar a função de tutela do poder civil por parte dos militares.” (TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. **A revanche dos vencedores: história, memória e luta política no Orvil**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2012. p. 19.

³⁸⁸ Orvil, p. XX.

³⁸⁹ Cf. Tenente-Coronel Alexandre Máximo Chaves Amêndola. *In*: MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 397.

³⁹⁰ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 241.

Universidade Federal. O outro, ex-candidato a Deputado Estadual, trabalhava, em 1985, como engenheiro da prefeitura de São Paulo.³⁹¹

A ausência de provas não impedia que as pessoas fossem presas e acusadas por crimes políticos, que apareciam nas páginas policiais. Na verdade, o ônus de provar a inocência caberia, na prática, a quem era acusado, em uma inversão paradigmática de presunção de inocência. Nisso, não há nada de inovador, pois esse procedimento não é estranho às ditaduras, nem, em menor grau, a tempos de regime democrático de direito. Esse último utiliza-se, entre outros expedientes, de testemunhas instrumentais, ou seja, do depoimento dos próprios agentes policiais para confirmação do crime de que acusam alguém, fabricando provas contra um suspeito, sem lhe garantir direito de defesa, até mesmo para legitimar supostas prisões em flagrante.³⁹² O que se teve de especial, no Brasil, foi a tentativa de legitimidade, calcada em discursos de pretensos valores democráticos, e a preservação do judiciário e da imprensa cumpriram esse objetivo,³⁹³ ainda que funcionassem dentro de limites estabelecidos pela ditadura. Seu empenho, durante toda sua existência, foi

³⁹¹ A menção é aos engenheiros Edinaldo Miranda de Oliveira e Ricardo Zarattini Filho.

³⁹² “Em tese a doutrina aponta como escopo da prisão em flagrante a interceptação do evento criminalizável impedindo danos graves da conduta do autor e a colheita imediata de provas, sobretudo aquelas que comprovam a autoria de um fato criminalizável no momento em que é consumado. Mas no caso de D.S por exemplo, a ré deveria ser encaminhada a circunscrição policial especializada (DTE) ou a delegacia mais próxima da localidade em qual foi detida sob acusação de venda a varejo de drogas ilícitas. No entanto, após a voz de prisão ser dada pelos policiais militares disfarçados (P2) que invadiram sua casa sem pedir licença nem apresentar mandado, DS não teve assegurado o seu ‘amplo direito ao contraditório’ já que a única versão reconhecida foi a dos policiais militares que lhe deram a voz de prisão e os outros policiais que assinaram como ‘testemunhas instrumentais’ na lavratura do auto de prisão em flagrante e não estavam no momento em qual supostamente foi apreendida. Tal caso poderia ser encarado como ‘isolado’ se não fosse a constatação de que diversos flagrantes forjados são impostos como ritos sumários de criminalização em qual a palavra da autoridade que em seu ‘estrito dever legal’ deu a voz de prisão quase nunca tem a sua veracidade questionada pelo Ministério público e pelo judiciário que à sua vez tente a dar continuidade a persecução penal.” (SANTOS, Ricardo Ferreira Lio Nzumbi dos. **Entre os calabouços do ódio e o mundo além das muralhas** – análise crítica da extensão de penas extrajudiciais e da criminalização à sociabilidades de prisioneiros como forma de genocídio do povo negro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, BA, 2017. p. 180.

³⁹³ A ditadura orientou “[...] sua busca de legitimidade através de uma hipotética pretensão democrática que se constituiu numa espécie de fio condutor presente em todos os governos militares. A construção de um suposto ideário de democracia enquanto um sistema que sedimentasse determinados interesses e valores sociais foi, sem nenhuma dúvida, uma das grandes prioridades daquele período o que remete à necessidade de investigar ao mesmo tempo quais eram os elementos subjetivos e objetivos definidores daquele processo. O sistema de idéias e valores sobre uma suposta democracia que a ditadura procurava elaborar estava estritamente vinculado às suas estratégias de ação nas diversas esferas, ou seja, econômica, política e psicossocial. O sistema de idéias e valores sobre uma suposta democracia que a ditadura procurava elaborar estava estritamente vinculado às suas estratégias de ação nas diversas esferas, ou seja, econômica, política e psicossocial. [...] A formulação de uma estratégia psicossocial possui, desta forma, um papel fundamental e, por isso, é de grande importância captar a sua constante relação com as estratégias econômicas e políticas. O encontro entre as mesmas era revelador da insistência do regime em construir uma ordem social em que ele pudesse intervir sobre todos os indivíduos, grupos e instituições ilimitadamente e sob todos os aspectos. O regime militar cavava reconhecimento para os seus propósitos buscando consubstancialidade entre os valores militares e os valores (ligados à família, à religião, à pátria, à ordem e à disciplina) que, segundo ele, eram socialmente fundantes da ordem político-cultural brasileira. O empenho dos componentes do grupo de poder em proparar que o regime

[...] para demonstrar que suas ações, medidas, atos e desígnios se consubstanciavam em um determinado sistema de idéias e valores sobre uma suposta democracia se constituiu em um dos pilares de sua pretensão de legitimidade.³⁹⁴

Assim,

[...] desde os primeiros momentos após o golpe de 1964, o regime tentava conseguir adesão ao seu projeto de organização social insistindo, arduamente, em que seus desígnios e ações estavam fundados no objetivo de instaurar o que ele denominava de “verdadeira democracia” no país. As pressuposições em torno desta democracia perpassaram todo o regime militar, inclusive nos momentos mais repressores como, por exemplo, de 1968 a 1973.³⁹⁵

Democracia era o total avesso do que se praticava na ditadura. Edinaldo Miranda e Ricardo Zarattini são casos exemplares do funcionamento do aparelho repressivo do Estado, pois, sem qualquer base, prova ou indício consistente, foram processados — e o primeiro, condenado — como autores do “Atentado no Aeroporto”. Edinaldo foi absolvido em primeira instância (em 1969), mas condenado pelo Supremo Tribunal Militar, sem qualquer fato novo nos autos que justificasse a sentença. Mas essa dinâmica (de incriminar inocentes) não era algo estranho ou um desvio do regime militar, alheio ao bloco de poder hegemonicamente instalado; era sim uma de suas engrenagens centrais de sustentação. Tanto era assim que, para a captura dos dois, mas no encalço de Zarattini e sua organização, já que o DOPS havia tido informe de que se tratava de um engenheiro, não houve pudor em prender pessoas com esse perfil, como indicou o relato de ex-militante do PCB, Antônio Gomes da Cunha.³⁹⁶ Podemos observar no relatório do IPM o reconhecimento de que “o esforço empregado não deu para se apontar os responsáveis pelo ato criminoso”, isto porquê o primeiro encarregado do IPM daí porque na sua solução o

A caracterização mesma do que é crime político, ou, mais propriamente, terrorista, demonstra bem a racionalização instrumental dos campos jurídico e policial, bem como de outras áreas submetidas aos interesses políticos do Estado, sendo, historicamente, a autopreservação do bloco no poder o primeiro deles. Na entrevista, realizada pelo jornalista

militar tinha como meta a instauração de uma suposta democracia tem que ser analisado como uma espécie de norte da busca de aceitabilidade das novas condições que se estabeleciam” (REZENDE. Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984**. Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 12-13).

³⁹⁴ *Ibid.*, p. 1.

³⁹⁵ *Ibid.*

³⁹⁶ PERNAMBUCO. Secretaria da Justiça e Cidadania. **Processo n.º 516/01, de Antônio Gomes da Cunha**. À Comissão Especial de Indenização de Ex-Presos Políticos, fl. 16.

Sérgio Buarque, do JC, já citada, Edinaldo denunciou a violência de que foi vítima e esclareceu o contexto em que estava inserido:

Eu não tenho nada a ver com toda a história, com todo o atentado do Aeroporto dos Guararapes, nem direta nem indiretamente. Nunca fui favorável a esse tipo de ação política, nem na época do atentado nem atualmente, e se na época que fui preso, quer dizer, dois anos e meio depois do atentado realizado, não me pronunciei contra o mesmo é porque eu estava amordaçado, sendo vítima de um verdadeiro terrorismo de Estado, com uma acusação sem defesa, submetido à tortura que violava todos os direitos humanos consagrados internacionalmente.³⁹⁷

Edinaldo foi preso em 10 de dezembro de 1968, pouco antes da publicação do AI-5, com o também engenheiro Ricardo Zarattini Filho. Ambos, nos dias imediatos a suas prisões, foram ostensivamente acusados, por parte da imprensa e órgãos de repressão, destacadamente o DOPS, como autores da bomba do aeroporto, mesmo que nenhuma prova tenha sido apresentada para sustentar essa condenação antecipada. As matérias jornalísticas que dão abertura a este tópico têm relação dialética com as dimensões do medo e da melancolia, da morte e da vida. A imprensa não somente reproduz; ela cria realidade social, inclusive fatos com foro de verdade.

A eles foi imputada a autoria do atentado. Edinaldo, sobretudo, ficaria marcado como “terrorista da bomba do aeroporto”. Algo tantas e tantas vezes divulgado e repetido, por veículos de imprensa local — e mesmo nacional — consolidou-se em uma imagem difícil de ser apagada. Edinaldo envidou esforços, durante toda sua vida, para provar sua inocência, desmascarar a mentira fabricada pela ditadura e pela imprensa que a apoiava, com especial destaque para o Jornal Diário de Pernambuco.

Compreende-se o cenário ao se contextualizar que

[...] os jornalistas e donos de jornal, ao apoiar os governos militares naquele momento, optaram por estar ao lado do poder, se tornaram tanto agentes como vítimas dessa autocensura. Permanecer no palco das decisões era mais importante que a busca e a publicação da verdade.³⁹⁸

³⁹⁷ Edinaldo Miranda de Oliveira. **Jornal do Comércio**, 15 maio 1979.

³⁹⁸ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 48.

É salutar “não se esquecer que a imprensa vende um serviço. Ao se comprar o impresso se adquire uma informação. Portanto, negocia-se (com) a veracidade de um relato.”³⁹⁹

Dada sua importância na veiculação de informações e influência na formação da opinião pública⁴⁰⁰ — com ênfase nas classes média e alta —, intensificada em contextos de ditaduras, quando a mobilização e a organização da sociedade civil encontram-se fragilizadas, como era o caso do Brasil, nesse interregno histórico, a imprensa converteu-se, salvo exceções louváveis, em um instrumento de persuasão da ditadura. Sobre as ações armadas, especificamente, “revelava o tipo de influência que estes órgãos buscavam exercer sobre as condições de interpretação do público leitor a respeito de tais eventos.”⁴⁰¹ O *Diário de Pernambuco* notabilizou-se, historicamente, por sua proximidade com as elites, e, durante o golpe de 1964 e a ditadura que o seguiu, recrudescer seu apoio aos gestores do estado e do capital, não se excetuando os latifundiários tradicionais de Pernambuco, senhores de engenho e usineiros — parceiro e auxiliares de primeira hora dos golpistas, em Pernambuco.

Nesse âmbito, é válido apresentar observações metodológicas. Como nas demais fontes, com o jornal, o historiador não deve adotar, na análise, uma visão ingênua ou imediatamente crédula do seu conteúdo — pois incorreria em mera reprodução — nem, igualmente, tratá-la como carregada tão somente de subjetivismo, ou mesmo negar todo o seu conteúdo. Como todo documento, esse também não é neutro: é eivado de significações e intencionalidades, por vezes, que, normalmente, não são visíveis à primeira vista. Ainda assim, isso não invalida sua relevância para o conhecimento histórico. A opção do historiador não deve se situar nem em um extremo nem no outro, pois as duas posturas são contestáveis. Nessa direção, argumenta Capelato:

O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade. A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A

³⁹⁹ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**: jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988. 2001. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. p. 27.

⁴⁰⁰ Destaque-se que, nesse período, apesar de já instalado há alguns anos, o sistema televisivo ainda não havia se consolidado no Brasil. Ter uma televisão em casa era bastante caro, assim, pois, reservado a um percentual reduzido da população. Seu público estava ainda muito aquém da popularidade de que gozava o sistema radiofônico.

⁴⁰¹ ACSELRAD, Henri. **Sinais de fumaça na cidade**: uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ, 2015.

categoria abstrata da imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.⁴⁰²

É isto que, ao analisar as reportagens dos jornais do período, buscamos: situá-los na correlação de forças sociais daquele momento e quem era que dava vida às linhas escritas. Nessa mesma direção, Tânia Regina de Luca, no item “Imprensa sob suspeição”, do seu clássico artigo “História dos, nos e por meio de periódicos”,⁴⁰³ realiza um debate sobre as “armadilhas” e peculiaridades dessa categoria de fonte, concluindo pela importância inconteste dos jornais para o ofício do historiador, seja na obtenção de dados de natureza econômica ou demográfica, seja como instrumental de análise dos diversos ângulos da vida social e política.

Os resultados historiográficos advindos da utilização dessa fonte, diz Luca, seguramente podem ser bastante inovadores e bem distantes de uma abordagem ingênua. Isso vem na mesma esteira do alerta de Ana Maria de Almeida Camargo, ao salientar que “[...] corremos o grande risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade”. Arrazoou também afirma que:

[...] alguns, talvez, limitem o seu uso por escrúpulo, já que encontram, tão em evidência e abundância, as “confirmações” de suas hipóteses – e com a mesma facilidade, também, argumentos contrários. A maioria, porém, pelo desconhecimento, pela ausência de repertórios exaustivos, pela dispersão das coleções. Quando o fazem, tendem a endossar totalmente o que encontram, aproximando-se de seu objeto de conhecimento sem antes filtrá-lo através de crítica mais vigorosa.⁴⁰⁴

Agudizam-se, duplamente, tais aspectos quando a imprensa está sob censura, e trata-se da cobertura jornalística da atuação das esquerdas armadas, oposição mais radical ao regime ditatorial então vigente, em um momento em que, em aparente paradoxo, vivenciava-se a fase do “milagre brasileiro”, quando o governo propagandeava os “louros” do regime, no campo econômico, ao passo que também promovia a fase de maior recrudescimento da repressão, desde o golpe (1968-1973). Mas, para além do aparente paradoxo, há mesmo uma dinâmica

⁴⁰² CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto: EDUSP, 1988. p. 21.

⁴⁰³ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

⁴⁰⁴ CAMARGO, Maria de Almeida *apud* LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 117.

de interdependência: o primeiro condicionava o segundo, e vice-versa. “Se já houve, alguma vez, um ‘paraíso burguês’, este existe no Brasil, pelo menos depois de 1968”.⁴⁰⁵

Levando-se em conta a tradição da grande imprensa com o anticomunismo no Brasil, pelo menos desde a década de 1920, durante a investigação do conteúdo dos jornais como fonte, essas particularidades foram observadas, considerando, na análise, o *modus operandi*, pois repetitivo, de apuração, seleção, ordenação e edição do material jornalístico sobre a esquerda armada, e a vinculação política dos órgãos de imprensa com a repressão, grupos econômicos e com o Estado. Claro está o colaboracionismo do *Diário de Pernambuco* com o regime militar. Esse periódico não foi uma exceção às conclusões demonstradas em muitos estudos historiográficos, em especial de Beatriz Kushnir, *Cães de guarda – jornalistas e censores*,⁴⁰⁶ e de Maria Aparecida Aquino, *Censura, imprensa e estado autoritário*.⁴⁰⁷ Kushnir concluiu que “[...] a maioria da grande imprensa colaborou com o regime. Quando digo ‘colaborou’, quero dizer que foi mais que um pacto. Eles se engajaram mesmo”.⁴⁰⁸ Não era novidade o papel da imprensa no apoio a um regime de força ou às classes dominantes no Brasil.⁴⁰⁹

Como apontou o estudo seminal de João Batista de Abreu, *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*, não foi por acaso que os grandes jornais transferiram para as páginas policiais as matérias referentes à luta armada. O *Diário de Pernambuco* também se utilizou desse expediente em momento anterior ao golpe de 1964, a fim de negativar a atuação de outros movimentos políticos de esquerda, a exemplo das Ligas Camponesas. A maioria dos jornais aboliu a editoria política, sobremaneira a partir de dezembro de 1968, após o AI-5, transferindo os repórteres para as seções de cidade e geral. No noticiário de cidade, priorizava-se a ação em si, sem distinção de

⁴⁰⁵ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006. p. 416.

⁴⁰⁶ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

⁴⁰⁷ AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa e estado autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência**. Bauru: Edusc, 1999.

⁴⁰⁸ KUSHNIR, Beatriz. Que esperar de uma mídia que não nasceu para todos? In: **Portal Vermelho**. Entrevista cedida a André Cintra, 22 abr. 2009. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2009/04/22/que-esperar-de-uma-midia-que-nao-nasceu-para-todos/>.

⁴⁰⁹ Para outros trabalhos que se debruçam sobre o tema, ver: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Monica. **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. BIROLI, Flávia. **Com a corrente – modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo: 1920-45**. São Paulo: Brasiliense, 1989. CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo (1921- 1981)**. São Paulo: [s. n.], 1980.

sua espécie: “Assim um assalto a um banco era um assalto a banco, qualquer que fosse o objetivo. Nas matérias destacava-se frequentemente o fato de o dinheiro roubado destinar-se ao pagamento de empregados de determinada empresa.”⁴¹⁰

Assim arrematou o autor, após o estudo de Kushnir sobre produção jornalística nesse período: “[...] adotam um discurso próprio que, em nome da objetividade, acaba contribuindo para a formação de uma mentalidade em torno do tema abordado. Toma-se partido, muitas vezes, sem que necessariamente a opção fique clara aos olhos do leitor”.⁴¹¹ O *Diário de Pernambuco* oportunizou a comoção gerada pelo atentado a bomba no aeroporto, em 25 de julho de 1966, para apoiar ainda mais abertamente a ditadura, além fabricar e criar consenso sobre a figura das esquerdas (especialmente a que fazia política em armas) e requerer inclusive um endurecimento repressivo aos “Terroristas”, isto é, a esquerda em geral, e a Armada em particular.

Figura 9 – Manchete no *Diário de Pernambuco*, em 1968

DIÁRIO DE PERNAMBUCO — QUINTA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 1968 PRIMEIRO

Prendendo dupla que ensinava guerrilhas a camponeses, DOPS acredita haver desvendado atentado do Aeroporto

Agentes da Delegacia de Ordem Política e Social, terça-feira passada, às 17 e 20, prenderam os engenheiros Ricardo Zaratini Filho, paulista, e Edinaldo Miranda da Oliveira, natural de Carolina, quase Estado, que teriam participado do atentado terrorista do Aeroporto dos Guararapes, ocorrido há cerca de três anos, visando a vida do presidente Costa e Silva e no qual ocorreram os jornais *Opção*, *Brasil* e o *alinhavado* reformado. Nossos Fernandes, usando várias disfarces e roupas passadas, inclusive o outrora famoso *lindador* “Parabola”.

A prisão aconteceu no apartamento 403 do edifício *Parabola*, em Boa Viagem, após diligências policiais que se estenderam por mais de dois anos no seguimento de uma pista que conduziu aos dois agitadores.

INTENSAS BUSCAS

Edinaldo Miranda e tudo por quem o avista como parafusado com o arcaico falado feito por técnicos das após o atentado dos Guararapes, à base de informações que teriam visto o principal suspeito do heilho do crime. Há mais de dois anos o DOPS estava no seu eslabo e no de Zaratini, em diligências que se estenderam a Pernambuco, Alagoas, Brasília e Rio Grande do Norte, em ramificações no sul país, onde ambos figuram em arquivos policiais, como agentes da subversão marxista. Zaratini tem 35 anos e é engenheiro civil. Edinaldo conta apenas 28 anos e é engenheiro elétrico, formado em 1966. No apartamento de ambos, em Boa Viagem, a polícia encontrou vestígios de armas, 100 balas de calibre 45, pistolas e grande cópia de material subversivo, além de seis ocultos veículos com aparatos.

Amboz vinham se dedicando, há muito tempo, ao ensinamento de técnicas de guerrilhas aos camponeses, ministrando inclusive ensinamentos sobre o fabrico de bombas etc. Os ocultos veículos eram por ele utilizados em camponeses para introduzi-los nos locais onde se ministravam as aulas, a fim de que os futuros guerrilheiros, uma vez descobertos pela polícia, não pudessem oferecer para a polícia onde estava havendo treinamento.

COMO OCORREU A PRISÃO

“De há muito — disse aos o delegado de Ordem Política e Social, Moacir Sales — vinha a polícia interessada na prisão de Ricardo Zaratini, o qual, juntamente com Manoel Lisboa de Moura e Anuro Luiz de Carvalho, outros agitadores que usam também os nomes de guerra de “Guapo”, “Estudante” ou “Mique” e “Capitão” — vinham ministrando aulas de guerrilha rural em Pernambuco. A polícia sabia que eles se dedicavam ao ensino de práticas subversivas aos camponeses, tratando-os para guerrilhas, confecção de bombas, e as maneiras de proceder para forçar os patrões, senhores de engenho e administradores a ceder “diante de reivindicações de massas”. Nas práticas simplesmente aglutinadas, visando como os camponeses deveriam organizar suas companhias reivindicatórias, o grupo ensinava formas de pressão, sempre ressaltando que o trabalhador que se unisse a tais movimentos deveria estar disposto a empregar sua própria vida pela vitória da causa. O DOPS foi chamado nas diligências, localizando as áreas rurais onde o grupo vinha recebendo lições e treinamentos. O DOPS tem também informações sobre outros locais que estavam sendo realizados em alguns locais do Recife, com a presença de outros agitadores, em sua maioria, ligados ao PCB — o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, do conhecido líder vermelho, Carlos Marichela. Muitas informações recolhidas nesses interrogatórios deram o traço correto aos autores do atentado do Guararapes”.

Previamente, disse o sr. Moacir Sales, “O DOPS, em tal diligência, conseguiu prender, sucessivamente, Ricardo Zaratini Filho e Edinaldo Miranda de Oliveira no referido apartamento, onde habitavam a sede do Partido do Brasil. Edinaldo era o dirigente desse Comitê, onde ocorriam e armazenavam-se documentos, inclusive os estatutos do Partido, instruções escritas de caráter político de caráter e natureza, e armas subversivas das áreas armadas. Além de reuniões para guerrilheiros e outros. Também se mantinham as instruções para todo Nordeste, nos comitês do PCB. Tem fase esse documentação e das atividades do Comitê, os nomes reais de Edinaldo e Ricardo Zaratini, e os nomes de guerra que os autores do atentado do aeroporto dos Guararapes. Sabemos, nos outros locais, que vários elementos do PCB têm emprego de professores e são ligados a outros locais no Recife, onde ocorriam reuniões, a fim de que se estabelecesse uma ação primária desse comitê e dos seus agentes.

Informou ainda o sr. Moacir Sales que, depois de estudos sigilosos efetuados há mais de dois anos, “setor” inclinado a acreditar que ambos os engenheiros tiveram participação no atentado do aeroporto dos Guararapes. Edinaldo, aliás, assemelha-se muito ao retrato falado, feito no Recife quando das diligências realizadas sobre o monstruoso crime. Está os dois terroristas presos em fragmento deito e vão ser transferidos para a Auditoria Militar, para onde já segue ofício firmado pelo diretor do Departamento de Investigações, o sr. Barcelos, Oliveira, que deve os depoimentos dos acusados.

Ajudaram as diligências do DOPS os investigadores Luiz Martins de Miranda, comissário Aldeias Varajão, além dos agentes Vanderlino Bezerra de Lima, Renato Luiz dos Santos, e três guardas civis do comissariado de Boa Viagem”.

DEUS IDENTIDADES

Em poder de Zaratini foram encontradas duas cartelas de identidade com os nomes de Rivaldo Maranhão Filho, paulista. Sabese que esse Rivaldo existe e, aliás, mandou ordem de pagamento de São Paulo no valor de um milhão de cruzeiros velhos, sacados pelo agudador até cinco dias passados, num estabelecimento de crédito local. De outro lado, severo, de revelando determinado e força de vontade de Zaratini só possui um rim e cabeça de uma pedra. E ele quem diz ser irmão de Carlos Zera, radialista conhecido em São Paulo. A polícia, porém, irá investigar todos esses detalhes e também procurar saber se os dois engenheiros não implicados nos atentados terroristas do sul do país e nos assaltos a bancos.

O sr. Moacir Sales disse ter realizado a captura dos perigosos agitadores graças aos próprios camponeses, que receberam a estes dos comunistas, mas não quiseram aplicar as suas práticas nem sofrer, ter a ordem, preferindo denunciá-los ao DOPS. Espera o sr. Moacir Sales que em breve sejam capturados os restantes componentes do grupo Anuro Luiz de Carvalho (“Capitão” ou “Parabola”) e Manoel Lisboa de Moura (“Mique” ou “Estudante”).

O MAIOR ACENTAMENTO

O general Montalvão, secretário da Segurança, entusiasma-se com a ação vitoriosa do DOPS, considerado a captura da dupla o maior acontecimento de sua Secretaria neste ano que finda. “Todo esforço que desenvolvemos há mais de dois anos “olhando de fora”, disse o general, levando os maiores alívios ao delegado Moacir Sales e seu equipe.

Em poder dos comunistas a polícia apreendeu farto material subversivo, principalmente as seguintes publicações: Estatutos do PCB, “Luta do Camponês”, “Instruções da Luta de Classe”, “A Guerra de Guerrilhas” (de “Che” Guevara), “A luta de guerrilhas e a luz de os clássicos do marxismo-leninismo”, “Alternativa Revolucionária”, e “23 de Julho”, além de outros livros, revistas e panfletos subversivos.

De “óculos vendidos” usados em ensinos de guerrilhas e os documentos de falsa identidade apreendidos em poder dos agudadores de Marichela.

De Ricardo Zaratini Filho e Edinaldo Miranda da Oliveira, com seus respectivos documentos de identidade e passaportes.

De Rivaldo Maranhão Filho, com seu documento de identidade e passaporte.

De Anuro Luiz de Carvalho, com seu documento de identidade e passaporte.

De Manoel Lisboa de Moura, com seu documento de identidade e passaporte.

A dois anos e meio da manhã sinistra

Fonte: *Diário de Pernambuco*, 12 de dezembro de 1968.

⁴¹⁰ ABREU, João Batista de. **As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)**. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 15 et seq.

⁴¹¹ *Ibid.*, p. 18-20.

Os engenheiros Edinaldo Miranda e Ricardo Zarattini serviram como bodes expiatórios dessa onda de demonização. Mesmo havendo órgãos da repressão com informações de que Edinaldo e Zarattini não eram os “terroristas do aeroporto”, a campanha de construção do mito não se desfez. Refiro-me à Informação n.º 1.108, de 15 de dezembro de 1969, com o assunto “Atentado do Aeroporto de Guararapes”, do Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Aí, após seu conteúdo principal, lê-se o remate: “As autoridades militares e policiais de Recife já estão cientes do nome do autor do atentado e aguardando o resultado das diligências que estão sendo feitas por este CENTRO na Guanabara e São Paulo.”⁴¹²

As informações das quais o SNI e os órgãos de segurança da área de Pernambuco estavam cientes eram: após investigações, havia sido levantado o nome do autor do atentado no Aeroporto Guararapes; o autor seria Raimundo Gonçalves de Figueiredo, prontuariado como membro da Ala Vermelha do PC do B e que havia, inclusive, sido preso em outubro de 1968 e libertado em seguida; no período do atentado, Raimundo pertenceria ao Comando Regional 7 da Ação Popular, o qual englobava os estados de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará; estava caracterizado que o atentado a bomba no aeroporto teria sido “uma ação isolada praticada por Raimundo à revelia do Comando Nacional da AP”, razão pela qual teria sido expulso da organização, naquele ano de 1966; Raimundo estaria na clandestinidade e, segundo indícios, entre Guanabara e São Paulo; para a captura de Raimundo, estariam sendo efetuadas diligências, em grande sigilo; ele era casado com Maria Regina Lisboa Lobo Leite Figueiredo, com quem tinha dois filhos.

Mesmo com essas informações, os órgãos de repressão e a Justiça Militar insistiriam na denúncia de Edinaldo Miranda e em sua condenação. Mesmo inocentado pela Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, devido à nítida falta de provas para lastrear o processo, foi condenado pelo Supremo Tribunal Militar, sem que, para isso, tenha ocorrido nenhum fato novo ou prova, e a despeito do acesso à documentação que apontava a organização que havia planejado o atentado, a Ação Popular e um dos envolvidos.

Em 1995, há uma reviravolta na versão pública do caso do aeroporto, quando é publicado, pelo *Jornal do Comércio*, a 23 de julho, uma primeira reportagem de uma série. Essa primeira trazia a manchete “Atentado à bomba no Guararapes tem nova versão 29 anos depois”. Saliente-se que, semelhantemente ao *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Comércio* colaborou com a construção da versão em que Edinaldo e Zarattini haviam sido os autores do atentado — mesmo que de forma menos mordaz e insistente que o *Diário*. Nessa edição

⁴¹²ARQUIVO NACIONAL. **Informação 1108**. 15/12/1969. Rio de Janeiro: CENIMAR, 1969. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_69021645_d0002de0002.

especial de 1995, podemos ler algo de que a ditadura já sabia desde o ano de 1969 — e que, apesar disso, escolheu incriminar aqueles jovens, especialmente Edinaldo, que foi condenado pelo atentado: “Durante todo esse período, os dois [Edinaldo e Ricardo] lutaram para provar que o atentado era obra não do PCBR, mas da Ação Popular (AP), organização oriunda da esquerda católica.” E esclarece:

O JC entrevistou os principais envolvidos no caso, ouviu ex-militantes e analisou dezenas de documentos. Ao jornal, não cabe julgar a participação de pessoas no atentado, mesmo tendo chegado a nomes de possíveis envolvidos. Mas, reforçada por depoimentos inéditos de ex-dirigentes da própria AP, a reportagem leva a uma conclusão: Ricardo Zarattini e Edinaldo Miranda estavam certos.

Essa mesma reportagem aponta, também, outros possíveis envolvidos, militantes da AP, que negaram participação:

[...] o padre Alípio de Freitas, que pertencia a esse grupo, estava no Recife no dia do crime e mantinha em Salvador um centro de treinamento em explosivos, teria recrutado em Pernambuco, um grupo de estudantes entre eles Raimundo Gonçalves Figueiredo, Paulo Guimarães, Zenóbio Vasconcelos, Felícia Frazão e Haroldo Lima.

Como indicou estudo específico sobre a atuação da imprensa na cobertura do fato:

A vinculação midiática do atentado a bomba no Aeroporto tem, então, antes de qualquer coisa, uma função social, seu universo é absolutamente social. E é também em uma esfera social que o evento sobrevive e ganha fôlego novo quando grupos humanos reconstróem suas leituras. Assim, nem mesmo a retomada midiática do atentado de 1966, em 1995, é capaz de apagar as imagens de Edinaldo e Ricardo, produtos, desde dezembro de 1968, de uma construção do regime militar reforçada e consolidada pelos grandes jornais pernambucanos em circulação àquela época: *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco*.⁴¹³

O caso do aeroporto envolveu todas as organizações mais radicais atuantes, em Pernambuco no período, não se restringindo somente ao PCBR e ao PCR, partidos a que pertenciam Edinaldo Miranda e Ricardo Zarattini: espraiou-se por toda a esquerda. Não há dúvidas de que foi um ponto de inflexão no endurecimento da repressão. Mesmo passado o período imediatamente posterior ao atentado, quando foi implantado uma verdadeira caça a todos os ativistas de esquerda fichados, foram presos militantes não somente do PCR, a exemplo de Manoel Lisboa, mas também do POR-T e da AP, organização que teve em alguns de seus membros, como já posto, a autoria.

⁴¹³SANTOS, Francisco Sá Barreto dos. **A construção do fato pelo discurso midiático: o caso do atentado a bomba no aeroporto.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 157.

Presos em 10 de dezembro de 1968, Edinaldo e Ricardo viviam, ambos, o mesmo sonho da revolução e partilhavam de uma mesma realidade, que caracterizou o fenômeno da esquerda em armas durante a última ditadura: em seu pertencimento às camadas médias da sociedade brasileira, o movimento buscava, engolfado nos avanços e reveses do projeto, a representação e o envolvimento decidido da classe trabalhadora. No prontuário de Edinaldo, encontramos uma carta de um amigo seu, e companheiro de organização, datada de 10 de agosto de 1968, que traduz extraordinariamente a urdidura dessas questões (afetivas, psicológicas e históricas) e como eram sentidas melancolicamente por alguns militantes:

Amigo Baixinho

[...]

Concordo inteiramente com você, sobre a importância do momento histórico que estamos vivendo, Não obstante, não deixo de ficar impaciente diante das perspectivas, ou falta de, a curto prazo. Em verdade, tenho me decepcionado muito desde que saí do Recife em assunto nacional e internacional e internacional. Não fosse a consciência de que as noites são mais frias um momento antes do amanhecer, com certeza já teria apelado para a desbundada ou para a pôrra-loquice.

Espero que vocês aí estejam vendo mais claro, e por isso mesmo, espero, seja muito frutífera uma visita além da satisfação afetiva, naturalmente.

[...]

Eu tenho matutado, cá com meus botões, que de um ponto de vista existencial a nossa posição é a mais desgraçada. Negamos a nossa classe e não estamos tendo condições razoáveis de integração de integração em outra, posto que toda nossa atuação concreta fica circunscrita no âmbito da velha classe. Eu estou me sentindo, em termos de classe, o próprio filho-da-puta. Não sei como tenho conseguido manter a serenidade; chego a pensar se às vezes que a calma é um ponto de acomodação, e assim louvo as benditas fossas.

Como você vê, baixinho, a visita é para mim muito importante, e “módestia partes”, também para o C.O.

Fico por aqui; um pouco preocupado se no meu estilo prolixo e sob as limitações da segurança disse tudo o que pretendia: - Acho importante que vocês me vizitem.

Um abraço para o pessoal, especialmente no cabeludo, a quem pode mostrar a carta se achar interessante.

Um abraço.

“O Gordo”⁴¹⁴

⁴¹⁴PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Edinaldo Miranda de Oliveira. **Prontuário Individual 18.382**. Recife.

Figura 10 – Informação nº 1108. Documento do Cenimar sobre o “Atentado ao Aeroporto”

<p style="text-align: center;">SECRETU URGENTE</p> <p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA MARINHA XXX CENIMAR</p> <p style="text-align: center;">I N F O R M A Ç Ã O</p> <p style="text-align: center;"><i>Informação</i></p>	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> <p style="text-align: center; margin: 0;">S.N.I. AGENCIA CENTRAL</p> <p style="text-align: center; margin: 0;">011802 30 DEZ 69</p> <p style="text-align: center; margin: 0; font-weight: bold;">PROTOCOLO</p> </div>	<p style="text-align: right;">DATA, <u>15</u> / <u>12</u> / 1969. Nº <u>1108</u></p> <p style="text-align: right;">ORIGEM: Agente. DISSEMINAÇÃO: GMM - CEMA - GMPR - CSN - EMFA - CIE - SNI/AC - NSISA/RJ - CENIMAR.</p>
21045		
<p>ASSUNTO: ATENTADO DO AEROPORTO DE GUARARAPES.</p> <p>1. - Após investigações iniciadas na Guanabara e complementadas em Recife - Pernambuco por oficiais deste CENTRO, foi levantado o nome do autor do atentado do aeroporto de GUARARAPES, acontecido a 24/7/66.</p> <p>2. - Trata-se de RAIMUNDO CONGALVES DE FIGUEIREDO, elemento proucurizado neste Centro como militante da ALA VERMELHA do PC do B., tendo inclusive sido preso em outubro de 1968 na Guanabara pelo DOPS e solto posteriormente.</p> <p>Na ocasião do atentado, o marginado era militante da Ação Popular e, junto com outros dois, compunha o Comando Regional da Região Sete (CR7) que abrangia os estados de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Já está perfeitamente caracterizado que tratou-se de uma ação isolada praticada por RAIMUNDO, à revelia do Comando Nacional da AP. Por este motivo, inclusive, RAIMUNDO foi expulso do Partido ainda em 1965.</p> <p>3. - Este elemento encontra-se na clandestinidade e há fortes indícios de que esteja na Guanabara ou em São Paulo. Diligências estão sendo processadas no mais absoluto sigilo para a sua captura.</p> <p>4. - O marginado é casado com MARIA VIRGINIA LISBOA LOBO LEITE DE FIGUEIREDO e possuem dois filhos pequenos.</p> <p>5. - As autoridades militares e policiais de Recife já estão cientes do nome do autor do atentado e aguardando o resultado das diligências que estão sendo feitas por este CENTRO na Guanabara e em São Paulo.</p>		
<p style="text-align: center;">SECRETU URGENTE</p>		
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> <p style="font-size: 0.8em;">A F. ...</p> </div>	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> <p style="font-size: 0.8em;">SNI SI - 520 PROCOLO N.º 03734 Em 14.12.69</p> </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 5px auto; transform: rotate(-5deg); font-size: 0.8em;"> <p>O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO NÍVEL DESTA COPIA DE ACORDO COM O REGULAMENTO PARA ENTREGA DE ASSUNTOS SIGILOSO.</p> </div>	

Jacob Gorender também anunciou, em seu livro *Combate nas trevas*, a participação de membros da AP no atentado.⁴¹⁵ O episódio da bomba no aeroporto trouxe efeitos profundos para a atuação da Ação Popular, como também observou Gorender,⁴¹⁶ tanto no Brasil quanto no Nordeste e em Pernambuco, pois, na verdade, o evento traumático foi também renovador e decisivo para uma reorientação geral da linha do movimento, no sentido de, adotando a linha maoísta da guerra popular (e prolongada, ao passo que abandonavam a visão cubana): abandonar as ações armadas imediatas e ações urbanas de expropriação, caminho que começava a ser trilhado pela organização naquele momento e, a partir do qual, mesmo que realizado de modo independente sem autorização da direção nacional, havia delineado a promoção do ato no aeroporto.

Com essa mudança, a AP desloca sua orientação para a preparação mais lenta das condições de enfrentamento armado, que seria, segundo a visão da nova teoria adotada, deflagrada a partir de um exército popular, ou seja, contaria com forte apoio da massa popular já em um primeiro momento de confronto. Nisso, diferia da teoria do foco, que adiantava que um pequeno grupo de militantes poderia ser o pequeno motor que desencadearia o grande motor da guerrilha rural, com a adesão do povo no percurso.

Em Pernambuco, a atuação da Ação Popular dividiu-se, fundamentalmente, em duas frentes: movimento estudantil (ME) e zona canavieira. A primeira delas, ME, já estava consolidada antes de abril de 1964, e fortaleceu-se com a crise do PCB após o golpe, já que era o partidão seu principal opositor nesse movimento. A AP participou ativamente das mobilizações e dos protestos de 1968, e sua participação seguiu as mesmas linhas gerais das outras organizações, sobretudo com o aumento da repressão seguido de prisões de militantes. Sua atuação na zona canavieira, com a integração de alguns militantes à produção, teve poucos frutos objetivos, já que não conseguiu angariar apoio de relevância para dar seguimento em deflagrar o processo guerrilheiro. Na verdade, em 1970, o grupo do campo é preso pelo DOPS de Pernambuco.

3.5 Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)

O partido a que Edinaldo Miranda pertencera, o PCBR, exerceu alguma atuação, durante o período de sua existência, em 10 estados do Brasil, quais sejam: Pernambuco,

⁴¹⁵ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 112 *et seq.*

⁴¹⁶ *Ibid.*, p. 113.

Ceará, Rio de Janeiro, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Era coordenado por um comitê central, e dividido em seis comitês regionais de atuação: Comitê Regional 1 – Centro: Goiás e Brasília; Comitê Regional 2 – Nordeste: Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; Comitê Regional 3 – Sudeste: Guanabara, Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo; Comitê Regional 4 – São Paulo; Comitê Regional 5 – Sudeste: Paraná, Mato Grosso e Santa Catarina; Comitê Regional 6 – Rio Grande do Sul.

Durante sua atuação, Pernambuco ocupou lugar estratégico nesse quadro geral, inclusive o de sede do comitê regional Nordeste, região onde o PCBR desenvolveu forte presença e aglutinou mais integrantes, seguido pela Guanabara, estado do Rio de Janeiro.⁴¹⁷ Suas atividades como organização armada desenvolveram-se de sua fundação, em 1968, até a prisão do comitê zonal do campo, em dezembro de 1972 e janeiro de 1973. Diga-se que:

[...] a intervenção política do PCBR e outras organizações no movimento de massas recobre duas fases desde – a pré AI-5 e a imediatamente pós AI-5, as quais apesar de seus elementos ideológicos e sociais comuns, apresentam traços distintos tanto no político como no orgânico.⁴¹⁸

O primeiro ciclo, situado entre os anos de 1967 e 1968 caracterizar-se-ia “pela ascensão do movimento de massas e é conduzida em nível de direção por organizações não reformistas, entre elas o BR.”⁴¹⁹ Em função disso, avaliaram, em 1976, dentro da Penitenciária Professor Barreto Campelo, três ex-militantes do PCBR de Pernambuco, em um momento de revisão do caminho armado:

[...] adquire um caráter mais avançado e radical comparado à experiência da luta de massas anterior ao desastre de 1964. Avanço e radicalização detectados na maior preocupação com o trabalho de base, ao contrário da tendência cupulista reinante na época; ruptura com a concepção e prática legalistas que encerravam a ação das massas no estreito permitido e útil ao aparelho de estado; introdução da violência como componente do movimento de massas que, mesmo não concretizada em toda sua extensão e profundidade, representou um marco teórico de suma importância na delimitação de uma nova alternativa do movimento revolucionário. É, contudo, no posicionamento autônomo do movimento de massas em face do Estado e das classes

⁴¹⁷ ALMEIDA, Luciano de. **A esquerda em questão: do socialismo científico ao anarquismo**. Natal: Coojornat, 1991. p. 135 *et seq.* O dado também é indicado por um relatório do SNI de setembro de 1970, que registrou: “Para a sua atuação, o PCBR contava com cerca de 200 (duzentos) militantes, assim distribuídos: Membros do Comitê Regional nº 2 - 93 militantes; Membros do Comitê Regional nº 3 - 65 militantes; Membros do Comitê Regional nº 4 - 9 militantes; Membros - Membros do Comitê Regional nº 5 - 21 militantes; Membros do Comitê Regional nº 6 - 12 militantes. Verifica-se assim que o referido Partido contava com maior número de adeptos no Nordeste, principalmente em Pernambuco e no Sudeste: Guanabara e Estado do Rio do Janeiro”. Pernambuco compunha o comitê regional n.º 2 do PCBR: ARQUIVO NACIONAL. **Ações Terroristas no Brasil**. Relatório. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, [19--]. BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0065_d001.

⁴¹⁸ ALMEIDA, Luciano de. **A esquerda em questão: do socialismo científico ao anarquismo**. Natal: Coojornat, 1991. p. 111.

⁴¹⁹ *Ibid.*, p. 111.

dominantes que reside a principal diferença entre as fases já referidas – a pré e pós 64. Nesta, o rumo e objetivos políticos do movimento são estritamente determinados a partir do seu interior, não intervindo outras forças, senão as forças sociais efetivamente engajadas e interessadas nesse processo, ou seja, as camadas médias.⁴²⁰

Nas hostes do PCBR, por critério de ordenamento partidário, Pernambuco foi dividido em dois grandes comitês zonais, o Comitê Zonal do Grande Recife (CZGR) e o Comitê Zonal da Zona Canavieira (CZZC). Os setores resumiam-se a quatro: setor operário, estudantil, de profissionais liberais (PLs) e o do campo. Contava também com as organizações para-partidárias (OPPs), que eram uma esfera pré-partidária de apoio, composta de futuros possíveis membros. Quanto à estrutura armada, respondiam o Comando Político Militar (CPM) e, posteriormente, também o Grupo Armado de Propaganda (GAP). Existia, além desses, o Comitê de Agitação e Propaganda (CAP).

Como organização militar, o GAP e o CPM, durante a realização de alguma ação armada, sempre mantinham o posto de comandante da ação, o qual detinha o poder de mando, com o fito de garantir unidade e eficiência na execução das atividades, bem como evitar vacilações que pudessem pôr em risco a vida dos militantes envolvidos na operação. Eles, o GAP e o CPM, somente passaram a existir operacionalmente, em Pernambuco e no Brasil, em início de 1969, marco do início de suas ações armadas de maior envergadura.

Em 1968, quando se formou oficialmente em Pernambuco, o PCBR, já “nasceu” com certa inserção no movimento de massas, sobretudo no ME, haja vista que, inicialmente, a quase totalidade de seus membros eram militantes do PCB que haviam cindido com essa organização, devido, ao que julgavam, “concepções oportunistas, reformistas, predominantes em suas fileiras nos últimos anos”. Essas concepções materializaram-se, entre outras, em teses como a do “caminho pacífico da revolução”, por discordarem de que a burguesia era uma “força revolucionária”.⁴²¹

A promoção do trabalho de mobilização de massa compunha papel estratégico na tese da revolução brasileira do PCBR. Há uma continuidade da atuação nesse formato, sobremaneira no movimento estudantil, no qual o partido tinha bases em vários pontos estratégicos, a exemplo da Faculdade de Direito do Recife e das Escolas de Arquitetura, Geologia e de Engenharia de Pernambuco — em alguns casos, na condição de gestão de

⁴²⁰ ALMEIDA, Luciano de. **A esquerda em questão**: do socialismo científico ao anarquismo. Natal: Coojornat, 1991, p. 111.

⁴²¹ PCBR. **Linha Política**. abr./1968. Em junho de 1964, foi publicado o documento *Tese para Discussão* (em anexo) pelo Comitê Estadual do PCB, com clara inspiração no *Esquema para Discussão*, traz algum avanço no sentido do reconhecimento do despreparo para a reação armada ao golpe e a confiança exagerada nos aliados governistas, mas seu tom geral é inflexível sobre o acerto da linha adotada antes do pré-golpe.

Diretório Acadêmico, em outros, como movimento que atuava em paralelo a essa entidade representativa. Várias forças políticas compunham o ME nesse período, em Pernambuco, e as de maior peso político eram a AP, PCR e o PCBR.

Mesmo com o PCBR tendo adotado, desde sua fundação, a luta armada como “[...] o caminho da revolução brasileira”, sendo, pois, “[...] a tarefa imediata e fundamental do movimento revolucionário no Brasil... organizar, iniciar, desenvolver e culminar a luta armada, a partir da guerra de guerrilhas”, e a essa tarefa haveriam de “[...] ser consagrados os esforços e recursos principais das forças revolucionárias e do partido”,⁴²² as ações armadas da organização só vieram a se desencadear em 1969, ainda que a vontade de seus integrantes fosse desenvolvê-las com maior brevidade. As principais delas foram ações de expropriação e propaganda armada em fábricas. Vejamo-las, situadas no pano de fundo.

Em 1969, é criado o “Comando Político Militar” do PCBR. Por ele, realizaram, em março, a expropriação de uma agência do Banco da Lavoura de Minas Gerais, a primeira ação armada da organização no Brasil. Mas é mesmo na segunda metade desse ano que as ações da organização decolaram, impulsionadas pelo sequestro do embaixador estadunidense, Charles B. Elbrick. Sobre o sequestro do embaixador, realizado em 4 de setembro daquele ano pela ALN e o MR-8,⁴²³ vale destacar que, já no 5 de setembro, a ditadura, sob a batuta da Junta Militar⁴²⁴ (31/8/1969 – 30/10/1969) que substituíra Arthur da Costa e Silva, aprovou os atos institucionais n.º 13 e n.º 14.

O primeiro, AI-13, aprovava o banimento do território nacional de “[...] brasileiro inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional”, mediante proposta dos ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar.⁴²⁵ Tratava-se, na verdade, da tentativa de transformar em apátridas os presos políticos solicitados em troca do embaixador. O segundo, de n.º 14, estabelecia modificações no artigo 150 da Constituição, aplicando, a partir daquele momento, pena de morte nos casos considerados de “guerra externa, psicológica adversa, revolucionária ou subversiva”,⁴²⁶ buscando fazer crer a

⁴²² PCBR. **Linha Política**. abr./1968.

⁴²³ O MR-8, até aquele momento, chamava-se “Dissidência da Guanabara”. Esse nome foi aproveitado de um outro grupo, que havia sido trucidado, em Niterói, pela ditadura. Faz referência ao dia da morte de Che Guevara, 8 de outubro.

⁴²⁴ Composta pelos ministros das Forças Armadas Augusto Rademaker (Marinha), Aurélio de Lira Tavares (Exército) e Márcio de Sousa e Melo (Aeronáutica). Após uma crise sucessória, decorrente do impedimento de Costa e Silva, por motivos de saúde, situação na qual o seu vice, o civil Pedro Aleixo, deveria assumir o cargo, quando, no entanto, o Comando Supremo da Revolução interveio, de modo que o governo se mantivesse em mãos militares.

⁴²⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-13-69.htm.

⁴²⁶ A conceituação legal do que se compreendia por guerra externa, psicológica adversa, revolucionária ou subversiva havia sido definida na Lei de Segurança Nacional de 1967, ou seja, o Decreto-Lei n.º 314/67, que

população que atos dessa natureza, que “perturbam a vida do País e o mantêm em clima de intranquilidade e agitação, devem merecer mais severa repressão”, e considerando necessária a maior penalização porque “aqueles atos atingem, mais profundamente, a segurança nacional, pela qual respondem todas as pessoas naturais e jurídicas, devendo ser preservada para o bem-estar do povo e desenvolvimento pacífico das atividades do País”.⁴²⁷

O sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, que ganhou as manchetes de jornais do mundo todo,⁴²⁸ pressionou ainda mais agudamente as organizações para o início imediato das ações armadas. Esse foi o clima que deu o tom da reunião da direção do PCBR, em Pernambuco, com Mario Alves, o dirigente do comitê central, ocorrida nos dias próximos a esse sequestro. Aí, os militantes do PCBR, em Pernambuco, planejaram a próxima ação armada, que foi explodir o palanque das autoridades, montado na Avenida Conde da Boa Vista (centro do Recife) para o desfile cívico, em comemoração à Independência, no dia 7 de setembro. A ação foi realizada, mas, com os imprevistos, teve, ao fim e ao cabo, mais importância simbólica do que o efeito esperado pela organização, já que o desfile ocorreu normalmente após pequeno reparo realizado. Em 31 de outubro, foi promovida outra expropriação de maior porte, que teve como alvo uma agência da companhia de cigarros Souza Cruz,⁴²⁹ situada no Varadouro, bairro central da cidade de Olinda. Nessa ação, ocorreu um tiroteio entre os militantes do PCBR e seguranças armados da empresa, que levou à morte, após ser baleado, do funcionário Nilson José de Azevedo Lins.

Igualmente à ascensão das ações armadas praticadas pelo Comando Político Militar (CPM), as operações do Grupo Armado de Propaganda (GAP) também se elevaram. Como

expressava, em seu artigo 3º: “A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva. § 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país. § 2º A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais. § 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação”.

⁴²⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-14-69.htm.

⁴²⁸ Além desse sequestro ocorreram mais três ao longo de 1970: do cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okuchi (11 de março); do embaixador da Alemanha no Rio de Janeiro, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben (11 de junho); e do embaixador suíço no Rio de Janeiro, Giovanni Enrico Bucher (7 de dezembro). Em razão dos sequestros dos diplomatas, ao todo foram libertados 130 presos políticos. Pela libertação dos embaixadores foi exigida a liberação da seguinte quantidade de presos: 15 (EUA), 5 (Japão), 40 (Alemanha), 70 (Suíça).

⁴²⁹ Para ações de expropriação, as quais necessitavam de veículos, normalmente tomavam um carro “emprestado” — para usar o termo utilizado à época pelos militantes — antes da operação, isto é, roubavam um carro que, após a ação, era abandonado, em via pública para que o dono pudesse pegá-lo de volta. Quando não utilizavam carros roubados, era utilizado algum de propriedade da organização, como “placas frias”.

poderemos observar, as ações de propaganda do PCBR concentraram-se, fundamentalmente, na capital do estado. Normalmente, consistiam em panfletagens e comícios-relâmpago,⁴³⁰ que duravam, em média, 15 minutos, com necessidade de planejamento anterior para evitar prisões e confrontos armados — mas, caso ocorressem, estariam preparados.

Em 24 de setembro do mesmo ano de 1969, promoveram ação de propaganda na Fábrica Tacaruna, localizada no Bairro de Santo Amaro, no Recife. No dia 8 de outubro, em homenagem a Che Guevara, que havia sido morto dois anos antes, foi promovida grande ação de propaganda armada na Fábrica da Macaxeira, situada em bairro de mesmo nome, no Recife, e contou com mais de 10 militantes para ações de pichação, discurso-relâmpago e entrega de panfletos. Foi realizada ao amanhecer do dia, no início da jornada de trabalho dos operários e operárias. O conteúdo dos panfletos entregues está a seguir. Em ambos, há o forte timbre de ofensiva contra a ditadura e pelo avanço da luta guerrilheira. São peremptórios em dizer: “Não houve Ato Institucional, Prisão Perpétua ou Pena de Morte que impedisse estas ações. Porque não há repressão que barre a luta guerrilheira de um povo explorado!” Sobre Che Guevara, atestam ter sido ele quem teria legado “a verdade indiscutível” de que “[...] a revolução só será conquistada, através da luta armada.” Avassalador: assim caracterizou Francisco de Assis Barreto a sedução que a figura e o exemplo de Che exerciam sobre a juventude da época, que, como ele, pegou em armas pela revolução socialista e contra a ditadura. “A presença de Che Guevara, de toda essa coisa que houve na época, isso era avassalador”.⁴³¹

SALVE O COMANDANTE CHÉ GUEVARA! SALVE A VITÓRIA DA GUERRA DE GUERRILHAS!

No dia 8 do outubro do 1967, o governo da Bolívia matou o comandante CHÉ GUEVARA, que havia deixado seu Cargo de Ministro da República Socialista de Cuba, para participar da luta armada internacional dos trabalhadores contra o imperialismo e a exploração capitalista.

Mas a morte de Guevara não significou a morte da Guerra do Guerrilhas. Hoje, em quase todos os países da América Latina, as ditaduras militares e as democracias de fachada são atingidas pelo fogo da ação guerrilheira. Em uns países já existe a guerrilha rural, como na Guatemala, na Bolívia, na Venezuela. Noutros ainda predominam ações de guerrilha urbana, como no Uruguai e o Brasil.

⁴³⁰ Realização de discurso curto e rápido por parte de alguma ou algum militante das organizações. Saliente-se que, nos processos que analisamos, nos quais constam denúncias sobre esses comícios, nenhum deles indica que tais discursos foram realizados por mulheres — ainda que elas existissem no seio das organizações, como já apontado. Esse fato denota também um traço importante dessa divisão de funções, no cotidiano dos e das militantes do PCBR, em suas aparições públicas, ainda que não tenha sido possível investigarmos suas causas e condicionantes. No entanto, é válido destacar que esse traço não é somente uma constante no PCBR, também foi verificado no PCR, partido que igualmente investia no movimento de massas.

⁴³¹ Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho (FABRF), depoimento ao autor, em Recife (6 dez. 2018).

Os assaltos a bancos, a libertação de presos da cadeia, os justicamentos de criminosos (capangas e torturadores) dão uma prova da força da guerrilha na luta contra a ditadura. Não houve Ato Institucional, Prisão Perpétua ou Pena de Morte que impedisse estas ações. Porque não há repressão que barre a luta guerrilheira de um povo explorado!

Guevara morreu mas ficou o seu exemplo e as suas lições de luta, que o povo aprendeu e não esquecerá. Através da guerrilha, vingaremos o sangue derramado de Guevara e tantos outros heróis da revolução na América Latina e no mundo, destruindo o poder dos imperialistas e dos exploradores.

GREVE E GUERRILHA NA LUTA POR UM GOVERNO POPULAR REVOLUCIONÁRIO!

ORGANIZEMOS A FRENTE POPULAR REVOLUCIONÁRIA DOS OPERÁRIOS, CAMPONESES E CAMADAS MÉDIAS DO POVO!

PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.⁴³²

VIVA CHE GUEVARA! VIVA A LUTA ARMADA!

NO dia 8 de outubro de 1967, CHE GUEVARA era morto no Bolívia, por soldados treinados pelo imperialismo norte-americano. Morria, de armas nas mãos, aquele que lutou com Fidel Castro em Cuba, até sua libertação; que lutou no Congo e, finalmente, no Bolívia, onde foi assassinado. Nas guerrilhas da Bolívia ele esperava construir um exercito do povo, capaz de destruir o exército da reação e acabar com o exploração do imperialismo, dos capitalistas e dos latifundiários. A luta dos oprimidos e dos explorados não tem pátria e por isso CHE lutou em tantos países. Além do seu grande exemplo, nos legou uma verdade indiscutível. A de que: A REVOLUÇÃO SÓ SERÁ CONQUISTADA, ATRAVÉS DA LUTA ARMADA. Através da guerra popular, baseada na guerra de guerrilha, conjugada com a luta de massa (greves, passeatas, comícios, etc.) CHE morreu, mas sua luta continua em cada operário, em cada camponês, em cada estudante e em cada oprimido que levanta a bandeira da revolução.

GUERRILHEIRO, SOLDADO DO POVO!

GREVE/GUERRILHA/LIBERDADE!

GREVE/GUERRILHA/GOVERNO POPULAR!⁴³³

Outras ações de propaganda no meio operário foram realizadas no Recife, entre as quais podemos citar Profertil (empresa produtora de produtos químicos e fertilizantes, situada no Ibura) e Cotonifício Belga Othon Bezerra de Melo Torre. Para além da capital pernambucana, encontramos ações do mesmo perfil nas cidades de Moreno (Fábrica Têxtil Cotonifício Belga Brasiliense) e Camaragibe. Essas não incluem as ações de pichamento nas ruas das cidades, uma atividade também perigosa, mas menos localizada como trabalho de massa como as anteriores. De toda maneira, seu desenvolvimento, a julgar pelos processos analisados e depoimentos a que tivemos acesso, não ultrapassou as faixas do litoral e agreste, centralizando-se mesmo na cidade do Recife e adjacentes.

⁴³²PERNAMBUCO. Secretaria da Justiça e Cidadania. **Processo n.º 121/01, de Airton Correia de Araújo.** À Comissão Especial de Indenização de Ex-Presos Políticos, fl. 71.

⁴³³*Ibid.*, fl. 72.

3.6 Partido Comunista Revolucionário (PCR)

Do Partido Comunista Revolucionário, Ricardo Zarattini havia sido um dos fundadores, com Manoel Lisboa de Moura e Amaro Luiz de Carvalho. O PCR, desde sua origem, em 1966, definiu, em seus documentos primeiros, o Nordeste como a região do território nacional que iria detonar a Revolução Brasileira, pois aí se manifestaria, em sua análise, “[...] de modo mais agudo a contradição entre o imperialismo estadunidense e o nosso povo”, bem como afirmava que “[...] o partido da classe operária deve elaborar sua estratégia e aplica-la onde se reflete de modo mais agudo a contradição principal”. Em sua análise, “[...] o cerne da estratégia do proletariado e de seu partido é o desenvolvimento da guerra de guerrilhas”, através da qual surgiriam “[...] bases de apoio em todo o Nordeste como também em todos os pontos do interior” do Brasil “[...] onde as condições sejam favoráveis”. Mesmo advogando o Nordeste como área de detonação, “Nas cidades e particularmente nas grandes capitais, não só do Nordeste, como de todo o país, organismos do partido do proletariado deverão ser criados”.

Foi a única organização de todas as que compuseram o arco da esquerda armada brasileira do período que optou, teoricamente, por um recorte regionalista como linha estratégica de revolução, manifesto no seu documento fundador, *Carta de 12 pontos aos comunistas revolucionários*. Buscando adaptar para a realidade brasileira as concepções maoístas de “guerra popular e prolongada” e “cerco da cidade pelo campo” — as quais defendia abertamente em seus documentos —, a organização traçou uma compreensão de que:

[...] nas atuais circunstâncias, dentro de um ponto de vista regional, as grandes cidades e capitais do Nordeste são “cidade” enquanto que o restante é “campo”. De um ponto de vista nacional, à área industrial de São Paulo, compreendendo as cidades satélites do ABC, Santos, e Rio de Janeiro, formam o conjunto que podemos chamar de “cidade”, sendo o restante do país “campo”.⁴³⁴

A região Nordeste foi eleita como área estratégica, e a base teórica para ação inspirava-se na linha maoísta, sobretudo, num opúsculo de Lin Biao,⁴³⁵ a que Amaro Luiz de Carvalho havia tido acesso, quando fizera, em 1965, um curso político e militar ministrado pelo Partido Comunista da China a estrangeiros, para o qual fora enviado, com outros militantes do PCdoB. Após seu retorno do país oriental, tanto ele quanto Zarattini romperam

⁴³⁴ PCR. **Carta de 12 pontos aos comunistas revolucionários**. PCR. maio/1966.

⁴³⁵ Um dos Comandantes do Exército Vermelho de Mao Tsé Tung, que ocupou diversos cargos no governo Chinês da época e teve papel destacado na “Revolução Cultural” chinesa.

com essa organização, por defenderem o imediatismo da luta armada, o que não enxergaram na prática daquele partido.

É de autoria da dupla, Zarattini e Amaro, o documento fundacional da nova organização, em que se preconizava como caminho revolucionário a guerra de guerrilhas pela instauração da guerra popular e prolongada, com o cerco inicial da região Nordeste, área mais explorada e, por isso, no seu entendimento, região privilegiada em potencial revolucionário, se comparada às demais regiões do país. A deflagração da revolução no Brasil, sob o signo da guerrilha rural, teria, pois, por estopim as terras nordestinas, como podemos ler:

[...] cremos que esse período de efervescência e confusão ideológica em torno do que fazer, de como e onde iniciar nossa revolução, ainda não chegou ao fim. Aquêles que ainda vacilam em aceitar a CARTA DE 12 PONTOS ou praticá-la cabalmente, em toda sua plenitude, cedo ou tarde irão se convencer dos princípios revolucionários nela anunciados e, principalmente, da insofismável verdade de ser o Nordeste a área principal de atuação dos comunistas e revolucionários. Resta-nos, ainda, para finalizar essa introdução confirmar ser de fato o Nordeste a área mais explorada de nossa Pátria pelo imperialismo ianque e seus agentes internos.⁴³⁶

As ações urbanas promovidas pelo PCR em Pernambuco, e rastreadas pelos órgãos repressivos da ditadura, foram, regra geral, de pequeno porte, e somente começaram em 1971. Concentraram-se na territorialidade da capital, Recife: expropriação de táxi, na Cidade Universitária (2 de setembro de 1971); incêndio de uma viatura policial, em Jardim São Paulo (14 de dezembro de 1971); expropriação de armas de quartel da Aeronáutica, em Boa Viagem (20 de março de 1973); expropriação da Padaria Rosarinho, em bairro de mesmo nome (4 de agosto de 1973). Destacou-se, entre essas, como a ação armada de maior envergadura da organização (incluindo sua atuação em outros estados) a expropriação de armas do quartel da base da Aeronáutica, em Recife. Essa ação foi realizada pelos militantes com uso de disfarces militares daquela corporação — artifício utilizado para render os soldados e expropriar-lhes as armas. Estiveram à frente da ação Manoel Lisboa de Moura e José Emilson Ribeiro da Silva, ambos do Comitê Central do Partido naquele momento. O PCR, semelhantemente ao PCBR, também defendia, em seus documentos, a integração e a complementaridade entre a luta armada e a luta de massas, tendo a primeira a principalidade, como podemos ler em seu *Programa*:⁴³⁷

⁴³⁶ INTRODUÇÃO, à Carta de 12 Pontos aos Comunistas Revolucionários. PCR. Fevereiro/1968. Proc. 64/68. BNM 251. Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

⁴³⁷ PCR. **Programa**. fev./1968.

Em primeiro lugar, o princípio básico de nosso Programa é aquele que determina que somente através de uma guerra popular e prolongada solucionará a contradição principal da sociedade brasileira. Isto quer dizer que somente adotando a luta armada como forma principal de luta é que a ditadura será derrubada. Isto não quer dizer que o proletariado e sua vanguarda desprezem outras formas não-principais de luta. Ao contrário, o proletariado e sua vanguarda, desenvolvem sua política de massas a partir de formas secundárias de luta, esgotam-se pela sua utilização ao máximo, para depois encaminhar os elementos mais consequentes das lutas de massas para sua forma principal de luta: a guerra popular. Em segundo lugar, a aplicação desse Programa, a garantia de que todos os seus pontos serão levados à prática repousa no fato de que existam as forças armadas populares. Isto quer dizer que, em decorrência da forma principal de luta ser a guerra, a forma principal de organização das massas, o seu tipo superior de organização deve ser o exército popular. É ele, são as forças armadas populares, que vão garantir aplicação prática da política que o proletariado e sua vanguarda formularam para a atual etapa da revolução brasileira. (...) Nossa luta é por um regime DEMOCRÁTICO, POPULAR E ANTI-IMPERIALISTA que será conquistado pela derrubada da ditadura militar instalada em nossa Pátria a 1º de abril de 1964, utilizando todas as formas de luta e como forma principal a luta armada.

O PCR poderia ser considerado, caracteristicamente, *massista*,⁴³⁸ como eram classificadas, à época, as organizações armadas que privilegiavam o trabalho político de formação dos trabalhadores em detrimento das ações armadas mais agressivas. Era alta a concentração das atividades, em agitação e propaganda, com retaguarda armada.

Mesmo tendo sido fundado em 1966, o PCR iniciou sua atuação urbana mais intensamente em 1968; antes daí, não se registram ações armadas, à exceção de treinamentos militares, levados a efeito no Sítio Borboleta, município de Água Preta, Pernambuco. Essa propriedade havia sido arrendada com fundos da organização, e era coordenada por Amaro Luís de Carvalho, o Capivara ou Palmeira (seus nomes de guerra), um dos fundadores do PCR. Mas mesmo essa modalidade de ação foi interrompida com a descoberta do local e prisão dos seus membros, em novembro de 1969.

Quanto a essa característica de busca do apoio e desenvolvimento do movimento de massas, o PCR concentrava-se, sobretudo, no meio estudantil, único setor do grupamento que funcionava em todos os estados onde atuou durante a ditadura. Em Pernambuco, além do setor estudantil, liderado por Valmir Costa, foi desenvolvido um trabalho mais intenso no movimento operário, coordenado por José Emilson Ribeiro da Silva. Esse trabalho consistiu em estabelecer contatos com operariado de fábricas, para conhecer suas principais reivindicações, e, a partir daí, elaborar material gráfico sobre suas pautas, ensejando sempre a necessidade de organização da classe trabalhadora, apontando o favorecimento dos patrões e a

⁴³⁸Essa tensão entre o foco nas atividades de massas ou militares foi colocada em questão, com grande ênfase, por Emilson, ao dizer que era pauta das reuniões de coordenação do PCR. A realização de ações armadas, segundo ele, era normalmente rechaçada por outros membros dirigentes do partido, salvo seu dirigente máximo, Manoel Lisboa.

opressão do trabalhador, por parte da ditadura, e a luta armada como caminho para a libertação da exploração, em união com os camponeses e por meio da guerrilha rural.⁴³⁹

Essas questões eram tratadas em panfletos (os quais, depois, converteram-se em um jornal) elaborados por Emilson e de outros militantes. Depois de impressos, eram distribuídos clandestinamente dentro das fábricas, com a ajuda de alguns operários e algumas operárias, ou, quando não era possível a distribuição interna, realizava-se antes do início da jornada de trabalho. Segundo ele, dava-se da seguinte maneira:

Eu tinha uma máquina de escrever em casa. Eu datilografava e entregava para Lisboa. Os primeiros panfletos como eu não tinha experiência com trabalho operário, porque minha experiência era no Movimento Estudantil aqui em João Pessoa. Me lembro que eu fiz um panfleto e entreguei para Lisboa e disse para ele: - Lisboa, já que vocês sempre foram um partido tradicional, eu queria que você visse isso aqui porque eu não tenho experiência com trabalho operário, mas eu sinto necessidade para debater, para melhorar a qualidade ideológica dos companheiros. Lembro de uma atitude muito honesta de Lisboa, que eu jamais esquecerei. Lisboa pegou o dedo indicador e o polegar, encostando na ponta do dedo indicador e dizendo: - Companheiro, se nós tivéssemos um, unzinho operário dentro do meu partido eu poderia ter a ousadia de te dizer que nós éramos um partido operário. Mas unzinho nós não temos. A experiência está vindo com você agora, o que nós temos é um trabalho camponês e estudantil. Operário nenhum. Mas eu não vou modificar nada desse panfleto, eu acho que está tudo de acordo, apesar de você me autorizar a mudar, botar vírgula onde quiser, mas não vou mexer em nada e fez o panfleto e esse panfleto foi espalhado com os companheiros. Esse era um panfleto mais formativo, enquanto que a maioria dos panfletos era concitando os companheiros.⁴⁴⁰

Semelhantemente a outros grupamentos, o PCR desenvolveu um trabalho político de aproximação a operários de algumas das fábricas, com a utilização de panfletos abordando questões mais imediatas e particulares dos trabalhadores e trabalhadoras das fábricas onde eram distribuídos, objetivando incitar uma rebeldia por parte deles e delas contra as injustiças praticadas pelos patrões e pela ditadura, motivando-os ao protesto e, quando necessário, à sabotagem da produção para alcance de suas reivindicações.

⁴³⁹ Sobre esse trabalho, relata José Emilson: “Eu estimulava o cara que estava clandestino a fazer amizade para conhecer um cara e ele apresentava outro colega de trabalho. Havia uma diáspora muito frequente no setor operário. Estava trabalhando com alguém da Fábrica Alimonda, daqui a pouco ele entrava em outra fábrica, isso facilitava por um lado grandemente. Porque essa cara já estava em contato com você, discutindo sobre bombas-panfleto, sobre como é a luta e revolução, que não adianta esse negócio de reuniãozinha, pois isso é somente para nós irmos nos preparando, porque o que vai resolver mesmo é o pó-furado, quando tivermos condições de nos arregimentar em grupos e tomar posições, lógico, que cada grupo, vai ter determinadas funções, e a minha função era preparar. A minha preocupação maior com os operários era criar uma empatia com a luta armada, sempre colocar para eles que essa questão de participar de sindicatos, fazermos um panfleto, não seria eterno, pois isso não leva a tomar o poder, isso só levar à preparação de massas, o que vai fazer com que tomemos o poder é quando tivermos um grande apoio de massas e vocês, trabalhadores, terem um poder de organização, através de partido, maior do que de sindicato. O restante tudo é preparação. Então, minha função era criar uma empatia entre os trabalhadores com quem nós contávamos e eles e a luta armada.” Em depoimento ao autor (7 jun. 2019).

⁴⁴⁰JERS. Depoimento concedido ao autor em 5 de junho de 2019. Mesma informação foi fornecida à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, em seu depoimento, em 13 de dezembro de 2012.

Como base na documentação carreada nos processos judiciais e prontuários policiais, bem como por indicação de informações concedidas em depoimentos, podemos afirmar que os bairros da cidade do Recife em que o PCR chegou a desenvolver trabalho político de panfletagem e alguma articulação foram: Areias, Jardim São Paulo, Afogados, Macaxeira, Ibura, Rosarinho, Dois Carneiros, Totó, Mustardinha. Quanto às fábricas, pudemos apurar as seguintes: Brasilit, Fábrica da Macaxeira, Profertil, Microlite, Açonorte e Fábrica da Torre.

Como era de se esperar, ao perceberem a circulação do “material subversivo”, os patrões proibiam a entrada dos panfletos e jornais nas fábricas, além de os órgãos de repressão adotarem mais abertamente a política de infiltração de agentes, até mesmo do exército, nas fábricas, para localizar os autores do “material subversivo”. Tais agentes eram infiltrados sob o argumento de que “eram pessoas que estavam querendo adquirir uma profissão para seguir depois que saísse, depois que deixasse de ser recruta”.⁴⁴¹ Diante das crescentes dificuldades e dos riscos para fazer circular o material gráfico do partido, foi criado um mecanismo de fácil difusão e com menores riscos de flagrante para quem o pusesse: as bombas panfletárias.

[...] por exemplo, na Alimonda Irmãos, os companheiros entravam com uns panfletos, amarrados, enrolados por trás da camisa. Então eles levavam os panfletos amarrados assim, faziam um canudo e pendurado nas costas numa etiquetazinha que tinha da camisa ou então dentro das bolsas. Levava escondido e distribuíam na fábrica. Quando chegava a uma quantidade boa eles distribuía lá dentro, jogavam em locais onde... quando os operários chegassem de manhã encontrassem, e ficou conhecido como o jornalzinho dos operários, era esse o termo que eles usavam, mas chegou um ponto que essa prática ficou impossível, porque os operários começavam a ser revistados na entrada. Aí foi quando eu criei um processo de espalhar panfleto a partir de bombas panfletárias. Essas bombas eram bombas que não ofendiam as pessoas que estivessem por perto, porque a explosão delas era canalizada para o alto, porque era um tubo forte feito por nós mesmos, de papel, nessa época não existia plástico e os supermercados usavam sacos de papel e teve uma época que os sacos tinham uma parte muito vulnerável que era o fundo do saco. Quando enchia o saco de mercadorias, quando levantava, às vezes as mercadorias ficavam e o saco subia. E eles jogavam dentro de um caixote. Um caixote não, um caixão. Havia na porta dos supermercados um caixão grande onde eles jogavam esses papéis e nós recolhíamos esses papéis que eram papéis fortes e fazíamos com eles. Colávamos um no outro num invólucro tendo por base uma lata de Neston e ficava aquele negócio tão seguro. Depois que a goma secava, que parecia, quando você tocava com as costas da mão, parecia que era um capacete, e a força da bomba era toda para cima e não nas laterais. Eu levava para dentro das matas os companheiros do PCR e instruía-os como funcionar. E era só usar material normal, era tudo artesanal. Pegava bomba de São João que servia para impulsionar os panfletos, que subia 6 metros e caía em forma de guarda-chuva e geralmente debaixo de uma gritaria dos operários dizendo: - Olha nosso jornalzinho. Chegou! E eles entravam com o jornalzinho legalmente na fábrica, porque a gente explodia a bomba exatamente no momento que eles iam entrar na fábrica, quando eles davam o apito para os operários entrarem, nós explodíamos a bomba.⁴⁴²

⁴⁴¹JERS. Depoimento concedido ao autor em 5 de junho de 2019.

⁴⁴²JERS. Depoimento concedido ao autor em 5 de junho de 2019.

Numa primeira fase de sua atuação em Pernambuco, o PCR concentrou seus maiores esforços na Zona da Mata Sul, agreste do estado, tanto como área de recrutamento de militantes quanto para desenvolvimento de suas ações. Podemos explicar isso em parte como reflexo da linha política defendida pela organização, na qual se faz a leitura de que a região Nordeste importava do Sul do país — onde estariam os grandes grupos econômicos, “notadamente os da alta burguesia nacional e do imperialismo norte-americano” — a quase totalidade dos produtos manufaturados que consumia. Em contrapartida, com sua população de mais 20 milhões de habitantes, era a fornecedora de matérias-primas para aquela região e para o exterior, por isso, seria a região mais explorada, e seu desenvolvimento se configuraria como um golpe para esses grupos econômicos citados. Todavia é mais à frente (ainda que no mesmo ponto) que se elucida a questão, já que a principal atividade econômica do Nordeste seria “[...] a deficitária indústria do açúcar, cujos prejuízos descarregam sobre a imensa massa de assalariados agrícolas que exploram”, levada a cabo por “uma classe dominante de latifundiários e usineiros”.⁴⁴³

Então, seria natural a escolha a Zona da Mata Sul como eixo central, dada essa constatação e sua histórica tradição, inclusive no pré-golpe, de lutas sociais (via sindicatos e ligas) e tensões contra os patrões e o Estado, na luta pela terra. Seria, pois, conforme sua análise, o território de manifestação da contradição mais aguda entre o imperialismo norte-americano e o povo brasileiro.

Para além dessa inclusão no quadro programático da organização, há também o fato (que ilumina os porquês da escolha) de ambos, Ricardo Zarattini e Amaro Carvalho, atuarem politicamente na localidade antes da fundação do partido. Zarattini, no pós-64. Já Amaro, natural do município de Joaquim Nabuco, de origem camponesa, tinha uma trajetória mais longa e íntima de atuação política naquela zona, tendo militado no PCB, nas Ligas Camponesas e no PCdoB, enquanto morava na região, com períodos de migração para o sudeste do país.

Foi na condição de militante das Ligas Camponesas que conheceu Cuba, em 1961, e, em 1965, foi à China, enviado pelo PCdoB. Vale destacar que ele também integrou o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), grupamento das Ligas Camponesas que buscou deflagrar, na segunda metade de 1962, um processo de guerrilha rural no Brasil. Amaro foi designado, por Clodomir Moraes, como um dos coordenadores do grupo instalado em Dianópolis, interior de Goiás. O plano, que tinha o apoio cubano, foi descoberto e

⁴⁴³PCR. **Carta dos 12 pontos aos comunistas revolucionários**. maio/1966.

reprimido pelo exército, mas seus integrantes, que lá se encontravam, conseguiram escapar, a exceção de Gilvan Rocha.⁴⁴⁴

O PCR no início de sua atuação desenvolvia-se a partir de uma base em Maceió, com a “fachada legal” garantida por um amigo de Zarattini, de que eram vendedores de carros de mão de uma empresa, a Etoile (Engenharia de Transportes para América Latina), e sob os nomes de guerra de Rivaldo Mercadante Filho (Zarattini) e Antônio Nunes Capivara (Amaro), desenvolveram suas atividades políticas. Entretanto, tiveram de se mudar, devido a pressões do patrulhamento e perseguição dos proprietários rurais e sua capangagem, além do aparelho repressivo do Estado, acionado pelos primeiros, ou representantes de seus interesses — ou mesmo por outros agentes sociais, que se irmanavam no sentimento de anticomunismo ou ainda pessoas que visualizavam outras vantagens na delação das atividades do grupo.

Foram obrigados a se deslocar várias vezes, a fim de evitar ou de fugir da repressão, tendo assentado base em: povoado Barra de Santo Antônio (AL); Caruaru (PE); Garanhuns (PE); e Campina Grande (PB).⁴⁴⁵ Participaram das mobilizações por cobranças salariais e melhores condições de trabalho dos sindicatos das áreas, contando com o auxílio mais ativo de quatro outros militantes: Severino Arruda (Cara de Bexiga), Severino Antônio Barbosa (Bode ou Catolé), Manoel Aleixo (Ventania) e Amaro Felix Pereira (Procópio).

Inclua-se, nesse panorama, o fato importante de que, em meados de 1968, o PCR havia arrendado o Sítio Borboleta, em terras do Engenho Constituinte. O local serviria de base para articulação e treinamentos militares da organização. Em agosto de 1969, Capivara vai residir no local, com sua companheira, Maria das Dores; e chegaria, logo depois, o estudante potiguar e integrante do partido no Rio Grande do Norte, Nuremberg Borja de Brito. Em 22 de novembro desse ano, o local é descoberto e foram presos os três.⁴⁴⁶ Nos dias subsequentes, também foram presas as outras lideranças do setor do campo e recolhidas à Casa de Detenção do Recife.

Capivara foi assassinado (em 22 de agosto de 1971) em uma ação específica dos órgãos de repressão de eliminação do quadro dirigente do PCR, às vésperas de sua saída da unidade prisional pelo cumprimento integral da pena.⁴⁴⁷ Procópio e Ventania, que, negros, haviam sentido desde a tenra infância o peso da exploração de classe e do preconceitos racial,

⁴⁴⁴ ROCHA, Gilvan. **Meio século de caminhada socialista**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008. p. 56 *et seq.*

⁴⁴⁵ DEL ROIO, José Luiz. **Zarattini: a paixão revolucionária**. São Paulo: Ícone, 2006. p. 51 *et seq.*

⁴⁴⁶ PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. **Relatório final**. Recife: CEPE, 2017. p. 311 *et seq.* v. I.

⁴⁴⁷ *Ibid.*, p. 322.

tiveram o mesmo destino. A eliminação física servia para silenciarem sua voz e soçobrar a ameaça que eles significaram para as elites locais e para a ditadura.

O primeiro (Amaro Félix Pereira),

[...] após ser liberado da Casa de Detenção do Recife, foi conduzido por agentes do estado (policiais) e entregue a funcionários da área de segurança da Usina Central Barreiros (milícias privadas/jagunços) e por estes foi massacrado. Era antigo empregado da Usina e “ousara” confrontá-la mediante reclamação trabalhista quando de sua demissão. Além disso, sua atuação na mobilização dos trabalhadores rurais para defesa de seus direitos, também o colocava em confronto com os proprietários da agroindústria.⁴⁴⁸

Aclare-se que:

[...] as ações privadas, através de milícias e jagunços de proprietários, contra os trabalhadores que se colocassem em conflito com os interesses dos patrões, eram regra, situação sistemática na área rural da mata sul e norte do estado de Pernambuco; bem como o acobertamento das ações por agentes e estruturas do próprio Estado. Por fim, relatos existem de que o corpo de Amaro Félix Pereira teria sido jogado na caldeira da Usina Central Barreiros ou atirado nas águas do rio Una.⁴⁴⁹

No caso de Manoel Aleixo: libertado no fim de 1970, e tendo retornado ao trabalho partidário, foi novamente

[...] preso em 28 de agosto de 1973, na sua residência em Joaquim Nabuco. No dia seguinte, 29, foi assassinado por agentes da repressão, que relataram as circunstâncias da sua morte, eivadas de contradições.⁴⁵⁰

Nos anos de 1967 e — sobretudo — 1968, o trabalho no campo, desenvolvido pelo PCR, trouxe maiores resultados. Sua linha de atuação concentrava-se, além e complementarmente, ao recrutamento para a organização e politização dos camponeses nos engenhos e usinas, com treinamentos de tiro e queimas de canaviais. Buscavam desenvolver interferência nos sindicatos rurais, com vistas à sua radicalização, que levaria ao caminho da luta armada.

A maioria dos sindicatos havia sido duramente reprimida após o golpe e estava sob intervenção da ditadura, e sua representação (como dirigente ou não) contava com uma intervenção direta, apesar da ameaça latente. Estavam seguindo a tendência reformista

⁴⁴⁸ *Ibid.*, p. 316.

⁴⁴⁹ *Ibid.*

⁴⁵⁰ *Ibid.*, p. 327.

apregoadada pelos padres Melo e Crespo, filiados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), que adotava, naquele momento, essa perspectiva.⁴⁵¹

Em Maceió, contataram o estudante de medicina Manoel Lisboa de Moura (que assumiria o nome de guerra Miguel), natural daquela capital e ex-militante do PCB e do PCdoB. Lisboa juntou-se a Amaro e Ricardo na fundação do PCR, e foi o principal articulador do recrutamento nos meios urbanos, destacadamente no movimento estudantil, o qual contava também com as lideranças de Valmir Costa, no Recife, e Emanuel Bezerra, em Natal. Ambos estavam integrados ao ME de suas regiões, compondo Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes (o primeiro, na Universidade Federal Rural de Pernambuco; o segundo, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, depois de destacada participação no movimento estudantil secundarista).

Em Pernambuco, o PCR constituiu-se como uma força política importante no movimento estudantil, disputando a hegemonia com as outras duas principais forças, o PCBR e a AP. Essa disputa das três organizações de esquerda ficou plasmada na eleição para a diretoria da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), em que se apresentaram como candidatos: Cândido Pinto de Melo (PCBR) – Escola de Engenharia de Pernambuco; Umberto Albuquerque Câmara Neto (AP)⁴⁵² – Faculdade de Medicina da UFP; e Valmir Costa – curso de Veterinária da UFRP, pelo PCR. No entanto, Valmir retirou sua candidatura no dia anterior ao pleito, em 30 de outubro de 1968. Cândido sagrou-se o vencedor da disputa. Foi nesse quadro que Ricardo Zarattini foi preso, com Edinaldo Miranda, no Edifício Jamaica, em Boa Viagem. Nesse 1968, Zarattini já estava se afastando de algumas posições centrais do PCR, devido a sua aproximação com a linha de outras organizações, especialmente a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

O PCR retomou, anos depois, a participação no movimento estudantil de Pernambuco — após o ano de 1973, quando a quase totalidade das lideranças do grupamento foi presa, assassinada ou passou a constar como desaparecida política. A retomada do ME teve foco na capital pernambucana, e, especialmente em fins da década de 1970, foi um dos grupamentos que contribuíram na reestruturação do ME neste estado. Também houve, entre abril e maio de 1978, outra onda de prisões de seus militantes remanescentes, acusados de tentarem rearticular o partido.

⁴⁵¹ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Revisitando o campo**: lutas, organização, contradições - Pernambuco - 1962–1987. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Doutorado em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2003. p. 98 *et seq.*

⁴⁵²Umberto, em 1969, foi eleito vice-presidente da UNE. Foi um dos articuladores, juntamente a Paulo Wright e Honestino Guimarães, da formação da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Preso no Rio de Janeiro, em 8 de outubro de 1973, desapareceu aos 26 anos de idade. Seu nome consta na lista dos desaparecidos políticos.

Entre as prisões, ocorreu a de Selma Bandeira, membro do Comitê Central desde os primeiros anos do partido e companheira de Manoel Lisboa, além das de Valmir Costa, Edilson Freire Maciel, Maria Aparecida Santos, Leci Alves de Moura e Edival Nunes da Silva, o Cajá. Porém, nesse momento, o PCR já não defendia mais o caminho das armadas para a revolução brasileira, o que não o livrou, evidentemente, de ter suas lideranças presas. Dentre elas, destaca-se Cajá, figura do PCR vinculada a Dom Helder, em torno da qual se organizaram greves estudantis e grande mobilização da categoria pela cobrança de sua liberdade, que significava, ao mesmo tempo, cobrança pela liberdade e abaixo à ditadura no sentido mais geral.

É um momento de rearticulação das mobilizações nacionais, incluindo as da classe trabalhadora. Na luta pela liberdade dos presos políticos e pelo retorno das pessoas exiladas, vale destacar, além das greves de fome, em Pernambuco e nacionais, e pressões as mais diversas, internacionalmente articuladas, pelas pessoas exiladas, o corajoso Movimento Feminino pela Anistia. Também ocorreram a rearticulação, em bases renovadas, do sindicalismo e de outros movimentos, os quais trouxeram a questão indenitária com uma força mais contundente em suas pautas. Todos esses movimentos estão, de alguma ou de várias formas, interligados e compõem um mesmo ciclo. Nacionalmente, são ares de quando novos personagens entraram em cena.⁴⁵³

⁴⁵³ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Estudantes exigem libertação de Cajá

Ao completar 4 meses, hoje, da prisão do estudante Edval Nunes da Silva, "Cajá", os Diretórios Centrais dos Estudantes das Universidades Federal e Rural de Pernambuco e do Movimento Feminino pela Anistia, vão realizar, às 20 horas, em frente ao Diretório Central, na Rua do Hospício, um Ato Público, dentro das manifestações que ora se realizam em todo o Brasil pelo Dia Nacional pela Libertação de "Cajá".

O Ato Público contará com o apoio da Ação Católica Operária, Centro de Estudos e Ação Social e Pastoral de Juventude da Arquidiocese de Olinda e Recife, através de seu Departamento de Pastoral Universitária, além de outras entidades. Na ocasião, será distribuído aos presentes um Caderno — "Perseguidos por causa da Justiça".

A apresentação do Caderno foi escrita pelo Arcebispo Dom Hélder Câmara, tendo sido publicado pela Pastoral de Juventude e pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife. Tanto o caderno quanto o Ato Público não se restringem

exclusivamente ao caso "Cajá", mas a "toda e qualquer pessoa perseguida pela Justiça".

Inicialmente, o Caderno faz referência à "Igreja de Olinda e Recife no Meio dos conflitos", onde menciona as atividades e funções da Arquidiocese. Em seguida, prossegue nas suas revelações sobre o estudante, divulgando, inclusive, notas sobre o caso publicadas anteriormente pelas várias entidades e autoridades que se interessaram e lutaram pela libertação de "Cajá".

"A situação atual de Cajá", é um dos tópicos mencionados no Caderno a ser distribuído, mostrando todas as implicações jurídicas e políticas de caso, além de "Por que Cajá está preso, Quem é Cajá, Os Fatos, Resistência dos Primeiros Cristãos", onde são mencionados trechos bíblicos que se assemelham à situação de Edval.

"Resistindo Hoje com Cajá" — poesia elaborada por um dos membros da Arquidiocese, dedicada ao estudante, também faz parte do conteúdo do Caderno.

Arquidiocese permanece confiando em Cajá

O arcebispo Dom Hélder Câmara, após reunião, ontem com a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, distribuiu a seguinte nota:

"No dia em que se completam quatro meses da prisão de Cajá, a Arquidiocese de Olinda e Recife:

— Vem, de público, reafirmar sua plena confiança nele, convicta, inclusive, de que seu depoimento lúcido, firme, corajoso, há de ter causado a melhor impressão em todas as pessoas que, desapaixonadamente, examinaram suas declarações perante a Justiça;

— Sem quebrar de respeito para com o Poder Judiciário, vem estranhar que seja mantido sem liberdade durante o

juízo (o que deve ser exceção em todo o País) um preso primário, com endereço e local de trabalho conhecidos, membro da Pontifícia Comissão Justiça e Paz e da Pastoral da Juventude de nossa Arquidiocese;

— Ousa esperar que, sem demora, esta injustiça seja sanada, tal a fragilidade das sucessivas montagens que foram tentadas para envolver Cajá em articulações de toda alheias às suas efetivas atividades;

— Seria triste que tivéssemos de aguardar a chegada do processo ao Superior Tribunal Militar para mais uma vez vermos absolvido quem nada deve à Justiça".

Capitais têm hoje vigílias por "Cajá"

Um ato público promovido por entidades estudantis, setor jovem do MDB, operários e religiosos, às 20h de hoje, no Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, e o lançamento do livreto "Perseguidos por causa da Justiça", pela Arquidiocese de Olinda e Recife, marcarão em Pernambuco o "Dia Nacional pela Libertação de Cajá".

A promoção será em termos nacionais, segundo deliberação da Pastoral Universitária em sua última reunião, que solicitou a participação de todas as Dioceses e Arquidioceses brasileiras, "cada uma promovendo a manifestação de acordo com sua possibilidade e conveniência".

Para São Paulo, está prevista uma Vigília de Oração pela liberdade de "Cajá", dentro de uma Semana dos Direitos Humanos, promovida pela Pastoral Universitária da Arquidiocese.

O Dia Nacional pela Libertação de Cajá foi uma decisão tomada depois que o Conselho Permanente de Justiça do Exército, reunido em sessão secreta na terça-feira última, decidiu deixar o estudante de Sociologia Edval Nunes da Silva — Cajá — preso por força de prisão preventiva decretada pela Auditoria da Sétima Circunscrição Judiciária Militar.

Hipotecaram solidariedade ao ato de protesto os diretórios centrais das Universidades Federal e Federal Rural de Pernambuco, a Pastoral da Juventude de Olinda e Recife, a Ação Católica Operária e Movimento Feminino pela Anistia.

Em São Paulo, o programa de quarta-feira prevê uma mesa-redonda às 20h 30m, no Tuquinha, com o tema "Os Direitos Humanos: Uma Abordagem Histórica". Participarão da mesa o professor Fábio Comparato, o padre Benedito Ferrero, o vice-reitor da PUC, padre Edênio Valle, e o sr. Candido Procópio Ferreira. (Pág. 3, do cad. D).

Vale resumir que, durante sua atuação como organização da esquerda armada (1966–1973), o PCR concentrou um conjunto de denúncias, por parte da repressão, que dão conta, em linhas gerais, de seu *modus operandi*, ainda que inscritas no dialeto e no enquadramento policial. Entre as atividades que desenvolveu constam: campanhas pelo voto nulo, em 1970; panfletagens; realização de reuniões; leitura pública de documentos; atuação no movimento estudantil; atuação em organizações de jovens; ações armadas de propaganda; montagem e manutenção de aparelhos; guarda de material, escrito e gráfico, de conteúdo subversivo; confecção e guarda de armamentos e explosivos e porte de armas; resistência à prisão; treinamento de guerrilhas, na China ou em Cuba; aliciamento de camponeses; promoção de cursos com fins subversivos; incêndio de canaviais; atuação no movimento sindical rural; ligações com operários; distribuição de textos de organizações subversivas. Subdivididas nos vários processos de que foi alvo, essas são as acusações gerais.

Afora o desenvolvimento de ações armadas, que se congregaram mormente em Pernambuco, as denúncias realizadas em outros estados também eram atividades desenvolvidas como prática geral. No processo 66/73, atinente às atividades na Paraíba, vê-se:

[...] desde as vésperas das eleições do ano próximo passado até o dia 25 de maio do mesmo ano, vinham desenvolvendo atividades subversivas atentatórias à segurança nacional, na cidade de João Pessoa, através da distribuição de panfletos e boletins, em diversos bairros daquela cidade, inclusive com a colocação de bombas carregadas de panfletos nas proximidades dos pontos de ônibus nas horas de maior movimento.⁴⁵⁴

Em processo referente ao PCR em Natal, os militantes são indiciados à conta de:

[...] realização de reuniões; pichamento pelo voto nulo em ruas do centro de Natal-RN; panfletagens no dia de finados, pela campanha do Voto Nulo em bairros da cidade, colagem de selos – em carros, muros, bancos, cinemas, lojas, etc.; com dizeres contrários aos festejos de Independência do Brasil.⁴⁵⁵

Em outro, também do estado do Rio Grande do Norte, vemos a repetição do repertório geral, pela realização de reuniões subversivas e pela promoção do incêndio na Casa do Maine, em 17 de janeiro de 1972,

⁴⁵⁴Denúncia da Procuradoria da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar. Recife, 14 de janeiro de 1974. Proc. 66/73, BNM 434, fls. 5 *et seq.* Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais. Foram denunciados: Francisco de Assis da Cunha Metrí, Alberto Nunes de Oliveira e Anísio Soares Maia.

⁴⁵⁵Proc. 60/72, 7ª CJM, fls. 6 *et seq.* Foram denunciados: João Damasceno de Lima Neto, Francisco Ferreira Dantas, Jurandir Bezerra de Oliveira e Lidia Dantas.

[...] no bairro do Alecrim, com o objetivo de incompatibilizar os trabalhadores da Confecção Guararapes com as autoridades constituídas. o incêndio foi ateadado e não chegando a se consumir pela pronta intervenção da Guarnição de Bombeiros de Natal.

Também, ainda, por atos de

[...] distribuição de panfletos pela cidade de Natal. Em meados de 1971, no bairro Alecrim, distribuiu panfletos que atacavam o PIS (Plano de Integração Social). Dia de Finados, distribuíram panfletos que atacavam o Governo. Em dezembro de 1971, distribuíram panfletos que atacavam a taxa d'água. Em janeiro do corrente ano, distribuíram panfletos por ocasião do incêndio da Casa do Maine, panfletos que atacavam os norte-americanos.⁴⁵⁶

3.7 Ação Libertadora Nacional (ALN)

Diferentemente do que ocorreu em estados do Centro-Sul do Brasil, no Nordeste, a ALN não realizou muitas ações de grande vulto, se comparadas com o numerário e a intensidade verificados naquela região, que ocupava maior papel estratégico, em uma primeira fase, conforme teorizado pelo próprio Carlos Marighella. Essa era a fase na qual o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais deveriam desempenhar maior protagonismo.

A atuação da ALN em Pernambuco pode ser dividida, para fins didáticos, em dois momentos: um que vai da segunda metade de 1968 ao primeiro trimestre de 1970, quando há um conjunto de prisões e há um intervalo em sua atuação no estado; e a outra, da segunda metade de 1970 a janeiro de 1972, quando já havia outros quadros militantes em atividade. Nesse sentido, podemos dizer que existiram duas turmas da ALN, separadas por esse marco temporal.

Essa primeira turma da ALN, da qual participou Dulce Chaves Pandolfi,⁴⁵⁷ promoveu algumas expropriações de veículos, armas de vigilantes e estabelecimentos de menor porte,

⁴⁵⁶ Denúncia da Procuradoria da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar. Procurador Militar Othon Fialho de Oliveira, Recife, 8 de junho de 1972. Proc. 59/72, BNM 590, fls. 4-5. Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais. Foram denunciados: Edmilson Freire Macial, Raul, Chico e Nilo, “estão assim denunciados pelos codinomes”, em decorrência de não haverem, até aquele momento reconhecido quem eram esses militantes.

⁴⁵⁷ “Em 1968, um ano marcado por muitas paixões e fortes embates políticos e ideológicos, eu, cursando o segundo ano de Ciências Sociais, fui eleita secretária geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, DCE, entidade que congregava todos os estudantes daquela universidade. Naquele ano o movimento estudantil explodiu por toda parte. No Brasil, depois da famosa Passeata dos Cem Mil, realizada aqui no Rio de Janeiro e que tentamos replicar nas diversas capitais do país, o ano terminou com a decretação do Ato Institucional n. 5. A partir daí, as prisões, as mortes e as torturas, iniciadas em 1964, aumentaram.” (Depoimento de Dulce Pandolfi à Comissão da Verdade, do Rio, em 28 de

ocorridas a partir de meados de 1969. A ação de maior dimensão desse ciclo foi realizada já com o acréscimo dos militantes egressos do PCBR, trata-se da expropriação do Banco Financeiro da Agência de Cavaleiro, no município de Jabotão dos Guararapes, levada a cabo em 19 de dezembro de 1969.

As ações rastreadas pela polícia em 1968, já que, em muitas ações, não havia identificação de autoria, são: expropriações de veículos, promovidas em meados do ano; expropriações de armas, dias 12 e 13 de novembro de 1969; no caso das expropriações de pequenos estabelecimentos, farmácia e postos de combustíveis, concentraram-se em fins de 1969 e primeiros meses de 1970 (mesmo essas ações menores terão grandes implicações nas denúncias feitas em 1970 contra a organização); no processo 38/70, que se refere à expropriação de armas de dois vigias, em 12 e 13 de novembro de 1969, “atos de terror”, no dizer do procurador militar Francisco de Paula Acioly Filho, e que tiveram

[...] o fito principal de armá-los, prepará-los, adextra-los (*sic*) na prática da violência, do ilícito penal, da permanência da intranquilidade social, visando a determinação da derrubada do governo e instalação de um de caráter popular e revolucionário.⁴⁵⁸

Em outra denúncia, também contra os militantes que compuseram essa primeira turma da ALN, em Pernambuco, o procurador Othon Fialho de Oliveira,⁴⁵⁹ fez demonstrar sua irritação pelo fato de “os indiciados apontados pela Polícia Civil deste Estado, apesar da atividade repressora dos responsáveis pela segurança da área” continuarem

[...] persistindo no mesmo propósito de perturbar a ordem, inquietar o ambiente social, e a qualquer preço, implantar um organismo espúrio que alicie elementos, doutrine-os com o fim precípua de implantar no país uma República Popular Revolucionária, nem que para tanto, como é da linha partidária, tenham de lançar mão da luta armada que também praticam.

Fazendo coro, como era costumeiro e até protocolar, a uma suposta ameaça externa, diz ele que “essa gente ligada à ALN”, ainda não teriam querido “[...] entender que o ambiente nacional, pela sua formação, repele e combate com ardor, os que se batem pela

maio de 2013, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ). [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Nota%2073,%20199,%20205,%20242%20-%2000092_001463_2013_30%20-%20Dulce%20Chaves%20Pandolfi%20\(CEV-RJ\).pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Nota%2073,%20199,%20205,%20242%20-%2000092_001463_2013_30%20-%20Dulce%20Chaves%20Pandolfi%20(CEV-RJ).pdf).

⁴⁵⁸ Denúncia da Procuradoria da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar. Processo 38/70, BNM 228, fls. 37-39. Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

⁴⁵⁹ Denúncia da Procuradoria da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar. Processo 91/70, BNM 121, fls. 6-9. Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

implantação de sistema de governo que não seja o que foi escolhido desde o início da nacionalidade.” Convictos haveriam se agrupado e feito

[...] intenso, pertinaz e contínuo proselitismo, tinha em mira, como é da doutrina do partido, depois de julgar mais forte e organizada, partir para o que aspiram – o movimento armado para a derrubada do poder.

Enquadrados na Lei de Segurança Nacional por “recrutamento e organização da ALN”, são indiciados 13 militantes na organização, que, há não muito, havia se estruturado em Pernambuco.⁴⁶⁰ A quase totalidade era pernambucana, à exceção de Perly Cipriano (ES) e Ronaldo Dutra Machado (RJ), e havia composto, ou mesmo ainda compunha, o movimento estudantil do estado.

Em seu segundo ciclo, foram realizadas duas ações de maior monta pela ALN no estado de Pernambuco. Uma foi a ação que consistiu na expropriação da Companhia de Transporte Urbano (CTU),⁴⁶¹ no bairro do Derby, Recife. A outra ação foi na cidade de Bodocó, no sertão pernambucano, também foi uma expropriação, da coletoria estadual existente na cidade, mas também a “ocupação” das sedes de duas de suas instituições — mais especificamente, a prefeitura e a delegacia. Eventos situados em uma conjuntura de reestruturação da organização no estado, abalada após as quedas da sua “primeira turma” da ALN, ocorridas em 1970.⁴⁶² Todas as demais organizações não ultrapassaram a faixa do agreste do estado. Essas ações, segundo nos relatou José Calistrato, não tinham como objetivo precípuo arrecadar fundos, mas pôr em atividade os militantes, ansiosos por atividades de maior ação direta, preparatórias para o estágio mais avançado da guerrilha, que viria à frente.

Esse relato contrasta com o que encontramos no depoimento de Leonardo Mário Aguiar Barreto, que afirma:

⁴⁶⁰Foram indiciados nesse processo: Dulce Chaves Pandolfi; Edson Ezequiel de Souza; Edvaldo Marques de Souza; Francisco Vicente Ferreira; João Roberto Costa do Nascimento; Maria Tereza Lemos Vilaça; Mauricio Anísio Araújo; Perly Cipriano; Rholine Sonde Cavalcante Silva; Rildete Alves Rodrigues; Ronaldo Dutra Machado; Samuel Firmino de Oliveira; Zoé Lucas de Brito Filho.

⁴⁶¹Realizadas em 27 de agosto de e 22 de novembro de 1971, respectivamente.

⁴⁶²A ALN começa a se articular para fazer ações em Pernambuco a partir da segunda metade de 1969, ocasião da vinda de Ronaldo Dutra Machado, da Direção Nacional da ALN, com o objetivo de dar assistência aos militantes que pretendiam entrar para a organização em Recife e Fortaleza. Veio também com a tarefa, dada por Marighella, de reconhecimento de áreas estratégicas para desenvolvimento de guerrilha rural, “buscar os eixos de guerrilha no Nordeste”. Os presos nos meses de março e abril de 1970, além dos militantes já citados, egressos do PCBR (Rholine Sonde Cavalcante Silva, Luciano de Almeida, Mauricio Anísio de Araújo, Maria Tereza Lemos Vilaça, Samuel Firmino de Oliveira), foram: Ronaldo Dutra Machado (que foi libertado devido a seu nome constar na lista dos preços para libertação do embaixador da suíça), Perly Cipriano, José Francisco da Silva, Edson Ezequiel de Souza, José Pedro da Silva, Zoé Lucas de Brito, Grivaldo Tenório, Edvaldo Marques de Souza.

[...] assaltos são praticados no sentido de conseguir dinheiro para a manutenção da organização ALN, ou seja, compra de armas, viaturas, pagamento de débitos e assistência financeira a famílias de companheiros mortos ou presos; que a finalidade da organização era preparação da guerrilha urbana, daí para a guerrilha rural e a revolução para a tomada do poder e a implantação de um governo popular.⁴⁶³

Certamente, as informações foram arrancadas sob tortura de Leonardo, mas iremos reproduzir, a seguir, em razão de as informações contidas não se afastarem de uma configuração crível e provável, ainda que não verificável de todo. Mesmo assim, o material serve-nos para adentrar em alguns aspectos ordinários da execução das ações armadas e componentes da cotidianidade de alguns grupos armados e seus atores — mas, claro que sobreavizados do papel tirânico e inquisitorial dos torturadores e tudo que daí advém, em impacto de estrutura narrativo-linguística, bem como de teor.

Sobre a expropriação da Companhia de Transporte Urbano, para realizar a ação deslocaram-se, dia 21 de novembro, do interior de Pernambuco, os militantes Leonardo Mário de Aguiar Barreto, Ivanildo Sampaio Xavier e Francisco Peixoto de Carvalho, todos se hospedando no já citado Hotel da Praia. Ali descansaram. Na manhã seguinte foram a praia e passearam um pouco pelo centro da cidade. Algo para eles permitido, já que todos nenhum havia sido indiciado em processo ou tampouco estava sendo procurado pelos órgãos da repressão. Após o almoço, Francisco Carvalho teve de se ausentar em razão do surgimento de problemas burocráticos a resolver em sua cidade, Serra Talhada. Logo mais à tarde daquele domingo, saíram Leonardo e Ivanildo, já em companhia de José Sales de Oliveira, que havia chegado há pouco num volks vermelho da organização. O objetivo da saída naquele momento é o de reconhecer o local onde será realizada a expropriação, verificar mais precisamente a distância do percurso entre o escritório central da CTU e uma transversal da Av. Conselheiro Rosa e Silva, no bairro da Tamarineira. Já que seria naquele local onde deveria ficar o carro legal para a troca de veículos após a realização da ação. Feita a tarefa, retornaram os três ao Hotel para que pudessem jantar. Sendo deixados por José Sales que tomou outro destino. Alimentados seguiram com destino às imediações do Cemitério dos Ingleses, especificamente para a Praça Santo Amaro das Salinas, em Santo Amaro. Naquela praça encontraram com manteve contato com “Eduardo”⁴⁶⁴ (que tem onde encontraram José Sales e José Calixtrato, conversaram um pouco e ficou acertado que Ivanildo e Francisco ficariam naquele ponto para aguardarem a chegada de João Mendes de Araújo. Depois de reunidos deveriam seguir todos para a rua do Espinheiro, próximo do n.º 500, a fim de se juntarem a seus outros dois companheiros “Zequinha” (José Calixtrato) e “Eduardo” (José Sales); que assim êle depoente “Farias” e “Galego” foram até uma bodega na avenida Norte onde tomaram um aperitivo e ficaram assistindo televisão fazendo hora; que pouco tempo depois voltaram à mesma praça onde se encontraram com “Paulo” (João Mendes de Araújo) seguindo todos para o ponto da rua Espinheiro de ônibus; que naquele ponto minutos depois chegou “Zequinha” e “Eduardo” no carro volks vermelho da organização, tendo este discutido o plano do assalto, sendo até ameaçado de morte pelo “Eduardo” caso vacilasse novamente nas ordens recebidas; que assim “Farias”, e “Galego” foram mandados para a frente do prédio do escritório central da CTU, na rua 4 de outubro, enquanto êle depoente e “Paulo” ingressam no carro volks vermelho seguindo juntamente com “Eduardo”, “Galego”, digo, com “Eduardo” e “Zequinha” para

⁴⁶³ Depoimento de Leonardo Mário Aguiar Barreto. Processo 40/72 (BNM 352), fl. 56. Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

⁴⁶⁴ Arnaldo Cardoso da Rocha.

vários destinos com o fito de puxar um carro para a ação de assalto à CTU; que estiveram nas proximidades de Nova Descoberta onde “Eduardo” tomou um caldo de cana e êle depoente um aperitivo e, não vendo possibilidade de puxar um carro naquela área, seguiram destino a avenida Caxangá; que antes passaram pelo viaduto de Dois Irmãos, tendo “Eduardo” indicado a êle depoente o local onde deveria espera-los após a expropriação de um carro; que na avenida Caxangá, nas proximidades da Exposição de Animal, saltaram “Eduardo”, “Zequinha” e “Paulo”, enquanto ele depoente voltou ao viaduto a fim de espera-los com o carro que iriam puxar; que daí a uns vinte minutos surge os três no interior de um volks-táxi azul atlântico que já havia sido roubado de seu dono; pois, digo, que o depoente os seguiu tendo ambos os carros tomado o destino de Monteiro, Casa Amarela (onde provavelmente saltou “Paulo”) Avenida Rosa e Silva até a rua transversal local onde deveria ficar o carro legal, para a desova; Que alí foi passado pra o carro-taxi roubado as armas e a bagagem de “Farias” e “Galêgo”, uma vez que logo após o assalto ambos viajariam; que feito o transbordo do material acima deixaram o carro legal abandonado naquele local, que veio a saber depois ser a rua Capitão Sampaio Xavier; que assim rumaram êle depoente, “Eduardo”, e “Zequinha” para o local do assalto, lá se encontrando / com “Galêgo” e “Farias”; que o depoente estacionou numa rua que fica por trás do escritório central da CTU, alí permanecendo no aguardo de ordens do companheiro “Eduardo” que comandava a ação; que o assalto não foi processado logo tendo em vista o movimento de cobradores e pessoas outras inclusive um sorveteiro no prédio referido; que o depoente passou com o carro umas duas ou três vezes pelo local na tentativa a fazer o assalto; que finalmente mais ou menos as zero hora e trinta minutos; que esclarecendo melhor o depoente ao chegar com o carro no local do assalto deixou todos os seus ocupantes, seguindo com o mesmo para a parte posterior do escritório ficando alí no agaurda, digo, no aguardo de ordens para a fuga após a pratica do assalto; que aproximadamente as vinte e três horas recebeu ordens para encostar no prédio, o que fêz, porém de logo verificou que apesar dos seus companheiros terem entrado no prédio demonstrando do assim o início do assalto, o mesmo não iria se realizar naquele momento; que assim voltou a estacionar no mesmo local anterior; que nessa oportunidade o depoente veio a tomar conhecimento do perigo que estavam correndo, pois “Farias” chamou a atenção de “Eduardo” para o fato de estarem sendo observados pelo vigia ou pessoas da clínica ou laboratório que fica defronte ao escritório da CTU; que esclarecendo melhor essa clínica fica numa rua esquina do mesmo lado do escritório e justamente por onde o depoente passara para estacionar o carro; que após estacionar o carro o depoente veio a pé até a esquina, mantendo contato com “Eduar, digo, com “Farias” e “Galêgo” combinando com o mesmo sinal determinado por “Eduardo” a fim de encostar o carro para a fuga; que mais ou menos a meia noite e trinta , o depoente recebeu esse sinal, encostando o carro bem em frente ao portão do prédio; que nessa ocasião entra um cobrador sendo seguido pelo “Galego” que estava na missão de acompanhar / quem entrasse no prédio e não deixar mais sair, tendo nessa ocasião o depoente ouvido um ruído de vidro quebrado e logo a seguir outro ruído certificando-se assim que a ação já havia começado; que nesta oportunidade entra mais pessoas possivelmente cobradores que iam prestar contas do apurado do dia sendo todos rendidos e levados para os fundos do prédio / onde estava se processando a ação do assalto; que viu inclusive quando uma mulher gorda acompanhado de um menino entrou no prédio ficando deveras apreensivo, pois a ação já estava demorando e esta mulher poderia estragar tudo com alarmes e gritos, o que felizmente não ocorreu; que depois de algum tempo ingressa no carro apressadamente o “Zequinha”, depois “Galêgo” com um saco de pano branco completamente cheio de dinheiro e logo após “Farias”; que “Zequinha” estava com a sagrando informando ao depoente que não era nada de importância , tendo nessa ocasião recebido ordens para arrancar o que fêz porém logo parou, pois verificara que estava faltando o companheiro “Eduardo” que se demorava mais a fim de dar algumas explicações às pessoas assaltadas; que depois o mesmo ingressa no carro tendo o depoente arrancado em alta velocidade para a rua Capitão Sampaio Xavier, na Tamarineira local onde se encontrava abandonado o carro legal da desova; que naquele local é passado para o carro legal as ???, o produto do assalto e as bagagens a importância de hum mil cruzeiros para pagamento das despesas de hotel e

passagens, além de mais cem cruzeiros dado pelo “Zequinha” e para a compra de uma peruca; que o depoente apanhou um táxi na Rosa e Silva dando o destino de Afogados, tendo ali apanhado outro para o Hotel Praia, isto por medida de segurança; que os demais companheiros seguiram na fuga no carro legal, sendo abandonado na rua Capitão Sampaio Xavier o taxi roubado; que os seus companheiros fugaram para Campina Grande; que isto o depoente já sabia uma vez ter feito o reconhecimento do percurso a Campina Gan, digo do percurso até a saída da cidade pela Estrada de Aldeia até próximo a usina Massurepe, por locais onde / não existisse policiamento; que êsse reconhecimento o depoente fêz no sábado pela manhã juntamente com “Eduardo” e “Zequinha” por determinação deste último; que esclarece ainda que os cem cruzeiros acima foram dados pelo companheiro “Galego” e não “Zequinha” para compra de uma peruca de homem; que no entanto o depoente não comprou a peruca preferindo dar êsse dinheiro ao companheiro “Paulo” de vez que “Zequinha” tinha prometido e esquecido de mandar dinheiro para o mesmo; que no dia seguinte, segunda-feira, o depoente fêz algumas compras particulares, / regressando à tardinha para Salgueiro; que soube depois através de “Eduardo” que o assalto ao escritório da CTU havia rendido QUARENTA E OITO MIL CRUZEIROS, a maior parte em cédulas de pequena importância; que êsses assaltos são praticados no sentido de conseguir dinheiro para a manutenção da organização ALN, ou seja compra de armas, viaturas, pagamento de débitos e assistência financeira a famílias de companheiros mortos ou presos; que a finalidade da organização era preparação da guerrilha urbana, daí para a guerrilha rural e a revolução para a tomada do poder e a implantação de um governo popular.

Da primeira ação, a expropriação da coletoria de Bodocó, participaram 25 pessoas, mas apenas 12 diretamente; já as demais foram posicionadas como apoio, segundo o depoimento de José Calistrato, que desempenhou a função de um dos comandantes da ALN no Nordeste. Essa foi a única ação armada encontrada na documentação que dispusemos, seja de expropriação, seja de propaganda, realizada no sertão de Pernambuco.⁴⁶⁵ Sobre essa operação, no processo instaurado para sua investigação, somente apareceria o seguinte:

Estes acusados que pertenciam ao grupo A.L.N. tendo à frente Arnaldo Cardoso Rocha, planejaram e executaram em 27 de agosto de 1971, o assalto à Coletoria de Bodocó, deste Estado, com cunho nitidamente subversivo. Para isso, expropriaram no dia 4 de agosto último um Volkswagen, Placa JP-1614, Al, de propriedade do Sr. Edson Vieira Barbosa. Utilizaram além do dito carro, estabelecendo na ocasião uma verdadeira onda de terror, empregando inclusive uma bomba “MOLOTOV”. O dinheiro produto do assalto, cerca de 1.000,00, juntamente com os de outras ações terroristas serviriam para a compra de viaturas, armas, munições de pessoal, guerrilha urbana e rural, visando tudo à derrubada do Governo e implantação de um Governo do Povo... Na verdade, estes, além do assalto praticado tentavam reorganizar, organizações que orientam e exercem atividades prejudiciais à Segurança Nacional. Por isso, é oferecida denúncia contra todos eles.⁴⁶⁶

⁴⁶⁵ As demais, somente na retaguarda: quatro para realizarem a expropriação da Coletoria, quatro para expropriar as armas da delegacia da cidade, e os outros para a prefeitura. Assim o fizeram, numa ação que foi rápida. E conseguiram evadir da cidade sem nenhum ferido. No entanto, foram alcançados, o que os obrigou, depois de um tiroteio com a polícia, os 12 integrantes, a adentrarem na mata, nas cercanias da Serra do Araripe. Com os reforços solicitados pela polícia local eles foram cercados, mas, depois de 17 dias na mata, conseguiram escapar pela Serra e chegar em Campina Grande, por meio de cordas conseguidas com a ajuda de um camponês da localidade. JCCF, em depoimento ao autor.

⁴⁶⁶ Denúncia da Procuradoria da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar. Processo 43/72, BNM 608, fl. 7. Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

Como se sabe, o conteúdo do processo, policial ou judiciário, é sempre nebuloso, já que há uma intermediação de um conjunto de elementos incontrolláveis do contexto de ora, inclusive, por vezes, o intuito de minorar a força e a dimensão das ações em relação à suposta eficiência do aparelho repressivos e de seus agentes, por outras vezes, há uma espetacularização das ações empreendidas pelos militantes, não nos permitindo grau confiável de certeza, algo que compõe o próprio âmago da fonte. Por isso, é sempre salutar a busca de um campo de abertura na exposição dos dados para interpretação.

Calistrato afirmou que a ação da coletoria:

[...] também tinha outro viés e por isso foi, inclusive, realizada antes do tempo. Porque sabíamos da perseguição a Carlos Lamarca na Bahia. O problema é que a ditadura era tão forte e estava tão bem estruturada que manteve o cerco a nós, mas [também] manteve o cerco lá no Lamarca.⁴⁶⁷

O informe n.º 331, do Centro de Inteligência do Exército (CIE), provindo da Agência do SNI, do Rio de Janeiro, aclara parcialmente a pequena quantidade de ações de maior vulto realizadas pela organização, no estado de Pernambuco e em Fortaleza, estados em que mais atuou na região: o setor do campo da ALN fica na região entre Recife e Fortaleza. “Os seus encarregados são Arnaldo Cardoso da Rocha (“Flávio”) e Carlos Eugênio Sarmiento da Paz (“Quelê”), ambos da coordenação provisória.”⁴⁶⁸ Sobretudo, tem-se o conteúdo confirmado por outras fontes, como o relato de José Calistrato Cardoso Filho:

[...] tive uma conversa com o Carlos Eugênio em São Paulo. Eu e ele. Ele dizendo o seguinte: - Não precisa fazer ação de dinheiro para dar continuidade ao trabalho. Nós sustentamos daqui. E nessa mesma discussão ele já repassou um dinheiro, mas vimos que era obrigado a começar a fazer ação. Rapaz, a não ser um cara altamente preparado que agente ficar num aparelho sem fazer ação.⁴⁶⁹

Assim, tendemos a concluir, ainda que não categoricamente, que as ações realizadas com fins de expropriação o foram por necessidade de treinamento militar e pressão dos integrantes nesse sentido, mais do que, propriamente, por necessidade financeira.

⁴⁶⁷“O que eu combinei com o Arnaldo? Vamos atrair a repressão para cima da gente, para ver se o Lamarca sai. Mas já estava muito... O Carlos Eugênio já estava pela área. No dia que nós entramos, em 26 de agosto, no dia 27 ele já estava por aí. Veio para Fortaleza e já estava circulando, andando. Sabendo das notícias. [...] Deixamos seis companheiros em Feira de Santana para descer para Grotas de Macaúba. Desses o contato era com o Arnaldo foi uma experiência de guerrilha muito boa. Quando chegamos em Campina Grande. Ficamos pensando assim:- Deu tudo certo. O pessoal já se deslocando para Fortaleza. Mas nós chegamos todo mundo em Campina Grande. Dissolvemos já em carro, em táxi, em ônibus. Eu digo: Deu certo, deu tudo certo.” JCCF, em depoimento ao autor.

⁴⁶⁸ INFORMAÇÃO N.º 331. I Exército. 2ª Seção. SNI/ARJ, 16/02/1972. Fundo Comissão Estadual da Verdade e Memória Dom Helder Câmara. APEJE.

⁴⁶⁹ JCCF, em depoimento ao autor, em João Pessoa-PB, a 5 de junho de 2019.

A biografia de Calistrato, na sua relação com a militância de esquerda e com a política em armas, é esclarecedora de algumas questões importantes para a compreensão do surgimento e atuação das esquerdas armadas em Pernambuco, sobretudo da ALN, mas também o é para entendimento dos porquês do ingresso nas organizações armadas. José Calistrato Cardoso Filho, cearense, morava na cidade de Salgueiro, quando eclodiu o golpe. Como tantos, ele compunha a Juventude Comunista do PCB e partilhava a visão daquela organização e, igualmente, a decepção que abateu seus militantes após o 1º de abril de 1964.

Então a gente acreditou naquele palavreado de que não havia golpe, de que não poderia haver golpe. E é nisso daí que a gente que já estava muito ligado à esquerda acreditava e aí vem o golpe e não há nada. [...] Não houve resistência nenhuma. Eu me lembro que a gente morava na cidade de Salgueiro – eu andava muito para Recife – e o pessoal me perguntava se eu já estava levando as armas e as fardas que Miguel Arraes estava distribuindo. E de uma hora para outra se dá um golpe e não há resistência nenhuma. A gente vê o massacre, vê as prisões, começa a se falar em tortura, então o passo não só meu, mas de muitos companheiros da minha idade, naquela época, que estava entrando na juventude do Partido Comunista Brasileiro, um passo para a luta armada era como se fosse somente chamar. Porque eu mesmo não acreditava noutra coisa. Acho que seria fácil demais a gente chegar a um regime socialista sem ser por uma luta violenta, porque ninguém entrega a rapadura de graça. [...] Naquela época, depois de sessenta e quatro, ficamos dizendo assim: Não é possível! [...] a gente toma conhecimento da figura do Carlos Marighella. Já tínhamos participado de um bocado de coisas, de passeatas, de manifestação, mas em sessenta e sete tomamos conhecimento que está se formando uma coisa nova. A saída desse pessoal do partido, a saída não, a expulsão do Partido Comunista Brasileiro, a ida de Carlos Marighella para Cuba, quando ele volta, a primeira organização que têm é o Agrupamento Comunista de São Paulo. É esse Agrupamento Comunista de São Paulo que dá origem a ALN. Então para nós é como se aparecesse aquilo que a gente estava esperando: Uma aglutinação de forças a nível nacional. Eu sempre dizia para os companheiros até os mais experientes, que teríamos de ter um projeto de resistência nacional e a luta não poderia ser outra se não a guerra de guerrilhas. É claro que, a gente, estávamos influenciados, a Guerra do Vietnã, a Revolução Cubana e muitas outras coisas que naquela época existiam, tudo isso influenciou. [...] Aí, nos afirmamos como grupo político decidido a ir para a luta armada quando surge a ALN. O primeiro contato que temos a esse nível, até conhecíamos algumas pessoas, mas oficialmente, foi Ronaldo Dutra Machado. A gente tem a primeira conversa em Fortaleza. Era já no fim de 68. [...] já nos afirmávamos assim, fizemos algum treinamento, levantamos a Serra do Araripe, que é uma região que fica ali no Cariri do Ceará. [...] Então a gente introduz a figura do Ronaldo Dutra Machado, conhecido como Júlio, e continuamos fazendo levantamento. Encontramos o pessoal de Fortaleza. Nesse tempo, José Sales de Oliveira, José Alencar, Derli Pereira, que é meu primo e estava estudando em Fortaleza. Então tentamos ampliar mais o grupo para outras regiões.⁴⁷⁰

Conta que quando “[...] o Ronaldo Dutra é preso, em Olinda, aí nós, em São Paulo mesmo, nós começamos a discutir. Eu achava que era importante vir para aqui. Aqui era um lugar de tendência revolucionária, principalmente Pernambuco.” Perguntado se esse era o entendimento da organização, ALN, ou do grupo de que ele fazia parte, respondeu-me,

⁴⁷⁰ JCCF, em depoimento ao autor, em João Pessoa-PB, a 5 de junho de 2019.

esclarecendo-nos sobre o debate da centralidade ou não do Nordeste nos planos da organização naquele momento: “Era da organização, mas fui eu que conversei isso. Essa discussão foi muito Eu, Yuri Xavier, Carlos Eugênio e Arnaldo Cardoso Rocha. Aí ficou decidido que o Arnaldo Cardoso, o Eduardo, viria comigo, aí viemos para Recife.”

A Ação Libertadora Nacional (ALN) atuou em Pernambuco de 1969 a 1972, congregando poucos membros orgânicos em torno de si e tendo seu trabalho interrompido por uma série de prisões, em 1970, e outra do primeiro trimestre de 1972, que puseram fim à atuação da organização no estado. Isso pudemos concluir a partir dos depoimentos e das informações dos três processos (38/70; 91/70; 40/72; 43/72),⁴⁷¹ tramitados na 7ª Auditoria contra a organização armada e disponibilizados pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*.

No Hotel Praia, bairro de Santo Antônio, Recife, hospedaram-se, por várias vezes, alguns dos militantes da organização, incluindo os dirigentes que atuavam na região Nordeste, provindos do Sudeste e elo com a coordenação nacional da ALN, entre eles Arnaldo Cardoso da Rocha, José Calistrato Cardoso Filho e José Sales de Oliveira. O último é um dos idealizadores da Frente de Libertação do Norte/Nordeste, ou somente Nordeste (FLNe), como viria a ser conhecida. A Rua da Praia foi sítio de hospedagem e ponto de encontro para conspirar e planejar ações armadas contra o sistema capitalista e contra a ditadura.⁴⁷² Mas a existência do Hotel da Praia, com essa finalidade e com esses militantes que integravam a ALN, é posterior a um conjunto de acontecimentos da história da ALN em Pernambuco, de sua gênese à sua primeira crise, isto é, de 1968 a 1970. Cumpre delinear seus traços gerais.

A ruptura dos membros do PCBR com essa organização, em fins de 1969, e ingresso imediato na ALN pode ser considerada um marco temporal importante na história de sua atuação, no estado de Pernambuco. Com as novas adesões, a organização conseguiu empreender um ritmo de atividades maior do que vinha desenvolvendo. Em 19 de dezembro daquele ano, a ALN realizou sua primeira ação de maior porte em Pernambuco: tratou-se da expropriação da Agência Financeira de Cavaleiro, no município de Jaboatão dos Guararapes.

O grupo estava organizado em Pernambuco sob o comando, naquele primeiro período, de Ronaldo Dutra Machado, que, outrora, havia traçado contato com o grupo do PCBR da Paraíba. Lá também se gerou uma cisão, e, entre os que saíram, estava Emilson, como vimos. Nessa ação do Banco Financeira, Ronaldo compôs também o grupo da ação, com membros

⁴⁷¹ Na identificação do Projeto Brasil: Nunca Mais, correspondem aos seguintes números, respectivamente: 228, 121, 352 e 608.

⁴⁷² O hotel era de propriedade de uma tia de Ivanildo Sampaio Xavier, militante da ALN. Assim, eles contavam com uma acomodação específica todas as vezes que necessitavam permanecer em Recife. Informação fornecida por José Calistrato Cardoso Filho, em depoimento ao autor.

egressos do PCBR do Nordeste, a exemplo de Rholine Sonde Cavalcanti e Luciano de Almeida. Nos meses posteriores, somente realizariam pequenas ações, já que, em 28 de janeiro de 1970, Ronaldo Dutra e o Perly Cipriano, dirigentes da ALN no estado, foram presos no bairro de Varadouro, área central de Olinda.

Nesse momento, em janeiro de 1970, ainda não existia o DOI-Codi, que só viria a ser instalado em Pernambuco no segundo semestre de 1971. Um conjunto de novas prisões foi realizado, incluindo as dos ex-integrantes do PCBR que haviam ingressado há apenas alguns meses. Os membros da organização que tiveram condições de fugir para outros estados o fizeram, como foi o caso da então estudante Dulce Chaves Pandolfi, que, no entanto, seria capturada em agosto do mesmo ano, no Rio de Janeiro.

Foi nesse momento, após tais prisões, que José Emilson Ribeiro havia chegado ao estado, vindo de São Paulo, e não conseguiu restabelecer contato com a organização a que estava vinculado, a ALN. Devido à compartimentação das organizações, essa perda de contato com a estrutura não era algo incomum, e o processo intensificou-se, à medida que as investidas da repressão recrudesceram. Emilson, em seguida, ingressou no PCR para desenvolver trabalhos conjuntos no setor operário.

Mas, foi nas proximidades desse momento que chega, a Pernambuco, José Calistrato Cardoso Filho, vindo do Maranhão, onde tentara articular o foco do que seria a primeira coluna guerrilheira da ALN, a mesma que Marighella prometera lançar em princípios de 1970. “Botamos gente para o Maranhão, naquela região de Santa Inês, Zé Doca” — isso em 1970:

[...] quando fizemos essa ação [no Maranhão] o intuito era criar um exército. Porque o Marighella tinha marcado que em janeiro de 70 nós deveríamos ter a primeira coluna guerrilheira, principalmente naquela região ali do norte, Pará, por ali. Então, eu e outros companheiros, Aquino, Zé Alencar, dois que tinham nomes de Braga, não sei, e ficamos em Santa Inês.⁴⁷³

José Calistrato havia vindo para atuar, no Recife, juntamente a Arnaldo Cardoso Rocha, da direção nacional da ALN. Os dois irão coordenar as atividades da organização nessa nova fase, dividindo-se entre a atuação nos estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará, sobretudo.

Em fins de 1970, aproximadamente, o novo grupo da ALN, que começou a atuar em Pernambuco, estruturou quatro aparelhos centrais da organização na região Nordeste,

⁴⁷³José Calistrato Cardoso Filho (JCCF), depoimento ao autor em 5 de junho de 2019.

especificamente em Recife, Olinda, Campina Grande e Fortaleza.⁴⁷⁴ O desenvolvimento das ações armadas, em Pernambuco, em linhas gerais, era de conhecimento da coordenação nacional da ALN. Essa comunicação garantia um apoio material ao grupo. Esse dado é fundamental para compreendermos a dinâmica de atuação da ALN em Pernambuco e no Nordeste, região que teria como horizonte a instalação de um dos focos guerrilheiros da organização.

Segundo nos relatou Calistrato, antes do início das ações da organização no Estado, houve uma conversa com a direção nacional, representada por Carlos Eugênio, o Clemente, que seria endossada também por Arnaldo Cardoso Rocha. Como posto anteriormente, sendo o dinheiro garantido pela coordenação nacional, não necessitavam realizar ações de maior vulto para garantir sua estrutura, aparelhos e sobrevivência dos militantes; cenário bem diferente do que se apresentava para o PCBR.

Vale esclarecer que criação da Frente de Libertação do Norte/Nordeste, ou somente do Nordeste, FLNE, como ficou conhecida, somente viria a ganhar corpo de planejamento na segunda metade de 1971, partindo de militantes que pretendiam conseguir maior autonomia, em relação à ALN, e que fosse mais independente da órbita do eixo Sul/Sudeste, mesmo não sendo consenso entre os militantes que compunham a ALN no Nordeste.

Em seu período embrionário de planejamento, ocorreu a prisão de seus idealizadores, e a frente não ganhou desenvolvimento, apesar das pretensões iniciais por parte de alguns membros e dos levantamentos de território, realizados para se estabelecer base para deflagração da tão almejada guerrilha rural.⁴⁷⁵ Na onda de quedas, em 1972, de que a ALN foi alvo — fase que marcou o encerramento de suas atividades em Pernambuco, e mesmo no Nordeste —, foi encontrada, em um dos aparelhos da organização (na área do I Exército), uma lista que preocupou o IV Exército e as forças policiais, pois se tratava de uma “Relação de residências dos Oficiais Gerais e autoridades civis, locais de OM, instalações de

⁴⁷⁴ JCCF, em depoimento ao autor, em João Pessoa-PB, a 5 de junho de 2019.

⁴⁷⁵ Informações coletadas a partir do depoimento de José Calistrato Cardoso Filho ao autor, em 5 de junho de 2019. MOTA, Silvio de Albuquerque. **Rebeldes**. Fortaleza: Expressão, 2009. FARIAS, José Airton. **Além das armas**. Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar. Dissertação (Mestrado em História) – Programa De Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. COSTA, Henri Randel. **Eleição é tapeação: luta armada é a solução: leituras, experiências e construção do consensus bellicu na nova esquerda marxista cearense (1962-1976)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. **Padres, coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militarista - 1964-1985**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Pós-Graduação Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. SIMIÃO, Cicero Aurelisnor Matias. **Resistência, rota de fuga e refúgio: o cariri cearense na ditadura militar**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2018.

Agências de Informações e Órgãos de Segurança. Na relação consta o endereço de 76 Oficiais Gerais.” Diante da descoberta, foi elaborada a Informação n.º 175-B-E/2,⁴⁷⁶ para dar notícia do perigo à comunidade de informação. Não houvesse, tão logo, a coordenação agido para sufocar o grupamento armado, a ditadura e seus agentes poderiam sofrer duro golpe. Não foi assim que ocorreu e não por isso está fora da História essa possibilidade, como tantas outras não realizadas.

CONFIDENCIAL

(17)

MINISTÉRIO DO EXERCITO
IV EXERCITO
EM - 2ª SEÇÃO

RECIFE, 08 FEV 72
Ao: SSP/PE

ASSUNTO: LEVANTAMENTO ENCONTRADO EM "APARELHOS" da A L N
ORIGEM : I EX
CLASSIFICAÇÃO: - -
DIFUSÃO: 6, 7, 10ª RM, ID/7, 1ª Gpt Eng, 2ª ZAd, 3ª DN, SMI/ARE, DPP/FE, SSP/FE, PE/FE, Dossie, Arq.
DIP AMT: 1ª DE, 1ª RM, 4ª RM, 5ª Bde Cav Blá, Bda Bqd, 2ª Bde Inf, ANAN, 1ª BFBx, DOI/I EX, II, III EX, NANI/RJ, CMP, CMA, / 1ª DN, 3ª ZAd, DPP/GB, SSP/GB, SSP/RJ, FNEG.


ANEXO: - -


-INFORMAÇÃO Nº 175-D-E/2-


Durante ações realizadas sobre "aparélhos" da AL N durante a semana de 17 a 22 de janeiro 72, foi encontrada uma relação de residências de Oficiais Gerais e autoridades civis, localização de OH, instalações de Agências de Informações e Órgãos de Segurança.

Na relação consta o endereço de 76 Oficiais Gerais.

MP/SA







CONFIDENCIAL

22

⁴⁷⁶ PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Aliança Nacional Libertadora. **Prontuário Funcional 1824-D**, DOPS-PE. Recife.

3.8 Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-PALMARES)

A vinda da VAR-Palmares, para realizar atividades políticas e militares no Nordeste, está envolta em um debate sobre a reorientação da organização, para uma intensificação do trabalho de massas, e o redirecionamento das áreas estratégicas a concentrar os esforços e o trabalho político de seus militantes. Em uma brochura de debates interna há um texto, “Porque não devemos abandonar nem provisoriamente o Nordeste”, no qual são expostas algumas das posições que permitem aclarar esse contexto, no sentido da defesa do Nordeste como área privilegiada para desenvolvimento e deflagração da guerrilha rural no Brasil.

O nome da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares derivava da menção simbólica a um exemplo avançado de lutas sociais travadas no Brasil, buscando impulso no passado para explodir o *continuum* da História, salvar os vencidos de outros tempos, realizar a obra ainda inconclusa da humanização autêntica do humano. Surgia com o propósito de “[...] render homenagens aos escravos de Palmares que em sua luta de guerrilhas elevaram alto o sentido eterno da liberdade, numa luta que só teria fim no dia que não houvesse mais escravos”, mas, também, de tomar para si “[...] a responsabilidade dos negros dos Palmares: Libertar todos os escravos do capitalismo. Anima-nos o mesmo impulso, a mesma coragem. Ousar Lutar, Ousar Vencer!”⁴⁷⁷

Em tese, não discordamos da posição de fortalecer algumas áreas onde já possuímos certa penetração social, aplicando na prática, a política de centralizar esforços e da economia de forças. No entanto, devemos ter clareza do que significa, hoje, abandonar o NE. Não podemos pensar na hipótese de criar quadros camponeses noutras áreas, ou noutra área próxima, para posterior deslocamento de quadros para o NE, numa volta futura. [...] o aguçamento das contradições sociais e o conseqüente avanço do processo revolucionário não esperarão por nós. É claro que, se não pudermos concentrar esforços no NE, seremos obrigados a abandonar tal região, pois continuar sem as condições que se fazem necessárias para o início do trabalho, não seria abrir uma frente de trabalho, seria manter um núcleo de militantes com a perspectiva única de vejetar (*sic*). A isso teremos que optar pelo fortalecimento em outras áreas, mesmo sacrificando áreas estratégicas como o NE. Mas será que essa concentração de esforços não poderá ser bem mais radical, ou seja, abandonando-se áreas onde já existimos, mas vejetamos, ou que não apresente grande importância para o desenvolvimento da Guerra Revolucionária, pelo NE, que é para nós uma área virgem, mas, estrategicamente, fundamental [...] o Nordeste é uma região em que os trabalhadores da Zona da Mata, zona prioritária de atuação, apresenta características ímpares em relação aos trabalhadores agrícolas e camponeses nas demais regiões do país e mesmo das demais zonas da região. Além de concentração maciça de trabalhadores organizados pelas próprias características de trabalho nas usinas. A experiência de luta política ao tempo de Arraes deixou marcar profundas que vão desde desolação e derrotismo, até a desilusão com o tipo de luta e com

⁴⁷⁷ Manifesto da VAR-Palmares. 7/7/1969. Proc. 43/72, fls. 576-577, BNM 608, Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

determinada política, o populismo. É um campo fértil para a penetração de uma perspectiva de luta armada, pois soma-se ao desencanto com a luta pacífica e o populismo, a violência, inata à região, materializada na opressão cruel e desumana da polícia, do Exército, dos jagunços dos usineiros e nas próprias explosões ocasionais de setores de camponeses desesperados. O ódio de classe, necessidade de violência, se materializa também na solidariedade que os une a qualquer tipo de perseguição, mesmo o cangaceiro. No Nordeste, luta política é sinônimo de violência, e luta armada terá força revolucionária.⁴⁷⁸

A VAR realizou poucas ações urbanas em Pernambuco, e as que promoveu foram de pequeno porte, pois seu objetivo precípua era investir no trabalho no campo, a fim de criar as condições para deflagração da guerrilha rural, rastreadas pela repressão. Nos três processos de que foi alvo, no estado,⁴⁷⁹ somente constam expropriações a dois automóveis e a um posto de combustíveis, afora treinamentos de tiro, realizados com seus militantes, concentrados em fins de 1970 e primeiros meses de 1971.

Os militantes da VAR que tiveram participação mais orgânica rastreada pelos órgãos de repressão totalizaram cerca de 25 pessoas. Mas a avaliação do impacto político não pode tampouco deve ser analisado pelo prisma da grandeza ou não das ações armadas, ou mesmo ser restrito ao quantitativo de seus integrantes de ora. De fato, esses dados trazem-nos alguns elementos do poder logístico-organizativo do grupo, no alinhamento com sua defesa; no entanto, em um escopo mais ampliado, torna-se míope — se é a única lente de exame — na tentativa de apreender a recepção do movimento pelo povo e sua capacidade para a ação.

Contando o “Loyola” (Mariano Joaquim da Silva),⁴⁸⁰ um dos líderes das Ligas Camponesas, como um de seus dirigentes nacionais (deslocado para Pernambuco com seu irmão, o sapateiro Arlindo Felipe da Silva), a organização congregou alguns militantes das antigas ligas dos estados da Paraíba e de Pernambuco.

Tinha na restauração do movimento das Ligas Camponesas sua grande aposta, ainda que fossem estruturadas a partir de uma outra linha de ação armada como enfrentamento ao Estado. Chegaram até a publicar o primeiro número de um jornal, que seria o porta-voz da organização na região, o qual, não por acaso, tinha o mesmo título do antigo veículo de imprensa da organização, *Liga – Órgão de luta e organização dos camponeses do Nordeste*. Na sua primeira página, estampou uma mensagem emblemática dos objetivos da organização:

⁴⁷⁸Porque não devemos abandonar nem provisoriamente o Nordeste. Antônio, Var-Palmares. Proc. 189/72, fls. 491-494, BNM 412, Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

⁴⁷⁹Processos 90/70 – 81/71 – 105/71, respectivamente: BNM 230, 124 e 370. Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

⁴⁸⁰Preso em Recife e conduzido em seguida para o DOI-Codi, no Rio de Janeiro, onde foi torturado e morto. Consta na lista dos desaparecidos políticos.

E eis que o ano de 1971 já apresenta uma parte dos camponeses mais combativos do Nordeste, unidos e organizados em torno das Ligas. É o movimento camponês que se alastra outra vez pelo Nordeste e se estenderá por todo o meio rural do país. E não estaremos sós pois a nossa luta é a luta de todo o proletariado brasileiro. [E enfatizava:] [...] a LIGA CAMPONESA é hoje a organização clandestina e armada dos camponeses mais combativos do Nordeste.⁴⁸¹

Todas as organizações que atuaram em Pernambuco apostaram alto na potencialidade dessa região como estopim da revolução brasileira, a ser deflagrada a partir do campo pela guerrilha rural; e o exemplo das Ligas, e do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), pelo seu pioneirismo, foi muitas vezes revisitado.

Com inspiração nessa história, de que alguns de seus membros fizeram parte ativamente, como foi posto, a região converteu-se, sobretudo após a segunda metade de 1970, em área-chave na estratégia para VAR-Palmares, que, como toda esquerda armada ou movimento social, age de acordo com a dinâmica e as condições que lhes são impostas. Nesse sentido, os fatores para escolha do Nordeste é multivetoriada, mas podemos apontar dois aspectos decisivos: de um lado, havia a relação direta com a vigilância e a repressão de que estavam sendo alvo, computando muitas baixas entre seus quadros em outras regiões do Brasil, especialmente sudeste; por outra parte, entre seus militantes, muitos resolviam abandonar a jovem organização, seja para reconstruir a VPR, seja para ingressar em outra.

Quanto ao primeiro aspecto, ele é elucidado pela Informação n.º 255, do Cisa-RJ,⁴⁸² de 20 de outubro de 1970, com difusão para toda a 7ª Região Militar, Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, Departamento da Polícia Federal e Polícia Militar de Pernambuco, isto é, todo o aparelho repressivo do estado em Pernambuco. A informação dá conta da ocorrência de “assaltos, no período entre 10 Jun a 08 Set 70”, no Rio Grande do Sul, em teoria, praticados pela VPR, que, em razão de “quedas de elementos da cúpula da subversão”, realizariam “uma ação de grande envergadura, que se constituirá, provavelmente, em um SEQUESTRO DE AUTORIDADE”. O que, como sabemos, de fato aconteceu, pois, em 7 de dezembro de 1970, foi sequestrado, pela VPR, o embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried von Hollebem, que seria trocado por 40 presos políticos.

A informação antecipada denota o alto grau de eficiência que a ditadura já tinha desenvolvido até ali. Ao final do documento, é assinalado o que mais nos interessa, para situar o contexto da VAR-Palmares no Nordeste:

⁴⁸¹Liga – Órgão de luta e organização dos camponeses do Nordeste. Ano 1, nº 1, março-1971. Proc. 81/71, fls. 125-126, BNM 124, Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

⁴⁸²PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Informação n.º 255, CISA-RJ. Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares. **Prontuário Funcional 8413**. DOPS-PE, Recife.

Este Centro lembra que os militantes que compõem a estrutura de comando da VAR-PALMARES estão presos, como exceção de MARIANO JOAQUIM DA SILVA – “Loyola” e Carlos Alberto Soares de Freitas, ambos atuando no Nordeste.

É possível ratificar esse conteúdo. Breno (nome de guerra de Carlos Alberto) provavelmente estava mesmo pela região, já que, por esse período, José Calistrato encontrou-o na cidade de Fortaleza, como nos revelou, em entrevista, e, também, à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara.⁴⁸³ Joaquim Mariano, que era o coordenador regional da VAR-Palmares no Nordeste, foi preso no Recife. Após sua captura “[...] levado para o Rio de Janeiro, São Paulo e novamente para o Rio de Janeiro, onde desapareceu”.⁴⁸⁴

A VAR-Palmares, desde o momento em que se instalou em Pernambuco, em fins de 1969, já carregava sobre seus ombros uma conjuntura de quedas e derretimento de sua organização, processo auxiliado por um fracionamento incontrolado e, por consequência, também, por um afrouxamento da rigidez das normas de segurança e compartimentação das informações, tendo em vista a rede de contatos que poderia munir a repressão, com dados e pistas, para prosseguir no seu enalço implacavelmente – fatores que se aprofundavam mirrada devido ao histórico de seus militantes no envolvimento de grandes ações armadas no Brasil.

Entre 1969 e 1971, quando encerrou sua atuação em Pernambuco, muitos de seus integrantes já haviam sido presos e assassinados, incluindo seus dirigentes. Destaca-se, mais uma vez, que a dinâmica de quedas e aberturas não se dava, necessariamente (e este é o caso), em Pernambuco. Igualmente à trajetória de outras organizações, prisões efetuadas em outros

⁴⁸³JCCF, em depoimento ao autor, em João Pessoa-PB, a 5 de junho de 2019; José Calistrato Cardoso Filho em depoimento à Comissão Estadual da Verdade e Memória Dom Helder Câmara, em 13 de dezembro de 2012.

⁴⁸⁴PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. **Relatório final**. Recife: CEPE, 2017. p. 247. v. I. “No livro Brasil: Nunca Mais consta que o órgão responsável pela prisão do dirigente da VAR-Palmares Mariano Joaquim da Silva foi o DOI-Codi do II Exército, a prisão efetivada em 1º de maio de 1971, na Rodoviária do Recife. Posteriormente, foi transferido para a Casa da Morte, centro clandestino de torturas do CIE, localizado em Petrópolis (RJ), onde foi visto pela presa política Inês Etienne Romeu. Em sua denúncia, divulgada em janeiro de 1981 no jornal O Pasquim, Inês afirmou ter visto e falado várias vezes com Mariano, que se identificou, tendo-lhe relatado que ali chegara em 2 de maio, proveniente de Recife, onde foi preso e permaneceu por 24 horas. Inês relatou ter tido contato com Mariano até 31 de maio, quando, durante a madrugada, ouviu uma movimentação estranha e percebeu que ele estava sendo removido. No dia seguinte, ao indagar aos carcereiros, eles responderam que Mariano havia sido transferido para o quartel do Exército no Rio de Janeiro. Inês Etienne também afirmou que Mariano Joaquim da Silva foi torturado na Casa da Morte e interrogado ininterruptamente durante quatro dias. Deixaram-no sem comer, sem dormir e sem beber. O militante permaneceu quase um mês naquela casa, realizando serviço doméstico e cortando lenha para a lareira. Em setembro de 1971, a imprensa divulgou fichas dos principais ‘terroristas’ procurados. Entre eles, estava Mariano Joaquim, o Loyola. Ele também foi denunciado, com outros militantes, no Processo n.º 180/70-C, da 2ª Auditoria da Marinha, do Rio de Janeiro, por ter participado do congresso que resultou na formação da VAR-Palmares, após a fusão entre VPR e Colina, quando foi escolhido para a direção nacional. O relatório do Ministério do Exército, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, afirma que ‘[...] foi processado e condenado à revelia pela 11ª CJM a 10 anos de reclusão’. Mariano Joaquim da Silva foi visto pela última vez, por Inês Etienne Romeu, no centro clandestino de torturas do Centro de Informações do Exército (CIE) em Petrópolis, RJ, conhecido como Casa da Morte.”

estados, ainda que distantes, impactavam na área de atuação. O exemplo da VAR-Palmares em Pernambuco se enquadra perfeitamente aí.

Nem a reorientação e investimento de atuação, na região Nordeste, nem o batismo do jornal de *Ligas* foi consensual. Havia um debate instalado para ambas as questões. Sobre o primeiro quesito, já apresentamos material que auxilia a desvendar sua existência, e iremos aprofundar, à frente, quanto ao debate em torno do jornal e seu conteúdo. Podemos ter acesso a alguns aspectos do seu conteúdo por meio de um documento interno da organização revolucionária, elaborado por um membro do setor de imprensa da VAR-Palmares, intitulado *Aos Militantes do Setor Camponês*,⁴⁸⁵ datado de janeiro de 1970. No jornal publicado (*Ligas*), o debate é ensejado em alguns trechos. Na sua página 2, informa:

[...] este é o primeiro número do jornal dos camponeses, órgão de denúncia dos crimes do regime e instrumento de assistência e unidade política de classe. Caberá aos trabalhadores, principalmente aos camponeses, opinarem, discutirem e oferecerem propostas para a orientação do nosso jornal. Inclusive o nome definitivo do jornal dependerá da opinião da classe.⁴⁸⁶

O autor ou autora do manifesto supramencionado, que se coloca a representar o setor de imprensa da organização, traz críticas ao conteúdo até aquele momento escrito, e faz isso especificamente no ponto 2, “*Sobre o conteúdo do 1º número do jornal*”, encetando elementos em torno do que seria a vanguarda e seu papel no desenvolvimento do movimento camponês. Além disso, alerta para o perigo da subestimação dos trabalhadores do campo e o conseqüente substitutismo da vanguarda pela classe quando se retira a autonomia desses sujeitos.

Advoga que não se deve publicar o estatuto das novas ligas sem que seja antes referendada por ela. Começa por perguntar: “Companheiros, que conceitos a Organização tem da massa avançada camponesa do Nordeste? Com que direito nós fazemos por ela o seu próprio Estatuto... camponeses sendo subestimados inclusive pelos próprios companheiros camponeses”. Os camponeses deveriam ser respeitados, argumentava o autor, pois esse respeito seria “[...] condição básica para que este trabalhador cresça politicamente”. Eram sim favoráveis a revitalização das Ligas, mas “[...] contra qualquer paternalismo com o homem do campo”.

⁴⁸⁵PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Aos Militantes do Setor Camponês. Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares. Prontuário Funcional 8413. DOPS-PE, Recife, jan. 1971.

⁴⁸⁶Liga – Órgão de luta e organização dos camponeses do Nordeste. Ano 1, n.º 1, março-1971. Proc. 81/71, fls. 125-126, BNM 124, Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

No período de esfacelamento da organização, com uma série de quedas já ocorridas e em um clima de iminência de novas, trava-se um debate entre concentrar os quadros e trabalho no Nordeste ou então dispersar atuando em várias regiões. Inclusive, a questão que se colocava, segundo um dos autores, seria a aposta em um trabalho de massa, “molecular” e “mais lento e exigente”, ou então a busca apenas de ações de curto prazo para “autoaparelhagem e treinamento”. A polêmica que emerge dos subterrâneos desse debate é, de forma incontornável, a mesma que opõe *massismo* e *militarismo*. Pivô de cisão com o grupo que resolveu por recriar a VPR, estando entre eles o Capitão Carlos Lamarca.

Esse é o dilema que se colocou e sob o qual se bateram duas vertentes de interpretação, em um momento de agonia não somente da VAR-Palmares, mas do projeto de luta armada. Para chegar a seus militantes, os argumentos de ambas as vertentes, na apreciação do problema e da tomada de deliberação dos rumos da organização, foi estruturado um documento com dois artigos. O primeiro artigo, *Sobre o Trabalho no Nordeste*, tem autoria atribuída a C. Passos e claramente está em oposição à linha da direção. Começa por dizer que “[...] o isolamento em que nos encontramos mostra que “a realidade” em que a direção se baseou para tomar as decisões em relação ao NE (transferência de – suprimido por questão de segurança) difere, em sua essência, da realidade objetiva”.⁴⁸⁷ Seguidamente, sai em defesa de que

[...] as alternativas para atuação no NE, levando-se em conta as necessidades para o início do trabalho, são as seguintes: abandoná-lo temporariamente, visando atingi-lo num momento posterior, em que o trabalho na Bahia, bastante promissor, já estiver estruturado e em condições de fazer deslocamentos. O mesmo em relação as (suprimido por questão de segurança) áreas táticas da região.

Descolar imediatamente um mínimo de quadros capazes de dar início (em boas condições) ao trabalho de vinculação social (trabalhadores rurais para a zona da cana, operários para indústrias, onde se pode atingir, indiretamente, a zona da cana, além da própria importância daquelas indústrias. Quadros com experiência e boas condições para o trabalho de bairro na capital ou em concentração de assalariados rurais, mediante dispositivos a serem mais bem estudados). Aquilatar concretamente em que consiste esse mínimo a manter, fora dessa estrutura de trabalho de massas, exatamente indispensável para a construção e manutenção, à medida em que o trabalho cresça, de uma infraestrutura político-militar.

Não há alternativa de “deixar como está para ver como é que fica”. Isso significaria o estrangulamento onde, é claro, já nos encontramos, e a impossibilidade de sair dele com nossas próprias forças. Ou fornecemos os meios indispensáveis para o crescimento concreto do trabalho, ou o abandonamos. O mais é “chover no molhado”, que dois meses de Bahia, nas mesmas condições ensinaram que não passa de ilusão.

⁴⁸⁷C. Passos. Sobre o Trabalho no Nordeste. Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

Segundo o sapateiro Arlindo Felipe, irmão de Loyola (Joaquim Mariano da Silva), “[...] apesar de não atuarem como Frente, existia, entre a VAR-Palmares e o PCBR, uma ajuda mútua como empréstimo de dinheiro e troca de documentos”.⁴⁸⁸ Na visão de C. Passos, talvez por essa aproximação e pelo maior enraizamento social nos meios urbanos, ele tenha concluído que seria essa a organização mais forte de Pernambuco e mais, seria ela que “[...] teria todos os recursos para se fechar e se resguardar desses golpes mais sérios [da repressão].” E que o PCBR gozava “[...] de um certo prestígio decorrente de que é a única organização estruturada”. Como veremos adiante, estava em jogo também a escolha entre Norte e Sul na acepção antiga, por outra forma, entre Nordeste e Sudeste.

Divergente da opinião de Passos, o PCBR não teve condições de se resguardar das perseguições, nem também contou com o suposto prestígio para que esse se convertesse em apoio popular à causa ou a seus militantes. Símile a VAR-Palmares, naquele momento, o BR já se encontrava também em situação de isolamento e, a despeito de pretender diferente, as circunstâncias e o compromisso de não parar por crer ser possível ainda a efetivação do projeto o empurrou para a vaga do militarismo. Não que esse fosse o objetivo planejado, como também muito provavelmente não pretendia à direção da VAR-Palmares.

Dentro de uma lógica estritamente analítica da forma da guerrilha rural, como as peças da realidade que contavam à sua vista para formulação, fazia todo sentido. O desfecho não estava posto, e, assim, o horizonte era de indefinição, de possibilidade aberta. E com o otimismo que lhes era característico e necessário para empreender a luta, seguiram. Com o otimismo da vontade e o pessimismo da razão, ou mesmo com o otimismo da razão e o pessimismo da vontade. Nesses momentos, eram felizes homens tristes. Contextos nos quais a paixão e a razão fundem-se para constituir um eu. “— Eu sou triste — disse o homem — porque quero que a gente ganhe, mas no fundo sei que a gente não vai ganhar. Depois se disseram adeus com o punho erguido.”⁴⁸⁹

Evidentemente, a guerrilha surge quando a força insurgente assume a realidade de sua inferioridade militar inquestionável, que impossibilita os modos convencionais de confrontação com o inimigo. É uma forma de luta em que o bando estrategicamente mais débil assume a ofensiva tática em formas, tempos e lugares selecionados, e sempre se emprega quando as possibilidades de levar a cabo uma guerra convencional estão cegadas. Porém, se fundamenta em uma beligerância permanente e universal de parte da população implicada, na utilização da rapidez de movimentos e do fator surpresa, e na posta em marcha de uma guerra de desgaste,

⁴⁸⁸ Arlindo Felipe da Silva. Depoimento. Proc. 105/71, BNM 370. Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

⁴⁸⁹ GALEANO, Eduardo. **Dias e Noites de Amor e de Guerra**. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 84.

onde o primordial não é a derrota senão a destruição progressiva das forças adversárias.⁴⁹⁰

A tensão era demasiada. Um episódio que ilumina bem essa dimensão imantada da militância daquela época é a realização do II Congresso Nacional da VAR-Palmares, que ocorreu em Recife, em uma residência da Praia de Maria Farinha, a partir do dia 24 de janeiro de 1971. Uma das pautas era a reestruturação do Comando Nacional do grupamento, mas foi suspenso “[...] tendo em vista [que] o companheiro representante do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) ter, em dado momento, apresentado sintomas de loucura e fugido pela parte posterior do aparelho em desabalada carreira e de revólver em punho, provocando alarme na vizinhança que julgava tratar-se de ladrão; que devido a esse incidente, por medida de segurança, foi suspenso o congresso”.⁴⁹¹ Nós conseguimos confirmar essa informação com mais de um entrevistado sobre o caso e saber que, mesmo a pessoa em questão não tendo desenvolvido nenhum transtorno mental psicótico notável durante a vida, antes ou depois da ditadura, naqueles momentos de extrema tensão, isso foi verificado algumas vezes.

Voltando aos artigos de debate interno da Var-Palmares, falta apresentar a posição favorável à permanência da organização no Nordeste. Pois bem, vamos a ela. O autor usou o pseudônimo ou nome de guerra de Carlos; já o título é tão somente *Notas*.⁴⁹² De introito, disserta que “[...] analisando ligeiramente a atuação em todos os níveis, do conjunto das organizações revolucionárias brasileiras nos dois últimos anos” chegaria a três conclusões:

1º - deflagraram um claro processo de conscientização da luta armada, principalmente para nós, revolucionários, e paulatinamente para as massas, ainda que de maneira tímida. 2º - concentraram todos os esforços objetivos (ações) e subjetivos (as organizações), no Brasil rico, esquecendo essa imensa disponibilidade revolucionária das massas do Nordeste. 3º - todas as organizações aspiram a existir e atuar no Nordeste sem que realizassem essa aspiração.

Por fim, expõe um pouco sobre essas conclusões e traça reflexões sobre a luta guerrilheira no Brasil e, então, arremata “Claro que a grande tarefa é a deflagração da guerra revolucionária no campo, em forma de coluna.” Além disso, coloca que:

⁴⁹⁰CALLEJA, Eduardo González. **Asalto al Poder**: La violencia política organizada y las ciencias sociales. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2017, p. 223.

⁴⁹¹Arlindo Felipe da Silva. Depoimento. Proc. 105/71, BNM 370. Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

⁴⁹²Carlos. Notas. Proc. 105/71, BNM 370. Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

[...] O Nordeste nisso tudo fica então como região indispensável e urgente desenvolver a organização. O caráter da terra praticamente quase virgem em matéria de organizações, a imensa disposição de luta das massas nordestinas (sequiosas de “revanche”), o peso da exploração a que é submetido o povo daquela região, a ineficiência do aparelho da repressão (se bem que em caráter temporário a experiência adquirida por nós através do aprendizado desses dois anos nesse Brasil rico, a relativa facilidade de ereção de “fachadas” e a característica própria da cultura nordestina influindo no problema de circulação (o sujeito pode circular sem ter ocupação, pois grande multidão não tem emprego) etc. [...] Quanto à questão de encarar com realismo a nossa situação (da VAR), as quedas verificadas e responder à questão de eliminar ou não certos regionais, chamando os quadros de volta e/ou concentrar recursos noutros regionais destruídos ou semidestruídos, minha opinião é a resposta que se pode resumir em: revigorar São Paulo (Capital), reduzindo o número de combatentes lá a uma quantidade que permita operar taticamente (20), sem se expor demasiado, em virtude do atual estágio da repressão ali; reconstruir Minas, devagar e sem se afobar, em deslocar 10 quadros de uma vez, e voltar a incorrer na mesma situação anterior; seguir adiante com o trabalho no Regional Nordeste, dotá-lo de plano e planejamento, visando inclusive a que este, e cada regional, seja autossuficiente, financeira e materialmente, tão logo tenha condições de operar e planejar a criação de outros regionais, na medida em que cresça.

Ousar Lutar! Ousar Vencer!⁴⁹³

⁴⁹³Carlos. Notas. Proc. 105/71, BNM 370. Projeto Brasil Nunca Mais. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Brasil Nunca Mais.

4 (RE)VISÕES DA LUTA ARMADA: ENTRE O SALTO DO TIGRE E O SONO DO ENCARCERADO

Qual seria o objetivo de estudar a esquerda armada nas prisões durante a ditadura militar? Estudar essa temática poderia significar o estudo das prisões propriamente ditas ou mesmo o cotidiano dos presos políticos nessa instituição durante a ditadura, mas, ainda que as tangencie, a nossa intenção não é essa.⁴⁹⁴ O foco é a análise da atuação da esquerda armada em Pernambuco e o processo de reavaliação política que se opera enquanto estiveram presos, digo o reposicionamento da violência insurgente como ação política fundamental para encaminhamento da Revolução Brasileira e como meio de combate ao regime militar. Se ela ainda ocorre na cadeia. Isto é, trata-se eminentemente de uma questão de reconhecimento e agência. A cadeia, durante o cumprimento da pena, nos limites estabelecidos pelo cárcere aos presos e às presas políticas em Pernambuco — que com toda sua restrição certamente não impediu que houvesse uma dinâmica de influência mútua entre o dentro e o fora das grades — juntamente ao espaço do exílio (nos diversos países que abrigaram os brasileiros), foram dois espaços principais nos quais ocorreu a revisão do caminho armado para a Revolução Brasileira e, por conseguinte, dos métodos de resistência e de enfrentamento à ditadura. Buscamos compreender esse processo com foco no primeiro espaço, a cadeia, sabendo que há interferências mútuas entre o universo prisional e o ambiente externo e, desse modo, a problemática da revisão do projeto armado deve ter especial observância a esse princípio movediço de mediações e modelagens compartilhados. Tal qual anotou Darnton,⁴⁹⁵ não busco descobrir “todos os quem, quês, ondes e quando” da revisão da luta armada, mas sim saber o que ela significou para as pessoas que dela participaram, isto é, intento rastrear a sua “dimensão social do sentido”.

O projeto de violência insurgente que foi posto em prática, em nível nacional, no bojo, e a partir das grandes manifestações de 1968 — ainda que não estejam aí suas raízes — foi

⁴⁹⁴ Para uma análise sobre essas temáticas ver: CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. **Dossiê Itamaracá**. Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979). 2017. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012; SILVA, Tatiane Ellen Cavalcante. **Memórias femininas do Bom Pastor-PE**: gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. E ainda: TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura**: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. 2011. 519 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

⁴⁹⁵ DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 295.

nacionalizado com objetivos políticos, mas também militares, os quais eram maiores do que a mera resistência à ditadura que vigia desde o golpe de 64. O projeto da violência insurgente foi desenvolvido de modo mais pujante até, aproximadamente, 1972. Quando há o início da Guerrilha do Araguaia, levada a cabo pelo PCdoB, as organizações armadas em combate já haviam perdido a grande maioria de seus quadros, que, quando não mortos desaparecidos ou fora de combate, se encontravam nas prisões ou no exílio. Nesses dois espaços, nas prisões e no exílio, foi feita a revisão da esquerda armada brasileira.

Um projeto que, enquanto tendência, foi compartilhado no terceiro mundo. Não obstante, como apontou o historiador Jean Rodrigues Sales,

[...] até o momento, não há estudos sistematizados sobre o processo de modificação das bandeiras e a atuação política da parte da esquerda brasileira que, envolvida com o movimento mais amplo de redemocratização da sociedade, deixou para trás um projeto revolucionário e de luta armada contra o regime ditatorial.⁴⁹⁶

Nesse sentido, partindo da experiência da esquerda armada pernambucana, o capítulo que segue busca inserir-se nas “[...] discussões sobre de que forma os militantes abandonaram um projeto político que tinha como cerne as ideias de revolução e resistência, adotando novas práticas políticas centradas nas lutas democráticas e sociais”, bem como contribuir com reflexões e análises sobre “[...] a mudança ocorrida no pensamento das esquerdas”⁴⁹⁷ e os “[...] processos de crítica e de afastamento da esquerda brasileira da proposta de revolução e do uso da luta armada como ação política.”⁴⁹⁸ Tomaremos como lócus de análise desses processos as prisões a que foram encarcerados os militantes políticos das diversas organizações armadas que atuaram em Pernambuco, especificamente a Casa de Detenção do Recife e, a partir de março de 1973, a Penitenciária Professor Barreto Campelo⁴⁹⁹. A primeira localizada na Rua Floriano Peixoto, no bairro de São José, centro do Recife. A segunda localizada na área rural da Ilha de Itamaracá. As militantes foram encarceradas na Colônia Penal Bom Pastor, localizada no bairro Engenho do Meio, Recife.

⁴⁹⁶SALES, Jean Rodrigues. Resistência, revolução e democracia: o debate sobre a luta armada na esquerda brasileira (1969-1985). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 31, e0206, p. 3, set./dez. 2020.

⁴⁹⁷ *Ibid.*, p. 4.

⁴⁹⁸ *Ibid.*, p. 7.

⁴⁹⁹ O patrono da penitenciária é Francisco Barreto Rodrigues Campelo (1888-1971), “professor de criminologia no Instituto Católico de Estudos Superiores e de história das doutrinas políticas e de sociologia criminal na Faculdade de Direito de Recife, foi ainda secretário da Fazenda em Pernambuco, sócio do Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro, e do Instituto dos Advogados de Pernambuco, além de diretor do Grande Curtume Barbalho. Jornalista, foi redator de *A República*, de Recife, tendo colaborado ainda em todos os jornais de Pernambuco.” (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-barreto-rodrigues-campelo>. Acesso em: 18 set. 2020)

É na esteira do sentimento de revolução que a guerrilha rural está espreada pela América Latina e vai continuar após 1972 em outros países latino-americanos e do terceiro mundo⁵⁰⁰. No Brasil começou tarde em relação a outras nações e terminou cedo, visto que se iniciou em 1968, em 70 já se encontrava em crise aguda e foi sufocado, quase totalmente, em 1972, apenas dois anos depois da implantação dos órgãos de repressão projetados para seu combate específico, os DOI-Codis, testados em seus métodos e tendo como precursora a Operação Bandeirantes (OBAN).

Tal qual muitos e muitas de seus e de suas integrantes, o projeto da violência insurgente não foi somente derrotado pela repressão, com suas câmaras de tortura e execuções, adotadas como política de Estado, pois há, na verdade, um conjunto de outros fatores que influenciaram, de forma dialética e decisiva, a sua derrocada e reorientação de ideário político-imagético de transformação social.

É nessa direção, por exemplo, que aponta o depoimento de Luciano de Almeida, que também descortina uma das teses para o desencadeamento da luta armada, àquela que a analisa como resultado do fechamento institucional da ditadura, do AI-5 em diante. Essa conclusão é apresentada por ele em dois momentos: nos anos de 1976-77, por meio de livro escrito neste período e publicado posteriormente,⁵⁰¹ e em 2019, via depoimento oral. As informações dessas fontes, privilegiadamente a primeira, ajudam-nos a compreender esse processo de revisão na época em que ela se desenrolava, sem maiores interferências das armadilhas da memória, entre as quais a mais notável é o esquecimento⁵⁰², decorrido quase meio século dos acontecimentos.

4.1 Entre Quedas e Tropeços

Nosso objetivo é analisar alguns aspectos de como se operou essa mudança. É analisar a perda da utopia armada para a instalação de um outro futuro que se via naquele novo presente atrás das grades e que se via como provável. Era um projeto em crise que, ao ser revisado, originou um outro ponto de vista, ou não, a depender do sujeito. A operação coletiva

⁵⁰⁰ Para citar apenas alguns países em que se desenvolveram grupos guerrilheiros, podemos apontar: Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, México, Equador, Moçambique, El Salvador, Porto Rico.

⁵⁰¹ ALMEIDA, Luciano de. **A esquerda em questão**: do socialismo científico ao anarquismo. Natal: Coojornal, 1991.

⁵⁰² MCGAUGH, James *apud* IZQUIERDO, Iván; BEVILAQUA, Lia R. M.; CAMMAROTA, Martín. A arte de esquecer. In **Estudos Avançados**, 20 (58), 2006, p.289.

de reavaliação dar-se-á na perspectiva de negação de continuidade da violência insurgente. Quando aconteceu essa revisão? O primeiro passo é acompanharmos a dialética de atuação entre as organizações armadas e a repressão, seja diretamente a estatal ou suas forças civis auxiliares. Foram as recorrentes capturas de seus integrantes, sem que a esquerda armada tivesse condições temporais, nem tampouco base de apoio que pusesse dispor para reestruturação humana e material, que sinalizou, do ponto de vista político-militar, o início do fim do projeto armado. Iremos tratar, em panorama geral, das prisões e da ação repressiva a todas as organizações que realizaram ações armadas em Pernambuco, mas, para maior e mais qualitativo aprofundamento, nós nos deteremos, com maior análise diagnóstica, a essa dinâmica no caso do PCBR.

Uma das questões a considerar para o exame da descoberta e captura dos e das integrantes da esquerda armada diz respeito ao estrato social a que pertenciam e sua dinâmica adotada na clandestinidade, pois, procedentes de um padrão de vida de classe média e moradores das periferias, ampliava-se o grau de dificuldade na adaptação a uma vida de condições bem mais precárias. Além disso, havia maiores dificuldades para se invisibilizar ou mais camuflar-se sem levantar maiores suspeitas por sua estranheza diante do ambiente, dada a aparência de pertencimento à outra classe, por vezes facilmente reconhecível, inclusive pelo *habitus* da pessoa. Punha-se a necessidade de reconhecer e enquadrar-se na vida cotidiana daquelas pessoas. Impõe-se que

[...] quando se muda de ambiente, de posto de trabalho, ou inclusive de classe social, enfrenta-se continuamente tarefas novas, deve-se aprender novos sistemas de usos, adequar-se a novos costumes. Ainda mais: vive-se, ao mesmo tempo, exigências diametralmente opostas, pelo que deve elaborar modelos de comportamento paralelos e alternativos⁵⁰³.

Havia, entre as diversas organizações, regras definidas, as quais deveriam ser seguidas a fim de que houvesse a atuação na clandestinidade. Ainda que, muitas das vezes, não eram seguidas e cometia-se, por parte dos revolucionários, certos relaxamentos das normas, o que entre os militantes do período foi nomeado de liberalismo. O cuidado com as questões de sua própria segurança e da organização da qual fazia parte também definia a periodicidade em que o militante deveria permanecer morando no mesmo local, ou seja, a necessidade de contínua

⁵⁰³“El particular, cuando cambia de ambiente, de puesto de trabajo, o incluso de capa social, se enfrenta continuamente a tareas nuevas, debe aprender nuevos sistemas de usos, adecuarse a nuevas costumbres. Aún más: vive al mismo tiempo entre exigencias diametralmente opuestas, por lo que debe elaborar modelos de comportamiento paralelos y alternativos.” (HELLER, Ágnes. **Sociología de la vida cotidiana**. 4. ed. Prefacio de GyörgyLukács. Traducción de J. F. Yvars y E. Perez Nadal. Barcelona: Ediciones Península, 1994).

mudança para dificultar possíveis suspeitas e aproximações das pessoas da vizinhança, de modo a estimular perguntas pessoais e maiores curiosidades sobre sua vida pregressa. Manter as aparências era vital para a sobrevivência, em um cenário de recrudescimento total da repressão e no qual o espectro da tortura estava sempre colocado. E a colaboração civil de pessoas cadastradas ou não como informantes do SNI ou da polícia era uma realidade inquestionável.

Uma manifestação aberta de contradição no comportamento que abrisse margens para intuir às pessoas de sua verdadeira identidade, a de “militante subversivo”, poderia significar a prisão e suas terríveis consequências, como também poderia florescer uma simpatia daquela pessoa, ainda que em forma de silêncio, mas os riscos eram muito altos; e a exposição, imprudente. Ainda que não aquela pessoa que presenciou alguma cena suspeita de sua parte, bastaria — como ocorreu com inúmeros militantes — o comentário, a um parente ou amigo, e daí desencadear-se-ia uma rede de suspeitas que levaria à ativação da polícia, o que acabaria em prisão e em prováveis efeitos, mesmo abalos, à organização armada e seu projeto.

Sobre sua delicada relação com a vizinhança onde morava,⁵⁰⁴ o militante José Emilson Ribeiro relatou: “Não tem aquela proximidade muito grande. É só aparência. Você brinca e tal, mas diz que está muito atarefado e tal, está ali preparando as aulas e tem outras formas. Cada um tinha uma forma de aparentar ter uma atividade.” Diz ser por isso que “[...] não podia demorar muito tempo porque se demorar muito tempo, a amizade tende a aumentar e, conseqüentemente, descobrir coisas, por isso que a gente [...] clandestino na luta armada [...] eram seis meses num canto, seis meses noutra e assim conseqüentemente.” O personagem escolhido por Emilson, para manter as aparências onde residia, foi de um professor. Conta ele que

[...] publicamente, perante os vizinhos, eu era um professor. Passava como professor que ensinava particular. Era a justificativa. Mas sempre, ainda, morando em fundos de casa, em quarto alugado. [...] tinha que passar como professor, aí tinha que dar uma aparência de professor, sair com a pasta, tal, ou outras vezes, estava lá ostensivamente como se estivesse preparando aulas com um bocado de livros e tal, porque de manhã os caras estavam vendo, não é, como se eu estivesse preparando um negócio, quer dizer... e não podia ter a vida normal de todas as pessoas, não pode fazer aniversário com a família... nada.⁵⁰⁵

⁵⁰⁴José Emilson, segundo nos narrou, buscou sempre habitar as áreas periféricas, tendo morado, durante sua militância, em Pernambuco, na grande área onde ficam situados os bairros de Tejió, Jardim São Paulo, Mustardinha e adjacências.

⁵⁰⁵José Emilson Ribeiro da Silva (JERS), depoimento ao autor, em João Pessoa – PB, a 4 de junho de 2019.

Segundo nos contou, essa condição foi uma tônica em toda sua vida clandestina, no sentido de não levantar suspeitas sobre suas atividades políticas, diminuir as chances de ter a casa invadida e, assim, ser descoberto o material, gráfico e armado, do partido sob sua guarda. Conta que “[...] para morar, eu não podia ficar bobando o dia todo por lá, eu tinha de sair para dar a entender que estava trabalhando, se não como eu podia justificar o dinheiro para pagar o aluguel? O ideal seria um quarto nos fundos de outra casa, não vilas.”

Não em vilas, porque, ficar-se-ia “[...] mais exposto inclusive à ação de algum ladrão comum. E lá não, nos fundos de uma casa, era mais protegido.”⁵⁰⁶ Não teve dúvidas em concluir que a vida na clandestinidade “[...] é uma vida sacrificada. Você tem que se anular, porque tem muita coisa de que você gosta. Então, por exemplo, eu que sempre gostei da cultura popular, quatro anos de clandestinidade foram quatro anos de ausência, mais quase sete anos na cadeia, totalmente apagado.”

Na clandestinidade, a gente não pode ter o mesmo comportamento de estar em um barzinho brincando, aquela coisa toda. Por quê? Primeiro, a gente tem retrato publicado. Digamos, como eu via as pessoas brincando o São João, passando pela fogueira, acendendo o chuveirinho, aquelas coisas todas, e a gente sabia que não pode participar daquilo, não tem oportunidade de ter aquela convivência. Por exemplo, a gente morava num canto, passava seis meses, se arrancava e não saía daqui e dizia vou para tal bairro não. Por exemplo, eu morava com minha mulher na várzea, por detrás do Hospital Barão de Lucena, minha cozinha ficava a dois metros do muro do Barão de Lucena. Lá dentro era um matagal danado. Quando foi para me mudar, eu chamei um cara para levar minhas coisas, minhas tralhas, aí eu inventei que tinha pegado uma briga com o pessoal da casa porque o cara tinha ciúme de mim com a mulher dele, achava que eu tinha um caso com a mulher dele. Aí eu combinava com o cara para não dizer para onde estava me levando. – Olha, se perguntarem ao senhor, você diz que você foi deixar minha mudança lá no Bairro do Barro, digamos. Quando era um bairro totalmente diferente. Inventava um pretexto para não ser localizado, porque, de uma hora para outra, o cara está sendo encaminhado para... ele não está mais lá. – Vamos saber lá para onde ele foi. Tem uma caminhonete aqui, que sempre fica parada ali, vamos saber se ele sabe para onde ele foi e termina... Era desse jeito. A gente não podia viver muito tempo no mesmo canto. Seis meses e a gente caía fora.

Quanto a frequentar espaços para diversão, também havia, obviamente, todo um conjunto de normas a serem seguidas. Prostíbulos, por exemplo, eram lugares a serem evitados, bem como locais de

[...] bebedeira, bares de jeito nenhum, nem locais de gangues, mesmo naquela época, a coisa sendo diferente, era mais maneira do que é hoje — porque você está conversando aqui, quando pensa que não, você estava conversando com um informante da gangue. Você está aqui e estão te observando e entra em contato e diz: – Olha, tal pessoa do bairro tal está aqui, quer dizer os informantes, não é?

⁵⁰⁶José Emilson Ribeiro da Silva (JERS), depoimento ao autor, em João Pessoa – PB, a 4 de junho de 2019.

Diante dessas imposições rígidas da vida clandestina, a privação de atividades sexuais, por questões de segurança, é um ponto a salientarmos com maior destaque. Muito diferente da imagem lasciva que a polícia e os órgãos de repressão faziam representar quem integrava as esquerdas armadas nos autos dos processos e na imprensa, desejosos de que a sociedade, em geral, acreditasse, os militantes revolucionários, normalmente, quando estavam na clandestinidade, não tinham, como parte do seu cotidiano, a prática de orgias nem também seus dias eram regados a alta constância de atividade sexual.

A situação era bem outra. Sem condições de frequentar lugares públicos normalmente, estabelecendo laços de sociabilidade e aproximação com outras pessoas, ainda que com antigos amigos e amigas, os militantes, normalmente, ficavam restritos ao círculo de companheiros de partido e com encontros disciplinares com esses. Exceção se fazia quando se morava com outras pessoas em um mesmo aparelho ou se era casado.

Essa realidade era ainda mais aguda para aqueles que haviam sido deslocados de outros estados da federação para atuar no setor onde se encontravam. Emilson, por exemplo. E, não eram poucas ou poucos que se enquadravam nesse quesito. Sem aproximação natural ou condições de frequentar espaços propícios para desenvolvimento de relações amorosas, os e as militantes, a maioria na casa dos vinte anos, sofriam privações de ordem sentimental, afetiva e biológica. Abandonar casa, família, amigos, enfim, a vida que se tinha acarretava efeitos destrutivos em uma regularidade dita normal. Conforme um militante da insurgência armada do período, “a clandestinidade é tão difícil de ser entendida por quem não viveu como a doença para quem sempre esteve são. A clandestinidade é uma situação anormal, se se quer, invertida em todos os seus aspectos”⁵⁰⁷ Para este militante, o clandestino seria “de um modo geral o revolucionário que foi localizado de forma direta (pela prática política aberta) ou indireta (delação) pelos organismos repressivos e que se viu obrigado a mudar totalmente o seu sistema de vida”, em decorrência, “radicando-se em outra área, em outro meio social e de modo geral com outra identidade e ‘história’”⁵⁰⁸

Paulo Pontes da Silva⁵⁰⁹ nos disse: “a clandestinidade, para mim, só foi melhor que a cadeia”, sem subterfúgios, disse firmemente: “é terrível. É uma coisa insuportável.

⁵⁰⁷ SOUZA, Herbert de. In FGV/CPDOC. **Arquivo Herbert de Souza**. Produção Intelectual\HS pi Souza, H. 1972.00.00 (37). Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=FGV_HS. Acesso em: 4 abr. 2020.

⁵⁰⁸ SOUZA, Herbert de. In FGV/CPDOC. **Arquivo Herbert de Souza**. Produção Intelectual\HS pi Souza, H. 1972.00.00 (37). Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=FGV_HS. Acesso em: 4 abr. 2020.

⁵⁰⁹ Paulo Pontes da Silva (PPS) em entrevista ao autor, no bairro de San Martin, Recife, a 1 de dezembro de 2018.

Desumana!”. Complementa, “quando você queima seus documentos e diz agora eu não sou mais Paulo, agora serei José.” Para ele “a primeira coisa foi, ao queimar meus documentos, ao entrar na clandestinidade... Paulo deixou de existir. Eu tinha de em cada lugar inventar minha história e ser coerente com ela”, a condição de clandestino para Paulo foi expressa maiormente numa frase curta, mas carregada de simbolismo: “vivência de cidadão clandestino é você não ter nada”. José Emilson relatou a situação de um encontro casual, em Recife, com uma antiga companheira de João Pessoa, que era vinculada ao PCdoB, mas que ele não pôde estabelecer contato:

Quando eu entrei no ônibus, estava ela sentada. Ela olhou para mim, eu a vi. A gente fazia que não se conhecia. Isso, para mim, foi um negócio da “moléstia”. Foi tão ruim para mim isso. Eu: – Sei lá se ela não está sendo seguida. Ela: – Sei lá se ele não está sendo seguido. Aí cada um se precaveu não se comunicando, sabendo que se conhecia como a palma da mão.”⁵¹⁰

A exposição dos episódios passados com ele leva-nos à dimensão do cotidiano da clandestinidade, algumas de suas especificidades, suas agruras e os aspectos de seu regime de funcionamento. Apesar de sabermos que havia modos diferentes de se viver essa situação de clandestino/a, as informações apontadas podem, seguramente, serem aplicadas, em seu sentido geral, às e aos demais militantes da esquerda armada que atuavam em Pernambuco no mesmo período.

As quedas, ou seja, as prisões de integrantes das várias organizações de violência insurgente no estado começaram, de maneira mais intensiva, em 1969. Em 1970, todas as organizações armadas que atuaram no estado, afora a Frente de Libertação do Nordeste (FLNE), pois ainda não havia sido criada, sofreram uma série de prisões de seus membros. Em 10 de dezembro de 1968, como já foi posto, são presos Ricardo Zarattini Filho e Edinaldo Miranda de Oliveira. O primeiro era membro do PCR, e o segundo era do PCB. No entanto, dado o caráter de estancamento dessas prisões, as quais não trouxeram grandes prejuízos para as organizações de imediato, esse foi um acontecimento pouco consistente para apontarmos um processo de decadência dos grupos armados, que começavam a despontar no cenário nacional mais fortemente.

É em 22 de novembro de 1969, com as prisões no Sítio Borboleta de alguns militantes do PCR, que podemos estabelecer um marco mais significativo para o início de uma dinâmica acelerada de um conjunto de quedas dos membros das organizações de violência insurgente. Nessa operação, foram capturados os principais militantes do setor do campo do PCR. Esse

⁵¹⁰José Emilson Ribeiro da Silva (JERS), depoimento ao autor, em João Pessoa – PB, a 4 de junho de 2019.

também era o local de seu centro de treinamentos militares. Entre eles, estava Amaro Luiz de Carvalho, o Capivara, um dos fundadores do partido, que seria assassinado na Casa de Detenção do Recife, em 10/08/1971, há apenas três meses para sua liberdade por cumprimento de pena. Capivara foi preso com sua companheira Maria das Dores da Silva, que não tinha envolvimento com o Partido, nem conhecia as atividades políticas de Amaro.⁵¹¹ Nuremberg Borja de Brito, estudante fugido de Natal por estar sendo procurado pela repressão, também foi preso naquele mesmo dia. Nos dias que se seguiram, também seriam presos Amaro Félix Pereira e Manoel Aleixo da Silva, libertados em 1971, mas assassinados pela repressão em 1973, momento em que a ditadura conseguiu, às custas de muitas prisões e execuções sumárias, sufocar a ação armada dessa organização em Pernambuco e no Nordeste.

Nos meses de dezembro de 1969 e janeiro de 1970, o Comitê Central do PCBR foi atingido por uma série de prisões que ocorreram, inicialmente, no Rio de Janeiro, e espalhar-se-iam pelos outros estados onde a organização atuava. Essas prisões estão associadas, em seu desencadeamento, sobretudo, ao assalto ao Banco Sotó Maior, realizado em 17 de dezembro de 1969. Entre os vários presos, podemos destacar, pois, que atuavam em Pernambuco: Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos (Jason) e Juliano Homem de Siqueira (Zé Carlos), capturados em 19 de janeiro. Juliano é conduzido preso à Pernambuco e, nesse estado, realizam-se novas prisões: Airton Correia de Araújo, Silvério Gomes e Abelardo Baltar. Somente o primeiro tinha maior envolvimento com as atividades do partido em Pernambuco. Silvério integrava um grupo de atuação em Natal. Abelardo era um apoiador do partido em Recife. É nessa leva de prisões no Rio de Janeiro que foi assassinado, por empalhamento, o dirigente Mário Alves de Souza Vieira (Silva).

“A radicalização da luta armada, no PCBR, foi certamente mais forte no nordeste e Pernambuco um dos núcleos mais combativos e organizados.”⁵¹² Datado de 27 de fevereiro de 1970, no primeiro relatório expedido ao Auditor da 7ª Região Militar sobre a atuação do PCBR no estado de Pernambuco, assinado pelo delegado de ordem econômica, João Washington de Mendonça Filho, consta um histórico de atividades e estrutura de organização, além da identificação de três aparelhos do grupamento. Foram citados nomes de pessoas que compunham ou compuseram a direção dos setores. No introito desse relatório, percebe-se a reafirmação de que a base para sua construção foram as prisões dos militantes supramencionados:

⁵¹¹ Maria das Dores Gomes da Silva. Depoimento ao autor em 28 de setembro de 2019, Boa Vista, Recife.

⁵¹² VETCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

No início, do corrente mês, policiais lotados nesta Delegacia, descobriram três aparelhos da facção política, conhecida pela sigla P.C.B.R. (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), sendo um localizado na Rua Laurindo Rodrigues Campelo n.º 70 – Engenho do Meio, outro na rua D. Malan n.º 38 – Apipucos e o terceiro na Rua Padre Lemos, n.º 644 - Bloco B - Apartamento 8 - Casa Amarela. Identificados alguns componentes da aludida facção, foram feitas diligências nas residências dos indiciados FREDERICO JOSÉ MENEZES DE OLIVEIRA “Fred”, AIRTON CORREIA DE ARAÚJO “Clovis”, sendo apreendido farto material de caráter nitidamente subversivo, conforme apreensão de fls. Foram ouvidos apenas dois subversivos: JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA “Zé Carlos” ou JULIO ROBERTO VALLE (segundo uma carteira de identidade falsa) e AIRTON CORREIA DE ARAÚJO “CLOVIS”, que nos seus depoimentos prestados esclareceram várias peculiaridades da associação em foco⁵¹³

São identificados e “estourados” três aparelhos do partido em Recife, nos quais é encontrado material do Partido, o qual foi utilizado para a consecução de novas informações. Essas, entre outras consequências, são descritas como resultados de operações coordenadas pelos órgãos de repressão, deflagradas a partir do dia 26 de janeiro de 1970, contando, como sede das operações, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, localizada na Rua da Aurora.

Isso é o que informa um encaminhamento (n.º 007, de 8 de maio de 1970), o qual foi difundido pela Seção de Segurança do Comando de Formação e Aperfeiçoamento (Confap) do Ministério da Aeronáutica, o qual se baseia em documento anterior do Centro de Inteligência do Exército (CIE), de 24 de março de 1970. Nesse mesmo informe, consta que as operações contaram “[...] com a participação da Sec. Seg. do Estado de Pernambuco⁵¹⁴ em cuja sede passou a funcionar a coordenação das operações, tiveram início as diligências, que até o dia 30, apresentavam os seguintes resultados: [...]”.⁵¹⁵ Salta-nos aos olhos que a operação foi realizada em parceria com órgãos de repressão de outros estados e que a coordenação, apesar de contar com o apoio do Secretário de Segurança Pública, não lhe foi conferida.

A prisão de Airton Correia, de Abelardo Baltar e de Silvério Gomes⁵¹⁶ é um dos resultados listados no informe, com atualização até o dia 30 de janeiro daquele ano. No entanto, apesar de oficialmente conhecida pelos órgãos de repressão, em caráter sigiloso,

⁵¹³ PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano. Relatório de 27 de fevereiro de 1970, do delegado de ordem econômica João Washington de Mendonça Filho ao Auditor da 7ª Região Militar. **Prontuário Individual de Airton Correia de Araújo, n.º 18.982**. Fundo Departamento de Ordem Político-Social (DOPS). Recife: APEJE, 1970.

⁵¹⁴ Neste período ocupava o cargo de Secretário de Segurança Pública do estado de Pernambuco Gastão Barbosa Fernandez (19 de setembro 1969 a 1 de agosto de 1970).

⁵¹⁵ ARQUIVO NACIONAL. Encaminhamento n.º 007/CONFAP, de 8 de maio de 1970. “PCBR do Nordeste”.

⁵¹⁶ ARQUIVO NACIONAL. Encaminhamento n.º 007/CONFAP, de 8 de maio de 1970. “PCBR do Nordeste”..

como demonstra o relatório, ela somente foi reconhecida em 2 de fevereiro, como relatou o próprio Airton.⁵¹⁷ Na verdade, o período que transcorreu de sua captura, em 29 de janeiro, até a oficialização da prisão, em 2 de fevereiro, configura-se, inequivocamente, como um sequestro de um cidadão realizado e patrocinado pelo Estado brasileiro. Não se trata de um acaso nem tampouco de exceção à regra, diante da extensa lista de casos em que narram o mesmo roteiro procedimental, isso foi, na verdade, um expediente previsto e planejado pela ditadura, e do alto escalão aos agentes de rua, todos sabiam que tal conduta compunha o cotidiano da repressão, e mais: fazia parte do sua tática de combate contrainsurgente.

Na queda do Comitê Regional (CR) do PCBR, em 16 de julho de 1970,⁵¹⁸ foram presos Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, Nancy Mangabeira Unger e Vera Maria Pereira de Albuquerque.⁵¹⁹ As duas últimas serão libertadas, com outras 68 pessoas, presas e presos políticos da ditadura, em troca do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, sequestrado em 7 de dezembro pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A queda do CR Nordeste, associada à outra que havia ocorrido em 31 de março, do grupo dos dissidentes do PCBR que haviam ingressado na ALN, muniu a repressão de um conjunto de informações e de pistas sobre o PCBR e sua militância, o que veio a precipitar novas prisões. Sobre esse caso, das prisões do Comitê Regional, veremos mais detalhes a seguir.

A prisão de Chico com duas companheiras de partido, Vera e Nancy, na Rua Jandaia, no bairro de Afogados - Recife, onde moravam a menos de um mês, a primeira proveniente de Fortaleza e a outra do Rio de Janeiro, significou para a polícia a prisão de dois dos membros da direção do Comitê Regional do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o qual atuava, no estado, desde a sua fundação em 1968. Para o PCBR — que tentava se reestruturar depois de um conjunto de prisões no Rio de Janeiro, das quais Nancy havia escapado e vindo para o Nordeste após passar por Salvador e Piauí como novo membro do CR — isso foi um

⁵¹⁷Processo n.º 101/01-OG-A, de Airton Correia de Araújo. À Comissão Especial de Indenização de Ex-Presos Políticos. Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de Pernambuco, p. 26.

⁵¹⁸No mês anterior, junho de 1970, a seleção brasileira havia conquistado, no México, o tricampeonato na IX Copa do Mundo de Futebol, o primeiro a atingir essa marca e, por isso, deter, em definitivo, a taça Jules Rimet. O governo brasileiro, tendo à frente o General Emilio Garrastazu Médici, flamenguista que, com seu radinho, se popularizou como grande torcedor e amante do futebol, capitalizou bastante o ufanismo dos brasileiros por esse esporte, na busca de aprovação, por um lado, e de esquecimento popular das mazelas políticas e sociais, por outro. Enquanto Pernambuco ainda sentia a euforia de seus habitantes pela vitória da copa entoada no refrão do hino “Todos juntos vamos pra frente Brasil! Salve a seleção!”, a tortura já consistia em uma política de Estado direcionada aos militantes políticos contrários ao regime.

⁵¹⁹Ação coordenada pelo capitão Carlos Lamarca. A negociação entre a organização revolucionária e os mandatários da ditadura durou um mês. Recusando-se a atender algumas das reivindicações dos revolucionários, como congelamento nacional dos preços por três meses e acesso livre e gratuito ao serviço de trens do Rio de Janeiro, a 14 de janeiro de 1971, as 70 pessoas libertadas, chegaram a Santiago do Chile. Lá tiveram a oportunidade de fazer denúncias sobre o regime ditatorial no Brasil, as quais seriam publicadas em audiovisual, nos Estados Unidos, no documentário *Brazil: A Report on Torture*, dirigido por Haskell Wexler e Saul Landau. Nas imagens, em entrevista, podem ser vistas Nancy e Vera.

golpe tremendo em sua atuação. Após essas prisões, os demais membros do Partido, sobretudo os que estavam na clandestinidade, buscaram se acautelar mais, entretanto “[...] além do número reduzido de aliados que o partido possuía, estes se mostraram medrosos e se negaram a asilar os procurados.”⁵²⁰

Segundo Cláudio Roberto Marques Gurgel, militante do partido no Rio Grande do Norte, e que iria compor, provisoriamente, a comissão regional, “[...] após as prisões e o caso do Magão⁵²¹ houve muita debandada”.⁵²² Sobre o dia de sua prisão na Rua Jandaia, 37, com as companheiras de organização - a primeira queda⁵²³ em Pernambuco, que envolveu membros orgânicos do PCBR no estado - Chico narra detalhes que dão conta do caráter trágico, e ao mesmo tempo dramático, que, de diferentes maneiras e dimensões, podemos observar no momento da captura dos demais membros das organizações de violência insurgente e, mesmo, da esquerda em geral do período:

[...] a polícia organizou o cerco pela madrugada e, por volta das seis horas da manhã, anunciou sua presença com fortes pancadas na porta principal da casa, acompanhadas, segundos após, de uma rajada de tiros que estilhaçou os vidros das venezianas do quarto da frente. Armados apenas com um revólver calibre 38, eu e Nancy fizemos uso dele, tentando conter a invasão que já se procedia pela porta da cozinha. Mesmo sabendo impossível a missão, tentamos, a partir daí, romper o cerco (até porque sabíamos o rosário de torturas que nos esperava se caíssemos presos). Mal chegamos a cruzar o umbral da porta, quando Nancy foi atingida por uma bala de espingarda 12 (segundo informações posteriores, e pelas consequências verificadas, seria a famosa bala "dum-dum", projétil que os policiais preparam de uma forma que se estilhaça em diversas partes ao atingir seu alvo), que decepou o dedo polegar de sua mão direita, penetrou no estômago e resvalou pelo fígado, em consequência do que foi submetida a diversas operações, tanto no período de prisão, quanto no período posterior de exílio. Ao ver a companheira ferida, recuamos ao lado dela e gritamos que iríamos nos entregar. Os policiais ordenaram que jogássemos as armas ao chão e saíssemos com as mãos para o alto. Eu e Vera assim o fizemos, sendo conduzidos a uma veraneio, onde já entrei apanhando, e levados às dependências da Secretaria de Segurança Pública, na rua da Aurora.⁵²⁴

⁵²⁰ Mário Miranda de Albuquerque, em depoimento escrito a próprio punho, logo após sua prisão. Prontuário Individual 19.083, DOPS. APEJE.

⁵²¹ Alcinha pela qual Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho era chamado por alguns membros da organização.

⁵²² Cláudio Roberto Marques Gurgel, em depoimento escrito a próprio punho, logo após sua prisão. Prontuário Individual 19210, DOPS-PE, APEJE.

⁵²³ Vocábulo comum à época para expressar a ocorrência de prisão pela polícia.

⁵²⁴ Processo n.º 130/01, de Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho. À Comissão Especial de Indenização de Ex-Presos Políticos. Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de Pernambuco, Pedido de Indenização Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho. p. 26.

4.2 Tortura, Tra(u)mas e Redefinições Identitárias

Nancy Mangabeira Unger,⁵²⁵ assim como Chico, vinha das fileiras do movimento estudantil do Estado da Guanabara. Era estudante de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tinha intensa atividade no meio estudantil. Foi vice-presidente de diretório acadêmico por aquela universidade, sendo cassada por força do decreto 477⁵²⁶, de 1969, como tantos estudantes de Pernambuco e de outros estados também o foram.

Vera Maria Pereira Albuquerque,⁵²⁷ que havia chegado de Fortaleza há cerca de três meses, também compunha o movimento estudantil no Ceará, eleita inclusive presidente do Centro de Estudantes Secundaristas do Ceará (Cesc), no ano de 1967. Também era egressa da FBT, como outros militantes desse grupamento que romperam e passaram a compor as fileiras do PCBR. Eram exemplos de uma grande rede, os estudantes, que compuseram a esquerda armada. As duas militantes presas seriam libertadas por força do sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, no final daquele ano de 1969.

O caso de Chico também é exemplar desse fenômeno. Como posto anteriormente, ele desenvolvia atividades políticas na base estudantil secundarista do PCB desde 1961⁵²⁸ e depois — a partir de 1966 — na estudantil-universitária, da Universidade Federal de Pernambuco, como discente da Faculdade de Direito do Recife. Foi preso, em 1967, por suas atividades no PCB,⁵²⁹ mas não tardou a ser libertado. Temendo ser recapturado, transferiu-se

⁵²⁵ Fluminense, do Rio de Janeiro, nascida em 27/08/1948.

⁵²⁶ Diante da continuidade da oposição ao regime nas universidades, mesmo após a decretação do AI-5, a ditadura cria, nas férias escolares, um instrumento de controle legal do movimento estudantil: o Decreto-Lei n.º 477. Aprovado em 26 de fevereiro de 1969, prescrevia infrações disciplinares de cunho político a professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino. Os primeiros seriam demitidos, não podendo ser contratados por um prazo de cinco anos; já os estudantes seriam desligados e não poderiam se matricular em nenhuma outra instituição de ensino por três anos. Além de impor a submissão das entidades estudantis ao controle do Estado, mais precisamente ao Ministério da Educação. Sobre os casos de lideranças estudantis secundaristas que militaram nas organizações armadas, há vários outros exemplos. No PCBR, temos Mário Miranda de Albuquerque (Presidente do CESC, do Ceará. Esposo de Vera), Rholine Sonde Cavalcanti Silva (de Maceió), Paulo Pontes da Silva (do Colégio Estadual de Pernambuco, em Recife); Antônio Soares Lima Filho (Vice-Presidente da UPES – União Pessoaense de Estudantes Secundários, de João Pessoa), Marcelo Mário de Melo (do Colégio Estadual de Pernambuco). No PCR, temos José Emilson Ribeiro da Silva (Presidente da União Pessoaense de Estudantes Secundários – UPES), entre outros.

⁵²⁷ Cearense, de Fortaleza, casada, nascida em 20/04/1950, estudante, 2º grau incompleto. Ingressara no PCBR em meados de 1968, no Ceará, a convite de Chico, com o PCBR já formado, com seu esposo, Mário Miranda de Albuquerque. Egressos de um grupamento trotskista, a Fração Bolchevique-Trotskyista.

⁵²⁸ Do colégio Estadual de Pernambuco, hoje Ginásio Pernambucano, com Paulo Pontes, Marcelo Mário de Melo, Ramires Maranhão do Vale, Carlos Henrique Costa de Albuquerque Maranhão e outros.

⁵²⁹ Depois de indiciado pelas suas atividades no Movimento Estudantil e envolvimento com o PCB, foi libertado. O episódio de sua prisão com os demais companheiro de partido foi narrado em relatório do DOPS da seguinte maneira: “Em fins de 1967, esta delegacia, depois de incansável luta, conseguiu desbaratar o COMITÊ ESTADUAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, e, conseqüentemente, a Comissão de Agitação e Propaganda e o Comitê Universitário. Da mesma diligência, resultou na desarticulação do Jornal denominado

para Fortaleza. Estando lá, em meados de 1968, foi convidado por antigos companheiros do PCB a compor o recém-fundado PCBR. Aceita a proposta e, a partir daí, passa a recrutar e organizar o PCBR naquele estado.

Em 68, julho de 68, chegam dois companheiros, um deles está aqui, vindo do Canadá, o nosso João Baltar,⁵³⁰ ao lado de um outro... com os documentos da corrente revolucionária do PCBR, e de fato eu estava muito envolvido com as lutas de fato, a predominância no Ceará era do PCdoB. Eu estava muito envolvido com as lutas do PCdoB, mas me criava uma certa resistência à posição internacional deles, que era muito a favor da China, Mao TseTung, então me chegou depois um documento escrito do nosso dirigente, que depois eu vim a saber que era o nosso Mario Alves, um documento muito bem escrito e intitulado *reencontro histórico ou pura mistificação*,⁵³¹ no qual eu acabei saindo e me convencendo de que o meu caminho estava por ali, e eu comuniquei as companheiros do PCdoB. Não houve nenhum mal-estar, eu não era do partido ainda, mas passei a militar e tentar construir no PCBR lá no Ceará.⁵³²

Retornando as investidas da repressão contra o PCBR em Pernambuco, após a captura do CR em julho de 1970, em 1971, desenrolou-se outra leva de prisões associadas a três aparelhos da organização: um na Praia de Maria Farinha, Paulista, outro na Praia de Candeias, Jaboatão dos Guararapes, e o terceiro na Praia de Pirangi - RN, que foi, no entendimento de Chico de Assis, “o começo do fim”.⁵³³ Em Maria Farinha, foram presos Odijas Carvalho de Souza⁵³⁴, Lylia Silva Guedes e Mário Miranda de Albuquerque, e as outras prisões foram

COMBATER, com a apreensão de mimeógrafo utilizado na confecção do aludido jornal, o qual já vinha sendo editado o seu 49º número. Com esta diligência, efetuamos a prisão dos militantes IRINEU JOSÉ FERREIRA, ADRIANO ROBERTO AYRES COSTA, HÉRCULES SIDNEI PIRES LIBERAL, FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO e FLÁVIO GOMES DA BARBOSA, os quais juntamente a FREDERICO JAIME KATZ, CÂNDIDO PINTO DA SILVA, FERNANDO ALVES DE OLIVEIRA, SILVIO LIRA ROCHA ou SILVIO ROCHA LIRA, AIRTON DE ALBUQUERQUE QUEIROZ, vulgo “gaguinho”, ORESTES TIMBAUBA RODRIGUES, NAPOLEÃO CARNEIRO DA SILVA, ODIJAS CARVALHO DE SOUZA, DAVID CAPISTRANO DA COSTA, MANOEL BARBOZA FERREIRA, FRANCISCO LUIZ DE FRANÇA, EZEQUIAS BEZERRA DA ROCHA, JOSÉ RIBEIRO DO NASCIMENTO, EDUARDO RAMÍREZ PINHEIRO DA SILVA e JOSÉ OTO DE OLIVEIRA, os quais foram indiciados em inquérito instalado, o qual foi encaminhado à auditoria da 7ª Região Militar, em ofício 741-A, de 18 de dezembro de 1967. Entre os referidos, sua maior parte era constituída, na época, de universitários (ARQUIVO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO. Fundo SSP/DOPS, Prontuário n.º 26.637, Prontuário de Relatórios n.º 27.593).

⁵³⁰ João Maurício de Andrade Baltar foi uma das lideranças do movimento estudantil da Escola de Engenharia de Pernambuco e um dos dirigentes do PCBR no estado.

⁵³¹ Documento escrito como resposta a um grupo dissidente do PCBR do Rio de Janeiro, em junho de 1968, que ingressou no PCdoB, em 1968, e, no momento da cisão, lançou um manifesto intitulado *Reencontro Histórico*.

⁵³² Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho em depoimento à Comissão Estadual da Verdade e Memória Dom Helder Câmara, em 06/12/2012.

⁵³³ Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho (FABRF), depoimento ao autor em Recife, 06/12/2018.

⁵³⁴ “Odijas Carvalho de Souza foi preso em 30 de janeiro de 1971, por volta das 6h horas da manhã, na praia de Maria Farinha, município de Paulista, em Pernambuco, com Lylia da Silva Guedes, pelos seguintes policiais civis da Delegacia de Segurança Social do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS – da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco: Edmundo Brito de Lima, Ivaldo Nicomedes Vieira, Izaias Alves da Silva e Severino Pereira da Silva. Ambos foram levados para as dependências do DOPS, na rua da União, no centro do Recife. Carlos Alberto Vinícius Melo do Nascimento, outro preso político que já se encontrava no local, a_rmou ter conversado com Odijas até cerca das 11h, quando chegou o titular da Delegacia, delegado José Silvestre. Iniciava-se o seu suplício. Odijas Carvalho de Souza foi barbaramente torturado durante 17h seguidas:

efetuadas a partir das primeiras. Destaque-se que Mário Miranda de Albuquerque foi preso no mesmo local, mas cinco dias após os primeiros, ao retornar de uma reunião nacional do PCBR no Rio Grande do Norte, a qual, mesmo com sua saída, havia prosseguido, agentes policiais estavam aguardando na casa de praia.⁵³⁵ Da perseguição às pessoas que se encontravam na citada reunião, resultaram presos: Carlos Alberto Soares, Cláudio Roberto Marques Gurgel, Rosa Maria Barros dos Santos, Maria Ivone de Souza Loureiro, Rosane Alves Rodrigues e Marcelo Mário de Melo.

Esses fatos trouxeram grande abalo ao funcionamento do PCBR, visto que muitos dos que foram presos eram quadros dirigentes do Partido. É próximo desse período, precisamente em março de 1971, que foi preso o militante do PCBR, José Gersino Saraiva Maia, natural do Rio Grande do Norte, que, dizendo-se arrependido de sua atuação na esquerda armada, passou a colaborar com os órgãos de repressão, municiando-os de explicações detalhadas sobre a estrutura de organização do PCBR, a composição de seus quadros e em quais setores atuavam, bem como as ações desenvolvidas de que tinha conhecimento e seus respectivos participantes.

Entre março e dezembro de 1972, ocorreu, novamente, um conjunto de prisões de membros e de simpatizantes do PCBR, as quais atingiram, letalmente, os setores, já cambaleantes, do campo (com gravitação entre as localizações de Gravatá e Caruaru) estudantil e operário do partido em Pernambuco. Entre os dias 3 e 5 de abril daquele ano de 1972, foram capturados: Romildo Maranhão do Vale, Pedro Eugênio Toledo Cabral, Carlos Alexandre Lapa Aguiar, Sonia Maria de Arruda Beltrão, Anildo Alves de Melo, Sonia Coutinho Calheiros, Helena Mota Quintela, Maria Quintela de Almeida, Maria do Socorro Diógenes, Almir Custódio de Lima, Jovenildo Pinheiro de Souza, José Moreira Lemos Neto, Roberto Mário da Silveira, Geraldo Ferreira Santos, Fabiano de Almeida Leite, Almir Custódio de Lima, Franklin Dário da Silva, Karl Marx Guimarães Coelho, José Ivanildo

das 11h do sábado, 30 de janeiro, até 4h da madrugada do domingo, 31 de janeiro. Segundo os depoimentos de Lylia Guedes, Alberto Vinícius, Tarzan de Castro e Maria Cristina Rizzi, presos em celas contíguas, diversos policiais e delegados se revezaram nos espancamentos e torturas. Diante da extrema gravidade de seu estado físico, não restou alternativa aos seus algozes senão encaminhá-lo ao Hospital da Polícia Militar de Pernambuco, em 6 de fevereiro. Dois dias após o seu ingresso, em 8 de fevereiro de 1971, Odijas veio a falecer em consequência das torturas. A Certidão de Óbito, fornecido pelo Instituto de Medicina Legal do Estado de Pernambuco, com data de 10 de fevereiro de 1971, assinada pelo médico-tenente da Polícia Militar de Pernambuco Ednaldo Paz de Vasconcelos, consubstanciou uma falsa versão, constando como *causa mortis* “embolia pulmonar”. (PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: **Relatório Final**: volume I. Recife: CEPE, 2017. p. 175-176.

⁵³⁵Por questões de segurança, as organizações determinavam que, nas reuniões, ninguém que estivesse participando poderia sair antes de seu término ou dissolução, visto ao fato de que estariam vulneráveis seus integrantes após um deles se ausentar. Nesse caso de violação de regra de segurança, os efeitos e os prejuízos para o PCBR foram de grande monta, gerando uma onda de prisões e uma desestruturação quase mortal para o partido em sua atuação em Pernambuco.

Alves Machado, Caetano de Oliveira Cintra. Em dez de dezembro, é preso, em bar do porto do Recife, Edmilson Vitorino de Lima, seguindo-se, na cidade de Vitória de Santo Antão, Severino Quirino de Miranda, José Adeildo Ramos, Luiz Alves Neto e sua esposa Anatália Melo Alves e Fernando Augusto da Fonseca.⁵³⁶ Essas prisões significaram, na prática, o epílogo da atuação do PCBR em Pernambuco.

Mais adiante, há um quadro de exposição geral, mas resumida, das prisões do PCBR durante sua atuação em Pernambuco. O quadro foi elaborado a partir dos dados dos processos judiciais compilados pelo Projeto Brasil: Nunca Mais, Prontuários Individuais e Funcionais do DOPS-PE e Processos de Petição Indenizatória, tramitados em Pernambuco. Saliente-se que, por sua estruturação nacional, eventos que ocorreram em outros estados, inclusive outras prisões, impactaram diretamente na dinâmica do partido no estado de Pernambuco. Era prática, nas diversas organizações do período, armadas ou não, a realocação de integrantes para outros estados que não o de sua origem e residência, onde, normalmente, por sua atuação política, estavam “queimados”, ou seja, eram procurados por já serem conhecidos pelos órgãos repressivos,⁵³⁷ quando não com prisão decretada ou já condenados. Isso os impelia à necessidade de retirada de “documentos frios”.⁵³⁸ Essa “militância errante” é um fator de muita relevância na compreensão dos fios que compunham o emaranhado da realidade política das esquerdas armadas brasileiras, mas não somente. Essa característica é observada vigorosamente na dinâmica de todas as organizações, ditas subversivas, de confissão marxista. Isso é símile a outras organizações armadas, imersas em um isolamento político crônico e ingressas em uma dinâmica cíclica típica da clandestinidade, a qual força a realização de ações com o fim de sobrevivência e na esperança de libertar companheiras e companheiros presos. E, ao mesmo tempo, forja-se, no seio do partido, um fenômeno que compreendeu quase todas as esquerdas armadas no período de clandestinidade, que é a

⁵³⁶Anatália foi capturada em 17 de dezembro de 1972, foi assassinada, depois de violentada sexualmente por seus torturadores, a 22 de janeiro de 1973, nas dependências do DOPS-PE, sob a versão oficial de que havia se suicidado com a alça de sua bolsa. Fernando Augusto, preso no dia 26 do mesmo mês, foi assassinado pela repressão nas dependências do DOI-Codi no mesmo dia, mas seu corpo foi levado, por agentes do Estado, para o Rio de Janeiro, para compor uma cena forjada, a de que havia sido morto em confronto com as forças policiais, na conhecida chacina de Grajau e Bento Ribeiro.

⁵³⁷A maioria dos que viriam a compor as fileiras da esquerda armada integraram ativamente o Movimento Estudantil pós-golpe e engrossaram as manifestações de rua de 1966 a 1968. É após o AI-5, imposto no final deste ano, que ganhou forma o processo chamado por Jacob Gorender de “imersão geral na luta armada”. Cf. GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

⁵³⁸Devido à perseguição política, os militantes que foram reconhecidos e processados em suas cidades de origem, normalmente providenciavam, ou a organização de que fazia parte, documentos falsos para que prosseguissem com sua atuação na clandestinidade.

interiorização de uma abnegação necessária em favor da causa revolucionária e o apego extremo à esperança, o que foi chamado, injustamente, de suicídio revolucionário.

No quadro não constam nomes e fatos importantes para compreensão da História do PCBR, mas também da atuação da própria esquerda armada. Muitos deles com relação direta com o estado de Pernambuco, seja por serem naturais deste estado ou por terem desenvolvido militância em seu território. Nesse sentido vale a menção de três episódios, ou mais propriamente duas chacinas promovidas pelos órgãos repressivos com a missão de eliminar os últimos quadros resistentes que prosseguiam em atividade em nome do grupamento armado.

Quando da captura, no interior de Pernambuco, do setor do campo do PCBR, em dezembro de 1972, houve também operações no Rio de Janeiro, nas quais foram assassinados pelas forças repressivas outros cinco militantes do Partido. Fernando Augusto Valente da Fonseca (Sandália, Comprido) que fora morto nas dependências do DOI-Codi do Recife, teve seu corpo levado para o Rio de Janeiro, bairro do Grajaú, para a montagem do macabro cenário de uma das chacinas levadas a cabo no fim daquele mês, como habitualmente para forjar um fachada legal para os trucidamentos. No dia 29 de dezembro, o corpo de Fernando foi disposto fora de um carro em uma das ruas daquele bairro, dentro do veículo carbonizado estavam os corpos, também queimados, de seus companheiros Getúlio D'Oliveira Cabral, José Silton Pinheiro e José Bartolomeu Rodrigues de Souza. A cena seria, segundo a farsa divulgada pelos meios oficiais da ditadura, produto de uma troca de tiros entre estes militantes e os agentes policiais, ao fim da qual, o carro se incendiara.

Neste mesmo 29 de dezembro foram também executados, no bairro de Bento Ribeiro, Rio de Janeiro, Valdir Sales Sabóia e Lourdes Maria Wanderley Pontes, esposa de Paulo Pontes da Silva. Essas mortes ficaram conhecidas como “Chacina de Bento Ribeiro e Grajaú”. O segundo massacre, ocorrido em 27 de outubro de 1973, pode ser analisado, do ponto de vista do seu impacto para o PCBR, o que marca mais fortemente o epílogo da organização no Brasil inscrita no ciclo da luta armada do período. Refere-se ao episódio que ceifou a vida de Ranusia Alves Rodrigues, Ramires Maranhão do Valle, Almir Custódio de Lima e Vitorino Alves Moitinho, passada à história como o “Massacre da Praça Sentinela” ou “Massacre de Jacarepaguá”, em atinência ao local do Rio de Janeiro onde se processou.

Quadro 1 – Prisões de membros do PCBR

PCBR – PRISÕES		
NOME	DATA DA PRISÃO	EVENTO
Edinaldo Miranda de Oliveira	10/12/1968	ACUSADO DE AUTORIA DO ATENTADO AO AEROPORTO, OCORRIDO EM 1966
João Alves Gondim Neto	03/07/1969	
Cândido Pinto de Melo	28/04/1969	ATENTADO A CÂNDIDO⁵³⁹
Juliano Homem de Siqueira	20/01/1970	QUEDAS DO COMITÊ CENTRAL - RJ
Airton Correia de Araújo	27/01/1970	
Grivaldo Tenório	31/03/1970	QUEDA DE EX-MEMBROS DO PCBR
Maria Tereza de Lemos Vilaça	31/03/1970	
Luciano de Almeida	31/03/1970	
Mauricio Anísio de Araújo	31/03/1970	
Rholine Sonde Cavalcante Silva	31/03/1970	
Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho	16/07/1970	QUEDA DO CR - Rua Jandaia, Afogados Recife.
Nancy Mangabeira Unger	16/07/1970	
Vera Maria Rocha Pereira	16/07/1970	
Paulo Pontes da Silva	27/10/1970	
Antonio Ferreira da Costa Neto	01/11/1970	
Alberto Vinicius Melo Nascimento	29/11/1970	
Lylia Silva Guedes	30/01/1971	QUEDAS DA PRAIA MARIA FARINHA
Odijas Carvalho de Souza	30/01/1971	
Mário Miranda de Albuquerque	05/02/1971	
Carlos Alberto Soares	07/02/1971	QUEDAS DA PRAIA DE PIRANGI
Cláudio Roberto Marques Gurgel	07/02/1971	
Maria Ivone de Souza Loureiro	07/02/1971	
Rosa Maria Barros dos Santos	07/02/1971	
Rosana Alves Rodrigues	07/02/1971	
Marcelo Mario de Melo	09/03/1971	
José Gersino Saraiva Maia	14/02/1971	

⁵³⁹O líder estudantil e presidente da União dos Estudantes de Pernambuco, Cândido Pinto de Melo, integrante do PCBR, devido à sua atuação, é vítima de um atentado a tiros enquanto aguardava transporte em uma parada de ônibus, sendo atingido por três disparos, um dos quais atinge sua coluna, o que lhe causou um estado de paraplegia permanente.

Ezequias Bezerra da Rocha ⁵⁴⁰	10/03/1971	
José Moreira Lemos Neto	03/12/1971	
Luiz Alberto de Sá Benevides	09/03/1972	ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO DA “CURVA DO ADOLFO”, EM CARUARU, PE⁵⁴¹.
Mirian Lopes Verbena	09/03/1972	
Romildo Maranhão do Vale	29/03/1972	- QUEDAS DO SETOR ESTUDANTIL E OPERÁRIO - MARÇO/ABRIL DE 1972
Carlos Alexandre da Lapa Aguiar	03/04/1972	
Carlos Henrique Costa de Albuquerque Maranhão	03/04/1972	
José Ivanildo Alves	03/04/1972	
Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral	03/04/1972	
Abiasafe Xavier de Brito	04/04/1972	
Anildo Alves de Melo	04/04/1972	
Fabiano de Almeida Leite	04/04/1972	
Helena Mota Quintela	04/04/1972	

⁵⁴⁰ Em 7 de março de 1972, Ezequias Bezerra da Rocha emprestou seu carro Volkswagen a Míriam Lopes Verbena, uma amiga de infância e sua colega de estudos por vários anos. Míriam era casada com Luiz Alberto Andrade de Sá Benevides. O casal era militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e eram procurados pelos órgãos de repressão do governo militar. No dia seguinte, 8 de março, Ezequias tomou conhecimento de que Míriam e Luiz Alberto haviam morrido em um acidente com o seu automóvel, ocorrido às 9h30 horas, na BR-423, entre as cidades de São Caetano e Cachoeirinha, região do agreste pernambucano. Informado que seu carro fora removido para Caruaru, dirigiu-se em companhia de seu irmão àquela cidade para tentar recuperá-lo junto aos serviços oficiais competentes. Esta iniciativa é indicativa de que não se sentia perseguido pelos órgãos de segurança. No entanto, a presença de inúmeros policiais estranhos ao local e o rumor da morte de terroristas perigosos provocaram clima de medo generalizado, impedindo-o de receber o automóvel de volta. Por ser proprietário do Volkswagen emprestado ao casal de militantes do PCBR, Ezequias foi identificado pelos órgãos de repressão como associado às ações do partido. Em 10 de março de 1972, foi emitido Pedido de Busca da Delegacia de Segurança Social que lhe era destinado, determina a “localização e captura de elemento subversivo”. Em 11 de março, por volta de uma hora da madrugada, quando retornavam à residência no Recife, Ezequias e sua esposa Guilhermina foram sequestrados por quatro homens armados de metralhadoras que invadiram o apartamento onde moravam na rua Guimarães Peixoto, nº 405, apt. 107, bloco A, no bairro de Casa Amarela. Esses indivíduos vasculharam todos os cômodos do local, deixando-os na maior desordem; a seguir, conduziram o casal, encapuzados e separadamente, em veículos diferentes. O sequestro de Ezequias e de Guilhermina fazia parte de um conjunto de operações dos órgãos de repressão do regime que tiveram como resultado: o acidente de automóvel mencionado, que causou a morte de Luiz Benevides e Míriam Verbena; o sequestro de Maria Adozinda Monteiro da Costa, irmã de Míriam Verbena, e seu marido Aluísio Gonçalves da Costa, ocorrido em 9 de março, a prisão de Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral, além de prisões posteriores de militantes do PCBR. Ezequias Bezerra da Rocha e Guilhermina Bezerra da Rocha foram levados para as dependências do Destacamento de Operações de Informação (DOI) do IV Exército, localizado na rua do Hospício, ao lado do Quartel-General do Comando do IV Exército, em frente à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. No DOI, Ezequias foi submetido a várias espécies de violências, torturas, sevícias e abusos”, ali mesmo tendo sido morto e divulgada uma falsa versão de fuga e desaparecimento de Ezequias. (PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: **Relatório Final**: volume I. Recife: CEPE, 2017. p.194 *et seq.*)

⁵⁴¹ “Em razão das quedas e perseguições que vinham sofrendo no estado da Guanabara, vários integrantes do PCBR se deslocaram para o Nordeste. Nesse contexto, situa-se a atuação de Luís Alberto em Pernambuco, entre o final de 1971 e início de 1972. Era recém-casado com Míriam Lopes Verbena, também militante do PCBR, com quem sofreu acidente mortal de automóvel no interior de Pernambuco”. (PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: **Relatório Final**: volume I. Recife: CEPE, 2017. p.183).

Ivaldevan Coutinho Calheiros	04/04/1972	
Jovenildo Pinheiro de Souza	04/04/1972	
Maria do Socorro Diógenes	04/04/1972	
Maria Quintela de Almeida	04/04/1972	
Sonia Maria de Arruda Beltrão	04/04/1972	
Caetano de Oliveira Cintra	05/04/1972	
Karl Marx Guimarães Coelho	05/04/1972	
Geraldo Ferreira dos Santos	05/12/1972	
Edmilson Vitorino de Lima	10/12/1972	- QUEDAS DO SETOR DO CAMPO - DEZEMBRO DE 1972
Anatália Melo Alves	17/12/1972	
Fernando Augusto Valente da Fonseca	26/12/1972	
José Adeildo Ramos	17/12/1972	
Luiz Alves Neto	17/12/1972	
Severino Quirino de Mendonça	03/05/1973	

Fonte: elaborado pelo autor

Quanto à ALN, a prisão de alguns de seus membros ocorreu em março de 1970. É capturada a primeira turma da organização no estado de Pernambuco. São presos no Varadouro, Olinda, Ronaldo Dutra Machado, grande articulador da ALN no Nordeste, e o capixaba Perly Cipriano. Após eles, nos dias subsequentes, seguiram-se várias outras capturas de militantes da mesma organização: Luciano de Almeida, Maurício Anísio de Araújo, Tereza Vilaça, Rholine Sonde da Silva, Grivaldo Tenório e outros.

Em 12 de maio do mesmo ano, defronte ao cinema moderno, situado nas imediações da Praça Joaquim Nabuco, Centro, Recife, foram presos, enquanto cobriam um ponto, Alan Melo Marinho de Albuquerque e Antonio Nahas Junior, pertencentes a VAR-Palmares. Não houve novas prisões proximamente, mas elas trouxeram a possibilidade de abertura de um conjunto de informações, como a realização de um congresso da organização na Praia de Maria Farinha, em fins de 1969. A partir dessas prisões, a repressão teve acesso a informações e deliberações gerais desse congresso.

Em janeiro de 1971, foi preso, em Pernambuco, logo em janeiro, Antônio Esperidião Neto, da ALN. Ele, com outros, havia chegado há pouco tempo do treinamento militar em Cuba e tinha participado da polêmica ação de justicamento do comerciante cearense Armando Rodrigues, já comentado no capítulo anterior. Essa ação gerou rápida perseguição policial, da qual estava fugindo.

Em 1972 e 1973, há muitas prisões de militantes da esquerda armada em Pernambuco, podemos, inclusive, estabelecer esse ano como um grande marco para o fechamento desse

projeto e a atuação mais sistemática das organizações em Pernambuco, isto é, o sufocamento do projeto da violência insurgente. É importante fazermos esse desenho geral das capturas promovidas pela repressão para sabermos, em linhas gerais, o quadro das organizações nas prisões e a dialética contextual em que a revisão do caminho armado irá se operar em Pernambuco. Duas penitenciárias foram utilizadas para os presos políticos cumprirem pena em Pernambuco: a Casa de Detenção do Recife, no centro da cidade, e a Penitenciária Professor Barreto Campelo, localizada na Ilha de Itamaracá.

A primeira prisão, localizada no centro do Recife, caracterizava-se por possibilitar um contato muito maior dos prisioneiros com as pessoas em liberdade e com o mundo externo. Inclusive, a ideia de mobilização da sociedade em torno de pautas próprias da prisão era muito mais fácil de ser aplicada e obter sucesso, pois amigos, familiares e apoiadores em geral podiam visitar com maior facilidade os presos políticos, afora outras instituições que abrigavam atores e histórica mobilização em torno de pautas da esquerda, a exemplo de escolas, faculdades e sindicatos localizados nas proximidades. O governo biônico de Pernambuco, com Eraldo Gueiros Leite a sua frente⁵⁴², em março de 1973, fecha a Casa de Detenção do Recife, transferindo os presos para a Penitenciária Professor Barreto Campelo, com grande festa, contando com anúncio festivo em ares de modernização. Com essa medida, o governo ilegítimo buscava distanciar, pelo isolamento social, os presos políticos e suas lutas.

E não há que se esquecer da prisão feminina, a Colônia Penal Bom Pastor, que possuía uma dinâmica diferente das já mencionadas. Era administrada por freiras. Lá também ocorreu essa revisão da via armada, já que, semelhantemente às prisões masculinas (Casa de Detenção e Barreto Campelo), as presas políticas, em sua maioria, eram provenientes das fileiras das organizações armadas e, após a libertação, que, na maioria dos casos, deu-se anteriormente a 1974, não retornaram às fileiras de grupamentos armados, como podemos observar na tabela a seguir:

⁵⁴² Eraldo Gueiros Leite governou Pernambuco de março de 1971 a março de 1975.

Quadro 2 – Presas Políticas

PRESAS POLÍTICAS DO BOM-PASTOR (1969-1979)		
NOME	DATA DA PRISÃO ⁵⁴³	ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCIA NO MOMENTO DA PRISÃO
Eridan Moreira Magalhães	12/06/1969	AP
Lília Maria Pinto	12/06/1969	AP
Ana Maria Fonseca	05/10/1969	AP
Helena Serra Azul	15/10/1969	AP
Maria Teresa Lemos Vilaça	01/04/1970	ALN
Cleusa Maria Palm Aguiar	24/04/1970	FBT
Yara Falcón Lins	01/05/1970	POLOP
Erlita Rodrigues	24/04/1970	FBT
Vera Lúcia Stringuini	24/04/1970	FBT
Vera Maria Rocha	16/07/1970	PCBR
Nancy Mangabeira Unger	16/07/1970	PCBR
Dulce Chaves Pandolfi	14/08/1970	ALN
Lylia da Silva Guedes	30/01/1971	PCBR
Rosa Maria Barros Santos	07/02/1971	PCBR
Maria Yvone Loureiro Ribeiro	07/02/1971	PCBR
Áurea Bezerra dos Santos	24/04/1971	VAR-PALMARES
Gilseone Westin Cosenza	27/07/1971	AP
Sônia Maria Beltrão	03/04/1972	PCBR
Maria do Socorro Diógenes	04/04/1972	PCBR
Helena Mota Quintela	04/04/1972	PCBR
Maria Quintela de Almeida	04/04/1972	PCBR
Maria do Carmo Tomaz	16/08/1973	PCR
Maria Aparecida dos Santos	04/04/1978	PCR
Selma Bandeira	08/04/1978	PCR

Fonte: elaborado pelo autor

As prisioneiras realizaram debates e, alguns aspectos de seu conteúdo, tivemos como acessar a partir das cartas que foram trocadas por militantes do PCBR entre julho e dezembro de 1970 e que a repressão apreendeu e demonstrou preocupação com o fato, como podemos observar a seguir:

A correspondência chegou a preocupar a repressão que solicitou providências: “1) Este centro tomou conhecimento de que os militantes do PCBR, recentemente detidos em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, fizeram um requerimento ao auditor para da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, solicitando transferência do DOPS-PE para a Casa de Detenção do Recife e Colônia Penal. 3) acrescente-se ao fato de que no “aparelho” de MARIA FARINHA foram apreendidas várias cartas de autoria de ***** e *****”, escritas de dentro da

⁵⁴³ A data de prisão refere-se ao momento em que a militante foi capturada. Assim elas chegariam somente muitos dias depois na Colônia Penal, que era o ponto final de toda uma peregrinação de sofrimento, que começara, normalmente, com o cerco e sequestro promovido pela polícia (que normalmente não assumia, de pronto, a prisão realizada), passava pelos interrogatórios clandestinos, em que a tortura era método protocolar e somente depois havia a formalização da prisão. Por último, ocorria a transferência para a detenção no Engenho do Meio, na Bom Pastor.

Colônia Penal de Mulheres delinquentes e Casa de Detenção do Recife. 4) Pela leitura do texto das mesmas, verifica-se que na prisão, militantes de Organizações Revolucionárias promoveram verdadeiros “coletivos”, discutiram problemas internos e criticaram duramente os “companheiros” que traíram a REVOLUÇÃO, ao prestarem seus depoimentos que comprometeram a segurança partidária. 5) ficou positivado que tais elementos longe de se arrependerem dos seus atos, firmaram, ainda mais, suas convicções ideológicas. 6) caso a transferência dos mesmos se configure, severa vigilância terá de ser feita nos novos locais de detenção, sem o que fatos desagradáveis poderão ocorrer, com sérios e graves prejuízos à segurança nacional⁵⁴⁴.

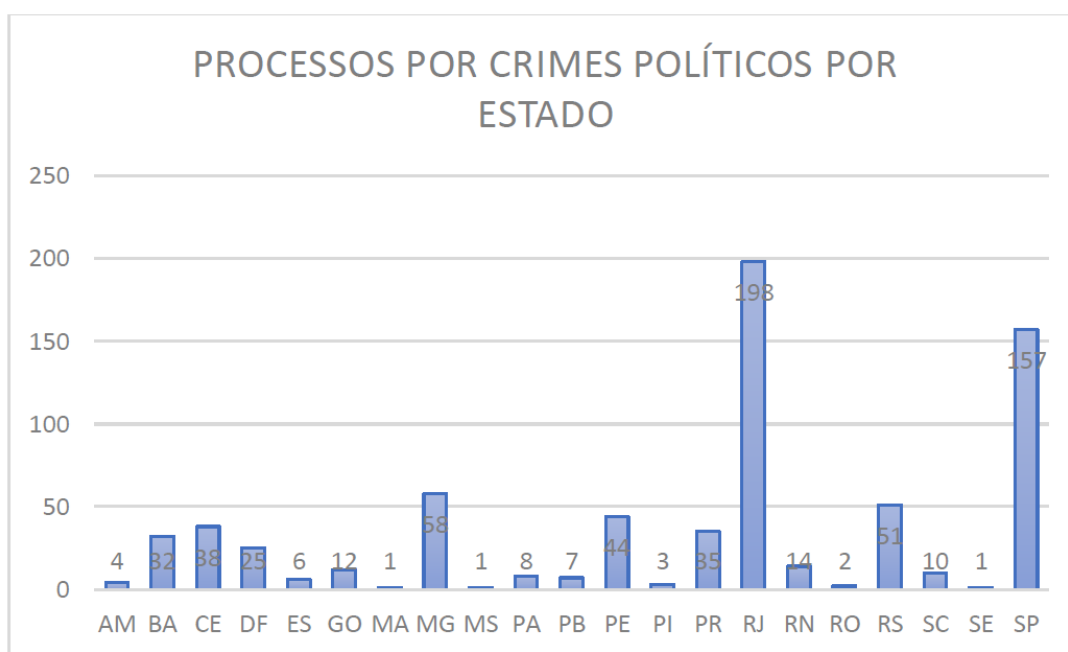
Apesar do pequeno período que abarca a correspondência acessada, bem como ser aparentemente precoce para falarmos em revisão da luta armada, isso nos permite traçar questões importantes que se conectam com a revisão do projeto armado que se dará nas prisões. É preciso pensar, inclusive, que essa revisão não foi feita somente porque estavam nas prisões, já que havia uma dinâmica viva do dentro-e-fora das grades, que estão necessariamente inter-relacionadas e, já nesse período, havia sinais de revisão do projeto, também como resposta ou frustração ao fracasso do comportamento militante no momento da prisão (e da tortura) e no imediatamente depois.

Muitas foram as pessoas que sofreram diretamente com as perseguições do regime e, quando capturadas, foram submetidas à sistemática tortura física e psicológica. O regime teceu uma rede de legitimação que contava com a elaboração jurídica para justificar seus atos de força e opressão. O crime político, ou seja, delitos de civis infratores da Lei de Segurança Nacional, sob responsabilidade da Justiça Militar a partir de 1965, não contava com o princípio básico da presunção de inocência. No Nordeste, e mesmo no Brasil, Pernambuco foi um dos estados que mais processou pessoas por infração contra a LSN, como podemos ver nos quadros a seguir, os quais foram elaborados a partir dos dados do Projeto Brasil: Nunca Mais. Em nível de país, Pernambuco, com o total de 44, foi o quarto estado que mais contabilizou processos por crimes políticos, ficando atrás apenas de Rio de Janeiro (198), São Paulo (157) e Minas Gerais (58). Quanto à análise regional, o Nordeste ocupa a segunda posição do ranking com 140 processos, o que significa cerca de 20% (19,8) do número global (707) do país. Esses dados demonstram o peso da atuação das organizações ditas subversivas, e as armadas em particular, no estado de Pernambuco, e também sua importância num quadro comparativo entre as regiões do país. Os dados também iluminam a concentração e força da estrutura repressiva no estado e nos enseja a conclusão do peso da tradição reacionária e de repressão as forças de esquerda no território desde os tempos anteriores à república, mas,

⁵⁴⁴ ARQUIVO NACIONAL. INFORME CENIMAR 35967, de 22/3/1971.

sobremaneira, depois, destacando-se o período Vargas e a política de seus interventores em Pernambuco, período de criação do DOPS.⁵⁴⁵

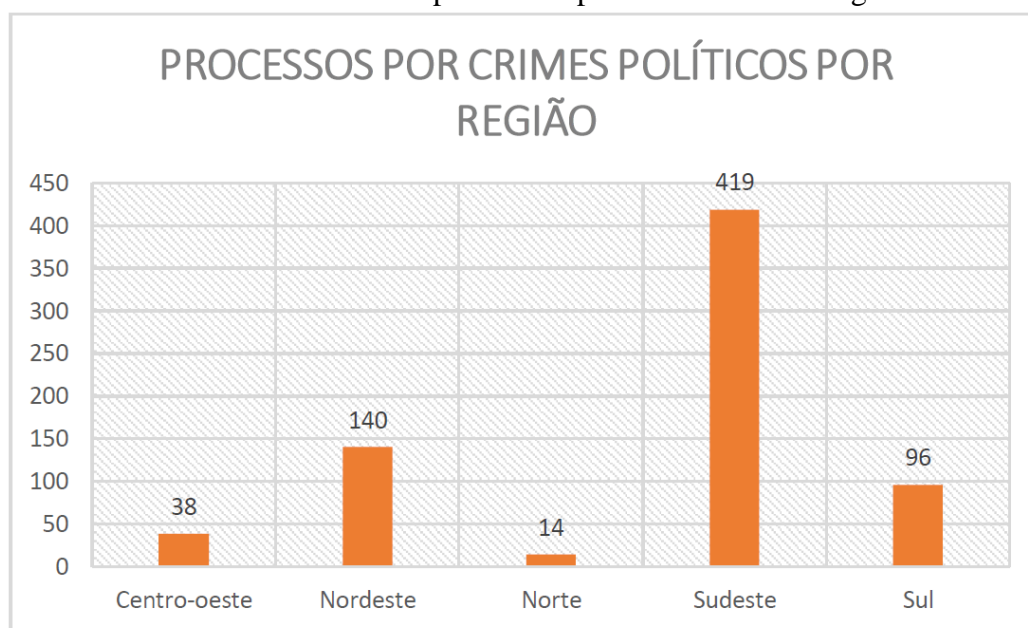
Gráfico 1 – Processos por crimes políticos conforme estados do Brasil



Fonte: Projeto Brasil: Nunca Mais. *In*: CATÃO, Magno Francisco Sátiro. A repressão nos tribunais: os processos por crimes políticos na Circunscrição Militar de Pernambuco (1964-1973). 2020. 166 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito do Recife, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, 2020. p. 86.

⁵⁴⁵Dentre as áreas periféricas, destacam-se a Região Sul, principalmente o Rio Grande do Sul (51), seguido do Paraná (35), e a Região Nordeste: Pernambuco detinha a maior quantidade de processos (44) da região, seguido do Ceará (38), Bahia (32) e Rio Grande do Norte (14). CATÃO, Magno Francisco Sátiro. **A repressão nos tribunais**: os processos por crimes políticos na Circunscrição Militar de Pernambuco (1964-1973). 2020. 166 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito do Recife, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, 2020. p. 86.

Gráfico 2 – Processos por crimes políticos conforme região



Fonte: Projeto Brasil: Nunca Mais. In: CATÃO, Magno Francisco Sátiro. A repressão nos tribunais: os processos por crimes políticos na Circunscrição Militar de Pernambuco (1964-1973). 2020. 166 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito do Recife, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, 2020. p. 86.

Enquanto vigorou o regime, o acusado de crime político é que teve de provar sua inocência, pois o *modus operandi* estava circunscrito à *lógica de suspeição*, utilizada pela ditadura brasileira e suas congêneres do mesmo perfil. Depois de sequestrar ou prender o alvo, a repressão recorria, de modo protocolar, à tortura como a “caixa de pandora” para extrair informações, destruindo e subjugando a pessoa, num rito perverso de dominação. Nesse cenário, a prática de tortura não era um desvio do sistema, mas sim uma engrenagem planejada.

Mais claramente, houve a decepção, a qual foi fruto da contradição indissolúvel entre o idealismo alimentado da imagem do que deveria ser o agente político e o fato consumado dos “erros cometidos” diante da repressão. São conduzidos, por meio de uma racionalização incômoda e inquietante, a ruptura com o modelo de revolucionário que alimentavam até antes de caírem presos.

A tortura era realidade antes de 1968, mas foi, a partir daí, adotada como política de Estado e foi ela, em sua resultância, lastro de desesperançamento. Esse que é a ruína da utopia, motor maior da violência insurgente no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970. Os irrecuperáveis, aqueles e aquelas que não se dobraram humanamente diante da repressão, esse foram exterminados sem mais.

A violência política aberta, assim como os métodos de negociação democrática, tem uma racionalidade derivada das necessidades da classe dominante, que dá sentido global aos atos institucionais e complementares, constituições outorgadas e outros diplomas legais, assim como a seus produtos: mortos, “desaparecidos”, presos políticos etc. É essa racionalidade que está na base, também, da evolução das leis que tipificam o crime político no país. As vicissitudes da luta de classes no mundo levaram as classes dominantes brasileiras a adotar métodos de contrarrevolução preventiva, o que explica o deslocamento do crime político da órbita do Código Penal para a da legislação especial voltada para a “segurança nacional”, a partir da Lei n.º 38, de 4 de abril de 1935. A Lei n.º 1802, de 1953, que veio em seguida, não reconhecia a categoria crime político e estipulava que os delitos contra o Estado e a ordem política e social seriam julgados na Justiça Civil. Apenas os crimes contra a segurança externa estariam na jurisdição da Justiça Militar. Essa lei começou a ser revogada, na prática, em 27 de outubro de 1965, pelo AI-2, concebido pelo prisma da Doutrina de Segurança Nacional, isto é, da defesa de um modelo econômico de associação com o capital internacional contra o nacionalismo e o comunismo. O AI-2 militarizou a definição dos crimes políticos, que, entendidos agora como atentados contra a segurança nacional, passariam à alçada da Justiça Militar. Essa norma foi ratificada pela Constituição outorgada pelo general-presidente em janeiro de 1967 e, em março do mesmo ano, pelo Decreto-Lei n.º 314, que revogou a Lei de Segurança Nacional de 1953. Depois que o AI-5 suspendeu, em 1968, o direito ao *habeas corpus* para os acusados de crime político, a Lei n.º 898, de 29 de setembro do ano seguinte, impôs normas ainda mais radicais, incorporando as penas de morte, prisão perpétua, banimento e confisco “nos casos de guerra externa, psicológica adversa ou revolucionária ou subversiva.”⁵⁴⁶

A violência insurgente contra o Estado, a qual foi promovida pelas diversas organizações socialistas armadas, gerou uma resposta da ditadura no sentido de enrijecer o nível de violência empregado contra as oposições, em geral, e a armada, em particular. Os militantes da luta armada eram enquadrados nos chamados crimes de sangue, crimes que claramente ficariam de fora (artigo 1º, parágrafo II) da Lei da Anistia (n.º 6683), de 28 de agosto de 1979: “Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”. Os dados a seguir, apresentados por Renato Lemos, objetivam apontar “[...] a progressão quantitativa desses casos, claramente simétrica ao agravamento da violência empregada pelos governos militares contra a oposição em geral e, em especial, os setores adeptos da luta armada como caminho para a derrubada do regime ditatorial”.⁵⁴⁷

⁵⁴⁶ LEMOS, Renato. Ditadura militar, violência política e anistia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., Londrina, 2005. *Anais* [...]. Londrina: ANPUH, 2005. p. 6.

⁵⁴⁷ LEMOS, Renato. Ditadura militar, violência política e anistia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., Londrina, 2005. *Anais* [...]. Londrina: ANPUH, 2005. p. 6.

Figura 11 – Condenados pela Lei de Segurança Nacional

Condenados pela Lei de Segurança Nacional por crimes de seqüestro, assalto, terrorismo e atentado pessoal (1964 a 1978)

DL 898/69		DL 510/69*		DL 314/67		Lei 1802/53	
Art. nº	condenados	Art. nº	condenados	Art. nº	condenados	Art. nº	condenados
28	98	25	12	25	59	4	1
27	154	–	–	–	–	–	–
33	2	–	–	29	–	–	–
–	–	28	4	–	–	–	–
–	–	–	–	–	–	15	3
Total	254		16		59		4

* Baixado em 20 de março de 1969 e substituído, em 29 de setembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei 898.
 Fonte: Procuradoria-Geral da Justiça Militar. Publicado em *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 de junho de 1979. Considerava-se provável que, do total de 333 condenados, 20 tivessem sido enquadradas em mais de um artigo.

Fonte: Procuradoria-Geral da Justiça Militar. In LEMOS, Renato. Ditadura militar, violência política e anistia. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23., Londrina, 2005. **Anais** [...]. Londrina: ANPUH, 2005.

4.3 Violência Insurgente: Um caminho reavaliado

O escrito “A esquerda em questão”⁵⁴⁸ dos anos 1976/77, formulado em condições demasiadamente adversas e “[...] ainda sob o cerco absoluto do inimigo”, têm mais valor para nossa investigação quando salientamos sua elaboração coletiva, visto que o ensaio “[...] foi redigido nos anos de 1976 e 1977, no presídio político da Ilha de Itamaracá, Pernambuco, Brasil”, sendo resultado “[...] de um longo processo de discussão desenvolvido por militantes políticos, originários do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Participaram mais intensamente desses debates os companheiros Alberto Vinicius de Melo Nascimento, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, Marcelo Mário de Melo e Luciano de Almeida, o qual produziu o texto final.”⁵⁴⁹ Explica, em seguida, que é esta, a coletividade da produção, o motivo do “uso frequente no decorrer da exposição do pronome e do verbo na terceira pessoa do plural”.

E, igualmente, salienta-se seu valor histórico como fonte para a pesquisa do tema da reavaliação do projeto da luta armada, ao pormos, em tela, o impulso fundamental para sua redação:

⁵⁴⁸ ALMEIDA, Luciano de. **A esquerda em questão**: do socialismo científico ao anarquismo. Natal: Coojornat, 1991

⁵⁴⁹ ALMEIDA, Luciano de. **A esquerda em questão**: do socialismo científico ao anarquismo. Natal: Coojornat, 1991, p.22

A necessidade de avaliar criticamente e em profundidade a nossa experiência política de militantes do PCBR nasceu das inquietações e dúvidas que nos assaltaram a partir de nossa prisão, no início da década de 1970 e da crise em que mergulhou a esquerda brasileira no período subsequente⁵⁵⁰

Foi nesse momento que “[...] os seus melhores quadros foram trucidados nas câmaras de torturas da ditadura militar, quando milhares de militantes foram presos, banidos, exilados e a sociedade reduzida ao silêncio pelo terror da repressão.”⁵⁵¹

O objetivo desse balanço coletivo foi o de indicar “[...] alternativas políticas mais imediatas” e fixar “o roteiro de uma verdadeira autocrítica política. O balanço não faz ressurgir a fênix, mas permite apreender a essência das cinzas.”⁵⁵² Apesar de ser publicado em 1991, Luciano de Almeida esclarece, na apresentação da obra, que

[...] independentemente das discordâncias que tenho em relação a algumas percepções do balanço, mantenho fidelidade ao texto original, não alterando uma linha sequer de seu conteúdo, pois, além do presumido valor científico que o mesmo possa ter; tem inquestionavelmente um imenso valor emocional para mim.

O balanço estrutura-se em quatro partes, afora a introdução, a saber: I – A Formação do Partido; II – O Partido e o Movimento de Massas; III – Política de Organização e; IV – Aplicação dos Princípios Leninistas de Organização do Partido. Nessas grandes divisões, encontram-se sub-topificações. No primeiro capítulo, são trabalhados: 1) luta interna e 2) elaboração da linha política. No segundo, é tratado o partido em sua relação com o movimento de massas, o qual é abordado a partir de três setores: 1) movimento operário, 2) camponês e 3) pequeno-burguês. A parte seguinte, sobre a política de organização, particiona-se em linha de construção; trabalho de direção; política de concentração e critérios de militância; política de quadros; estrutura de comitês; segurança; e política de finanças. Esse é o trato sobre a relação do partido. Nota-se, pela sua estruturação, o diálogo direto, e confesso, com dois documentos do PCBR: a Resolução Política de Agosto (RESAGO, 1973, elaborado pelos membros do Comitê Central, que, naquele momento, encontravam-se no Chile) e a Linha Política, documento fundamental aprovado na I Conferência (a de fundação) do Partido. Isso é confirmado na introdução, como tendo sido esses dois documentos “as referências básicas”, além, é claro, “dos dados e materiais que a memória nos propicia”.

⁵⁵⁰ *Ibid*

⁵⁵¹ *Ibid*, p.19.

⁵⁵² *Ibid*.

Coletivamente nós fomos analisar as circunstâncias históricas, sociais, que nos levaram àquela situação de presos políticos da Ditadura. Nós que vínhamos empreendendo a luta armada que significou, no momento em que nós fomos à luta armada e ao ingressar na clandestinidade, nós passamos a nos distanciar do povo. Porque antes nós éramos pessoas ligadas a movimentos sociais, ou ao movimento operário, ao movimento camponês, ou ao movimento estudantil, na maioria nossa. Então, nós tínhamos um amplo apoio popular. Pode-se dizer que o ano de sessenta e oito representou uma grande mobilização popular contra a ditadura. Houve manifestações em todos os estados do Brasil. No Rio de Janeiro, São Paulo, em Belo Horizonte, Recife, em Natal, João Pessoa, Fortaleza, em todos, no Rio Grande do Sul. E que, inclusive, reuniu milhares e milhares de pessoas, a exemplo da passeata dos cem mil e de outras concentrações que se realizaram. Quando a ditadura nos arremessa na clandestinidade, via ato 5, causa uma ruptura entre nós, as organizações políticas revolucionárias e a base social. Então, nós passamos a galvanizar a luta armada como uma espécie de imã para atrair a população. Mas como, pelo exemplo? Pela repercussão? Então foi um, eu acredito, um erro de análise. E nós não avaliamos corretamente a correlação de forças que existia entre nós e o aparato repressivo. Por isso que a luta armada foi derrotada, literalmente. E foi derrotada não somente pela força das armas, pelas torturas, pelos assassinatos, que também foram importantes porque foram dizimados centenas e centenas de quadros, inclusive, pessoas importantes na história do Brasil, mas também em função do nosso isolamento social. Também não podemos esquecer que a ditadura empreendeu uma política de crescimento econômico. Abriu oportunidades para a classe média. Inclusive a classe média tinha começado a se insurgir em sessenta e oito, mas, a partir do ato 5 e do governo Médici, daquela prática ufanista, daquela política triunfalista, leva, também pela repressão, a censura à imprensa, nenhuma manifestação é possível, o controle dos serviços de informações sobre os movimentos sociais, sobre os sindicatos, sobre as organizações estudantis, que são praticamente liquidados.⁵⁵³

Alguns desses elementos decisivos, intrincados com os demais, são, sem dúvidas, a composição social das organizações armadas e sua base de recrutamento, isto é, os jovens das camadas médias e o movimento estudantil, respectivamente, e o intenso isolamento social a que foram submetidos gradativamente após o fechamento institucional promovido pelo regime militar após o AI-5 e o decreto 477.⁵⁵⁴ “A clandestinidade mais profunda estancou a fonte de novos combatentes.”⁵⁵⁵ Isso ocorreu em um ambiente de colheita dos frutos do “Milagre Econômico”, que foi minando o apoio às organizações revolucionárias.

⁵⁵³ Luciano de Almeida, em entrevista ao autor, em 23/08/2019, no Rio Grande do Norte.

⁵⁵⁴ Para o historiador Enrique Serra Padrós, foi com as medidas previstas no AI-5 que pôde, no Brasil, se efetivar uma ditadura de segurança Nacional (Ver PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. 2005. 434 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. t. II. Apreciação semelhante advoga Maria Helena Moreira Alves: ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução de Clovis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984. A autora toma como marco o AI-5 para o encerramento da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional. Momento em que “[...] de maneira geral, os setores de oposição não violenta foram grandemente enfraquecidos, entrando num período de desorganização e falta de perspectivas [...] Em tal contexto político, os setores da oposição que vinham sustentando a necessidade de luta armada assumiram posição predominante” (ALVES, 1984, p. 139).

⁵⁵⁵ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 230.

Nesse sentido, isso nos leva a concluir que os integrantes dessas organizações, ainda que não houvessem revisado seu projeto de violência insurgente na condição de prisioneiros, já não mais teriam contexto propício para a recepção e o engajamento em grupos desse tipo após a saída da prisão, ocorrida, em geral, em fins dos anos 1970 e, mais particularmente, após a Lei da Anistia em 1979. Mais: acreditamos que esses processos sofrem interferências e determinações mútuas, ou seja, a mudança conjuntural que engendra a guinada da tendência ao engajamento na luta armada como método de oposição e caminho da revolução brasileira empurra os militantes presos a reconsiderarem seus projetos e a revisitarem o passado a partir de um novo presente em que não há mais uma realimentação contínua ou mesmo potencialmente crescente de envolvimento de pessoas como participantes, seja como militantes propriamente, seja mesmo como aliados.

Há uma dialética fluída entre a recepção — contextual do esmorecimento do projeto — e a (não) reprodução do projeto de violência insurgente. Queremos dizer que quando os e as militantes são presos e não há quem os substitua da linha de frente, à medida que também há um rareamento dos aliados, há a condição fundamental para o sufocamento do projeto. O marco para o delineamento mais acabado dessa revisão pode mesmo ser estabelecido em consonância com o fechamento do ciclo da atuação das esquerdas armadas no Brasil, que poderíamos dizer que se fechou em 1974, quando do massacre dos militantes do PCdoB no Araguaia. Em Pernambuco, faz mais sentido histórico estabelecermos o marco desse fechamento em agosto/setembro de 1973, momento em que foram presos ou assassinados militantes do Partido Comunista Revolucionário (PCR), que a partir dali não mais promoveu atividades armadas e, na verdade, abandonou esta linha de atuação.

Essas demarcações não significam que a revisão do processo ocorreu somente aí. Essa seria uma segunda fase do processo, se considerarmos um dos motores centrais da operação e seu pivô, qual seja, a política indiscriminada de repressão com o uso sistemático da tortura como estopim ou mesmo catalizador de uma reinserção social dos militantes sobreviventes — pois os irrecuperáveis normalmente eram assassinados — na vida coletiva, contudo não mais como insurgentes armados, pois não haviam passado “por uma das maiores provas”, a tortura, a qual os incapacitava político-subjetivamente a prosseguir, já que eram confrontados inapelavelmente com a distância entre a mente (expectativas de comportamento e imagem de si como agente político) e o corpo (os limites suportáveis da dor). Assim, mesmo antes de 1974 ou 1973, não foram poucos os militantes que presos, ainda que libertados, não voltaram às fileiras das organizações armadas, mesmo que essas se encontrassem em atividade. Esse

processo, podemos chamar de primeira fase, é iniciado de modo mais cruento pós AI-5 e, sobremaneira, após a Oban, que gestaria os DOI-Codis a partir de 1970.

A abertura de informações era polissêmica e visceralmente traumática e angustiante em seus significados e efeitos, manifestando-se como negação do seu eu-político, como contradição da prática com o discurso; incoerência política; vacilação ideológica; e o pior: traição⁵⁵⁶. Uma traição a si, aos seus e às suas companheiras, à organização a que pertencia e à revolução. Sensações que se apresentavam por meio da consciência do militante torturado ou então, não raro, pelo apontamento de seus/suas companheiros/as de organização, já que era uma cultura hegemônica. Como alertaria uma militante muitos anos depois

Acho que isso a gente teria que ver, olhar a questão da tortura como limite humano, que naquela época a gente não fazia muito. A gente era muito rigoroso com quem abria, com quem falava. [...] a gente precisa ver essa questão da relação tortura/torturador com a visão de que o ser humano tem um limite e, numa situação-limite, como a tortura, a gente tem que julgar o torturador e não o torturado. E, muitas vezes, a gente julgou muito os companheiros. Quando você era considerado que tinha um comportamento bom, se sente muito no poder de julgar. Mas, geralmente, porque você teve circunstâncias na tortura que te permitiram manter uma dignidade ou não abrir. Acho que foi muito doloroso para as companheiras que abriram, eu acho que se desestruturaram muito. Elas são vítimas do sistema e da tortura e devem ser respeitadas. A tortura não é uma coisa épica, eu sempre falo da tortura com essa parte humana, porque quando você conta da tortura só como ou uma situação de vítima ou uma situação de que você dominou a situação, que você respondeu aos torturadores, tem um certo tom de heroísmo que não é muito real. Eu acho que na tortura éramos seres humanos, não éramos nem heróis, nem super-homens e nem supermulheres. E nem só vítimas. Eu também acho que quando a tortura vem com um sentimento muito desumano, rebaixa o indivíduo que é torturado.⁵⁵⁷

Há uma face cruel em todo esse emaranhado de (auto)julgamentos, mas, naquele período, essas dimensões não se mostravam tão claras, ao contrário, diluída no cotidiano, suas dimensões eram ambíguas e movediças. A mesma pessoa militante (na segunda metade de 1970) assumia posições de contornos ambíguos, e não por isso, tomava como desarmonia. Essa pessoa reconheceria, em uma missiva a companheiros de sua organização, suas

⁵⁵⁶ Mesmo passados tantos anos e estando mais claros a dimensão sensível dos limites humanos há quem sustente a mesma posição do período, no sentido de condenação. Um exemplo desta postura é o de Edval Nunes da Silva, o Cajá. Podemos perceber isso em seu depoimento concedido à Comissão da Verdade de São Paulo Rubens Paiva: “Enquanto nós fomos presos e nos sentirmos no direito de entregar os segredos da nossa organização, vão nos aniquilar, aniquilam qualquer organização. Porque eles já sabem que o segredo é esse, é pegar um cara e levar ele até a agonia final para ele dar uma informação.” (In SÃO PAULO. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, 70ª Audiência Pública, 06 de setembro de 2013, Auditório “Teotônio Vilela”. Transcrição, p.58.

⁵⁵⁷ OLIVEIRA, Rosalina Santa Cruz de *apud* TELES, Janaína de Almeida. TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura**: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. 2011. 519 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 189-190.

hesitações ao dizer: “Quero que vocês entendam todas as vacilações, recuos, avanços pelos quais passei em pensamentos. Não quero dar a falsa imagem de que passei por tudo isso tranquilamente. Não sei se algumas pessoas passam por isso sem pestanejar. Sei que o meu caso não foi assim.” Ao buscar solidarizar-se com seus companheiros e tornar a admitir o medo, disse:

Mas quero colocar a coisa para vocês com honestidade total. Outra coisa que me aconteceu e que pode ser aproveitada por outros companheiros. Quando descobri que estava com vacilos, achei que isso era ‘prova’ de que eu não tinha condições de enfrentar o troço. Acho que não é assim não: o medo (nos incisivos, nos caninos, nos molares, o medo a descer os queixos, a tremer nos calcanhares...) é assim mesmo. É um fato o vacilo da gente, pelo menos dos que ainda são quadros em formação, como é o meu caso. Acontece mesmo.

E completa com o idealismo compartilhado:

Não é isso [a inexistência dos medos e dos vacilos] que vai determinar o comportamento da gente. O que vai determinar é a força e a intensidade da nossa opção pela revolução, a maneira pela qual nós encaramos essas fraquezas e lutamos para superá-las.

Noutra carta, essa mesma militante, dirigindo-se à direção do seu partido, avalia o comportamento da companheira:

Todos nós sabemos que ao inimigo não devemos dar uma palavra sequer [...] Acho que ela não desempenhou um papel de traidor, como o Mago, mas vacilou seríssimamente. Já discutimos, ela fez autocrítica, e agora é partir para melhorar. [...] embora saiba que o que ela fez de errado não foi com a consciência de estar errando e que ela agiu bem em relação ao resto lá fora. Mas essa inconsciência não se justifica, pois já tínhamos discutido muitas vezes lá fora e ela sabia — como todos nós sabemos — que ao inimigo nada se dá, nada (7 regras de comportamento na prisão), e que devemos transformar a prisão numa frente de batalha e não encarmos esta como a nossa derrota. Proponho, portanto, uma visão crítica diante do comportamento dela e uma visão crítica sem conciliações. Acho que ela deve permanecer no P. Mas não como quadro dirigente e sim em fase de autocrítica.

Por sua vez, a outra militante tem postura similar, como enunciado na carta acima. Diz ela: “[...] a análise que fiz na prisão, politicamente incorreta, é o reflexo da visão liquidacionista que mantinha, vai de encontro à posição já determinada pelo P. — a de negar-se a falar tudo — e é completamente derrotista”. E continua seguindo o mesmo tom, apesar de também haver incorrido no que considera ser uma vacilação, ou seja, não cumprir a orientação ideal que fora determinada pelo partido de não falar nada e adotar um comportamento de resolutividade e agressividade diante da repressão, como professam as sete

regras, aponta o companheiro, crendo, dada a cultura e o rito dominante, estar cumprindo seu papel, mas, evidentemente, que para quem é o alvo, esse é um processo extremamente angustiante, como teremos a oportunidade de perceber pelas próprias palavras dele, em carta-resposta a essas que estão sendo apresentadas:

Já pensaram se um companheiro de importância caísse e tivesse uma reação desse tipo? Ele não poderia assumir uma responsabilidade sem envolver outros, e aí descambaria, inevitavelmente, para a delação, para o caos. Portanto, como na prática não segui as normas do P, eu não tive um bom comportamento, não assumi a atitude que um revolucionário deve ter diante da repressão, não fiz da prisão uma frente de combate para enfraquecer a contrarrevolução.

Também não neguei que era do P., confirmei que morei no outro aparelho, não neguei a reação armada, disse que achava os dois meninos iguais (eles pensavam que a menina era algo especial), disse que sabia da pretensão do sequestro, mas não sabia como nem quem ia ser sequestrado (disse isso porque cometi a frouxura de reconhecer os manuscritos e o cheque estava lá com minha letra), disse que era uma militante ainda desintegrada da atividade prática, que lutava contra o regime, e pela GPR. Sobre as questões de organização, tomei uma posição de fechamento, declarei que tinha chegado há pouco tempo, que não conhecia ninguém, não reconheci fotografias nem nomes legais ou de guerra, neguei que soubesse do trabalho do P. e como ele estava constituído, disse que não sabia quem alugou o ap, comprou carro e dava dinheiro.

Se analisarmos todo meu comportamento, veremos que minhas atitudes foram prejudiciais à revolução, porque, ao vacilar diante da repressão, confirmei dados que a polícia tinha e que agora vão ser usados para prejudicar a nós três e a outros companheiros. Prejudiquei também a revolução porque temi enfrentá-los, não neguei tudo, e eles vibraram. Isso para uma militante que não foi sequer torturada é definido como vacilação ideológica, como temor diante da aparente força da repressão, como mau comportamento na prisão. Se eu tivesse sido torturada, poderia ter, inclusive, assumido uma atitude pior. Isso é subjetivo, mas é uma possibilidade, embora eu, conscientemente, não tenha pensado em entregar ninguém.

Fazendo um balanço político, tomando os exemplos de fidelidade partidária dados por Ap⁵⁵⁸ e MA⁵⁵⁹ e de outros companheiros que foram torturados veem que eu poderia ter tido o mesmo comportamento, no entanto, vacilei e não tenho justificativa para meus erros.

Bem, hoje tenho uma visão correta dos meus erros e acho que está provado que não estou apta a ser direção. Mas não me considero uma traidora, portanto, luto pela oportunidade de fazer autocrítica como elemento do P. A autocrítica começa no momento em que admitimos nossos erros, colocamos esses erros para o P., nos abrimos às críticas e reunimos forças para reganhar a confiança dos companheiros. Para mim, o fundamental é que acredito na revolução, estou disposta e participar do processo e estou me preparando para ser inteiramente fiel à revolução.

Não aceito conciliação por porte de vocês, nem a análise simplista de aceitar autocrítica sem criticar o militante. Para mim, é absolutamente indispensável que vocês compreendam os meus erros mas me façam as críticas e me cedam direito à autocrítica. O P. sempre tendeu à conciliação, e vocês são capazes de continuar conciliando comigo. Isso é o mal crônico do P. e deve ser debelado. Não podemos continuar no pântano. Sobre o comportamento na prisão, temos 7 regras. Vocês as leram, viram que as neguei na prática e, portanto, rompi princípios básicos que o P. havia definido.

Com relação ao comportamento do Mago, também tenho uma autocrítica a fazer. Tomamos conhecimento do depoimento dele na íntegra. [...] acho que ele não errou apenas, não vacilou por momentos, ele entregou a organização à repressão, traiu o P.

⁵⁵⁸ Apolônio de Carvalho.

⁵⁵⁹ Mário Alves.

e a revolução. A atitude dele só difere da do ***** porque ele aguentou menor tempo de tortura (abriu em três dias) e não encaminhou para o P. uma posição correta sobre ele. Eu também errei, por não tê-lo como traidor, mas já escrevi uma carta colocando isso para ele. Não existe nenhuma justificativa para o comportamento dele. Essas histórias que ele está usando dos 5 processos que ele já tinha quando chegou no DOPS e das torturas, muita gente já enfrentou e não traiu. A versão que ele dá do traidor também é inteiramente falsa. Quando ele diz que traidor é o cara que se passa para a polícia, só pode estar usando sofisma e racionalizando os problemas. Todo mundo sabe que para nós, traidor é o revolucionário que comete atitudes de traição ao P. e à revolução. Agora, o cara que se vende, que se torna policial, não é simplesmente um traidor, é um contrarrevolucionário. O que mais me preocupa são essas racionalizações do Mago. Ele ao invés de reconhecer que traiu, que afrouxou diante da repressão e pedir desligamento imediato do P., anda aparentando uma moral alta que nada mais é do que fuga da realidade. Ele não assumiu a responsabilidade de um dirigente que traiu a revolução e, nesse sentido, o Zé foi muito mais honesto do que ele, porque não escondeu nada do P. Vocês têm tido com ele uma atitude do reboquismo às ligações afetivas. Ele era aquele cara bonzinho, honesto e simples. Bom, e agora, o que ele é? Isso é o que interessa! Vocês já receberam um informe dele e devem ter visto quanto foi vergonhoso o comportamento dele. No momento, só espero que ele já tenha sido expulso do P. Todos vocês eram sectários com o Zé Carlos, mas com o Mago todos estão sendo benevolentes. Isso é o fim, é a substituição do político pelo afetivo. Acho que devemos continuar discutindo com ele, mas noutra nível, como elemento desligado do P.

Ao final, o coletivo partidário acolheu a avaliação negativa do militante em questão, podemos concluir isso por meio de outra carta, da mesma militante acima, momento que manifesta: “Concordamos c/ a análise que vocês fizeram s/ o maguinho – ele traiu gravemente e, por isso, deve ser expulso e não abandonado.” Veremos o militante em tela buscando explicar-se sobre a situação que passou, procurando dar a entender que tinha consciência que não suportou de todo as torturas, porém, mesmo resistindo até seu limite, não cumpriu com as normas e as orientações, que com essa experiência traumática, ele estaria avaliando, inclusive, sua própria postura de outrora, a de acusar outro companheiro da organização que havia, sob tortura, aberto informações sobre a organização.

Em sua carta comovida, traz à tona a sensação de frustração que tem ao ser rotulado de traidor porque fugiu às regras circunstancialmente por não mais ter forças. Declara que mesmo em sua situação, não está lutando por relaxamento da norma, mas sim sua complexificação diante da realidade. Com isso, traz para o debate a necessidade de se considerar, como fator fundamental, o preparo físico-psicológico, não somente em nível ideológico. “É pacífico que a luta ideológica deve ser travada no sentido de não se dizer nada. De não conciliar em nada. Mas não podemos simplificar as coisas a ponto de acreditar que basta ter isso na cabeça para que isso aconteça.”

O padrão em Pernambuco (o qual se reproduzia no Brasil), enceta ele, tem sido a abertura e não o silêncio, como afirmam os diversos presos políticos que se encontravam na

casa de detenção naquele momento. Admite que seu comportamento foi um recuo grave diante da repressão, mas um recuo “dentro do campo da revolução.” Apela para uma reflexão sobre o prisma pelo qual se avaliava o militante preso e desabafa ao manifestar que os esforços para resistir às torturas não eram sequer reconhecidas:

Ou superestimamos a repressão, deixando-nos numa situação de, quando lá dentro, e a cada tortura encerrada, ficar imaginando o que vem pela frente — ou o revolucionário, dizendo: “Fulano é firmíssimo, não disse nada; sem levar em conta o esforço tremendo que ele tenha feito, os meios que ele utilizou para alcançar tal feito.

Segundo a cultura dominante no campo da esquerda, a qual foi forjada para a proteção às organizações revolucionárias, mas que também será um dos fatores de sua derrocada, diante da solidão que os militantes se encontravam, mais honroso seria morrer do que tombar diante da repressão. Um documento do MR-8, encontrado na residência de uma de suas militantes, representa bem o quanto havia uma sintonia geral:

Aos descuidados, uma lembrança: estamos em plena guerra revolucionária. Na guerra, se mata, se morre, se prende, e quando o preso somos nós [sic], seremos certamente torturados e mortos às vezes. Portanto, cuidar para não cair, e se formos um dia prisioneiros, não esqueçamos nosso ódio à burguesia, não busquemos sua recompensa com aberturas, não traçamos a causa do proletariado. Lembremos das palavras de Marighella, um dos mais torturados desse país, num poema seu à revolução e à liberdade: Que eu por ti se preso e torturado for, Possa indiferente a dor Morrer sorrindo a murmurar teu nome.⁵⁶⁰

Vejamos, a seguir, a carta-resposta completa do militante. É longa, mas pelas questões levantadas, vale a reprodução de sua quase integralidade.

Companheira,
Recebi teu bilhete e vou procurar respondê-lo com o máximo de frieza e o mínimo de emocionalismo possíveis [...] Claro que do p. v. ideológico — eu estou cansado de dizer isso — não justifica coisa alguma. Afigurou-se-me uma questão de princípio na ocasião em que abria chamar para mim a responsabilidade da ação mais séria que confessava e envolver nela aqueles já bastante queimados e mais difíceis de serem encontrados, mesmo sabendo que iria enfrentar a ira de toda a Aeronáutica, como de fato ocorreu. E isto não é atitude de um traidor. [...] Compreendo que a menina tenha mudado de posição em relação a mim. A discussão pode tê-la levado a isso. Não era necessário utilizar expediente tais como “consegui ler teu depoimento na íntegra” qdo eu próprio a vi lendo-o na secretaria em duas passagens que dei para o banheiro; no dia em que ela deu o depoimento final. E ela mesma, no primeiro bilhete que me fez, quando já aqui: “sei tudo o que disseste, pois li todo o teu depoimento.” Foi isso inclusive que me desobrigou de relatar detalhadamente a

⁵⁶⁰ BNM 076, p. 3529 *apud* CODARIM, Higor. **A arma da crítica e a crítica das armas**: a trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira. (1969-1972). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. p.155.

vocês o que havia dito. Ainda mais: O bilhete é um monte de afirmações precipitadas, subjetivista ao extremo (onde foi que afirmei que a tortura justificava a delação? Onde procurei justificar meu comportamento, se desde o primeiro momento digo que não fui digno do nome de comunista, que fracassei na batalha com a repressão?) E ainda: relatei ao pessoal tudo o que havia dito um só nome e alguns fatos esquecidos já estão anotados. Em nenhum momento, afirmei que não se podia exigir mais do que se tinha feito ou que era impossível alguém resistir e ter uma posição dentro dos princípios. Onde a visão falsa que, desonestamente, como é insinuado no bilhete, eu teria procurado dar de mim ou de meu comportamento? O que afirmei, e que continuo a afirmar, é que não aceitava a pecha de traidor, que havia uma resistência lírica da resistência às torturas e que era necessário se examinar o conjunto da situação em que cada um se viu envolvido, para que se evitem, pelo menos, julgamentos precipitados. E aqui eu retomo a discussão do 1º bilhete – que, embora duro e com algumas contradições que tentei examinar, é muito mais lúcido.

De antemão, é bom que se esclareçam os conceitos e o significado das palavras. Se se parte do princípio de que se ao dizermos diante do inimigo qualquer coisa que prejudique a organização e a luta que travamos estamos traíndo a causa que defendemos, isto é uma coisa. Naquele momento, em determinadas circunstâncias, fulano traiu a si mesmo e a revolução. Isso é pacífico. Mas daí a se dizer: Fulano é traidor, vai uma grande distância. Aí a coisa tem conotações não só políticas, mas também morais. Aí se delimitam campos. Fulano está no campo do inimigo. Fulano além de ter falado está colaborando com a reação. É esta a visão que tenho de traidor. Não aceito mesmo. E ao insistirem com ela, vocês incorrem num desvio inicialmente de esquerda e terminam por um de direita. “Continuo respeitando a tua opinião”. Opinião de traidor não se respeita. Não existe autocritica no caso. Acho ainda que você apresentou a questão em princípio: diante do inimigo não se dá uma palavra. O que não aceito agora — e admito que tenha sido necessário passar pela experiência para chegar a isso — é que se tome desse princípio única e exclusivamente, para avaliar um comportamento na prisão. É pacífico que a luta ideológica ter de ser travada no sentido de não se dizer nada. De não conciliar em nada. Mas não podemos simplificar as coisas a ponto de acreditar que basta ter isso na cabeça para que isso aconteça. Quando digo que há uma visão lírica da resistência à tortura, é que de fato isto acontece. Não vejo racionalização alguma em dizê-lo: Não levamos em conta a resistência físico-psicológica. Não nos preparamos para tê-la. Ou superestimamos a repressão, deixando-nos numa situação de, quando lá dentro, e cada tortura encerrada, ficar imaginando o que vem pela frente — Ou o revolucionário, dizendo: fulano é firmíssimo, não disse nada; sem levar em conta o esforço tremendo que ele tenha feito, os meios que ele utilizou para alcançar tal feito.

Outro dado: é o contato mantido c/ revolucionários dos mais diferentes matizes aqui na prisão. Eles são unânimes em afirmar que a coisa é bem diferente do que se pensa lá fora. É um dado sistemático: em Pernambuco, em 69/70, ninguém conseguiu manter aquela posição: sou revolucionário, mas nada tenho a dizer (claro que me refiro àqueles que caíram com suspeita séria de pertencerem à organização ou c/ comprovação detalhada disto — o nosso caso). Difere o nível de abertura — alguns confirmaram o mínimo, mantendo uma posição que, nesse conjunto, pode ser considerada excelente. Outros entraram em pânico em poucas horas e causaram um tremendo mal à sua organização (caso do pessoal da ALN). Posso afirmar que, no resto do Brasil, o quadro não é diferente.

Em suma, continuamos sem chegar a um acordo nunca, se não concordamos no prisma sob o qual deva ser julgado o militante preso. Sob o prisma do princípio indiscutível, que deve continuar a ser o guia na formação ideológica das diversas organizações (diante do inimigo não se dá uma palavra) ou sob o prisma real da situação em que se encontra a esquerda no Brasil. É nesse segundo prisma que coloco o problema. Foi dentro dele que teci considerações sobre o comportamento da menina. Foi também dentro dele que fiz aquela constatação que te surpreendeu tanto: objetivamente conseguimos salvaguardar a quase totalidade do P. Conseguimos de fato. Quando, numa situação em que a polícia contava com mais de 50 nomes de guerra, a esmagadora maioria dele conhecida por mim, com papéis que

deixavam clara a dimensão do nosso trabalho, e tomou conhecimento apenas de três nomes dela desconhecidos e nenhum dado para identificar os demais. Quando o reflexo na situação externa, no P. vivo e atuante lá fora foi mínimo. Quando a polícia tem depoimentos anteriores detalhados, minha atividade no Ceará, apreende cartas comprometedoras que o nosso liberalismo permitiu cair em suas mãos, com dados e nomes sobre aquele estado e consegue de mim um nome e nenhum dado a mais. Quando não caiu ninguém posteriormente à nossa queda, fato raro na esquerda (só lembrar da ALN e mais recentemente no Ceará). Quando, ainda por liberalismo nosso, a polícia apreende todas as cartas tuas, com trechos que podiam levá-las à descoberta da localização de coisas importantes e conseguiu de mim apenas respostas vagas. Torno a repetir: coloquei isso como uma constatação, não como uma justificativa ideológica. Vocês poderão alegar que isso não passava de minha obrigação. Sim, era minha obrigação como revolucionário — mesmo vacilando e fraquejando; não o era como traidor ao qual vocês querem me transformar.

E em suma sob esse problema da situação geral em que nos encontramos lá dentro que examino e julgo meu comportamento: foi um recuo grave diante da repressão, mas um recuo dentro do campo da revolução. Um recuo incompatível com a responsabilidade que tinha. Um recurso, admito, pode me levar a perder a condição de militância. Deixo isso a critério do pessoal. Digo desde o início que estar ou não ocupando um lugar de vanguarda no processo não é só uma questão de vontade. A prisão me provou isso. E eu aceito o veredito dos fatos. Mas permaneço no campo da revolução.

Claro que isso é uma autocrítica em relação à posição que tinha sobre o julgamento de companheiros presos. A experiência que vivi, e vivo ainda, acordou-me para ela. E não há porque temia defendê-la. A lembrança — um tanto sádica — do que eu dizia sobre ***** não me abalou muito. Não passei esse tempo em brancas nuvens e mudo minha atitude em relação a ele. E não aceito o nivelamento simplista em que a menina incorreu: “fizeste o mesmo que todos aqueles que abriram”. Isso é o cúmulo. O comp. Por ex. de um ***** — e mesmo este não pode ser considerado traidor: é só ver o comportamento que ele está assumindo na Auditoria. Meu recuo foi menos que o de ***** e posso, se quiseres, dar-te dados que me levam a dizer isto embora evite enumerá-los aqui.

Da forma com que vocês estão encarando o problema, não estão ajudando a ninguém, nem a mim, nem à educação necessária aos quadros lá fora sobre o que extraímos da experiência que vivemos. Qualquer julgamento de qualquer coisa, implica um julgamento de prós e contras. Da forma que vocês fizeram, ressaltando única e exclusivamente o negativo, era um convite simplesmente à fossa e à impotência de uma perspectiva derrotista.

Chamo atenção aqui para a responsabilidade de vocês diante dos fatos. Encaminholhes uma crítica severa, pois, soube hoje por Virgílio, que vocês definiram a posição sobre mim. Isto antes de conhecerem a posição do pessoal lá fora. Chamo atenção para o método que é incorreto, uma vez que me merecendo ele toda a consideração, não é um cara sequer organizado. Isto desgasta não só a mim, ao partido e que diabo de oportunidade de autocrítica é esta que vocês me dão? É muito cômodo se colocar na posição que vocês se colocam. Só que não leva a nada e não é assim que se vai fortalecer ideologicamente o P. e prepará-lo para estar (ilegível) às condições mais difíceis.

Acho que é só. Se houver oportunidade, discutiremos mais detalhadamente na Auditoria. Vou tentar dobrar a noite, copiando isto para o pessoal, e encaminhá-lo junto com os bilhetes de vocês, assim que haja oportunidade. É só.

Passados oitos anos de sua prisão, isto é, em 1978 — ano da primeira greve nacional de fome dos presos políticos do Brasil — sob o título “A tortura animaliza o homem”, Luciano de Almeida, no livro mencionado, traz seu depoimento sobre sua “experiência na tortura”, propondo-se a pensá-la, sua experiência dentro de uma

[...] ótica essencialmente crítica, fixando corretamente minha responsabilidade pessoal e procurando conhecer o conjunto das condições históricas, políticas, ideológicas, morais que se imprimiram em mim e desembocaram na forma de comportamento de um indivíduo particular.

Com essa base, diz erguer um processo real de autocrítica, que seria, na verdade, o sentido de sua vida. Esse depoimento vem após serem, segundo ele, “[...] superadas as formas de apreensão inadequada dos eventos”, os quais ocorreram após sua prisão em 31 de março de 1970.

Luciano testemunha que, sob coação violenta, a pessoa torturada é conduzida, muitas vezes, “[...] a assumir comportamentos que o negam política e ideologicamente”, mas faz isso por ver-se obrigado a “[...] mover-se no estreito e abissal terreno dos instintos”, já que, encontrando-se naquela situação, estaria aferrado “[...] à necessidade bruta cega, de preservação da espécie, o torturado sente apagar-se o seu passado e perder-se no futuro. Para o torturado, nada mais existe, a não ser ele e o torturador e, entre os dois, implacável, a tortura”. Na opinião dele, o desenlace desse duro confronto é inequívoco: “ou o vitorioso é o torturador (vitória suja, sangrenta, monstruosa), ou o vitorioso é o torturado (sua vitória se funde à morte).” O seu relato traz-nos a mesma dimensão do quanto a tortura foi elemento primordial no processo de revisão do caminho armado, diante da animalização do homem, que o obrigava a encarar a ruptura do que “queria ter sido”, da postura que “queria ter assumido” e a que efetivamente lhe foi possível sustentar.

A posição de Luciano, como poderemos observar adiante, localiza-se em um equilíbrio entre as posições já apresentadas por meio da correspondência missiva entre os/as militantes do PCBR. Mesmo passados tantos anos, e fazendo ressalvas e pontuações, ele ainda situará o comportamento da prisão e no interrogatório, diante da tortura, como uma resultante da perda, por parte dele e da esquerda armada, de vinculação ao povo, o que afastaria a representação da luta de classes que poderia se imprimir entre torturado e torturador. Luciano trará a validade estrutural da norma que lhe foi ensinada, e ele havia visceralmente internalizado. Isso nós podemos observar ao ler, e depois comparar, as indicações constantes da regra 1 e 2 das *7 regras sobre o comportamento na prisão* e no tribunal e a fala de Luciano. Essas orientações eram constantes e já foram citadas no *Jornal Luta de Classe*, n.º 5, ano III. Sobre a primeira regra “não ter medo – revelar coragem física e política diante do inimigo”, lê-se o seguinte:

Quando um revolucionário se acha em poder do inimigo, enfrenta uma das situações mais duras de sua vida. É o momento em que ele põe à prova sua firmeza ideológica,

suas qualidades morais, sua dignidade pessoal. A primeira condição para sair vitorioso dessa prova é ser corajoso diante da polícia, dos torturadores e dos juízes. Para isso, é preciso ter profunda convicção revolucionária, confiança na causa que defende e disposição para enfrentar todos os sacrifícios. Aqueles que se entregam de corpo e alma à revolução, que colocam acima dos seus interesses pessoais os interesses da classe operária e do povo são capazes de dominar todo o instinto de conservação e reprimir qualquer manifestação de egoísmo. O medo surge quando o prisioneiro se sente sozinho, isolado e impotente diante do inimigo. Mas o revolucionário consciente nunca se sente só. Sabe que além dos muros do cárcere estão os seus companheiros, está o povo que luta. Ele se sente parte dessa grande força que há de vencer o regime de exploração e opressão: Dessa compreensão, retira energias para enfrentar com coragem seus algozes. Aquele que, na prisão, revela temor e covardia acaba por se tornar presa do inimigo. Este procura desmoralizá-lo, utiliza suas vacilações para pressionar outros companheiros, pode transformá-lo num delator e traidor. Mas aquele que revela coragem impõe respeito e admiração aos companheiros e ao próprio inimigo, anima os débeis e vacilantes, transforma a prisão numa trincheira dentro do campo adversário.

Quanto à segunda “Não dar nenhuma informação ao inimigo sobre o que ele não deve conhecer”, argumenta-se que:

Um dos principais objetivos do inimigo é transformar o preso num delator que revele segredos do Partido revolucionário — nomes, locais, fatos e outras indicações que facilitam a ação policial. Dar qualquer informação à polícia sobre a organização ou sobre outros companheiros é cometer um ato de traição, colocar-se a serviço do inimigo. Não dizer nada à polícia sobre a organização do Partido e o movimento revolucionário — esta é uma regra absoluta, que não admite qualquer exceção. Não há informações que possam ser dadas sem perigo. Quem dá uma pequena informação, pensando livrar-se das torturas sem revelar os principais segredos, é sempre pressionado para falar mais; se já cedeu uma vez, pode ceder outras, até converter-se num delator. O militante do Partido que já foi identificado como tal pode e deve proclamar sua condição de revolucionário, de comunista. Não renegar suas ideias, defendê-las com altivez. Mas recusar-se firmemente a falar sobre assuntos de organização. Do mesmo modo, não dar qualquer declaração que comprometa os amigos, os simpatizantes, as pessoas que nos prestam algum serviço. A delação equivale à traição. É um dos mais graves crimes que podem ser praticados por um militante — desmoraliza pessoalmente o delator e mina a confiança no Partido. A delação é a morte política e moral de quem a pratica. O delator se converte num farrapo humano. Pode salvar sua vida, mas perde a razão de viver.

Agora busquemos as aproximações e os distanciamentos do conteúdo desses enunciados e o testemunho de Luciano de Almeida. É perceptível a harmonização geral em vários trechos. Passada quase uma década, ainda mantém-se viva a fidelidade aos preceitos de quando compunha a esquerda armada, mas, vale ressaltar que essas regras já vigiam antes mesmo da ditadura, já que elas compõem mesmo a cultura comunista. No entanto, os insurgentes armados haviam tomado esses elementos vinculados à ação direta, ao confronto com a repressão, à demonstração de valentia, como estava na própria propaganda revolucionária de sua causa e de sua tática de luta, a guerrilha rural. Ao contrariar tais preceitos, sucumbindo à selvageria da tortura, há uma dilaceração estrutural da pessoa, com a

ruptura do seu ideal diante de seu comportamento, destroçada não pode mais continuar na mesma atuação política, pois, passada a experiência terrificante da tortura, sobrevém-lhe a certeza de sua impossibilidade pessoal de fazer jus ao perfil militante, a mesmo o projeto, que defendia. A certa altura de seu relato, Luciano compõe num trecho todos estes elementos, ao dizer “meu comportamento significava desfazer, num só lance, todo o meu passado, renunciar, na prática, a condição de militante de vanguarda. E isso me dilacerava. Ao emergir do processo de tortura, vivo, senti-me destroçado.” Vejamos o restante de suas palavras:

A prisão, contingência previsível na vida de um revolucionário, foi, entretanto, para mim, um fato inesperado. Inesperado porque, lá fora, eu me condicionara a não cair vivo nas mãos do inimigo. Este reflexo punha entre parêntesis a possibilidade real da prisão e da tortura. A prática, todavia, mais uma vez, demonstrava, de modo lapidar, que não escolhemos as condições de nossa ação. A prisão produziu-me um atordoamento e desamparo face a uma situação absolutamente nova para mim. Eu sabia qual deveria ser a atitude de um militante comunista na tortura. Recusar-se a fornecer informações à repressão, sobrepor-se à dor e à morte lenta, agir, enfim, com a mais tranquila dignidade. Mas entre o ser e o saber não há uma relação de contiguidade, uma vinculação automática. Eu sabia, mas não era. O choque com a tortura expunha abertamente e dolorosamente o meu despreparo e as minhas fragilidades. O esforço que esbocei, nos primeiros interrogatórios, de nada revelar e tudo negar foi progressivamente se consumindo, cedendo lugar à alternativa da sobrevivência. Sobrevivência na derrota, obtida a um alto custo moral, vergonhosamente. A opção pelas concessões ao inimigo se fazia em meio à circunstância típica. É evidente que não se tratava de uma opção consciente, livre: era ditada sob os golpes do torturador e guiada pelos instintos. Mas eram concessões concretas, expressas em informações objetivas que causariam prejuízos e danos à organização a que eu pertencia [a ALN] e às pessoas que a compunham. Pessoas que por um ato de minha exclusiva responsabilidade, se veriam vítimas da tortura e para as quais também se colocaria a opção de resistir ou soçobrar, de interromper ou continuar esse ciclo trágico de destruição das forças vivas da revolução. Eu, porém, me sentia só, irremediavelmente só, e isso não se ligava somente às minhas carências ideológicas; configurava-se, principalmente, uma solidão social, um desligamento que a minha prática política havia estabelecido em relação ao povo e ao setor francamente conseqüente, a classe operária. E a medida em que o combate com os torturadores perdia a dimensão de um confronto de classes claramente rivalizadas e se traduzia num embate pessoal, sentia esmagadoramente quão desigual era para mim. Diante disso, minhas ideias se obscureciam, meus pensamentos se encolhiam timidamente (na minha cabeça, havia apenas informações que o inimigo, avidamente, buscava dominar, e eu desesperadamente subtraí-las, esquecê-las). O medo passava a ocupar todos os espaços da minha consciência e a determinar minha ação e reação. Conduta que, se por um lado correspondia ao impulso, por outro provocava uma ruptura interior, me tumultuava. Porque meu comportamento significava desfazer, num só lance, todo o meu passado, renunciar, na prática, a condição de militante de vanguarda. E isso me dilacerava. Ao emergir do processo de tortura, vivo, senti-me destroçado. Na fase imediatamente seguinte, fui tomado por uma série de percepções extremamente negativas a respeito de mim mesmo, avaliação que, em função de seus componentes emocionais, aguçava a crise ideológica que explodia na tortura e me afastava do conhecimento real de suas raízes histórico-concretas. Esse posicionamento autodestrutivo é sucedido por uma tendência não menos negativa: a racionalização superficial das responsabilidades, ou seja, a tentativa de atenuá-las assimilando-as mecanicamente ao fenômeno de massas em que se havia convertido o comportamento incorreto dos revolucionários presos no Brasil.

Há uma revisão após o primeiro lustro da década de 1970. No momento em que Luciano escreveu seu depoimento, em 1978, inclusive, já haviam concluído o balanço político a quatro mãos, o escrito *A Esquerda em Questão*. Neste momento já não havia o impulso no sentido de engajamento para a Revolução Brasileira pela via armada. Não havia mais numerário significativo de militantes já engajados em organizações e dispostos a pegar em armas para lutar contra a ditadura ou para implantar um regime socialista no Brasil. Um forte indicativo disso é que há uma conexão temporal intrincada entre o processo de revisão política que se dá nas cadeias e no exílio.

Nos tantos pontos em que se conectam, é necessário verificar, mas é fato que os agentes dessas duas operações subjetivas converteram-se também, e coletivamente, em dois centros de força para e durante a abertura política no Brasil: o movimento dos presos políticos nas cadeias, inclusive com a promoção de greve nacional de fome,⁵⁶¹ e a pressão internacional por parte dos exilados inseridos em diferentes organizações que reivindicavam o retorno do Estado de direito ao Brasil.

Houve essa mobilização internamente no país, promovida, em parte, pelos militantes presos, mas também ocorreu uma pressão grande a partir dos muitos militantes que foram exilados. Quando não imposto por decreto, esse exílio, normalmente se dava devido à necessidade justificada de fuga diante da iminência de prisão ou morte. Os sequestros políticos, que trocaram presos políticos pela liberdade de diplomatas estrangeiros, contribuíram grandemente para a intensificação desse processo também. Tais sequestros foram realizados pela esquerda armada.

Há, então, um encadeamento importante para analisarmos essa revisão e o quanto os militantes ou ex-militantes, já presos, da esquerda armada, vão influir nesse novo momento. Inclusive, há um debate historiográfico sobre essa seara. O historiador Daniel Aarão Reis Filho, e outros que o acompanham, é pioneiro na linha de argumentação de que houve, de fato, uma guinada, do ponto de vista do discurso, desses grupos que compuseram o arco da violência insurgente.

Os insurgentes armados, segundo Aarão Reis, começaram a defender, inclusive, que sempre fizeram parte de uma esquerda de resistência e, mesmo, da resistência democrática à ditadura. Na visão dele, o que houve foi a edificação de uma memória apaziguadora que distorce a história, pois a esquerda armada daquele período, ainda segundo ele, nunca se preocupou com Democracia. Essa transformação dever-se-ia, em seu entendimento, a uma

⁵⁶¹ A maioria que permanece nas prisões durante a década de 1970 e se envolve nas greves de fome são militantes que compuseram organizações da esquerda armada.

conciliação operada na segunda metade da década de 1970, mais precisamente a uma “universalização da resistência democrática”⁵⁶² em nome da participação das lutas institucionais daquele momento.

Em que medida houve essa guinada? Em que medida essa esquerda buscava, nesse período ainda ditatorial, uma reconciliação com as instituições contra as quais lutavam? Ou seja, uma guinada também, do ponto de vista da projeção de futuro, do que era necessário para tal com a história. Reis Filho defende que, na verdade, operou-se uma reconstrução. “A luta armada ofensiva contra a ditadura militar, com o objetivo de destruir o capitalismo e instaurar uma ditadura revolucionária, ou seja, o projeto revolucionário transmudou-se em resistência democrática contra a ditadura”.⁵⁶³ A esquerda armada transmudou-se em uma inventada *resistência democrática* de armas na mão.⁵⁶⁴ Esse é o argumento central defendido por ele e acolhido também pela historiadora Denise Rollemberg.⁵⁶⁵

O primeiro momento no qual foi ensaiada essa interpretação por parte de Daniel demarca-se na publicação do seu livro *Ditadura, esquerdas e sociedade*, no ano 2000⁵⁶⁶, na qual afirma:

A Lei da Anistia, aprovada em agosto de 1979, consolidou esse quadro. No debate que se instaurou a seu propósito, quando a sociedade brasileira teve uma primeira oportunidade de exercitar a memória sobre o passado recente, afirmaram-se algumas interessantes (re)construções históricas, verdadeiros deslocamentos de sentido que se fixaram na memória nacional como verdades irrefutáveis, correspondentes a processos históricos objetivos, e não a versões consideradas apropriadas por seus autores. Um primeiro deslocamento de sentido, promovido pelos partidários da Anistia, apresentou as esquerdas revolucionárias como parte integrante da resistência democrática, uma espécie de braço armado dessa resistência. Apagou-se, assim, a perspectiva ofensiva, revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia, francamente desprezadas em seus textos.⁵⁶⁷

⁵⁶² REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois** (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004. p. 46 *et seq.*

⁵⁶³ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois** (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004. p. 48 *et seq.*

⁵⁶⁴ *Ibid.*, p. 50.

⁵⁶⁵ ROLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucília de A. N. (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da Ditadura — regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 46. livro 4.; ROLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Martins (org.). **O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2008. p. 85 *et seq.*

⁵⁶⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

⁵⁶⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p.70.

Nesse sentido, vale lermos trecho de uma entrevista concedida por ele, em 9 de novembro de 1996, no Rio de Janeiro, a Denise Rollemberg, em que ele manifesta a mesma linha de defesa, mas conjugada numa inclusão de si:

eu me oponho sempre a essa idéia que muito presente na literatura que hoje se faz a respeito da esquerda brasileira da época, e que mostra a esquerda apenas resistindo à ditadura. O que nós, o que nos animava naquela época era discutir e definir um projeto ofensivo contra a ditadura, e não um projeto de resistência que, diferentemente a que faria futuramente, não negava a resistência da esquerda armada à ditadura, nem tampouco estabelecia as suas ações em campos opostos da militância socialista (...) Nós não éramos democratas, nós éramos revolucionários socialistas, isso era o que nos distinguia para nós mesmos.⁵⁶⁸

Concordamos com Daniel no duplo papel da Esquerda Armada, isto ao delinear sua crítica a uma literatura que diz ele mostrar “a esquerda apenas resistindo à ditadura”. O projeto de violência insurgente foi sim inspirado no horizonte da Revolução Socialista no Brasil, isto é o que moveu seus e suas militantes em sentido geral, mas, não por isso, podemos negar que as organizações armadas lutaram contra a ditadura e configuraram-se também como resistência ao regime instalado. A utilização do “apenas” por Daniel é importante na análise do seu discurso e propriamente o sentido que conferia, neste momento, ao duplo papel (de resistentes e revolucionários) desempenhado pelas esquerdas armadas. O reconhecimento desta resistência pode ser melhor percebido quando neste mesmo depoimento Daniel trata do sequestro do embaixador estadunidense e os objetivos desta ação que seria “não só no sentido de aprofundar essa crise [da Ditadura], mas também de libertar 15 companheiros, mas também principalmente, politicamente, anunciar num Manifesto ... que anunciava a guerrilha rural para aquele ano ou para o ano próximo”. E seguidamente, Aarão traz o trecho que mais nos interessa destacar, isto é, o caráter do processo da luta armada no Brasil, que além de Revolucionário era de resistência, era contra a ditadura, como ele chegou mesmo a dizer: “nesse Manifesto mostrávamos que aquelas ações que o povo brasileiro vinha assistindo fazia parte de um processo de luta armada contra a ditadura, e que aquilo tudo iria desembocar no ano seguinte no ... numa guerrilha rural.”⁵⁶⁹

Esta interpretação mais subterrânea, de reconhecimento da resistência à ditadura por parte dos insurgentes armados contida, ainda que camuflada e talvez sequer assumida por seu autor, no depoimento de Aarão Reis não prosperou em sua posição historiográfica. O discurso

⁵⁶⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. Em depoimento concedido a Denise Rollemberg, no Rio de Janeiro, a 9 de novembro de 1997. Arquivo Edgard Leuenroth, Coleção Militância Política e Luta Armada. Transcrição, p. 25.

⁵⁶⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Em depoimento concedido a Denise Rollemberg, no Rio de Janeiro, a 9 de novembro de 1996. Arquivo Edgard Leuenroth, Coleção Militância Política e Luta Armada. Transcrição, p. 28.

de primeiro plano, o que punha os armados de esquerda como agentes políticos que desprezavam os valores democráticos⁵⁷⁰ e também caracterizava as relações da sociedade e a ditadura como de cumplicidade e colaboração, por isso mesmo a ditadura seria civil-militar, foi a que ganhou grande projeção. Ela vem junto a, e estrutura, uma leitura revisionista da historiografia da última ditadura e da esquerda armada no Brasil, sendo um de seus pontos “inovadores”, aquele que apresenta a visão de que a sociedade brasileira apoiou a ditadura, mas não conseguindo encarar o passado e sem compromisso com a história, elaborou uma memória conciliadora, preferira, segundo Reis Filho, “construir o esquecimento do que exercitar a memória”⁵⁷¹. Daí a tipificação civil-militar recebe uma ressignificação. Não mais estando posta em uma acepção próxima à empregada na obra de René Armand Dreiffuss,⁵⁷² a qual identifica o golpe e a ditadura como de perfil empresarial-militar, ou seja, ambos estariam circunscritos a um plano de dominação de classe. Assim também o entendia Florestan Fernandes em sua obra *A Revolução Burguesa no Brasil*⁵⁷³.

As relações entre a ditadura e a sociedade foram “complexas e prolongadas” como qualificou Daniel Aarão⁵⁷⁴. Concordamos com ele, e, certamente, o foram mais intensamente para aquelas pessoas que estavam enredadas em suas teias no período. Com o passar dos anos a posição historiográfica revisionista de Aarão Reis não tem tão somente se mantido, mas também se aprofundado, servindo-se das mesmas premissas, como têm apontado alguns historiadores marxistas⁵⁷⁵, ainda que estas premissas sejam “imprecisas e carentes de evidências empíricas”⁵⁷⁶, conforme indicou outro historiador do período, mas este distante do quadrante marxista.

Essas ambiguidades de visões de Daniel Aarão nos interessam não somente por ser ele um historiador sobre o período, mas também por ser um ator mesmo, como insurgente

⁵⁷⁰ Segundo Reis (2000), a democracia era “francamente desprezada” (p.70) pelas esquerdas revolucionárias. Somente “no mais fundo dos exílios, [é] que as esquerdas descobriram os valores democráticos.” (p.71).

⁵⁷¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p.71.

⁵⁷² DREIFFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 2006.

⁵⁷³ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

⁵⁷⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. À maneira de um balanço: Epílogo ou prólogo?. In REIS FILHO, Daniel *et al.* Versões e ficções: o sequestro da História. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 186.

⁵⁷⁵ Cf. MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014; SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (orgs.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

⁵⁷⁶ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74, 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 26 novembro. 2017.

armado, dos embates sociais do período da ditadura e dos embates da (re)construção da memória do período. Assim estaria Daniel também, ao escrever sua obra, elaborando sua memória e não estaria livre, pois, da ambivalências e opacidades que cercam o processo. Afinal, como ele mesmo pontuou e certa oportunidade, “os textos, desde que escritos e divulgados, distanciam-se dos autores, adquirem vida autônoma”⁵⁷⁷, a revelia do seu autor pode efetuar-se uma “inversão radical de mão, entre o projeto e a obra”, por conseguinte, “concebido para atingir determinados objetivos, o trabalho, com o tempo, é reutilizado, sem mudar um ponto, uma vírgula, para chegar a finalidades opostas”⁵⁷⁸. No seu discurso percebemos essas vacilações e reestruturção discursiva. Aquele reconhecimento, ainda que sub-reptício, de que a esquerda armada fora contra a ditadura, vai progressivamente desaparecendo, mesmo nas camadas mais dissimuladas, essa resistência converte-se apenas na versão resultante, e instrumental, de uma “profunda metamorfose”⁵⁷⁹ e “notável reconstrução”⁵⁸⁰ operada no combate entre memória e história. O Daniel que afirmara em depoimento que havia “certa ambigüidade presente em muitas consciências [de militantes brasileiros exilados] no Chile”⁵⁸¹ e que ele mesmo “dizer dos outros, como é que os outros viam a realidade”, conseguia em suas obras traçar o diagnóstico de como toda a sociedade brasileira via a realidade, mais, concluir que igualmente a ditadura “cordialmente, macunaimicamente, brasileiroamente”⁵⁸², havia se feito democracia, assim também a sociedade brasileira e as esquerdas armadas, transmudariam-se em democratas. As primeiras, segundo Aarão Reis, queriam a instalação de outra ditadura [essa comunista] aqui, e, quanto a sociedade, havia colaborado com a ditadura. O que se depreende é uma forçada equiparação entre a sociedade brasileira, inclusivamente os insurgentes armados, e ditadura no desdém pela Democracia. Não é de se admirar, quando contratada com afirmações mais contundentes neste mesmo sentido, ao questionar inclusive, no sentido de negação, que “a ditadura foi imposta de cima para baixo”, pois segundo Reis Filho, adotar esta perspectiva, de que a

⁵⁷⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. À maneira de um balanço: Epílogo ou prólogo?. In REIS FILHO, Daniel *et al.* **Versões e ficções**: o sequestro da História. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 34.

⁵⁷⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. À maneira de um balanço: Epílogo ou prólogo?. In REIS FILHO, Daniel *et al.* **Versões e ficções**: o sequestro da História. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 182.

⁵⁷⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **O Golpe e a Ditadura Militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 47.

⁵⁸⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **O Golpe e a Ditadura Militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 47.

⁵⁸¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Em depoimento concedido a Denise Rollemberg, no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1997. Arquivo Edgar Leuenroth, Coleção Militância Política e Luta Armada. Transcrição, p. 13.

⁵⁸² REIS FILHO, Daniel Aarão. À maneira de um balanço: Epílogo ou prólogo?. In REIS FILHO, Daniel *et al.* **Versões e ficções**: o sequestro da História. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 11.

ditadura fora em sua principalidade um imposição pela força, faria parte de uma “recusa a considerar a ditadura nas suas complexas relações com a sociedade brasileira”⁵⁸³ A revisão do caminho armado para Daniel foi profunda, como para tantos outros militantes.

Analisar essas (re)visões é fundamental. Também poderíamos analisar, neste capítulo, as formas de luta que esses militantes da esquerda armada desenvolveram nas prisões e, em alguma medida, nós iremos enunciar, descrever, de um modo geral, essas lutas e as suas formas, mas essa não é a tarefa da qual pretendemos nos ocupar, mas sim, como já dito, buscamos refletir sobre a mudança de atuação dessa esquerda armada em Pernambuco, que vai se desfazer enquanto agrupamento de violência insurgente. A cabeça desses e dessas militantes vai mudar.

4.4 Aberturas e Fechamento de um Projeto

O comportamento, no momento da prisão, e o “processo de abertura” descortinam um debate profundo e polêmico naqueles tempos, e ainda hoje.⁵⁸⁴ Carlos Alberto Soares trouxe essa clareza da alta sensibilidade do debate ao falar que:

Em alguns momentos nós tentamos ter uma discussão mais ou menos assim, de pessoas que eram do mesmo partido, que tinham vivido a mesma situação, tentar discutir isso, mas isso não deu certo. Porque mexe com muita coisa, você saber que o outro te entregou, e você saber que entregou outro, de chegar no seu limite.⁵⁸⁵

Sobre o mesmo assunto, Carlos Alberto Soares coloca em seu depoimento, coloca que:

583

⁵⁸⁴ Como se pode perceber em: OCARIZ, Maria Cristina (org.). **Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**: efeitos psíquicos e testemunhos clínicos. São Paulo: Escuta, 2015. Esse livro é sobre o Projeto Clínicas do Testemunho do Ministério da Justiça, que teve por objetivo fomentar a formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados pela violência do Estado (1946-1988), mais precisamente dar condições para a elaboração de traumas advindo dessa violência (p. 9 et seq.), o tema da tortura e do processo de abertura que trataremos adiante, passados mais de 50 anos do golpe, ainda atormenta os militantes que viveram o período: “Em nossos encontros quinzenais, falou-se sobre a delação e a implicação em relação à cruel alternativa de confessar para se manter vivo, ou calar-se frente ao risco de morrer. Esses resultados trouxeram efeitos de uma degradação e culpas subjetivas, a clivagem entre o corpo e o espírito, entre os ideais e a morte. [...] no grupo, houve continência e acolhimento. Por um lado, compreendiam e se identificavam com a dor da coação física, moral, psicológica. Ainda assim, alguns questionavam os que falaram, foram depor ou declararam publicamente que tinham sido coagidos pela esquerda a lutar contra o regime militar.” (p. 61-62).

⁵⁸⁵ Carlos Alberto Soares, em entrevista. Recife, 21/10/2010. CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. **Dossiê Itamaracá**. Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979). 2017. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

Na relação [com ou outros presos políticos], no primeiro momento, teve uma coisa que foi muito difícil. Entre uma organização e outra e dentro da própria organização que era o que nós chamamos de processo de abertura. Você falar. Nosso princípio era: Não passar nenhuma informação para a repressão. Nós temos pessoas que não falaram. Morreram, mas não falaram absolutamente nada. Quando você fala alguma coisa que prejudica um terceiro, que leva a outro terceiro, que leva a um outro. Aí, de repente, essas pessoas se encontram na prisão. Então, isso, inicialmente, trouxe uma tensão muito grande. Por exemplo, quando eu cheguei na Casa de Detenção, logo na chegada, você cria, porque: “Quem foi que me entregou, quem foi que fez isso errado, quem foi que falou para repressão”. Então isso é uma coisa. Há um tempo atrás, já depois de solto, uma amiga minha escreveu para mim, ela queria fazer uma discussão sobre essa questão do comportamento dos... nosso comportamento referente à repressão. Eu disse: “Espera. Olha, isso aí é um processo de consciência de cada um. Se uma pessoa quiser discutir comigo sobre o problema dela, eu converso, mas desta forma geral eu converso sobre os torturadores. Se você quiser falar sobre os torturadores, a tortura, a gente conversa”. Mas, agora, o processo de abertura é muito pessoal. Muito pessoal. Teve um rapaz, do Rio também, acho que ele estava fazendo uma pesquisa, ele, mas ele queria fazer uma pesquisa ... eu disse: “Rapaz, esse seu tema é uma questão muito delicada”. Ele queria fazer um trabalho sobre esse processo de abertura. Quem tinha aberto, quem não tinha, como é que foi. Eu digo: “Olha, rapaz, se você quiser falar comigo eu falo, mas eu acho que é extremamente delicado a pessoa fazer isso. É algo muito delicado”. [...] As interações foram muito delicadas por isso. Eu me lembro que, na época, eu peguei meu depoimento na Aeronáutica, eu tinha uma cópia, pedi para o advogado pegar. Tá aqui. Entreguei para todo mundo. E depois... era um negócio que me martirizava um pouco. Teve um dia que fizeram uma batida na cela, porque eles iam e revistavam tudo. Aí, pegaram meu depoimento e levaram. Pronto. Porque eu pedi exatamente para evitar isso. Eu disse: - olha, está aqui meu depoimento. O que eu prestei depoimento está aqui. Depois, entre as organizações, não teve nada, teve umas discussões, mas o que mais marcou foi... porque você estava saindo da tortura. Eu soube que fora havia as discussões, os debates, mas internamente a gente tinha uma série de problemas. Primeiro tinha isso: a gente tinha que ter uma unidade interna, um coletivo que nós formamos para resistir à tortura, à pressão. Que não era de organização nenhuma, era um coletivo que era melhoria das condições de sobrevivência dentro da cadeia. E esse coletivo funcionou. Funcionou na cadeia. Com problemas, claro, você reúne trinta, quarenta pessoas, por exemplo, na Casa de Detenção, se eu não me engano, chegou a 36 pessoas dentro de uma única cela. Então você tinha que ter uma consciência de que a luta era pela sobrevivência ali. As organizações, todas elas tinham críticas, todo mundo tinha críticas às suas próprias organizações. Tinham pessoas que mantinham, mantiveram e acho que mantém até hoje, talvez, mas terminou se chegando a um certo... criamos normas de sobrevivência interna, nos organizamos. [Nunca chegou a ser debatida a questão da via armada?] Não! Não! [Nem entre vocês do PCBR?] Não. Porque eram coisas muito delicadas. E até pela quantidade que nós já tínhamos, como, por exemplo, o comportamento da pessoa durante a tortura. Era uma coisa, a primeira coisa que se perguntava quando você entrava e era pelos seus próprios companheiros de organização. Era isso.⁵⁸⁶

Esse é um debate válido não somente para os diretamente envolvidos, mas como processo difusor para a sociedade em geral e, enfaticamente, para os militantes de esquerda. Isso nos ajuda a elaborar uma compreensão mais complexa de como se operou essa revisão do projeto armado nas prisões pernambucanas por parte de seus militantes, em uma dinâmica dialética e multivetorial de funcionamento, desde a chave repressão (Estado), resistência

⁵⁸⁶ Carlos Alberto Soares em depoimento ao autor. 14/08/2019, Torre, Recife.

armada, as relações internas entre os militantes da violência insurgente, entre os militantes de mesma organização e entre militantes de organizações armadas diferentes.⁵⁸⁷ Isso nos auxilia também no entendimento da extensão político-ideológica e os efeitos nefastos nas organizações do “processo de abertura”, inclusive o emudecimento de alguns de seus militantes.⁵⁸⁸

A questão da tortura e o comportamento na prisão são temas sensíveis, como não poderia ser diferente, que atravessam todas as organizações da esquerda brasileira, mas os grupos armados com maior agudeza, dado seu caráter de confronto aberto e bélico aos agentes da repressão e ao próprio regime. O caso é que, no imaginário coletivo da esquerda armada⁵⁸⁹ — mas o que não se restringia a ela, já que pensamento generalizado é estendido à quase toda a esquerda do período —, investia-se e vivenciava-se a figura sisuda do guerrilheiro durão e altamente preparado para as adversidades, visto e forjado para ser o espelho do revolucionário exemplar.

Não suportar as torturas e conceder informações ao inimigo é trair, pois a fraqueza poderia levar para o moinho da máquina da repressão suas companheiras e seus companheiros

⁵⁸⁷ No exílio, um dos primeiros debates realizados também era sobre o comportamento durante a prisão e o processo de abertura. Isso pode ser visto no depoimento de Daniel Aarão Reis Filho, libertado em troca do embaixador Alemão Ehrenfried von Holleben, sequestrado em 11 de junho de 1970: “E logo, naturalmente, houve uma certa segregação, cada organização procurando fazer o balanço da sua experiência de cadeia; aí, no caso da VPR, começou uma certa ‘lavação de roupa suja’: algumas acusações de uns contra outros, uns acusando outros de terem tido um comportamento débil na cadeia. Na ALN, a mesma coisa não chegou a ocorrer, mas chegou a pintar, não entre o grupo que estava lá, mas do grupo em relação às pessoas que estavam na cadeia. Entre nós quatro não, nós quatro fomos muito amigos uns dos outros, tivemos uma certa maturidade em fazer o balanço da experiência da cadeia. Mas, de qualquer maneira, balanços e perspectivas eram coisas feitas dentro de cada organização” (Daniel Aarão Reis Filho militante do MR-8, em depoimento concedido à Denise Rollemberg, no Rio de Janeiro, a 9 de novembro de 1996. Arquivo Edgard Leuenroth, Coleção Militância Política e Luta Armada).

⁵⁸⁸ Na ótica dos militantes da violência insurgente, o confronto com a Ditadura tratava-se de uma guerra. Além das características típicas da clandestinidade, a perda de companheiros, o distanciamento da família, a repressão cuidou de, com os métodos mais violentos, desenvolver uma situação-limite que gerasse efeitos psicológicos em seus opositores, de modo que lhes afetasse a tal ponto que restasse pouca estrutura para prosseguir a militância, caso se sobrevivesse ou escapasse. Sobre o emudecimento, podemos compreender melhor essa dimensão a partir dos apontamentos de Walter Benjamin sobre o silenciamento desenvolvido nos soldados em razão da 1ª Guerra Mundial (Cf. BENJAMIN, Walter. *Experiência e pobreza*. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993).

⁵⁸⁹ “Mal preparados para isso, acreditávamos que nós teríamos força ideológica para resistir. Mas nós não tínhamos ideia do que era a tortura. Uma coisa é você imaginar que vai chegar lá, vai levar uns cascudos, uns empurrões, uns chutes, e outra coisa é você se deparar com um esquema de tortura organizado, cientificamente montado, com aparelhos próprios, com quadros oficiais treinados para isso, tendo feitos cursos no Panamá, não sei mais onde, treinados pela CIA. Então nós subestimávamos a tortura e superestimávamos a nossa capacidade de enfrentá-la, achávamos que resistiríamos. E isso foi uma fraqueza de todas as organizações. Ou porque até não houve tempo, conhecimento, para que isso fosse discutido [...] Então havia essa representação de que nós éramos um pouco heróis. De que a tortura dava para tirar” (Álvaro Caldas, Militante do PCBR. Entrevista em janeiro de 2003. In VECCHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

de organização, os quais poderiam ser, inclusive, mortos, e defraudar, brutalmente e de vez, a estrutura e os planos de sua organização política e o próprio avanço e a realização do sonho da revolução. “Abrir em interrogatório”⁵⁹⁰ era trair a causa e a revolução. Esses eram valores compartilhados por toda a geração de militantes daquele período. A tortura convertida em política de Estado e expediente contra a oposição foi largamente utilizada em Pernambuco.

Como se refere Marcelo Mário de Melo,⁵⁹¹

[...] em Pernambuco, a partir de 1964, a centralização da tortura se deu em torno do DOPS, ligado à Secretaria Estadual de Segurança Pública, em íntima ligação com as forças armadas e a polícia federal, que também mantinham seus serviços de informação, suas equipes e câmaras de tortura. Devido à tradição do DOPS pernambucano em matéria de repressão política e tortura, a implantação do DOI-CODI no estado se retardou, só se consolidando em meados de 1971.

Com a instalação do DOI, após capturados,

[...] os presos políticos passaram a ser levados diretamente para o QG no TV exército, sede do DOI-CODI, na Rua do Hospício, no Recife, onde foi montada uma central da “tortura científica”, com carceragem, salas de suplicamento, equipamentos mais requintados e acompanhamento médico permanente para medir a resistência do preso, estabelecer os intervalos nos momentos devidos, evitar mortes não programadas e acionar com mais facilidade os atendimentos de urgência.⁵⁹²

A estruturação física do centro de torturas do DOI-Codi, em Recife, deu-se “[...] em espaço contíguo ao Hospital Geral do Exército, hoje Hospital Geral do Recife, facilitava a integração com a ‘medicina torturante’”. Após a descida ao inferno das torturas, momento que também eram “interrogados e mantidos sob sistema de sequestro, os presos políticos, sem nenhum rigor de tempo, eram transferidos para o DOPS, a fim de que fosse formalizado e remetido à Auditoria Militar o “[...] competente inquérito” [...] Observe-se que, mesmo depois de montado o DOI-CODI em Pernambuco, o DOPS ainda manteve um certo peso, quanto à participação em capturas e torturas.”⁵⁹³

Vale salientar, como sinaliza Beatriz Kushnir,⁵⁹⁴ que os DOPS estaduais, na função de “[...] acumulador e gerenciador de informações, fazendo-as circular e abastecendo de dados os órgãos de inteligência”, experimentaram seu auge entre a edição do AI-5 e a Anistia, isto é,

⁵⁹⁰ Jargão à época que significa conceder informações sigilosas aos órgãos de repressão.

⁵⁹¹ Processo n.º 407/01, de Marcelo Mário de Melo. À Comissão Especial de Indenização de Ex-Presos Políticos. Secretaria da Justiça e Cidadania, p. 38.

⁵⁹² *Ibid.*

⁵⁹³ *Ibid.*

⁵⁹⁴ KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. **Revista do Arquivo Público Mineiro História e Arquivísticas**, ano XLII, n. 1, p. 45, jan.-jun. 2006, p. 45.

entre dezembro de 1968 e agosto de 1979. No entanto, apesar de sua associação comum à última ditadura brasileira “[...] esses departamentos, assim como outras instituições de informação política do Estado, não são recentes e nunca foram efetivamente extintos, tendo sobrevivido ao longo do tempo, quer o governo fosse mais ou menos democrático, ou mais ou menos ditatorial.” E finaliza, alertando que “[...] a preocupação com a informação sempre foi uma ‘questão de segurança nacional’”. O que demarca as diferenças de atuação nesses períodos é, entre outros aspectos, as formas de obtenção dos dados, ou seja, “as origens das informações sobre as condutas individuais e as nuances no respeito, ou não, aos direitos civis.”

O mesmo militante que debateu a questão de seu comportamento nas cartas que analisamos chegou a testemunhar, em depoimento, a outras pesquisadoras, fazendo uma análise sobre o mesmo tema sobre a questão. A uma delas considerou:

Revolucionário não abre, não dá nenhum nome, fecha a boca e acabou o papo. Todos nos formamos nessa concepção, que é utópica, nessa ideologia do super-super. Todo mundo se considerava em condições de enfrentar. Mas pouquíssimos conseguiram, de fato, esse comportamento.⁵⁹⁵

À outra investigadora, ele compartilhou a sensação de morte pela qual passou quando da crise e do impasse que se seguiu à experiência da prisão e da tortura e a necessidade de redefinição política-pessoal a partir daí:

Então o primeiro momento [após chegada à cadeia para cumprir pena] era ver essa coisa de como é que a gente reciclava a nossa imagem pra nós mesmos, refazer a ideia que a gente tinha de si mesmo. Porque essa coisa do comportamento pesou muito na cabeça de todos nós que entramos na ditadura. Porque a gente não tinha se revelado grandes revolucionários que pensávamos que éramos, o sofrimento era muito grande, o remorso, porra, devia ter aguentado, podia ter resistido aqui, podia ter resistido ali, não fui de acordo com aquilo que nós recomendávamos. Pelo menos pra mim isso foi muito doloroso. É um processo de autocritica que você faz de qualquer jeito para resolver porque ... ou então dá um tiro na cabeça.⁵⁹⁶

Essa pulsão de morte (“desejo louco” e “ardente”) sentida como efeito e dilaceração ocasionados pela tortura também é narrada por José Emilson Ribeiro da Silva, que militou no PCBR, ALN e PCR, em seu poema “Pedacos da Minha Vida II”, publicado a seguir, composto em 19 de novembro de 1973, na sede do DOPS-PE. Abaixo do poema, ele escreve

⁵⁹⁵ ROZOWYKWIAT, Joana. **Subversivos**: 50 anos após o golpe. Recife: Cepe, 2016. p. 58.

⁵⁹⁶ CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. **Dossiê Itamaracá**. Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979). 2017. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 65 *et seq.*

uma observação, a qual é deveras importante de reproduzirmos aqui, pelo tema que estamos tratando e, também, para melhor compreensão do poema:

Comportamento mantido durante longas seções de torturas, que infelizmente não... não foi mantido até o fim. E em seu hiato consequências de dores maiores porquanto marcam não só o corpo, mas, muito mais o espírito em suas autodecepções, seus medos de si próprio, suas renúncias e autopunições baixando sobre seu corpo marcado e sua alma dilacerada, o látigo acusador de sua consciência, deixando indeléveis cicatrizes para todo e sempre resto da vida.⁵⁹⁷

Essa é uma delicada questão, a qual também é enfrentada na cadeia, já em seus primeiros dias e, mesmo, batalha incontinente travada consigo nas celas das dependências onde ficava retido para lhe ser imposto o suplicio cruel.

Na prisão, um tema ficou muito forte, que era o comportamento diante da repressão. Como tinha sido isso, como tinham sido as torturas ... então isso marcou muito esses primeiros meses, esse primeiro ano da prisão. E é claro que aí você tem todo esse processo de tortura que você passou e aí você tem que reestruturar [...].⁵⁹⁸

PEDAÇOS DA MINHA VIDA II

25 de agosto
5 horas da manhã...
Caminho, rua a fora
Longamente atento
Aos meus deveres cumprir
Não posso falhar, não posso.
E o amor que impõe,
E o amor que envia,
E eu sigo esperançoso
De encontrar e cumprir
Meus deveres com amor.
É o amor por ELA
Que são todos,
Que envia
Que guia.

Caminho longamente,
Atento, olhando, e...
O indesejável vigiando,
E eis que
De longe vejo
A quem procuro,
E sigo
E confio
E me aproximo
De lábios abertos e na face o riso
Como sempre ao meu encontro ia.

⁵⁹⁷ Processo n.º 101/01, de José Emilson Ribeiro da Silva. À Comissão Especial de Indenização de Ex-Presos Políticos. Secretaria da Justiça e Cidadania, fl. 71.

⁵⁹⁸ Carlos Alberto Soares, em entrevista. Recife, 21/10/2010. In CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. **Dossiê Itamaracá**. Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979). 2017. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 52.

Mas...
 Não é alegria que chega
 Não é que recebo,
 Não é amor que sinto,
 Não é felicidade que me sobeja,
 Não é o prazer que me invade,
 São seus opostos que me esperam.

E o vigiado indesejável aparece,
 São cinco e trinta da manhã!
 Gritos, correria,
 Armas em profusão,
 Cena de horror...
 E eis que tombo, e
 Sobre mim caem
 Brutamontes as dezenas,
 Numa pancadaria infernal

E eu,
 Que da arma sacara,
 Nada, nada pude fazer.
 Mudo, paralisado, entorpecido
 Pelos choques dos fatos
 Mais pareço um grão de arroz
 Por formigas carregado.

Da face me escorre
 Abundante líquido,
 As narinas invadidas
 Do insosso fedor,
 As roupas embebidas
 Da pegajosa substancia, e
 De vermelho tintas...

Estou preso

Sou um fardo vivo
 No lastro
 De um carro jogado.
 Sou carne em receptáculo
 Sob punhos cerrados, e
 Por coronhas d'armas
 Massacrado
 Qual bife em preparo.
 Caras estranhas me fitam,
 E gritam:
 "Aparelho, pontos, pontos aparelhos...".
 Pancadas, contorções, desmaios,
 Giros no próprio corpo, e
 Nos fios enrolando-se
 Fios trazendo
 Formidolosos choques
 Paralisando corpo e mente.

De repente...
 Tudo escurece a minha vista...
 E um saco negro
 Em minha cabeça envolvido.
 E continuo nestes estertores
 Até que,

Do veículo arrancam
Este fantasma mascarado,
Rasgado,
De sangue tingido,
E sigo

Numa caminhada difícil
Nas paredes, aos encontrões,
Choques violentos,
Contorções, pancadas, quedas...
Numa cena que,
Aos sádicos hilariantes
Causam prazeres e gozos
Numa realização interior,
De animais doentios.
Sigo,.
Contra paredes,
Aos encontrões chocantes,
De ressonância abafada,
E perguntam gritando
Se cego estou.
Mas, como ver?
Se tudo é negro
A minha volta...
Ah! Aquele capuz preto!

De repente, de repente,
Numa minúscula sala estou,
Toda branca, forrada, abafada
Para os gritos lancinantes
Das dores não trespassar.
No chão...
Água, sangue, vômitos, fezes
D'outros que me antecederam,

É a câmara de torturas.

Agora,
Nu, pendurado
Com a bunda pro mundo
A fotografar
Caras nojentas, imundas
Mais imundas
Que minha própria bunda
Que sangra e derrama
Sob pressão
Da haste da vassoura
Fazendo-se às vezes
De falo devastador.

É a tortura

E o café em fogo
Na cara jogado
Que aos olhos me queimam.
E o rosto que arde
Sob fios surrantes,
É água derramada
Narinas adentro
Quase afogando...

São choques convulsivos
 Terrificantes
 Fechando olhos e boca
 Impedindo de gritar
 As dores sentidas.
 Só as aurículas transmitem
 O mundo exterior
 Ao meu eu, e ouço
 Entre choques e dores,
 Gritos que perguntam,
 Na pausa da agressão,
 Mostrando retratos:
 "Conhece esta`
 "E a mulher dele?"
 "Aparelhos, pontos, aparelhos."
 Não sei!
 Não vi!
 Não tenho!
 Choque, convulsões,
 Sede terrível,
 Sangue gotejando,
 Baba escorrendo,
 Agua jorrando
 Sobre as narinas, e
 Sobre o pênis
 Que vibra envolto
 Nos fios que
 Choques transmitem.

Agora,
 Não só o pênis,
 Também a orelha
 Ganha seu quinhão
 Que recebe e transmite
 Ao cérebro os choques
 Numa violência sem par,
 Que afeta, fere e deforma
 A percepção.

Tiram-me do "pau-de-arara"
 Desatam-me as mãos
 Roxas, insensíveis
 Pelo torpor do sangue
 Nas veias paralisado.
 Puxam-me, arrastam-me
 Pelos cabelos,
 Rodopiando sobre vômitos
 Fezes, baba, sangue, urina...

É a tortura

No sapato Luiz XV,
 Sobre latas
 Massacrando os pés
 Acompanhada de choques
 Que põe ao chão, e
 Entre choques e convulsões,
 Reerguer e montar
 Sobre as latas
 Para novamente cair, e

Novamente
 Entre convulsões seguir
 Numa agonia sem fim.

Depois...
 Depois a cela sem pão
 Que falta não fazia.
 Só um desejo louco
 De não viver...
 Um desejo ardente de morrer.
 Morte rápida
 Sem agonias.
 Só tu, oh morte,
 Falta fazias.⁵⁹⁹

Paulo Pontes, militante do PCBR em Pernambuco, aponta, em suas memórias, que essas orientações de “[...] mesmo sob tortura, não admitir sequer o nome verdadeiro” ou negar-se a “[...] falar com os companheiros que fraquejaram”, além de terem uma face cruel, também eram desvinculadas da realidade e acrescenta que “[...] só não foram mais danosas, porque não há registro de alguém que as tenha cumprido na íntegra”.⁶⁰⁰ E encetou conclusivamente:

[...] o que nos apavorava não era a perda de liberdade, e sim a tortura. Não aguentar e falar diante da repressão sempre foi um dos maiores traumas. Não só durante a ditadura de 1964, mas bem antes. Chegava a ser o ato mais humilhante para um comunista. Conosco não foi diferente. Mas a questão principal não era confessar nossos atos. Era, principalmente, não entregar quem eram os outros companheiros e o que fizeram. O maior trabalho dos torturadores era justamente para que delatássemos os demais. Quando já não aguentávamos, íamos dizendo os nomes dos que já estavam presos ou identificados pela polícia em outros inquéritos e em outros estados. [...] Sobre nossos limites, os limites humanos, há diferenças entre cada um. Combatentes que não treinaram o uso das armas não poderiam ser preparados para não tentarem uma saída individual nos limites da dor e do medo. Do medo da dor, do medo do julgamento que faria um companheiro que viesse a ser preso. Do medo

⁵⁹⁹ José Emilson Ribeiro da Silva, DOPS, Recife, 19/11/73. Processo nº 101/01, de José Emilson Ribeiro da Silva. À Comissão Especial de Indenização de Ex-Presos Políticos. Secretaria da Justiça e Cidadania, fl. 71.

⁶⁰⁰ PONTES, Paulo. **Memória da resistência na ditadura e depois**. Recife: MMM Produtos Culturais, 2018. p. 350. Essa imagem e ideário era estruturante da identidade dos militantes da esquerda armada. Uma das militantes do PCBR, na sua carta aos companheiros, contando sua experiência após a prisão, disse: “[...] às vezes passava a noite inteira em claro, pesando e repesando as minhas forças e fraquezas. Será que eu vou conseguir passar pelas torturas sem trair? Será que não é melhor eu me suicidar, assim pelo menos eu garanto a não abertura, será que devo? Quando o dia clareava, eu estava esgotada. Chego a torcer que eu piore de novo (como de fato piorei). Travo uma luta enorme dentro de mim. Chego à conclusão de que isso é uma posição superindividualista. A minha vida não me pertence, pertence à revolução. Penso na péssima repercussão política que teria um suicídio meu no hospital, penso no P., nos meus companheiros, no pessoal do hospital pra quem eu represento a revolução, e na covardia de simplesmente fugir, do não enfrentar a tortura, de não tentar sequer. Estou decidida, vou enfrentar, tenho de enfrentar. Recuo de novo: me apavoro com meus próprios vacilos, e chego à conclusão de que não tenho estrutura psicológica e ideológica, eu não tinha o direito de ser militante, mesmo que eu seja é melhor pedir desligamento, por mais que isso me doa. Avanço de novo: a minha autossubestimação está influenciando, tenho que superar isso. A revolução é minha própria vida. Não posso fugir de algo que me é visceral. Penso muito nos exemplos dos revolucionários que resistiram. Vou enfrentar de qualquer jeito”.

do julgamento que fariam seus amigos, mesmo não militantes, seus conhecidos e parentes.⁶⁰¹

A troca de cartas, no ano de 1970, entre militantes do PCBR, as quais foram apreendidas pela repressão em um aparelho da organização em 1971, possibilita-nos maior proximidade e compreensão das questões envolvidas e da magnitude desse debate. Tais missivas nos trazem elementos para reflexões mais profundas, indo para além de deduções ou de inferências indiretas, ou mesmo traz possibilidades mais seguras de menor vulnerabilidade às peneiras que o tempo e a memória impõem às pessoas no julgamento de seu passado.

As cartas coligidas, como fonte neste capítulo, concentram-se, sobretudo, na correspondência de três militantes, um homem e duas mulheres (que foram presos juntos), entre si e com a direção de sua organização, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Nessas cartas, são tratados diversos assuntos, mas que giram, sobremaneira, e em primeiro plano, sobre o contexto de suas prisões e de seu comportamento político no imediatamente depois e a relação desse comportamento com o futuro da organização, do combate à ditadura e, mais enfaticamente, da causa da revolução brasileira.

Eu as utilizo, as cartas, mesmo sabendo que o conteúdo delas também está filtrado por critérios outros, como objetivos e intenções dos remetentes, bem como sua carga de subjetividade, porém, mesmo não sendo radiografia de verdades automáticas, apreender essa discussão, justamente no momento em que ela acontecia, permite-nos agregar análises mais ricas para o objetivo a que nos propomos. Um militante e dirigente do PCBR, em uma dessas cartas, a qual foi enviada, de forma clandestina, a partir da Casa de Detenção do Recife, para as companheiras e companheiros de organização, diz:

Esperei que o tempo passasse e pudesse — libertando-me do que passei nos últimos dois meses — escrever com calma e analisar nosso comportamento na cadeia. De antemão, deixo claro uma coisa para que o diálogo seja mantido: Não aceito a pecha de traidor ou mesmo de frouxo. São pesadas demais para quem têm consciência do esforço que fez para se manter fiel a si mesmo e à revolução. Esclareço também que não vou tentar, no plano político, justificar com o que sofri um comportamento sem dúvidas errôneo. Digo, apenas com a experiência que vivi e com os contatos mantidos neste posto de luta difícil que é a prisão, com revolucionários dos mais diferentes matizes, digo apenas que a visão que se tem das torturas e da prisão, aí de fora, tem muito de idealista, de intelectual, de quixotesca. Esta é uma opinião pessoal adquirida à custa de porrada. Longe de mim a ideia de afrouxar a disciplina e a rigidez da vida partidária. Continuo achando que a luta ideológica tem de ser travada no sentido de não se abrir nada, de não conciliar com a polícia. Mas agora não posso abstrair um dado real, objetivo, comprovado aqui: os graus de abertura diferem. Mas todos confirmam e abrem alguma coisa. A queda do foco⁶⁰² foi em

⁶⁰¹ PONTES, Paulo. **Memória da resistência na ditadura e depois**. Recife: MMM Produtos Culturais, 2018. p. 149.

⁶⁰² Referência à prisão de militantes da ALN.

cadeia: ***** apanhou como um cavalo, abriu o aparelho de *****. Este foi preso com ***** , que entrou em pânico em duas horas e abriu ponto com ***** e ***** e sucessivamente. ***** foi torturado cientificamente no sul do país (choque na cabeça do pênis, etc., etc.). Tudo isso é dito apenas a título de informação. Torno a repetir que, no plano político, não justifico o comportamento de ninguém. O que defendo é um julgamento a posteriori do comportamento de cada um para que, no mínimo, sejam evitados julgamentos morais precipitados. Em suma, companheiros, justifico-me no plano moral. Fiz o que pude. Aguentei até onde houve resistência.⁶⁰³

Igualmente, é abordada, nas missivas, a fidelidade, ou não, às regras estabelecidas pelo PCBR para o comportamento durante a prisão. Temos, pois, a oportunidade de, a partir do conteúdo dessas cartas, adentrar no debate sensível da tortura, como prática de interrogatório e ação política estabelecida pela repressão, e de suas consequências danosas para a atuação do e da militante e de sua organização, em curto prazo, mas também seus efeitos mais profundos e hediondos para a pessoa e seus reflexos, como processo coletivo, à esquerda armada do período, inclusivamente, como força partejante de uma revisão do método violento de luta insurgente, isto é, a reavaliação da guerra de guerrilhas como tática principal para a conquista do poder e, por conseguinte, para o exercício propriamente de oposição à ditadura instalada.

Os três militantes que travam o debate trazem o perfil social hegemônico das pessoas que compuseram as fileiras da esquerda armada nas décadas de 1960 e 1970, no Brasil. São estudantes universitários de classe média (das jovens, uma delas é de família mais abastada e a outra é de classe média baixa) e todos haviam desenvolvido atuação no movimento estudantil de suas cidades de origem (Recife, Fortaleza e Rio de Janeiro) e haviam se alçado a lideranças do movimento. Jovens de, quando da ocorrência de suas prisões, 23, 22 e 20 anos.

Poderíamos dizer que compõem gerações de militância diferentes se considerarmos o Golpe de 1964 como um marco. Ele iniciou suas atividades políticas no PCB, desde 1961, e elas começam a militar na universidade, em 1967, quando já havia um clima de fracionismo com o partidão instituído e, inclusive, a proposta de luta armada tornava-se hegemônica entre as alas jovens do Partido e começava a ser também defendida por dirigentes de maior idade e antiguidade no partido.

Um dos aspectos importantes ao assinalar isso é que as duas não experienciaram a grande decepção de não resistência ao golpe sentida por toda a militância da Esquerda, especialmente a vinculada ao PCB naquele momento. O golpe e a esperada reação que não aconteceu e todos os seus efeitos amargos foi, certamente, um divisor de águas na edificação do projeto armado. No entanto, isso não se aplica em primeiro plano a trajetória das duas

⁶⁰³ Os asteriscos foram postos com o objetivo de preservar as pessoas citadas de qualquer exposição desnecessária. Essa omissão não compromete o conteúdo da mensagem.

militantes, todavia seguramente a entrada da militância do ME nas fileiras das organizações de violência insurgente guarda íntima relação e, em alguns casos, dependência com esse processo de desencanto pós-golpe. A esquerda armada será integrada por essas duas gerações, uma que militava antes do golpe, sobretudo no PCB, mas também na POLOP, PCdoB e Ligas Camponesas e a geração que embarcaria na militância política após abril de 1964. Podemos observar o peso que exerceu a frustração do golpe sem resistência e a adoção do caminho armado para a revolução brasileira e para o combate à ditadura na fala de José Calistrato Cardoso Filho,⁶⁰⁴ que integrou o PCB e, posteriormente, a ALN:

Para nós, foi uma grande decepção a questão do golpe. Porque a gente esperava que houvesse uma resistência. Principalmente, vamos dizer assim, do esquema militar do presidente da república João Goulart, como do esquema de Miguel Arraes em Pernambuco, que era o governo que a gente defendia, que a gente discutia. E a gente esperava e pensava que iria haver uma resistência armada. Eu ainda não tinha noção de construção de sociedade socialista, via eleitoral ou via luta armada. Para nós, ainda não era uma discussão dessa. Agora, a partir dessa não resistência, dessa acomodação total do pessoal da esquerda que os militares chegaram — eu digo até como disse Brizola — abriram uma porta, abriram outra e ninguém reclamou, abriu outra, abriu outra, daqui um pouco tomou conta das casas.

Importa-nos, para a apreensão da fisionomia imagético-representativa do/a militante cercarmo-nos de algumas das regras compartilhadas sobre as questões atinentes à segurança e ao trabalho clandestino. Para tal, nós nos serviremos, a princípio, de um documento do PCBR, de agosto de 1969, que buscava dar orientações e traçar avanços na reconstrução do partido, diante da experiência desenvolvida até aquele momento. Em seu ponto “7 – Segurança no Trabalho Clandestino”, ele avoca o entendimento introdutório de que “Nas condições de uma guerra revolucionária dura e prolongada, no curso da qual enfrenta uma repressão cada vez mais brutal, nosso Partido só poderá sobreviver e cumprir seu papel se tiver assegurado o funcionamento de suas direções e de suas bases.” Assim, constituir-se-iam tarefas vitais do partido como um todo, desde as direções às bases, conforme segue o documento:

⁶⁰⁴ Constante no conteúdo das filmagens do documentário *A mesa vermelha* (2013). Disponível em: www.amesavermelha.com.br. A Mesa Vermelha, documentário dirigido por Tuca Siqueira, exibe depoimentos de 23 ex-presos políticos no período da ditadura militar, no Recife, entre 1969, com a promulgação do AI 5 e 1979, com o advento da Lei da Anistia. Esse documentário acompanha o debate entre os participantes, ao redor de uma mesa vermelha, sobre temas relacionados ao período da ditadura, passando pelo golpe de 64, pela guerrilha do Araguaia, pela luta dentro das prisões em prol da anistia ampla, geral e irrestrita até a conjuntura atual. A riqueza do material produzido extrapolou o espaço de um filme e expandiu-se nesse. Os depoimentos individuais dos protagonistas, nos quais cada um conta suas experiências de militância, prisão política e torturas a que foram submetidos também poderão ser acessados. A Mesa Vermelha é fruto do Projeto “Marcas da Memória”, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça em parceria com o Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco, idealizado e coordenado pelas também ex-presas políticas Yara Falcon e Lilia Gondim. (<http://www.amesavermelha.com.br/index.php#sobre>)

A observância das regras de segurança, nas condições de uma organização clandestina, e a criação de uma sólida estrutura que permite a mobilidade crescente e o desenvolvimento do nosso trabalho de direção, chamado a orientar, planificar e fazer avançar a prática revolucionária.

Seria, pois, imperativa, ainda conforme o documento, “[...] a necessidade de uma discussão aprofundada no conjunto da organização, sobre regras e princípios de segurança na atividade clandestina, apoiado, desde já, em medidas práticas concretas e em intransigente combate ideológico às tendências liberais.”

Tal necessidade era justificada, pela “[...] indispensável e urgente” adaptação ao que seriam “[...] os novos níveis de repressão atingidos pelo aparelho policial-militar e, em consequência à revisão das concepções, dos métodos e das normas que vêm caracterizando nossa atividade ilegal.” O PCBR havia sido duramente atingido pelas investidas da repressão e, a partir deste painel, a direção indica, em seguida, algumas medidas a serem adotadas, quais sejam: cada escalão deverá contar, para seus diferentes órgãos dirigentes (comitês, secretariado), com locais próprios para reuniões e trabalho coletivo em geral; com meios de transporte (sempre que possível, também próprios); com pontos de chegada e com meios de comunicação com relação aos órgãos superiores e inferiores; e, por fim, deve assegurar ao máximo a vigilância em torno do segredo das atividades clandestinas e da organização partidária. Para essa última tarefa, são prescritos “12 mandamentos do trabalho clandestino”. Os mandamentos consistem em:

1. Só procure saber o que for necessário à sua tarefa; só diga a outro o que for necessário à tarefa dele;
2. Jamais se dirija a um encontro ou a uma reunião sem verificar se está sendo seguido;
3. Não ande com papéis que contenham nomes, endereços, telefones ou pontos de encontro; guarde-os de memória ou, se necessário, em código;
4. Nunca marque encontro em lugares movimentados, policiados ou onde o encontro chame a atenção;
5. Use pontos de rua apenas para encontros breves e com uma só pessoa;
6. Não faça encontros ou reuniões em bares, bancos de praça ou automóveis parados, sobretudo se não tiver documentos em ordem;
7. Seja rigorosamente pontual aos encontros de rua e exija que os outros também o sejam;
8. Só use casas que tenham aparência normal, mobiliadas e habitadas por uma família;
9. Use o menos possível o telefone e, se tiver de fazê-lo, fale sempre por código;
10. Use sempre seu nome de guerra e só se refira a outro companheiro usando o nome de guerra dele;
11. Não ande com pessoas queimadas, nem frequente casas queimadas; em princípio, vá somente às casas usadas por sua organização;
12. Você só terá segurança se todos os companheiros de sua organização o tiverem, e vice-versa.

O número 5, ano III, do jornal *Luta de Classe*, órgão do Comitê Regional do PCBR/Nordeste, de julho de 1970 (emblematicamente esse foi o mês no qual os correspondentes das cartas que abordamos neste capítulo foram presos), traz as “7 regras de conduta na prisão e no tribunal”, as quais serão referidas várias vezes pelos e pelas militantes. Essas regras manifestam uma cultura compartilhada por toda a esquerda do período, e mesmo antes dela, contudo apresenta-se mais profundamente na esquerda armada por sua associação e autoafirmação da ação revolucionária pela ação direta, em uma negação mais ou menos forte à teoria. Essa ilustração do “sujeito de ferro”, que morre sem fraquejar, compunha o próprio âmago do projeto de violência insurgente daqueles tempos. A utilização do recurso do suicídio era um efeito dessa cultura, pois antes morrer do que entregar algo à repressão. Não era nada incomum militantes portarem veneno, para, em caso de necessidade, por termo à sua vida pela causa. Até a derrocada do projeto armado, esses valores quanto ao comportamento diante da prisão, da tortura e da justiça foi hermético:

[...] essa tendência intransigente produziu o efeito de bloquear a discussão entre os militantes e criou obstáculos para enfrentar as consequências da tortura durante o período de confinamento nos presídios, bem como também após o fim da ditadura. Prevaleceu, entre os próprios sobreviventes, em grande medida, a resistência em reconhecer a permanência do trauma e o próprio silenciamento sobre a tortura e a vida na prisão. Há ainda um grande silêncio em torno deste assunto.⁶⁰⁵

As regras estabelecidas, como temos concluído, não tiveram compatibilidade com os limites humanos da grande maioria dos homens e das mulheres militantes. A 1ª regra era “Não ter medo – revelar coragem física e política diante do inimigo.” As seguintes:

2 – Não dar nenhuma informação ao inimigo sobre o que ele não deve conhecer; 3 – Adotar a posição de desconfiança permanente diante da polícia e dos juízes; 4 – Ser solidário com os companheiros e dar exemplo na vida coletiva; 5 – Utilizar sua defesa jurídica para atacar a ditadura e defender as posições revolucionárias. 6 – Orientar politicamente sua defesa e não permitir que o advogado faça concessões políticas; 7 – Manter-se sempre na ofensiva, no tribunal passar de acusado a acusador.

A ação dos órgãos repressivos, por meio da tortura como mola mestra, buscou, além da prisão de integrantes da oposição armada, golpear as organizações insurgentes, quebrar-lhes o espírito e o vigor que os impulsionava à luta. Para tal, buscavam humilhar os militantes

⁶⁰⁵ TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura**: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. 2011. 519 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 189.

revolucionários perante os seus, perante a sociedade em geral e, acima de tudo, perante si próprio, gerando um conflito entre o pretendido e o realizado, que originava uma não aceitação dilacerante. Com essa prática, a repressão pôde romper com a liga existente entre os militantes e suas organizações, minando sua coesão interna e a própria crença em si e no seu projeto revolucionário de sociedade. Ao Militante correspondente das cartas que temos tratado havia sido direcionado um conjunto de críticas, ponho alguns trechos a seguir:

***** traiu o P. e a revolução em altíssimo grau. [...] traiu o P. totalmente, da mesma forma que o *****. E nada, em tudo que reconheceu, me chocou tanto quanto uma carta aí fora dizendo que não tinham tirado posição sobre ele como traidor. Não chamo isso sequer de conciliação e não vou sequer comentar essa falta de posição. Adianto apenas que espero que isso seja porque os companheiros estivessem mal informados. Quanto à minha posição sobre ele: acho que ele é um traidor. Os motivos são óbvios: ele traiu o P., a Revolução e os seus próprios princípios. Não é um policial, porque não passou a trabalhar para a polícia com esse objetivo, mas é um traidor e como tal tem que ser expulso imediatamente do P. Isso significa que ele deve ser abandonado? Não, em absoluto. Acho que ele tem condições de voltar e se integrar na luta revolucionária, mas não como militante; acho que temos a obrigação de auxiliá-lo e de ganhá-lo para essa autocrítica. Digo ganhá-lo porque acho que ele não está ganhando, acho que ele está racionalizando muito o que fez; não está com coragem de admitir a verdade porque é uma verdade extremamente dolorosa e está com a moral artificialmente alta. Ele nos escreveu dizendo que “errou” mas não é um traidor, que “traidor é o policial”, que temos uma visão “lírica e quixotesca” das torturas etc. E enquanto ele estiver racionalizando desta maneira, jamais poderá partir para uma autocrítica em nível profundo. Acho que nossa tarefa é ganhá-lo para assumir o que ele fez como traição, 1º passo para melhorar. Alerto aos companheiros para o perigo de conciliação por questões de ligações afetivas com ele (amizade etc.). Na qual a menina caiu inicialmente. Nada pode prejudicá-lo mais em termos de longo prazo do que a conciliação, do que arranjar desculpas para ele, seguindo, pra variar, o caminho mais cômodo. Da mesma forma, devemos negar também o abandono dele, o que também seria muito ruim. De resto, acho que nossa tarefa aqui dentro da prisão é de fato transformá-la numa frente de batalha no interior do campo inimigo. É fundamental que cada um de nós assuma sua autocrítica e parta para essa tarefa.

Diante da sua análise de fracasso perante a repressão, era inevitável a avaliação, para a quase totalidade, de que também estaria fracassado radicalmente a violência insurgente via tática da guerra de guerrilhas. Essa modalidade de guerra irregular, para vingar, precisaria crescer em força e importância, para adesão da população, e, daí, ter condições de avançar na destruição ou mesmo na neutralização do aparelho Estatal da ditadura. Engendra-se uma situação-limite que impele ao rompimento com um dos pilares-mestres da cultura política⁶⁰⁶

⁶⁰⁶ Tomando o conceito de cultura política similar ao utilizado pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta, “Aqui, entende-se por cultura política um conjunto de valores, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando uma identidade coletiva à base de leituras comuns do passado e inspirando projetos políticos direcionados para o futuro.” (MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. p. 9-10).

da esquerda armada: a figura do guerrilheiro que, com o seu preparo, treinamento e habilidades, garantiria o sucesso do projeto revolucionário pelo caminho armado.

Ao não dispor desses meios, os militantes insurgentes, na condição de alternativa revolucionária, deixavam de se colocar como um contrapoder efetivo. Ao fissurar essa base, de modo mais massivo, instaura-se uma crise orgânica nas organizações armadas. Com isso, punha-se em cheque a hegemonia cultural da violência insurgente, abalando a identidade coletiva dos grupamentos, mesmo entre aqueles militantes que não participavam diretamente das ações armadas, pois atinge-se o núcleo central da crença no projeto: “A cultura e a ideologia políticas, no sentido amplo de ideias, discursos políticos, mitos, rituais, tradições etc. devem gerar expectativas racionais de sucesso de um programa de ação pragmático, objetivos sensatos, lideranças prestigiosas etc.” Além disso, “devem provocar, agudizar e racionalizar sentimentos de agravamento, articular a mobilização do consenso e fomentar o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento que incitem a participar em mobilização”.⁶⁰⁷

Esse modelo de luta — no qual se tem as ações e a imagem dos combatentes como ferramentas de propaganda revolucionária e uma extremada valorização da ação direta, condensada na máxima “as palavras convencem, o exemplo arrasta” — teve campo fértil nas manifestações de 1968, as quais foram promovidas contra a ditadura que havia se instalado com o golpe de 1964. Os movimentos armados rapidamente recrutaram membros, desenvolveram-se e, em 1969, há a imersão geral na luta armada. Salienta-se que:

[...] a combinação das oportunidades políticas e as estruturas do movimento podem dotar os grupos de um certo potencial para a ação. Porém, a união destes dois elementos resulta insuficiente para explicar o fenômeno da ação coletiva. Existe um elemento mediador entre oportunidades, ideal e valoração: são os significados compartilhados e os conceitos por meio dos quais as pessoas se sintam convencidas e creiam que a ação coletiva pode contribuir para solucionar essa situação.⁶⁰⁸

Se não resta ao combatente o exemplo, o que lhe resta? Como afirmou o historiador Reginaldo Benedito Dias, “[...] o militante detido convivia com a vigilância de rígidos critérios partidários de lealdade, aos quais aderira voluntariamente. Era no fogo dessas circunstâncias que forjava sua imagem e sua relação com o coletivo”.⁶⁰⁹ Digerir isso no plano

⁶⁰⁷ LORENZO CADARZO *apud* CALLEJA, Eduardo González. **La Violencia en la Política**. Perspectivas teóricas sobre el empleo deliberado de la fuerza en los conflictos de poder. Madrid: CSIC, 2002. p. 304.

⁶⁰⁸ *Ibid.*, p. 303.

⁶⁰⁹ DIAS, Reginaldo Benedito. A máscara chinesa: notas sobre uso das fontes produzidas pelo aparato repressivo da ditadura militar. **Tempo e Argumento. Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 153-175, jan./jun. 2010.

pessoal e coletivo em um espaço de solidão, que é a prisão, foi um gargalo existencial para aquela geração armada, sobretudo de jovens. Essas questões, associadas a outras, certamente influenciaram decisivamente a perda de fôlego do caminho armado para revolução e combate à ditadura pelas armas. “É preciso ler o tempo da história com os olhos da época.”⁶¹⁰ Após as quedas do CR do PCB, e com a abertura de informações por parte de um dos militantes que não pôde suportar as torturas a que foi submetido, podemos analisar, a partir do conteúdo de outra carta, o resultado previsível e o peso que ocupou dentro da organização esse elemento:

Sabemos ontem dos debreamentos. O descenso é de fato uma peneira, mas não podemos ficar simplesmente repetindo isso, enquanto os quadros traem a Revolução quando são presos e abandonam quando não são. Volto a afirmar como afirmava sempre lá fora: o fundamental é que voltemos para o trabalho de formação de quadros do ponto de vista político e ideológico. E é isso que quem estiver na direção aí fora tem que fazer. Acho indubitável que o comportamento do ***** deve ter tido influência grande no pessoal. Por isso, é da maior importância que o comportamento da gente seja analisado e discutido pelo coletivo; que sirva não como baque apenas, mas uma experiência com aspectos positivos e aspectos negativos, experiência vivida por três, mas a ser aproveitada por todos. Nenhuma conciliação deve ser adotada, nessa análise, inclusive e sobretudo, porque seria abrir mão de nossos princípios e vir a exercer uma influência enorme sobre os quadros que ainda estão aí. Os nossos princípios tem que continuar os mesmos: abrir é traição, à polícia não se deve dar uma informação sequer, quem está preso continua fazendo a revolução e não se entrega como um derrotado etc. A tendência que pode aparecer de que se o ***** abriu, que é que um cara mais fraco vai fazer, e que todo mundo abriu mesmo, deve ser combatida citando exemplos em que outros não abriram e inclusive, alguns aspectos da nossa experiência que foram positivos.

Para os presos e as presas, essas reflexões, além de serem difíceis, também eram atropeladas pela necessidade de organizar e de fortalecer o coletivo carcerário de sua categoria (prisioneiros políticos) para diligências de outra ordem, mais pragmática e cotidiana e que, no espaço da cadeia, detêm alta relevância, inclusive para a manutenção mínima da sobrevivência e da saúde física e mental, a exemplo das mais variadas demandas sobre alimentação, acerca dos ingredientes recebidos, do cozimento, da limpeza dos utensílios etc.; direito ao lazer (acesso a jornais, rádio, televisão, material e espaço para confecção de artesanato); banho de sol; a regulamentação dos horários das atividades nas celas; garantia do direito às visitas de familiares e conjugais; direito de assistência advocatícia etc.

Algumas dessas pautas que já tinham sido conquistadas na Casa de Detenção do Recife, ao custo de muitas lutas travadas desde o período do Império e, mais agudamente, após a revolução de 1930 e o levante comunista de 1935, foram revogadas em Itamaracá, a nova penitenciária a que foram transferidos os presos políticos, a Professor Barreto Campelo.

⁶¹⁰ ARIÈS, Philippe. **O tempo da história**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. p. 12.

Até mesmo foi necessário luta pelo reconhecimento da condição formal de presos políticos por parte da direção prisional. Além disso, ainda havia o fato novo de que os presos com grandes condenações, acima dos 30 anos, foram isolados dos demais. Nos primeiros tempos da Barreto Campelo, viveu-se, segundo a fala dos próprios presos, um comunismo de guerra, para, além das lutas mencionadas, garantir uma divisão de tudo que chegava individualmente das famílias.⁶¹¹

Foi um tempo de muitos desgastes nas negociações com os diretores do presídio e de necessidade de reinvenção do coletivo dos presos políticos, a fim de conseguirem ter suas reivindicações atendidas. Isso implicou, inclusive, uma maior articulação com outras instituições para dar visibilidade às suas lutas e realidade, como denúncias documentais e reivindicações públicas, o que foi imprimindo um perfil mais institucionalizado do preso político como ator de reivindicações gerais carcerárias, mas também da sociedade brasileira. Isso acabou por elevar o preso político a um dos grandes atores no período de abertura, mas, sobretudo, pela anistia ampla, geral e irrestrita. A partir de 1974, foi utilizado o recurso último, seus corpos, a fazer deles o protesto vivo por meio das greves de fome.

Estava em jogo suas vidas e suas liberdades. Nessa dinâmica de luta total pela vida, desenhava-se uma outra realidade fora das grades, muito diferente da que era quando eles entraram, mas, diferentemente do que possa aparentar, os presos políticos, inclusive os ex-militantes da violência insurgente, não foram simplesmente modelados e comprimidos pelos acontecimentos, já que, na verdade, eles são, ao mesmo tempo, produto e agência dessa nova realidade. A Barreto Campelo trouxe demandas para forjar uma re-existência.

Tanto o poder de denúncia dos documentos, enviados para fora da prisão, quanto o imperativo de priorizar o coletivo para atender às principais necessidades de todos dentro da prisão se constituirão como vigas fundamentais para sustentar e fortalecer a luta dos presos políticos de Itamaracá. Organizados, eles se unem para resistir.⁶¹²

Eles estavam, pois, famintos de justiça.

No balanço promovido pelos quatro militantes do PCBR, entre 1976-1978, podemos encontrar a avaliação de que a vanguarda parida em 1968 foi transformada em “mística

⁶¹¹CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. **Dossiê Itamaracá**. Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979). 2017. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 65 *et seq.*

⁶¹²CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. **Dossiê Itamaracá**. Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979). 2017. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 72.

militarista dominante”,⁶¹³ tomada em seus traços gerais de um “pragmatismo” e “espontaneísmo” que, em sua análise, decorria da própria classe que compunha as fileiras do PCBR, e o mesmo ocorria com as demais organizações revolucionárias, que seria a Pequena Burguesia (PB). Esse é o mote basilar que se repete entre os capítulos do balanço com aspectos nuançados a depender do tópico abordado. A “ascensão e queda do projeto militarista”⁶¹⁴ havia sido marcado, segundo essa apreciação, por uma pressa dominante, herdada da Pequena Burguesia, mas caracteristicamente herança de um recrutamento massivo de seus integrantes no movimento estudantil. Também é criticada a variante que eles denominaram de “sequelas da juventude”, que seriam “[...] sua imaturidade, insegurança ideológica, instabilidade emocional e necessidade de afirmação, artificialismo”,⁶¹⁵ apesar de todos eles serem jovens no momento sob o qual se debruçam. Com o projeto findo, concluem que “[...] o recurso à luta armada não constituirá num apelo que polarizasse as massas numa perspectiva de resistência armada ao sistema de dominação vigente”.⁶¹⁶ Algumas dessas críticas, nós podemos localizar, também, num documento *Sobre a política de organização*, do PCBR, de agosto de 1969, no qual, diante do “praticismo” ou do “crescente militarismo” constantados, há uma defesa de redefinição do conceito de *militante*, dos critérios de seleção dos quadros, de estrutura e de seus critérios; mas, a despeito das críticas, há, ainda, a diretiva de ser a missão do partido “[...] dirigir uma guerra revolucionária do povo, na qual se entrelaçam, numa estratégia comum, a luta armada e as lutas de massas. [...] sendo a luta armada nossa tarefa política fundamental”.

Mas há pontos que se tocam nas avaliações, inclusive do desenvolvimento, já naquele momento, do militarismo no interior do partido. No entanto, mesmo com críticas, essa tendência prosseguiu, pois, diferentemente da época em que Luciano e seus companheiros escreveram seu balanço, a luta armada era, em 1970, uma tendência dominante. Somente quando deixou de sê-lo e não mais houver realimentação de militantes para o projeto, a reavaliação da violência insurgente tomou lugar definitivo nos cárceres do Brasil, entre os presos políticos e as presas políticas, em um processo de interferências e determinações mútuas.

Quadro 3 – Greves de fome dos presos políticos

⁶¹³ ALMEIDA, Luciano de. **A esquerda em questão: do socialismo científico ao anarquismo**. Natal: Coojornat, 1991. p. 158.

⁶¹⁴ *Ibid.*, p.132.

⁶¹⁵ *Ibid.*

⁶¹⁶ *Ibid.*, p. 125.

Fonte: elaborado pelo autor

Os presos políticos de Pernambuco promoveram sete greves de fome, como podemos observar no Quadro 3. Na avaliação de Luciano Almeida:

[...] acredito que nós infligimos maiores derrotas à ditadura enquanto presos na resistência passiva, que a greve de fome é o extremo da resistência passiva, certo, do que pegando em armas, assaltando um banco aqui, jogando uma bomba acolá.⁶¹⁷

Essa opinião é compartilhada por Marcelo Mário de Melo⁶¹⁸. Nesse período de organização das graves de fome (1974-1980), claramente já não há a defesa do projeto de luta armada por parte da grande maioria dos presos políticos que militaram no projeto da violência insurgente. Eram outros tempos, mas o eco da luta armada ainda se escutava, apesar de não ser atendido pelos seus antigos entusiastas. Vale a leitura das palavras de Luciano:

O “milagre” econômico estava acontecendo (creio que o Brasil pra conseguir escapar, só mesmo um milagre), as taxas do crescimento econômico alcançavam 11.13%; os operários compravam um televisor novo, preto e branco, pra ver a Copa; os estádios de futebol enchiam com a alegria colorida dos torcedores verde-amarelos; a classe média estreava seus “fisquinhas”, seus Corcéis cor de mel e Mustangs cor de sangue; o BNH financiava o sonho da casa própria; os pequenos investidores investiam na Bolsa, nos cavalos e nas mulheres; todos se dediciavam com a melodia de Don e Ravel, com a performance de Simonal e a simpatia de Roberto Carlos, unanimidade nacional; o presidente Médici entre “uma embaixada” e um jogo de biriba, governava, enquanto os torturadores batiam duro, suavam, se revesavam, voltavam a bater, algumas vezes, simplesmente “desapareciam” com o corpo; um forte sentimento patriótico tomava conta do país, “ame-o ou deixe-o”; o mar territorial do Brasil passava de 12 para 200 milhas náuticas. Mas há uma outras história ou estória que ocorria nos subterrâneos. É a história de algumas centenas de jovens (de 17 a 25 anos) que haviam abandonado a escola, partido de suas casas, deixado suas famílias e amigos (com um travo na garganta), desprezado seus empregos. Jovens que circulavam, disfarçados, pelas ruas das grandes cidades; jovens que antes se haviam se reunido abertamente nas avenidas de 1968, apesar das tropas de choque, dos cavalos, dos cães, do gás lacrimogênio, dos cassetetes; eram ainda milhares; jovens que literalmente “comiam o pão que o diabo amassou”; jovens que amavam, muitas vezes, sem saber o nome de suas namoradas; jovens resolutos, sérios, sombrios que empunhavam armas, que partiam para a ação; jovens que transitavam rapidamente pelos “aparelhos”, abandonados às pressas; jovens que mudavam de codinomes todos os dias; jovens que começaram a perder seus primeiros amigos; triturados nas câmaras de tortura; jovens, que por sua vez, também passavam a experimentar o “pau-de-arara”, o choque elétrico, a palmatória, a humilhação, o medo, a vergonha da derrota; jovens que eram escorraçados de seu país e iam perambular na África, Europa, América do Norte e Latina; jovens que emudeceram na resistência diária na prisão; jovens que quase encardiam de tanta dor; jovens que se humanizaram no convívio com a tragédia humana; jovens de rostos viciados, de corpos marcados, inteligentes, de olhar compenetrado. Apenas, jovens. A crítica da luta armada, não pode ser uma crítica a esses jovens que tranquila ou intranquilamente doaram sua juventude e suas vidas. Jovens, da minha geração.

⁶¹⁷ Luciano de Almeida, em entrevista ao autor em 23/08/2019, no Rio Grande do Norte.

⁶¹⁸ Marcelo Mário de Melo, em entrevista ao autor, no bairro da Boa Vista, Recife, a 8 de janeiro de 2019.

GREVES DE FOME DOS PRESOS POLÍTICOS DA PENIT. PROF. BARRETO CAMPELO		
	PERÍODO	MOTIVAÇÕES
1.	1974	Mudança de pavilhão
2.	jul. 1975	Anulação da transferência, para o Quartel da Cavalaria Dias Cardoso, de Luciano Almeida e Marcelo Mario de Melo
3.	out. 1975	Anulação da Transferência, para o Quartel da Cavalaria Dias Cardoso, de Luciano Almeida e Marcelo Mario de Melo
4.	21 nov. 1977 – 8 dez. 1977	Manutenção dos Presos Políticos Unidos. Contra o isolamento de Carlos Alberto Soares, Rholine Sonde da Silva e Alberto Vinicius Nascimento
5.	17 abr. 1978 – 9 maio 1978;	Manutenção dos Presos Políticos Unidos. Contra o isolamento de Carlos Alberto Soares, Rholine Sonde da Silva e Alberto Vinicius Nascimento
6.	30 jul. 1979 – 22 ago. 1979	Pela anistia ampla, geral e irrestrita
7.	dez. 1979 – jan. 1980	Pela libertação dos últimos presos políticos da Penit. Barreto Campelo: Carlos Alberto Soares, Luciano de Almeida e Rholine Sonde. Com a transferência do primeiro para São Paulo, ficam apenas os últimos.

“Jovens que se humanizaram no convívio com a tragédia humana”. Jovens sensíveis à dor do povo, dos explorados e oprimidos. Homens e mulheres apaixonadas de muita coragem e disposição para ação direta, da palavra à ação. Correndo riscos e no limite dispostos a morrer pela causa, ainda que jamais a intenção fosse essa. Uma realidade em que muitas vezes diante do cerco da repressão a continuidade da luta significava instaurar um dilema maldito “se a morte ia ser na tortura ou em combate”⁶¹⁹. Para fugir do cerco, restava o exílio. Para quem foi capturado e amargou anos de encarceramento, a revisão dolorosa se processou durante anos. Alguns avaliaram como erro a experiência, outros como acerto. Há quem não o faria novamente, mas há entre esses prisioneiros quem ainda carrega a chama e a crença no caminho armado para a Revolução Brasileira, mesmo sabendo que não há contexto para tal empreendimento. Ainda creem algumas das pessoas na perspectiva socialistas, outras a abandonaram.

Nominados de terroristas e subversivos, estavam do lado dos pobres. Crime era a exploração do povo que produz as riquezas, buscaram ser o corisco que incendiaria o povo brasileiro para tomar em suas mãos o poder e as riquezas que produzem e lhes pertencem. Enquanto estavam nas prisões, com o ciclo da luta armada no Brasil já superado, em 1976, podemos encontrar um documento que ilumina bem o que era a subversão para a ditadura. Consta no informe 117/SI/DPF/PE/1976 de 16 de fevereiro de 1976, de assunto “pixamento de muro com dizeres subversivos” e com difusão para todos os organismos de repressão e informação do Estado de Pernambuco, contendo uma foto anexa, a qual podemos visualizar abaixo. No informe podemos ler: “no dia 04.02.76 foi escrito no muro do Hospital da Restauração, localizado em frente ao nº 132 da rua Joaquim Nabuco, a frase “ABAIXO A FOME”. Foi utilizado SPRAY vermelho pelos pichadores, sendo que as possibilidades de identificação são muito remotas”, e ainda informa as medidas tomadas: “agentes desta SR providenciaram em apagar a frase acima.” Os vários carimbos de confidencial e sigiloso tentavam esconder ou apagar o que não era segredo, que a miséria existia e as pessoas

⁶¹⁹ Luciano de Almeida em entrevista ao autor, em Parnamirim (RN), a 28 de agosto de 2019.

passavam fome. Se insurgir contra este estado de coisas, com objetivos políticos era preocupante para o Estado. O projeto dos armados de esquerda se enquadrava também aí, e mais temidos pelo uso da violência.

Pichação “Abaixo a Fome”



CONSIDERAÇÕES FINAIS: A MARCHA FÚNEBRE PROSSEGUE

*A paz tá morta, desfigurada no IML
A marcha fúnebre prossegue
(Facção Central)*

*só a morte tem encontrado
quem pensava encontrar vida,
e o pouco que não foi morte
foi de vida Severina
(...)*

*o enterro espera na porta:
o morto ainda está com vida
(João Cabral de Melo Neto)*

A escrita da História é resultado das tensões entre as diferentes fontes e as questões postas pelo historiador durante seu estudo. Na construção da narrativa, amparando-se no paradigma da *História-Problema*,⁶²⁰ a primeira pergunta deve ser: E as pessoas, em tudo isso? “[...] o ser humano que sente, que pensa, que sofre, que goza”.⁶²¹ Isto é, seguir o princípio fundamental de que o ser humano é “[...] a medida da História. Sua única medida. Muito mais que isso, a sua razão de ser”.⁶²²

Contando, nos seus limites, por meio de minha imaginação histórica⁶²³ e das fontes que nós utilizamos para o estudo da atuação das organizações de violência insurgente em Pernambuco durante a última ditadura, buscamos, na relação com o quadrante erudição-imaginação-provas-possibilidades, desembaraçar, em forma de texto, o emaranhado de fios comuns que compuseram o período (1968-1974), os quais me pareceram mais relevantes. Além disso, apresentamos a biografia intelectual dos e das militantes, de suas organizações e da própria esquerda armada. Não perseguimos, na pesquisa, a “mera objetividade”, tradicional no campo historiográfico, mas pretendemos reconstituir aspectos da vida afetiva daquela época. Apesar de sê-lo “terrivelmente difícil”, dessa empreitada “não pode o historiador desertar”.⁶²⁴

Assim, na missão, tornei-me, em certa medida, como designou Febvre, um historiador-psicólogo, com a preocupação de

⁶²⁰ FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Tradução de Leonora M. Simões; Gisela Moniz. Lisboa: Presença, 1989.

⁶²¹ *Ibid.*, p. 106.

⁶²² *Ibid.*

⁶²³ DAVIS, Natalie Zenon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁶²⁴ FEBVRE, *op. cit.*, p. 224.

[...] relacionar, de ligar a todo o conjunto das condições de existência da sua época, o sentido que os homens [e mulheres] dessa época davam às suas ideias. Porque essas condições tingem as ideias, como todas as coisas, como uma cor bem própria da época e da sociedade. Porque essas condições põem a sua marca sobre as ideias, do mesmo modo que sobre as instituições e o seu jogo. E, para o historiador, ideias, instituições, nunca são dados do eterno; são manifestações históricas do gênio humano numa determinada época e sob a pressão das circunstâncias que nunca mais se reproduzem”.⁶²⁵

Por conseguinte, a escrita da história que ensaiamos cá foi fruto, também, de uma imaginação intuitiva, que facilmente pode ser enquadrada no domínio da História das Ideias. Inscrevemos nosso método com clara distinção e sem tergiversar entre o campo do verdadeiro e do inventado, mas não por isso — ou mesmo por isso — deixamos de nuançar a indeterminação primordial entre realidade e possibilidade. A adoção desse estatuto significou a recusa da elaboração de uma história de cartas marcadas, aquela em que o profissional da história, investido no papel de juiz, faz o julgamento dos “fatos” com base no desfecho.

A História vivida é indeterminação, por isso deve ter lugar para o “provavelmente”, “talvez”, “pode-se pressupor”, “tiveram de”, “certamente” e expressões do mesmo tipo. Esforcei-me para apresentar as pessoas em sua humanidade, não as convertendo simplesmente em dados e generalizações, atomizadas e subsumidas por uma dinâmica de cariz estrutural, nem tampouco negando que as estruturas existem e que exercem influência importante na realidade social.

Homens e mulheres, “em sua existência social real”,⁶²⁶ “[...] produzindo-se a si mesmos e a sua história”,⁶²⁷ que compuseram os “Anos de Chumbo” da construção e da solidificação da América Latina, que alguns autores chamaram de Ditadura de Segurança Nacional, um axioma programático para os Estados Unidos e seus aliados Pós-Segunda Guerra, com o objetivo de sustar a influência e o presumível avanço do comunismo.⁶²⁸

O Golpe de 1964, longe de ser resultante, ou significado, apenas de uma crise de regime, seja por uma paralisia decisória do Estado⁶²⁹ ou pela incapacidade institucional de

⁶²⁵ *Ibid.*, p. 226.

⁶²⁶ WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 49.

⁶²⁷ *Ibid.*, p. 46.

⁶²⁸ “Os EUA, fiadores da ordem ocidental, desenvolveram três orientações que pautaram a reconstrução [pós-Segunda Guerra]: 1) organizar a economia capitalista em volta de sua liderança e interesses; 2) Abrir os impérios coloniais e as metrópoles europeias aos seus investimentos e comércio; 3) Derrotar a onda revolucionária anticapitalista (na Europa, no Extremo Oriente, e, depois, na América Latina e África) (PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e estado de bem-estar. *In*: REIS FILHO, Daniel *et al.* **O século XX** – o tempo das crises. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 259).

⁶²⁹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro**: anatomia da crise. São Paulo: Vértice, 1986.

negociação de seus atores,⁶³⁰ traduziu-se, antes, além da crise de regime, como uma crise do modelo brasileiro, isto é, expressou “[...] uma rearticulação política que se baseia em alterações no modelo social e econômico de desenvolvimento que prevalecia anteriormente”, assim, pois, “O golpe de 64 acabou por ter consequências ‘revolucionárias’, no plano econômico”⁶³¹, inscrevendo-se como expressão nacional do desenvolvimento capitalista dependente⁶³², forma de desenvolvimento em que não há ruptura com a dominação externa, pois, contrariamente, é a ratificação da hegemonia do capital multinacional e associado, e corolário da campanha política promovida, desde 1961, por sua elite orgânica instalada no país, para tomada do poder do Estado e ocupação dos seus postos estratégicos.⁶³³

Na articulação e, sobretudo, na consumação do golpe de 1964, a classe média esteve unida com os grandes proprietários para “[...] manter a ordem socioeconômica e o *status quo político*”,⁶³⁴ como foi o caso “[...] de maior parte dos golpes de estado executados na América Latina desde 1962, para evitar a possível ‘cubanização do continente’”.⁶³⁵ Foram frações da classe média, particularmente, seus filhos, jovens universitários, que protagonizaram, em maior medida, a resistência no primeiro ciclo repressivo no imediato pós-golpe e depois do AI-5, momento em que já estavam criadas várias instituições de legitimação, devedoras ao caráter institucionalista do período que Castelo Branco esteve à frente da ditadura, 1964-1967.⁶³⁶

O movimento estudantil, que foi a matriz súpero dos e das integrantes das organizações de violência insurgente que atuaram no período ditatorial, também se notabilizou antes como grupo dinâmico de rearticulação da atuação da esquerda após a derrota do 1º de abril. Ele acabou servindo como guarda-chuva para as várias organizações desse espectro político até 1968. Ano que é marco de um primeiro movimento de massas pós-golpe,

⁶³⁰ FIGUEIREDO, Argelina C. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Tradução de Carlos Roberto Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

⁶³¹ CARDOSO, Fernando Henrique (1972). **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. 5. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1993. p. 87. E conclui, nesta direção, em outro trecho (p. 106): “[...] neste sentido limitado de uma ‘revolução econômica Burguesa’ que se pode pensar nas consequências revolucionárias do movimento politicamente reacionário de 1964. Ele pôs a burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional e subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica. Nesse sentido, modernizou a máquina estatal e lançou as bases para a implementação de um setor público da economia, que passou a integrar-se no contexto do capitalismo internacional”.

⁶³² FERNANDES, Florestam. O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista. In: FERNANDES, Florestam. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

⁶³³ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 2006.

⁶³⁴ KOSSOK, Manfred *apud* CALLEJA, Eduardo González. **Los Golpes de Estado**. Madrid: Arco Libros, 2003. p. 69.

⁶³⁵ *Ibid.*

⁶³⁶ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Tradução de Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

incluindo a participação de parte da classe trabalhadora do Brasil, com destaque para as greves de Osasco e Contagem e da Zona Canavieira de Pernambuco.

Esse crescendo de mobilização foi estrangulado pelo pacote repressivo coroado com o AI-5 e o Decreto n.º 477, e se manteve em nível constante até 1974, marco no qual, a partir de coação, sequestros, tortura, prisões, assassinatos e desaparecimentos forçados, a ditadura conseguiu sufocar o projeto de luta armada revolucionária no Brasil e primeiro ano após os *anos gloriosos* do capitalismo pós-1945, interrompidos devido, maiormente, à crise do petróleo no ano anterior. Somente aí, em 1974, teve início um processo que foi denominado, pelo próprio ditador Ernesto Geisel, de distensão, o qual marcou uma tentativa de ampliação controlada — símile à regra geral do processo de retorno ao Estado de Direito — de participação da sociedade civil, participação essa sempre imiscuída em suas vias e dispositivos pela institucionalidade autoritária, e obedecendo “[...] ao processo de acirramento das contradições interburguesas durante essa etapa e às possibilidades de acomodação política entre as diversas classes e frações do bloco no poder”.⁶³⁷

O processo de transição da ditadura à nova república, segundo Maciel, desenrolou-se entre os anos de 1974 e 1985. A primeira fase foi denominada de *distensão* e corresponderia ao intervalo de 1974 a 1982, daí em diante foi o que se nomeou de *abertura*. A primeira fase subdividir-se-ia em dois momentos, o primeiro que iria até 1977, inflexionado pelo “Pacote de Abril”, para garantir o controle da ditadura sob o processo, e seria retomado, com novo fôlego, em 1978-1979, com a emergência dos protestos populares, consequência da reorganização da classe trabalhadora, revogação do AI-5, suspensão de banimentos e publicação da Lei da Anistia. No entanto, em todos esses caminhos, os armados de esquerda foram tratados com uma lente cabalmente diferenciada.

Nessa fase, entre os fins de 1979 e 1980, os integrantes da luta armada estavam saindo das prisões, após cumprirem a pena imposta pela ditadura e sob as condições do regime de liberdade condicional. Não tiveram direito a todas as prerrogativas da Lei da Anistia, pois essas eram inaplicáveis ao que chamaram “crimes de sangue”. O processo de distensão encerrou-se em 1982, com o retorno de eleições diretas, e teve seu passo final caracterizado por essa conjuntura de reformas institucionais que abriram caminho para a “abertura”, a qual se estendeu até 1985.

⁶³⁷ MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974 - 1985)**. 1999. 418 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999. p. 102.

Nesse momento, após a saída das prisões, os e as ex-militantes do projeto de violência insurgente, em sua grande maioria, não se animavam mais na luta por essa via, com a perspectiva clara de uma abertura política e de um retorno das “liberdades democráticas”. Converteram-se em militantes dessa causa que estava na ordem do dia, recalcada e em muito empobrecida do ideal de radicalidade anterior, em suas propostas de transformação social para o Brasil e para o mundo. Parcela relevante das antigas fileiras da esquerda armada integrou-se na formação do Partido dos Trabalhadores, lido, por alguns, como a chance de reencontro dos militantes de vanguarda com a Classe Trabalhadora. No entanto, também, foi o início de um processo que Roberto Schwarz apontaria mais tarde como institucionalizante e de perfil resignativo da intelectualidade da esquerda brasileira, o sujeito revolucionário da década de 1960 e primeira metade dos setenta, haveria se convertido, segundo ele, em agente de “lobby de si próprio”. Consoante Schwarz:⁶³⁸

Quase todos estamos empenhados, suponhamos, na administração pública, nalgum partido, num departamento da universidade, numa firma de pesquisa, num sindicato, numa associação de profissionais liberais, no ensino secundário, num setor de relações públicas, numa redação de jornal etc.

No entanto, o compromisso social seria mesmo, ao final, “[...] ir tocando o serviço, e a combatividade do engajamento pode ter algo de um lobby de si próprio”⁶³⁹.

Esse é um outro momento, situado após a atuação das esquerdas armadas, que, em Pernambuco, encerrou-se, em 1973, como tendência e como ação. Interessou-nos, certamente, saber essas trilhas tomadas por aqueles atores, mas esse não foi o nosso foco de pesquisa. E, como já destacamos, não nos pretendemos a fazer uma escrita da História construída a partir do desfecho fatalista dos fatos ou como (re)construção das memórias, orientadas pelas mudanças de opinião e visões de mundo dos que foram protagonistas desse processo. Como bem pontuou uma historiadora da Esquerda Armada:

Os trabalhos da memória compreendem, portanto, recordações e, inevitavelmente, esquecimentos. O olhar retrospectivo elege o que deve ser lembrado, em detrimento de outros fatos que permanecerão submersos no esquecimento, ainda que esses possam, frente a novos contextos e demandas, emergir ao palco da memória. E mais, esse incessante trabalho de reinterpretação do passado está intrinsecamente ligado

⁶³⁸SCHWARZ, Roberto. Nunca fomos tão engajados. **Folha de São Paulo**, 26/6/1994.

⁶³⁹*Idem*.

aos embates do presente. Assim, podemos dizer que a memória é o presente do passado, para usar a expressão cunhada por Paul Ricoeur.⁶⁴⁰

Neste ponto, vale realizar esclarecimentos metodológicos, já que utilizamos os depoimentos orais como fonte da investigação e, obviamente, esses depoentes não eram os mesmos de quando atuaram entre 1968-1973. As entrevistas mostraram-se como sinalizadores dos aspectos mais relevantes a enfatizar, na visão dos/das que integraram a luta armada, apontando direções e rastros de verificação documental. Estivemos atentos ao encontro entre a narração memorialística dos depoentes e os traços comuns da geração armada. A utilização, como fonte histórica, das cartas entre os próprios integrantes do projeto armado e, também, com suas respectivas organizações, com todas as suas falhas inerentes (das cartas), das quais somos conscientes, consideramos valiosas em sua maior abertura de acesso aos pensamentos (ou mesmo cultura compartilhada) e afetividades no momento em que se desenrolavam os acontecimentos da realidade vivida — que é base para a tomada de decisões — e por isso mesmo prenhe de indeterminação do desenlace e das possibilidades inseridas no horizonte do futuro.

Para o uso consequente do conceito de Utopia que adotamos em nossa pesquisa — proposto e sistematizado pelo filósofo alemão Ernst Bloch — não poderíamos proceder de modo diferente, pois, para ele, utopia é, “[...] em primeiro lugar, um *topos* da atividade humana orientada para o futuro, um *topos* da consciência antecipadora e a força dos sonhos diurnos”,⁶⁴¹ amparados primordialmente em um “Otimismo Militante”

[...] como prática renovadora e construtiva que tenta apoderar-se de todas as possibilidades reais indicando o futuro na realidade presente, que procura trabalhar na transformação do mundo em “pátria” (*Heimat*), quer dizer: no lugar de identidade consigo mesmo e com as coisas.⁶⁴²

Nessa perspectiva, é necessário apreender os atores históricos em seu horizonte aberto,

[...] onde o devir ainda é possível. E o urgir não tem apenas seu escape ou seu espaço aberto, onde ainda se pode andar, escolher, separar, encetar caminhos, construir caminhos, mas, além do caminho, há no objetivamente possível um elemento que possivelmente corresponda a nós, no qual o urgir não prossiga infinitamente insaciado.⁶⁴³

Corresponde, pois, a uma dimensão ontológica do ser,

⁶⁴⁰SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **Os filhos rebeldes de um velho camarada**: a dissidência comunista da Guanabara (1964-1969). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. p. 244.

⁶⁴¹MUNSTER, Arno. **Ernst Bloch**: filosofia da práxis e utopia concreta. São Paulo: Unesp, 1993. p. 25.

⁶⁴²MUNSTER, Arno. **Ernst Bloch**: filosofia da práxis e utopia concreta. São Paulo: Unesp, 1993. p. 28.

⁶⁴³BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: UERJ: Contraponto, 2005. p. 284. v. 1.

[...] o ser que condiciona a consciência, assim como a consciência que trabalha o ser. Compreendem-se em última instância somente a partir de onde e para onde tendem. A essência não é o que foi, ao contrário: a essência mesma do mundo situa-se na linha de frente”.⁶⁴⁴

Se fossem equalizados os depoimentos do presente sobre a apreciação do projeto de violência insurgente do passado, o que ocorreria, em não raros casos, seria a conversão, por seus agentes, da utopia concreta (positiva) daquele período em utopia abstrata (negativa): infiel ao sentimento alimentado como militante da esquerda armada em ação que fora e em flagrante enquadramento de reavaliações posteriores sobre seu passado de participação no projeto de violência insurgente.

O “otimismo militante” é a argamassa da esperança na busca do alvo da utopia concreta: A Revolução Social. Otimismo que enxerga, afiançado na análise das tendências e ancorado na confiança da ação revolucionária para além da contemplação em seu tempo real, que nem tudo está alcançado, mas tampouco está perdido.⁶⁴⁵ Os insurgentes armados pautaram-se por uma postura que teve, certamente, como símbolo-maior, o revolucionário argentino Ernesto Guevara de la Serna, o Che,

[...] pensador marxista da práxis, oposto ao determinismo. Ajuda [-nos] a fundamentar teoricamente as formas de oposição às formas teorizadas de adequação ao sistema dominante e a resignação como atitude. Ajuda a opor-se à espera do que em outras épocas se chamavam “condições objetivas” Ajuda a fundamentar os papéis da convicção e da atuação, a vez que ajuda a que a necessidade de teoria seja viável e eficaz para o movimento revolucionário.”⁶⁴⁶

Quando trago o Guevara como símbolo, refiro-me ao próprio sentido da luta armada para seus integrantes à época, salientando que “os símbolos funcionam não só por causa do seu poder metafórico, mas também devido à sua posição dentro de um quadro cultural”.⁶⁴⁷

Guevara representou a síntese cultural da geração armada. Sua figura contagiante enervou até historiadores vinculados às linhas mais ortodoxas dos Partidos Comunistas, como é o caso do historiador Eric Hobsbawm que, em artigo de título “Um duro: Che Guevara”, de abril de 1968, então próximo do aniversário de morte do guerrilheiro, ocorrido no ano anterior, reconheceu que mais que qualquer outro revolucionário de sua geração, “[...] Che

⁶⁴⁴ *Ibid.*, p. 28.

⁶⁴⁵ ALBORNOZ, Suzana. **O enigma da esperança**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 23.

⁶⁴⁶ HEREDIA, Fernando Martínez. Contra a cultura da resignação. In: LOWY, Michael. **El marxismo em América Latina**. 1. ed. en Chile. Santiago: LOM Ediciones, 2007. p. 569.

⁶⁴⁷ DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 294.

Guevara se tornou lenda” e foi campeão no decurso de tempo para que o fenômeno se cristalizasse.⁶⁴⁸ Disse mais: “[...] o Che morto segue sendo uma imagem e modelo inspirador, e um lutador e pensador revolucionário cujas palavras e ações merecem ser estudadas seriamente”. É verdade que, nesse mesmo artigo, considerou que “[...] afortunadamente, sua vitória póstuma pode ser o de haver mostrado o erro de seu próprio axioma”.⁶⁴⁹

Em 2011, o historiador inglês foi menos generoso em suas críticas,⁶⁵⁰ agregando a militância de Che Guevara a um “[...] substancial surto de radicalismo político”. Com certeza não descartavam Marx, “cujo rosto barbudo já se firmara como um ícone revolucionário, embora cada vez mais substituído por uma imagem mais adequada de insurreição voluntarista, a de Che Guevara”. Contudo, o que lhes desagradava no marxismo não era tanto a inevitável “marcha avante do proletariado”, que os sociais-democratas atribuíam a Marx, mas sim a rígida e centralizada organização partidária criada por Lênin. Em termos da história da revolução, ainda segundo Hobsbawm, eles representavam um retorno de Marx para Bakunin. Como tantos analistas históricos, Hobsbawm também seguiu a escola de método retrospectivo, ou seja, de julgar o processo pelo seu resultado: “Na prática, essa teoria de inspiração cubana falhou redondamente nas décadas de 1960 e 1970 em seu continente escolhido”.⁶⁵¹

Os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, emergem nas novas experiências, assim como os tempos presentes, pressentidos e engendrados pelas contradições do passado. A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será.⁶⁵²

A nossa interpretação, abordada no capítulo “Nordeste Insurgente”, da *Reivindicação dos Mortos*, escrita pelo sociólogo pernambucano Josué de Castro, traz a mesma tonalidade metodológica indicada por Walter Benjamin em suas *Teses sobre o conceito de História*. O excerto de Galeano, posto acima, segue essa esteira. Buscando as chaves para compreensão do pensamento Benjaminiano, um filósofo designou essa característica como *impulsão Blanqui*,⁶⁵³ que é

⁶⁴⁸ HOBBSAWM, Eric. **Viva La Revolución!** 1. ed. Tradução de Alfredo Guieco y Bavio. Buenos Aires: Crítica, 2018. p. 285.

⁶⁴⁹ *Ibid.*, p. 291.

⁶⁵⁰ HOBBSAWM, Eric. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 234 *et seq.*

⁶⁵¹ *Ibid.*, p. 235.

⁶⁵² GALEANO, Eduardo. **As veias sbertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2012. p. 12.

⁶⁵³ ABENSOUR, Miguel. **O novo espírito utópico**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 245 *et seq.*

[...] antes de tudo, a vontade de retornar aos julgamentos feitos pela história. Em Blanqui a metáfora judiciária⁶⁵⁴ está sempre presente não para santificar o passado mas para denunciar a iniquidade do tribunal da história e apelar para processos de revisão, tanto mais necessários porque a humanidade não sabe reconhecer seus emancipadores.⁶⁵⁵

O sistema procedimental de investigação histórica que tem como manancial maiêutico o fechamento dos processos perde a oportunidade de divisar que o fracasso dos vencidos “designa possibilidades não acontecidas”.⁶⁵⁶ Nessa perspectiva, conclui-se que,

[...] porque as coisas seguiram esse curso, parece que elas não poderiam ter seguido um outro. O fato consumado tem um poder irresistível. Ele é o próprio destino. O espírito (que se encontra nele) acabrunha-se e não ousa se revoltar (endurecer). Ele não poderia apoiar-se senão no vazio (no nada). Terrível força para os fatalistas da história, adoradores do fato consumado.⁶⁵⁷

Na defesa resoluta de uma história objetiva e estrutural, Hobsbawm critica “[...] uma corrente importante [que] rejeitou não só as generalizações e previsibilidades históricas e sociais como o próprio conceito de se estudar uma realidade objetiva”⁶⁵⁸, o que, segundo ele, teria levado a “[...] algumas formas extremas de relativismo pós-modernista” e a um “novo revisionismo”, o qual tinha, entre suas características, o uso da indeterminação histórica, que, ainda conforme o historiador britânico, “[...] produziu vários exercícios de história contrafactual ou do tipo ‘e se?’”, tendo como origens, a maior parte deles, nos “[...] círculos do radicalismo pós-1968”.⁶⁵⁹

1968 matizou utopias dos mais diferentes matizes, mas a da “revolução” em particular. É importante que se diga:

[...] a teoria de Marx não é o lugar onde vem extinguir-se a energia utópica para ceder lugar à ciência, mas o lugar onde se opera um transcrescimento da utopia socialista-comunista no sentido do conhecimento crítico. Marx não é o coveiro da utopia: Ele retomou e colocou a sua energia em outro nível, projetando-se no movimento real do comunismo, ‘princípio energético do futuro próximo’”.⁶⁶⁰

⁶⁵⁴ “Ai! A humanidade caminha com venda nos olhos e não retira senão de quando em quando, para espiar o caminho. Cada um dos seus passos na via do progresso esmaga o guia que o ajudou a percorrê-lo. Seus heróis começaram sempre por ser suas vítimas” (BLANQUI *apud* ABENSOUR, *ibid.*, p. 276).

⁶⁵⁵ BLANQUI *apud* ABENSOUR, *ibid.*

⁶⁵⁶ *Ibid.*, p. 277.

⁶⁵⁷ BLANQUI *apud* ABENSOUR, *ibid.*, p.276.

⁶⁵⁸ HOBBSAWM, Eric. **Como mudar o mundo: Marx e o Marxismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 234.

⁶⁵⁹ HOBBSAWM, Eric. **Como mudar o mundo: Marx e o Marxismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 234.

⁶⁶⁰ ABENSOUR, Miguel. **O novo espírito utópico**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 10.

Conforme Abensour *apud* Marx (1990, p. 9):

Ver-se-á então que há muito tempo o mundo possui o sonho de uma coisa da qual lhe falta a consciência para possuí-la realmente. Ver-se-á que não se trata de traçar uma grande linha entre o passado e o futuro, mas de realizar as ideias do passado. Ver-se-á enfim que a humanidade não inicia uma nova tarefa mas realiza seu velho trabalho com conhecimento de causa.⁶⁶¹

O desfecho positivo não era garantido, e, de fato, não o foi. Foram derrotados. No entanto, ainda assim, as pessoas que integraram as organizações de violência insurgente, enquanto permaneceram no *front* e enxergaram que havia uma tendência para a adesão ao caminho armado, acreditaram nas chances de serem vencedores. Tal crença era compartilhada pelas duas categorias centrais de militantes que fizeram parte do projeto, isto é, aquelas que militavam antes de 1964, normalmente no PCB, e as que se engajaram depois do golpe de 1964. A necessidade de revisão do caminho armado foi tratada, e, inclusive, teve adesão de muitos/as militantes, mas a operação nunca se tornou hegemônica no seio das esquerdas armadas enquanto durou o ciclo da luta armada em Pernambuco (1968-1973) e o mesmo se estende para o Brasil. Como pontuou Paulo Pontes da Silva, preso em finais de 1970, “a tendência maior era continuar... era necessário.”⁶⁶² Paulo também comentou sobre a impossibilidade do processo de revisão avançar também devido a própria dinâmica em que estavam inseridos, segundo ele “precisaríamos parar uns quinze dias só para debater isso e não tínhamos condições.”⁶⁶³ Compreensão semelhante teve Cesar Benjamin, ao afirmar em depoimento que “na verdade, em 70, você não tinha a alternativa de para de militar: parar como parar ? Você é clandestino, você é procurado, etc.”⁶⁶⁴

A reação sempre perseguiu os radicais de esquerda, e, para isso, contou secularmente com as forças policiais e militares sob o comando do Estado. Repressão e violência de classe foi regra contra a classe trabalhadora desde os primeiros momentos da invasão ao território que viria a ser o Brasil. Para apreendermos essa dinâmica de repetição, é fundamental estabelecermos uma análise de longa duração, como defendido no capítulo “Nordeste insurgente”, em que demonstramos que, mesmo no enfrentamento às várias revoltas do período Colonial e Imperial, o exército brasileiro (seja na primeira ou segunda fase) serviu-se,

⁶⁶¹ MARX, Karl *apud* ABENSOUR, *ibid.*, p. 9.

⁶⁶² Paulo Pontes da Silva (PPS) em entrevista ao autor, no bairro de San Martin, Recife, a 1 de dezembro de 2018.

⁶⁶³ *Idem.*

⁶⁶⁴ Cesar Queiroz Benjamin em entrevista a Marcelo Ridenti, no Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1986. . Arquivo Edgard Leuenroth, Coleção Militância Política e Luta Armada.

largamente, como apontou Almeida,⁶⁶⁵ de um “modo militar dependente de atuação armada”, de forma que seu contingente sempre contava com os préstimos dos proprietários de terra e seu “modo senhorial de atuação armada”, utilizando-se de homens armados particulares para cerrar fileiras contra os revoltosos. Não há dúvida de que esse “regime pactual” era estabelecido com base em interesses mútuos, como o foi o pacto empresarial-militar na urdidura do golpe de 64 e em sua manutenção como ditadura, que lhe seguiu.

No Nordeste brasileiro, a situação teve um feitiço ainda mais cruel dada a sua formação histórica com lastro em um modelo de violência sistemático dos proprietários de terra contra os trabalhadores rurais que começou cedo, haja vista o processo específico e relativamente precoce, se for comparado ao que seguiu em outras áreas econômicas centrais, de substituição do trabalho escravo pelo livre nessa região. Sabemos que “[...] desde a época do descobrimento, a história do Brasil caracteriza-se por uma sucessão de flutuações no equilíbrio entre as estruturas de poder central e local”.⁶⁶⁶ O golpe de 1964 — cômpar à Revolução de 30 — mesmo inscrito no processo de modernização do capitalismo brasileiro, não rompeu, mas sim serviu-se do “pacto histórico de legitimação recíproca entre Estado e Oligarquias Rurais” e aprofundou-o. Para além dos véus da aparência, era nada mais do que o velho dentro do novo, ainda mais violento. Uma modernização sem mudança, para utilizar a feliz expressão de Peter Eisenberg.⁶⁶⁷

João Guimarães Rosa, em seu *Grande Sertão: veredas*, aborda a guerra no sertão, mas vai além e nos apresenta “[...] um retrato da violência e do crime”,⁶⁶⁸ salientando a importância da compreensão do “sistema-jagunço”⁶⁶⁹ para captação da história do Brasil. Ao retratá-lo “sob o ângulo da jagunçagem, Guimarães Rosa traz à tona o componente da violência, que está na origem de todo poder constituído”.⁶⁷⁰ Euclides da Cunha, o qual contribuiu ao uso equivocado e tendencioso do termo jagunço para qualificar os habitantes da cidade de canudos, ao tratar do preâmbulo da guerra de canudos, traz-nos, “[...] embora apenas por um momento, como funciona o sistema de poder no Brasil”, e acreditamos seriamente que não há exagero na extensão nivelada ao país. Contrariamente, são sobradas as

⁶⁶⁵ ALMEIDA, Adilson José de. **Modos de atuação armada do exército brasileiro no império: 1842-1870.** Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

⁶⁶⁶ BURSZTYN, Marcel. **O país das alianças: elites e continuísmo no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1990. p. 9.

⁶⁶⁷ EISENBERG, Peter Louis. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco - 1840-1910.** Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

⁶⁶⁸ BOLLE, Willi. **Grandesertão.br: O romance de formação do Brasil.** São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004. p. 91.

⁶⁶⁹ BOLLE, Willi. O sistema jagunço. In: BOLLE, *ibid.*, p. 91-141.

⁶⁷⁰ BOLLE, *op. cit.*, p. 92.

justificações documentais e historiográficas para tal. “A justiça armada do Estado”, escreve ele, “costuma “parlamentar com os criminosos”, isto é, com os chefes dos jagunços, e ratifica[r] [com eles] verdadeiros tratados de paz, sancionando a soberania da capangagem impune”.⁶⁷¹

Ao ler o Guimarães do *Grande Sertão: Veredas*, auxiliando-nos pelo candeieiro da interpretação de Willi Bolle, podemos concluir que a obra seminal do autor mineiro

[...] mostra como, no palco da guerra, Lei e Crime dialogam entre si e se entendem. Ao fundamentar seu retrato do Brasil numa encenação do sistema jagunço — instituição no limiar entre a lei e a legalidade, onde a transgressão é a regra e a guerra é permanente — Guimarães Rosa representa o funcionamento das estruturas de poder do país.⁶⁷²

E formula um veredito que clamamos chegar ao buscar, na longa duração, a violência como instrumento de regra em nossa formação social e que: “[...] os principais responsáveis pelo sistema jagunço e pela guerra nesse sertão chamado Brasil não comparecerem diante do tribunal da história”.⁶⁷³

Apesar da força desse diagnóstico, o qual também seria preservado em uma análise séria de curta duração da história recente do Brasil anterior ao golpe de 1964, não é incomum hoje, e nem o foi à época, a escandalização e mesmo o uso de tom abertamente repreensivo quando se trata do uso da violência como arsenal político revolucionário e via para confrontação da ditadura que vigia. Muitas das vezes, condena-se a esquerda armada como culpada pelos ciclos mais duros de repressão empreendidos pela ditadura durante sua vigência e mesmo ensejando os armados de esquerda como coveiros da democracia.

No ano de aniversário do golpe, a Fundação Astrojildo Pereira, vinculada naquele momento ao Partido Popular Socialista – PPS⁶⁷⁴ (hoje Cidadania), agremiação que, semelhante ao PCdoB, diz ser a mais legítima herdeira do PCB, fez publicar o livro “1964: as armas da política e a ilusão armada”. A maioria dos autores da publicação

[...] viveu parte desse período na condição de militante do Partido Comunista Brasileiro – PCB e debate a gênese do golpe, as controvérsias em torno da estratégia da resistência ao regime e o processo de sua derrota e superação a partir da perspectiva desse partido.⁶⁷⁵

⁶⁷¹ BOLLE, Willi. **Grandesertão.br**: O romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004. p. 38.

⁶⁷² *Ibid.*, p. 138.

⁶⁷³ *Ibid.*

⁶⁷⁴ Fundado em 1992, fruto de uma cisão do PCB.

⁶⁷⁵ ARAUJO, Caetano Pereira de. **As armas da política e a ilusão armada**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

Segundo o organizador, faltava, no campos das publicações especializadas sobre o tema, a manifestação “[...] de todos os atores envolvidos”, pois, julgava ele que,

[...] no caso do golpe militar de 1964, um dos atores relevantes do período, a esquerda que optou desde o primeiro momento pela resistência democrática à ditadura, aglutinada em torno do Partido Comunista Brasileiro, tem sido parcimoniosa, nos últimos anos, na divulgação crítica de suas análises, seus diagnósticos e propostas da época.

Essa publicação viria, ainda segundo seu organizador, “para sanar essa lacuna”.⁶⁷⁶

As premissas e alguns diagnósticos são aceitáveis no debate travado, como quando considera que, no tocante “as alternativas de resistência ao governo militar, no campo da esquerda, houve dois diagnósticos antagônicos a respeito das causas da derrota e cada um deles resultou na definição de uma estratégia e de táticas de luta diferentes”.⁶⁷⁷ No entanto, o detalhamento que segue carrega em si uma simplificação medonha, que edifica uma narrativa falsa, e destituída de qualquer amparo probatório, de um “revanchismo ao golpe de 64” como a grande força propulsora para o desenvolvimento do projeto de violência insurgente. Resumido nessa tese ao objetivo primário de “travar a batalha que não houve em 1964”. Ademais reafirma o argumento falacioso que a resistência democrática seria a atuação de combate ao regime pela via parlamentar:

Para um grupo, que incluía as dissidências do PCB, o PCdoB, e organizações outras, o governo João Goulart teria pecado por excesso de prudência e moderação. A conjuntura estaria madura para radicalizar a agenda, abandonar as ilusões do reformismo burguês e decidir a parada no terreno das armas. Em razão da indecisão do governo, no entanto, quando a hora decisiva chegou, apenas um dos exércitos saiu a campo. Falharam os militares nacionalistas, os grupos dos onze, os camponeses de Francisco Julião. Para esse grupo, o apoio conseguido pelas reformas de base junto à população era mais do que suficiente. A derrota, portanto, não havia sido política, mas militar. Consequentemente, a estratégia da resistência consistia em conseguir armas e soldados para travar a batalha que não houve em 1964. Para o grupo que permaneceu na direção do PCB, no entanto, a derrota sofrida havia sido política. O sucesso das marchas organizadas pela direita, nos dias anteriores ao golpe, era prova da insuficiência do apoio popular para executar a agenda das reformas. A esquerda teria errado por precipitação, não por prudência. Na verdade, a agenda proposta estava à frente das reivindicações da maioria da população. A estratégia, portanto, não era trazer armas e soldados para uma frente inexistente de batalha, mas trazer a opinião

⁶⁷⁶ ARAUJO, Caetano Pereira de. **As armas da política e a ilusão armada**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014. p. 9-10.

⁶⁷⁷ *Ibid.*, p. 12.

pública para o lado da democracia, utilizando para tanto todos os espaços legais possíveis.⁶⁷⁸

Após essa análise, Caetano Araújo tece explicações para atenuar as condenações postas, mas o que nos traz é um outro traço problemático e que compõe o arsenal recente de uma corrente historiográfica revisionista, já referida durante a tese. Refiro-me ao argumento, no mínimo inconsistente, de que o golpe, e a ditadura que o seguiu, consumaram-se por contar com o apoio da maioria da população do país. Assim, seria o golpe mesmo civil-militar, ainda que não se apresente documentação que sustente afirmações de tamanha gravidade e impacto na análise do período. Segundo Araújo, “[...] é importante notar que não se tratava de negar o direito dos povos à resistência armada contra os regimes despóticos, nem de um simples cálculo de correlação de forças militares, que já sinalizaria a derrota das tentativas de luta armada. O PCB foi contra esse caminho de luta porque considerava indispensável atacar a razão política do sucesso do golpe: o fato de os militares contarem, naquele momento, com o apoio da maioria da população.”⁶⁷⁹

O debate sobre a luta armada, instaurado como verdadeiro paradigma no seio da esquerda naquele período, é muito mais complexo e multifacetado. Análises como essa que deixam, intencionalmente ou não, espaços em branco que são reveladores das reais motivações daquelas pessoas que partiram para a atuação nas organizações de violência insurgente. No lugar de contribuir com esclarecimento, criam uma cortina de fumaça e uma tendência de mistificação dos processos que conduzem, inegavelmente, à ignorância do contexto da época e das escolhas das pessoas que protagonizaram aquelas lutas. Faz-se uma história de resultados, de mocinhos e de vilões. Como a linha positivista, trilha um caminho que conclui que a história foi assim por que tinha de sê-lo. Desconsidera as tendências da época, as possibilidades que estavam em jogo, inclusive, de interrupção do *continuum* da história e obscurece como se deu a continuidade da marcha fúnebre dos dominadores, em Pernambuco e no Brasil. Como bem pontuou Cesar Benjamin: “Para dar um balanço da época, me parece essencial que se localize o contexto da época”. Quando não se considera teórico e metodologicamente esta questão, se recai em algo observado pelo antigo militante na segunda metade da década de 80: “eu tenho visto muitas críticas à luta armada, mas com uma exterioridade à luta armada, que não são capazes de captar a mecânica desse processo.” E avança à afirmação,

⁶⁷⁸ *Ibid.*, p. 11-12.

⁶⁷⁹ ARAUJO, Caetano Pereira de. **As armas da política e a ilusão armada**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014. p. 12-13.

dadas às condições da época a opção pela luta armada não era absurda, que os atuais historiadores tentam colocar. De certa forma eu diria que era uma opção inevitável – não no sentido metafísico da inevitabilidade, mas no sentido do que eu acho um desdobramento natural daquele contexto essa opção pela luta armada, cujos limites a história tinha de mostrar depois.

O conceito de tendência, utilizado em nossa pesquisa responde exatamente a essa compreensão de que havia sim no contexto internacional, no Conesul, mas também em quase todo o terceiro mundo um apelo não apenas racional, mas também emotivo-pulsional pela libertação não somente do país, da ditadura (instalada no Brasil) ou mesmo mesmo do sistema capitalista. Era sim tudo isso, mas também era uma libertação político-existencial, sobretudo da juventude. Uma reorientação do modo de fazer política. Guevera incorporou como ninguém a imagem desse espírito e, ao mesmo tempo, foi inspiração central para entrada e continuidade na luta. Seria semelhante ao que nos falou Paulo Pontes quando o entrevistamos, se referindo à Marighella, mas que se aplicaria perfeitamente ao Che: “Apesar de morto, as ideias de Marighella estavam vivas”⁶⁸⁰. Nessa linha novamente trazemos a fala emblemática de César Benjamin, em um protesto e contundente advertência aos males do método histórico guiado pela idolatria dos fatos consumados, ao passo que também nos auxilia na reflexão de que somente imergindo no contexto de indeterminação dos atores e atrizes históricos é que podemos apre(e)nder sua dinâmica, funcionamento e lições para o futuro, nosso presente, um presente caracterizado por uma situação de crise das formas clássicas da luta de classes (sindicatos, partidos, guerrilhas tradicionais) que carece de um grande esforço coletivo para construção de novas alternativas para avanço da luta anticapitalista⁶⁸¹:

Acho que recuperar esse contexto cultural é essencial, se não fica uma coisa estranha – principalmente se você já sabe que esse processo foi derrotado. (...) Quando eu olho a luta armada eu sei que ela deu errado, então, qual é a minha abordagem? Normal; a abordagem que se faz das lutas armadas: eu vou mostrar porque ela deu errado. É muito fácil mostrar porque ela deu errado depois que ela já deu errado. Eu acho que o mais interessante é mostrar que isto não estava pré-definido e que havia um contexto à época que definia essa como uma das opções razoáveis. E aí sim, percebendo que você vai poder fazer uma crítica muito melhor, uma crítica muito mais centrada e muito mais universal.

⁶⁸⁰ Paulo Pontes da Silva (PPS) em entrevista ao autor, no bairro de San Martin, Recife, a 1 de dezembro de 2018.

⁶⁸¹ Cf. BONEFELD, Werner; BONNET, Alberto, HOLLOWAY, John; TISCHLER, Sergio (Comp.). **Marxismo abierto** : una visión europea y latino-americana. Buenos Aires : Puebla, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2005-2007.

REFERÊNCIAS

- ABENSOUR, Miguel. **O novo espírito utópico**. Tradução de Claudio Stieltjes, Lucy R. de Moura, Lygia Watanabe, Urias Arantes. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Monica. **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco -1962-1987**. 2003. 262 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- ABREU, João Batista de. **As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)**. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- ABOS, Álvaro. La racionalidad del terror. **El Viejo Topo**, Barcelona, n. 39, dic. 1979.
- ALBORNOZ, Suzana. **O enigma da esperança**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ACSELRAD, Henri. **Sinais de fumaça: uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ, 2015.
- AÍNSA, Fernando. “El principio esperanza desde América Latina”. In MENESES, José Manuel; ANDRADE, Luis Martínez (comp.). **Esperanza y Utopía: Ernst Bloch desde América latina**. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, 2011.
- ALMEIDA, Adilson José de. **Modos de atuação armada do exército brasileiro no império: 1842-1870**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- ALMEIDA, Luciano de. **A esquerda em questão: do socialismo científico ao anarquismo**. Natal: Coojornat, 1991.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALVES, Mário Moreira. **Tortura e torturados**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1996.
- ANTUNES, Ricardo. A primeira inflexão stalinista no brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista no III Congresso do PCB. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 15., 15 a 18 de outubro de 1991, Caxambu, MG. GT: Movimentos e Partidos de Esquerda. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/15-encontro-anual-da-anpocs/gt-15/gt27-8/7085-ricardoantunes-primeira/file>.
- AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa e Estado autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência**. Bauru: Edusc, 1999.
- ARAÚJO, Caetano Pereira de. **As armas da política e a ilusão armada**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

ARAÚJO, Maria Nascimento Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. *In*: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de M.; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Ditadura e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ARIÈS, Philippe. **O tempo da história**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.

AZEVEDO, Fernando de. **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

BARROS, Marisa. **Jonas! Presente... agora e sempre**. Recife: CEPE, 2009.

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História / Departament D'Història Contemporània, Instituto de Filosofia e Ciències Humanas / Facultat de Geografia i Història, Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Universitat de Barcelona, Porto Alegre / Barcelona, 2011.

BECKER, Howard. **Los extraños: sociología de la desviación**. Traducción de Juan Tubert. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1971. (Colección Análisis y Perspectivas. Biblioteca de Ciencias Sociales).

BIROLI, Flávia. **Com a Corrente** – modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950. 2003. 325 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**: escritos escolhidos. Seleção e apresentação de Willi Bolle. Tradução de Celeste H. M. Ribeiro de Sousa *et al.* 1. ed. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a Formação Social do Nordeste. **Lua Nova**, São Paulo, v. 71, p. 41-79, 2007.

BEVERLEY, John. “Balance de la lucha armada, cincuenta años después”. **Revista Casa de las Américas**. No. 254 enero-marzo/2009.

BEZERRA, Paulo. O mito e seus escombros. **Revista USP**, São Paulo, n. 36, p. 210-217, dez./fev., 1997-1998.

BLOCH, Ernst. **El Principio Esperanza**, Madrid, Editorial Trotta, 2004.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Tradução de Nero Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. v. 1.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru: EDUSC, 2001.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BOLLE, Willi. **Grandesertão.br**: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2004.

BOLLE, Willi. O sistema jagunço. *In*: BOLLE, Willi. **Grandesertão.br**: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2004.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

BONAVENA, Pablo; MILLAN, Mariano (ed.). **Los '68 latinoamericanos** – Movimientos estudiantiles, política e cultura en México, Brasil, Uruguay, Chile, Argentina y Colombia. 1. ed. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2018. *E-book* (346 p.). Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181009093732/Los_68.pdf. Acesso em: 8 dez. 2020.

BONEFELD, Werner; BONNET, Alberto, HOLLOWAY, John; TISCHLER, Sergio (Comp.). **Marxismo abierto**: una visión europea y latino-americana. Buenos Aires: Puebla, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2005-2007.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre História**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRITTO, Aurélio de Moura. **“O Germe da Indisciplina”**: negociações, embates e enfrentamentos coletivos na Casa de Detenção do Recife (1930-1935). Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2019.

BRITTO, Sulamita de (org.). **Sociologia da Juventude, I**: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BURSZTYN, Marcel. **O país das alianças**: elites e continuísmo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990.

CALLEJA, Eduardo González. **La violencia en la política**. Perspectivas teóricas sobre el empleo deliberado de la fuerza en los conflictos de poder. Madrid: CSIC, 2002.

CALLEJA, Eduardo González. **Los golpes de Estado**. Madrid: Arco Libros, 2003.

CALLEJA, Eduardo González. **Asalto al Poder**: La violencia política organizada y las ciencias sociales. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2017.

CAMACHO, Daniel. Movimentos Sociais: algumas discussões conceituais. *In*: KRISCHKE, Paulo J.; SCHERER-WARREN, Ilse. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAMPOS, Luiz Felipe. **O massacre da Granja São Bento**: a história de como um traidor e um torturador se aliaram em um dos crimes mais brutais da ditadura militar no Brasil. 2. ed. Recife: CEPE, 2017.

CANUTO, Jeane Fialho. **Em nome da revolução**: o PCR (Partido Comunista Revolucionário) e a luta contra a ditadura militar (1966-1974). 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto: EDUSP, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique (1972). **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. 5. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1993.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Memória de 68: terror e interdição do passado. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2., n. 2., p. 101-112, 1990.

CARDOSO, Lucileide Costa. Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil. **História. Revista da FLUP**, Porto, IV série, v. 4, 2014.

CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011.

CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1937)**. 3ª Ed. – São Paulo: Difel, 1982.

CASTRO, Ana Celia e outros. **Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira**: síntese das transformações. Brasília: BINAGRI, 1978.

CASTRO, Josué de. **Fatores de localização da cidade do Recife**: um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CATÃO, Magno Francisco Sátiro. **A Repressão nos Tribunais**: os processos por crimes políticos na Circunscrição Militar de Pernambuco (1964-1973). 2020. 166 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

CAVALCANTI, Edward Robinson de Barros. **As origens do coronelismo**: força armada e poder local no Estado patrimonial brasileiro. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1984.

CERVEIRA, Neusa Maria. **Luta Armada no Nordeste: Partido Comunista Revolucionário – PCR.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Fortaleza, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CODARIM, Higor. **A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972).** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da independência entre consenso e consentimento (1972).** Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. **Dossiê Itamaracá. Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979).** 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, Henri Randel. **Eleição é tapeação: luta armada é a solução: leituras, experiências e construção do consensus bellicu na nova esquerda marxista cearense (1962-1976).** Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985.** Salvador: PPGH/UFBA, 2012.

DANTAS, Elder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; CARVALHO E SILVA, Roberto Freire (org.). **Golpe Civil-militar e Ditadura na Paraíba: História, memória e construção da cidadania.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre dos Gatos, e outros ensaios da história cultural francesa.** Tradução de Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução.** Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAVIS, Natalie Zenon. **O retorno de Martin Guerre.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEL ROIO, José Luiz. **Zarattini: a paixão revolucionária.** São Paulo: Ícone, 2006.

DEL ROIO, Marcos Tadeu. **A classe operaria na revolução burguesa: a política de alianças do PCB, 1928-1935, ensaio historico-político.** Ciência Política. Dissertação 1989.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

DIAS, Reginaldo Benedito. A máscara chinesa: Notas sobre uso das fontes produzidas pelo aparato repressivo da ditadura militar. **Tempo e Argumento. Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 153-175, jan./jun. 2010.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **O trabalhador pobre no imaginário das elites nordestinas**. Brasil – Norte e Nordeste: estudos em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1991.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DREIFUSS, René Armand. **O jogo da direita: na Nova República**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

DULLES, John W. F.. **Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1930-1935**. Tradução de César Parreiras Horta. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do outro: a origem do “mito da modernidade”**: Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

EISENBERG, Peter Louis. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco - 1840-1910**. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FAORO, Raymundo. **A república inacabada**. Organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2013.

FARIAS, Airton. **Além das Armas**. Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Tradução de Leonora M. Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Presença, 1989.

FEIXA, Charles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Soc. e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, maio/ago. 2010.

FICO, Carlos . Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74, 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 26 novembro. 2017.

FIGUEIREDO, Argelina C. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho: Os livros secretos da ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FERNANDES, Florestam. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FOUCAULT, Michel. El Ojo del poder. [Entrevista cedida a] Jean Pierre Barou. Barcelona, 1980. Traducción de Julia Varela y Fernando Alvarez-Uría. Disponível em: institutocienciashumanas.com/wp-content/uploads/2020/04/El-ojo-del-poder.pdf.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Comentário filológico e crítica materialista. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 34, ed. esp. 2, p. 137-154, 2011.

GALEANO, Eduardo. **Dias e noites de amor e de guerra**. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GALEANO, Eduardo. **Livro dos abraços**. Tradução de Eric Nepomuceno. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas: a ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. Tradução de Jonatas Batista Neto. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GILLY, Adolf (comp.). **História a Contrapelo: Una constelación**. México, D.F.: Ediciones Era, 2006.

GUHA, Ranahit. "La prosa de la contrainsurgencia". In DUBE, Saurabh (ed.). **Pasados Poscoloniales**. México: El Colegio de México, 1999, pp.159-202.

GUHA, Ranahit. **Las Voces de La Historia** y otros estudios subalternos. Prólogo de Josep Fontana. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

HELLER, Ágnes. **Sociología de La Vida Cotidiana**. Prefacio de György Lukács. Traducción de J. F. Yvars y E. Perez Nadal. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1994.

HEREDIA, Fernando Martínez. Contra a cultura da resignação. In: LOWY, Michael. **El marxismo em América Latina**. 1. ed. Santiago, CL: LOM Ediciones, 2007.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HINKELAMMERT, Franz J. **La filosofía de Ernst Bloch**. Disponível em: <http://coleccion.uca.edu.sv/franz-hinkelammert/items/show/1821>.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **Como mudar o mundo: Marx e o Marxismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **Viva La Revolución!** A era das utopias na América Latina. 1. ed. Tradução de Alfredo Guieco y Bavio. Buenos Aires: Crítica, 2018.

IANNI, Otávio. O jovem radical. *In*: BRITTO, Sulamita de (org.). **Sociologia da juventude, I: da Europa de Marx a América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

IZQUIERDO, Iván; BEVILAQUA, Lia R. M.; CAMMAROTA, Martín. A arte de esquecer. *In* **Estudios Avanzados**, 20 (58), 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?**. Cadernos do Povo Brasileiro. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização do Povo Brasileiro, 1962.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

KUSHNIR, Beatriz. Que esperar de uma mídia que não nasceu para todos? [Entrevista cedida a] André Cintra. **Portal Vermelho**, 22 abr. 2009. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2009/04/22/que-esperar-de-uma-midia-que-nao-nasceu-para-todos/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. **Revista do Arquivo Público Mineiro História e Arquivísticas**, Belo Horizonte, ano XLII, n.1, jan.-jun. 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Tradução de Leonora M. Simões, Gisela Moniz. Lisboa: Presença, 1989

LEMONS, Renato Luís do C. Neto e. Poder Judiciário e poder militar (1964-1969). *In*: CASTRO, Celso; ZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Bom Texto, 2004.

LEMOS, Renato. Ditadura militar, violência política e anistia. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., Londrina, 2005. **Anais** [...]. Londrina: ANPUH, 2005.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin**: Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. - São Paulo: Boitempo, 2005.

LOWY, Michael. **El marxismo em América Latina**. 1. ed. Santiago: LOM Ediciones, 2007.

LOWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia**: o romantismo na contracorrente da modernidade. Tradução de Nair Fonseca. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. *In*: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974 - 1985)**. 1999. 418 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

MARCUSE, Herbert. **Contra-revolução e revolta**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARCUSE, Herbert. **O fim da utopia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARCUSE, Herbert. **Um Ensayo sobre la Liberación**. Traducción de Juan García Ponce. México: Editorial Joaquín Mortiz, 1969.

MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Livramento, 1979.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**. A dinâmica militar nas crises políticas na ditadura (1964-1969). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. Lisboa: Editorial Avante, 1982.

MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **Joaquim Nabuco**: essencial. São Paulo: Penguin, 2010.

MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 135-168, 1989.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S.Paulo (1921- 1981)**. São Paulo: [s. n.], 1980.

MOTA, Silvio de Albuquerque. **Rebeldes**. Fortaleza: Expressão, 2009.

MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). **1964 – 31 de março**: o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **O Golpe e a Ditadura Militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru-SP: Edusc, 2004.

MUNSTER, Arno. **Ernst Bloch**: filosofia da práxis e utopia concreta. São Paulo: Unesp, 1993.

NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral do. **Do fragmento à reorganização**: movimento estudantil da UFPB (1975-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2006.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. As experiências de “luta armada” no estado da Paraíba. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2015.

OCARIZ, Maria Cristina (org.). **Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**: efeitos psíquicos e testemunhos clínicos. São Paulo: Escuta, 2015.

OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60**. Rebeldia, contestação e repressão política. São Paulo: Ática, 2004.

PALMEIRA, Moacir. Nordeste: violência e política no século XX. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 37, n. 1, 2006.

PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada**: memórias romanceadas. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PEREIRA, Anthony. O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Fortaleza, v. 2, n. 26, 2008.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. **Outras histórias**: contribuições à história do trotskismo no Brasil - 1952/1966 - O caso do POR (Partido Operário Revolucionário). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. **Relatório final**: volume I. Recife: CEPE, 2017.

PONTES, Paulo. **Memória da resistência na ditadura e depois**. Recife: MMM Produtos Culturais, 2018.

PORFIRIO, Waldir. **A ação do PCBR na Paraíba**. Mimeog. João Pessoa: 2013. Mimeografado.

PRADO JUNIOR, Caio. (1933). **Evolução Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011.

PRESTES, Anita Leocádia. A Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe e os levantes de novembro de 1935 no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.22, 2006, p.132-153

QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. **Padres, coronéis e ativistas sociais**: o Cariri à época da usurpação militarista - 1964-1985. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

QUINTAS, Amaro. Sentido social da Revolução Praieira. **Revista História**, São Paulo, 1954. Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/36396/39117. Acesso em: 11 nov. 2020.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **O Golpe e a Ditadura Militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel *et al.* **O século XX** – o tempo das crises. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas**: A experiência da microanálise. Tradução de Daro Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984. Londrina: Ed. UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

ROCHA, Gilvan. **Meio século de caminhada socialista**. Fortaleza: Expressão, 2008.

ROCHA, Washington A.; FERNANDES, Telma (org.). **O ano que ficou – 1968 – Memórias Afetivas**. João Pessoa: Mídia, 2017. v. 1.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e subversivos: a aventura estudantil (1950-1999)**. João Pessoa: Ideia, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. *In*: MARTINS FILHO, João Martins (org.). **O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2008.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (org.). **O Brasil Republicano. O tempo da Ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. livro 4.

ROMERO, Luiz Alberto. **Breve Historia Contemporánea de la Argentina, 1916-2010**. ed. rev. y actual. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2012.

ROZOWYKWIAT, Joana. **Subversivos: 50 anos após o golpe**. Recife: Cepe, 2016.

VIEIRA, Antônio Rufino. A Filosofia Marxiana: uma Análise das Teses de Marx sobre Feuerbach. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, [S. l.], v. 3, n. 04, p. 27–50, Natal, janeiro, 1996.

RUIVO, Marina. **Geração armada: literatura e resistência em Angola e no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2015.

SÁ, Aibirê Ferreira de. **Das Ligas Camponesas à Anistia: memórias de um militante trotskista**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana**. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SALES, Jean Rodrigues. **O Impacto da Revolução Cubana sobre as Organizações Comunistas Brasileiras (1959-1974)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SALES, Jean Rodrigues. A Revolução Cubana e o debate do movimento comunista internacional nos anos 1960: Europa e América Latina. **Diálogos**, v. 15, n. 1, p. 91-109, 2011.

SALES, Jean Rodrigues. Resistência, revolução e democracia: o debate sobre a luta armada na esquerda brasileira (1969-1985). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 31, e0206, set./dez. 2020.

SANTOS, Francisco Sá Barreto dos. **A construção do fato pelo discurso midiático: o caso do atentado a bomba no Aeroporto**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SANTOS, Ricardo Ferreira Lio Nzumbi dos. **Entre os calabouços do ódio e o mundo além das muralhas** - análise crítica da extensão de penas extrajudiciais e da criminalização à sociabilidades de prisioneiros como forma de genocídio do povo negro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. Tradução de Maria Paula Duarte. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHWARZ, Roberto. Nunca fomos tão engajados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, jun. 1994.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (orgs.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SERRA, Francisco. “La Actualidad de Ernst Bloch”. Prologo a edição espanhola de BLOCH, Ernst. **El Principio Esperanza**, Madrid, Editorial Trotta, 2004. Tomo 1.

SKINNER, Quentin. “Significado y comprensión en la historia de las ideas”. **Prismas: revista de Historia Intelectual**, n.4, 2000, p. 149-191.

SKINNER, Quentin. **Lenguaje, política e historia**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2007.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. **Os filhos rebeldes de um velho camarada: a dissidência comunista da Guanabara (1964-1969)**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SILVA, Magno Francisco da. **Formação e Trajetória do PCR em Alagoas Drante a Ditadura Militar (1966-1973)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

SILVA, Sandra Regina Barbosa da. **“Ousar lutar, ousar vencer”**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SILVA, Tatiane Ellen Cavalcante. **Memórias femininas do Bom Pastor-PE**: gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SILVA, Waldir Porfírio da. **Um sonho afogado**: ditadura militar e movimento estudantil no estado da Paraíba – o caso de João Roberto Borges de Souza (1958-1969). Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SIMIÃO, Cicero Aurelisnor Matias. **Resistência, rota de fuga e refúgio**: o cariri cearense na ditadura militar. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SOUZA, Percival de. **Autópsia do medo**: vida e morte do delegado Sergio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000.

SKINNER, Quentin. **Lenguaje, política e história**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2007.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Tradução de Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**: romance. 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1977.

TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. **A revanche dos vencedores**: história, memória e luta política no Orvil. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2012.

TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura**: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TERNON, Yves, “Genocídios y negacionismo”, en SECRETARÍA DE DERECHOS HUMANOS DE LA NACIÓN, **La Shoá, los genocídios y crímenes de lesa humanidad: Enseñanzas para los juristas**, Buenos Aires, 2011, disponible em: http://www.jus.gob.ar/media/1129148/30-la_shoa.pdf.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1996.

TILLY, Charles. Organizaciones violentas. **Revista Sociedad y Economía**, Colombia, n. 7, oct. 2004.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**. Indagações sobre o século XX. Tradução de Joana Angélica D'Avila Melo. São Paulo: Arx, 2002.

TOWER, Sargent Lyman. "Choosing Utopia: Utopianism as an Essential Element in Political Thought and Action." *Utopia Method Vision: The Use Value of Social Dreaming*. Vol. 1 of *Ralahine Utopian Studies*. Ed. Tom Moylan and Raffaella Baccolini. Oxford: Peter Lang, 2007.

VALLE, Maria Ribeiro do. A Morte de Edson Luís e a questão da violência. *In: MARTINS FILHO, João Roberto. 1968: faz 30 anos*. Campinas: Editora UFSCar: Mercado das Letras, 1998.

VALLE, Maria Ribeiro. **O debate teórico sobre a violência revolucionária nos anos 60: raízes e polarizações**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

VALLE, Maria Ribeiro. **O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968**. 1997. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

VARGAS NETTO, Sebastiao Leal Ferreira. **A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VECHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, abr. 2013.

VIANA, Gilney. Mortos e desaparecidos - II: Massacre da Chácara São Bento. Brasília, 1996.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. "O PCB: 1929-1943". *In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 331-363. v. 1.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os Assassinos da Memória:** Um “Eichman de Papel” e outros ensaios sobre o Revisionismo. Tradução Marina Appenzeller. Capinas, SP: Papyrus, 1988.

VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado e o Nordeste no Pré-64: Reforma e ideologia. **Projeto História**, São Paulo, n. 29, tomo 1, p. 53-86, dez. 2004.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à Brasileira.** 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo.** Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOLF, Eric R.; MINTZ, Sidney Wilfred. Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas. *In*: DABAT, Christine Rufino (org.). **O poder amargo do açúcar.** Produtores escravizados, consumidores proletariados. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

DOCUMENTAÇÃO BÁSICA CONSULTADA

ARQUIVO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (APEJE)

▪ Prontuários Individuais

NOME	Nº
Airton Correia de Araújo	18.982
Alberto Vinicius Melo do Nascimento	18264
Anatália de Souza Melo	19845
Bruno Costa de Albuquerque Maranhão	18042
Cândido Pinto de Melo	17011
Carlos Alberto Soares ou José Duarte Dutra	19026
Carmen de Castro Chaves	18240
Claudio Roberto Marques Gurgel	19210
Edinaldo Miranda de Oliveira	18382
Edmilson Vitorino de Lima	19843
Ezequias Bezerra da Rocha	16803
Fernando Augusto da Fonseca	19654
Franklin Dário da Silva	19608
Frederico José Menezes de Oliveira	21716
Getúlio de Oliveira Cabral	19407
Grivaldo Tenório	15682
João Mauricio de Andrade Baltar	18906
José Gersino Saraiva Maia	19012
Juliano Homem de Siqueira ou Julio Roberto Vale	18967
Marcelo Mario de Melo. Vulgo: Moreira, Amorim, Sales, Danilo e Leonardo	18976
Mario Miranda Albuquerque ou Carlos Mariano dos Santos	19083
Mário Miranda de Albuquerque	19083
Odijas Carvalho de Souza ou “Hilton Alencar de Araújo”	18118
Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral (Mota ou Ribeiro)	19615
Ramires Maranhão do Vale	17937
Rholine Sonde Cavalcante Silva	19006
Rildete Alves Rodrigues	19033
Romildo Maranhão do Vale	17222
Romulo Raimundo Maranhão do Vale	18248
Roseane Alves Rodrigues (ou Rosane/Rosana)	18246
Severina Maria da Silva ou Lylia Silva Guedes	19185
Sônia Maria de Arruda Beltrão	19617
Vera Maria Pereira de Albuquerque ou Vera Maria Rocha Pereira	19065
Nancy Mangabeira Unger	19064
Samuel Firmino de Oliveira	21333
José Vicente de Souza Monte	0172

▪ **Funcionais**

NOME	Nº DO PRONTUÁRIO
Aliança Nacional Libertadora	1824-D
Campanha Internacional Torturas (DOPS)	28.787
Diversos Documentos	7423
Documentos Administrativos da Delegacia de Ordem Política e Social (Departamento de Ordem Política Social-DOPS)	27.033
FESP, UPE, UNICAP (INQUÉRITOS)	430
Frente Única Pela Luta Armada	5404
Inquéritos Estudantis da Secretária de Segurança Pública (Departamento de Ordem Política Social-DOPS)	28.801
Inquéritos Estudantis da Secretária de Segurança Pública (Departamento de Ordem Política Social-DOPS)	29.096
Ofício	26.991
Ofícios	28.830
Ofícios Expedidos	27.608
Ofícios Expedidos (Departamento de Ordem Política Social-DOPS)	28.560
Partido Comunista Bras. – PCB. Partido Comunista Brasileiro Revolucionário PCBR	27.342
Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)	1306
PCB, AP-ML, ALN	29.019
PCBR	6167
Prontuário Funcional Movimento Contra a Ditadura (PCBR)	6281
Prontuário Inquéritos Estudantis da Secretária de Segurança Pública (Departamento de Ordem Política Social-DOPS)	431
Propaganda Comunista - PCBR	29.772
Relatórios	27.593
Torturas	30.981
Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares	84130

PROCESSOS JUDICIAIS (PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS)

Nº do Processo - Organização/Ação Investigada
64/68 (BNM 251) – PCR
70/69 (BNM 649) – PCBR
11/70 (BNM 077) – PCR
38/70 (BNM 228) – ALN
67/70 (BNM 272) – PCBR
90/70 (BNM 230) – VAR-Palmares
91/70 (BNM 121) – ALN
95/70 (BNM 179) – PCBR
19/71 (BNM 223) – PCBR

30/71 (BNM 118) – PCBR
39/71 (BNM 389) – PCBR
81/71 (BNM 124) – Var-Palmares
105/71 (BNM 370) – VAR-Palmares
40/72 (BNM 352) – ALN
43/72 (BNM 608) – ALN
59/72 (BNM 590) – PCR
60/72 (BNM 051) – PCR
61/72 (BNM 156) – ALN
66/73 (BNM 434) – PCR
118/73 (BNM 546) – PCR
3/74 (BNM 702) – PCR
4/74 (BNM 642) – PCR
9/74 (BNM 418) - PCR
7735/69 (BNM 279) - PCB
46/70 (BNM 160) – Atentado no Aeroporto Guararapes

ENTREVISTAS

▪ Realizadas pelo autor

NOME	DATA	LOCAL	ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCEU
Adilson Paz Lira	02/06/2019	Várzea, Recife (PE)	PCB / PCdoB
Antonio Carlos Leal de Campos	14/08/2013	Boa Viagem, Recife (PE)	UJC / VL / POR(T) / FBT
Carlos Alberto Soares	14/08/2019	Torre, Recife (PE)	PCB / PCBR
Francisco de Assis Barreto Rocha Filho	06/12/2018	Aflitos, Recife (PE)	PCB / PCBR
José Adeildo Ramos	06/06/2019	Tambaú, João Pessoa (PB)	AMFNB / MAR / PCB
José Calistrato Cardoso Filho	05/06/2019	Bayeux (PB)	PCB / ALN
José Emilson Ribeiro da Silva	05,06 e 07/06/2019	Novais, João Pessoa (PB)	PCB / PCBR / ALN / PCR
Luciano de Almeida	23/08/2019	Parnamirim (RN)	PCB / PCBR / ALN
Marcelo Mário de Melo	08/01/2019	Boa Vista, Recife (PE)	PCB / PCBR
Maria das Dores Gomes da Silva	28/09/2019	Boa Vista, Recife (PE)	Companheira de Amaro Luís de Carvalho (PCR)
Maria José Lenise de Sá	29/09/2019	Barra de Jangada, Jaboatão dos	POR (T)

		Guararapes (PE)	
Maria Socorro Diógenes	07/09/2019	Torre, Recife (PE)	PCB / PCBR
Martinho Leal de Campos	07/06/2019	Bessa, João Pessoa (PB)	POR (T)
Paulo Pontes da Silva	01/12/2018	San Martin, Recife (PE)	PCBR
Romildo Maranhão do Vale	25/07/2019	Graças, Recife (PE)	Aliado do PCBR
Sônia Maria Beltrão Coutinho	25/07/2019	Graças, Recife (PE)	PCBR

▪ **Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC)**

NOME	DATA	LOCAL	ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCEU
Alberto Vinícius do Nascimento	18/10/2012	Auditório do Banco Central. Recife (PE).	PCB / PCBR
Aluizio Ferreira Palmar	13/03/2014	Sala de Reunião do Marante Plaza Hotel. Recife (PE)	VPR
Antonio Alves Dias	28/06/2015	Residência do depoente. Olinda (PE)	Ligas Camponesas / MRT
Carlos Alberto Soares	13/12/2012	Auditório da Faculdade Maurício de Nassau. Recife (PE).	PCB / PCBR
Cristina Uslenghi Rizzi	18/10/2012	Auditório do Banco Central. Recife (PE).	Ala-Vermelha
Dagoberto Alves Costa	27/06/2014	Residência do depoente. Recife (PE)	PCdoB
Edmilson Vitorino de Lima	27/11/2012	Auditório do Tribunal de Contas De Pernambuco. Recife (PE).	PCBR
Edval Nunes da Silva	16/05/2013	Auditório da Associação dos Docentes da UFPE. Recife (PE).	PCR
Francisco de Assis Barreto Rocha Filho	06/12/2012	Auditório da Fundaj – Derby.	PCB / PCBR

		Recife (PE).	
José Adeildo Ramos	27/11/2012	Auditório do Tribunal de Contas De Pernambuco. Recife (PE).	AMFNB / MAR / PCBR
José Calistrato Cardoso Filho	13/12/2012	Auditório da Faculdade Maurício de Nassau. Recife (PE).	PCB / ALN
José Emilson Ribeiro	13/12/2012	Auditório da Faculdade Maurício de Nassau. Recife (PE).	PCB / PCBR / ALN / PCR
José Nivaldo Barbosa de Souza Júnior	16/05/2013	Auditório da Associação dos Docentes da UFPE. Recife (PE).	PCR
Luis Alves Neto	27/11/2012	Auditório do Tribunal de Contas De Pernambuco. Recife (PE).	PCB / PCBR
Lylia Guedes Galleti	18/10/2012	Auditório do Banco Central. Recife (PE).	PCBR
Marcelo Mario de Melo	06/12/2012	Auditório da Fundação Joaquim Nabuco. Recife (PE)	PCB / PCBR
Paulo Pontes Da Silva	04/04/2013	Auditório da Associação dos Docentes da UFPE. Recife (PE).	PCB / PCBR
Ricardo Zarattini Filho		Auditório da Associação dos Docentes da UFPE. Recife (PE).	PCB / PCR / MR-8 / ALN
Rildete Alves Rodrigues	14/03/2013	Auditório da Fundação Joaquim Nabuco. Recife (PE).	PCBR
Romildo Maranhão do Valle	14/03/2013	Auditório da Fundação Joaquim Nabuco. Recife (PE).	PCBR
Sonia Coutinho Calheiros	14/03/2013	Auditório da Fundação Joaquim Nabuco. Recife (PE).	PCBR

Sonia Maria de Arruda Beltrão	14/03/2013	Auditório da Fundação Joaquim Nabuco. Recife (PE).	PCBR
Tarzan de Castro	18/10/2012	Auditório do Banco Central. Recife (PE).	Ligas Camponesas / PCdoB / Ala Vermelha
Tereza Wanderley Neves	04/04/2013	Auditório da Associação dos Docentes da UFPE. Recife (PE).	PCBR
Theodomiro Romeiro Da Silva	04/04/2013	Auditório da Associação dos Docentes da UFPE. Recife (PE).	PCBR
Alanir Cardoso	21/05/2015	Auditório do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco (SINDSEP). Recife (PE).	PCdoB

▪ **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva**

NOME	DATA	LOCAL	ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCEU
Júlio Zoé de Brito	04/12/2013	Auditório Paulo Kobayashi, ALESP. São Paulo (SP)	Irmão de militante da ALN
Edvaldo Valdir de Medeiros	04/12/2013	Auditório Paulo Kobayashi, ALESP. São Paulo (SP)	Primo de militante da ALN
Milton Ramalho (amigo de Zoé)	04/12/2013	Auditório Paulo Kobayashi, ALESP. São Paulo (SP)	de militante da ALN
José Nivaldo Barbosa de Souza Júnior	06/09/2013	Auditório Teotônio Vilela, ALESP. São Paulo (SP)	PCR
Edval Nunes da Silva	06/09/2013	Auditório Teotônio Vilela, ALESP. São Paulo (SP)	PCR

- **Comissão da Verdade da UFRN**

NOME	DATA	LOCAL	ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCEU
Juliano Homem de Siqueira	22/02/2013	Natal (RN)	PCB / PCBR

- **Comissão da Verdade do Rio de Janeiro**

NOME	DATA	LOCAL	ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCEU
Dulce Chaves Pandolfi	28/05/2013	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ)	ALN

- **“Projeto: Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil”
(UFRJ/ Comissão de Anistia-MJ)**

NOME	DATA	LOCAL	ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCEU
Dulce Chaves Pandolfi	25/02/2011	Fundação Getúlio Vargas	ALN

- **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**

NOME	DATA	LOCAL	ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCEU
José Adeildo Ramos	25/03/2014	Auditório da Paraíba Previdência (PBPREV). João Pessoa (PB)	AMFNB / MAR / PCBR
José Calistrato Cardoso Filho	22/10/2013	Auditório do Lyceu Paraibano. João	PCB / ALN

		Pessoa (PB).	
José Emilson Ribeiro da Silva	22/10/2013		PCB / PCBR / ALN / PCR

▪ **Fundo Coleção Militância Política e Luta Armada (Arquivo Edgard Leuenroth)**

NOME	DATA	LOCAL	ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCEU
Cesar Queiroz Benjamin	28/01/1986	Rio de Janeiro	MR-8
Daniel Aarão Reis Filho	9 e 17 de/11/1996; 10, 14 e 19/05/1997; 4/06/1997	Rio de Janeiro	MR-8

▪ **Mesa Vermelha (Documentário)**

NOME	ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCEU
José Adeildo Ramos	AMFNB / MAR / PCBR
Alanir Cardoso	PCdoB
Alberto Vinicius Melo Nascimento	PCB / PCBR
Carlos Alberto Soares	PCB / PCBR
Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho	PCB / PCBR
Cláudio Roberto Marques Gurgel	PCB / PCBR
José Calistrato Cardoso Filho	PCB / ALN
José Emilson Ribeiro da Silva	PCB / PCBR / ALN / PCR
Luciano de Almeida	PCB / PCBR / ALN
Luciano Siqueira	PCdoB
Marcelo Mário de Melo	PCB / PCBR
Mário Miranda de Albuquerque	POR(T) / PCBR
Perly Cipriano	ALN
Samuel Firmino de Oliveira	PCBR / ALN
Valmir Costa	PCR
Aluizio Valério da Silva	ALN
Edilson Freire Maciel	PCR

SITES COM FONTES DOCUMENTAIS

NOME	Sítio Eletrônico
Projeto Brasil: Nunca Mais	https://bnmdigital.mpf.mp.br/
Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba	https://cev.pb.gov.br/
Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	https://comissaodaverdade.ufrn.br/
Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva	http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/
Comitê Estadual pela Verdade, Memória e Justiça Rio Grande do Norte	http://www.dhnet.org.br/
Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC)	https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/
Banco de Dados do Projeto Memórias Reveladas	http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/
Arquivo Nacional	https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp
Site Documentos Revelados	https://documentosrevelados.com.br/
Supremo Tribunal Militar	https://arquimedes.stm.jus.br/
Documentário A Mesa Vermelha	http://www.amesavermelha.com.br/#videos

ANEXOS

1. Declaração do Governador Miguel Arraes, pelo Rádio, no momento em que as Tropas do IV Exército cercavam o Palácio do Governo, em 1º de abril de 1964
2. Relatório do Coronel Frederico Neto dos Reis Pimentel ao Comandante do IV Exército sobre a prisão do Governador Miguel Arraes, em 1º de abril de 1964
3. Ofício do Comandante do IV Exército ao Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, em 1º de abril de 1964
4. Ata da 1ª Sessão Extraordinária da Assembléia Legislativa de Pernambuco, realizada em 1º de abril de 1964
5. Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Assembléia Legislativa de Pernambuco, realizada em 1º de abril de 1964. (Cassação do Mandato do Governador Miguel Arraes)
6. Projeto de Resolução Nº 996/64 (Parecer Nº 882) da Assembleia Legislativa de Pernambuco
7. Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal do Recife, realizada em 02 de abril de 1964. (Cassação do Mandato do Prefeito Pelópidas Silveira)
8. Esquema para Discussão (Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro)
9. Tese Para Discussão (Comitê Estadual de Pernambuco do Partido Comunista Brasileiro)
10. Manifesto aos Pernambucanos (Comitê Estadual de Pernambuco do Partido Comunista Brasileiro)
11. Estatuto da Associação de Defesa dos Direitos dos Presos Políticos (Presos Políticos da Penitência Professor Barreto Campelo)

1. Manifesto de Adesão do IV Exército e do 3º Distrito Naval à Rebelião de Juiz de Fora, em 1º de abril de 1964⁶⁸²

“O IV Exército, por seus generais, oficiais, subtenentes, sargentos e praças, cumpre o importante dever de manifestar sua solidariedade aos companheiros da 4ª Região Militar e a 4ª Divisão da Infantaria, dos II e III Exércitos e aos demais combatentes pela legalidade democrática em nosso País. Não seria possível que a evidência de uma infiltração comunista insólita e consentida pelo Governo, culminada com os lamentáveis acontecimentos do dia 26 próximo passado, deixasse de provocar a revolta generalizada a que estamos assistindo, revolta que, partida do coração de todos os brasileiros, lhes armou o braço para esta ação brava e consciente, que há de constituir um dos maiores serviços prestados ao Brasil, por suas Forças Armadas. Estão com o IV Exército, lado a lado, o Chefe e todos os componentes do 3º Distrito Naval, de nossa gloriosa Armada. E nesta oportunidade, ainda nos cerca, com seus aplausos e seu entusiasmo, a brava população destes Estados nordestinos que, de tão longa data, testemunha os nobres sentimentos e o patriotismo acendrado destas guarnições de soldados e de marinheiros que se sucedem nas glebas do imenso Nordeste brasileiro. Atitude inteiramente apolítica, e inspirada no mais sincero sentido legalista, saberá respeitar os mandatos de quantos se inscreveram nestes ideais e que assim vierem colaborar para a segurança e tranquilidade do povo. Recife, 1º de abril de 1964. aa) General-de-Exército Joaquim Justino Alves Bastos, Comandante do IV Exército. Vice-Alm. Augusto Roque Dias Fernandes, Comandante do 3º Distrito Naval”.

⁶⁸² JOAQUIM JUSTINO ALVES BASTOS, “Encontro com o Tempo”, cit., págs. 359/360. In COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004. p.401.

2. Manifesto dos Governadores do Nordeste em Defesa da Legalidade⁶⁸³

Aos brasileiros de outras regiões do país, os Governadores nordestinos, conscientes de suas responsabilidades, demonstram o acentuado desejo de que sejam mantidas as liberdades até aqui tão duramente conquistadas.

No momento em que se faz necessária a existência de um sentimento de perfeita união, alguns brasileiros recorrem à luta armada que, servindo apenas para nos dividir, nenhuma contribuição pode trazer ao aperfeiçoamento do processo democrático e, conseqüentemente, à melhoria das condições de vida do nosso povo.

Empenhados em prosseguir através desse caminho tradicional de pacifismo e compreensão que até hoje tem caracterizado a conduta do povo brasileiro, é preciso que nossos irmãos não se deixem envolver por forças em desespero.

Essas forças, que de há muito procuram obstaculizar o desenvolvimento econômico-social do país, concorrem para acentuar a diferença de nível de vida entre o Nordeste e o Centro-Sul, se opondo à reformulação das estruturas institucionais, procurando preservar os privilégios de poucos, em detrimento de milhões de brasileiros.

Os Governadores do Nordeste, expressando o sentimento e a repulsa do nosso povo às tentativas de quebra da legalidade democrática, afirmam, ao mesmo tempo, a inabalável determinação de, a qualquer preço, preservar seus legítimos direitos.

O Nordeste tranquilo confia serenamente da pacificação da família brasileira, situando a questão acima das divergências ocasionais que acredita sejam sempre movidas pelo patriotismo nunca desmentido dos brasileiros de todos os quadrantes.

Os Governadores nordestinos, certos da serenidade e dos sentimentos fraternais do Sr. Presidente da República, sempre disposto a construir a concórdia de todos os brasileiros, sabem que estes, uma vez unidos, empreenderão a marcha irreversível das reformas, no cumprimento do nosso destino histórico.

⁶⁸³ Manifesto encaminhado pelo Governador de Pernambuco aos governadores do Nordeste na noite de 31 de março de 1964. (Cfr. “Palavra de Arraes”, cit., págs. 139/140). In COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004. p.403.

3. Declaração do Governador Miguel Arraes, pelo Rádio, no momento em que as Tropas do IV Exército cercavam o Palácio do Governo, em 1º de abril de 1964⁶⁸⁴

“No momento em que falo, o Palácio do Governo está sendo ocupado por tropas do Exército, que se insubordinaram contra o Sr. Presidente da República, tocando o mandato que o povo de Pernambuco me concedeu, através da gloriosa campanha eleitoral.

Sei que cumpri até agora o meu dever para com o povo pernambucano.

Sei que estou fiel aos princípios democráticos, à legalidade e à Constituição, que jurei cumprir.

Deixo de renunciar ou de abandonar o mandato, porque ele está com a minha pessoa e me acompanhará enquanto durar o prazo que o povo me concedeu e enquanto me for permitido viver.

Sei que a nossa pátria atravessa dias de grandes dificuldades, mas sei que o povo haverá de conquistar cada vez maior liberdade e condições de lutar por um Brasil grande, em que haja harmonia entre os seus filhos, e essa harmonia não pode vir senão da Justiça que se estabeleça para todos, para milhões de cidadãos, milhões de irmãos que estão no Brasil inteiro à espera de uma palavra, e da luta que cada um que tenha consciência dos nossos destinos possa empreender.

Estou, assim, por força da ocupação do Palácio, feita à luz do dia, enquanto se registravam negociações, impedido de exercer o mandato, numa violação da Constituição do Estado e da Constituição Federal. Prefiro isso a negociá-lo e vê-lo manchado, porque jurei ser digno das gloriosas tradições do povo pernambucano. E o povo de Pernambuco nunca veria o seu governador descer para negociar o mandato que honrosamente conquistou nas ruas do Recife e nas cidades do interior do nosso Estado.

Espero que todos possam, através da unidade cada vez maior do povo, levar o nosso Estado e a nossa Pátria à grandeza que todos nós desejamos.

Boa tarde, meus amigos”.

⁶⁸⁴ “Palavra de Arraes”, cit, págs. 139/140. In COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004. pp.405-406.

4. Relatório do Coronel Frederico Neto dos Reis Pimentel ao Comandante do IV Exército sobre a prisão do Governador Miguel Arraes, em 1º de abril de 1964⁶⁸⁵

1. Eram exatamente 19:15hs. Do dia 1º de abril de 1964, quando fomos introduzidos no Palácio das Princesas por oficiais do Regimento Guararapes e 1º/7º Regimento de Obuses – 105, acompanhados do 2º Tenente Antônio Felício Dias, do Quartel-General da 7ª Região Militar, designados que fomos para conduzir preso ao Regimento Guararapes, o Sr. Miguel Arraes de Alencar, ex-Governador de Pernambuco.
2. Utilizando o elevador, atingimos o 3º andar do Palácio e fomos imediatamente recebidos pelo Sr. Miguel Arraes e familiares, que o cercavam, os quais acabavam de fazer a refeição do jantar. Incontinenti, passamos para o terraço, onde mantive inicialmente ligeira palestra com o Sr. Miguel Arraes e, logo após, ao dar conhecimento da razão de nossa presença ali, fiz entrega ao mesmo de ofício do Sr. Comandante do IV Exército, General Joaquim Justino Alces Bastos, ocasião em que afirmei enfaticamente o propósito da autoridade militar em manter as medidas de segurança que se impunham adotar naquela conjuntura, bem como da preservação de sua dignidade pessoal e de sua Exma. Família.
3. Lido o documento, o Sr. Miguel Arraes passou a indagar das consequências que resultariam da medida ali imposta, em tom sereno e cortês, no que tange principalmente à segurança de sua família, o que foi devidamente esclarecido, dentro da orientação que recebi. Convencido da nossa disposição, outra alternativa não teve o Sr. Miguel Arraes senão a de acatar os termos do ofício que lhe foi entregue.
4. A palestra que mantivemos que o Sr. Miguel Arraes e suas familiares presenciaram à distância quatro oficiais do 1º/7º Regimento de Obuses-105 que se achavam no terraço do 3º andar. O Sr. Miguel Arraes achava-se acompanhado em Palácio por cinco pessoas, das quais figuravam um tio, uma irmã e um cunhado (o Sr. Ximenes) do ex-governador.
5. Atendendo a ponderações formuladas pelo Sr. Miguel Arraes e de seus familiares, a após entendimento com o Coronel João Dutra de Castilho, no comando da tropa de área do Palácio, e já no portão de saída, permiti fosse o Sr. Miguel Arraes acompanhado de seu tio e de seu cunhado, Sr. Ximenes, que viajaram em nossa companhia (minha e do Tenente Felício) num veículo Volkswagen, de propriedade do Sr. Ximenes. A saída do Palácio se deu por volta das 20:10hs. Quando, então, rumamos para o Regimento Guararapes, por um itinerário previamente escolhido. Durante todo o trajeto, tivemos a cobertura de dois elementos civis destacados pelo IV Exército, que viajaram numa viatura Rural Willys, da Prefeitura do Recife.
6. Ao chegarmos no Regimento Guararapes, fomos recebidos pelo tenente-coronel Nogueira Villar de Aquino, sub-comandante do Regimento, que tomou imediatamente todas as

⁶⁸⁵ ADIRSON DE BARROS, “Ascensão e Queda de Miguel Arraes”, cit., págs. 151/152. . In COELHO, Fernando Vasconcelos. **Direita volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004. pp.407-408.

providências cabíveis, convidando o ex-governador para acompanhá-lo até o gabinete do Comando.

7. Sem incidente algum e na mais perfeita tranquilidade foi cumprida a missão que nos cabia desempenhar e da qual fiz o presente relato.

aa) “Coronel Frederico Neto dos Reis Pimentel”.

5. Ofício do Comandante do IV Exército ao Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, em 1º de abril de 1964⁶⁸⁶

Ofício nº4 – CMD

Recife, PE, em 1º / Abril

1964

Do CMT IV Exército

Ao Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa

Assunto: Comunicação (FAZ)

1. Comunico a V. Ex^a que, em face dos últimos acontecimentos ocorridos no País e neste Estado, o Governador Miguel Arraes de Alencar não mais se encontra à frente do Poder Executivo.
2. Apresento a V. Ex^a e aos demais representantes do Poder Legislativo do Estado protestos de estima e consideração.

GEN EX. JOAQUIM JUSTINO ALVES BASTOS
COMANDANTE DO IV EXÉRCITO

⁶⁸⁶ Cf. COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004. p. 409.

6. Ata da 1ª Sessão Extraordinária da Assembléia Legislativa de Pernambuco, realizada em 1º de abril de 1964⁶⁸⁷

Presidência do Exmº Sr. WALFREDO SIQUEIRA

“Ao primeiro dia do mês de abril do ano de mil novecentos sessenta e quatro, às 18 horas e quinze minutos, presentes os senhores ADAUTO JOSÉ DE MELO, AIRON RIOS, ALMANY SAMPAIO, ANDRADE LIMA, ANTONIO FARIAS, ANTÔNIO LUCENA, ANTÔNIO LUIZ FILHO, ANTÔNIO NEVES, APOLINÁRIO DE SIQUEIRA, ARGEMIRO PEREIRA, ARNALDO ASSUNÇÃO, AUDOMAR FERRAZ, AUDÁLIO TENÓRIO, ÁUREO BRADLEY, ALUÍZIO PINTO, CÍCERO TARGINO, EDGAR LINS, FÁBIO CORREIA, EDSON CANTARELLI, FELIPE COELHO, FERNANDO SAMPAIO, FRANCISCO FALCÃO, FRANCISCO HERÁCLITO, FRANCISCO SAMPAIO, FRANCISCO FIGUEIRA, GERALDO PINHO ALVES, GERVÁSIO PIRES, HARLAN GADELHA, GILBERTO AZEVEDO, INÁCIO DE LEMOS, INÁCIO VALADARES FILHO, INALDO LIMA, JOÃO NOVAES, JOSÉ INÁCIO, JOSÉ MARQUES DA SILVA, JOSEZITO PADILHA, JOSUÉ PEREIRA, LIBÂNIO RIBEIRO, LÍVIO VALENÇA, LUIZ DUARTE, LUIZ NEVES, MÁRIO MONTEIRO, MOURY FERNANDES, MÚCIO BANDEIRA, NILSON RAMOS LEAL, NIVALDO MACHADO, OLIVEIRA NETO, OLYMPIO FERRAZ, OLIMPIO MENDONÇA, OSWALDO COELHO, PAULO RANGEL, RIBEIRO GODOY, ROBERTO PHAELANTE, RODOLFO OLIVEIRA, ROMÃO SAMPAIO, RIVALDO ALLAIN SALVIANO MACHADO, SILVIO PESSOA, SUETONE ALENCAR, WALFREDO SIQUEIRA, WALDEMIR CARDOSO e WILSON SANTANA. O Sr. Presidente declara aberta a sessão por haver número legal de senhores deputados. Faltam os senhores ANTÔNIO CORREIA DE OLIVEIRA E CLÁUDIO BRAGA. Ocupam, respectivamente, as cadeiras de 1º e 2º Secretários os senhores FÁBIO CORREIA E MÁRIO MONTEIRO. Não tendo sido concluída, por exiguidade de tempo, a ata da sessão anterior, o Sr. Presidente diz dos fins da presente sessão, que é do de fazer apreciar pela Casa o Projeto de Resolução nº 996, que considera vago o cargo de Governador do Estado. Inicialmente, o Sr. Presidente procede a leitura de um ofício recebido do General Joaquim Justino Alves Bastos, comunicando que em face dos últimos acontecimentos ocorridos no país e no Estado, não mais se encontrava à frente do Poder Executivo o Governador Miguel Arraes de Alencar, e, a seguir, solicita do Sr. 1º Secretário que proceda a leitura do Projeto de Resolução nº 996. Isto posto, é aberta a discussão da matéria ao plenário da Assembléia, usando da palavra a respeito do assunto os Srs. Francisco Falcão, Inaldo Lima, Airon Rios, Sílvio Pessoa, Andrade Lima, José Inácio, Inácio de Lemos, Áureo Bradley, Gilberto Azevedo, Geraldo Alves, Paulo Rangel, Cícero Targino e Almany Sampaio, o primeiro e o antepenúltimo para defender a aprovação da matéria em debate e os demais para combatê-lo. Encerrada a discussão da matéria, o Sr. Presidente, preliminarmente, fez votar pela Casa os requerimentos encaminhados à Mesa pelos Srs. Moury Fernandes, solicitando votação secreta, Andrade Lima, pedindo votação nominal e Olimpio Mendonça, pedindo dispensa de publicação, sendo aprovados o 1º por 30 votos contra 25, e o último por 35 votos contra 20, ficando o segundo prejudicado em face da aprovação do 1º. Encontrando-se presente o deputado Souto Dourado, o Sr. Geraldo Pinho Alves solicita da Mesa para considera-lo como tendo reassumido o exercício do mandato legislativo, havendo a Mesa, após usarem da palavra os Srs. Fábio Correia e Mário Monteiro, indeferido o pedido, tendo em vista que S. Exa. ainda não fora

⁶⁸⁷ Cf. COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004. pp. 411-413.

exonerado do cargo de Secretário do Interior e Justiça. Encerrada a sessão por força do término do prazo de sua duração, o Sr. Presidente convoca outra extraordinária, para as 22 horas e 15 minutos, com a seguinte ordem do dia: VOTAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 996. aa) Felipe Coelho – Presidente; Nivaldo Machado – 1º Secretário; Mário Monteiro – 2º Secretário”.

7. Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Assembléia Legislativa de Pernambuco, realizada em 1º de abril de 1964. (Cassação do Mandato do Governador Miguel Arraes)⁶⁸⁸

“Ao primeiro dia do mês de abril do ano de mil novecentos sessenta e quatro, às 22,30 horas, presentes os senhores ADAUTO JOSÉ DE MELO, AIRON RIOS, ALMANY SAMPAIO, ANDRADE LIMA, ANTONIO FARIAS, ANTÔNIO LUCENA, ANTÔNIO LUIZ FILHO, ANTÔNIO NEVES, APOLINÁRIO DE SIQUEIRA, ARGEMIRO PEREIRA, ARNALDO ASSUNÇÃO, AUDOMAR FERRAZ, AUDÁLIO TENÓRIO, ÁUREO BRADLEY, ALUÍZIO PINTO, CÍCERO TARGINO, EDGAR LINS, FÁBIO CORREIA, EDSON CANTARELLI, FELIPE COELHO, FERNANDO SAMPAIO, FRANCISCO FALCÃO, FRANCISCO HERÁCLITO, FRANCISCO SAMPAIO, FRANCISCO FIGUEIRA, GERALDO PINHO ALVES, GERVÁSIO PIRES, HARLAN GADELHA, GILBERTO AZEVEDO, INÁCIO DE LEMOS, INÁCIO VALADARES FILHO, INALDO LIMA, JOÃO NOVAES, JOSÉ INÁCIO, JOSÉ MARQUES DA SILVA, JOSEZITO PADILHA, JOSUÉ PEREIRA, LIBÂNIO RIBEIRO, LÍVIO VALENÇA, LUIZ DUARTE, LUIZ NEVES, MÁRIO MONTEIRO, MOURY FERNANDES, MÚCIO BANDEIRA, NILSON RAMOS LEAL, NIVALDO MACHADO, OLIVEIRA NETO, OLYMPIO FERRAZ, OLIMPIO MENDONÇA, OSWALDO COELHO, PAULO RANGEL, RIBEIRO GODOY, ROBERTO PHAELANTE, RODOLFO OLIVEIRA, ROMÃO SAMPAIO, RIVALDO ALLAIN SALVIANO MACHADO, SILVIO PESSOA, SUETONE ALENCAR, WALFREDO SIQUEIRA, WALDEMIR CARDOSO e WILSON SANTANA. O Sr. Presidente declara aberta a sessão por haver número legal de senhores deputados. Faltam os senhores ANTÔNIO CORREIA DE OLIVEIRA E CLÁUDIO BRAGA. Ocupam, respectivamente, as cadeiras de 1º e 2º Secretários os senhores FÁBIO CORREIA E MÁRIO MONTEIRO. Não tendo sido concluída, por exigüidade de tempo, a ata da sessão anterior, o Sr. Presidente manda que o Sr. 1º Secretário proceda a chamada para a votação, pelo processo secreto, do Projeto de Resolução nº 996. Feita a chamada, votam 63 senhores deputados, e, coincidindo o número destes, com o de sobrecartas, tem início a apuração, sendo convidados para escrutinadores os senhores Fernando Sampaio e Olympio Ferraz. Votam SIM quarenta e cinco (45) senhores deputados e Não dezessete (17), sendo encontrado um voto em branco. Anunciado este resultado, o Sr. Presidente designa uma comissão composta dos Srs. Oswaldo Coelho, Luiz Neves e Adauto José de Melo para dar conhecimento da aprovação da matéria ao Dr. Paulo Pessoa Guerra e convidá-lo para às 23:30 de hoje tomar posse no cargo de Governador do Estado, ficando desde logo, convocada a respectiva sessão especial. aa) Felipe Coelho – Presidente; Nivaldo Machado – 1º Secretário; Mário Monteiro – 2º Secretário”.

⁶⁸⁸ Cf. COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004. pp. 415-416.

8. Projeto de Resolução N° 996/64 (Parecer N° 882) da Assembleia Legislativa de Pernambuco⁶⁸⁹

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO,

CONSIDERANDO a atual situação política do Brasil;

CONSIDERANDO que o Governador Miguel Arraes de Alencar, como instrumento das forças extremistas e antidemocráticas, vem sucessivamente atentando contra a segurança e a tranqüilidade do País e do Estado;

CONSIDERANDO que em virtude da atuação patriótica dos Forças Armadas o Governador Miguel Arraes de Alencar não mais se encontra à frente da chefia do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que ao Poder Legislativo, como autêntico representante da soberania popular, incumbe zelar pela paz pública;

Submete à consideração do plenário o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 996

E nesta – Considera vago o cargo de Governador do Estado e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE

Art. 1° - Considerar vago o cargo de Governador do Estado.

Art. 2° - Determinar que a sucessão se processe na forma do art. 58 da Constituição do Estado.

Sala Torres Galvão, 1° de abril de 1964. aa) Walfredo Siqueira – Presidente; Mário Monteiro; Nilson Ramos Leal; Fábio Correa; Felipe Coelho; Antônio Luiz.

⁶⁸⁹ Cf. COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004. pp. 417-418.

9. Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal do Recife, realizada em 02 de abril de 1964. (Cassação do Mandato do Prefeito Pelópidas Silveira)⁶⁹⁰

“Aos dois dias do mês de abril do ano de mil novecentos sessenta e quatro, nesta Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco e no primeiro andar da Casa de José Mariano, sede da Câmara Municipal do Recife, sita no Parque Treze de Maio, à Rua Princesa Izabel, número quatrocentos e dez, bairro da Boa Vista, às dezessete horas, na Sala das Sessões (Sala Professor Galvão Raposo) sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Vereador Liberato Costa Júnior, secretariado pelos senhores Vereadores Eriberto Gueiros e Rubem Gambôa, respectivamente, Primeiro e Segundo secretários, depois de feita a chamada regimental, estando presentes os Senhores Vereadores Aristófanes de Andrade, Alfredo Francisco da Silva, Clóvis Corrêa de Oliveira, Edson de Oliveira, Eriberto Gueiros, Expedito Corrêa de Oliveira, Ivan Cidreira, Jarbas de Holanda, José de Magalhães, Moacir Lacerda, Fernando Zizman, Noé Alves, Odilon Bezerra de Oliveira, Antônio Moury Fernandes, Roberval Lins Pinto, Rubem Gambôa, Telmo Pontual, Valério Rodrigues e Enylson de Sá Barreto, constatada a existência de número legal para a reunião, o senhor Presidente declarou iniciados os trabalhos da quinta reunião da primeira sessão permanente. Lida a ata da reunião anterior foi aprovada sem impugnação. EXPEDIENTE: - constou este de um ofício do Excelentíssimo Senhor Comandante do Quarto Exército, sediado nesta cidade, comunicando que o senhor Pelópidas Silveira não mais se encontra à frente da Municipalidade. Dirigindo-se aos seus pares o senhor Presidente declarou que ia ouvir a Mesa acerca da atitude a ser tomada por esta Casa. Feito isto, por unanimidade, foi deliberado enviar à Comissão de Justiça o referido ofício para os fins de direito, isto sob o regime de urgência em virtude da necessidade em ser julgada a mesma. Pondo o senhor Presidente em votação a urgência, o Vereador Jarbas de Holanda ocupou a tribuna mostrando-se contrário à mesma. Submetida à votação nominal a urgência solicitada foi aprovada pelos votos dos Vereadores Aristófanes de Andrade, Alfredo Francisco da Silva, Clóvis Corrêa de Oliveira, Edson de Oliveira, Eriberto Gueiros, Expedito Corrêa de Oliveira, Ivan Cidreira, ~~Jarbas de Holanda~~, José de Magalhães Melo, Liberato da Costa Júnior, Luiz Gonzaga Vasconcelos, Fernando Zizman, Moacir Lacerda, Noé Alves, Odilon Bezerra de Oliveira, Antônio Moury Fernandes, Roberval Lins Pinto, Rubem Gambôa, Telmo Pontual, Valério Rodrigues e Enylson de Sá Barreto, tendo votado contrariamente o Vereador Jarbas de Holanda. De posse do ofício aludido o Vereador Aristófanes de Andrade, Presidente da Comissão de Legislação e Justiça, este designou o Vereador Luiz Gonzaga para ser o relator da matéria. Suspendendo os trabalhos por quinze minutos para a sua elaboração. Reaberta a reunião, da tribuna, o Vereador Luiz Gonzaga leu o parecer de número setenta e seis, da Comissão de Legislação e Justiça, e assinado pela maioria dos seus componentes, concluindo por apresentar o projeto de decreto número oito, o qual estabelece em seu artigo primeiro a perda do mandato do cargo de Prefeito do Recife, do Senhor Pelópidas Silveira, submetido a matéria a discussão única, ocupou a tribuna o Vereador Moacir Lacerda, que fez comentários a respeito. Por seu turno, também ocuparam a tribuna, respectivamente, os Vereadores Jarbas de Holanda, Moury Fernandes e Luiz Gonzaga, tendo este último solicitado votação secreta para o aludido parecer. Assim o senhor Presidente submeteu ao Plenário a solicitação do Vereador Luiz Gonzaga, sendo a mesma aprovada, contra os votos dos Vereadores Jarbas de Holanda e Moacir Lacerda. Assim o senhor Presidente declarou que ia dar início a votação designando para servir como escrutinadores os Vereadores Antônio Moury Fernandes e Ivan Cidreira. Feita a coleta dos votos e procedida a contagem, verificou-se ter sido aprovado o parecer dos vinte votos contra

⁶⁹⁰ Cf. COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004. pp. 419-421.

um. Conhecido o resultado da votação, o senhor Presidente declarou ir convocar o Vice-Prefeito do Município do Recife. A esta altura o Vereador Antônio Moury Fernandes solicitou que viesse a Mesa o parecer da Comissão de Redação dado ao Decreto número oito, do Parecer número setenta e seis, da Comissão de Legislação e Justiça. Feito isto veio ao Plenário o Parecer da Comissão de Redação, de número setenta e seis, dado ao Projeto de Decreto número oito, o qual foi aprovado. A seguir o senhor Presidente designou uma Comissão, composta dos Vereadores Alfredo Francisco da Silva, Roberval Lins Pinto, Antônio Moury Fernandes, Aristófanés de Andrade e Edson de Oliveira, para comunicar ao senhor Augusto Lucena a sua convocação para assumir a Prefeitura do Recife. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, convocando a Casa a se reunir ainda hoje às dezenove horas e dez minutos, mandando que se lavrasse a presente ata a qual lida e aprovada será assinada por quem de direito. aa) Liberato Costa Júnior – Presidente; Eriberto Gueiros – 1º Secretário; Rubem Gambôa – 2º Secretário”.

10. Esquema para Discussão (Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro)⁶⁹¹

15428 *W*

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SÃO PAULO

IPM 769-PROTOCOLO
N.º 1323 *W*

ESQUEMA PARA DISCUSSÃO

1. O golpe militar de 1º de abril implantou a ditadura das forças re-trogradas, dos agentes do imperialismo e do latifúndio. Com o apóio da maioria reacionária do Congresso, a camarilha golpista depôs o Presidente da República e instalou o regime de arbítrio e terror. São realizadas tentativas no sentido de dar aparência legal à ditadura. Mas, sob a máscara da "Evolução Democrática", a Constituição foi rasgada e ditado um Ato Institucional Fascista. Com a cassação de mandatos, o Congresso "acional foi mutilado e coagido. Deposição e prisão de Governadores, Deputados, Prefeitos e Versade-res.

- Desfechado sob a bandeira do anti-comunismo, o golpe atinge tô-das as forças democráticas. Cassação dos Direitos Políticos de ca-tenas de líderes populares para sufocar qualquer oposição. Repres-são feroz contra milhares de cidadãos das mais diversas tendências políticas. Fechamento de Organizações Operárias, camponesas, estu-dantis, etc., intervenção nas mesmas. Demissões em massa no funcio-nalismo. Perseguição aos intelectuais e ao setor progressista da Igreja.

- Tendo levantado a bandeira da luta contra a corrupção o golpe // foi desfechado pelas forças mais corruptas - os vende-pátria - do grupo da Consultec e da ANNA (ROBERTO CAMPOS, etc.). Peculatórios como Adhemar de Barros, Governadores Corruptos como LACERDA, gran-des banqueiros como Magalhães Pinto, Generais negociastas como Eruel e agentes do IBAD como João Mendes e Armando Falcão.

- Uniram-se para o golpe tôdas as forças da reação a extrema direi-ta (Lacerda e militares golpistas de 1954 e 1961) e os demais seto-res reacionários (Círculos dirigentes da UDN e do PSD, Adhemar, Ma-galhães Pinto, etc.)

- Embora haja contradições entre estas forças, o golpe represen-tou para elas um denominador comum. O golpe foi insprado e orien-tado pelo imperialismo Norte-Americano(declarações de JOHNSON E RUSK) concessão de novos créditos à ditadura. A composição do Govêr no Castelo Branco reflete a aliança das forças reacionárias e pre-imperialistas, sob a hegemonia do grupo militar golpista (presença de agentes descarados do Imperialismo Americano como Roberto Cam-pos e Octávio Bulhões).

43

Continua

⁶⁹¹ Cf. Processo. nº 7735/69, BNM 279, p. 15.128 e ss.

= (- 2 -) =

15429

(Continuação de cópia de documento do PCB encontrado em ASILBERTO AZEVEDO, quando preso em S PAULO, em 1964, pela Sec Segurança).

- Objetivos das forças que predominam no golpe: paralisar, por meio da violência, a luta das massas trabalhadoras e populares; impedir a realização de reformas que atingem a dominação imperialista, a estrutura latifundiária e os grupos econômicos poderosos; eliminar as conquistas nacionalistas do povo brasileiro; apurar as posições independentes na política externa. Grave ameaça à soberania nacional, à liberdade e aos direitos do povo.

2. A luta entre as forças nacionalistas e democráticas, de um lado, e as forças reacionárias e entreguistas, do outro, tornou-se cada vez mais aguda, nos últimos anos, como reflexo do agravamento das contradições da sociedade brasileira.

- Após o fracasso da tentativa golpista de 1961, avançou com maior rapidez o processo de formação da frente nacionalista e democrática. O movimento popular obteve importantes êxitos. Fortaleceram-se as organizações operárias e estudantis. Desenvolveu-se o movimento camponês e iniciou-se a organização dos sindicatos rurais. A luta pelas reformas de base atingiu amplas proporções.

- Entretanto, a crise de 1961 terminou com uma solução de compromisso e não com o esmagamento do golpismo e da reação. O Governo de GOULART era um governo de conciliação entre a burguesia nacional e a reação latifundiária e pro-imperialista. A extrema direita continuava ocupando posições nas forças armadas e conspirando. Ao mesmo tempo, as forças reacionárias utilizavam sua maioria no Congresso e sua participação no Governo para impedir as reformas de base.

- A experiência de dois anos de luta demonstrou que as reformas de base exigiam a ruptura da política de conciliação entre GOULART e as forças reacionárias que participavam do governo e detinham a maioria no Congresso.

- A luta das forças mais consequentes da frente única contra essa política era indispensável para fazer avançar o movimento nacionalista e democrático. Nos últimos meses, após a derrota da tentativa de estado de sítio, a política de conciliação sofreu sérios reveses. Sob a pressão cada vez mais forte do movimento de massas, GOULART era obrigado a fazer concessões crescentes ao povo. Além disso, contava ampliar sua base popular para a continuação no poder. Em conflito de 13 de março, o decreto da SUPRA, a mensagem presidencial no Congresso. Estes fatos significavam concessões às massas e estimulavam a sua luta, ameaçando os privilégios dos monopólios estrangeiros, dos latifundiários e dos grupos econômicos poderosos.

- A fim de enfrentar essa ameaça, aliaram-se as forças retrógradas de diversas matizes, desde a extrema direita até setores que vinham mantendo uma posição favorável a GOULART nos quadros da política de conciliação (Círculos dirigentes do PSD, Magalhães Pinto, etc). O que as uniu foi o objetivo comum de deter o processo democrático, conter as lutas de massas, impedir as reformas de base e derrubar GOULART, que era um obstáculo aos seus intentos de conquistar a // a presidência da República em 1965. As tendências continuistas de GOULART foram exploradas pelos golpistas para justificar sua deposição. Esta aliança das reacionárias aumentou as possibilidades de vitória do poder.



Continua

= (- 3 -) = 15430

(Continuação de cópia de documento de PCB em apreço de G/AGLIDARIO AZEVEDO, quando preso em S PAULO, em 1964, pela Sec de Segurança/SP). *W* *15430* *RH* *JW*

O movimento dos Sargentos, cabos, marinheiros e fuzileiros navais, refletiu nas forças armadas o avanço das forças nacionalistas e populares, a elevação da consciência política no seio da tropa. Entretanto, ações como a de Brasília e a de sexta-feira santa levaram a que os golpistas, utilizando como motivo a quebra da disciplina e da hierarquia nas forças armadas, conseguissem atrair para seu lado grande parte da oficialidade.

Vários fatores levaram a que as forças nacionalistas e democráticas não estivessem preparadas para enfrentar o golpe de direita e possibilitaram, assim, a vitória dos golpistas:

a) A frente única não se baseava, ainda, em um poderoso movimento de massas e, particularmente, na ação das grandes massas operárias e camponesas. Embora o movimento operário tivesse realizado sensíveis / progressos nos últimos anos, ainda se caracterizava por uma atividade predominantemente da célula sindical e não por uma ação organizada de massas, sendo insuficiente o seu grau de unidade (ex. - as greves gerais). Quanto ao movimento camponês dava apenas os primeiros passos em matéria de organização e a sindicalização rural se fazia principalmente como uma iniciativa de célula, sem profundas raízes nas massas. Apesar de o movimento operário vir ganhando posições no seio da frente única, a frente nacionalista e democrática se achava ainda sob a influência predominante da burguesia nacional, que é uma força vacilante. A frente única, nestas condições, não pôde opor uma resistência efetiva ao golpe.

b) O setor da burguesia representado por GOULART assumiu diante do golpe uma posição que refletiu a tendência da burguesia nacional à conciliação. O dispositivo militar de GOULART estava unido, digo, minado pela política de conciliação (vários comandos nas mãos dos reacionários). Além disso, o setor nacionalista burguês no poder não se mostrou disposto a enfrentar uma guerra civil contra a reação e o imperialismo, temendo que ela se transformasse em revolução popular. GOULART e os Generais que o cercavam preferiram capitular sem luta a reprimir os golpistas, apesar de terem elementos para isto, se quizessem apoiar-se nas massas.

c) Houve uma grande subestimação das forças da reação e sua capacidade de desfechar um golpe, ao mesmo que se superestimou a força e a capacidade de luta do dispositivo militar de Goulart. Na realidade, a

Continuar



= (- 4 -) =

15121

15:21

(Continuação de cópia de documento do PCB encontrado a/AOLBERTO AZEVEDO, quando preso em S PAULO, em 1964, pela 3ª Sec Segurança/SP).

reação em seu conjunto (extrema direita e demais forças reacionárias e pró-imperialismo) tinham fortes posições no aparelho do Estado e nas forças armadas, além de potentes meios de propaganda capazes de influir na opinião pública.

d) As forças nacionalistas e populares alimentavam ilusões de uma vitória fácil sobre a reação. Não se prepararam para a luta em todos os terrenos, inclusive para enfrentar pelas armas um golpe de forças reacionárias.

4. Nesse P. foi colhido de surpresa pelo golpe, não estava preparado / para enfrentá-lo e deve assumir uma séria posição auto-crítica.

a. Incorremos em uma grave subestimação da força do inimigo e não estávamos preparados para enfrentar o golpe de direita. Esta subestimação decorria, de um lado, das ilusões que nutríamos em relação ao ditado positivo militar de GOULART, que considerávamos capaz de rechassar // qualquer investida golpista. De outro lado, não víamos e reagrupamento de forças no campo inimigo, seus preparativos ostensivos para o golpe. Não compreendemos que, como consequência dos avanços do movimento nacionalista e democrático, as forças reacionárias se uniram e transformaram febrilmente uma ação armada. Não percebemos que movimentos como / dos sergistas e marinheiros, refletindo um sério aguçamento da luta, deveriam ter consequências graves no terreno político e militar. Embora percebendo que a situação se agravava, a direção do P. foi incapaz de compreender o rumo real que os acontecimentos tomavam e de traçar a orientação adequada que eles impunham.

b. O P. em seu conjunto e, particularmente, a direção estavam dominados por ilusões de classe, alimentando uma confiança excessiva na dita posição de luta da burguesia nacional, na sua capacidade de enfrentar os golpistas. Acreditávamos em uma vitória fácil sobre a reação através de um simples pronunciamento do dispositivo militar de GOULART, aguçado pelo movimento de massas. Nessa compreensão não era a de que a vitória sobre o inimigo ia depender principalmente da luta de massas e, em particular, do movimento operário e camponês. Ao invés disso, depositávamos esperança sobretudo no dispositivo militar da burguesia nacional. Não nos preparamos para uma luta dura, nem para enfrentar com independência, as vacilações e tendências conciliadoras de GOULART e dos generais que a seguiam. Não tivemos, portanto, uma posição independente, de classe.

c. Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação. Embora nos documentos do P. se afirmasse que um dos caminhos possíveis para a conquista de um governo nacionalista e democrático era a ação armada do povo e de parte das Forças Armadas em resposta a uma tentativa golpista, estávamos inteiramente despreparados para isto no terreno / político, ideológico e prático (apesar das sucessivas crises e ameaças de golpes, não havíamos discutido a situação militar, não tínhamos meios para assegurar o funcionamento do P. em qualquer condição).

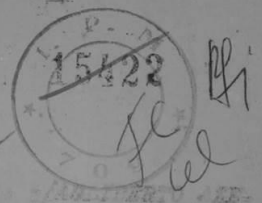
5. É necessário examinar as causas da vitória da reação e assumir uma / posição auto-crítica a fim de traçar uma orientação acertada. Essa auto-crítica deve ser feita com equilíbrio. Não devemos ocultar os erros cometidos, nem cair no negativismo.

Nos últimos anos, obtivemos importantes êxitos com a aplicação da linha política traçada no V Congresso. Mas a vitória do golpe reacionário, sobretudo nas condições em que se deu, colhendo-nos de surpresa sem qualquer resistência, impõe-nos um exame auto-crítico de nossa atividade.



CONTINUA

15432



(- 5 -)

(Continuação de cópia de documento do PCB encaminhado à Administração do YACD, quando preso em 5 PA/DG, em 1964, pelo 3º Regimento/1ª DP).

Nesta sequência, cujo objetivo é orientar a I. para a ação prática imediata, dando apoio e primária para os demais da corrente, as seguintes tarefas deverão ser cumpridas de imediato. Serão prioritárias as seguintes: 1. Serão prioritárias as seguintes: a) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; b) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; c) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical.

2. Os trabalhadores e a população deverão ser mobilizados para a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical. Serão prioritárias as seguintes: a) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; b) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; c) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical.

A luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical deverão ser apoiadas de imediato. Serão prioritárias as seguintes: a) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; b) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; c) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical.

3. Os trabalhadores e a população deverão ser mobilizados para a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical. Serão prioritárias as seguintes: a) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; b) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; c) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical.

4. Os trabalhadores e a população deverão ser mobilizados para a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical. Serão prioritárias as seguintes: a) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; b) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; c) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical.

5. Os trabalhadores e a população deverão ser mobilizados para a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical. Serão prioritárias as seguintes: a) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; b) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; c) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical.

6. Os trabalhadores e a população deverão ser mobilizados para a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical. Serão prioritárias as seguintes: a) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; b) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; c) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical.

7. Os trabalhadores e a população deverão ser mobilizados para a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical. Serão prioritárias as seguintes: a) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; b) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; c) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical.

8. Os trabalhadores e a população deverão ser mobilizados para a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical. Serão prioritárias as seguintes: a) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; b) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical; c) apoiar a luta política e econômica dos trabalhadores e a luta sindical.



15433

= (- 6 -) =

(Continuação de cópia de documento do PCB encontrado c/ AGUIBERTO AFF-
VEDO, quando preso em S MULO, em 1964, pela Sec Segurança/SP).

... favoráveis à unidade de todos os patriotas e democratas. Desma-
carar a tese de que o golpe é contra o comunismo, a tentativa de i-
solar os comunistas. A luta hoje é entre o grupo reacionário que u-
surpou o poder e o povo brasileiro que não aceita a tirania. A base
dessa frente deve ser a aliança operário-camponês. Lutar pela uni-
dade da classe operária e pela organização das massas camponesas. //
Importância particular da unidade com a massa trabalhista, briselig-
ta, janguista, janista, juscelinista, etc. Buscar contatos e alian-
ças com outras forças políticas perseguidas ou ameaçadas pela dita-
dura.

Concentrar os esforços na luta entreguista pelas liberdades demo-
cráticas, contra as atentados da reação. Concomer a consciencia na-
cional, denunciando as perseguições da ditadura. Defender as organi-
zações do povo, os sindicatos operários e dos trabalhadores agríco-
las, os diretórios acadêmicos e demais organizações estudantis, pro-
testando contra o seu fechamento, exigindo a convocação de assen-
bléias, a cessação da intervenção e eleições livres. Exigir a liber-
dade imediata dos presos políticos, organizar amplos movimentos de
solidariedade aos encarcerados ou perseguidos, bem como de suas fa-
mílias. Lutar pela liberdade de imprensa, de cátedra e de manifesta-
ção de pensamento, pelo direito de reunião, de organização de greve.

Intensificar a luta pelas reivindicações mediatas dos trabalhade-
res, em defesa da soberania nacional, pelas reformas de base, mobi-
lizar todo o povo para a luta contra a carastia. Os operários para
a luta por aumento de salários e pela liberdade sindical. Os campon-
ses e trabalhadores agrícolas, para a luta pela reforma agrária e //
contra a exploração dos latifundiários. Os estudantes e intelectuais
para a luta pela cultura e a liberdade de pensamento. Os funcioná-
rios para luta contra as perseguições da ditadura pelo aumento de
encargamentos. Impedir que a camarilha entreguista realize novas con-
cessões aos trusts e uma política externa prejudicial aos interes-
ses da nação. Exigir que sejam reatadas relações com CUBA.

B. No que se refere às formas de luta, combinar o trabalho legal com o
trabalho ilegal. Utilizar todas as possibilidades legais existentes
para a nossa atuação política.

Lançar mão de todas as formas de lutas de massas, de acôrde com /
as condições concretas de cada momento e de cada lugar. Ter sempre
em vista que os comunistas não devem lutar isolados, mas justamente
com as massas, em ampla unidade com outras forças.

Empregar desde as formas mais elementares de luta (defesa jurídi-
ca, solidariedade, protestos pela imprensa, denúncias nas assemble-
ias e Câmaras municipais, etc.) até formas mais elevadas, como as
greves, as manifestações de rua, os comícios e, sempre que necessá-
rio, a auto-defesa armada de massas.

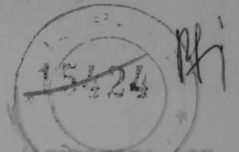
Utilizar amplamente todas as formas pacíficas de luta e, ao mesmo
tempo, preparar-se para a possibilidade de ter, de enfrentar a reação
no terreno da luta armada. Como P. revolucionário devemos dominar to-
das as formas de luta e estar preparados para passar rapidamente de

Continua



15434

= (- 7 -) =



(Continuação de cópia de documento do PCB encontrado e recolhido por ALBERTO ALVES VEDO, quando preso em S PAULO, em 1964, pela 3ª Sec Segurança/SP).

... uma forma a outro, de acordo com as exigências da situação. Ter em vista, sobretudo, no campo, a possibilidade de ataques armados / com a reação.

- 9. Reorganizar o trabalho do P. nas condições de clandestinidade com o objetivo de assegurar o seu pleno funcionamento. Garantir a segurança do trabalho das direções. Assegurar e melhorar o funcionamento das organizações de base, particularmente em áreas, adaptando-se as condições de clandestinidade. Os órgãos dirigentes e as organizações do P. devem, dentro das normas partidárias, desenvolver-se mais do que nunca ampla iniciativa.

Manter por todos os meios a ligação do P. com as massas. Por mais dura que seja a clandestinidade, os comunistas devem estar junto ao povo. Mais do que nunca, atuar nas organizações de massas, participar das assembleias e das eleições, levantar as reivindicações de cada setor. Defender e fortalecer as organizações de massa.

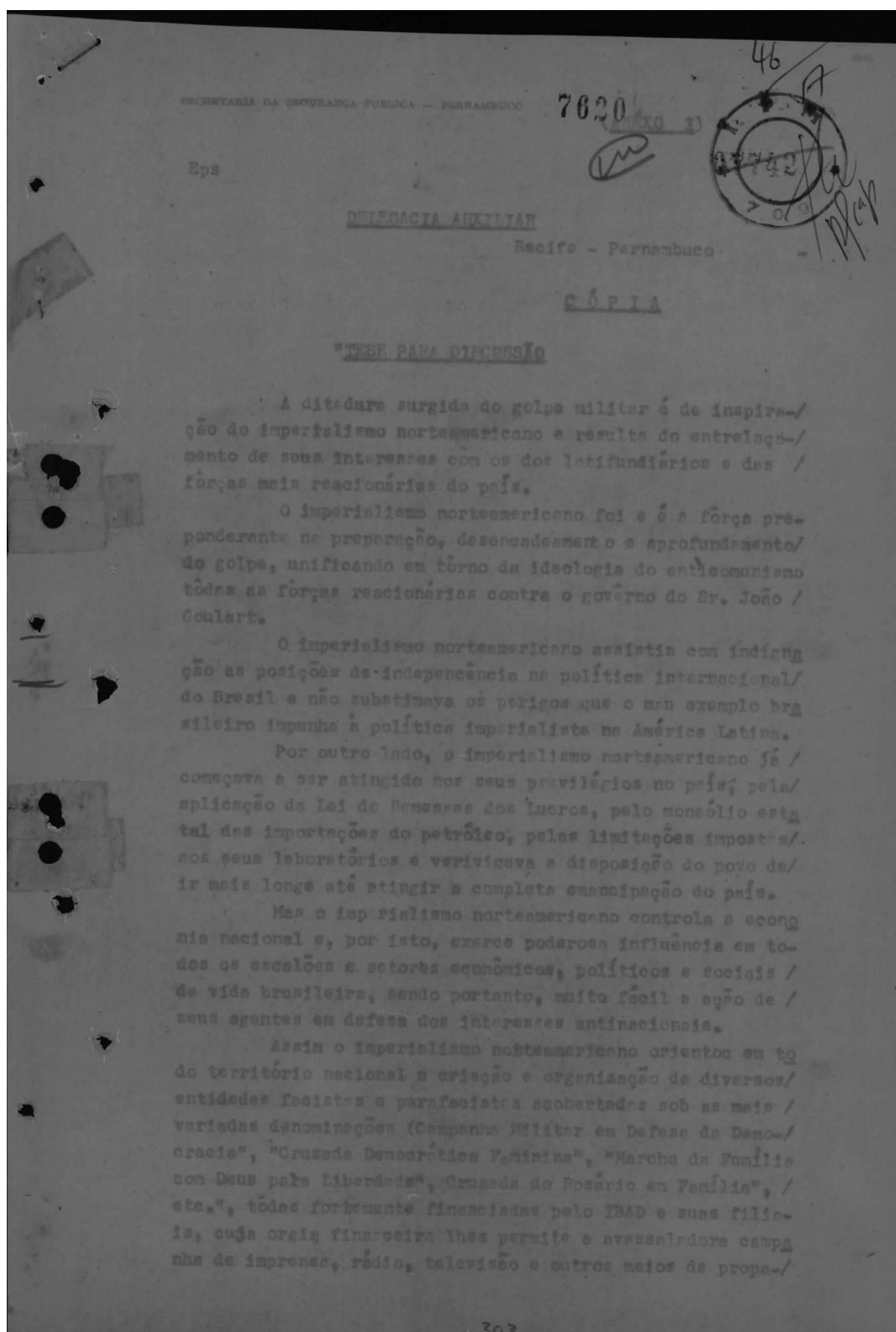
Organizar o trabalho de agitação e propaganda. Utilizar todos os meios legais e ilegais para levar nossas palavras às massas. Editar / jornais, volantes, folhetos e cartazes, fazer inscrições nos muros e agitação oral. Ter o maior espírito de iniciativa, aproveitar a experiência da massa e a rica experiência do P.

- 10. Sobre os ombros dos comunistas recaí grande responsabilidade. Neste momento grave da vida do País, adquire importância ainda maior o papel de vanguarda revolucionária da classe operária. Cada comunista tem o dever de manter-se em seu posto de honra, seja nas massas, nas fábricas e fazendas, nas escolas, nos quartéis, nos navios, nos / bairros e nas ruas. Os comunistas devem estar à frente dos trabalhadores, em seus movimentos grevistas, das comissões em sua luta contra a latifúndia, de todo o povo na resistência à ditadura.

Para cumprir nesse papel de vanguarda, devemos elevar a combatividade revolucionária e a unidade ideológica, política e orgânica em nossas fileiras. Compreender que a luta contra a ditadura exigirá o tenso de todas as nossas forças. Combater ao flanco oportunistas de uma vitória fácil e a substituição de lutas. Preparar o P. ideologicamente e politicamente para uma luta dura. Ao mesmo tempo, devemos manter a serenidade e confiar em que a força dos povos está na unidade e na luta dos trabalhadores e do povo, seja espontaneamente ou de alto, do poder a camarilha golpista. A derrubada da ditadura golpista abrirá caminho para a vitória da revolução brasileira, para a libertação final do Brasil do domínio do imperialismo, da latifúndia e da reação. (fim).



11. Tese Para Discussão (Comitê Estadual de Pernambuco do Partido Comunista Brasileiro)⁶⁹²



7621

M

- 2 -

ganda e comprar o serviço dos vendilhões e traidores da Pátria.

Paralelamente, o imperialismo fazia forte pressão financeira contra o Governo Golart, negando créditos, baixando os preços de nossos produtos no mercado internacional, desvalorizando a nossa moeda, exigindo o pagamento de nossas dívidas externas e novas concessões cambiais.

Toda essa atividade multiforme do imperialismo norteamericano possibilitou a formação de base social de apoio à ação impetritória de conhecedores oficiais superiores das Forças Armadas que agiram entrosados com os demais setores reacionários do País.

O imperialismo norteamericano exige assegurar e ampliar sua denominação política e econômica no Brasil como ponte de apoio a sua hegemonia internacional, particularmente no tocante ao continente americano e já começa impor modificações na política exterior, especialmente com relação a Cuba e que o nosso país jogue o peso e a importância de seu prestígio ao lado das decisões dos Estados Unidos.

Além de seus agentes internos, o imperialismo norteamericano encontrou nos latifundiários - como classe - o apoio fundamental para sua política.

Agindo exclusivamente em função de seus interesses, os latifundiários se uniram contra o decreto da SUPRA e contra o iminente perigo da reforma agrária e, assim agiram, não como cabotagens do imperialismo, mas em completa conjugação de interesses, contra as forças democráticas e populares, particularmente contra o PC.

A burguesia nacional - como classe - não ficou indiferente ao processo golpista; demonstrou mais uma vez seu caráter conciliador com o imperialismo e o latifúndio, colocando-se, na sua maioria, contra as reformas, contra Jango e a favor do golpe fascista, ditado militar.

Assim a base de apoio ao Presidente Golart se restringiu, ficando reduzido ao proletariado desarmado, aos camponeses desarmados, ao movimento democrático, em geral também desarmado e aos setores mais radicais da burguesia nacional mesmo assim, temerosos da classe operária. E o chamado dispositivo militar do Presidente, mirado por fora

SECRETARIA DA DEFESA PÚBLICA — PERNAMBUCO

- 3 -

e por dentro pelo anticomunismo, não funcionou, não resistiu, desmoronou-se sem luta, aderindo aos golpistas de toda a parte.

Porque o proletariado não reagiu?

Com a linha política justa adotada em 1958 e aperfeiçoada pelo V Congresso, nos o Partido teve êxitos concretos e acumulou forças consideráveis. Entretanto, as suas direções infligiram seriamente vários princípios marxistas-leninistas, criando concepções anti-revolucionárias cujo exame deve merecer profundo estudo auto-crítico de todos os militantes.

Não temos condições, no momento, de analisar esses erros, no entanto, cremos necessários salientar aqueles que repercutem mais danoso e a causa dos outros.

A falta de vigilância revolucionária gerou ilusões de classe nas direções do nos o Partido que absolutizaram o caminho pacífico, embora considerassem, porém formalmente a possibilidade do caminho não pacífico.

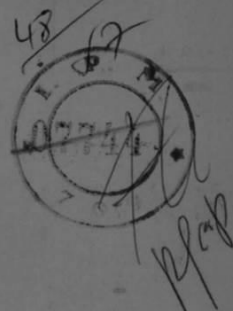
Nessas condições, não preparamos politicamente o proletariado e as massas trabalhadoras para enfrentar os choques de classes violentas.

As vitórias que as forças populares e democráticas vinham obtendo com o desenvolvimento pacífico do processo de revolução brasileira, criaram no Partido uma concepção falsa de um "pacifismo", de uma linha pacifista", e, por isso, não nos preparamos para reagir ao golpe que a reação preparava ostensivamente, o qual vupomheas foleto ao fracasso com o esmagamento dos golpistas pelas forças de Sr. João Goulart.

A falta de vigilância revolucionária nos levou a subestimar as forças inimigas e a superestimar em desmedida as forças democráticas e populares, sobretudo nos criou a absurda ilusão de que o aparelho do Estado da burguesia e dos latifundiários - o chamado dispositivo militar de Jango - funcionaria nos momentos de decisão a favor, disse, a favor portanto de revolução brasileira.

Ná prática, ficamos a mercê das decisões das forças de classe da burguesia latifundiária ou não cuidamos

7022



305

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - PERNAMBUCO

711 7623

- 4 -

de preparar o Partido e as massas organizadas para outras / formas de luta, a luta armada.

Em Pernambuco havia todas as condições para organi- zarmos a luta armada contra o golpe, porém as ilusões de / classe existentes nacionalmente, aqui eram mais acentuadas / em decorrência da situação política que desfrutávamos.

Não utilizamos a vantagem de nossa participação no governo AREAS para, em tempo útil, organizar a sua defesa. Ficamos a reboque das vacilações do Governador que tinha ug do de irritar e provocar uma ação prematura, contra ele, dos gorilas incrustados no comando do IV Exército.

Não tínhamos armas e nos conformamos não procura- do obtê-las para uma ação de massa de envergadura. Além dis- so, conhecíamos a experiência de 1961 no Rio Grande do Sul / quando o então governador BRIZOLA e o Partido (x) organiza- ram batalhões populares, (x) mesmo sem armas, que decidiram de posição das tropas do Exército, lá aquarteladas, ao lado da legalidade.

Seria para nós relativamente fácil mobilizar em de- fesa do Governo as massas trabalhadoras das cidades e do / campo e, particularmente os camponeses, se tivéssemos clari- da sobre a situação nacional e se não tivéssemos ilusões de classe que aqui também nos levaram a se superestimar nossas forças e a conferir, digo confiar igualmente na ação das / forças militares do Estado em defesa do Governo AREAS.

Além disso a ditadura já cogita de modificar o jô- go e marcar as cartas do baralho na sucessão presidencial / que representa questão mais importante da política nacional aprofundando as divergências no seio dos golpistas e entre / os partidos e ditadura.

Por outro lado, a ditadura que age governar o país não pode resolver as condições básicas entre o imperialismo e a burguesia nacional e entre essa e o latifúndio.

Não mobilizamos a classe operária e os camponeses / para a luta. Ficamos aguardando as palavras de ordem nacio- nal quando a maior parcela de responsabilidade no Estado é nossa.

Além da falta da vigilância revolucionária, criada ra de ilusões de clas e que impediram a mobilização do povo

7624

W



SECRETARIA DA ESPERANÇA PURA - PERMANENTE

- 3 -

para lutar contra o golpe, ser-se ainda solicitar as nos-
sas posições sectárias em relação a Jango.

Nessa luta política de frente única adotada pelo
V Congresso não tinha muitas vezes, uma aplicação correta,
especialmente pela falta de equilíbrio na crítica aos ali-
ados.

Assim, quando, muito acertadamente combatíamos a
política de conciliação com o imperialismo e com os latifun-
diários, adotada por Jango, cuja política levou a derrota,
confundimos com as posições de imperialismo, com os Imperi-
das, Adenraes & Cia, porque não salientávamos claramente os
aspectos positivos da política de Jango.

Não chamamos a atenção dos trabalhadores para a po-
lítica externa de paz, de cooperação pacífica, de auto-de-
terminação dos povos adotada pelo governo Jango e não dis-
tamos o devido destaque aos aspectos altamente positivos das
concessões de seu governo ao proletariado, aos camponeses,
bem como, sua contribuição ao desenvolvimento das liberd-
ades democráticas.

O raciocínio de nos colocarmos a rebuço de Jango, es-
conde o nosso oportunismo em relação a luta na defesa das
conquistas dos setores organizados e pela formação de um fog-
to partido entre os trabalhadores e camponeses das empresas.

De certa forma repetimos as posições assumidas em
relação a Getúlio em 1954, com uma diferença de que hoje ag-
nos muitas vezes mais fortes.

Escondendo os erros e as vitórias de nossos ali-
ados, na prática não queríamos o seu fortalecimento.

Aproveitando-se desses erros e da enfraquecimento/
das forças democráticas e da esquerda que se dividiram em re-
lação a tática a seguir no movimento revolucionário bresi-
leiro em virtude do despat de áreas de influência; o impe-
rialismo norte americano teve assim poderosas forças para
desembardeir o golpe. Jogando as suas peças interiores, em-
bora momentaneamente, conseguiu unificar as forças principa-
is do capitalismo, do latifúndio, as forças reacionárias mi-
litares e civis contra Jango, contra as forças democráticas

7625



O golpe militar fascista não se limitou a derrubada do governo de Jango, atingiu indiscriminadamente a todos os democratas e patriotas, especialmente as entidades sindicais, democráticas e populares, visando liquidá-las a base do anticomunismo, desrespeitou os direitos mais elementares dos cidadãos, suspendeu todas as garantias constitucionais, inclusive os direitos adquiridos de vitaliciedade da catedra e de estabilidade no emprego.

O comando golpista editou o Ato Institucional, arrebando-se facultades de poder constituinte, determinando / normas ao Congresso Nacional e ao Presidente da República, transformando em parlamento em simples poder homologador / dos atos golpistas.

A ditadura militar fascista compreendendo que o / fascismo não encontra eco no seio do povo, tenta enganar a opinião pública intitulando o seu golpe de revolução democrática e permitindo o funcionamento do Congresso Nacional e dos Parlamentos estaduais e municipais, porém sem lhes / permitir qualquer independência política.

O Congresso "eligo" o Presidente que o comando golpista indicou e homologou a cassação dos mandatos de seus / pares.

O Congresso, as Assembleias Legislativas Estaduais e as Câmaras de Vereadores se põem de joelhos perante o comando golpista para não serem dissolvidos, perdendo o resto do respeito e da nulidade, perderam o resto de autoridade legal, podendo, por isso, cada uma ou todas as casas legislativas serem fechadas pela ditadura em condições de defesa.

Entretanto quem mais sofre com a ditadura fascista / são as organizações sindicais das cidades e do campo e as / demais entidades camponesas, democráticas e populares, orientadas ou não pelo Partido.

A ditadura interveio e deprecia as organizações dos / trabalhadores e do povo, prende e espanca (até assassina) / seus líderes e diretores, dando-lhes uma ideia de fúria sanguinária e violenta das forças, digo, forças reacionárias que / se apressaram do poder e, é uma demonstração do ódio sem limites que os capitalistas e latifundiários distilam contra /

7627



- 8 -

do PSD, PSP, sem falar no próprio PTB.

A tudo isso se acrescenta o fato de que a ditadura que aí está não tem bandeira nenhuma de luta em favor das massas visto que a bandeira de luta contra a corrupção e o anticomunismo podem sensibilizar temporariamente alguns setores da população, como a pequena burguesia, mas não tem forças mobilizadora e sem de solucionar os problemas do povo.

A ditadura militar fascista vai pretender conter pela violência as reivindicações populares e as lutas salariais dos trabalhadores provocando rapidamente o seu desmoralamento e sua desmoralização e a desilusão de vastos camadas populares.

Na face de maioria dominação do imperialismo, atrelada de sua ditadura, serão impostas maiores sacrifícios no povo que lutará para sobreviver reagindo à espoliação que se fez sentir cada vez mais crescentes.

Por tudo isto, a ditadura militar fascista que se impôs à nação será rapidamente enfraquecida e não suportará os golpes das forças democráticas e populares, que terão imensas possibilidades de organizar uma ampla frente única para precipitar a derrota da ditadura.

A luta contra a ditadura militar fascista que domina o país, deve constituir a principal tarefa dos comunistas, cuja preocupação diária será a união de todos os partidos patrióticos e democráticos e de todas as organizações sem qualquer espécie de discriminação política, ideológica ou filosófica, que queiram dar um passo, por mais tímido que seja, contra a ditadura.

Os comunistas se superarão profundamente, com todas as suas forças, para formar em toda a parte, nas entidades dos sindicatos e populares, nas organizações políticas e culturais, nos locais de trabalho e bairros, a mais ampla frente contra a ditadura que infelicita o país.

Entretanto os comunistas estão conscientes de que esta luta somente terá rápidos efeitos e vitórias concretas contra a ditadura, contando uma forte atuação da classe operária, o partido comunista.

Por isso cada militante comunista está imbuido de/

7628

W

54
1. 7. 68
7750
709
R. G. P.

- 9 -

... sua inteira responsabilidade e do honroso dever de contribui-
ir por todos os meios, e com todos os seus esforcos, para
reestruturar imediatamente todas as organizaes do Parti-
do, em todos os escaloes, desde o comitê Estadual ate as or-
ganizaes de base.

Na face da situao imposta a nao, as organiza-
oes do partido devem atuar no mais dura cidadania, /
atendendo e fazendo cumprir os principios estatutarios de /
disciplina ferrea, de vigilancia politica e revolucionaria,
de luta contra o sectarismo e contra a inatividade de seus
membros tendo em vista que, em qualquer circunstancia e nas
ocasioes mais dificis, e sempre possivel realizar alguma /
tarefa.

Outra tarefa urgente e importante e organizao de
uma ampla campanha de solidariedade aos presos politicos e
suas familias.

Onde for possivel, nos locais de trabalho, nos /
bairros, entre os estudantes, intelectuais, personalidades /
e entre todas as pessoas de boa vontade, deve ser organiz-
ada ampla campanha para prestar assistencia juridica aos
presos politicos, lutar por sua liberdade e prestar ajuda
financeira as familias necessitadas, jogando no misero po-
do ditadura.

No trabalho diario pela execucao dessas tarefas de-
vemos aproveitar todas as condicoes e oportunidades para de-
nunciar as violencias da ditadura e denunciar sua deroga-
o atraves de volantens, cartazes, conferencias, reunioes, boletins,
etc.

Devemos levar em conta que nas piores situaoes po-
liticas, nos parlamentos sempre houve oportunidade para se-
denunciar as violencias e arbitrariedades do poder execu-
tivo. De resto, ainda sobretudo nas camaras municipais, as-
sembléias estaduais e congresso nacional, numerosos bande-
de nossos aliados, Jango e PEB, que mesmo utilizados podem
dar alguns passos em defesa das liberdades democraticas, de-
nunciando os abusos da ditadura, disse, abusos e crimes da /
ditadura, bem como podem atuar no sentido de aprofundar as
contradioes entre PSD, UDC, PSP e outros partidos e as FCB

7039



- 10 -

ções militantes contra o ditadura que hoje domina o país.
Sem sectorismo de qualquer espécie e sem atitudes/exclusivistas de qualquer natureza, devemos atuar em todas as organizações do povo principalmente nos Sindicatos Rurais e Urbanos visando ajudar os trabalhadores e na sua luta por melhoria salarial, para fazer face a carestia de vida que tende a se acentuar cada vez mais provocada pelos desmandos impetritórios do ditadura.

Especialmente devemos ajudar aos trabalhadores na sua luta pela libertação de suas entidades submetidas a regime de intervenção, sem o que se tornará muito difícil qualquer campanha em favor de melhoria de condições de vida.

Finalmente, em nossa luta diária o ditadura militar fascista que o golpe impôs ao povo brasileiro, devemos unir todas as forças da sociedade na mais ampla frente única na base de uma plataforma reivindicatória e política que defenda entre os outros os seguintes pontos -

- defesa das liberdades democráticas
- respeito a soberania do voto popular
- defesa das liberdades e autonomias sindicais
- luta por eleições livres em todos os sindicatos e contra as intervenções do governo
- libertação dos presos políticos
- revogação do ato institucional
- eleições livres em 1965
- reformas de base radicais
- contra a carestia e a favor de melhoria salarial para os trabalhadores da Cidade e dos Campos
- defesa da Constituição de 1946.

PA - Nesta exposição não falamos no governo fantasma do PC, nem no da Prefeitura de Recife por considerarmos que tanto um como o outro devem ser desmascarados, pois são produtos espúrios do golpe.

A eles nenhuma contemporização de nossa parte. Atacá-los sempre, em todas as oportunidades, como instrumentos e cúmplices da ditadura, quem governa de fato em nosso País é o IV EXERCÍCIO."

12. Manifesto aos Pernambucanos (Comitê Estadual de Pernambuco do Partido Comunista Brasileiro)⁶⁹³

Pernambucanos!

A Ditadura militar fascista instalada no Brasil pelo golpe de abril já não pode ocultar os seus objetivos sinistros de servir ao imperialismo norte-americano, ao latifúndio e à burguesia, jogando sobre os ombros dos trabalhadores e do povo o peso das crises que afetam o país.

A Ditadura executa internamente a política financeira padronizada pelo Fundo Monetário Internacional, suprimindo os subsídios do trigo, do papel para livros e jornais e do petróleo; aumenta as tarifas dos fretes e adota outras providências que prejudicam o desenvolvimento do país, diminuindo o ritmo dos negócios do comércio e da indústria. Já agora, uma parte da própria burguesia inquieta-se com as medidas da Ditadura que criam dificuldades à indústria nacional, especialmente à pequena e média, provocando o desemprego em massa, comprimindo os salários e elevando desesperadamente o custo de vida, sem atacar as causas principais da inflação que são a espoliação imperialista e latifundiária.

Na política externa, a Ditadura segue as determinações do Departamento de Estado Norte Americano, revigorando o tratado militar Brasil-Estados Unidos, transformando a SUDENE numa sucursal da "Aliança para o Progresso" cujos acordos, além de imporem exigências que ferem a nossa soberania, servem de apoio ao imperialismo para se apossar das riquezas minerais do Nordeste e dominar a sua economia. A Ditadura insulta as representações de países socialistas e rompe extemporaneamente as relações diplomáticas com Cuba visando preparar a justificativa para jogar os nossos soldados na invasão militar que vem sendo planejada e coordenada pelos belicistas dos Estados Unidos contra aquele país, através da Organização dos Estados Americanos - O.E.A.

Para garantir os privilégios do imperialismo, do latifúndio e da burguesia, a Ditadura investe furiosa e ferozmente contra a classe operária e os camponeses, continuando com as intervenções em entidades sindicais para impedir as lutas reivindicatórias, liquidando com o direito de greve, impondo a compressão dos salários e, em muitos casos, anulando conquistas e direitos e reduzindo salários, como fez com os portuários, arrumadores, ferroviários e assalariados agrícolas. A Ditadura anula vantagens do funcionalismo civil e regateia com os seus vencimentos a fim de sobrar mais dinheiro para os barões do café e do açúcar.

Visando assegurar a tranquilidade da continuação dessa política banhada no sangue dos bravos jovens estudantes Paulo Rocha de Aguiar e de Jonas José Albuquerque de Barros, assassinados nas ruas de Recife, a primeiro de abril, a mando do Coronel Ivan Rui de Andrade, a Ditadura, atacando profundamente as liberdades democráticas, fecha os órgãos de imprensa das forças populares, persegue as editoras que divulgam estudos da realidade brasileira e apreende nas livrarias as suas edições. Além de alijar da vida pública e política centenas de cidadãos de todas as tendências, a Ditadura continua enchendo os cárceres e os quartéis de presos políticos de todas as classes e camadas sociais. Até missionários religiosos, especialmente da Igreja Católica, estão sendo atingidos pelas violências! Os detidos são submetidos a tratamento desumano e a espancamentos e torturas bestiais. As comissões de inquérito-ideológico, premiando a delação, continuam espalhando pânico e terror, demitindo inúmeros funcionários e perseguindo intelectuais e cientistas.

A bandeira anti-democrática do anti-comunismo que uniu os golpistas não soluciona nenhum problema do povo. E a luta contra a corrupção tornou-se demagógica porque visou apenas odiosos motivos políticos partidários, não tocando em nenhum dos grandes ladroes e corruptos dentre os líderes da "revolução" de abril, mesmo porque a corrupção é inerente ao capitalismo.

Para justificar o regime de exceção e toda a sorte de violências, pregadores da Ditadura acusam as forças progressistas de atos subversivos e de terem pretendido lançar o país numa guerra civil. Porém

os acontecimentos e fatos estão provando que foram os golpistas os subvertedores da legalidade vigente até 31 de março e que eles estão fazendo uma guerra não declarada contra os Direitos do Homem, contra as liberdades democráticas, contra a Arte e a Cultura, contra as conquistas sociais e econômicas alcançadas pelos trabalhadores, pelos camponeses e pela intelectualidade.

Para o povo pernambucano, particularmente, que havia conquistado um governo democrático que dialogava com os trabalhadores e ajudava a luta por soluções progressistas para seus problemas, foram desastrosas as consequências do golpe de abril, uma vez que os usineiros, senhores de engenhos, grandes comerciantes e industriais e oficiais reacionários do IV exército impuseram um governo anti-democrático e anti-popular que é a expressão dos interesses retrógrados da burguesia latifundiária do Estado. O Governo do Sr. Paulo Guerra é ilegal e o seu chefe, traíndo a representação popular, transformou-se num agenciador de homenagens para os comandantes militares. Como um de seus maiores estelões no Nordeste, o governador pernambucano executa todos os crimes da Ditadura. Representando os interesses dos barões do açúcar, como senhor de engenho que é, o Sr. Paulo Guerra vem favorecendo em muitas usinas e engenhos o não pagamento do salário mínimo, a volta do regime do barracão, do vale, do cambão e toda a sorte de violações das conquistas dos assalariados agrícolas, obtidas no curto governo democrático do Sr. Miguel Arraes. O Governo estadual vem jogando a sua polícia, ao lado dos capangas, para reprimir violentamente os protestos dos trabalhadores do campo.

Jamais a espada se imporá à História! Nunca nenhum povo progrediu sem liberdades democráticas! Nenhum regime de exceção terá futuro no Brasil!

Pernambucanos! Homens e Mulheres que aspiram o progresso a uma vida condigna! Unamo-nos! Organizemos imediatamente, em cada local de atividade, as nossas forças numa ampla frente única, sem qualquer discriminação política-ideológica, para lutar pelas liberdades democráticas e contra a Ditadura!

Trabalhadores! Camponeses! Unamo-nos! Lutemos organizadamente, em cada local de trabalho ou de moradia, por melhores salários, por direito de greve, por eleições sindicais livres de interventores e da tutela governamental, em defesa da Lei Orgânica da Previdência Social que a Ditadura quer modificar!

Intelectuais! Estudantes! Unamo-nos! Defendamos as entidades estudantis ameaçadas de fechamento! Lutemos contra o retrocesso da Cultura, contra o obscurantismo e contra a Ditadura!

Donas de Casa! Unamo-nos! Lutemos nas organizações femininas contra a carestia de vida, por mais escolas e hospitais e contra a Ditadura!

Cidadãos! Homens e Mulheres! Jovens! Democratas e patriotas de todas as tendências! Exijamos a libertação de todos os presos políticos, a anulação das suspensões dos direitos políticos e exijamos eleições gerais em 1965, com anistia geral e ampla, com a legalização de todos os partidos políticos, inclusive o dos comunistas!

De nossa parte, nós comunistas pernambucanos, estamos dispostos a todos os sacrifícios e a darmos o melhor de nossos esforços para ajudar a luta pela união de todo o povo e dos trabalhadores das cidades e do campo a fim de derrotar a Ditadura e formar um Governo Democrático que restabeleça as liberdades públicas.

Abaixo a Ditadura!

Unidos para vencer.

Pernambuco, julho de 1964.

(Reproduza e divulgue).

Estatuto da Associação de Defesa dos Direitos dos Presos Políticos (Presos Políticos da Penitência Professor Barreto Campelo)⁶⁹⁴

COPIA ANEXADA (C) INFO Nº 330 5-102-A6-CE/25 021

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DOS PRESOS POLÍTICOS


PRINCÍPIOS :

- 1- CONSIDERANDO a diversidade existente em nosso meio quanto a origem social, opiniões políticas e filosóficas, nível cultural e perspectiva pessoal;
- 2- Considerando que apesar da heterogeneidade existem pontos em comum entre nós todos, quais sejam: sermos todos presos políticos; termos enquanto presos interesses comuns a defender; e na luta em defesa desses interesses nos relacionarmos, com as mesmas instituições e pessoas;
- 3- Considerando que a não existência de contradição essencial enquanto presos, é com os crimes ligados à vida carcerária e, sua política de tentar nos nivelar aos presos comuns, sendo, por conseguinte, a luta pela preservação da nossa condição de presos políticos, um dos aspectos vitais de nossa vivência carcerária;
- 4- Considerando que a não existência de UNIDADE POLÍTICA na luta em prol de nossos direitos e dignidade é condição básica primeira para seu êxito, e que todos os esforços devem ser enviados para alcançá-la, superando divergências e conciliando interesses secundários em relação a essa contradição principal;
- 5- Considerando que a base dessa unidade reside no respeito e assecuramento do VIVENDIÁRIO nos modos de vida existentes entre nós, no assecuramento efetivo da participação de todos nos diversos aspectos da vida comunitária, e em particular, nos órgãos de direção, organização e de ordem política, social e cultural; no assecuramento da liberdade de expressão e no respeito a tendências individuais; no mútuo respeito entre o membro da comunidade e no cumprimento das responsabilidades e encargos sociais;
- 6- Considerando o fato de não sermos um corpo homogêneo, entendemos como prejudicial e contravenção a necessária unidade de todos os presos políticos qualquer concepção que a prática desconhecera essa característica e que objetiva condicionar a unidade de nossa no plano político - reivindicatório a unidade total nos demais aspectos da vida pessoal;
- 7- assegurar o exercício de atividades culturais (jornal, revistas, bibliotecas, etc.) esportivas, primeiras socorros (farmácia).

Tendo por fundamento estes princípios, resolvemos, democraticamente e livremente, instituir a presente ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DOS PRESOS POLÍTICOS, que obedecerá ao seguinte estatuto:

FINALIDADES

- 1- defender e lutar pela nossa condição de presos políticos, como categoria especial de prisioneiros, resistindo pelos meios que caberem por os mais adequados, e eficazes à tentativa de nos agrupar na categoria de presos comuns.
- 2- lutar pela preservação das condições conquistadas pelos presos políticos.
- 3- lutar pela melhoria dessas condições e pelas liberdades conquistadas em legislações específicas.
- 4- assegurar a seus membros as condições mínimas para a sua sobrevivência física e psíquica.
- 5- defender e lutar pelo respeito aos direitos da pessoa humana dos presos comuns.
- 6- lutar pelo estabelecimento de mecanismos que possibilitem todos os presos políticos, independentemente de suas condições políticas e modos de vida e perspectiva pessoal, resolverem em assembleia geral todas as questões de interesse geral.



7- lutar pela integridade de todos os presos políticos na VIDA DA COMUNIDADE

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Contribuir com sua parte para a manutenção das despesas gerais e, para o fundo de assistência social, compreendendo estas:

DEVERES

- a) Contribuir para a manutenção das Despesas Gerais
- b) Participar das tarefas gerais
- c) Votar, ser votado e respeitar as normas gerais
- d) Contribuir para o Fundo de Ass. Social
- e) Participar da luta de todos os presos políticos
- f) Zelar pela conservação dos bens da comunidade e da associação
- g) realizar eleições

DIREITOS

- a) votar e ser votado
- b) usufruir as atividades gerais etc.
- c) Participar de todas as tarefas gerais por todos votadas
- d) Respeitar as normas norteadoras de nosso cotidiano que tiverem sido por todos votadas.

O P. A. S. se presta a dar assistência e solidariedade a seus membros.

ADMISSÃO

- 1- Ser preso político
- 2- Não ser delator
- 3- Não exercer atividades morais e socialmente indignas
- 4- Estar de acordo com este estatuto
- 5- Prova mínima de dois meses para a admissão

COLETIVIDADE - INDIVIDUALIDADE

Cumpridas as obrigações sociais, é voluntária a forma como seus membros asseguram a sua sobrevivência física e psíquica, seja de forma individual ou societária. Cabe às pessoas que se associarem entre si no nível da sobrevivência física legislarem como isso será.

TRABALHO

O trabalho é voluntário, de caráter individual ou societário; ficando seus controles a cargo dos que trabalham.

Não se permitirá as atividades que explorem o trabalho de terceiros.

ESTUDO

O estudo é tão importante quanto o trabalho, é dever de cada um estudar mais e melhor. Cabe a quem interessar a organização e controle de cursos, palestras e conferências sobre quaisquer assuntos.

ÓRGÃO EXECUTIVO

Composto de no mínimo de 2 pessoas eleitas, com prazo e rotatividades definidos em eleições realizadas na Associação.



MECANISMO DE DECISÃO

- Mecanismo para eleição
 " " eleição
 " " reformar o estatuto
 2/3 para eleição
 " " reformar o extraordinariamente estatuto
 mecanismo para comitês e assembleias
 " " incentivar a convivência e administrativa

ASSEMBLÉIA DA ASSOCIAÇÃOOrdem do dia prévia

Eleição em cada assembleia é com a função de dirigir-la, de uma lista diretora composta de apresentar as propostas e, de um contador de tempo e da coordenação criativa da mesma convocada pela lista de seus membros ou pela comissão.

QUORUM: 2/ Para sua realização.

RELACÃO COM OS GRUPOS PRESSÓIS POLÍTICOS

Primer pela melhoria do relacionamento, entre todos os grupos políticos, em todos os níveis

Prestar assistência e solidariedade a qualquer companheiro quando necessário

Participar em todas as atividades de caráter geral.

Enviar todos os assuntos pelo canal de todos os grupos políticos no trabalho coletivo e na regulamentação de no na vida interna.

SOLDA ASSOCIATIVA GERAL

Nossa Associação não tem a pretensão de legislar sobre as questões relacionadas à nossa vida carcerária, seja quanto a regulamentos e normas da vida interna seja quanto a luta reivindicatória. Em relação a estas questões - e a qualquer outras questões de caráter geral - nos situamos não como associação mas, como indivíduos, sem prévios acordos. Creemos que o lugar para legislar sobre tais problemas é a assembleia geral de todos os presos políticos, ampla e democrática. A política de blocos conduz inevitavelmente a impasses e dificulta a unidade. Seria a realidade de um jogo de jogadas - tenta. As nossas divergências em relação à concepção sindical e coletiva de vida, que levam os presos políticos a viverem em organizações distintas, não é impedimento à solução dos problemas de interesse geral num único organismo. Devemos apoiar-nos naquilo que nos une para fortalecer-nos. Para que este organismo - a Assembleia Geral da comunidade - abraço a todos e para que suas decisões sejam por todos cumpridas, é mister que tenha um caráter verdadeiramente democrático. O caráter democrático e representativo da AG estará a altura na medida em que:

- 1 - Toda e todos no se participar de pé de igualdade, independente de suas convicções políticas, religiosas, filosóficas; de suas perspectivas pessoais e do organismo sindical a que pertença.
- 2 - Os orgãos sindicais se diluam na AG e seus membros se situem individualmente, sem prévios acordos em seus respectivos orgãos sindicais.
- 3 - Todos que dela participam comprometem-se a acatar e cumprir com suas decisões.
- 4 - Que a todos seja assegurada votar e ser votado.

X: X: X: X: X: X:



05

ESTATUTO1. OBJETIVO FINS E LIMITES

- Preservação dos nossos direitos.
- Defender integridade física, psíquica, dignidade e condições de presos políticos.
- Ajuda mútua no plano material.

~~XXXXXXXXXXXX~~

- Definição de regulamentos
- Lusa da unidade de ação de todos os presos
- Toda sua atividade política se limita a esses fins.

2. MAIORIA E MINORIA

O coletivo será regido por este princípio, ressalvando-se à ning
 ria o direito de não assinar documentos dos quais discorda e sendo-lhe veda
 do o encaminhamento paralelo de posições contrárias às aprovadas pela mai
 oria.

3. ELEIÇÕES PARA A COMISSÃO

- Três nomes.
- Apresentação de chapas completas ou nomes isolados.
- Ninguém figurará em chapa contra a sua vontade.
- Cargo não é obrigatório. Direito a renúncia.
- Votação nominal. Direitos os três candidatos mais votados.
- Mandato: quatro (4) meses.

~~XXXXXXXXXXXX~~4. REGISTRAÇÃO DA COMISSÃO OU DE MEMBROS

- Maioria simples.

5. PENALIDADESa) Modalidades:

- Advertência
- Perca do direito de voto
- Restrições específicas na vida social, excetuando-se ~~XXXXXXXXXXXX~~ o econômico (jogos, esportes etc).
- Suspensão de todas as atividades sociais e políticas exceto o econômico e inclusive o direito de voto.
- Afastamento

b) Faltas puníveis e passíveis de afastamento

- Atrito físico?
- Utilização individual de bens coletivizados ou equivalente.
- Encaminhamento paralelo de posições contrárias às da maioria.

c) Encaminhamento

- Afastamento mediante dois terços. Perca do direito de voto por três /
 quintos, com arredondamento para dividendo exato mais próximo?
- Propostas de punições não podem ser votadas na mesma Assembleia em que foram lançadas, salvo quando a comissão já tiver reunido com os possíveis punidos e firmado sua proposta - o que deverá ocorrer em todos os ca-
 sos?



06

6. REGIME DE SOLIDARIEDADE

- a) Solidariedade irrestrita: quando a punição resultar de posição da maioria.
- b) Solidariedade restrita: em casos de atitudes contrárias às da maioria, casos de atitudes desrespeitosas ou provocativas adotadas como respeito proibido. Nestes casos:
 - Ficam excluídas as formas de solidariedade e que impliquem na absorção da punição aplicada.
 - Excluindo-se o termo "protesto" será comunicada por escrito ou oralmente a posição de solidariedade no punido e assumida atitude conjunta de restrição. (não irá a banco de sol, etc. etc. que não será necessariamente idêntica à punição. A solidariedade não se estende à posição politicamente incorretamente encaminhada.
 - Após atitudes provocativas, as primeiras iniciativas devem ser no sentido de evitar a ampliação do problema e o processo de punição. Os casos visando esse fim poderão ser feitos pelo implicado ou por representantes dos presos políticos.
 - Não se encaminhará condenação a companheiros diante dos órgãos penitenciários, nem quando se der ênfase às posições do conjunto e ao caráter excepcional das posições que se enquadraram nos casos de solidariedade restrita.
 - No pleno interno, de conformidade com a gravidade do caso, serão tomadas medidas que vão desde a crítica até o afastamento. A atitude provocativa figurará entre as faltas graves, passíveis de afastamento.
 - Tratando-se dos individualizados, serão aplicadas restrições temporárias na vida social.

7. ALTERAÇÃO DO REGIME INSTAURADO

- No fim de cada seis meses, por maioria simples; no intermédio, por terços.

8. ABONO DA META PARA O CÁLCULO DOS DOIS TERÇOS

- Diminutivo.

9. ADMISSÃO DE MEMBROS

- Prazo mínimo de dois meses.
- Maioria simples.

10. ASSEMBLEIAS

- Debalço (ordinárias): bimestralmente
- Extraordinárias: convocadas pela Comissão ou maioria simples do Colegiado.

11. CONTINGÊNCIA

- Alimentação (excursões por questões de saúde)
- Material de Higiene, cosméticos.
- Jornais e Revistas
- Mesas e cadeiras.
- Medicamentos (liberando-se a aviação de receitas com recursos do Estado)
- Canetas, selos, envelopes, blocos de carta, cadernos (liberando-se a aviação de cadernos e blocos com recursos da família, ficando o uso dos mesmos extensivo a todos)
- Cigarros (liberando-se a elevação de uma carteira além da cota)



07

- Tempo de trabalho obrigatório das horas normais, em princípio duas horas diárias distribuídas em dois turnos organizados segundo as necessidades do trabalho.
- A realização de encomendas superiores ao necessário para preencher o teto autorizado pelo Coletivo, assim como a elevação do tempo obrigatório de trabalho, não podendo ser decididos na Assembleia Geral.
- Cumpridas as duas horas de trabalho obrigatório, a matéria prima e as ferramentas estarão à disposição dos que desejarem trabalhar para si, de forma individual ou associativa. - descontando-se o custo.
- Na produção e na distribuição dos lucros será dada prioridade ao Coletivo.
- A remuneração das horas-extra será feita com base no preço de cada peça.
- Regras de distribuição mensal: retirar capital investido, taxa de interesse e cota do coletivo. Com o restante remunerar o trabalho individual.
- As atividades que possam ser realizadas no pavilhão deverão obedecer a rodízio.
- Incluir as horas de trabalho obrigatório e o trabalho extra.
- Incentivos confectionados por cada um, fora das horas de trabalho obrigatório, pagando-se custo do material.
- Interrupções no trabalho serão compensadas, exceto por motivo de força.
- Durante as duas horas de trabalho, exceto as atividades imprescindíveis, entre especializadas, todos deverão fazer de tudo, inclusive as especializadas.
- Incentivos elementares de todos: produtividade máxima, aprimoramento da qualidade do produto, aquisição de bons hábitos de trabalho, guarda e uso do material, pontualidade e estímulo às vendas, observância das posições aprovadas e seu aprimoramento.

Atividades da Comissão Técnica

- Organizar os planos técnicos de produção.
- Lidar pela maximização da produtividade. Distribuir o trabalho nas duas horas de modo a não haver ociosidade.
- Distribuir a mão-de-obra (tarifa e horário)
- Lidar pela economia técnica.
- Estabelecer normas técnicas de trabalho e procura e eliminar os seus hábitos.
- Controlar a qualidade do produto.
- Promover a aprendizagem.
- Organizar os métodos de trabalho.
- Lidar pela conservação do material.
- Promover o aproveitamento (ferramentas etc)
- Apoiar as instituições de lazer do trabalho.
- Controlar estoques, prover e fazer compras.
- Organizar as vendas e estimular de interesse por elas.
- Controlar as horas de trabalho coletivas, calcular o trabalho extra.
- Organizar os ritos de trabalho com equipes.
- Lidar pela ordem e o bom relacionamento no trabalho.
- Distribuir a divisão do trabalho entre cada sector e as formas org.



08

oificios de cumprir estas atribuições.

- Anotar produto nacional, origem de produtos (o que, quem enviou e para que), vendas de produtos.
- Publicar boletim mensal para divulgação das cotas individuais.
- Controlar os pagamentos em cada setor.
- Controlar o preço de custo e venda.

17 - Realização das Cotações

O Coletivo em cada caso concreto as formas de se prestar a solidariedade no plano material.

AGENCIAMENTO

1 - COMITÊ DE INTERIORES PARA O LITORAL

— O Coletivo é uma união de pessoas físicas visando resolver em comum os problemas políticos, econômicos, administrativos e de convivência.

